MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS
RUA DAS PALMEIRAS, 55 — BOTAFOGO — RIO DE JANEIRO
ESTADO DA GUANABARA

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE
MINISTRO CLOVIS SALGADO

CONSELHEIROS

DARIO CAVALCANTI DE AZAMBUJA, EURICO DA COSTA CARVALHO, GUILHERME DA SILVEIRA FILHO, HERMES LIMA, JOSÉ LEITE LOPES, ROLAND CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE CORBISIER E TANCREDO DE ALMEIDA NEVES.

DIRETOR
ROLAND CORBISIER

DEPARTAMENTOS

FILOSOFIA — ALVARO VIEIRA PINTO
HISTÓRIA — NÉLSON WERNECK SODRÉ
POLÍTICA — CÂNDIDO A. MENDES DE ALMEIDA
SOCIOLOGIA — JÚLIO BARBOSA
ECONOMIA — IGNACIO M. RANGEL

SERVIÇOS

ESTUDOS E PESQUISAS — DOMAR CAMPOS
CURSOS E CONFERÊNCIAS — ALBERTO LATORRE DE FARIA
PUBLICAÇÕES — CÉLIO LYRA
DIVULGAÇÃO — JOSÉ MAURO GONÇALVES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

ALVARO VIEIRA PINTO

CONSCIÊNCIA E REALIDADE NACIONAL

2º VOLUME

A CONSCIÊNCIA CRÍTICA

★

TEXTOS BRASILEIROS DE FILOSOFIA
— 1 —

RIO DE JANEIRO — 1960

A CONSCIÊNCIA CRÍTICA

GRANDE parte das páginas que escrevemos foram dedicadas à descrição de comportamentos considerados típicos da consciência inocente. Detivemo-nos nas análises de suas tendências mais significativas e procuramos apreendê-la nas atitudes que melhor a revelam. Contudo, por muitas que tivessem sido, não esgotam o quadro, nem a reunião de tôdas é capaz de produzir a sua integral reconstituição. E a razão disso é que, mesmo ingênua, a consciência, enquanto representação da realidade, é uma totalidade. Nela o mundo é apreendido na diversidade inumerável de seus aspectos, de que resultam concepções e interpretações variáveis ao infinito. É impossível, portanto, pretender exaurir numa descrição esta ou outra qualquer modalidade da consciência. Tudo quanto dissemos tem apenas valor exemplificativo, por alguns de seus traços mais salientes, de um modo de ser que se desdobra em incontáveis outras manifestações. Uma vez, porém, que lhe tenhamos apreendido a essência, constituída pela ignorância dos seus fundamentos objetivos, e feito a análise de alguns dos seus comportamentos mais correntes, parece-nos que estaremos habilitados a discernir mil outros traços de que não nos ocupamos aqui, mas serão logo percebidos como pertencentes à mentalidade inocente. Não só por ser infinita a série das suas manifestações, é impossível esgotá-la discursivamente, mas também porque, da maneira como se abre à compreensão, ingênua, das coisas, esta consciência admite diferentes graus de clareza da própria reflexão primária. A ingenuidade não é nota maciça, uma característica existente com igual teor em todos os espíritos onde se encontra. Admite uma escala gradativa, possibilitando, dentro da dimensão comum da simploriedade, o estabelecimento de níveis variados. Se no exame de um caso concreto achamos presentes um ou alguns dos traços assinalados, e não outros, não deveremos por isso julgar improcedente a classificação de primarismo. Não é de esperar que se verifiquem reunidos todos em uma só pessoa, tanto mais

quanto não estivemos caracterizando a consciência individual, mas uma modalidade da reflexão da realidade como tipo social genérico. Parece-nos que, ajudado por essas indicações, estará o leitor em condições de descobrir por si mesmo numerosas outras facêtas dêsse modo de pensar.

Uma coisa, porém, é certa: os aspectos que revelamos e os que a êles se venham a acrescentar, têm idêntico fundamento, e êste é a ignorância de pressupostos no processo de compreensão. Como tais pressupostos são os fenômenos da realidade objetiva, aquela consciência é incapaz de se admitir a si própria como derivada de uma ordem real de fatos, ou como inserida num mundo de acontecimentos independentes dela, mas determinantes do seu modo de ser; crê-se superior aos fatos, dominando-os de fora, e por isso se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agradar. Esta é a causa da radical nocividade da mentalidade social ingênua. É inapta para conduzir o desenvolvimento de uma nação, porque a primeira condição para promovê-lo é saber-se condicionada pela realidade do país, e isso, por definição, a consciência simplória não admite. Se, no entanto, não produz a legítima representação da realidade, satisfaz-se com as falsas e converte-se então em fator negativo para os interêsses nacionais. Cria sem pressupostos, ou a partir dos ilusórios em que confusamente julga assentar, a própria ideologia e entra em competição com a consciência crítica. Desde que, como mostramos, toma por ingenuidade a autêntica qualidade crítica, julga com desdém, ou com lástima, a severidade das exigências racionais. Em particular, opõe-se às teorizações, ao afã de problematizar, de discutir em têrmos gerais, de buscar categorias intelectivas, pois tudo isso lhe parece preciosismo filosófico ou vêzo literário, inútil para quem, como é o seu caso, é capaz de chegar logo ao íntimo da questão e decidi-la de maneira muito simples. Considera o pensar crítico uma complicação desnecessária, infrutuoso retardamento no caminho das soluções, que seriam logo avistadas, sem essa demora injustificada em controvérsias teóricas, as mais das vêzes claramente ociosas.

Êste é o lado sèriamente prejudicial do comportamento ingênuo. O descaso, mas sobretudo a ironia, com que trata o pensamento racional são obstáculos eficazes ao trabalho construtivo da consciência crítica. A idéia de que a autêntica ideologia do desenvolvimento tem de competir com as variantes espúrias, que se oferecem como equivalentes, desperta-nos fundas preocupações. Muito mais difícil do que construir sôbre bases críticas a verdadeira teoria do desenvolvimento nacional, é fazê-la aparecer como única genuína. Porque para tanto é preciso possuir o discernimento das exigências do pensar correto. O perigo da contrafação ideológica, de aparecer um sortimento de ideologias, entre as quais a confusão é inevitável, existe sempre. Especialmente porque, à medida que cresce o interêsse pela construção racional de uma teoria da realidade nacional, com o progressivo esclarecimento do sentir das massas e dos líderes por elas suscitados, surgem à margem os produtos inadequados. O aparecimento dêstes não é gratuito, atende a imperiosa necessidade. Em todo desenvolvimento nacional, como processo que é, está implícita uma representação ideológica, no sentido que emprestamos a êste conceito. Que seja autêntica a ideologia, depende da natureza da consciência na qual tem origem. Se quisermos, portanto, dar eficácia à teoria do desenvolvimento, não bastará possuí-la em forma de código ou programa, corporificando soluções justas para os grandes problemas nacionais; é preciso existir condições sociais que tornem a mentalidade coletiva sensível a tal ideologia, capaz de distingui-la dos produtos ingênuos, acríticos, infundados, que lhe sejam oferecidos simultâneamente. Tal consciência não será obtida por magia nem por procedimentos psicológicos. Não é produto da iluminação de um espírito pessoal, de onde se propague pela prédica, pelo exemplo ou pela fôrça. É produto da etapa a que atingiu a evolução da realidade nacional e começa a se fazer percebida naqueles que estão à frente dos movimentos transformadores das condições objetivas, os homens de emprêsa, descomprometidos com o capital estrangeiro, e as massas trabalhadoras. Antes que se observem prenúncios da forma explícita de tal ideologia, é preciso haver os suportes materiais de que derivará; êstes podem estar presentes, e no entanto coexistirem, provisòriamente, com formulações que, tomadas ao pé da letra, são ainda do tipo ingênuo. Não importa, pois há que distinguir a ingenuidade daqueles que de algum modo já estão inseridos no processo real e inevitàvelmente dentro em pouco terão a percepção clara do novo modo de pensar, e a ingenuidade dos que, não tendo função útil no processo transformador da realidade, são ingênuos constitucionalmente.

O processo real, por sua necessidade imanente, conduziu a êste momento onde começam a se configurar os moldes de um pensamento sistemático. Quer isto dizer que os enunciados proferidos pela reflexão subjetiva não estão mais desligados do contexto empírico, mas procedem das novas condições reais nêle instaladas. Passando de feudal a capi-

talista, ou de agrária a industrial, a comunidade muda os suportes materiais do seu modo de subsistir, pois não consome mais as mesmas coisas, nem produz de modo semelhante ao anterior o que continua a consumir. O mundo, de onde deriva a produção e ao qual o trabalho humano se dirige com procedimentos novos, é agora outro, deve ser pensado em conceitos adequados à situação inédita. Constitui-se inevitàvelmente uma dualidade de modos de pensar, pois se abrem duas possibilidades: ou prosseguir pensando pelo modo anterior e habitual, ou refletir mediante novas idéias a realidade modificada. O aparecimento da dualidade de consciência, cujos casos extremos catalogamos como ingênuo e crítico, é irreprimível, desde que as condições do mundo circunstante se alteraram. A consciência crítica não é ficção filosófica, calcada na descrição de comportamentos psicológicos, mas é inevitável, como maneira de pensar assumida pela comunidade que está sofrendo transformações radicais em suas bases materiais. Estas transformações dividirão os membros da comunidade em dois campos, um, para o qual os novos acontecimentos são propícios, porque favorecem os seus interêsses materiais ou espirituais, e outro, antagônico, que se vê ameaçado ou lesado nos interêsses, valores e motivos de viver que defende.

Tendo discorrido sôbre os aspectos mais representativos do pensar ingênuo, caberá agora fazer outro tanto para esboçar o perfil da consciência crítica. Esta eleva-se a um sistema de idéias gerais, de categorias lógicas, em função das quais ordena a sua percepção e exprime os seus juízos. Eis porque seu estudo se fará predominantemente referindo-a aos conceitos universais que a conformam, e menos pela exibição de comportamentos. Claro está que êstes são distintos dos oriundos de raiz inocente, pois têm por essência as idéias que configuram a consciência superior. É porque reflete sôbre si e sabe-se possuidora de tal sistema de noções gerais que a consciência crítica comanda as condutas práticas a que nos iremos referir. Não é inoportuno insistir sôbre o caráter sistemático da segunda espécie de pensar, uma vez que sua caracterização externa é necessàriamente menos rica de detalhes que a precedente. E isto porque a forma ingênua, tirando da subjetividade os seus julgamentos, não tendo para apoiá-los outro terreno fora do raciocínio abstrato, nem para fazê-la mover-se outra mola a não ser a imaginação, desdobra-se em numerosas manifestações, enquanto a atitude crítica é, por definição, sóbria, vinculada como está a condições empíricas precisas. Não é da alçada do filósofo, mas cabe aos sociólogos e economistas, dizer especificamente em que consistem as condições materiais, agora pela primeira vez existentes, que dão fundamento à nova consciência. Os especialistas nas ciências particulares da realidade deverão pronunciar-se sôbre o tipo, o ritmo, o curso das transformações em andamento. O filósofo tem a vivência da sua realidade nacional suficiente para percebê-las, e ademais se informa junto aos pesquisadores especializados, do que está acontecendo. Tem direito, assim, de formular em teoria o esquema dos modos de consciência no âmbito social a que pertence. Na descrição das qualificações e procedimentos da forma superior, interessa-se primordialmente pela descoberta das categorias que a modelam, pois não se trata de chegar ao conhecimento procedendo à observação e descrição de certo número de atitudes, mas de apreender a essência de um modo de pensar, que permitirá desde logo descobrir tôdas as suas implicações. O comportamento ingênuo, como não tem sistematização, não oferecia esta possibilidade.

O pensar crítico apóia-se no processo real, e por essa relação se define. Basta, portanto, que nos situemos na perspectiva desta relação, que tenhamos permanentemente em mira a correspondência entre reflexão e realidade, para captar os princípios constitutivos e os movimentos mais expressivos do comportamento superior. Só precisamos apreciar os conceitos que exprimem a plena apropriação do real por parte da reflexão que tem conhecimento dos seus fundamentos e dos fatôres que a condicionam. Praticaremos, assim, a análise dos seus caracteres intrínsecos. Mas, poderia, de modo menos próprio, ser também definida, extrìnsecamente, por oposição à outra forma de percepção. Neste sentido, diríamos que a consciência crítica é aquela que não sucumbe a nenhuma das debilidades antes descritas. Temos aqui uma definição negativa, e como tal insuficiente, mas sugestiva, porquanto nos conduz a sentir ao vivo o antagonismo imperante entre ambas. O pensar crítico repudia os julgamentos derivados da postura simplória da consciência. Em parte, fizemos a exposição desta divergência, na oportunidade do exame de muitos dos traços antes comentados. Tivemos necessidade naquelas ocasiões de confrontar os dois modos, para bem descrever um dêles. Não iremos,

é claro, repetir, pelo inverso, todo o longo enunciado de atributos ingênuos. Correríamos, além do mais, o risco de parecer estar caracterizando por aspectos negativos o modo de ser que precisamente é o positivo.

Passemos à exposição das noções categoriais e dos comportamentos que definem a forma crítica da consciência da realidade nacional.

1 — A CATEGORIA DE OBJETIVIDADE

a) *Submissão ao real e transformação do mundo*

A consciência crítica tem por marca dominante a objetividade. É, por definição, a representação das coisas e dos fatos tal como se dão na existência empírica, nas suas correlações causais e circunstanciais. A atitude fundamental dessa consciência é a certeza, que a anima, de estar refletindo em si um mundo existente fora dela, constituído por fenômenos submetidos a leis universais.

A postura crítica é, nos seus alicerces mais profundos, objetiva, não apenas no sentido de reconhecer a existência de uma realidade natural e de uma estrutura social independentes do pensamento que as conhece e anteriores ao ato do conhecimento, mas igualmente no sentido de excluir de si a pretensão a elaborar segundo exigências suas os dados brutos que o exterior apenas tivesse por função lhe oferecer. Não seria objetiva, ainda se restringindo a êste segundo sentido, pois o simples reconhecimento de um material informe existindo independente dela não lhe tiraria o caráter de ser autora de tudo quanto de inteligível há na sua representação, que derivaria afinal dela mesma, não seria mais do que a construção do objeto por meio de idéias ou formas imanentes ao espírito e assim o que pròpriamente apareceria na consciência teria origem nela ao menos para aparecer com tal aspecto; o saber não consistiria em apreender o mundo de acontecimentos externos, mas em elaborar a auto-reflexão da consciência.

Para a consciência crítica, na acepção por nós empregada, o conhecimento dos dados não consiste em imprimir formas específicas a um conjunto de impressões, convertendo-as, só então, em dados inteligíveis, mas num trabalho criador do espírito, que discerne as articulações lógicas contidas na objetividade. A vida subjetiva não é, em tal caso, ignorada nem empobrecida; apenas a compreensão da sua esfera própria e das suas operações particulares não deve

impedir o reconhecimento da anterioridade da realidade exterior, nem fazer ignorar que as representações e reações interiores são determinadas pela presença da consciência num mundo natural e social, que lhe suscita os estados subjetivos. É uma consciência constantemente aberta para o universo, vivendo a sua vida interior fundada no curso da realidade que a envolve. Exibe permanentemente as características de "disposição", e de "compreensão", noções com as quais alguns filósofos atuais procuram descrever modos próprios da essência do ser humano. Está sempre "disposta a", isto é, sempre voltada para o real, em estado de ânimo submisso a percebê-lo, incluindo no âmbito do que chama de mundo tanto os objetos utensiliares, como as pessoas conviventes. Está igualmente em ato de "compreensão" contínua, ou seja, numa comunicação com os fatos e os outros homens, que se estabelece graças à apreensão do ser de todos os entes.

Em vez de conceber-se como processo de autopercepção, a consciência crítica é referencial ao existente exterior a ela, sua conduta natural é a de docilidade ao real. Não procede assim por mera convicção teórica, mas porque, sendo crítica, não vê a realidade externa como exclusivo objeto de representação, mas como espaço concreto, onde, além da possibilidade de conhecer, se lhe impõe a necessidade de agir, a fim de modificá-lo de maneira a fazê-lo mais propício à satisfação das exigências humanas. Não poderia, porém, ter esta conduta, se partisse do suposto de que lhe compete ditar leis à realidade, ou pelo menos oferecer a esta algo que a completa, para torná-la inteligível. As leis do mundo não são leis da consciência, quem a elas obedece são os próprios fenômenos, não o nosso pensamento, que apenas as descobre e representa. Se a consciência, em sua subjetividade, é capaz de engendrar o projeto de alterar a face dos acontecimentos, só o executará pondo em ação os fatôres determinantes dos fenômenos. Esta é a norma capital da posição crítica: a certeza de que o projeto subjetivo de modificação da realidade só é exeqüível por obra de uma consciência que se constitua como objetiva. Exatamente o que caracteriza a modalidade ingênua é a ilusão de crer que pode modificar a realidade por meios subjetivos. Observemos que esta suposição é legítima do ponto-de-vista do pensamento inocente, porque para êle o real é sòmente aquilo que subjetivamente lhe aparece, ou é construído, como tal. Assim sendo, é perfeitamente admissível que pretenda alterar o subjetivo pelo emprêgo de meios subjetivos. Quando,

porém, se possui o entendimento crítico e se sabe que a alteração do mundo não se faz na ordem do sentimento ou da reflexão idealizadora, mas consiste na transformação prática das condições da existência, então se verifica a necessidade de assumir o modo de pensar que coloca o acento dominante sôbre o fenômeno, sôbre a atividade, e não sôbre a representação.

b) *Alteração do real e percepção das massas*

Para apreciar a ocorrência efetiva das transformações é conveniente observar a amplitude dos seus efeitos na consciência popular e o modo pelo qual as alterações da realidade vão determinando a mudança qualitativa na percepção das massas. A atitude idealista é naturalmente a de pequena minoria e supõe o modo culto e rebuscado de ver as coisas. A massa vive normalmente na postura crítica, apenas iletrada. Acredita que as coisas existem como lhe aparecem e sabe que a modificação, para melhor, do seu regime de vida, e portanto do seu estado subjetivo, depende da alteração das condições materiais e dos procedimentos de intercâmbio social. As condutas reclamadoras, reivindicadoras, as agitações e inquietudes populares são indícios da percepção crítica iletrada. Mas êste estado tende a ser superado muito ràpidamente, à medida que se desenvolvem os benefícios do progresso e novas técnicas se expandem na sociedade que está processando a conversão das suas estruturas de base. O que temos de fazer, para atender às exigências imperiosas da consciência popular neste período da história brasileira, é intensificar o esclarecimento das massas, que lhes permita transitar da condição de consciência crítica real, em razão dos seus suportes objetivos, mas em grande parte inarticulada por falta de recursos expressivos, para a forma plenamente autoconsciente. Temos de facilitar-lhes a autoconsciência, que virá de qualquer maneira, mas pode ser conseguida em rápida evolução, mais rendosa e com menos violência.

Para êsse fim, a idéia central a ser desenvolvida nelas pelos pensadores que se apoderaram da compreensão objetiva e se fizeram representantes do estilo crítico do pensar, é o significado do trabalho. Trata-se de converter em enunciados ideológicos, reconhecidos pelas massas, os pressupostos lógicos das condições em que desempenham o seu trabalho. É preciso fazer-lhes ver que ao trabalharem estão pensando o mundo onde vivem e dando origem ao projeto

de alterá-lo. O operário que executa uma obra utilizando-se de materiais e ferramentas está pondo em prática uma consciência objetiva, crítica, da realidade. Suas representações subjetivas mais gerais, as idéias dirigentes do seu pensamento, são determinadas pela situação concreta em que executa o seu labor, se é árduo ou suave, longo ou variado, desconfortável ou higiênico, mal remunerado ou não, anônimo ou apreciado, isolado ou coletivo etc. O grau de iluminação da sua consciência, no estado iletrado, é tão pequeno, que nada produz senão a revolta privada, o ressentimento, os recursos de esquecimento, os devaneios e outros remédios para resistir à realidade incômoda, que não sabe como modificar a seu favor. Estas reações exprimem a taxa de pensamento crítico que lhe é permitida na etapa em que se acha. Contudo, existem recursos para acabar com as condições opressivas, sòmente são difíceis de descobrir, porque supõem a meditação sôbre a natureza da sociedade, a distribuição da riqueza, a posse dos meios de produção, as técnicas de fabricação etc., e por isso permanecem ocultos à consciência ignorante. Mas, com o desenvolvimento que se opera em concordância com o processo da realidade, a consciência desperta para a reflexão, a princípio inábil, e se encaminha aos poucos para a compreensão dos verdadeiros condicionamentos do estado de coisas que deseja suprimir. A consciência do trabalhador ao lidar com as coisas vai-se abrindo à percepção de si. Passa do estado de relativa opacidade para o clarividente, numa variação apenas de grau, não de natureza, porque já antes era representação crítica, em virtude de sua correlação constante com o mundo.

Se a consciência crítica é por definição objetiva, são as massas,—que vivem necessàriamente fundadas na objetividade, pois sabem ter de atribuir a algo exterior a elas as condições a que estão prêsas—, o contingente natural do pensar crítico, na sociedade em emergência histórica. Tal é o caso do Brasil de hoje. Acham-se instaladas as circunstâncias determinantes da próxima plenitude de reflexão crítica por parte das massas obreiras, em conseqüência da fase a que chegou o processo de nossa realidade. Sua consciência é ainda precária, mas está orientada no sentido de deixar de ser ingênua. Só a julga ingênua a verdadeira consciência ingênua. Relembremos, ao fazer esta observação, o que já foi dito, que o aparente círculo de mútua acusação, o jôgo de reflexos, a que nos referimos, é quebrado desde que dispomos de um critério para decidir a pendência: a prática,

entendida como ação da consciência configurada pelos dados da objetividade.

O homem que trabalha sôbre os sêres do mundo, que fabrica alguma coisa utilizando um material, empunhando ferramentas e servindo-se das fôrças da natureza, não pode ter o percebimento ingênuo do seu trabalho. Pode tê-lo em relação a outros aspectos da realidade, a valorações gerais, aos comportamentos tradicionais, mas tudo isso fora do seu campo objetivo de operação. Por conseguinte, enquanto êste é pequeno e desconectado de outras ordens de acontecimentos, mais complexos, o operário está votado a permanecer no estado primário de consciência. Mas, logo que as exigências do desenvolvimento industrial se ampliam a ponto de se tornarem o propósito dominante do processo nacional, o campo de ação do operário se expande também, pois o percebe agora à luz do entrelaçamento econômico de que faz parte, e êste por sua vez como inserido na trama de influências políticas, nacionais e internacionais. Dêste modo, dilata-se o fundamento da consciência crítica, que de início era apenas a área restrita do trabalho individual. Alarga-se a representação, eliminados cada vez mais os aspectos simplistas acidentais, resíduos que ainda pesam sôbre o espírito do povo. À medida que maior número de indivíduos ingressam nas formas adiantadas da produção, ampliando portanto sua área de contato com a objetividade e aumentando seu interêsse na transformação das coisas, o pensamento crítico passa a preponderar, pois logo verificam ser esta forma de pensar a verdadeiramente útil. O critério da prática decide, pois, de qual das modalidades da consciência detém os direitos da correta representação.

Êste fato, assinalado por diferentes escolas filosóficas, já fôra transferido para o domínio da análise sociológica; entretanto, parece só recentemente se ter colocado a questão da prática na sociedade que se está fazendo a si própria, criando-se para um novo estágio de existência. A prática é função crescente, não apenas na evolução de cada indivíduo, mas na da coletividade, como todo. O Brasil de hoje não sòmente dá aos operários e aos que estão planejando o desenvolvimento melhores oportunidades de se inserirem na realidade; dá essas possibilidades a um número cada vez maior de indivíduos. A progressiva prática social dos aspectos reais do contexto brasileiro, pela ocupação crescente com as condições objetivas, de onde resulta necessàriamente o incremento da consciência crítica, é o fator de maior relevância na modificação dos nossos quadros políticos. O

aumento da prática objetiva só é percebido com nitidez e só revela tôda a sua significação, quando o analisamos no país que se está esforçando por superar a etapa do subdesenvolvimento. Ao mesmo tempo é sinal de que se está processando a transmutação da consciência coletiva. No regime de atraso e pauperismo, a prática é constituída pelas ações consuetudinárias, organizadas a fim de permitir a tranqüila sobrevivência da comunidade, sem modificações apreciáveis. Em tal situação, a prática não é percebida como fator de condicionamento da consciência, em virtude da sua invariabilidade. Quando o indivíduo e a comunidade permanecem estagnados no nível da miséria, não se efetuando nas condições de vida alterações de importância, que levem a agir de forma inédita, a imagem que têm do mundo é naturalmente estática, a realidade é vista como se sempre tivesse sido tal e devesse continuar sendo. Nesse contôrno existe do mesmo modo uma *praxis*, mas é rotineira e entorpecente da consciência crítica. Não conduz a descobrir novos rumos, novos procedimentos de acomodação a um mundo que está variando objetivamente, mas consiste em conservar as condutas prescritas, que, aliás, de modo geral, são as mais adequadas à adaptação ao ambiente pobre e atrasado.

A fase inicial do processo de desenvolvimento caracteriza-se justamente pela solicitação, imperiosa e incômoda, feita ao indivíduo pelo país em reforma, de responder com novas atitudes práticas às condições emergentes. Na situação anterior, por falta dêsse apêlo, a consciência conservava-se adormecida, coincidindo com a rotina de uma vida que anulava os impulsos de mudança, as aspirações, as perguntas inquietantes. Só os letrados expandiam o pensamento em discussões, estudos ou criações artísticas, porque, por várias razões, só êles podiam permitir-se o luxo da prática burocrática ociosa, da existência farta, do ascetismo religioso ou da vadiação intelectual. Não havia motivos que os conduzissem ao efetivo encontro com a realidade objetiva. Cultivavam, assim, tôdas as formas do pensar ingênuo, dedicavam-se a produzir as idéias mais distanciadas da realidade circunstante, sonhavam com a realidade de outros países, nos quais gostariam de viver e a que, nostàlgicamente, se sentiam pertencer em espírito. O desraizamento, que tão bem retratou a nossa falta de objetividade, era conseqüência do estado de vacuidade intelectual de uma elite sem estimulante prática social. Vivíamos nesta deplorável dualidade: os que tinham a prática da realidade, tinham-na em forma de rotina e de afazeres primários, de onde não serem

provocados a emergir do nível rudimentar da consciência; e os que possuíam a visão mais atilada, a tendência ao pensar vigilante e indagador, achavam-se mergulhados na indolência, no fausto ou no misticismo. Não podiam os que formavam a elite cultural do país chegar à plena compreensão da realidade, porque, portadores embora de disposições intelectuais favoráveis, estavam privados do efetivo manuseio prático do mundo em que viviam, só alcançando a existência concreta das coisas e situações materiais por intermédio daqueles que de fato trabalhavam sôbre essa realidade. Só agora, quando o país se alça à façanha histórica que exige a participação conjunta das massas e dos intelectuais, é que se começa a descortinar o significado da prática individual e coletiva na criação de nova consciência. Esta será de tipo crítico, pois sua principal tendência é a de problematizar, "criticar", pôr em discussão tudo o que até então parecia óbvio e duradouro, procurar a razão de ser das condições de existência que até agora suportava e que, atualmente, luta por modificar. É portanto uma consciência em postura indagadora em face da realidade, inconformada e disposta a modelar o país de acôrdo com seus interêsses. A consciência ingênua, em cujo romantismo complacente, antes, se embalava, aparece-lhe agora como adversário, obstáculo, perigo. Abre luta contra ela, porque descobre os malefícios que causa às intenções modificadoras, e sabe também que há urgência em alcançar os resultados, que êstes correm o risco de ser perdidos por falta de suficiente energia e rapidez, ou por obtusa tolerância com os retóricos, os juristas, os prudentes, os visionários, os mal revoltados. Estabelece-se, assim, uma divisão na consciência da sociedade, que separa de um lado os que, por inúmeros aspectos, representam as condições do passado, têm lucro em conservá-lo, os que concebem a transformação nacional em moldes irreais, sem apoio na objetividade; de outro, os que, associados ao processo real, como planejadores ou executantes, têm os seus objetivos postos no futuro, nas situações que ainda precisam ser criadas, e se empenham, sem considerações secundárias, por trazê-las à tona da história. Para esta consciência, a possibilidade de êxito está em refletir fielmente a realidade empírica do país, em vê-lo tal como é, o que, incluindo o percebimento das suas virtualidades, significa também vê-lo tal como será. Eis por que a objetividade é a categoria fundamental da reflexão crítica, aquela de que decorrem tôdas as demais. É a idéia mais geral, a que define na essência a mentalidade não ingênua, a idéia de

que a realidade nacional não é produto de uma projeção da consciência, mas uma existência independente, a dos objetos, pessoas e relações, que o pensamento é capaz de conhecer. Vincular a subjetividade à objetividade, tal é a posição primordial do pensar autêntico.

c) *O cuidado e a ocupação no país subdesenvolvido*

Ao destacar-se da condição inocente, a consciência como que desperta para o contato real com o exterior. Ao ser assim jogada na exterioridade, torna-se consciência ocupada, em permanente atenção ao universo de coisas e homens a que está ligada. Descobrindo o fato de que a consciência crítica é por natureza a consciência ocupada, percebemos a possibilidade de utilizar para tratá-la aquêle conceito de que alguns filósofos se servem para descrever certos aspectos da realidade humana, o "cuidado". Desejamos agora referi-lo a um problema particular, o da representação da objetividade da nação, mas nem por isso é menos lícito e fecundo o seu emprêgo.

Em verdade, a consciência crítica é a de quem ascendeu ao plano reflexivo do "cuidado" para com os demais existentes. Descreveram aquêles filósofos o ser do homem como determinado pela "preocupação" que o mundo nêle desperta. Ao longo dessa perspectiva descobriram idéias que elucidam problemas da natureza do homem. Mas o que parece não terem observado é que no contexto do país subdesenvolvido em fase de crescimento econômico a consciência tem como raiz da "preocupação" a sua "ocupação". O homem brasileiro dêste momento manifesta inédita preocupação pelo seu destino, pelo seu país e pelo mundo, porque está ocupado em tarefas novas e solicitado sempre a outras, imprevistas. Faltou aos esboços descritivos das fenomenologias existenciais, em larga margem tão abstratos. em virtude dos seus postulados idealistas, a compreensão do trabalho como fator de transformação qualitativa da realidade social. O trabalho, em que acaso pensam e de que eventualmente falam, é sem dúvida apreendido como condição existencial do homem. Mas não chegam à idéia de examinar a qualidade do trabalho em questão, se é de grau adiantado ou primário, se é progressista ou rotineiro. Não há referência à transformação qualitativa no modo de trabalhar; não é descrito o que acontece quando a comunidade instala formas de labor mais ricas e de maior exigência técnica, quando modifica o seu processo produtivo, de que resulta a transmutação

do meio social e da consciência individual. Compreende-se a ausência de reflexões a tal respeito, porque o filósofo europeu não tem oportunidade de apreciar o trabalho em transe de alterar substancialmente a qualidade do país, elevando-o da condição de atraso ao nível superior de desenvolvimento. Por isso não tem a percepção dos efeitos que a modificação no tipo de trabalho determina na realidade externa e no pensamento. O mundo que o cerca causa-lhe apenas "preocupação"; no fundo, sua filosofia, mesmo que nos traga algum subsídio, é ainda uma meditação descomprometida, desinteressada de qualquer projeto de construção real, revelando mais a passividade do espírito própria das classes sem esperança de comunidades nacionais abatidas pelo desânimo e pela derrota. Mas o mundo que cerca o homem brasileiro de hoje causa "ocupação", ou seja, impõe exigências de trabalho, estimula a ação em grau tão elevado, que o "cuidado" existencial, necessàriamente acompanhando a consciência do homem, apresenta aqui modalidades desconhecidas e insuspeitadas pelos filósofos dos centros dominantes. O que determina o conteúdo da noção de "cuidado" para o homem brasileiro atual são as condições reais da sua prática, e esta é revolucionária, no sentido de que é a transmutação da existência das massas trabalhadoras, que desejam passar de uma ordem arcaica para outra, de pleno desenvolvimento.

Quando o filósofo europeu medita no ser do homem, e encontra como essenciais as categorias do "cuidado" e da "preocupação", aquilo de que cuida ou por que se preocupa, o que em concreto constitui o conteúdo dessas disposições, é completamente distinto do que será objeto de reflexão análoga feita pelo filósofo do país em desenvolvimento. Para o primeiro, há todo um conjunto de situações materiais, de bens espirituais e de valores julgado necessário restaurar, ou, caso contrário, abolir e substituir; mas é sempre em vista de uma realidade passada que se processa a meditação. Nós, ao contrário, quando pensamos criticamente, não vemos o nosso contôrno como se tivesse sido interrompida a vigência de suas instituições e valores, nada temos que restaurar ou anatematizar. Para nós, o curso da história não foi rompido, não houve crise que nos imponha o cuidado pelo que desapareceu e o temor ou a incerteza pelo que está por vir. Não vivemos o ressentimento por alguma humilhação, o encargo da vitória, a nostalgia do passado, nem a perplexidade ante o futuro. O "cuidado" para nós tem significado inteiramente diferente: é a descoberta de possi-

bilidades vitais para a nossa comunidade, a ansiedade e a luta para realizá-las. Se quisermos caracterizar a modalidade segundo a qual se apresenta para o homem brasileiro de hoje o "cuidado" existencial, será justo dizer que é a "impaciência". Vivemos na inquietação de desejar que o tempo passe depressa, porque estamos ávidos de chegar ao futuro que se anuncia promissor. Existe para nós o sentimento do tempo carregado de oportunidades que almejamos ver logo realizadas. Para exemplificar: tendo notícia de que a indústria automobilística nacional, presentemente fabricando veículos em determinada quantidade e cerca de 80% nacionalizados, estará em breve produzindo a totalidade das nossas necessidades, com perto de 100% de nacionalização, vivemos a impaciência de alcançar êsse momento, e de certo modo nos comportamos como se já o tivéssemos alcançado. A impaciência que se observa nas massas e na inteligência de alguns povos europeus é de outra espécie; é antes irritação e fuga do real do que pressurosidade. A impaciência "cuidadosa", que nos agita, é o modo de ser assumido pela "preocupação" de uma consciência ocupada. É uma modalidade de perceber o tempo, só possuída por indivíduos pertencentes às comunidades empenhadas numa realização histórica coletiva. O tempo para a consciência crítica brasileira é coisa diferente do que é para a reflexão de homens de outro contexto. Para o país que apenas defende privilégios históricos, o tempo, como o mar, quanto mais tranqüilo e lento mais favorável; mas para a nação que mobilizou em um empreendimento gigantesco as suas fôrças produtivas, o sentimento da urgência se associa a tôda percepção do tempo, não existem para ela medidas cronológicas, mas prazos de realizações. O ano, que para os outros é um período cósmico invariável, para nós é a espera de certas coisas. O tempo, para os outros, é um capital que se despende, gastam o passado; para nós é um capital que se acumula, gastamos o futuro. Para o filósofo ocioso, criador de teorias abstratas, a realidade do homem pode aparecer como definida pela "preocupação", ou seja, decompondo a palavra, pela "pré-ocupação". O homem é entendido, assim, como tendo sua essência "anterior à ocupação". Ora, para o homem do país subdesenvolvido, a essência está na própria "ocupação", isto é, no trabalho que executa para se libertar das condições de pobreza, das opressões sociais internas e das pressões imperialistas. O proletário do país atrasado não tem "ser" antes de ter uma ocupação libertadora, um trabalho que o realize como ser humano. Para nós, a "preocupação" é na verdade uma "pós-ocupação", quer dizer, o cuidado consecutivo à ocupação no trabalho capaz de conduzir à criação do homem.

Por não compreender as diferenças de conteúdo entre as interpretações existenciais no seu meio de origem e nos países em outra situação histórica, é que muito de útil que há naquelas formulações fica imprestável. A nossa consciência simplória apressa-se em inteirar-se das novidades que se elaboram no pensamento universal e as transplanta tais e quais para a compreensão dos fatos e problemas com que nos defrontamos. Mostra-se, assim, destituída de objetividade. Se, ao contrário, estivesse constantemente voltada para os aspectos reais da sua situação, não falaria abstratamente do concreto, mas interpretaria concretamente as noções abstratas. Aquilo que a análise revela enquanto "noção" necessita ser "preenchido", enquanto percepção, e o que dá "enchimento", no sentido da teoria fenomenológica, àquela noção é o que de fato existe independente do espírito, como objeto na realidade circunstante. Mas a objetividade, que preenche, em cada situação realmente vivida, os conceitos revelados pela análise, esta sujeita a ser desvirtuada por interpretações ingênuas de base idealista.

Não é sem motivo que também a consciência singela costuma reclamar um fundamento objetivo. Mas a idéia que faz da objetividade é naturalmente simplista e equivocada. Consiste em supor que tudo quanto se acha representado no pensamento é verdadeiro, não sendo contraditório. Para ela as leis da lógica abstrata bastam para assegurar a objetividade, porque os conceitos, que irão figurar nos raciocínios, têm origem empírica, e isso é suficiente para garantir a referência ao mundo exterior. No entanto, é indevido êste modo de pensar, porque a mera referência do conceito ao ser, entendida como relação isolada, não exprime todo o conteúdo da objetividade. Deixa-a a meio-caminho, sem alcançar a forma crítica. A objetividade em que se funda a reflexão crítica esclarecida se completa pela aceitação de outra lógica, a que está implícita nos fatos, sob forma de relações causais imanentes. O pensador crítico esforça-se por adquirir a significação exata do dado e mostrá-la a outros, mais do que por teoretizar abstratamente a experiência ou interpretá-la em conceitos éticos. A objetividade da consciência da realidade nacional revela-se na constante referência à natureza e à sociedade onde se encontra, nada aceitando que não venha diretamente da experiência própria,

ou não seja traduzido pela razão filosófica ou sociológica, quando proveniente da experiência ou do conhecimento alheio.

A denúncia da falsa objetividade deve valer-nos para a defesa da legítima. Dissemos que esta tende a se manifestar na percepção que as massas têm dos seus problemas. O líder sindical autêntico possui um ponto-de-vista mais objetivo ao exprimir a sua situação e as suas reivindicações do que os políticos da elite burguesa que devem examiná-las. Enquanto a maior parte dos meios de divulgação, as vozes dos oradores sacros e profanos, os comentários da imprensa, as lições da mediocridade universitária, os relatórios das grandes emprêsas comerciais, os projetos legislativos, estiverem a serviço do pensamento primário, haverá aparente preponderância da expressão ingênua, para quem observa do alto o panorama da consciência social. Mas, se o próprio observador não estiver vinculado por interêsses particulares a êsse modo de ver, ser-lhe-á possível discernir os sinais inequívocos do pensar crítico nascente, cujos contornos se vão ràpidamente precisando. Se observar que tal atitude de consciência tem por correlato exterior modificações consideráveis dos suportes econômicos da sociedade, compreenderá que o surto histórico que a traz à tona garante ao mesmo tempo a sua irreversibilidade. As massas e os intelectuais despertados para a compreensão crítica da realidade brasileira não retornarão ao estado de engano, de que resultavam a exploração do trabalho do povo e as divagações literárias da "inteligência" desocupada. O movimento de conversão do pensamento às suas verdadeiras raízes está em contínua expansão. Por isso, o processo político encaminha-se necessàriamente no sentido de satisfazer os anseios impacientes de uma consciência social cada vez mais decidida a cumprir o projeto vital de superar o subdesenvolvimento. Aos políticos compete colocar-se à frente dessa transformação, para que sejam reconhecidos como agentes dela; e não procurar entravá-la ou submetê-la ao que julgam ser os ditames da razão abstrata ou da ética intemporal, se não quiserem sofrer o castigo da indiferença pública, que os relegará à condição de reclamadores beócios. O processo objetivo é a essência da realidade e suscitará fatalmente os que falarão em nome dos interêsses que o impulsionam. Sòmente êstes serão os portadores da consciência crítica.

2 — A CATEGORIA DE HISTORICIDADE

a) *A realidade como processo*

A segunda noção fundamental que caracteriza a correta interpretação da realidade, é sua apreensão em forma de processo. Em muitas das páginas precedentes nos temos referido a êste conceito e ao seu significado na fenomenologia da consciência elementar. Convém que o analisemos agora na perspectiva da compreensão crítica do mundo.

Para o pensamento simplório, a realidade de um país é evidentemente composta de acontecimentos que se sucedem no tempo, mas o conjunto é enquadrado em configurações objetivas e se compreende por noções ideais, umas e outras imutáveis. Para essa modalidade de pensar, o fundamento da realidade é estático. A mobilidade diz respeito a transformações superficiais, acidentais, porém o todo permanece idêntico a si mesmo, pois aquilo que o explica, a sua estrutura e as idéias com as quais deve ser apreendido, não variam. O conceito de nação é o de uma totalidade histórica inalterável, porque as mutações materiais que nela se dão constituem um plano segundo, não substancial. A idéia pela qual é representada a essência da nação não as inclui, pois são consideradas simples dados de fato, ocorrências empíricas que não alcançam o "plano das essências". Encontramos aqui o âmago do pensar ingênuo: a crença de que as mudanças materiais produzidas pelo processo nacional não afetam a essência da realidade, não obrigam a substituir as representações sôbre a estrutura do país. As alterações de conteúdo são reconhecidas reais, mas não entendidas no seu significado. Se o país deixa de possuir estrutura predominantemente agrária e empreende a instalação de uma economia industrial, o pensar simplista vê nesse fato um acidente histórico, relevante sem dúvida, mas de sentido limitado ao campo econômico, com restritas implicações sociais talvez, nunca porém o considera uma transmutação radical, que obrigue a consciência a reformular o

sistema de idéias de que se servia para compreender o seu objeto. Para o pensamento inocente a realidade tem existência substancial: é aquilo que é, não muda senão até o ponto em que o faça sem deixar de ser substancialmente o que é. Se imaginarmos uma mudança tão profunda que importe destruir a "substância" nacional, por exemplo, a revolução social, com a destituição da atual classe dominante, teríamos de considerar que a nação anterior deixou de existir, extinguiu-se com o aniquilamento dos seus suportes e valores ideais.

É precisamente a doutrina substancialista da realidade nacional que o pensamento crítico repudia. Para êle a categoria capital no entendimento da realidade, é a de "processo". A realidade é sempre, e por natureza, transição e mudança. O que chamamos mundo e, em particular, nação, é um fluxo de acontecimentos e de existências, de fenômenos e coisas, a que correspondem no espírito dos homens idéias representativas, teorias aclaradoras e valores de apreciação. Define-se pelo movimento permanente que vai pondo à tona do processo produtos materiais e idéias novas, derivadas das situações recém-criadas, as quais, para serem entendidas, demandam disposição de espírito aberta à expectativa do novo, afável em acolhê-lo e traduzi-lo em fórmulas inéditas, com voluntário e dócil abandono da aparelhagem conceitual de que até então se servia. Êste último aspecto tem valor preliminar decisivo: a disposição prazerosa, a boa vontade, a não resistência à novidade. Conjuga-se à intelecção crítica para constituir a atitude perfeita para atuar sôbre a realidade. Claro está que o processo como tal não depende de nenhuma afecção subjetiva, mas o enveredar de cada consciência individual na direção de uma ou de outra das modalidades em que a classificamos, é muitas vêzes influenciado nos seus primeiros determinantes, por essas inclinações. Apreciando o caso de uma consciência pessoal, a coincidência com os imperativos da realidade será facilitada ou impedida conforme a qualidade do ânimo que recebe o impacto dos acontecimentos. O fator psicológico existe, deve ser corretamente avaliado à vista do seu papel na formação da consciência crítica, justamente para impedir que venhamos a cair na ilusão psicologista, que seria reduzir o processo real, em última instância, ao simples dinamismo de caráter anímico, a um prélio entre espíritos.

O pensar ingênuo, sempre disposto a conservar o antigo, procede à interpretação do atual ou do emergente em função do passado; o pensar crítico, ao contrário, procura nas ocorrências de que é testemunha a fonte das idéias de que se servirá para compreendê-las. E não só não julga possuí-las de antemão, como não afirma que o método para alcançá-las seja sempre o mesmo. O processo, no seu movimento real, deve condicionar o método que, em cada período, permite formar as idéias necessárias a compreendê-lo. Como proposição constantemente válida há apenas esta, de ordem metalógica, suprametodológica: a de que o método é variável; aquêle que se mostrou útil no passado nem por isso tem assegurada a vigência futura. Cabe aos filósofos e aos sociólogos, interpretando o real do momento, propor o melhor método para chegar às idéias que apreendam as transformações correntes de que são observadores interessados. A prática social dirá se a proposta feita era correta. Essa afirmativa não se funda sòmente na evidente substituição das épocas e dos conteúdos de cada qual, mas igualmente na diversidade dos contextos nacionais, coincidentes no mesmo momento do tempo cronológico, mas em fase distinta de evolução. O que é válido para se compreender uma realidade nacional no instante presente, não vale necessàriamente para outra, contemporânea, ou para aquela mesma no futuro.

Ao apreender o real não é possível prescindir de um modêlo, de um esquema interpretativo, no qual se enquadrem os fenômenos observados. Devemos ter em conta que tal esquema existe sempre em nosso espírito, porém importa não perder de vista a relatividade dêle. Quando examinamos a hipótese de aplicá-lo a uma situação visìvelmente original, só apresenta como justificativa os serviços prestados ao entendimento da situação anterior, mas nada o obriga a valer também para a fase nascente. Precisamos estar dispostos de bom grado a substituí-lo, utilizando-o apenas como ponto de partida para nos aproximarmos do novo conteúdo da realidade, pois evidentemente não poderíamos ir aos fatos num estado de inocência lógica, com o espírito vazio de representações e de conceitos prévios. Se, neste caso, reconhecemos a existência e o emprêgo de idéias anteriores a cada experiência particular, temos de considerá-las como estabelecendo uma condição de fato, não definitiva, e procurar, no confronto com a realidade, verificar até que ponto ainda continuam verdadeiras, para modificá-las de acôrdo com a imposição dos acontecimentos.

O mundo ao qual o homem está ligado, e que contribui para constituí-lo ontològicamente, é, como âmbito mais real, o da sua nação. A reflexão sôbre o "mundo" comporta uma

dimensão nacional, que escapou aos chamados filósofos da existência, malgrado pretenderem possuir uma visão concreta. Entre mim e o "mundo" interpõe-se o Brasil. E isso duplamente: não só porque espacialmente vejo o universo a partir de um ponto interior à realidade brasileira, porquanto não tenho acesso direto aos acontecimentos do mundo, e sim aos do Brasil, enquanto refletidos no conjunto universal e refletindo, por sua vez, êsse conjunto; mas também porque não posso compreender a história do mundo passado e futuro, senão enquanto afeta o curso dos acontecimentos do meu próprio espaço nacional. A idéia de "acontecimento mundial" não tem contornos definidos, que a façam utilizável. É produto da ilusão de óptica histórica que identifica "mundo" com "países dominantes". Todo acontecimento assim chamado é na verdade interior a uma esfera política nacional ou nela tem suportes. A área multinacional que certos fatos abrangem não nos deve levar a perder de vista a significação concreta que possuem, e esta só será alcançada quando os colocarmos na perspectiva de alguma comunidade. Aquilo que nos parece serem os acontecimentos universais são na verdade os acontecimentos dos outros. Assim é que o conceito filosófico de "processo", pelo qual se adquire a categoria mais alta para o entendimento da realidade, precisa ser interpretado em nova forma, reduzido, nos dois sentidos da expressão: no vulgar, isto é, restringido, diminuído, no seu campo imediato e original de observação; e, em segundo lugar, no filosófico, enquanto é preciso trazê-lo a um fundamento concreto, provendo-o de conteúdo objetivo, necessàriamente particular. A noção da realidade como processo assume, pois, sentido específico, relativo à posição no espaço, a partir da qual é apreciada. Inútil supor que haja meios de escapar a êste limite, que se venha a superar o condicionamento local e a circunstância histórica; o ponto-de-vista de Sirius é inatingível, e ainda que o não fôsse, seria a perspectiva a partir de Sirius e nada mais, tão particular quanto a minha aqui, neste instante.

Rejeitado o postulado substancialista e admitida a realidade como processo, a objetividade deixa de ser primordialmente o panorama espacial, para apresentar-se sob a espécie do acontecer no tempo, na história. De acôrdo com o primeiro modo de compreender, o Brasil é, antes de tudo, o espaço territorial que ocupa, fazendo o papel de "continente", de "invólucro" do real. Êsse espaço está cheio de objetos naturais e fabricados, e de habitantes, que nêle desempenham suas ocupações vitais. Passam-se evidentemente acontecimentos de ordem física ou determinados pela atividade humana, mas, embora dêem conteúdo àquele envolvente, são sempre considerados acidentais, e ainda quando preencham a história, não determinam por si a realidade, que é entendida como a permanência daquele continente, idêntico a si mesmo, ao longo de um tempo que lhe seria exterior. A história, matéria predileta da consciência ingênua, é concebida como inclusa na realidade, é a biografia de um ser que, em princípio, seria distinto dela. Haveria um Brasil em si, absoluto, enquanto área da superfície da Terra, e uma história do Brasil, como narrativa de eventos interiores a êsse espaço, mas, por natureza, acidentais, adjetivos. A história não definiria a realidade, mas esta, subsistindo por si, ofereceria oportunidade para aquela desenrolar os seus acontecimentos. A história seria ingrediente da realidade, não a constituiria na sua mesma essência. A história é do país, mas o país não é da história. Há um ser a-histórico, meramente extensivo, suporte da objetividade, a que o tempo se vem ajuntar de fora, pondo então em movimento as coisas e pessoas que ali estavam, eram reais, antes de o receberem.

Na perspectiva de processo a compreensão é diferente: o Brasil é a sua história, é indiscernível dela, pois a sua própria constituição em âmbito geográfico é fato histórico, processou-se ao longo do tempo, deve-se a causas objetivas e só se explica em forma de sucessão cronológica historizada. A diferença é capital no que diz respeito aos modos de ser da consciência. Na primeira modalidade de pensar, a que se configura na consciência singela, o fato histórico é acidental, suas repercussões e conseqüências, benéficas ou trágicas, não afetam a essência da nacionalidade. Dêste modo, o Brasil será objeto dos mesmos julgamentos de valor, quer se apresente na estagnação da economia primária e na postura complacente do estado semicolonial, quer se encontre em fase de crescimento econômico e esboce movimentos políticos de autodeterminação. Segundo tal modo de ver, seria o mesmo Brasil, num caso e noutro. Ora, é justamente isto que a teoria historicista e crítica contesta: no segundo caso, não é o mesmo Brasil de antes, e sim outro, um novo, um imprevisível Brasil. Mudar de conteúdo em sua economia, de comportamento social nas suas relações internas e na sua atividade, e de ponto-de-vista em sua consciência, é ser outro ser, é ter nova realidade, é suceder a si próprio. Precisamente isto constitui a idéia de processo. Só por meio de tal conceito teremos acesso à compreensão da realidade nacional. Será, então, por meio de categorias históricas que

iremos apreciá-la. A descoberta e a discussão destas é tema de grande dificuldade, sôbre o qual não há acôrdo entre os filósofos. Não entraremos na análise desta questão, que fugiria ao nosso objetivo; limitamo-nos a indicar o essencial, a historicidade enquanto categoria. Êste ponto é pacífico e fácil. É, aliás, o que mais importa para o exame do problema da consciência nacional.

b) O *presente como dinamismo e virtualidade*

Para o entendimento ingênuo, a história se ocupa exclusivamente do passado, que é o seu material de estudo, a direção em que dirige o olhar. É o conhecimento retrospectivo. O presente é interpretado como ponto de partida de um movimento de retrocesso e portanto como posição destinada a ser imediatamente abandonada pela marcha retrógrada da investigação histórica. Enquanto simples ponto de partida, a rigor não pertence à história, pois esta é o que está para trás, termina no momento anterior ao atual. O passado é entendido como um bloco sólido, no qual o historiador estabelece apenas seriação cronológica entre os acontecimentos, depois de havê-los esvaziado de tôda real historicidade. Já a concepção crítica entende a historicidade em sentido ativo. A história não é o conhecimento do passado enquanto passado, mas do presente que foi. Cada forma da realidade passada foi o presente de certo instante. Mais do que isso, foi também o futuro de um presente mais antigo. É à luz destas noções que deveremos perguntar pela realidade do nosso presente de hoje. Êste não é o início de uma análise retrospectiva, mas a origem de um avanço para a frente. À consideração histórica o presente perde a natureza privilegiada, de ponto de referência único e estático, e as coisas e fatos que o preenchem não tomam o caráter de medida padrão. Os critérios de entendimento não serão os que se fundam no passado, entendido como justaposição de presentes imóveis, mas os que decorrem da historicidade do presente atual, concebido como fluência e virtualidade. São êstes dois aspectos que nos importa principalmente destacar. Quanto ao primeiro, o presente é o trânsito da realidade pelo estado observado. Sua essência é oferecer-nos determinado contexto natural e social, submetido a um movimento que conduz a substituí-lo por outro estado. A idéia crítica do presente dinâmico condiciona um comportamento altamente eficaz em face da realidade. Exclui como ingênua a idéia do construir para a eternidade. Impõe a

noção de que tôda atividade se exerce agora para produzir aquilo que durará algum tempo, mas fadado a desaparecer ou transformar-se. Na idéia de qualquer construção histórica deverá entrar a perspectiva da sua caducidade, de modo que o critério racional para avaliá-la não será a busca de um valor imutável, mas das linhas segundo as quais julgamos conveniente que se processe a transformação atual da realidade. O pensamento crítico não procurará aprisionar o existente, na tentativa inútil de conservá-lo para sempre, mas se esforça por construí-lo de modo a ser previsível a sua futura substituição. Tentará interferir no processo para conduzi-lo, não para sustá-lo. O presente é para a visão lúcida um campo de possibilidades aberto ao projeto existencial do homem e da comunidade. É o descortino do futuro e não o coroamento do passado. Na teoria cândida, nêle termina a tradição, que é entendida, como diz um filósofo contemporâneo, como a pré-história do presente. O passado, por sua vez, é também afetado pelo mesmo estilo imobilista do pensar primário, e se converte então em monumento maciço apoiado sôbre o dia de hoje. Faltando a perspectiva fundamental da historicidade, a concepção simplista da história é incapaz de tornar inteligível até mesmo o passado, que, conforme julga, é o seu espólio. O passado rígido não permite descobrir as leis do acontecer e da sucessão dos eventos. É uma superfície sólida, sôbre a qual é possível deslizar, mas não se deixa perfurar. Explica-se assim que, nesse modo de ver, o conhecimento da história não tenha qualquer efeito prático sôbre o presente, não forneça senão alguns chavões e qualificativos ingênuos, como o de "mestra da vida", por exemplo. Não impregna o presente com o seu significado capital que é o de fugacidade e dinamismo. Corta o presente do passado e busca neste último hipotéticas leis de evolução. Exclui quase sempre o exame dos aspectos materiais e econômicos do viver antigo, para só comprazer-se na descrição dos fatos pitorescos, episódicos e superficiais.

A percepção crítica, ao contrário, centraliza no presente o interêsse, mas não o privilegia como fundamento para a elaboração dos conceitos de valor, antes, está disposta a indagar das virtualidades que nêle se contêm e que esboçam os estados do futuro. Ver o presente como fluência, é o primeiro postulado da atitude epistemológica que devemos chamar de empírio-historicismo. Esta doutrina define-se pela aceitação simultânea de duas afirmações: de que a compreensão do real só será obtida tomando-o na perspectiva histórica; e de que as leis da história são indutivas, são de na-

tureza empírica. Por êste último aspecto, queremos significar a possibilidade de que a emergência do presente acrescente alguma coisa às leis conhecidas, ou venha a revelar outras. Sòmente o exame empírico permite estabelecer conexões tão gerais entre fatos ocorridos anteriormente, que mereçam ser erigidas em leis. Mas a validade destas, não estando fundada sôbre qualquer princípio metafísico *a priori*, acha-se sempre aberta à retificação, por motivo de novos acontecimentos, cuja dependência causal para com os antecedentes não era abrangida pelo enunciado anterior.

Nenhuma fórmula de lei histórica inclui a certeza de sua aplicação absoluta. Nada garante que esgote tôdas as possibilidades futuras, contendo-as desde já no seu enunciado. Para que assim fôsse seria preciso supor a existência de um princípio transcendente à história, do qual a lei seria a expressão conceitual. Mas não há princípio que forneça o ponto de partida para uma teoria dedutiva da história. A correlação íntima dos fatos escapa a todo conhecimento *a priori*. Sem dúvida, o que nos parece novo, e até mesmo imprevisto, tem seus determinantes nas condições anteriores, mas a nossa apreensão não alcança tal coincidência com o real, que a habilite a captar intuitivamente a lógica imanente ao curso das coisas. Vista por nós a lógica da história é necessàriamente empírica, concreta, dela não conhecemos senão as linhas gerais, as grandes direções. Com êste modo de pensar excluímos a teoria idealista, que supõe atingir de maneira perfeita a lógica da realidade, mas só consegue fazê-lo concebendo-a em abstrato. Os esquemas universais *a priori*, ainda que se apresentem como extraídos da observação, não merecem maior respeito, desde que se dêem como leis conclusas. Parece-nos, ao contrário, não haver outro caminho de acesso ao determinismo dos fatos a não ser a verificação conduzida segundo os métodos científicos. Se, pela prática da observação, chegamos a formular proposições amplas, dignas do título de leis, devemos estar atentos ao significado específico desta palavra, que refere apenas a síntese dos dados da observação e da experiência dos fenômenos naquilo em que nos permite conhecer as conexões interiores que os regem. A causalidade por elas indicada não se refere a um princípio oculto ou realidade transcendental, mas consiste, no caso particular da causalidade histórica, num entrelaçamento de fatôres objetivos e das correlatas estruturas de idéias e instituições sociais, que, só por ser demasiado complexo, não se deixa captar na apreensão imediata. Não se deve negar a existência de um

vínculo racional entre os fatos históricos por motivo de não podermos defini-lo numa fórmula simples, estabelecida de uma vez por tôdas, em caráter absoluto. Mas, tampouco é justo, ao reconhecermos esta impossibilidade, oferecer em seu lugar uma regra abstrata, produto exclusivo da lucubração filosófica, com o fim de satisfazer nosso desejo de sistematizar a realidade. A atitude empirista não entrega a história à obscuridade do irracional. Sabemos que os acontecimentos procedem de causas certas. Como, porém, não é fácil reuni-las em sua totalidade, para dar razão de uma particular ocorrência, é preferível aproximarmo-nos delas, mediante o enunciado que melhor as inclua, do que trocar esta indução plausível, e pràticamente de bom proveito, por especulações grandiosas, que só preservam a coerência à custa de se distanciarem da realidade.

A visão romântica e idealista do historicismo consiste em colocar todos os acontecimentos no terreno da história, mas para entendê-los a partir de leis ideais, que devem explicar os fatos ocorridos e permitir prever os que ocorrerão. O vício desta concepção é supor um rígido esquema apriorista, atrás do qual se ocultam na verdade interêsses a defender, como privilégios nacionais, de classe, de raça, de religião, ou mesmo pessoais. São esquemas históricos e sociais desta ordem que sentenciam a divisão do mundo em nações dominadoras e ancilares, em raças fortes e nobres e outras incapazes e desprezíveis, em crenças civilizadas e incultas, em classes privilegiadas e espezinhadas, em ricos e pobres. Numerosas expressões típicas da consciência ingênua, como a que diz ter de haver sempre a riqueza de alguns ao lado da penúria da maioria, fundam-se nesta perspectiva idealista e estática, que julga conhecer as configurações definitivas da história. Nosso modo de pensar, ao contrário, procura manter viva a idéia da originalidade do acontecer, do imprevisível e do insuspeitado, sempre possíveis, sem, contudo, é claro, cair no êrro oposto, a presunção da contingência radical. Enquanto a primeira suposição é entorpecente e, por exemplo, exorta à resignação os países em estado de subdesenvolvimento ou em regime colonial, ao lhes incutir a certeza de constituírem por fatalidade um proletariado externo necessária e inevitàvelmente pauperizado, nosso modo de ver abre o espírito à esperança da novidade, revela a insegurança de todo domínio atual, mostra que nenhuma situação existente tem raízes imutáveis, nem se produziu por decreto divino, e por isso induz os países da periferia a se sentirem aptos a emergir da penumbra histórica onde jazem,

desde que se esforcem por encontrar em si os meios de fazê-lo. Não há condenações históricas à prisão perpétua, porque a cada instante pode vir à superfície da realidade um fato imprevisto, e o surgimento dêle obrigar a corrigir o modêlo anterior, com o fim de atender à revelação dos determinantes que o tornaram real.

A teoria empírica da história é confortadora e estimulante para os países que se decidem à autodeterminação. Mostra-lhes não estarem presos a uma funesta fatalidade, a qual, segundo a interpretação dada pela lógica dos arúspices residentes nos centros dominantes, os predestinou à existência marginal. Mostra-lhes, ao contrário, que a verdadeira lógica histórica conta com a eventualidade da sua subida ao plano egrégio como acontecimento perfeitamente possível. Não há determinismos fatais, uma vez que no cômputo dos fatôres causais se inscreve a vontade coletiva livre, a vontade nacional, que se vale da ausência de fatalismo histórico que beneficie obrigatòriamente as nações opulentas, para mudar o rumo dos acontecimentos em proveito das que tiveram a audácia de conceber e realizar o desejo emancipatório.

A perspectiva empírio-historicista não consiste apenas em defender o caráter *a posteriori* dos esquemas de compreensão, mas em afirmar a componente empírica da doutrina, ou seja, a necessidade de colocar os fatos na ordem do "devenir" objetivo, que lhes dá origem. A atitude empirista simples é mais pobre do que a concepção aqui defendida, que a associa indissolùvelmente à perspectiva historicista. Com efeito, o mero raciocínio empírico deixa de acentuar convenientemente o aspecto histórico dos objetos, considerando-os como "coisas", quando são, na verdade, produtos, em grande parte, da fabricação humana, e como tais históricos. Por estarem no mundo inanimado, parecem ter a mesma condição geral das "coisas" naturais, participantes tão-sòmente do tempo físico. A natureza inorgânica e aparentemente invariável do armário que tenho em frente a mim, pode fazer-me concebê-lo como simples coisa e julgá-lo objeto exclusivo das leis naturais. Entretanto, sendo criação humana, pertence a um momento da história que, pelo estilo geral vigente e pelas necessidades práticas de utilização, determina o material de que é feito, a forma que adquire, a disposição das partes, a finalidade a que satisfaz etc. Não se confunde com um armário grego, medieval ou renascentista, não porque seja "melhor" armário do que aquêles antigos, mas porque o é "diferentemente", é armário na perspectiva do estilo de existência, do sistema de serviços e exi-

gências vitais que definem a época atual, e não outra qualquer. O caráter histórico de todo produto técnico, de todo fabricado, precisa ser ressaltado, para que se perceba o traço de historicidade do presente atual, a que linhas atrás nos referíamos.

A par da fluência, devemos indicar a virtualidade, como aspecto significativo da noção historicista da realidade nacional. Se incluímos nesta concepção não só os fatos, onde a transitoriedade se mostra à primeira vista, mas também os produtos da técnica, compreendemos que todos os dados da realidade estão envolvidos no mesmo fluxo e na mesma efemeridade que naturalmente reconhecemos nos acontecimentos. Com relação a êstes fàcilmente nos convencemos do seu caráter próprio, o de serem ricos de virtualidades, que se irão desdobrando e atualizando em acontecimentos futuros. Os atuais são as matrizes dos que virão; nos primeiros deve existir, portanto, algo que, sem invocar qualquer princípio ontológico, mas apenas a título descritivo, chamaremos de "virtualidades". Se nos colocarmos no ponto-de-vista do futuro e daí olharmos o presente, vê-lo-emos como antecedente do que, então, é o real; veremos o presente, que daquela perspectiva já será o passado, como determinando, a título de fundamento, as novas condições. Estas não surgem do nada, e sim das anteriores, que, enquanto tais, entram como fatôres na gênese das condições atuais, pois estas não seriam o que são, a não ser provindo daquelas. Logo, as antecedentes, ao constituírem a realidade do seu momento, têm de ser consideradas como matrizes das seguintes, no sentido de que, se é verdade que a causalidade material que liga as primeiras às outras só se manifesta quando estas últimas existirem, sabemos de antemão que uma realidade vai existir em conseqüência da realidade atual, e por isso é lícito referir-se a ela desde já, para o que, não sendo próprio chamá-la de real, pois ainda não se concretizou, designamo-la por virtual. Repetimos não haver nesta análise qualquer apêlo a entidades ocultas. A semelhança com doutrinas metafísicas, que dão significado ontológico às idéias de ato e potência, é simples coincidência verbal. Na verdade, move-nos o intuito de procurar a compreensão empírica do fenômeno histórico. O real com que nos deparamos, à luz das categorias históricas de fluência e virtualidade, contém germinativamente o futuro, no sentido em que, quando nos encontrarmos nesse futuro, só o entenderemos se compreendermos como pôde surgir do presente de hoje. Desta forma, tão correto quanto dizer que o atual contém o futuro é dizer

que o atual contém o passado. A noção de virtualidade menciona apenas a descrição de uma conexão histórica de sentido, e como tal liga o atual tanto ao futuro quanto ao passado. Contém o aspecto lógico dessa conexão, que será o objeto próprio da análise empírica, sendo de esperar que se consiga a redução dos diversos modos de correlação a um modêlo interpretativo coerente. Posta de lado a idéia de que sob o vocábulo "virtualidade" se esconda algum ente metafísico, resta a simples e quase trivial constatação de que, na fluência dos fatos, os atuais configuram, como determinantes, a possibilidade dos futuros, e de algum modo nestes se conservam quando forem êstes o presente.

Contudo, como a apreensão da realidade, aqui defendida, inclui na condição histórica não apenas os acontecimentos, mas também os produtos de fabricação humana, devemos descobrir que significado tem a noção de virtualidade aplicada a êstes. São coisas ou objetos, cuja razão de ser está em atender a certas exigências. Ora, estas são históricas, são produto de determinado modo de viver, de pensar, de sentir, supõem um grau definido no avanço do conhecimento, uma soma de noções científicas, de instrumentos para explorar o mundo ambiente, só vêm a surgir numa etapa configurada da evolução da sociedade. Não há exigências abstratas nem absolutas; tudo o que se exige, excluído o objeto dos simples desejos sentimentais e dos devaneios conscientes, tem fundamento social, é fruto de condições concretas que suscitam requisitos capazes de realização. O caráter histórico destas exigências, de que decorre a existência dos produtos que as satisfazem, significa que são transitórias, modificam-se com a própria satisfação que recebem, com a incorporação dos conhecimentos ou com o cumprimento das possibilidades de exploração e domínio do mundo que o empenho em atender a elas propicia. Porém, modificar uma exigência histórica quer dizer substituí-la por outra, pois não há comunidade tão farta e quiescente, que deixe de tê-las. Por conseguinte, para adquirir o sentido do objeto manufaturado, produto dos reclamos de determinado momento histórico, temos de compreender que, enquanto satisfaz as intenções para as quais foi feito, é portador êle próprio de novos reclamos. O armário aqui em frente, mesmo suposto perfeito para os fins a que se destina, pelo fato de esgotá-los, caduca, e com isso desvenda as perspectivas do que deve ser o próximo armário. Se a história prossegue, se as exigências que deram origem a tal peça de mobiliário não são as últimas, nem as definitivas, mas serão substituídas

por outras, decorrentes do cumprimento das primeiras, êste armário também não será o derradeiro no seu estilo e constituição. Como objeto, é portador das virtualidades do objeto futuro, o qual dêle receberá, mediante a negação e superação das atuais qualidades, tornadas imprestáveis, as determinações que o farão real.

Generalizando, e procurando aplicar êstes conceitos à hermenêutica do conjunto da realidade nacional, podemos considerar o mundo presente como definido por uma única virtualidade resultante, soma das inúmeras virtualidades particulares. Neste sentido, todo objeto presente aponta o seu sucessor e implica a certeza de que será superado. Como, porém, o objeto está imerso na situação, ou seja, nas exigências históricas concretas da comunidade em certo momento, tal certeza equivale a dizer que não será sempre a mesma a situação dominante. Estabelece-se um circuito de dependência recíproca entre o objeto e a situação, dentro da mesma historicidade radical, que funda a um e a outra na natureza temporal do mundo e do ser humano. As virtualidades do objeto indicam que a sua substituição por outro exige o advento de nova situação geral, mas as virtualidades próprias desta só se cumprirão quando se criarem os objetos que tomem o lugar dos atuais. Impregnados dêste pensamento, sabemos que as exigências da situação configuram as coisas do mundo a que pertencemos, mas estas, por sua vez, são origem de novas exigências, que irão abolir a realidade vigente. Eis porque acreditamos que, quando se instalam numa sociedade condições que a elevam o suficiente para encher o seu espaço nacional sempre de objetos novos, nela fabricados, cria-se um processo, ràpidamente acelerado, de mútua implicação entre conteúdo material e forma política, tendente a unificar os interêsses gerais das fôrças sociais produtivas representadas pelas massas trabalhadoras em um projeto coletivo irresistível. A situação passa a ser resultante das virtualidades das coisas existentes e, ao se constituir, cria o requisito de novos bens materiais, em volume crescente. Chegada a esta etapa, a comunidade alcança um grau de consciência que não mais dispensa um plano voluntário de existência política.

Temos, assim, razões de confiar na fôrça de uma decisão coletiva quando adquire delineamentos tais que se converte em reclamo geral. No momento em que a comunidade nacional fôr capaz de sentir, unificada, um conjunto imperioso de exigências e puder traçar o projeto de existência que lhes dará satisfação, êste projeto passará a ser uma

virtualidade histórica. O presente será vivido na perspectiva da realidade a criar, e assim a objetividade dos fatos e das coisas aparecerá como suporte da sua necessária transformação. Todo objeto remete a um futuro objeto ou, generalizando, o país de hoje remete ao país que existirá amanhã. Se fôsse anulado o conceito de virtualidade, a consciência cairia na submissão ao dado, que não é senão caso particular da tendência geral à submissão. Veria o mundo subdesenvolvido, onde se acha, como uma fatalidade, da qual só por influências miraculosas conseguiria libertar-se. Estaria aberto o caminho da sua entrega às potências internacionais superiores, de quem imploraria o favor da exploração. Se, porém, alcançar a forma lúcida do pensar crítico, submeterá a realidade, que lhe é dada, às categorias interpretativas fornecidas pelo entendimento histórico. Vê-la-á então como móvel e "grávida do futuro". Compreenderá que depende dos requisitos que fizer e da representação da existência que impuser a si própria, alterar o sentido das coisas e, portanto, a sua percepção do mundo. Ora, exigir de si é formar o projeto de ser. Se êste fôr traçado e se a consciência popular dêle se apoderar, a aceleração das transformações objetivas será inevitável. Porque à luz do projeto se denunciam as virtualidades das coisas, e como tem suportes reais, a ação, que determinará a mudança do real, segue-se necessàriamente. Tudo depende, pois, do grau de consciência coletiva que a comunidade venha a ter das suas exigências. Quando são desconfortáveis as condições de vida, pobre e humilhante o estado da realidade, nem por isso se deve confiar em que a penúria reinante suscite automàticamente no grupo social a consciência crítica das suas exigências. O estado de subdesenvolvimento coincide por longo tempo com a consciência ingênua das necessidades humanas. É mesmo uma característica da condição primária a insensibilidade ao ambiente precário, ao desconfôrto e à miséria, logo seguida, quando a reflexão começa a despertar, por uma etapa de completa candura nos pedidos e reclamações feitas pelas vozes mais audaciosas daqueles que se destacam como expoentes da comunidade. Só quando, em conseqüência do processo histórico, se instalam objetivamente no contexto social situações geradoras de nova fase, torna-se possível a transformação da consciência em relação aos reclamos populares. De sofredora, mas passiva, de reclamadora, mas dominada, a consciência da massa segue um curso inelutável, para chegar a formas superiores de reflexão, à descoberta final do caráter histórico da sua situação. Quando isto se dá, descerra-se a

venda e o país a que pertence não lhe parece mais o resultado de alguma decisão inapelável da Moira adversa, mas se revela como cenário para uma façanha humana, sempre possível de ser empreendida. Tudo se cifra, portanto, em que o pensamento seja realmente crítico, seja consciente das suas próprias categorias, entre as quais está a da historicidade, a fim de representar a nação não como realidade estática, mas como processo.

c) *Interação entre consciência e processo*

Todavia, a simples idéia de processo é insuficiente, se não fôr tornada mais precisa na sua significação. É indispensável compreender qual o conteúdo objetivo dessa idéia, o que constitui a realidade em processo. Nas concepções idealistas, julga-se que o sujeito do processo é o Espírito ou a Idéia, dotada da necessidade de desenrolar as suas virtualidades imanentes, a fim de alcançar a plena consciência de si. Na interpretação empírica, ao contrário, não havendo afirmativa dogmática e *a priori* sôbre a natureza do absoluto em desenvolvimento, temos de indagar do conteúdo do dinamismo real e êste não será dado senão pelas condições objetivas. Excluímos qualquer cogitação metafísica que busque descobrir o sujeito absoluto do acontecer e ficamos na questão, mais restrita, dos conteúdos atuais do "devenir". Seria improfícuo que constantemente nos referíssemos a um processo, se o conceito dêle permanecesse impreciso ou idealizado. Em tudo quanto dizemos, é imprescindível dirigir o pensamento no rumo do concreto e ver o processo no seu efetivo desenrolar material, enquanto sucessão dos modos segundo os quais a sociedade obtém os bens materiais mediante o emprêgo das fôrças produtivas de que dispõe, os conserva, cria outros novos, organiza as relações de trabalho, o regime de produção, e quais as idéias e instituições que se prendem a êsses suportes objetivos. Fora disso, a idéia de processo corre o perigo de se converter em fator de desvio e confusão, suscitando indagações fúteis sôbre a essência de um imaginário Absoluto.

Felizmente as condições atuais da realidade brasileira são de molde a deixar patente a natureza objetiva do processo que a constitui e os seus conteúdos. Está visível aos olhos de todos que as imposições decisivas, atualmente em ação na sociedade brasileira, são as que se referem à mudança da estrutura econômica. Camadas cada vez mais extensas do povo pensam em consonância com o processo real,

ainda que muitas vêzes sob forma de reivindicações e ameaças. O sentimento geral é o de que está ocorrendo profunda modificação da nossa estrutura nacional, observada ao mesmo tempo com otimismo e com temor. Falta ainda na maioria das vêzes a consciência exata do que está acontecendo e isso se percebe na palavra daqueles que têm o dever de representar o pensamento diretor. Esta falta se explica pelo insólito da situação, porque se trata de assumir novo esquema de entendimento da realidade e comportar-se de acôrdo com êle. Mas isto é um trânsito intelectual difícil, a uns, porque têm tão grande confiança nos modos tradicionais do pensar, a que estão habituados, que lhes parece arriscado abandonar as idéias recebidas como válidas e que, até certo ponto, ainda dão conta do que se está passando; a outros porque, não estando embora carregados de esquemas preconcebidos, não dispõem de informes certos sôbre a concepção crítica e seu caráter sistemático, que só conhecem por fragmentos de idéias e gestos isolados. Por tudo isso, é difícil que se produza a súbita mudança na consciência dos que não estão diretamente empenhados no processo. Mas a objetividade dêste aos poucos forçará a expansão da nova imagem da realidade ao ficar patente que só por meio de novas idéias se obterá a exata compreensão dos fatos e se realizarão as transformações indispensáveis. A necessidade de mudar o conteúdo de idéias da presente consciência social brasileira é imperiosa como requisito para criar melhores condições de vida para as massas trabalhadoras. A objetividade do processo imporá o reconhecimento dessas idéias pela consciência, a qual, assim convertida, torna-se necessàriamente crítica.

A preocupação, hoje universal, com as vicissitudes do nosso desenvolvimento econômico, os problemas da indústria, da agricultura e do comércio exterior, é indício de que a consciência nacional começa a ver como substrato da realidade o estado de coisas constituído pelos fatos daquela ordem. É portanto a clara prova de que a objetividade a que visa a representação coletiva, se encontra agora naquele plano. O reconhecimento de que o processo econômico constitui a substância das situações e realidades objetivas, dá à consciência a percepção crítica, ao menos nos seus primeiros delineamentos. A consciência intervém ativamente no processo objetivo, acelerando-o ou retardando-o, tal seja o grau de compreensão de que dispõe. Não lhe altera a natureza, mas conforme o valor da percepção que dêle tenha pode dialèticamente interferir no seu curso. Por sua

vez, a aceleração do processo é fator, como mostramos, de mais rápida e extensa mudança da consciência. A dependência recíproca de consciência e processo, deve ser devidamente afirmada sem por isso conduzir a qualquer postura idealista. Não cabe aqui examinar em particular êstes aspectos do tema que nos obrigariam a enveredar pelo debate dos problemas centrais da epistemologia. Desejamos apenas comentar, a título didático, o conceito de tal dependência, porque nos permitirá chegar à demonstração da presença necessária das idéias no processo do desenvolvimento nacional. O desenvolvimento, enquanto projeto de existência coletiva, existe na consciência, sob forma de idéia, como representação antecipada de um ser futuro. A representação atual permite formular a idéia de um novo estado a seguir e bem assim desencadear a atividade que deverá realizá-lo. O processo objetivo se relaciona, portanto, com as idéias, tanto na representação do estado atual, quanto na de uma imagem antecipadora do futuro. A realidade atual é captada na idéia, mas se esta tem realmente conteúdo objetivo, nela está contida a representação das virtualidades efetivas do presente. Assim sendo, o projeto a conceber dará provimento a essas potencialidades e a consciência que o formou lutará por conseguir realizá-las.

É o processo que origina a sua representação na consciência, mas é esta que forja o projeto que deverá dar-lhe determinado rumo. Quando falta a idéia adequada, a marcha dos acontecimentos se faz ao longo da linha de maior propensão, ao sabor dos impulsos predominantes. Mas, o poder de dirigir, pelo projeto consciente, existe sempre. Embora seja evidente que não é dado à consciência fazer o mundo futuro à medida da sua invenção, é no entanto permitido conduzi-lo dentro de relativa margem de escolha. Para isso, é preciso que, ao produzir a idéia da realidade presente, a consciência, ao mesmo tempo que capta as virtualidades inerentes ao estado atual do processo, perceba também as relações que o ligam às idéias anteriores que o determinaram, tanto quanto podiam fazê-lo, a ser tal qual é neste momento. Não basta, pois, afirmar em tese a presença das idéias no processo de desenvolvimento: é preciso estabelecer a natureza concreta das relações recíprocas que as ligam às condições objetivas. Porque só assim fazendo, será possível valer-se da compreensão dessas relações como de um instrumento para promover o desenvolvimento. Com efeito, pertenceria à consciência simplória tanto o negar a existência

de idéias incorporadas materialmente no processo, quanto o ocultar a influência do dinamismo específico e autônomo dêste no espírito de quem dêle participa.

A percepção crítica se empenha, ainda que com dificuldade, em discernir a influência recíproca entre a consciência e o mundo, para dela fazer poderoso utensílio. A natureza dêste, porém, não é corpórea e sim ideológica. É um recurso primordial para a tarefa de construir a nova etapa da nacionalidade, que é preciso utilizar para pôr em ação todos os demais. A ideologia é o proto-instrumento do desenvolvimento nacional. Supondo que a consciência crítica a tenha formulado corretamente, o problema do desenvolvimento vai exigir, para ser resolvido, essa ideologia. Todavia, é essencial compreender que a constituição dela é empírica e não *a priori*. É aquela que o grau de avanço do processo exige neste momento. Para capacitar-se a produzi-la, é preciso que a consciência se reconheça como condicionada, nas suas representações, pelo estado momentâneo do processo real, mas ao mesmo tempo perceba não terem tôdas as idéias que recolhe do mundo objetivo a mesma importância configuradora ou, noutras palavras, não possuírem tôdas idêntica significação para o entendimento da lógica do processo nacional.

Ao compreender que as idéias compõem a representação de um estado objetivo, a consciência deve descobrir quais dentre elas exprimem as relações mais gerais sob as quais devem ser colocados os fatos particulares, para a justa intelecção. A necessidade de organizar em sistema o conjunto de idéias configuradoras do processo decorre de haver uma lógica imanente ao curso dos acontecimentos. Se assim não fôsse, o mundo se refletiria no pensamento segundo uma relação biunívoca da idéia à coisa, a cada objeto correspondendo uma, e uma só, noção. Na realidade, porém, as transformações objetivas constituem configurações que se traduzem na consciência por complexos de idéias, entre as quais existem graus distintos de generalidade, umas subordinando outras, que, menos amplas, só são entendidas à luz da dependência para com as mais gerais. Estas não são menos concretas que as demais, pois nem umas nem outras foram constituídas em abstrato. Sua maior generalidade se acha no próprio aspecto da realidade que expressam; a estrutura resultante, no plano do pensamento, repete as conexões que existem entre as próprias coisas ou fatos, de tal sorte que a lógica descoberta pela inteligência na contextura da imagem subjetiva pode com razão ser considerada implícita ou imanente ao real.

Para compreendermos a transposição da lógica imanente ao processo real para o plano da consciência é indispensável indicar o papel que nesse ato cabe à prática social. As relações entre as idéias, tanto quanto os métodos de raciocínio, mediante os quais de umas se inferem outras, são reconhecidas como legítimas e como tais se chamam pròpriamente de "lógicas", quando têm a seu favor a longa experiência de pacífica aceitação coletiva. Só por serem admitidas sem razoáveis motivos de dúvida, aparecem como produtos da especulação pura, como se derivassem de uma intuição do espírito, que o fizesse descobrir, à luz de uma evidência intemporal, os chamados "primeiros princípios". Na verdade, porém, derivam do incessante contato ativo do homem com a realidade exterior, são frutos do trabalho coletivo em acomodar-se às condições ambientes e em alterá-las pela atividade transformadora. É a prática da existência social que incorpora ao espírito certo número de configurações entre as idéias e ensina a servir-se delas segundo determinados modos de inferência. Excluídas as sistematizações artificiais, de caráter axiomático, deliberadamente concebidas como puro produto do pensamento, as chamadas formas naturais da reflexão são aquelas que de fato representam as correlações eficazes entre as idéias, e êsse caráter o têm em virtude da longa formação da consciência reflexiva, no seu comércio com a realidade exterior. As coisas e os fatos são portadores de conexões objetivas que articulam uma lógica imanente; a transposição desta para o espírito é obra do próprio espírito ao empenhar-se em agir de modo prático conveniente. Sendo obrigado a atuar sôbre a realidade, para se conservar na existência física, o homem encontra as coisas com as suas determinações próprias, independentes da vontade dêle, e por isso tem de captar as relações existentes entre elas para que sua ação não seja um jôgo cego e irracional. Não é a lógica *a priori* do espírito que lhe vai valer, pois esta, a menos de supormos uma harmonia preestabelecida entre ambas as partes, é incompreensível enquanto capacidade de bem pensar preexistindo ao objeto do pensamento. Temos, pois, de admitir que tanto o conteúdo das idéias quanto a forma das correlações e das deduções que entre elas estabelecemos nos vêm da objetividade, são produto da prática, entendida no sentido mais amplo de prática social organizada. O que se entende por lógica é apenas a parte mais elevada do reflexo da realidade na consciência, a parte formada não mais pela simples representação da existência particular das coisas, mas pela repre-

sentação das correlações reais a que cada objeto está submetido no processo universal de transformação da realidade. Uma vez de posse das leis lógicas gerais, o espírito está em condições de elaborar hipóteses e teorias explicativas para cada classe de fenômenos, naturais ou sociais, produzindo assim a interpretação dêles. Claro está que êste trabalho elaborativo só recebe a chancela da verdade na proporção em que suas afirmações e previsões se confirmam na prática científica experimental ou no desempenho social. Os princípios gerais do raciocínio são produto elaborado pelo espírito ao longo da milenária prática social. Se agora nos aparecem como isentos de dúvida, isso decorre de que tôda dúvida que sôbre êles pôde ser lançada foi de há muito desfeita pela experiência. Sua evidência se institui pela confirmação permanente, a ponto de parecer que não estamos mais examinando-lhes a verdade quando dêles nos utilizamos. A indubitabilidade atual deriva da repetição imemorial de verificações. A evidência metafísica abstrata, que alguns sistemas tomam como critério absoluto da verdade dos chamados primeiros princípios, é apenas o sentimento da desnecessidade de novo ensaio comprobatório dessas proposições gerais.

Aos conceitos que superam em qualidade os demais, e portanto os englobam, permitindo compreendê-los, chamamos de "categorias". Sua maior generalidade não decorre de terem caráter abstrato, pois em verdade não têm, sendo tão concretos quanto as idéias simples, que referem imediatamente objetos ou fatos isolados. Estão contidos no processo sob forma de leis gerais, de aspectos amplos, abrangendo muitas particularidades, com pleno fundamento real. Não se veja na procura, que preconizamos, das categorias do processo uma inconseqüência filosófica, inadvertido retôrno a posições idealistas ou criticistas, conforme os modelos clássicos. As categorias a que nos referimos são idéias oriundas da objetividade, induzidas do processo, por motivo da necessidade de compreender as relações de causalidade ínsitas nos acontecimentos. Êste é o trabalho mais difícil e delicado do pensar crítico. Alcançar as categorias válidas em certo momento para representar o estado da realidade, sem violentá-la, sem submetê-la a distorções subjetivas, é a tarefa específica da consciência superior, mas ao mesmo tempo a mais árdua. Diversas são as causas perturbadoras do reto procedimento epistemológico, na indução das categorias. Com grande naturalidade o espírito tende a prolongar o prazo de vigência de conceitos já imprestáveis,

forçando o real a amoldar-se a êles; tende igualmente a extrapolar um significado correto em um domínio particular para outro, onde sua aplicação é falsa ou temerária; além disso, cai com facilidade na abstração, quando generaliza apressadamente. Não há evidentemente regras formais para o adequado procedimento na indução das categorias objetivas. Nem pode havê-las, porque em cada fase essa indução é praticada de maneira diferente, como resultado do grau de avanço do processo. A própria exigência de categorias também é produto da etapa em que se acha a consciência na sua relação com o processo objetivo. Não estão prescritas quais as categorias à espera de serem descobertas. Cada fase do processo possui as suas, as que é lícito configurar em tal momento, dado o teor de consciência então existente. Não são tôdas reveladas de uma vez. A marcha do desenvolvimento, ao criar o conteúdo da realidade, dita ao mesmo tempo os conceitos convenientes para concebê-la. Não devemos compreender a marcha da consciência como a jornada em busca de um sistema de idéias, que aguardasse no ignoto a hora da revelação. Essa postura é própria da concepção idealista, a que contrapomos a teoria empirista, que declara não estarem preformadas as idéias gerais, esperando a chegada do processo material à fase em que se tornem aplicáveis, vindo então a ser desvendadas, mas afirma que surgem ao sabor das circunstâncias de cada momento, pelo esfôrço racional que procura conformar a existência numa imagem justa.

Nas fases incipientes, o processo objetivo é tão rudimentar, que está entregue apenas ao embate das fôrças físicas, sendo as operações humanas que nêle se produzem tão simples e constantes que o mínimo de representação lógica, imprescindível à conveniente conduta social, é obtido imediatamente e se conserva como rotina imemorial. Em tais condições, os indivíduos de maior visão, que se disponham a pensar o mundo, gozam em larga margem da franquia da ilusão, sem que êsse comportamento acarrete prejuízos consideráveis à marcha da sociedade a que pertencem. A exigência do pensar investigador, em tal caso, abrange uma área insignificante e se acomoda com as mais ingênuas fantasias, livres de ocuparem o espaço disponível da inteligência, vazio por falta de solicitações sociais irrecusáveis. Está assegurada à sociedade uma provisão mínima de idéias, que basta para as necessidades rotineiras, pois na verdade atende aos reclamos da sua inserção prática no mundo, tal como êste é explorado para os modestos fins humanos das massas

primitivas. A forma suprema desta disponibilidade intelectual é o próprio pensar filosófico, que, em tais condições, não se sente convocado a alguma tarefa definida, no âmbito da realidade nacional, mas se considera como graciosa excursão a um lugar supraceleste. Quando, porém, o processo do país ascende aos graus mais complicados da industrialização, mesmo incipiente, e da formação do mercado interno, o número de indivíduos a êle incorporados, ou por êle atingidos, vai-se tornando tão grande, que a sociedade não pode mais viver na base de uma rudimentar inteligência dos fatos. Desperta o requisito de um contato mais estreito com o processo, que obriga o pensamento dos seus expoentes culturais a se voltar para os fundamentos nos quais repousa. A partir de então cessa a doce displicência anterior, a sociedade ingressa na fase das inquietações. É uma hora auspiciosa, mas é também aquela em que vão proliferar os equívocos, as ingenuidades, os desvarios. O desafio da realidade a que seja constituído o sistema justo de idéias que a interpretem é respondido por um número excessivo de voluntários. Na fase primitiva o pensamento era gratuito, e por isso a êle só se consagravam os que não resistiam a uma propensão interior. Eram poucos, portanto, uma vez que não havia pressões externas que forçassem a cogitação coletiva. Agora, porém, todos são chamados a pensar e acontece, então, em vista da etapa de desenvolvimento ainda incipiente, que bem poucos estão capacitados para a façanha que muitos se propõem acometer. Produz-se, assim, um período de tumulto nas tentativas de compreensão da realidade nacional, tão díspares, infundadas e confusas são as interpretações oferecidas.

O verdadeiro pensar crítico não deixará de estar presente nesse meio, mas sua presença é obscura e sua ação ineficaz, porque em muitos aspectos não chegou ainda o momento que o exija inadiàvelmente. Compete aos sociólogos delimitar esta fase, mostrando o sortimento de produtos intelectuais que a preenche. A filosofia começa a sentir-se um tanto mais vinculada ao curso da realidade, mas participa por enquanto da ingenuidade geral, apresentando-se sob forma de importação de doutrinas clássicas ou modernas de procedência metropolitana, de apêgo a sistemas anacrônicos, ao mesmo tempo que organiza os primeiros esboços de institucionalização didática de tais doutrinas. É a fase em que entre nós se fundam os primeiros cursos públicos regulares de filosofia, as primeiras Faculdades dêsse nome. Estas não tardam em proliferar, justificadas, de

certo ponto-de-vista, embora grande número delas sirvam apenas à política de expansão da influência cultural de seitas religiosas. O aparecimento dessas Faculdades é impôsto pelas circunstâncias e seria desrazoável exigir que tivessem outra conduta ideológica senão o mimetismo, que o açodamento intelectual do momento explica. Não é de estranhar, pois, que sob o nome de filosofia ofereçam ao consumo público a repetição livresca de noções, científicas umas e pseudocientíficas outras, de fabricação estrangeira e absorvam passivamente doutrinas que têm a seu favor, umas, as medievais, o apoio tranqüilizador de instituições veneráveis, para satisfazer as tendências dos conservadores, outras, o sabor da novidade, para orgulho dos que se julgam espíritos libertos.

Contudo, o processo não pára e breve estaremos em cheio na fase em que apenas começamos a penetrar, quando se tornará exigência social culminante o exato conhecimento da realidade nacional. Ou nos aparelhamos dos recursos intelectuais, indispensáveis como instrumentos de trabalho, para continuar o desenvolvimento, ou retrogradamos e destruímos o resultado conquistado. É essencial não perder de vista que tudo quanto até agora conseguimos foi o que podia ser obtido com uma taxa relativamente baixa de consciência crítica. No entanto, com êsse mínimo, foi possível chegar ao ponto onde estamos, que agora nos coloca em face da alternativa de forjar as representações mais detalhadas e precisas da consciência crítica, para dar prosseguimento ao processo do desenvolvimento, de aqui em diante incapaz de avançar sem elas, ou assistir à dissipação histórica de fundamentos tão bem assentados, aos poucos destroçados na confusão e no inaproveitamento. A indução das categorias objetivas do processo é agora tarefa imperiosa imposta à consciência nacional. Não se trata mais de adivinhar, por intuições de gênio, o sentido de nossa realidade e a natureza de suas leis; temos de despender voluntário trabalho metódico, para induzir do processo brasileiro as categorias que o informam, a fim de compreendê-lo e dar-lhe maior impulso. Não virão de fora; estão aqui. Em outras palavras, temos de compor a ideologia exigida pelo momento nacional, o que só será feito se possuirmos as categorias corretas, porque então seremos levados naturalmente a formular em proposições gerais os delineamentos do processo, ou seja, a configurá-lo em moldes ideológicos. Quer isto dizer que se constitui para a filosofia um campo onde exercitar uma meditação fecunda, pela qual, valendo-se da teoria geral do

pensar e do justo conceito das correlações entre a consciência e o mundo, produzirá o esquema interpretativo do presente em condições de completa veracidade e portanto de máxima eficácia. De fato, só agora lhe é dado compreender que a realidade a que tem de referir-se é primordialmente o Brasil e que a atitude cognoscitiva a tomar em face dêle consiste em elaborar a autoconsciência crítica da sociedade brasileira.

3 — A CATEGORIA DE RACIONALIDADE

a) *Sensibilidade social e pensar crítico*

A seguir, desejaríamos mencionar outro predicado da consciência crítica, a racionalidade. Efetivamente, a forma superior de entendimento da realidade é por definição racional. Numerosas vêzes temos mencionado êste caráter, sobretudo ao examinar os comportamentos dêle desprovidos, próprios do pensar desarmado. Vimos como êste último é de fundo emotivo e se regula por uma lógica adversa às fórmulas rigorosas ou propende para as construções abstratas, alheias à autêntica racionalidade. O que, porém, agora desejamos acentuar é o aspecto positivo do traço de racionalidade, enquanto modo de ser e conceito normativo da consciência que chamamos de crítica. Esta, porque reflete sôbre seus pressupostos objetivos, medita igualmente sôbre seu comportamento e é capaz de distinguir os atos intelectuais das reações afetivas ou volitivas, que os fatos nela determinam.

A consciência é crítica no sentido estrito da palavra, porquanto distingue e ordena as diversas modalidades de apreensão do real. Conhece, em princípio, serem múltiplas as vias segundo as quais estabelece relações com o mundo objetivo; de modo algum as limita à simples representação conceitual, antes admite que sua presença no mundo suscita-lhe diferentes tipos de intencionalidade na sua referência ao real, provocados, como reações subjetivas, pela diversidade de aspectos próprios das coisas e dos fatos. Assim, distingue com perfeita clareza a reação intelectual, o ato de apreender, dos estados sensitivos sugeridos, também, pela presença dos objetos diante do sujeito que dêles tem experiência. Dizendo que a consciência crítica é marcada pela categoria de racionalidade, significamos, em primeiro lugar, que tem conhecimento desta diversidade de atitudes na sua relação com o real e, em seguida, que sabe ser a atitude representativa a única proveitosa para conduzir o trabalho transformador das

condições exteriores, porquanto só ela é o caminho próprio para adquirir o conhecimento das leis que regem a existência objetiva. A predominância do pensar representativo não afasta da consciência crítica o interêsse pelos estados afetivos. Ao contrário, devemos admitir que, ao elaborar o sistema racional da realidade, é preciso esclarecer a função da emotividade, incluindo-a entre os aspectos gerais da relação do homem ao mundo circunstante. Só a consciência crítica, por ser racional, está em condições de delinear a teoria da sensibilidade social. As poucas observações, a seguir expostas, não visam senão a contribuir para êsse fim.

A racionalidade da consciência crítica não consiste, pois, em comportar-se de modo exclusivamente intelectual, relegando ao plano da ingenuidade as reações afetivas. Seria isto, na verdade, prova de ingenuidade. O pensar crítico é o afã de apreender a realidade na inteira objetividade das coisas e acontecimentos que a compõem; nessa apreensão, porém, está incluído o conhecimento dos estados emocionais desencadeados pelas condições externas nos indivíduos e na massa. No entanto, não basta dizer que o pensar racional é capaz de representar adequadamente o fato emocional, pois não se trata de forjar apenas uma representação, o que seria ainda o êrro intelectualista, por nós denunciado. É preciso igualmente sentir com a mais viva emoção, com a veemência justificada pelas situações, as reações de indignação ou de entusiasmo, os ímpetos de ação e luta, as paixões e as esperanças, e incluir todos êsses estados na consciência, sem deixá-la decair no plano da ingenuidade. É preciso viver em plenitude a presença da consciência à sua realidade nacional, pois só então, no conjunto de tôdas as reações que esta suscita, será capaz de representá-la. Seria errôneo pretender isolar a inteligência, preservando-a dos efeitos sensibilizadores do ambiente; ao contrário, deve desempenhar a sua função cognoscitiva envolvida pelos fatôres sensoriais, sem contudo corromper-se ao executar o seu ato racional próprio, a conceituação do real. A consciência crítica nada tem de impassível, de fria, distante, judicativa. É, ao contrário, a consciência empenhada no processo nacional em marcha e, como tal, sofrendo as vicissitudes da conjuntura vivida. Não intelectualiza as suas paixões; vive-as até o extremo, sem desejar aboli-las ou submetê-las a critérios abstratos. Apenas apreende com perfeita clareza os fundamentos da sua emotividade, sabe que tais reações são inevitáveis quando a realidade é o panorama de atraso e de miséria que define o país subdesenvolvido e semicolonial. Deve contar com

elas nos outros e em si mesma, pois as considera parte inseparável da representação do seu contôrno nacional. Referindo-nos à consciência coletiva, veremos que esta, proporcionalmente em maior escala, desdobra em atitudes emocionais o conhecimento da realidade.

A sensibilidade social é mais aguda que a do indivíduo isolado. A ingenuidade de que, por vêzes se pode incriminar a consciência coletiva, não resulta da predominância dos tons afetivos com que se comporta, mas da generalizada ignorância dos condicionamentos que os justificam. O fenômeno social da lamentação é uma das manifestações emocionais do entendimento popular, e se aparece como ingênuo, enquanto é índice de incapacidade de refletir sôbre as causas objetivas da situação que dá motivo a êle, é, por outro lado, crítico, enquanto exprime as justas exigências e a verdadeira inserção do indivíduo no processo da realidade. Quando analisado criticamente, não se revela absurdo ou condenável; mostra-se como reação da sensibilidade social a um estado de coisas existente, portanto como determinado por fatôres objetivos a partir dos quais se origina o sentimento difuso do grupo comunitário em relação à totalidade do real. Modificações particulares nos suportes materiais da consciência, ainda que atingindo sòmente aspectos limitados ou setores isolados, dão em resultado o incremento geral da sensibilidade coletiva. Só a análise crítica é capaz de apreciar êste fenômeno. O aumento do clamor social não exprime necessàriamente a deterioração do estado real, mas pode ter por causa o aumento da sensibilidade coletiva, que, por sua vez, deriva de transformações do contexto objetivo. O conhecimento dêste fato é de suma importância para o sociólogo dos países subdesenvolvidos em etapa de acelerado desenvolvimento econômico. As profundas alterações de estrutura impostas pelo processo transformador da realidade, especialmente no que respeita à instalação no país, antes colonial, de um parque fabril em pleno crescimento, geram condições inéditas, não entendidas no seu devido significado pela consciência geral, ainda inerte, por culpa da situação que justamente começa a ser abolida, e às quais reage pela murmuração.

Muitas das conseqüências econômicas e financeiras do processo do desenvolvimento, e quase sempre as que decorrem das realizações mais grandiosas, quando apreciadas ingênuamente, dão origem a críticas acerbas, que declaram ter-se tornado pior a situação. Compete ao político munido do pensamento crítico mostrar que as iniciativas do desenvol-

vimento, quando genuínas, nunca produzem o agravamento da situação social, ainda que venham a causar perturbações e deslocamentos na distribuição dos fatôres econômicos; mas o que causam sempre é o aumento da suscetibilidade popular a fatos e condições que sòmente então começam a parecer insuportáveis. Ao se produzir efetiva melhoria, esta condiciona a maior agudeza da consciência, torna-a mais atenta ao que antes suportava rotineira e mudamente, e a faz reclamar contra um estado de coisas que, apesar de melhor, está ainda longe de ser satisfatório. Estabelece-se assim um regime contraditório no progresso da consciência. Na fase de opacidade, sua conformação com o real pobre, melancólico, atrasado é total. Não reclama contra aquilo que lhe parece natural. À medida, porém, que se vão realizando transformações que melhoram as bases materiais da comunidade, a percepção das insuficiências desperta e cresce mais rápida do que as alterações em curso. Dêste modo, pouco adiante a sensibilidade geral estará elevada a tal ponto, que declarará inadmissível um estado de coisas, em valor absoluto, melhor que o anterior. Exemplifiquemos com o caso da instrução primária nos grandes centros urbanos: apesar de proporcionalmente haver hoje mais escolas do que outrora, como seu número não é suficiente para atender a tôda a população infantil, a existência de numerosas crianças sem escola constitui-se em escândalo social. Grita-se em todos os tons contra tal calamidade e acusa-se de negligência o govêrno responsável por essa vergonhosa situação. Contudo, em fase anterior da nossa evolução, o mesmo fato não tinha o aspecto revoltante de que agora se reveste; as multidões de crianças sem lugar onde estudar não davam motivo a nenhum protesto, simplesmente porque a sociedade não esperava mesmo que estudassem, admitia como coisa perfeitamente natural que se tornassem analfabetas. As famílias pobres não contavam com a escola para os filhos entre as suas reivindicações. Atualmente, porém, em virtude da etapa a que chegou o processo da realidade, a exigência de educação é universal, e então a sociedade mostra hiperestesia ao fato de ainda haver crianças que não encontram recursos materiais para se alfabetizarem. O mesmo se dirá em relação aos meios de transporte, ao custo da vida, ao consumo alimentar, aos estabelecimentos hospitalares etc.

Em tôdas estas questões, o que há, em nossos dias, é o aumento dos reclamos da sociedade, motivado pela posse de consciência mais aguda do estado da realidade. No entanto, é essencial ter em mente que o incremento de suscetibilidade social é determinado pela melhoria já obtida. A relação é, pois, dialética, enquadrando-se na espécie da implicação recíproca. O conhecimento dêste fato é valioso resultado do pensar crítico. Sòmente êste é capaz de conhecer a existência do fenômeno do aguçamento da irritabilidade popular e também só êle está apto a decidir nos casos concretos se o descontentamento e a murmuração reconhecem por causa a mudança ocasionada pelo desenvolvimento ou se decorrem da desídia e inabilidade dos governantes, sem relação com as inevitáveis repercussões emocionais do processo econômico. As massas, na condição em que se acham, não distinguem entre um caso e outro. Contudo, a diferença é capital. Sòmente o pensar crítico, pela categoria de racionalidade, ilumina os acontecimentos e permite apreciar como racional a atitude emotiva hostil, despertada pelos primeiros desajustamentos resultantes do desenvolvimento acelerado, ao mesmo tempo que a diferencia de reações aparentemente semelhantes, mas causadas, estas sim, por erros de direção política. O pensar superior leva em conta o fenômeno da exacerbação da sensibilidade das massas, não apenas no que diz respeito ao julgamento do estado presente, mas igualmente ao prever os efeitos dos projetos de desenvolvimento. A consciência crítica está de posse dêste conhecimento de decisiva importância prática: todo melhoramento introduzido na estrutura material da sociedade, em virtude da realização de projetos básicos, acarreta a intensificação da sensibilidade coletiva. Em outras palavras, tôda conquista material determina, além do evidente reconhecimento do fato, com o conseguinte alargamento da área de representação subjetiva, um acréscimo de sensibilização da massa, que se manifesta de imediato pelo desencadear de reclamações e exigências, chegando com freqüência a superar, como tom emocional, o estado de espírito de alegria em face do melhoramento realizado.

Observemos, ainda, que o incremento da sensibilidade cresce com a magnitude do grau de desenvolvimento; é matemàticamente uma função exponencial. O desenvolvimento nacional desencadeia reações subjetivas que têm de ser levadas em conta, pois em muitos casos tornam-se adversas à continuação dos esforços modificadores, em vista das reclamações concomitantes crescerem mais rápido do que a possibilidade de satisfazê-las. Só a consciência crítica, ao submeter à análise os movimentos emocionais da coletividade, guiando-se pelo conceito de racionalidade, está habilitada a definir esta situação e a explicá-la. O pensar ingênuo, ao

contrário, deixa-se contaminar pelo murmúrio geral e com êle acaba por fazer côro. Não descobre os motivos da intensificação das reivindicações na hiperestesia social. Por isso, só a atitude crítica é fértil, pois conta antecipadamente com o fenômeno, sabe que os movimentos transformadores das estruturas da sociedade, do seu regime de produção e o avanço econômico das massas daí resultante despertam no povo percepções antes impossíveis, as quais se traduzem em clamor público.

Embora as entenda, é extremamente árdua a tarefa do pensamento crítico em responder a esta espécie de acusações. Quando ouve proclamar esta inverdade: "que antigamente o povo comia mais e melhor do que hoje", é difícil fazer a prova do contrário, porque o recurso adequado, a exibição das estatísticas de consumo de carne, leite, ovos etc. é inoperante como documento para a mentalidade inocente, que profere aquêle juízo na base de um sentimento impreciso, muito mais forte, a seus olhos, como critério de verdade do que investigações complicadas, dispensáveis para quem chegou à certeza do que afirma. Por outro lado, é ainda imperfeitamente crítico o espírito de quem apresenta tais estatísticas, esperando que o valor convincente, que têm no plano lógico, sobrepuje o dado emocional. Só a consciência que leva na devida conta êste dado será de fato crítica, do contrário a emoção coletiva aparece-lhe como anormal e imprevisível, irrita-a e a faz comportar-se ingênuamente com respeito a ela. É tanto mais necessária a expectativa das reações emocionais para quem observa o panorama social à luz do princípio de racionalidade, quanto o próprio portador da consciência superior não está isento delas, mas sofre no espírito as oscilações que tais estados de ânimo implicam, e isso em virtude da sua mesma compreensão crítica dos acontecimentos, pois se trata de uma forma de conhecimento adquirida por participação vivida e não por simples devaneios especulativos. O pensador crítico vive necessàriamente a concomitância da representação e do sentimento.

b) *Correlações causais e consciência útil ao desenvolvimento*

Não basta, porém, entender os fatôres sensíveis e volitivos, incluí-los na percepção da realidade nacional, para, só com isso, caracterizar a forma racional do pensar. Para ser realmente crítica é mister que a atitude da inteligência relativa ao mundo objetivo se assinale pela procura das correlações causais. O estado de espírito acrítico não se preocupa

com o determinismo real dos fatos, porque se limita a vivê-los sensìvelmente ou a explicá-los por condições psicológicas, razões metafísicas ou princípios místicos. São atitudes poéticas, impressionistas, que bastam para os requisitos elementares da explicação ingênua, desdenhosa da verificação de minúcias, hostil ao método, à classificação, à redução da multitude dos acontecimentos a relações simples e permanentes entre êles. A mentalidade acrítica compraz-se no tumulto do vivido em conjunto, para o qual tem a sua forma própria de simplificar: é a que traça rápidos esboços, salientando apenas os perfis que mais a impressionam. Para a compreensão superior, no entanto, o mundo material se apresenta como regido por leis objetivas, e forma o âmbito físico dentro do qual existe a comunidade social. Se as leis que dirigem o curso histórico desta última são de caráter diverso, nem por isso as outras deixam de ser as que regulam os fundamentos sôbre os quais assenta o processo social. Ao constituir-se como crítica, ou seja, ao interpretar a sua existência como condicionada pelo mundo, a consciência não poderá ignorar o nexo entre os acontecimentos sociais e os mecanismos causais do suceder natural. Um dos postulados que a definem como crítica é a certeza do determinismo físico. Não lhe compete, é claro, enquanto consciência da realidade social, debater a questão do significado e extensão do determinismo na natureza. Mas é essencial que se comporte em consonância com o reconhecimento da racionalidade imanente ao processo natural, expressa na existência de leis próprias a êle, de validade universal, para ter o direito de se considerar a si mesma como constituindo um domínio da realidade distinto, embora dialèticamente relacionado ao outro.

Enquanto elemento da natureza, a consciência participa das condições gerais que definem a realidade natural, entre elas o determinismo causal, mas enquanto forma da realidade qualitativamente superior ao plano físico, constituindo-se em sujeito, possui condições específicas, entre as quais se conta a liberdade. A consciência ingênua mostra-se em alguns casos zelosa do progresso da ciência e respeitosa das leis objetivas, mas logo a seguir esquece a correlação que mantém com o mundo físico e social, quando se julga desligada dêle, contemplando-o apenas a distância. O pensamento crítico, ao contrário, cultiva a ciência natural pela necessidade de conhecer-se a si próprio na prática social do trabalho sôbre a natureza e na exploração das propriedades das coisas, pois sabe que a posição de sujeito não o aparta

da realidade exterior. O conceito de si, assim adquirido pelo homem, é imensamente mais rico e autêntico, porquanto inclui a correlação dialética da consciência ao mundo, em vez de isolar o pensamento na ilusão de uma autonomia absoluta e sem compromisso. É preciso que a consciência veja no saber científico da natureza a representação objetivamente válida dos fatos, das coisas e de suas relações, e admita que a formação dêsse saber é històricamente condicionada. Negar o valor da verdade científica 'a pretexto de que é histórica, de que depende do estado do conhecimento que permite revelá-la, o qual, por sua vez, se altera ao incorporá-la, habilitando assim a novas descobertas, é não ter a devida compreensão do significado da verdade. Esta nunca é eterna, mas nem por isso é menos objetiva. Por influência da metafísica em cujo clima, na maioria das vêzes, se discutiu êste problema, a escolha a fazer era entre a crença no caráter eterno da verdade e a sua temporalidade radical. Contudo, o problema é outro: é saber se a verdade tem realidade objetiva ou só reconhece uma origem subjetiva. Admitindo-a como objetiva por essência, a questão da sua inclusão na perspectiva historicista se resolve sem abalo, pois o que é histórico no processo do conhecimento é a marcha da progressiva coincidência da representação com a realidade independente.

Sem a devida distinção entre os dois aspectos, a atitude historicista, lícita quando corretamente interpretada, arrisca-se a degenerar em ingenuidade. O condicionamento histórico do surgimento do saber científico não deve servir de pretexto para esvaziar êste último do conteúdo objetivo. Sem dúvida, é justo relacionar a descoberta da lei de inércia, por exemplo, ou a do cálculo das probabilidades, a contextos e situações sociais bem definidos, que permitem explicar o reconhecimento universal dessas criações científicas pelo acolhimento que aquelas situações ofereciam e mostram, neste caso, como em outros análogos, existir um fator de oportunidade na descoberta da verdade. Mas nem por isso a lei de inércia deve deixar de ser entendida como regendo o movimento real dos próprios corpos, para ser considerada apenas dado da história da ciência. A consciência crítica manifesta sua racionalidade pelo estímulo e respeito que vota ao trabalho científico. Quer cada vez mais e melhor conhecer o mundo, de que se sabe dependente. No reconhecimento do caráter objetivo das leis científicas, não está incluída a certeza de sua verdade intrínseca. O conhecimento do conteúdo de verdade que possuam é uma segunda questão, que não está em debate neste momento. Se hoje damos nosso assentimento ao conceito galileano e cartesiano da inércia, e julgamos errônea, por exemplo, a teoria aristotélica da "antiperistasis", não devemos recusar a esta o caráter de objetividade, pois o filósofo que a concebeu pretendia estar exprimindo uma condição de fato do mundo real, embora efetivamente falsa. O que a consciência crítica procura com a exigência de objetividade no conhecimento da natureza é excluir as posturas místicas, românticas, ingênuas. É excluir o milagre, o sobrenatural, a explicação pelas causas finais. A racionalidade da consciência consiste em que esta se sabe situada num mundo cuja existência não é produto da sua ideação; em admitir que as leis descobertas no estudo dos fenômenos, não são atribuíveis a condições prévias do espírito cognoscente, mas pertencem ao mundo mesmo, ainda que eventualmente, na expressão em que são formuladas, se mostrem depois inverídicas, por efeito de novas descobertas ou pelo critério de novas interpretações. A primeira suposição lhes daria significado estático, pois o espírito humano é constitucionalmente o mesmo em qualquer circunstância de lugar e de época, enquanto a segunda permite colocá-las na perspectiva da evolução histórica da cultura.

Esta atitude é necessária para a correta inteligência do problema da historicidade do conhecimento, que vimos ser um dos traços do pensar crítico. Sem o esclarecimento do caráter racional da objetividade, obscurece-se o sentido do valor histórico de todo conhecimento. As confusões que daí surgem vão aumentar o rol das manifestações simplistas. Para nós tem a máxima importância salientar o papel decisivo do comportamento racional da consciência na transformação do país subdesenvolvido. É por êste traço que talvez mais claramente se revele a identidade entre pensar crítico e consciência útil ao progresso nacional. Com efeito, tôda forma de pensamento ingênuo é nociva ao projeto de ascensão histórica da comunidade, porque, não contendo a dimensão da racionalidade, impede obter o ótimo de trabalho eficaz sôbre o mundo natural. E impede de duas maneiras: porque admite implicitamente a possibilidade do desenvolvimento real por outros meios além da transformação material do país; e porque, mesmo quando reconhece o significado primordial desta, pretende realizá-la sem antes criar o estado de espírito indispensável, sem a coragem de aceitar e levar ao extremo as conseqüências sociais de tal transformação. Ao pensar cândido as exigências de modificação material da realidade brasileira não têm o significado

importante e a premência apregoadas pelos propagandistas do desenvolvimento, os quais revelam sofrer de uma obsessão mental mais comovedora do que digna de atenção; para êle, o desenvolvimento econômico é apenas medida concomitante e colateral de outras exigências reformistas, tão imperiosas quanto aquela, por exemplo, a reforma moral. Coloca no mesmo pé coisas que deveriam estar em planos distintos, em razão da diferença de prioridade, quando não chega ao ponto de inverter a ordem de valor, e dar privilégio às modificações simplesmente subjetivas. No melhor dos casos, acredita que o processo material tem sua importância, mas não apreende as relações estruturais e de condicionamento que entretém com outros aspectos da realidade, donde terminar por tirar-lhe a fôrça criadora, tal a quantidade de pseudoproblemas em que o envolve.

É sempre a deficiência de racionalidade que explica êstes comportamentos, é a confusa intelecção do real, que não deixa ressaltar o significado da objetividade das transformações empíricas, submetidas que são a requisitos supérfluos, a critérios sentimentais, irracionais. No entanto, a espécie de mudança que arrancará o país do estado de atraso é fundamentalmente a que consiste em substituir a estrutura econômica e em transformar as relações de produção e de trabalho para as massas. Para que se realize, é preciso, antes de tudo, a consciência da sua necessidade e, logo a seguir, o conhecimento dos recursos disponíveis e das técnicas de ação sôbre a natureza. O espaço de mundo que o país tem à sua disposição é sempre limitado, embora em alguns casos imenso, como acontece conosco. Para explorá-lo, é necessário incluí-lo no âmbito universal da natureza e portanto valer-se do conhecimento das leis físicas e econômicas que se referem ao mundo como totalidade, oferecendo-nos por isso os meios de aproveitá-lo na parte que nos pertence.

A idéia ingênua de subestimar o papel das alterações estruturais, em favor da conquista de valores ideais, tem por fundamento, ainda que inconsciente, a imagem da existência humana confinada em compartimentos geográficos e históricos herméticos, cada qual com sua comunidade própria, a negação da natureza enquanto território humano coletivo, pois de universal só reconhece os conteúdos subjetivos; universais só podem ser as idéias, os valores, os fins. Implicitamente é negada a validade universal da natureza, a qual se despoja das leis gerais, para desempenhar o papel subsidiário de suporte local de grupos sociais parcelados, cada um com suas exigências próprias, reivindicando o direito de agir

como melhor lhe aprouver em face das leis naturais. Se a investigação das riquezas minerais ou o emprêgo na agricultura das práticas genéticas mais avançadas não têm prioridade capital, tudo se passa como se tais conhecimentos se referissem a outra natureza que não a nossa, pois em relação a esta não vemos motivos para nos interessarmos por êles. O claro deixado pela indiferença aos conhecimentos físicos e naturais é logo ocupado pelo ilusório anseio de realizar progressos subjetivos. Produz-se, assim, a dissociação dos problemas nacionais, divididos em duas direções, a natural, técnica, e a espiritual, ética. São aspectos freqüentes do estado de espírito resultante desta simploriedade as preocupações jurídico-formais, as reformas pedagógicas abstratas, a burocratização da ciência, as campanhas de desarmamento moral etc. São, infelizmente, processos de desnorteamento da consciência popular, a qual, se deixada ao seu pendor próprio, se inclinaria muito mais em reclamar alterações substanciais nas bases da sociedade, do que em comprazer-se com a contemplação de perfeições ideais, e acolheria com maior agrado as tentativas de desenvolvimento material.

O empenho em restaurar a supremacia do conhecimento científico é o modo pelo qual a consciência crítica deve provar na prática a sua racionalidade. Para isso, impõe-se o delineamento de uma política da ciência nacional, que vise a dar estatutos racionais ao trabalho de pesquisa e de ensino. Êstes não podem permanecer dissociados dos fins que a sociedade se propõe, não devem ficar ao arbítrio das preferências pessoais, uma vez que são executados com instrumentos e recursos que pertencem ao patrimônio público, e têm de reverter em favor do país. Em nenhum setor talvez mais do que neste se dissipam em custosas inutilidades os fundos nacionais, gastos em instalações suntuosas e investigações não essenciais, por falta de correta compreensão do papel social da ciência, por parte dos seus corifeus. Êste estado de coisas, típico do país subdesenvolvido, que grotescamente quer fazer figura de adiantado nos ramos mais apurados do saber, foi o nosso até bem pouco tempo, e ainda é, porém se vai aos poucos modificando, com a subordinação da atividade científica aos interêsses reais da coletividade. Nos países periféricos o esfôrço na conquista da ciência racional útil deve

tornar-se consciente, a ponto de converter-se em medida de govêrno. No trabalho de apropriar-se da terra que lhe pertence devem concentrar-se as mais vivas esperanças do homem do país atrasado. É tarefa essencial da consciência crítica mostrar-lhe que nêle só terá sucesso, se prèviamente munir-se do conhecimento racional da natureza, que lhe permitirá agir de modo eficaz, e se tiver confiança no valor social preponderante dêsse saber, que lhe dará a fôrça de expulsar de si as seduções de poderosas ingenuidades e persistentes confusões.

c) *A dialética da razão no país subdesenvolvido*

i) *Inconveniência do pensamento formal*

A racionalidade da consciência crítica exprime-se na compreensão dialética do processo da realidade. Excluindo como ilusórias as atitudes místicas, intuitivistas, anti-racionais, e como falsos os esquemas da lógica meramente formal, a consciência crítica cultiva o modo de pensar dialético como o único que lhe permite interpretar corretamente os fatos que testemunha e o estado da realidade que deseja modificar. Nem a postura intuitiva nem o formalismo das teorias lógicas abstratas lhe seriam úteis para entender devidamente o processo em cujo desenrolar quer exercer voluntária intervenção com o fito de encaminhá-lo para obter os fins que tem em vista. De fato, são imprestáveis ambas essas atitudes intelectuais; uma, porque, negando a natureza racional da realidade, a considera campo devoluto às fantasias da imaginação e aos delírios intelectuais mais improfícuos; outra, porque, apegando-se a esquemas formais imobilizadores do curso real do processo histórico, pretende, por via abstrativa, traduzir em conceitos imóveis a contínua mobilidade da realidade. Esta última maneira de pensar é particularmente imprópria, porquanto impede o descobrimento das leis efetivas que regem a mudança das situações sociais, deixando-as sem explicação plausível ou entregando-as a doutrinas inadequadas, que postulam a invariabilidade de princípios absolutos, captados pela razão por meio de suposta evidência intelectual. Traduzindo o movimento da realidade em um universo de conceitos estáticos, é claro que êste modo de pensar estabelece um equívoco inicial insanável e se constitui, desde a origem, em método inábil para explicar as incessantes variações da realidade. Conduz aos

enganos idealistas mais infecundos, fazendo crer que a mobilidade da realidade se deve enquadrar nos esquemas de uma lógica válida sòmente para exprimir relações entre coisas ou idéias imóveis. Conduz à teoria das verdades eternas, dos valores absolutos, das leis abstratas, enfim, a tôdas essas ilusões que transviam o espírito da justa intelecção do movimento da realidade. Faz crer que as leis do mundo são derivadas do espírito, não passam de articulações lógicas entre conceitos retirados, por via abstrativa, da existência exterior. A racionalidade do mundo não pertenceria portanto ao mundo em si mesmo, mas ao espírito que apreende os fenômenos, os encadeia e interpreta segundo relações constantes que lhes impõe, de acôrdo com as condições em que os conhece. A racionalidade do mundo consistiria, pois, em submeter-se ao espírito, possuidor exclusivo da razão, a qual, no ato do conhecimento, seria outorgada às coisas e aos acontecimentos. A razão constituiria, assim, uma faculdade do espírito e daí é que reverteria à realidade exterior, à medida que essa realidade se submete às condições da inteligência que a conhece. A racionalidade, por conseguinte, não pertenceria originàriamente ao mundo, mas ao pensamento que se ocupa do mundo.

Não nos devemos alongar na análise dêste assunto, que inclui o essencial do problema epistemológico; desejamos apenas apontar a inconveniência do pensamento formalizador para a consciência do país subdesenvolvido, que forceja por se entender a si mesmo e por fazer do trabalho intelectual um meio de vencer as condições limitantes de sua existência. Deixando de lado numerosas outras incorreções, indiquemos apenas uma, de ordem prática: êsse modo de pensar conduz a assumir atitude passiva diante do processo objetivo. Qualquer que seja o estado de miséria e sofrimento que constitua a realidade da existência, o pensamento abstrativo e formalizador impede o indivíduo de se empenhar na luta coletiva por transformá-lo, pois, estando convencido de que a intelecção da natureza e da sociedade se faz por meio de esquemas abstratos, lhe será sempre possível ter delas nova compreensão, que as apresente como diferentes, bastando para isto retocar o sistema formal de que se serve, introduzir distinções cavilosas e acréscimos abstratos, de tal maneira que parece substituir a teoria geral, quando na verdade conserva-lhe as bases e apenas a amplia e adapta aos fatos originais. A consciência conservadora não se mantém graças à substituição de idéias, mas pelo retoque e adaptação daquelas de que

nunca se despoja. Para levar adiante indefinidamente êste procedimento, tem de pairar no domínio do abstrato. Se a realidade é desfavorável, mais fácil é recondicionar o sistema de idéias que a apresentam como desfavorável do que alterá-la objetivamente por ações revolucionárias. Se a lógica é formal, se o critério de verdade é a simples coerência entre as idéias, vale mais produzir novo sistema conceitual, em função do qual o mundo se apresente com outro sentido, se submeta a outros valores, conservando no entanto os fundamentais, e desperte outras esperanças, do que atacar o trabalho difícil e incerto de transformá-lo nas suas condições materiais. O conceito formal da razão, considerando-a propriedade exclusiva do espírito, abandona o mundo à própria sorte e impõe ao homem apenas a tarefa intelectual de organizar racionalmente, isto é, coerentemente, à vista do grupo de postulados ou princípios escolhidos na base de suposta intuição, ou de modo arbitrário, os dados da experiência. Desencoraja o homem do esfôrço ingente de revolucionar as condições de sua existência, convidando-o apenas ao ameno trabalho intelectual de encontrar o sistema de idéias que apresente como racional o estado de coisas existente. Eis porque dizíamos que essa atitude se torna desencorajante para a consciência emergente do país atrasado, cuja missão capital é proceder à transformação do seu contôrno vital.

Vemos portanto que não são sòmente as atitudes irracionais, negadoras do valor da razão, as que entorpecem a atividade criadora da consciência em luta contra o subdesenvolvimento econômico. Igualmente nocivas são as teorias que, embora justificando-se como maneiras racionais de pensar, porque se equivocam nos princípios metodológicos adotados, conduzem a um comportamento passivo, intelectualista, imobilizante em face da realidade, impedindo a consciência de se tornar fonte de iniciativas modificadoras. Não basta, portanto, defender em sentido geral o caráter de racionalidade do mundo para acreditar que, só com isso, assumimos a consciência crítica eficaz; é preciso especificar a maneira pela qual entendemos essa racionalidade. Porque, se fôr de natureza formal, isto é, abstrata e meramente configurativa dos dados da experiência, de nada vale para enfrentar o trabalho que a realidade vivida nos impõe. É preciso, assim, encontrar outro conceito da razão e a êle nos vincularmos, para proceder de maneira não apenas justa na tarefa de interpretar o mundo, mas sobretudo eficaz no afã de modificá-lo. Essa nova concepção da racionalidade é a de caráter dialético.

ii) *Necessidade do pensamento dialético*

O que a define é a afirmativa de que a razão se constitui no âmago e ao longo do processo da mobilidade universal, coincide com êle, exprime-o no próprio ato da constante variação da realidade; por conseguinte, não existe nenhum espaço vazio separando o ser móvel pertencente ao mundo do conceito imóvel pertencente ao espírito, como quer o modo abstrativo e formal de entender a natureza da razão, mas é na íntima correspondência do processo exterior com o pensamento que se revela a razão que ambos possuem. A teoria dialética da razão, todavia, assume forma imprópria quando admite que a mobilidade onde se manifesta o caráter de racionalidade é primordialmente a mobilidade das idéias, dos conceitos na seqüência em que são pensados pelo espírito, e só secundàriamente se projeta no mundo exterior, à medida que êste se vai submetendo aos ditames da razão. Esta maneira indevida, idealista, de conceber a racionalidade do real destitui o mundo de racionalidade própria, nêle vendo apenas a corporificação de uma lógica que pertence originàriamente ao espírito. Êste possui em si, de direito, a razão; como sua atividade é que produz o mundo da realidade, impregna-o com os conteúdos lógicos correspondentes às idéias segundo as quais o cria, e com isso o vai dotando do caráter racional. Êste modo de pensar, mesmo reconhecendo a natureza dialética da razão, é de todo inadequado à eficiente interpretação da realidade do país subdesenvolvido, porque, à parte outros enganos que não é o caso discutir agora, conduz ao desinterêsse pelo trabalho de alterar materialmente o mundo, uma vez que para fazê-lo coincidir com o sistema da razão é suficiente substituir as idéias umas por outras. Se a realidade atual é desfavorável, isto significa que o processo subjetivo, do qual depende o mundo exterior, chegou apenas a êste ponto; se queremos portanto superar a fase inaceitável, o que se deve fazer é acelerar o processo intelectual da consciência, para que nos transporte a outro momento do curso do mundo objetivo. É a ação exercida pelas idéias sôbre as idéias que impulsiona o movimento da realidade exterior.

Não é preciso dizer que tal modo de pensar inverte os têrmos reais do problema e distrai o esfôrço humano dos seus verdadeiros fins. Se a razão, embora entendida em caráter dialético, pertence primordialmente ao espírito, o mundo é um reflexo das idéias se sucedendo na consciência universal, e assim as leis, mediante o conhecimento das quais o traba-

lho humano se efetua proficuamente, derivam do espírito e podem ser descobertas pela reflexão do espírito sôbre si mesmo, independente da experiência física ou da prática social. A concepção idealista da razão, mesmo adotando o estilo dialético, não satisfaz as exigências de uma doutrina útil ao progresso das comunidades atrasadas na atual fase histórica. No passado pôde ter sido proveitosa, quando dava fundamento a esperanças de alterações sociais, que era de fato incapaz de promover, mas que pelo menos deixava antever como possíveis e até como inevitáveis, embora não soubesse explicar como se iriam concretizar. No momento presente, o conceito de razão tem de ser buscado na própria transformação real das coisas, e a racionalidade destas afirmada como propriedade que lhes é inerente, e não cedida de fora pelo espírito que as conhece. Segundo esta doutrina, o mundo é um encadeamento de fenômenos naturais e históricos, motivando reações da consciência humana, processando-se de acôrdo com relações a êles imanentes, graças às quais o estado da realidade de certo momento se transforma no da realidade do momento seguinte. O que há de racional nessa mudança é a correlação entre os modos de ser das coisas num e noutro instante; tal correlação liga internamente os fatos mesmos e só porque existe entre êles se encontra secundàriamente no espírito que os percebe. Não deriva da consciência, mas é adquirida por esta pelo mesmo ato no qual adquire o conhecimento geral da realidade ao refleti-la em si. A dialética do mundo é do mundo, ou, explicando, a dialética pela qual conhecemos o mundo pertence a êle mesmo e não ao espírito que o apreende. Se vem a se encontrar na consciência, é porque se traslada para aí por efeito do procedimento em virtude do qual se produz o reflexo da realidade no espírito. Mas não deriva daí e sim do mundo objetivo.

Sòmente esta teoria da racionalidade é fecunda, porque sòmente ela justifica o cuidado em investigar as leis do mundo e dominá-las, colocando-as a serviço dos particulares objetivos do homem. Abandonando a ilusão de uma dialética imanente ao espírito, a teoria adotada busca-a na própria realidade, que deve explicar. Vê a racionalidade como atributo pertencente ao universo exterior, manifestado nas relações causais entre os fenômenos, nos processos psicológicos de que decorrem os procedimentos humanos, nas leis do pensamento aplicado em conhecer as coisas ou em elaborar os princípios que retira das representações que delas tem. A certeza de viver num mundo submetido a leis racionais arma o homem de viva esperança de sucesso no trabalho de submeter a natureza e torná-la cada vez mais propícia a sustentar a sua existência. Mas a racionalidade, que reconhece haver nos processos objetivos, sendo dialética, significa que incorpora a mobilidade própria dêsses processos, em vez de paralisá-los, imobilizá-los, para em seguida enquadrar o real num esquema abstrato. Significa que vai buscar as leis de acôrdo com as quais elabora o pensamento lógico da realidade nessa mesma realidade, donde as qualidades específicas do mundo real, sendo naturalmente expressão da essência das coisas, dos fenômenos e da causalidade a elas imanente, devem encontrar-se refletidas em qualidades equivalentes do processo de pensamento que apreende verìdicamente o curso da realidade. A teoria lógica que, abstratamente, poderia apresentar-se como criação subjetiva da razão, para ser legítima e veraz precisa refletir a lógica imanente à existência das coisas, aquela que contém a racionalidade original do mundo. Assim, os aspectos reais do processo da natureza e da história só podem ser compreendidos no plano subjetivo por uma razão dialética que institui como categorias para o pensamento certo os conceitos mais gerais, graças aos quais apreende a totalidade dos fenômenos. São as leis da realidade, que, transportadas para o pensamento, se tornam leis do julgamento lógico.

Destas a mais importante é a que conserva na ordem conceitual a mobilidade real dos fatos e dos objetos. O conceito deixa de ser representação ideal imóvel, o que conduziria à ilusão das verdades e valores eternos, para se mediatizar com o seu oposto, passando assim a formar novo conceito, onde se sintetizam os contrários dos momentos anteriores. Vistos desta perspectiva, os conceitos transitam de um significado a outro, em consonância com o movimento da realidade. Se a noção é móvel, no significado atual já de algum modo está contido aquilo que é diferente dêle, aquilo que representa a emergência, no seio do mesmo conceito, do seu significado futuro, embora isso seja presentemente o seu contrário. Assim sendo, na totalidade do conceito agora pensado acha-se incluída uma dualidade de sentidos, uma contradição, porém em forma de unidade onde se identificam êsses aspectos opostos. Só estaria excluída a contradição do íntimo do conceito ou da idéia, se os significados contrários pertencessem a dois conceitos distintos, sem qualquer ligação, o que sòmente aconteceria se os conceitos representativos dêsses dois significados fôssem invariáveis, imóveis, eternamente iguais a si mesmos. Rejei-

tada esta hipótese, que justamente é aquela que serve de princípio às concepções formais, a visão dialética mostra a contradição instalada no âmago do pensamento, no interior da idéia, não porque resulte de confusão intelectual ou êrro de pensamento, mas precisamente porque reflete com plena verdade a mobilidade autêntica do real. É o mundo que se altera constantemente em todos os seus aspectos inteligíveis, donde estarem presentes no mesmo instante em cada aspecto das coisas o dado atual e aquilo que o nega, o contradiz, o elimina, pois é o dado futuro, que substitui progressivamente a realidade da coisa, à medida que declina o dado atual. A contradição está no seio da realidade objetiva e se depois é encontrada na ordem das representações, é porque estas são cópias fiéis da existência exterior. Se a condição da verdade para o pensamento é reproduzir fidedignamente a realidade das coisas, não só a contradição está normalmente na essência do pensamento justo, como deve ser procurada, pela certeza de que só quando tivermos discernido com segurança os aspectos contraditórios das idéias que cultivamos, isto é, da realidade nelas representada, teremos o direito de acreditar estar pensando de modo racional. A dialética faz do conceito um processo que nada mais é do que o processo da coisa nêle concebida, por sua vez parte do processo da totalidade da realidade. Por conseguinte, ao apreciar o sentido de uma idéia há que referi-la ao conjunto das demais, ou seja, à totalidade da consciência, porquanto cada qual é por si um processo parcial no todo do processo único que é a consciência.

Êste modo de pensar afasta o espírito das posturas dogmáticas, as quais têm por fundamento a crença de que as idéias são como são em caráter definitivo, levando a ter do mundo uma visão substancialista e estática, sendo o movimento considerado acidente, ao qual, em princípio, o pensamento não é adequado, pois seu domínio natural é o imóvel, o eterno. Enquanto esta fórmula é paralisante e convida a ver o mundo sob as espécies da quietude e recusa da novidade, a concepção dialética, não apenas está apta a produzir a verdadeira lógica, mas ao mesmo tempo estimula a inteligência a considerar a racionalidade dos acontecimentos não na essência imóvel das coisas, mas na fluência com que se sucedem. Êste é o ponto que mais nos interessa destacar. A racionalidade da consciência crítica consiste no nexo interno com que os acontecimentos se ligam uns aos outros, na razão imanente que determina o declínio de todo aspecto atual da realidade e sua necessária substituição por outro,

contrário a êle, e cuja presença desde já se afirma pelo simples fato de que o atual não é permanente. A filosofia dialética estabeleceu com rigor as leis do processo da realidade e as traduziu no sistema lógico conveniente a interpretar a natureza e a história. Discuti-lo em geral não é o nosso assunto, pois desejamos não perder de vista o problema de que nos ocupamos, a compreensão da realidade nacional.

Limitando-nos a êste campo mais restrito, duas indagações cabe fazer. A primeira diz respeito ao caráter dialético da própria concepção dialética. Esta não é uma ciência conclusa e ausente do processo histórico da natureza e da cultura, no qual se vão revelando as leis dialéticas. As que até aqui se conhecem representam quanto foi possível à consciência apreender da racionalidade do mundo, mas não implicam o término do processo cognoscitivo realizado pelo espírito nem a sua completa expressão se reduz aos princípios conhecidos. A questão não tem apenas interêsse teórico; há outra face que nos importa esclarecer, e diz respeito à aplicação da lógica dialética ao processo nacional de um país mais atrasado do que as comunidades metropolitanas em cuja cultura foi elaborada tal teoria. Esta é, sem dúvida, um produto do pensamento metropolitano superior, correlacionado a uma etapa avançada do desenvolvimento industrial. De resto, as demais concepções da razão oferecidas pelas filosofias tradicionais são sempre produtos de elaboração metropolitana. Exprimindo a racionalidade do todo real, o pensamento dialético é evidentemente válido em princípio para as fases atrasadas ou passadas do processo nacional dos países menos desenvolvidos. Surge porém o problema de saber até que ponto a aplicação dêsse pensamento à existência da nação subdesenvolvida contribui para esclarecer o curso de seus acontecimentos. A pergunta justifica-se porque, tendo dito que devemos repúdiar a aceitação passiva das doutrinas metropolitanas, inadequadas para interpretar a realidade que nos é própria, poderia parecer que tal censura incluiria igualmente a lógica dialética. Isto não se dá, contudo, porque é ela a única doutrina que é dialética no seu conteúdo e deve ser também na sua aplicação. Ao compreender que sua aplicação aos fenômenos de uma realidade subdesenvolvida tem de ser condicionada pelo grau de desenvolvimento dessa realidade, a dialética dialetiza o seu emprêgo, e se mostra com isso a única interpretação justa do processo histórico da comunidade atrasada em sua luta por se desenvolver. Para a inteligência da sociedade subdesenvolvida as leis da dialética correm o risco

de permanecer no domínio da abstração e da alienação, se não forem concebidas de maneira tal que sirvam para exprimir a realidade imediata do mundo onde essa sociedade se encontra. As teorias que advogam o procedimento abstrativo como explicação para o mecanismo do conhecimento da realidade, importando, conforme dissemos, verdadeira incapacidade de compreender o movimento da realidade, são radicalmente inadequadas para interpretar o processo histórico do país subdesenvolvido. Sòmente a concepção dialética é capaz de produzir o exato entendimento dos fatos que ocorrem na nação atrasada em esfôrço de superar o seu estado. Para isso é imperioso aplicar as leis dialéticas à exegese do processo real do País e descobrir por indução empírica quais os aspectos da sua realidade em que se incorporam as categorias lógicas que manifestam a racionalidade da fase histórica vivida por tal comunidade.

Êste é o primeiro benefício da aplicação do método. Só êle permite ver como racional o estado de atraso, miséria e subdesenvolvimento. Com efeito, as concepções metafísicas implìcitamente postulam como racional apenas o estado da realidade correspondente à fase mais elevada do processo civilizatório; assim ocorreu no pensamento idealista alemão clássico. Sendo teorias metropolitanas, nelas se reflete a situação de metrópole, isto é, de centro máximo de civilização, onde foram pensadas. Supõem, para ser válidas, o estado de pleno desenvolvimento. Desta maneira, o estado de subdesenvolvimento não apenas é considerado etapa retardada no processo objetivo, mas, ainda, é entendido como fase não racional ou pré-racional, no processo subjetivo. O mundo pobre não é sòmente inferior, é também ilógico. Eis porque nenhuma das teorias metafísicas se prestam para torná-lo inteligível, explicá-lo e permitir a ação eficaz sôbre êle, uma vez que, por princípio, o excluem do domínio da racionalidade. São inúteis para interpretar os esforços despendidos em conquistar o desenvolvimento, porque só se aplicam depois de se ter completado êste. Pensar a realidade do país atrasado nos moldes dessas teorias é, por definição, entregar-se à alienação, porquanto confessadamente o sistema de idéias, os métodos de raciocínio e de exame que preconizam só são válidos para a realidade histórica em etapa superior. Compreendemos, assim, porque só a perspectiva dialética permite reconhecer como racional a realidade atrasada, isto é, afirma que êsse estado do mundo tem sua explicação lógica, sua causalidade natural, a que deve o ser isso que é, ao mesmo tempo que fornece os instrumentos de análise conceitual que servirão para revelar os fatôres nos quais se decompõe essa racionalidade.

Para o país plenamente desenvolvido basta a lógica ser dialética no conteúdo, mas para o país subdesenvolvido é necessário que a lógica seja dialética não apenas no conteúdo, mas também na aplicação. Para o pensador do país desenvolvido, a dialética está sempre aplicada dialèticamente, mas para nós há o perigo da alienação, donde ser necessário, quanto a nós, a consciência da aplicação dialética da dialética. Sòmente assim é apta a fazer compreender o fenômeno do desenvolvimento. Com efeito, veremos logo a seguir que para tanto se exige, por exemplo, a categoria do "salto dialético", que as concepções metafísicas não possuem. Para o pensamento dogmático, a razão se corporifica no nível máximo que atingiu o processo histórico; as etapas anteriores são, por isso, pré-lógicas, irracionais, são aproximações da razão, mas não estados totalmente racionais. Sòmente quando o país alcança a etapa de completo desenvolvimento se torna inteligível. Antes é um mundo de confusões, de contradições, de movimentos incompreensíveis, de fatos inexplicáveis. A luz da razão mal penetra nesse espaço sombrio, onde os contornos das coisas são indistintos, imprecisas as causas dos acontecimentos, obscuras as idéias e incertos os rumos. Não havendo razão imanente a essa situação, o que se entende como razão se acha localizado fora dela e só pode ser possuída por aquêles que pertencem ao plano superior. Descobrimos com estas reflexões os esteios ideológicos de tais dogmatismos. São, na verdade, ideologias dos povos dominantes, colonizadores, exploradores dos países atrasados. Ao declarar irracional a realidade dêstes, praticam a mais sutil das espoliações, roubam-lhes o privilégio da razão, justamente a riqueza que deveria valer às nações retardadas como fôrça intelectual para superar o estado de pobreza, isto é, para se desvencilharem das cadeias da espoliação. A teoria dialética tem efeito oposto. Não só aclara lògicamente o estado de subdesenvolvimento, como se constitui em poderoso instrumento para promover a efetiva alteração da realidade. Enquanto o pensamento metafísico vê o estado de subdesenvolvimento a partir do estado de desenvolvimento, a teoria dialética permite interpretar a etapa superior a partir da inferior, à luz da racionalidade que reconhece existir nesta última.

O que motiva o entendimento do estado subdesenvolvido como modo de existência racional é considerá-lo sob a categoria de totalidade. É porque a consciência considera o país como um todo unido, cujas partes se correlacionam e

implicam recìprocamente, que o aprecia na perspectiva do movimento histórico, e chega a defini-lo como possuidor de uma lógica interna, mediante a qual se explicam as transformações que nêle ocorrem. O mundo constituído pelo país subdesenvolvido se sabe racional porque se conhece como um todo em si mesmo. Sua consciência o reflete como domínio de plena racionalidade, porque se vê pertencente a êle. A consciência metropolitana nega ao mundo pobre a qualidade racional porque só considera formar um todo o mundo a que pertence, o que se acha na culminância do domínio, e do qual as áreas atrasadas são partes. Como o único todo que reconhece é aquêle no centro do qual se coloca, não pode, é claro, admitir que uma região que é parte dêsse todo seja por si um todo. Logo, a única racionalidade possível é a do todo mundial, conclusão muito do agrado do pensamento metropolitano, porque permite incluir em tal racionalidade, tornando-as portanto racionais, as relações de dominação dos fortes sôbre os fracos. A teoria dialética exerce, ao contrário, função libertadora das comunidades atrasadas, porquanto as faz ver-se a si mesmas como totalidades autônomas e lhes fornece as categorias indispensáveis para analisar o fenômeno do desenvolvimento econômico e cultural. Diversifica os processos nacionais em totalidades concretas, que, sendo embora partes de uma última totalidade ecumênica, formam por si todos parciais regidos por uma lógica inerente ao particular movimento histórico peculiar a cada um. O pensar dialético suprime a alienação porque obriga o espírito a induzir da existência concreta o conteúdo dos conceitos gerais com que deve apreciar sua realidade. Afirmando a racionalidade do estado econômico atrasado compele a inteligência a indagar das causas dêsse estado e, ao torná-las conhecidas, removê-las.

Êste é o supremo mérito da perspectiva dialética: se o estado de incultura e de miséria é racional, isto significa que pode ser expresso num sistema de idéias que o explica e o faz dominado pela inteligência. Se, ao contrário, conforme julga o dogmatismo metafísico, a existência do país atrasado é irracional, significa que não admite ser dominado pela inteligência, modo de dizer que insinua só poder ser dominado pelas potências econômicas que o exploram. Para a consciência armada do saber dialético, o mundo subdesenvolvido é tão racional quanto o adiantado, pois exprimem ambos fases diferentes de um mesmo movimento da realidade e possuem leis igualmente inteligíveis.

Aplicando-se particularmente a compreender a sua conjuntura, a consciência da nação pobre é levada a indagar, em primeiro lugar, quais as categorias da razão dialética que já têm conteúdo objetivo no contôrno nacional a que pertence; e em seguida, se não haverá outras idéias gerais, peculiares a essa etapa do processo real, que tenham deixado de ser mencionadas pelas concepções dialéticas metropolitanas, por não mais vigorarem para a situação de pleno desenvolvimento. Não tendo o intuito de aprofundar em demasia o tema, que não constitui o centro do nosso estudo, basta-nos indicar, quase a título de exemplo, o emprêgo de duas das leis dialéticas gerais em relação ao estado de uma comunidade subdesenvolvida como a nossa: a lei da unidade dos contrários e a da passagem das variações quantitativas a qualitativas. Posteriormente indagaremos, além de mais outras investigações ligadas ao mesmo assunto, se há aspectos específicos da realidade do país atrasado que nos conduzam a induzir da sua evolução algum novo conceito categorial ou idéia geral, merecendo o título de lei dialética peculiar às etapas primárias do processo do desenvolvimento nacional.

iii) *A dialética das contradições no país subdesenvolvido*

Em condições de completa estagnação econômica, quando o país se encontra em regime de exploração colonial ou semicolonial, a descoberta dos aspectos contraditórios da sua realidade é difícil de ser feita pela consciência que lhe é possível ter em tais circunstâncias. Não sendo realmente um ser para si, mas um ser para outro, aquêle que o domina e espolia, o país é sede de numerosas contradições objetivas, porém se vê impedido de conhecer êsse fato, porque dessas contradições a principal sendo aquela que o opõe como todo ao outro que o escraviza, retira do seu olhar intelectual a capacidade de perceber a existência de contradições de qualquer espécie. O que lhe falta é justamente o conceito de contradição. Sob o jugo que o mantém cativo e incapaz de se pensar a si mesmo, a realidade parece-lhe coerente. Não pode ter clara idéia da contradição de dominação porque é de tal modo pesado o domínio do colonizador, que todo o trabalho exercido pelas massas nativas sôbre a realidade não chega a lhe despertar o entendimento da oposição suprema em que figura. Vê-se como um todo uniforme, porque o outro pólo da contradição se acha situado fora do seu espaço nacional, a distância, e dêle não chega a ter nítida representação. As demais contradições internas, a que vigo-

ra entre a classe senhorial e a escrava, por exemplo, não são devidamente reconhecidas por falta de reconhecimento da contradição principal. Com efeito, só quando a comunidade toma consciência desta é que se abre à sua inteligência a percepção do caráter fundamentalmente contraditório da realidade. Antes que as massas tenham chegado a condições objetivas de vida que lhes permitam ter ciência da contradição principal que as afeta, as demais são vistas de maneira imprecisa e não contribuem para constituir o fundamento de uma teoria da realidade. Em qualquer caso, jamais lhes será possível incorporar uma doutrina da sociedade que proclama o caráter essencialmente contraditório do processo histórico. A simples experiência de contradições secundárias, sejam estas as mais dolorosas, como, por exemplo, o pêso da servitude, dá ao indivíduo as reações convenientes diante da realidade contraditória em que vive, mas não lhe pode dar a teoria dessa realidade, aquela pela qual a essência do real lhe apareceria como necessàriamente contraditória. Isto só ocorre quando tiver condições para abranger e avaliar a contradição principal. Não vendo a realidade dialèticamente, talvez possa chegar ao ponto em que seja capaz de dizer que a escravidão é uma contradição social, mas não alcançará o nível em que chegue a dizer que a realidade como tal é contraditória. Isto, só a partir da contradição principal. Só a experiência da efetiva contradição principal que o oprime conduz o país a compreender a existência e a natureza das demais contradições que nêle se passam. Até lá, só por transmissão intelectual, pelo estudo das teorias sociais estrangeiras, lhe seria exeqüível tomar conhecimento da racionalidade do processo histórico, enquanto qualidade expressa pelo jôgo de oposições entre as fôrças sociais e por seus reflexos ideológicos. Na fase subdesenvolvida a inteligência do país atrasado só pode chegar a estas concepções lendo-as nos livros estrangeiros; mas, quando o país se adianta um pouco mais e desencadeia o movimento da libertação econômica, sua inteligência começa a adquirir êsse mesmo conhecimento, porém lendo-o agora na face da realidade.

Vemos, assim, que a teoria das contradições sociais deve ser interpretada, ela mesma, dialèticamente. Não é em qualquer momento do curso da realidade que se manifesta na plenitude da sua verdade, mas sòmente quando a realidade alcançou grau de avanço suficiente para tornar visível a contradição principal que a habita. Só à luz desta aquisição teórica se vai revelando a unidade sistemática

formada por tôdas as demais, e por fim se compendia em doutrina coerente a tese da universalidade das contradições e seu papel na dinâmica histórica. Antes de ser possível essa revelação, a inteligência do país atrasado tem de recebê-la por ouvir dizer, tem de acolhê-la depois de enunciada por outros, os que tiveram condições para chegar à consciência de tal verdade. Quando a comunidade não está ainda habilitada a discernir por si mesma a contradição principal que a oprime, não é de esperar que o mero conhecimento erudito da dialética da história produza efeito revolucionário sensível, pois, conforme dissemos, nessa fase tal conhecimento não é um dado da consciência coletiva, mas um produto da cultura requintada, só acessível àqueles que se interessam pelo estudo das idéias elaboradas em outros lugares. Fica, portanto, restrito ao pequeno grupo de estudiosos destas coisas e daqueles para quem se irradia a sua influência. Não chega a galvanizar a consciência popular, simplesmente porque esta permanece paralisada nas formas primárias de trabalho, não se elevando ao nível em que saibam correlacionar as contradições inéditas de que padecem com a contradição suprema que as explica. Não percebendo a contradição principal, não percebe o verdadeiro significado de tôdas as demais. E não reconhece a principal porque esta consiste num antagonismo no qual o pólo oposto é formado pelo país colonizador, a cujo respeito a consciência das massas do país dominado tem apenas vaga ou nenhuma notícia. Por isso, o regime de espoliação colonialista consegue perdurar quase sem obstáculos por longo tempo. Quando, porém, no seu interior detona o processo do desenvolvimento, como a condição para que se acelere é ampliar-se o conhecimento da realidade, cujos aspectos adversos se trata de ràpidamente superar, o resultado é ir-se tornando visível a contradição principal que domina essa realidade. As massas começam a ter experiência direta do caráter contraditório do real ao descobrirem a contradição principal que envolve a existência do país. Descoberta esta, revelam-se com novo significado aquelas que já antes conheciam e descobrem a seguir muitas outras, de onde naturalmente seus pensadores serem levados a elaborar a teoria geral das contradições sociais e a definir a essência da racionalidade do mundo como consistindo no jôgo de oposições e supressão de oposições, que desenha o curso da história. De fato, a percepção de haver grande número de contradições na realidade é condição para surgir a teoria que proclama o caráter contraditório essencial do mundo,

o qual evidentemente não seria descoberto ao se considerar uma só ou algumas poucas contradições.

Tal é precisamente o momento em que se encontra a consciência brasileira. Alcançamos um ponto do nosso processo nacional de desenvolvimento no qual já se revelou à nossa consciência, com inteira nitidez, a contradição principal que nos afeta. Desta revelação à revelação do significado das demais, o trânsito é imediato. Antes, quem dissesse que a nossa realidade era contraditória, diria tal coisa porque aprendera nos livros; hoje, quem a diz aprendeu êste conhecimento na experiência pessoal. Só no presente a comunidade brasileira está atingindo condições objetivas que lhe permitem elaborar a doutrina da sua racionalidade específica. Sòmente agora começa a existir para nós a razão, porque só agora começa a haver, para nós, razão de ser nas coisas. Esta observação parece-nos importante. A consciência alienada cultiva entre as suas idéias ingênuas a da universalidade e uniformidade daquilo que chama de razão. O pensamento dialético crítico, se, como deve fazer, souber dialetizar a sua própria aplicação à realidade, descobrirá o caráter variável e progressivo do conceito de razão. A racionalidade inerente à realidade não se manifesta de modo idêntico em todos os graus do processo, e nisso está a sua natureza dialética. A razão que nos é dado reconhecer e graças à qual interpretamos a nossa realidade é função da etapa em que se encontra o processo dessa mesma realidade. Assim é que na fase de sonolência intelectual, no regime de colônia, a realidade do país pôde ser considerada racional porque, apresentando-se imóvel, invariável aos olhos do espectador, facultava-lhe utilizar-se do conceito abstrato, metafísico, a-histórico, de razão. Julgada por êste particular modo de conceber a razão, de fato tem lugar a concordância entre o pensamento e o mundo; essa harmonia de um lado reforça a crença de que a razão é isso mesmo, é aquela faculdade espiritual, atributo da inteligência, una e perfeita em todos os homens pelo simples motivo de serem homens; e de outro lado, contribui para manter estabilizado o mundo exterior, evitando que nasçam as fôrças intelectuais, as idéias, capazes de alterá-lo. Vemos, pois, que o conceito de razão conveniente a essa fase é só dela, não vigora quando são outras as circunstâncias. Na época em que o país vivia o estado de subdesenvolvimento, o conceito de razão històricamente possível era êsse. Contudo, essa fase já era racional, segundo o conceito dialético, embora não houvesse quem pudesse declará-la tal, pois não o podia fazer o colonizado, por suposto, nem o colonizador que, ao ver a realidade invariável só podia valer-se do conceito abstrato, metafísico da razão. No entanto era tão racional do ponto-de-vista dialético essa realidade colonial que as suas contradições a levaram a se transformar em outra fase, mostrando assim que a lógica operante é a que se acha incluída na realidade mesma e não na cabeça dos lógicos. Temos neste particular uma prova da tese que afirma a precedência da realidade sôbre a consciência. A lógica dos fatos está nos fatos e produz os seus efeitos antes que alguém a possa conhecer e traduzir em enunciados e teorias. Esta tese, no período da consciência totalmente alienada só era conhecida por nós por intermédio dos livros onde a líamos. Agora a nossa própria reflexão nos mostra a verdade dela. A consciência nacional nascente, justamente porque se sabe nascente, tem consciência da sua posterioridade a um mundo que a precede, que existia antes que ela, como consciência de si, tivesse possibilidade de existir. Se analisarmos as diversas interpretações dadas à razão pelos sistemas filosóficos no passado, veremos que correspondem a ideações adequadas cada qual às peculiaridades da realidade vivida pelo pensador. De modo geral, o gesto de exaltar a razão, no pensamento moderno, enquanto antagonismo às teorias místicas, intuitivistas, irracionais, corresponde às tendências emergentes no cenário histórico, às fôrças produtivas novas que, para se expandir, precisam crer na racionalidade da realidade, e por isso elaboram um conceito da razão que justifica o seu empreendimento construtivo.

Denunciada a falácia do conceito abstrato da razão, vemos que nos incumbe elaborar para nós a noção de racionalidade do nosso estado. Podemos fazê-lo agora, pois alcançamos a etapa do nosso desenvolvimento onde se patenteia à consciência popular a contradição principal que nos envolve. Chegamos portanto a um momento do processo brasileiro no qual nos é permitido compreender o que significa para nós ser racional. E utilizaremos imediatamente o conceito de "ser racional" para aplicá-lo a esclarecer os dois temas seguintes de ponderável importância: saber em que consiste o caráter racional quando nos referimos à realidade envolvente; e que espécie de procedimento deve ser considerado racional quando planejamos a nossa ação sôbre o mundo a que pertencemos.

O conceito da razão de que nos valeremos tem de ser encontrado pelo exame e exegese da contradição principal do país. Uma vez esta identificada e descrita em linguagem objetiva, será definida como racional, e ao mesmo tempo

revelará a essência da razão para nós, tôda atuação histórica que se dirigir a suprimir o sistema das contradições atuais da realidade, entendidas como dominadas pela principal e dela recebendo o sentido que possuem. A essência da razão para um dado momento de determinado processo nacional revela-se nos procedimentos que se mostrem eficazes em suprimir a contradição principal da realidade do país em tal momento. Êste é o modo como se descobre a legalidade da razão. Tal é a tese que desejamos expor. O conhecimento da racionalidade da realidade nacional não se faz por via abstrata, nem pode ser adquirido alienadamente pela leitura de obras estrangeiras; ter de ser obtido por indução a partir dessa mesma realidade. Mas de que modo? Pela reflexão sôbre os meios eficientes empregados pela comunidade na sua luta vitoriosa contra a principal contradição que a encerca. O êxito obtido na prática social dessa luta só se explica porque os atos executados correspondem ao que a realidade é em si mesma; logo, são o único fundamento legítimo para se chegar à essência da razão ínsita no processo objetivo. Para que a comunidade adquira, portanto, a idéia da razão para si é preciso existirem condições que lhe facultem compreender qual é a contradição principal sob cuja influência se move. Ora, tais condições cifram-se em ter alcançado um grau significativo de desenvolvimento econômico. Com efeito, só nessa eventualidade as massas trabalhadoras e o capital de origem interna, que procura o máximo rendimento, começam a sentir os limites, o "cêrco existencial" que lhes é impôsto pela trama de relações contraditórias que os aprisiona. Eis porque apenas a partir de agora principia a ter sentido falar da racionalidade da realidade brasileira. É porque temos atualmente recursos para elaborar para nós o conceito de razão, pelo qual nos deveremos guiar.

A primeira aplicação que dêle cabe fazer é mostrar que o estado de atraso, pobreza e ignorância onde ainda vivemos é perfeitamente racional, pois sabemos ter causas objetivas, indubitàvelmente identificáveis. Noções como as de exploração econômica, ausência de verdadeira independência política, heteronomia cultural, recebem dêste ponto-de-vista novos esclarecimentos. Em lugar de parecerem fatalidades incompreensíveis, mostram-se de todo racionais, uma vez que conheçamos os têrmos reais do problema. As contradições secundárias, internas, revelam-se também racionais, com isso preparando a consciência para forjar os instrumentos que as eliminarão. Outro emprêgo do conceito

de razão é o que se destina a definir o tipo de comportamento conveniente à circunstância subdesenvolvida, visando modificá-la. Sem o devido critério racional, ou o indivíduo entrega-se ao desperdício dos gestos estéreis, das reações emocionais, talvez violentas mas inócuas, ou persiste em agir sôbre o contexto atrasado mediante iniciativas que, ditadas por conceitos abstratos da razão, se mostram naturalmente improfícuas. Num caso como noutro, o êrro consiste em não saber que o conceito autêntico de razão é o fornecido pela prática social da comunidade empenhada em transformar as suas condições de existência. Pelo trabalho efetuado, descobre a racionalidade que preside o ser do mundo e se reflete na justeza das idéias com que o interpreta, conforme o prova a eficácia dos atos realizados. Ligamos, assim, indissolùvelmente o conceito de razão lógica ao de prática social. Desvincular uma de outra, é fazer da razão um dom abstrato do espírito, exercendo-se apenas nos processos formais, no raciocínio dedutivo justo ou na criação de fecundas axiomáticas. Perde-se, porém, com isso a capacidade de interpretar verìdicamente a realidade, que é processo e mobilidade constantes, bem como se abandonam os meios de compreender a existência de um ser nacional, que é histórico.

O desenvolvimento brasileiro atravessa a etapa em que se evidencia ser a oposição entre os fatôres econômicos de origem autóctone e os de procedência exterior, ou seja, entre o capital nacional nascente e o capital estrangeiro dominante, em uma palavra, o imperialismo, a contradição principal que o entrava. Patenteando-se à consciência pública, sem sombra de dúvida, ser essa a oposição culminante, é claro que os setores oprimidos, no caso, a indústria nacional legítima e as massas obreiras, que necessàriamente só podem ter interêsses coincidentes com os interêsses gerais do País, se convertem em fôrças objetivas, atuando no sentido de romper a contradição predominante. Constitui-se, assim, uma imensa atividade prática, uma *praxis* social, visando a superar a contradição principal da realidade e nessa *praxis* é que tem origem a reflexão intelectual onde se delineia o conceito de razão que atende às necessidades dessa mesma *praxis,* justifica-a e encoraja-a. Como no interior da contradição dominante a sociedade brasileira se acha dividida em outras oposições, secundárias e terciárias, o conceito de razão de que se utilizam os setores de vanguarda da prática social transformadora, empenhados em resolver a contradição principal, vai-se ver impugnado pelos

setores quiescentes ou retrógrados, que, não estando interessados na ruptura dessa contradição, porque dela se beneficiam, cultuam um outro conceito de razão, naturalmente abstrato ou alienado. Defendem êstes últimos uma idéia de racionaliadde do real onde o mundo é visto como estático, invariável ou de movimento lento insensível, fazendo crer serem permanentes as estruturas sociais sôbre êle assentes. Quando a contradição dominante é a que se dá entre dois pólos, sendo um a nossa realidade nacional, como um todo, e o outro a nação hegemônica, situada fora, no estrangeiro, o País ou nem sequer é capaz de pensar que existem contradições, ou, quando as admite, tende a considerar principal uma das que lhe são interiores. Êste último caso produz-se em virtude de ser difícil à consciência incipiente abranger com o olhar a conjuntura histórica mundial e se ver como figurante de uma oposição na qual o outro pólo está situado ao longe. Pode ser levada a erigir em principal, em tal momento, a contradição entre as classes ou entre graus diversos de desenvolvimentos regionais, modos, todos êstes, de ocultar o efetivo aspecto contraditório supremo de sua realidade na fase primária em que se acha. Poderá ver na classe dirigente simplesmente aquela que explora o trabalho do povo, em geral, e não ver que é muito mais do que isso, é aquela que vende ao capital estrangeiro o trabalho nacional. Deixando de perceber a contradição principal, ignora o papel que o País, como totalidade, desempenha em tal oposição, ou seja, perde de vista a presença do pólo oposto no nosso próprio interior. Acreditando abstratamente que o antagonista está lá fora, no estrangeiro, e que as únicas contradições reais que nos afetam são as que se passam integralmente aqui dentro, deixa de ver que as oposições se compenetram, de tal sorte que o pólo oposto, representativo do interêsse estrangeiro, embora tendo sede ao longe, está também presente aqui mesmo, coabita conosco, personificado nos indivíduos, agências e instituições que se colocam a serviço dêle e negam, ou tentam esmagar, os pronunciamentos e as iniciativas da nossa consciência ascendente.

O prejuízo mais grave acarretado por esta confusão intelectual está em ocultar o caráter dúplice da *praxis* da classe dirigente do país submisso a interêsses alienígenas: de um lado, essa classe exerce a sua opressão, normal, sôbre as classes subordinadas, pelo simples fato de ser dominante; mas, por outro lado, é também o veículo que transmite a todo o país uma segunda ordem de opressões, as que derivam do colonialismo e do imperialismo econômico. O

país, sendo juridicamente independente, não estando em regime de ocupação militar estrangeira, a dominação de agentes externos tem de se exercer forçosamente por intermédio de agentes internos a serviço dos primeiros. Tem de haver uma classe, pertencente de direito à sociedade do país dominado, que represente o papel de emissário, de cônsul, dos interêsses estrangeiros e atue em rigorosa concordância com as ordens recebidas de fora. A ambivalência e a pusilanimidade da classe dirigente é específica do país subdesenvolvido e colonial. No país autônomo, plenamente desenvolvido, não há, é claro, senão a forma de opressão comum na sociedade dividida em classes antagônicas. Mas, no contexto nacional pobre, onde o relativo desenvolvimento que possui teve de ser promovido pelo capital estrangeiro, e ainda continua a sê-lo, a classe que conquistou o comando político não pode desligar-se dessa subordinação espoliadora, sob pena de apresentar-se perante a nação como ineficiente. E como, ademais, tem nas mãos todos os recursos, os instrumentos de propaganda e persuasão, não vai ceder o seu pôsto de boa vontade às fôrças opostas, que desejam abolir a servitude ao capital externo. Trava-se a luta, que traduz, como vemos, o empenho da comunidade em quebrar a contradição principal; porém, durante essa prolongada porfia a classe dominante, mesmo perdendo gradualmente terreno, vai vivendo uma *praxis* própria, que, como tôda prática social, é origem de consciência. É levada, portanto, a criar o seu peculiar conceito de racionalidade do mundo, de que se vale para os julgamentos que profere, nos quais anatematiza os acontecimentos, e a elaborar a constelação de valores, que forceja por defender.

É imprescindível compreender a multiplicidade dos conceitos da razão, por motivo das diferentes espécies de prática social, dos indivíduos e das classes, a fim de entender as condições reais em que se trava a luta ideológica na sociedade em esfôrço de desenvolvimento. Do contrário, confundidas pela idéia ingênua de universalidade da razão, as fôrças jovens do país, hoje expressas no movimento nacionalista, poderão utilizar-se do conceito que é próprio dos seus adversários e tentar combatê-los com as armas que dêles tomou emprestado. Não é preciso acrescentar ser isso o que mais desejam os agentes dos interêsses antinacionais. Para fugir ao risco dêsse prejuízo a consciência nacionalista tem de elaborar por si, fundada na prática da luta em que se empenha, uma teoria da racionalidade que lhe permita diagnosticar o conjunto das contradições sociais atualmente

existentes e classificá-las por ordem de importância, segundo a extensão de cada qual. Assim fazendo, estará igualmente apta a definir as correlações entre essas contradições e por conseguinte a preparar, no mesmo ato pelo qual procura demolir a principal, a resolução das secundárias. Se não possuísse, por exemplo, a noção de que todos os aspectos contraditórios da realidade formam uma só totalidade, e portanto se implicam mùtuamente, não consideraria racional a multiplicidade das oposições. Ora, tal multiplicidade é normal e inevitável, mas, sendo regida pelas leis da lógica imanente à realidade, não há ação destinada a destruir uma contradição que não repercuta sôbre tôdas as demais, não há transformação causada pelo término de uma contradição principal que não determine o rearranjo das demais, elevando outra ao lugar da anterior.

iv) *O "salto histórico" no país subdesenvolvido*

Refletindo sôbre êste último problema, somos encaminhados a considerar outra aplicação do método dialético à exegese do processo real do país subdesenvolvido: a passagem das variações de quantidade a variações de qualidade. Êste conceito, constituindo uma das leis universais da dialética, tem no campo do processo nacional significado particular: o salto histórico do país de uma etapa a outra, superior. Produz-se pela acumulação de pequenas variações de quantidade, a qual em dado momento alcança um limiar de fratura e determina a transmutação do ser nacional em outro, novo porque qualitativamente distinto do anterior. O trânsito do estado subdesenvolvido para o pleno desenvolvimento não é um processo linear, representando apenas a expansão, a melhoria do estado anterior. É a efetiva ruptura com o modo de existência precedente e só se caracteriza como real pela qualidade original da realidade que surge em lugar da antiga. Sem o manejo dêste conceito, a inteligência está exposta a um dos mais perniciosos enganos, que encobre sérios atentados aos interêsses do país: o de crer que o desenvolvimento nacional não altera a substância da realidade, não a torna distinta do que era, não substitui as estruturas em que assentava, e portanto não exige da consciência coletiva o despojamento das idéias tradicionais e o abandono dos valores consuetudinários. Não utilizando esta categoria dialética, a inteligência do país atrasado envereda por um falso caminho ao cultivar uma falsa noção do progresso. Vendo-o como prolongamento constante do existente, como simples amplitude do presente, com as naturais melhorias que acarreta, mas não o vendo como substituição de fases da realidade, como "salto histórico", fica impedida de apreender o sentido das mudanças que testemunha, de favorecê-las pelo aclaramento lógico dos fatos e de esclarecer-se a si mesma, ao se modificar em consonância com as modificações produzidas no mundo. Pelo conceito de progresso linear o desaparecimento dos aspectos negativos da existência subdesenvolvida tem de ser causado pelo progresso dos aspectos positivos, faz-se silenciosamente, não acarreta crises, mas ao contrário é uma satisfatória eliminação das condições penosas da existência, as quais vão desaparecendo naturalmente, sem que quase a consciência social perceba a sua ausência. A consciência está atenta apenas aos aspectos positivos em crescimento, e como êste é contínuo, não implica qualquer crise ou rompimento com os valores e o universo de idéias precedentes, de modo que a sociedade progride sem choques, sem atritos, sem perigos.

É bem de ver que tal conceito exprime o ideal da classe dominante, conservadora por natureza, pelo simples fato de ser dominante, para a qual a história deve ser o fluxo tranqüilo de um largo rio, sem inquietudes nem agitações. Explica-se o seu ideal do desenvolvimento apenas quantitativo e no entanto indefinido, por lhe parecer que dessa maneira, ao longo da mudança ùnicamente volumétrica, se conservam os seus privilégios, permanecendo inalterados na essência os seus interêsses, apenas aumentados na proporção em que o país se desenvolve. A rejeição do conceito dialético de salto histórico é imperiosa para a consciência da classe dominante, habitada, como vimos, por uma duplicidade, que a faz, em larga margem, agente dos interêsses estrangeiros no interior do país subdesenvolvido. Tendo de servir ao capital forâneo, a cujas iniciativas, no regime atual, se devem muitos dos aspectos positivos do crescimento quantitativo do nosso País, repugna-lhe pensar que a continuação dêsse crescimento leva a brusca mudança qualitativa, e altera a natureza do processo expansivo, o qual a partir de certo momento deverá ser feito com o repúdio do capital estrangeiro e o exclusivo emprêgo do capital interno e do trabalho das massas sob forma de trabalho para si. Impossibilitada de aceitar o conceito de salto qualitativo, que significaria confessar a sua próxima e inevitável demissão histórica, a classe dirigente do tipo da atual se esforça em convencer a consciência social de que os benefícios reais que a sua atuação traz ao país são suficientes para assegurar um progres-

so indefinido e rápido, podendo elevá-lo muito breve aos níveis máximos de desenvolvimento. Esta é uma das razões que mais contribuem para fazê-la repelir no seu espírito as doutrinas dialéticas. De tôdas as leis desta ciência, a que anuncia a brusca eclosão de nova forma da realidade, causada exatamente pelo trabalho construtivo, mas apenas quantitativo, que, enquanto classe dirigente, vem executando, é a que determina a impossibilidade de concordar com esta teoria. A recusa da dialética permite-lhe combater a eventualidade da revolução como sendo não apenas injustiça moral mas também êrro lógico. As doutrinas que advogam a inevitabilidade das mudanças revolucionárias estribam-se num conceito errôneo, o de que um incremento quantitativo deva por necessidade produzir variação de qualidade. Parece-lhe que na relação entre os têrmos "quantidade" e "qualidade" é que se aloja o vício do argumento dialético. A mentalidade formalista, metafísica e dogmática, ainda que não o diga expressamente, postula a identidade entre ambas, tem de admitir que tôda quantidade significa uma qualidade. Dêste modo, qualquer variação de quantidade já é por si variação de qualidade, donde não ter sentido a lei dialética, a qual supõe o descolamento dos dois têrmos, a fim de que possa haver acréscimo da quantidade, conservando-se a qualidade do ser até o ponto em que êsse acréscimo causa o súbito aparecimento de nova qualidade. Se as duas não variam simultânea e correlativamente, é porque uma pode variar, mantendo-se a outra provisòriamente fixa.

Tal é o fundamento que serve ao pensamento formalista para refutar o princípio dialético. Para se ver a salvo dos ominosos vaticínios das concepções dialéticas, procura mostrar que o país a todo instante está mudando também de qualidade, donde ser ininteligível a idéia de salto brusco, catastrófico, revolucionário. A mentalidade dominante, interessada em manter suas vantagens, a principal das quais é o direito de conduzir o processo do desenvolvimento, intenta fazer crer que é possível conseguir por via quantitativa contínua a substituição qualitativa, também contínua. Com isso, exorciza a revolução. Na verdade, porém, seu raciocínio é idealista, formal, e contraditado por tôda a experiência histórica. Se os setores da classe dominante comprometidos com o capital estrangeiro e com as estruturas arcaicas da produção têm horror a ouvir falar em súbita transformação qualitativa é porque sòmente esta determina substituições ideológicas. O crescimento em quantidade não requer a mudança das idéias gerais cultivadas pela consciência social. Realmente, o país continua a ser o mesmo, sua fisionomia não varia, tanto mais quanto o acréscimo quantitativo da realidade, expresso em iniciativas econômicas, amplitude de serviços, volume de negócios, redunda em consideráveis lucros cuja maior fração é detida por aquêles setores, donde não terem motivo algum para alterar a idéia que fazem da realidade, que tão bem os recompensa. Só o pensador munido do modo de pensar dialético está capacitado a pressentir o advento de um limiar de ruptura qualitativa no processo nacional. É porque, a seus olhos o inegável crescimento observado no terreno econômico gera uma crise de valor nas idéias gerais da comunidade, que não pode mais conservar a estabilidade, natural na fase em que apenas limitada classe dispunha de condições para ter representações gerais, sendo as imensas massas completamente obtusas. Tampouco nos achamos mais na fase seguinte àquela, quando as massas já estão dotadas de algum pensamento, mas, por falta de esteios num trabalho qualificado, adotam passivamente as idéias das classes superiores. Aproximamo-nos do ponto onde se bifurcam as condições geradoras do pensar ideológico. As massas, à medida que melhoram ràpido o volume de sua produção, manejam ferramentas aperfeiçoadas, poupam o seu esfôrço físico, deslocam-se das regiões atrasadas para as mais adiantadas, vão descortinando novo mundo de valores e de conceitos para interpretar a sua existência e o regime econômico a que estão submetidas, ao mesmo tempo que verificam a discordância entre a ideologia que aos poucos se apossa de seu espírito e aquela que define o pensamento das classes às quais vende a sua fôrça de trabalho. Esta divergência cresce e se aprofunda até alcançar um grau no qual a coexistência de ambas deixa de poder continuar a ser pacífica e se estabelece a situação histórica que impõe o desfecho violento. Se em tal caso, como é normal, o triunfo couber à consciência da parte mais numerosa, ter-se-á produzido o salto qualitativo, pois, passando esta a dominar a antagonista, será a sua representação do mundo que exprimirá, daí em diante, a verdade da realidade, e os seus projetos subjetivos que determinarão o curso do processo.

No bosquejo assim traçado estamos retratando, é claro, o caso do grande salto histórico, o de caráter espetacular, marcante de inequívoco final de época na vida de um povo. É o que tem lugar nos supremos momentos revolucionários que assinalam o fim das eras na história das comunidades situadas na vanguarda do processo mundial. Já o caso das

comunidades nacionais em etapa de luta pelo desenvolvimento contém particularidades que, não sendo consignadas, ou fariam da dialética uma teoria abstrata ou forçariam o seu emprêgo mecânico, cego e irrefletido. Para que a doutrina exposta revele sua verdade lógica e sua utilidade prática, é preciso referi-la às condições objetivas de um país como o nosso, e examinar que conteúdo e sentido adquirem os conceitos oferecidos pela teoria geral. Restringimo-nos ao tema da variação qualitativa. Como a meditação dos pensadores dialéticos metropolitanos não teve oportunidade de considerar casos desta espécie, pois as variações que observaram passavam-se sempre em comunidades plenamente desenvolvidas, só a nós compete apreciar o fenômeno do salto qualitativo no regime de subdesenvolvimento. Que significa então a variação qualitativa, eis o que nos importa dilucidar. Parece-nos desde logo certo que, mesmo para circunstâncias como as nossas, tal variação existe, é regida pelo princípio dialético geral, porém tem uma particularidade, também dialética: não implica que o estado qualitativamente novo, surgido em tal instante, conduza à dominância a consciência social correspondente a essa variação. Na comunidade subdesenvolvida, por motivo da extrema desigualdade na apropriação dos benefícios do progresso e da diferença de raízes econômicas, a frouxidão do processo é tal que os diversos contingentes que a compõem como que têm permissão para fazer processo à parte, donde, envolvidas embora pelas condições comuns ao processo como todo, inclusive a sua contradição principal, as diversas classes procederem a cursos próprios, como se, para êsse efeito, fôssem independentes. Cada qual faz seu curso particular e assim é ao longo do curso privativo que se produzem as variações e se dá a possibilidade do salto histórico agora examinado. Isto é um traço peculiar à realidade do país atrasado, em esfôrço por superar o seu estado, que ficou fora da cogitação do pensador metropolitano, por não lhe dizer respeito. No estado subdesenvolvido é preciso considerar à parte uns dos outros os diferentes processos internos, os das suas classes e grupos, que compõem o processo geral. Assim fazendo, ver-se-á que a acumulação quantitativa e a correspondente mudança qualitativa, pode ter lugar sòmente em relação a determinada fração social e produzir um salto histórico apenas na consciência de tal setor, antes que os mesmos acontecimentos se produzam na realidade global do país. Não se trata, contudo, de mera transição subjetiva, pois na estrutura objetiva do processo houve modificações que, para a classe empenhada nesse particular

setor da realidade, são o equivalente de um salto histórico material. Pode ocorrer o salto dialético na qualidade da representação, decorrente da transformação da realidade vivida, e no entanto—e nisto está a especificidade do caso no país em etapa de desenvolvimento—a nova consciência assim surgida não conquistar a dominância social. Quando se produz nas condições de vida das massas trabalhadoras um salto, para elas, significativo, não implica isto que, em relação à comunidade total, tenha se verificado um salto qualitativo de estrutura. É êste fato que explica as ilusões das classes dominantes. Vendo de cima a sociedade, não observam substituições dignas de nota, e por isso parece-lhes que o país progride apenas quantitativamente, tal como deseja. Não percebem as variações de qualidade porque estas se passam numa área que não é a delas; com efeito, não vêem nem as de natureza material, porque delas não precisam, pois já vivem com suficiente confôrto, nem as de ordem ideológica, porque afetam outra consciência, a popular, com a qual não têm contato. Para quem se situa dentro da massa, porém, o princípio dialético funciona com plena vigência. O acréscimo quantitativo que o desenvolvimento traz à existência dos trabalhadores, determinando transformações qualitativas de sua existência, e a passagem do seu modo de vida para níveis superiores, em conseqüência da mudança dos instrumentos de trabalho, desperta-lhes uma compreensão da realidade, a qual, de comêço confusa e imprecisa, se delineia aos poucos com maior nitidez, e passa a comandar-lhes o julgamento e os atos. De início não chega senão a compreender a existência de direitos seus, em geral. Não consta dêsse primeiro delineamento o projeto de tomada da direção social, idéia que só lhes pode ocorrer mais tarde, correspondendo a novo salto dialético. Mas, se de momento não figura na sua imagem do mundo a representação do direito ao domínio social, nem por isso o simples fato de já possuírem uma representação distinta daquela anterior, de caráter primário, apática, sem afirmação de si, deixa de ser autêntico salto histórico, fundado num acúmulo quantitativo dos fatôres do desenvolvimento, trabalho, índice demográfico, urbanização, aumento e diversidade dos bens de consumo, que condiciona a mudança qualitativa da realidade objetiva. Êste é um dado que escapa à casuística da dialética metropolitana.

Uma observação, no entanto, se impõe a êste respeito. Poderia alguém julgar que a acumulação quantitativa produzida ao longo do processo particular das massas fôsse a dos aspectos negativos gerados pelo desenvolvimento. Em

tal caso o salto qualitativo na consciência popular se deveria à efetiva piora da existência das massas, empobrecidas e levadas ao desespêro pelo desenvolvimento, causador do afrontoso enriquecimento de um pequeno grupo. Esta idéia, porém, seria um belo exemplo de aplicação ingênua da lei dialética. Na verdade, o acúmulo quantitativo a que nos referimos, aquêle que engendra o salto qualitativo particular na consciência das massas, é o de natureza positiva, constituído pelos verdadeiros benefícios recebidos pelo povo no processo de desenvolvimento efetuado pelo país. Mesmo processando-se em regime que não faz justiça ao trabalho real das massas e ao papel que desempenham no esfôrço geral, o incremento de vantagens e melhorias que obtêm é sempre positivo e bastante sensível para motivar a acumulação capaz de levar a uma nova etapa da sua consciência, distinta em qualidade da anterior. A idéia de que a massa poderá vir a se revoltar como conseqüência dos maus tratos, do empobrecimento gradual, do aumento da miséria em que vive, é totalmente ingênua. O desespêro pode levá-la ao motim, ao quebra-quebra, à violência momentânea històricamente ineficaz, embora proveitosa como indício de sensibilidade social mais aguda. Na verdade, não é o aumento do custo de vida que gera o clamor popular, mas o aumento da exigência de aquisição de mais bens de consumo. O que a fará revoltar-se um dia e não apenas rebelar-se é precisamente a melhoria que está obtendo com o desenvolvimento, pois começa a compreender que ao seu tabalho, e só a êle, deve o pouco que já alcançou. Quando esta idéia se tornar clara em seu espírito é inevitável concluir que a situação perfeita a que aspira só a poderá conquistar por si mesma, pela valorização cada vez maior do seu trabalho. Êste salto histórico, quando se realizar, terá sido motivado pelas vantagens positivas adquiridas pelas massas no curso do desenvolvimento, não virá como efeito da exasperação causada pela miséria, que só motiva a rebeldia privada, o ódio contra os grupos dirigentes, o qual, em vez de gerar nova e mais adiantada consciência, entrega, ao contrário, as massas, como rebanho inquieto, às manobras dos demagogos, representantes da consciência reacionária. É inteiramente falso afirmar que o desenvolvimento, mesmo no regime atual, esteja acentuando a miséria do povo e o impelindo ao desespêro. É um tropo verbal da demagogia conservadora, que se quer valer das reações populares despertadas por essa imagem para tanger a multidão enfurecida. O demagogo retrógrado pode fazê-lo com tanto maior segurança quanto no íntimo sabe que o clamor

das massas indóceis não ameaça o domínio da classe dirigente enquanto classe, mas apenas o de alguns indivíduos que a representam. Esperando substituir-se a êstes, não vacila em enegrecer o quadro de indiscutível miséria existente e em açular as paixões da plebe. Contudo, a racionalidade do processo histórico indica o oposto. Porque a contradição é o âmago do processo, são justamente os benefícios causados ao povo pelo desenvolvimento conduzido pela classe dominante que engendram a nova consciência que a ela se vai opor. Vê-se aqui o caráter dialético do fenômeno. A classe dirigente, no regime atual, acha-se forçada a aceitar êste dilema: ou impedir o desenvolvimento, entravando-o, e com isso destruir as possibilidades de crescente lucro que lhe oferece o progresso do país; ou favorecer o desenvolvimento, incentivá-lo por todos os meios, e com isso dar às massas condições de vida cada vez melhores, que irão determinar nelas o salto para uma nova consciência, antagônica à dos que comandam o processo coletivo. Dêste dilema não há que fugir. Para elidi-lo será necessário recorrer à idéia ingênua de que é o desespêro que renova o pensamento das massas. Isto pode ocorrer quando o país está em estado de total atraso, porque então a transformação significa o começo do processo de desenvolvimento. Se, porém, êste já se acha em andamento, e até relativamente adiantado, como é o caso brasileiro, tendo a industrialização entrado em ritmo crescente rápido, o fenômeno do desespêro é recessivo, não impele para adiante, mas para trás. Não cria líderes, mas demagogos, não gera idéias mas resistências, não abre caminho à revolução mas alicia o povo para as simples revoltas.

Êstes aspectos da dialética da qualidade precisavam ser analisados pois são dados ausentes da cogitação do pensador metropolitano. No entanto, mesmo intentado o seu exame pela consciência do país subdesenvolvido, corremos o risco de vê-la tirar como conclusão a ingenuidade apontada. O subdesenvolvimento constitui um momento dialético específico no processo histórico. Para entendê-lo temos de nos valer das leis gerais da realidade, porém preenchendo-as com os conteúdos do estado que desejamos interpretar. Tais conteúdos não são matéria passiva que se submeta aos moldes intelectuais *a priori* que lhes queiramos impor. Ao meditar dialèticamente sôbre êles descobriremos novos aspectos da dialética e novos significados dos já conhecidos, por motivo da correlação concreta entre substância e forma. Assim, no assunto em aprêço, é possível assinalar peculiari-

dades do fenômeno do salto histórico que permanecem invisíveis ao pensador destituído de experiência direta das vicissitudes do processo de ascenção histórica do país subdesenvolvido.

v) *A ação recíproca no país subdesenvolvido*

O mesmo caberá dizer se analisarmos outra tese da teoria dialética, a da ação recíproca dos componentes da realidade. Na etapa de alto desenvolvimento, em conseqüência da melhor clarificação dos diversos aspectos da realidade, a presença das correntes e fôrças sociais antagônicas faz-se sentir com grande nitidez. Conhecendo-se com maior exatidão os fatôres reais do processo objetivo, é possível perceber com clareza a ação recíproca exercida por uns sôbre os outros. O caráter de totalidade interiormente estruturada ressalta logo dessa íntima conexão dos dados reais. Sôbre êsse fundamento enuncia-se, por exemplo, a lei do retôrno do efeito sôbre a causa, quando se observa não existir uma cadeia de fenômenos exteriores uns aos outros mas um fluxo dinâmico, no qual os acontecimentos são efeito de situações anteriores que se modificam, ou desaparecem, por motivo de haver dado origem à nova situação, que delas derivou. A complexidade do real no grau superior de desenvolvimento é ostensiva e se mostra imediatamente inteligível por via dialética. No estado do país atrasado, porém, não se verifica a mesma coisa. Aqui, o grau primitivo do desenvolvimento das fôrças produtivas, a indústria incipiente, a predominância quase sempre de uma só espécie de produto agrícola ou extrativo, desenha um quadro social onde a aparência de rigidez, imobilidade e uniformidade é muito acentuada. As fôrças dominantes, representando a forma de exploração colonial bruta, são tão poderosas que parecem, ao exame externo, exercer a sua dominância como uma ação causal absoluta, sem antagonista, e por isso aparentam não padecer qualquer influência recebida do efeito que produzem. Seu domínio é de tal maneira inconteste e irresistível que parece caber-lhes o poder de organizar como desejarem a estrutura da realidade. São uma causa absoluta, da qual o que resulta é um efeito também absoluto, isto é, efeito puro, emanação da causa sem resultado retroativo. O nexo entre causa e fato causado admite um só sentido. Em tais condições, têm-se a impressão de não haver ação recíproca entre os aspectos da realidade, e, portanto, não valer para êste momento do processo a lei dialética que proclama

a universal correlação da realidade. Entretanto, a conclusão é inverídica, e deriva de querer alguém aplicar o critério dialético sem ao mesmo tempo dialetizá-lo; é o que acontece quando só se procura encontrar no contexto subdesenvolvido manifestações da reciprocidade dos aspectos objetivos, idênticas às observadas em nacionalidades plenamente desenvolvidas. Se, porém, dialetizarmos a aplicação da lei, seremos conduzidos a indagar quais as modalidades que assume, no contexto atrasado, a lei geral da ação recíproca entre os sêres e acontecimentos. Tal é a perspectiva crítica.

A principal diferença a assinalar na vigência da lei é que no país subdesenvolvido, o retôrno do efeito sôbre a causa é mais obscuro, tem caráter em grande parte virtual e por isso determina um maior distanciamento no tempo entre os extremos em reação mútua. As estruturas representativas da etapa atrasada e a classe que as personifica exercem quase sem resistência o seu domínio sôbre um contexto social flácido, apático ou submisso sem atrito. Tal classe tem da massa social o conceito culinário de massa, substância amorfa, passiva, a que imprime a forma que desejar. A massa não é sujeito, não é capaz de ser origem de ações autônomas. Em tal circunstância a consciência da classe dominante pode acreditar que modela a seu bel-prazer a sociedade. Na verdade, a ação exercida, para corresponder aos interêsses dos grupos que a executam, ou seja, para aumentar os lucros da dominação, deve intensificar a exploração da parte fraca, fortalecer as estruturas econômicas que aprisionam as grandes massas trabalhadoras, a fim de retirar delas proveito sempre maior. Mas, assim fazendo, gera nas massas a consciência do seu estado de servitude e espoliação e êste simples resultado já é a prova da vigência da lei dialética agora discutida, pois é um efeito real da ação da classe dominadora que esta mesma classe não desejaria que ocorresse. No entanto, não o pode impedir, a menos que se demita a si própria do papel de exploradora. Logo, é êste o primeiro modo como se manifesta o retôrno do efeito sôbre a causa: a consciência da massa é o efeito que a causa, a consciência da classe superior, não desejaria causar, mas efetivamente causa, o que, portanto, constitui uma oposição no interior da ação. O efeito indesejável é uma contradição gerada pela causa no exercício do seu funcionamento como causa, porque, uma vez existindo, se volta contra ela. Claro está, conforme dissemos, que êste resultado passa muitas vêzes despercebido quando o grau de clareza da consciência popular é extremamente reduzido, o que ocorre nas fases pri-

márias do desenvolvimento. Conserva-se, então, como contra-efeito virtual, à espera de adquirir maior corpo para desenhar enfim em condições visíveis o seu antagonismo à causa de que provém. Mas nem por isso é menos real. Importa, assim, ao investigador munido do pensar crítico, analisar o processo nacional a fim de surpreender os primeiros indícios dessa oposição e acompanhar-lhe a marcha para os níveis mais altos da luta social.

No país onde o desenvolvimento caminha nas fases não mais primárias porém com teor consistente e em rápido avanço, a lei dialética se apresenta mais conspícua, mas seus traços podem mostrar-se às vêzes confusos. É que, ao ter consciência da irreprimível ação recíproca desencadeada por sua própria atividade como classe dirigente, esta procurará cercear as manifestações da consciência antagônica em crescimento, numa tentativa de se implantar como causa social única, irresistvel e sem contra-efeitos. Para êsse fim lança mão de tôdas as armas desde a violência física até a sedução ideológica. Todo o combate da consciência superior contra a dominada tem por essência o desejo de anular a vigência da lei dialética da ação recíproca. Trata-se de negá-la, aboli-la, provando que só é ativa a parte dirigente, só ela "tem efeito", no duplo sentido de só ela "produzir efeito", no caso, gerar a classe dependente, e de só ela "possuir o efeito", ser proprietária dessa classe, que lhe pertence pois trabalha para ela. Para conseguir êsse resultado, utiliza-se de todos os meios, mas dois principalmente são os mais eficazes. Um, é o fortalecimento das relações de dependência econômica. Procura fazer um número cada vez maior de dependentes, apaniguados, pensionistas dos seus favores, usuários das possibilidades marginais de proventos que oferece. Com essa política, acredita aumentar os laços de domínio sôbre a massa, retirando dela um número cada vez maior de indivíduos que, ao passar a serviço do grupo dirigente, tendo provisòriamente melhorado de situação, vão colocar-se ao dispor dos seus empregadores, deixando assim de figurar na coorte da consciência contrária. A política de benefícios sociais advogada e posta em prática pelos grupos dirigentes tem no seu arcabouço lógico esta explicação. É preciso retirar da massa a maior quantidade de eventuais porta-vozes e fazê-los dóceis figurantes da estrutura dominante, para que se ofusque em seu espírito um pensamento que, vindo a surgir, se comportaria como efeito causador de indesejável efeito sôbre sua própria causa. Além do mais, esta tática acalma quaisquer escrúpulos morais que acaso nascessem na consciência dominante, pois a apresenta a seus olhos como munificente, contribuindo para o progresso do país e o levantamento do nível de vida do povo. O segundo meio empregado para a mesma finalidade é o apoio e o estipêndio às agências capazes de propagar ideologias domesticadoras da nascente consciência popular. Exercendo o monopólio quase total da imprensa e dos veículos de divulgação das idéias, beneficiada pela cumplicidade das organizações ideológicas conservadoras e retrógradas, o poder de coação intelectual de que dispõem é gigantesco. Contudo, maior ainda é o poder das leis históricas, e dêle resulta a necessária ascensão da consciência das massas.

De tôdas estas considerações depreende-se a importância do exame dos princípios dialéticos à luz de sua aplicação também dialética. O retôrno do efeito sôbre a causa, consistindo, no primeiro momento, no simples surgir da consciência engendrada na massa e capaz de atuar sôbre aquela que a causou, passa à exprimir-se em seguida nos comportamentos sociais generalizados de oposição, resistência e contra-ataque. Estabelece-se assim o clima de luta entre facções e um antagonismo que só faz crescer até os níveis de extrema tensão, próximos da ruptura violenta. No entanto, mesmo êste estado de luta tem de ser considerado na perspectiva da sua relatividade, em função do grau de desenvolvimento do país. Há modalidades da luta, táticas de combate, artifícios, disfarces e muitos outros modos de agir, peculiares ao contôrno do país atrasado em esfôrço de superação histórica. Um aspecto curioso e peculiar a êste momento, é o esfôrço feito pela classe superior para absorver os choques de retôrno que recebe das massas. Procura sempre, conforme dissemos, fazer crer que só ela é causa histórica, só ela tem iniciativa e atuação eficaz; para isso tenta mascarar os atos nos quais figura como têrmo passivo, fazendo-os passar como se fôssem seus. Os golpes reais que as massas lhe infligem, são interpretados como gestos compreensíveis cuja origem dever ser buscada no poder dominante. Dêste modo apropria-se dos efeitos que sofre, dando-os como de sua autoria. Oculta as derrotas verdadeiras, ostentando-as como resultado da sua vontade soberana. Exemplo ilustrativo dêste procedimento é o modo como apresenta ao público as concessões econômicas que é forçada a fazer. Intenta levar a crer que são gestos oriundos da sua solícita assistência ao povo, para atenuar as dificuldades em que vivem as massas, quando em verdade são resultado do choque de retôrno recebido pelo crescimento das exigências populares, efeito êste do impulso

progressista que, como classe dirigente, trouxe ao processo nacional. Êste fato é de suma importância e a êle já fizemos menção. Os efeitos do projeto do desenvolvimento voltam-se contra a consciência que os projeta, dado o regime em que o fêz, e pode chegar a destruir o grupo dirigente que não os soube prever.

Outro aspecto da dialética da ação recíproca no curso do processo de desenvolvimento nacional é a crescente complicação dos determinismos entre os fenômenos. Temos aqui novo sentido da aplicação da lei da reciprocidade, do qual o pensador metropolitano não tem conhecimento porque nunca o observa em ato. Na perspectiva em que se coloca, a realidade se apresenta possuindo logo o máximo de complexidade possível para o momento histórico onde se acha. Não vê crescer os nexos entre os fenômenos, não vê se complicar a trama das relações causais, obrigando certos dados da realidade, até então imóveis, quiescentes, a se tornarem causa de outras coisas; não é levado a perceber a particular espécie de situações onde se impõe ao estudioso a transição necessária de um esquema interpretativo do real a outro, em virtude do salto histórico efetuado pelo mundo exterior. Como só conhece o mundo na fisionomia que tem no tôpo do processo, ignora a exigência de troca de compreensão que a mentalidade do país subdesenvolvido é obrigada a satisfazer para acompanhar o progresso da realidade. A complicação que os fenômenos agora exibem é efeito do processo histórico que os trouxe até êste momento. A consciência dominante, mesmo dialética, é vítima do preconceito, inevitável para ela, de crer que a realidade sempre teve o grau de complexidade que atualmente observa. Consistindo êste principalmente na complicação dos acontecimentos, das situações pessoais e dos antagonismos entre grupos sociais, ou seja, no incremento da ação recíproca entre os elementos e aspectos da realidade, a consciência do país em ascensão passa por uma fase particular, aquela em que observa crescer a complexidade dos fatos sem dispor imediatamente dos esquemas lógicos imprescindíveis para enquadrá-los e dar-lhes a devida interpretação. Êste inevitável descompasso do pensamento em face de um mundo que se movimenta mais rápido do que o curso das idéias com que pretende abrangê-lo, é uma contingência desconhecida para o pensador metropolitano, que poderia inclinar-se a tachar de imperita a consciência crítica do país subdesenvolvido, ao vê-la inábil para responder às perguntas que o seu próprio mundo lhe dirige. O incremento da ação recíproca entre as partes do

real como conseqüência do desenvolvimento econômico é um episódio original e específico do período de transmutação de estruturas, só encontrado na fase em que um país emerge da estagnação colonial e assume atitude histórica independente.

vi) *A unidade dos contrários no país subdesenvolvido*

Outra assertiva teórica da dialética geral, merecedora de estudo na sua aplicação ao contexto subdesenvolvido, é a referente à oposição e unidade dos contrários. Em páginas anteriores dissemos alguma coisa a respeito, mas desejamos agora acentuar certas particularidades dêsse aspecto da realidade no país em esfôrço de desenvolvimento. Neste, como em qualquer outro, a realidade é constituída por um tecido de contradições, de situações antagônicas, em luta indefinida. Com base em cada uma dessas situações geram-se representações subjetivas, idéias, valores, ideais, que se opõem às que se alicerçam nas situações contrárias às primeiras. Da tensão produzida entre êsses lados opostos deriva o movimento do real, pois um dos pólos demonstra no momento ser mais forte e tenta conduzir a realidade no sentido dos seus objetivos, mas, ao fazê-lo, tendo contra si a resistência do lado antagônico, o que na verdade consegue é unir-se com êste, que o influencia a ponto de imprimir no rumo tomado a sua presença. Dêste modo, o lado que se presume vencedor, ao pôr em prática os seus projetos o que realmente consegue é a síntese com o lado oposto, a qual, por êsse motivo, é um aspecto novo da realidade, representando um terceiro momento, distinto dos opostos iniciais de onde parte o movimento. A consciência dirigente acredita que está realizando sòzinha os seus fins, pois se sabe dominante e se vê subjugando a adversária. Tal idéia é porém ingênua, é prova de opacidade intelectiva, por falta de conhecimento da dialética histórica. O que a consciência dominante põe em prática, ainda parecendo-lhe ser a realização do seu exclusivo interêsse, é na verdade aquilo que lhe foi possível conseguir como margem de vantagem sôbre a sua opositora. E nem sequer é livre do influxo do projeto oposto, e por isso, o que, de fato, vai realizar é um novo projeto, uma síntese, uma novidade histórica, embora no limitado da sua psicologia particular a classe dirigente conte sempre como triunfo os resultados conseguidos.

Nas fases primitivas do desenvolvimento social, por exemplo no regime mercantil de nosso passado colonial, a

divisão da sociedade é rigorosa, e como uma das duas únicas classes existentes é escrava, mostra-se totalmente abúlica e destituída de consciência, deixando livre por isso o campo da ação histórica ao diminuto grupo de latifundiários dirigentes. Com o avanço do processo a trama social se vai complicando, surge a classe média, é abolida a servitude, aparece, mais tarde, um proletariado incipiente, que só faz crescer com o aumento da indústria; por fim chega-se à fase atual na qual a complicação é considerável. As oposições entre os interêsses das diversas classes e subclasses têm no contexto semidesenvolvido fisionomia particular. Na tensão em que se afrontam êsses interêsses, na luta que travam e nas sínteses que daí resultam, criam-se situações novas, entre si contraditórias, a exigir novas sínteses, de segunda ordem, de modo que o movimento geral do processo se desenrola com certa frouxidão a princípio, maior rapidez mais tarde, mas sempre com um grau de imprevisibilidade superior ao existente em etapas históricas adiantadas. A necessidade de aplainar uma série de divergências elementares já desaparecidas dos contextos nacionais desenvolvidos, antes de se constituírem as estruturas contraditórias superiores, é fenômeno peculiar à época ascendente vivida por uma comunidade como a nossa. Daí a grande dificuldade de chegar à interpretação correta, que não pode deixar de ser feita com o aparelho conceitual dialético, mas exige que êste seja usado com agudeza de vista e flexibilidade. Não nos é possível estabelecer delimitações rígidas entre os comportamentos individuais, os conteúdos da consciência dos diversos grupos e classes, pois talvez o esquema teórico que tentássemos aplicar pertença a fases elevadas, que por enquanto não têm vigência em nosso meio. Movemo-nos numa faixa do processo que a alguns pode parecer confusa quando é simplesmente complexa. A falta de arregimentação social semelhante à dos pólos clássicos dos antagonismos superiores, desorienta o analista e pode levá-lo a descrer da utilidade dos recursos dialéticos. No entanto, trata-se apenas de um efeito da maior complexidade de correlações existente na trama social. É preciso não esquecer que a sociedade capitalista metropolitana chegou ao grau de nitidez nos seus antagonismos, que agora conhecemos, depois de haver eliminado numerosas contradições que são justamente aquelas que para nós ainda estão presentes e por isso dificultam a observação. Pode acontecer que, para nós, a resolução de um dêstes antagonismos não demonstre sensível passo adiante do processo como todo, pois constitui apenas o reajuste de aspectos parciais, sem imediata ressonância sôbre a totalidade. É claro que mesmo não tendo repercussão imediata, a resolução dêsse antagonismo, como a de qualquer outro, move a realidade, mas o efeito produzido pode ser absorvido por outro aspecto do real, criando-se nova oposição que, ao ser eliminada, só então talvez venha a alcançar os graus característicos das variações de vulto. A dialética da consciência do país atrasado tem de ocupar-se dêstes casos, desconhecidos do pensador metropolitano. A dialética da situação metropolitana é a das grandes contradições. Move-se na ordem macroscópica, é a dialética das causas dominantes. A do país subdesenvolvido é a das contradições para êle grandes na sua escala própria, porém menores na escala da comunidade adiantada. A possibilidade da resolução de oposições aparentemente deixar intato o contexto objetivo, é um aspecto específico da situação atrasada. Dizemos "aparentemente", porque na verdade o ser objetivo muda com a supressão da mais ínfima contradição. Como, porém, os efeitos dêsse trânsito dialético não são desde logo percebidos, é preciso refletir sôbre sua efetiva ocorrência para levá-los na devida conta. É a fase que caberia chamar de penumbra dialética, aquela na qual há intensa mobilidade real dos aspectos sociais objetivos, mas em escala subliminar, por isto não permitindo ver os resultados produzidos. É a fase em que, pela superação das contraditoriedades primárias, se preparam os grandes antagonismos das etapas superiores.

Outro dado a considerar é a presença do mesmo indivíduo em numerosas contradições, tendo nelas posições entre si contraditórias. É o que em páginas anteriores chamamos de meta-contradição. Quanto mais atrasado é o mundo nacional mais se oferece ao indivíduo a possibilidade de figurar em várias oposições sociais, tendo situações, em cada uma delas, que se desarmonizam entre si. A frouxidão do processo econômico permite êsse desempenho ilógico, porque não estando a economia do país submetida a rígida disciplina, o indivíduo consegue colhêr proveitos de atividades que seriam mùtuamente excludentes numa economia mais exigente, porém aqui por enquanto compatíveis, porque não se prejudicam sensìvelmente. A figura do latifundiário industrial é ainda possível, sobretudo quando acontece, conforme é freqüente, ser o indivíduo latifundiário numa região atrasada e industrial nas regiões adiantadas. Trata-se de pessoas dotadas de dupla personalidade, subsistindo ambas lado a lado em tranqüila concordância. Todavia, têm de funcionar de maneira distinta nas diferentes contradições em que

figuram, mas conseguem sair-se bem da dificuldade porque a realidade não atingiu ainda o ponto em que o conflito entre êsses modos existenciais de ser se mostre imperioso, obrigando o indivíduo a se decidir entre os extremos da contradição real em que se dividem os seus interêsses. Temos aqui o exemplo de um tipo de união dos contrários que permanece insuspeitado pelo estudioso metropolitano. Há nêle uma falsa síntese dialética, uma vez que os dados objetivos são antagônicos e permanecem separados, ou há no fato da mesma pessoa representar a ambos, sem atrito interno, uma modalidade especial de síntese? Quer-nos parecer que seja esta segunda a melhor maneira de entender o fenômeno. Até que a contradição que alberga em si mesma a atinja, obrigando-a a se decidir por um dos pólos em tensão, neutralizam-se numa síntese vivida os efeitos opostos das situações em aprêço, pois o indivíduo não as sente e por isso não atua como se precisasse romper um estiramento que o aflige. Figurando em diversos conflitos reais, a conduta do habitante do país subdesenvolvido pode ser julgada incoerente, quando apreciada pelo ângulo de uma contradição abstrata, e entretanto ser de todo compreensível e lógica, quando valorizada na perspectiva concreta em que deve ser colocada. Não é justo antecipar julgamentos relativos à fase atravessada pela comunidade, aplicando-lhe padrões que ainda não comporta. Considerando o momento realmente vivido, é preciso analisar cada contradição, ainda as menores, na sua especificidade para apreciar o significado dos seus pólos e o comportamento de quem ocupa um ou outro. Sabendo-se, ademais, que essa mesma pessoa participa também de outras contradições, tem-se de estabelecer a compreensão geral partindo do entendimento dos antagonismos elementares, sem acusar de irracional a presença simultânea do indivíduo em posições incompatíveis, mas considerando que isso acontece porque essa incompatibilidade é uma supercontradição, uma metacontradição, no momento ainda incapaz de ser sentida como tal, e portanto sem valor objetivo no que concerne aos interêsses do processo. Êste pode prosseguir e se desenvolver ignorando inteiramente aquela contradição de segunda ordem, pois é a resolução das outras, as de menor nível, que o impulsiona. Por conseguinte, no conjunto das diferentes situações em que figura, como elemento de múltiplas contradições, o que importa é o papel do indivíduo na contradição principal que define o momento histórico. Pelo desempenho que nela tenha é que se medirá o valor da sua atividade. É igualmente em função da contradição principal que convém apreciar o papel das classes sociais, e não o oposto, ou seja, não é em função da mera diversidade das classes que deve ser avaliada a contradição dominante. Êste julgamento é válido para a comunidade em etapa atrasada no seu desenvolvimento porque justamente o que caracteriza a entrada nas fases superiores é a tendência ao desaparecimento da metacontradição, a progressiva coincidência da contradição principal com aquela existente entre as classes. Nos segmentos primários do processo nacional, estando êste submetido a influências externas, e portanto desenrolando-se com a presença de fatôres adventícios, é possível haver outras contradições com valor de antagonismo social principal, diferentes da polaridade entre as classes. Nos regimes colonial ou semicolonial, o imperialismo econômico, no período de autonomia apenas incipiente, as disparidades regionais, podem ser contradições dominantes porque o processo de divisão interna em classes ainda permite que os interêsses de grupos distintos se unam no mesmo empenho social. É êste estado que tende normalmente a dissipar-se, assumindo as desigualdades no modo como o homem participa do processo produtivo a feição de contraditoriedade culminante.

A propósito dêste tema convém ainda assinalar uma particularidade das mais interessantes na dialética dos contrários no país semicolonial. Referimo-nos ao que se pode chamar de contradições duplas entre os mesmos extremos, ou de bicontraditoriedades. Trata-se de uma ocorrência ignorada pelo pensador metropolitano, em cujo contexto social não há possibilidade de se verificar. Consiste em se travar dupla relação contraditória entre os mesmos aspectos ou dados da realidade, distintas qualitativamente uma da outra e tendo cada qual sua lógica interna própria, seu regime de tensão e, por isso, sua possibilidade independente de resolução. O que dá grande importância a esta eventualidade é precisamente a possibilidade da resolução independente de cada um dêsses antagonismos, donde haver uma nova relação, também dialética, entre os mecanismos produtores da supressão de uma e de outra. Assim, entre a classe trabalhadora e o setor alienado da classe patronal, constituído pelo capital estrangeiro aqui sediado, estabelece-se esta espécie de bicontrariedade. Com efeito, de um lado existe a relação normal de contradição entre êsses extremos pelo simples motivo de serem classes antagônicas; mas, de outro lado, há uma segunda contradição entre elas, independente da primeira, embora a ela associada, pelo fato de ser o aludido setor patronal

agente de uma outra classe, os detentores do capital estrangeiro, localizada fora do país. Esta classe patronal, ao se identificar com o capitalismo estrangeiro, cria uma segunda contradição com o pólo representado pelas massas do nosso país, qualitativamente diferente da que estabelece com essas mesmas massas pela simples razão de trabalharem para ela. Também do ponto-de-vista das massas as duas contrariedades são distintas. Uma coisa é a oposição aos grupos dominantes ùnicamente por serem dominantes, outra é o antagonismo que resulta de serem, além disso, representantes de interêsses alienígenas. Neste segundo sentido, a verdadeira contradição é a que se dá entre as massas do nosso país e a classe dirigente das nações imperialistas, aqui personificada pelos seus agentes ou aderentes, o capital nacional mancomunado com o estrangeiro.

As duas contradições não se misturam. São duas linhas de fôrça ligando os mesmos pólos. Tendo fundamentos objetivos independentes, têm também mecanismos de resolução separados. O assalariado nativo mantém com o setor alienado da indústria nacional uma dupla contraditoriedade, mas por falta de conhecimento dêste fato, pode perder de vista a desigualdade de importância entre elas, não compreender que, de momento, é mais urgente a denúncia e a eliminação de uma delas, mesmo porque só desta maneira lhe será possível considerar em seguida a outra e resolvê-la. É de grande importância o conhecimento desta circunstância, pois não só aclara certas faces das questões sociais que de outro modo permaneceriam confusas, como permite planejar os atos libertadores da comunidade nacional com o máximo de rendimento. Conhecendo a existência de relações bicontraditórias, é preciso avaliar separadamente os efeitos dos esforços orientados por um dos pólos contra o outro no sentido de cada uma dessas oposições em particular. É indispensável compreender que o gesto dirigido a demolir uma das contradições pode deixar a outra intata e mesmo que êsse é o modo normal do procedimento histórico. Quando entre duas classes, como no caso citado, dão-se relações de dupla contraditoriedade é impossível à classe submissa sacudir de um só golpe o jugo, pois os mecanismos de que resulta a sua servitude são dois e entre si distintos. Claro está que sòmente por já ser classe dominante, em virtude dos seus antecedentes históricos, é que esta consegue tornar-se agente do capital estrangeiro, passando portanto a ser bidominante. Mas a rigor as relações objetivas são autônomas, donde ser necessário descobrir por indução a melhor maneira de aco-

meter a proeza de dar ao país o desenvolvimento econômico independente. O problema cifra-se em conhecer qual das duas contradições tem prioridade e deve ser resolvida em primeiro lugar. No exemplo em aprêço talvez alguém julgasse que o esfôrço por suprimir o antagonismo com a classe dominante enquanto tal fôsse o caminho indicado, pois implica evidentemente na simultânea abolição da influência do capital estrangeiro imperialista. Quer-nos parecer, porém, que o procedimento històricamente viável é o outro, a supressão em primeiro lugar do domínio estrangeiro sôbre a nossa economia, resolvendo-se assim uma das contradições entre as classes, pela conversão da totalidade do capital em fator produtivo de origem exclusivamente nacional. Acreditamos ser êste o caminho viável, porque é o único com possibilidade de levar-nos ao fim em vista, despendendo o mínimo de atrito social. É questão de mera tática histórica; o que nos importa é quebrar a vinculação e o acôrdo forçado do capital nacional com o estrangeiro, por natureza antagônico do outro, mas subjugando-o a ponto de torná-lo dócil agente dos seus interêsses. Sendo conduzido a apoiar-se exclusivamente no processo econômico nacional, o capital interno toma consciência do seu antagonismo com o de procedência externa e, ao lutar para expulsá-lo, determina o crescimento da consciência geral do país em relação à realidade, de que resulta como benefício mais amplo, o crescimento da consciência das massas trabalhadoras. Mesmo quando, por se tratar da classe detentora do capital, não seja êste um resultado que lhe convenha, não o pode evitar. Dêste modo o incremento da consciência popular, tornando realmente profícuo para as massas o desenvolvimento do país, é intensamente acelerado pela luta dirigida por todo o povo contra a participação do capital estrangeiro em nossos empreendimentos econômicos.

Vemos assim que a presença de relações bicontraditórias caracteriza um aspecto original da fase primária atravessada pelo país. Para a nação dominante o caso não existe, por definição. É evidente que suas classes dominantes, não estando a serviço de outras classes dominantes estrangeiras, só têm relação da simples contraditoriedade com a dominada. Com êste exemplo assinalamos um aspecto não mencionado pela teoria dialética geral, porque sòmente a sua aplicação dialética ao contexto subdesenvolvido dá oportunidade a que se revele. Vê-se, assim, que as leis clássicas da dialética histórica assumem sentido peculiar quando utilizadas para esclarecer a etapa do subdesenvolvimento nacional, em vir-

tude da identidade entre forma lógica e conteúdo concreto. Os conceitos gerais ou categorias, descobertos pelo pensamento metropolitano, sem deixarem de vigorar, tomam significado próprio e apresentam aspectos inéditos por motivo do estado da realidade que exprimem. Sendo simultâneos conteúdo e forma das categorias, cada nova etapa da realidade faz aparecer novas categorias e dá outro sentido às já existentes, exigindo o esfôrço da consciência crítica, que reflete a realidade, para apreendê-las e constituí-las em sistema racional. Não sendo invenção gratuita do espírito, espelham a autêntica racionalidade do mundo real. Apenas, como a nação é uma totalidade em movimento, o sistema da sua racionalidade imanente contém categorias originais em cada fase do processo, e, ainda, para uma mesma categoria existem significados vários, em concordância com o grau de desenvolvimento do conjunto. Negar que assim seja é negar a essência do pensamento dialético, é fazer da dialética um novo formalismo e aplicá-la de maneira mecânica. Sem dúvida, os conceitos clássicos são válidos, mas se impõe a necessidade de interpretá-los à luz do momento vivido pela comunidade no seu trabalho de se constituir a si mesma. Se em relação aos conceitos gerais é êste o modo que consideramos adequado de entender a dialética, o mesmo, e com mais forte razão, convém dizer das leis dialéticas gerais.

vii) *Peculiaridades dialéticas do subdesenvolvimento.*

"Diferencial histórica" e progresso da consciência

A análise empreendida com o espírito em que a estamos praticando vai mostrar ser legítimo enunciar proposições gerais específicas para o processo do subdesenvolvimento nacional, com amplitude e significado tais que lhes conferem o estatuto lógico de regularidades constantes, equivalente ao das leis dialéticas. Com efeito, o caráter dialético da realidade determina que ao lado das leis gerais conhecidas, cuja validade é indiscutível, referentes ao processo como tal e portanto aplicáveis a qualquer de suas fases, haja outras regularidades, cuja vigência se observa apenas em períodos particulares dêsse processo. Esta afirmativa é uma decorrência do próprio conceito de dialética do real. Se o mundo é mobilidade permanente e evolução progressiva, sem retôrno cíclico às eras decorridas, é evidente que as fases definidas do curso geral devem manifestar leis e conceitos lógicos objetivos exclusivos de tais fases, desaparecendo a sua

vigência quando não mais existe o conteúdo da realidade que nêles se exprimia. Pensar de outro modo seria pensar abstrata e formalmente, seria supor que as leis do real são sempre as mesmas, o que na verdade significaria dizer que são as da realidade na fase superior de desenvolvimento; é êste um modo de ver que só será aceito por quem admitir que são leis eternas, pertencentes ao que não varia, o espírito imortal, mesmo quando aplicáveis empìricamente ao que varia, o mundo material. Pensar assim é fazer da dialética uma nova metafísica. Êste modo de interpretar é típico da noção idealista das leis naturais e históricas, e nada tem de comum com o autêntico ponto-de-vista dialético. É a realidade que, pelo seu movimento, revela as leis que a regem. Antes do mundo real haver chegado a certo ponto do seu processo, no qual começam a existir determinados sêres, objetos ou fatos, é evidente que não podem existir as leis que os regem. Admitir o contrário é colocar as leis do mundo no plano do eterno, à espera de chegarem à existência as coisas a que se aplicam, para então serem conhecidas; é fazer delas um dado intemporal, ou seja, é precisamente despojá-las do caráter dialético.

O pensamento dialético estipula, ao invés, que as leis onde se espelha a racionalidade do mundo objetivo surgem quando se tornam presentes, em virtude da causalidade imanente ao fluxo da natureza e da história, os sêres e os acontecimentos que as corporificam. É evidente que não havia leis da vida quando não havia vida na superfície do planêta; igualmente não tem sentido dizer que existiam as leis da economia capitalista quando não se tinha ainda instalado na sociedade ocidental o regime de produção capitalista. Se, portanto, a dialética nos ensina que as leis da realidade são contemporâneas das coisas por elas regidas, isto significa tanto a possibilidade de virem a existir leis atualmente ignoradas, quando a realidade social tiver alcançado etapas futuras inéditas, quanto a certeza de ter havido leis agora extintas, em conseqüência de se acharem superadas as fases do processo objetivo que as manifestavam. Como, porém, o processo ecumênico, o todo da evolução humana, se faz com enormes desníveis entre os graus de avanço de suas diversas partes, é de esperar que em alguns lugares estejam ainda em vigor regularidades dialéticas peculiares às etapas atrasadas, já inteiramente desaparecidas nos países mais adiantados, ou haja leis específicas da situação atrasada porém próprias do particular atraso agora existente. Êste não repete pura e simplesmente uma etapa anterior, o que

seria cair no conceito cíclico da história, mas é um atraso qualitativamente novo, distinto do atraso antigo dos outros, agora adiantados, pelo fato de ter a êstes na sua frente. É preciso não esquecer que chamamos de atraso o que na verdade é o nosso progresso, o grau de adiantamento conquistado. Não estamos em atraso com o nosso atraso, ao contrário estamos em dia com êle. Considerando-se a situação até agora normal, de estar o pensador dialético instalado sempre no plano mais elevado, não é de estranhar que lhe fôsse impossível conceber as leis das etapas inferiores, pela simples razão de que não assiste a elas. Incumbirá, portanto, ao filósofo pertencente a essas mesmas etapas atrasadas formular dialèticamente as leis da fase histórica onde vive, valendo-se sem dúvida das categorias gerais do processo, porém ciente de que não se trata apenas de adaptá-las ao momento do país subdesenvolvido e sim de descobrir o que se mostra original, enquanto novo conteúdo dessas categorias, leis e conceitos gerais inéditos. Se acreditasse que apenas lhe competiria amoldar as categorias gerais aos fatos particulares que presencia, estaria procedendo de maneira ingênua, julgando fazer dialética quando a estaria de fato repudiando, transformando-a em método formal e excluindo dela aquilo que é mais precioso, a certeza da criação contínua de novas categorias, por efeito da essencial originalidade dos novos momentos do processo real.

O filósofo do país subdesenvolvido em esfôrço de crescimento econômico tem diante de si uma tarefa específica: a de formular em caráter dialético as leis da realidade onde vive. Não nos move qualquer pretensão de enveredar por êste caminho, que é longo e permanece inteiramente inexplorado. Desejamos apenas indicar o significado de tal trabalho e sua urgência. Não sendo executado, deixa na teoria dialética um vazio, de que se aproveitam os espíritos superficiais ou os de tendências dogmáticas ou formalistas para rejeitar o pensamento dialético, acusando-o de teorização abstrata, por não verem nunca aplicado à realidade conhecida, a do contôrno pobre e dependente, as leis demasiado amplas e gerais apresentadas como princípios da dialética. Não cabe aqui senão aludir ao tema, chamando para êle a atenção dos estudiosos, a fim de que se consagrem a esta investigação. Nossa meditação a respeito não foi ainda capaz de ter produzido resultados consideráveis, mas ao menos em um ponto particular parece-nos lícito assinalar um aspecto da dialética da situação histórica atrasada, com regularidade suficiente para aproximá-la do estatuto de lei geral

do processo. Refere-se ao que chamaremos "diferencial histórica". Entendemos com êsse têrmo a desigualdade de fases da realidade entre dois processos nacionais diferentes. Não importa, de momento, saber como se mede, basta-nos a evidência de sua existência. Nas atuais condições do mundo, as diversas nações se escalonam em graus desiguais de progresso, donde estabelecer-se uma diferencial entre duas quaisquer situadas em planos diferentes. Se considerarmos, para o fim de avaliar o processo mundial na sua totalidade, o grupo de nações situadas inequìvocamente na vanguarda do progresso, medindo êste, no terreno econômico, qualquer que seja o regime político, pelo domínio exercido sôbre as fôrças produtivas de que dispõem, e no terreno cultural, pela importância da criação intelectual; e se tomarmos a essas nações como padrão de julgamento para as demais, o conceito de diferencial histórica significa a medida do intervalo que separa um dado país daqueles que, no mesmo instante, se acham no grau máximo de desenvolvimento. Ora, o exame dêste conceito leva-nos a indicar uma regularidade do processo, que se exprime na seguinte frase: no país subdesenvolvido em esfôrço de desenvolvimento a diferencial histórica diminui constantemente.

Não se trata, como talvez pareça à primeira vista, de uma trivialidade ou até de tautologia. Ao refletir sôbre o sentido profundo dêsse fenômeno descobrimos o caráter dialético que possui. São justamente os aspectos lógicos objetivos ligados a êsse caráter que tiram ao enunciado o sabor trivial, mostrando-o como expressão de conteúdos específicos do processo racional na fase atrasada. O primeiro sentido da proposição referida é o de que o desenvolvimento econômico jamais causa o aumento da diferencial histórica; ou seja, não pode dar-se o caso do país atrasado, por se desenvolver, contribuir para acelerar o desenvolvimento do mais adiantado. O encurtamento da distância entre ambos é obrigatório como lei histórica. Sempre que o país menor intensifica o seu crescimento a distância que o separa dos adiantados se estreita, mesmo quando, como é natural, êstes últimos estejam também em marcha para etapas ainda mais adiantadas. O fundamento do princípio enunciado é justamente o caráter dialético da relação entre ambos. Tratando-se da totalidade mundial, onde figuram todos, não há movimento de qualquer país que não repercuta sôbre o conjunto e não suscite ações recíprocas. A diferencial entre posições distintas dêsse conjunto é de ordem dialética, isto

é, varia com a variação da fase em que se encontram as nações consideradas. A fórmula acima exposta diz respeito tão-sòmente à fase de ascensão do país atrasado, onde, na verdade, a diferencial diminui necessàriamente; isso se deve ao peculiar conteúdo da realidade dêste, ao seu modo de ser histórico nesse período, à sua condição atual de país em luta pela autonomia econômica. Noutra fase, mais primitiva, da realidade atrasada, quando o regime é de absoluta estagnação colonial, a diferencial em vez de encurtar aumenta. É isto uma regularidade característica desta última situação. Como, porém, entre um país estagnado e outro em esfôrço de desenvolvimento não há apenas diferença histórica quantitativa mas qualitativa, ao passarmos da consideração do primeiro para a do segundo, em virtude de serem os conteúdos objetivos de um e de outro qualitativamente distintos, a lei dialética que os rege determina a mudança do sinal da diferencial histórica e, portanto, da qualidade do intervalo que os separa. Explica-se a diferença pela diversidade de modos como se manifesta a ação recíproca exercida pelo país menor sôbre o maior, dentro da totalidade, num caso e noutro. Na hipótese do país menor em esfôrço de desenvolvimento, a diferencial diminui não só porque o país imprime maior ímpeto aos seus fatôres internos de desenvolvimento, mas sobretudo porque êste se faz suprimindo as causas que lhe retardavam a velocidade, isto é, a dominação do maior. Dêste modo, e aqui se vê o caráter dialético do fenômeno, o desenvolvimento ao fazer avançar o menor retarda o avanço do maior, dando em resultado o estreitamento da diferencial.

Com efeito, considerando-se a realidade das nações plenamente desenvolvidas, é preciso reconhecer que, dado o regime de espoliação imperialista, o progresso que conquistaram deve-se em grande parte à possibilidade que tiveram de explorar as áreas atrasadas. Enquanto essa exploração se prolonga sem resistência, permanecendo o país pobre imobilizado na complacência e na apatia colonial, é claro que todo lucro cabe à parte avançada, a qual, por efeito dêsse benefício, progride cada vez com maior celeridade. Assim sendo, a diferencial histórica cresce. Vê-se que tal resultado só pode ter lugar se pràticamente não existe ação recíproca da parte mais fraca sôbre a mais forte. Quando, porém, o país atrasado desperta e inicia o seu processo de autonomia econômica, a espoliação anterior, causa do alargamento da diferencial, começa a ser abolida. Acontecendo isto, desaparece uma das causas do avanço mais rápido do país superior,

tornando-se mais lento o seu desenvolvimento; como, ao mesmo tempo, o inferior salta vários degraus no seu processo interno, o resultado é a inversão da diferencial. O crescimento do país desenvolvido é relativamente detido pelo crescimento dos subdesenvolvidos. A capacidade de domínio de si que adquirem retira dos outros o fator principal a que deviam o seu progresso, que agora terá de se fazer mais lento. É idéia ingênua, comum às teorias dos economistas submissos, acreditar que o desenvolvimento do país pobre só se torna positivo se alcançar níveis de acumulação de riqueza superiores aos que tiveram em seu tempo as nações agora adiantadas. Tal idéia supõe uma corrida linear entre os países e o distanciamento entre êles por efeito apenas dos esforços isolados de cada qual. Na verdade, qualquer desenvolvimento do menor contribui para frear o desenvolvimento do maior, diminuindo a distância que os separa. Na etapa do puro colonialismo a nação adiantada era livre para tomar da subjugada os produtos de que necessitava, minérios, por exemplo, pelo preço que desejasse. Na sua economia a despesa com êsses produtos figurava com os valores mínimos possíveis e, portanto, o desenvolvimento que processava na base da utilização de tais produtos não sofria qualquer embaraço. Chegando, porém, o momento em que o país espoliado inicia o seu movimento libertador, começa a vender por preços cada vez mais altos êsses produtos, ou pelo menos tenta fazê-lo. Gera-se assim uma resistência à expansão do crescimento do superior, que lhe diminui o ritmo, no mesmo passo em que vai dotando a nação subdesenvolvida de realizações obtidas por ela própria, e representam o lado positivo do seu crescimento. Os dois movimentos são antitéticos, e no entanto constituem dois aspectos de um só fenômeno, a relação entre comunidades nacionais em grau diverso de avanço histórico.

Temos neste fato um exemplo elucidativo do caráter específico da dialética da realidade do país subdesenvolvido. Graças ao reconhecimento dêle é lícito ao pensador estabelecer o enunciado que expusemos, com o sentido confortador que possui. Mostra que o processo do desenvolvimento se acelera a si mesmo e acarreta a abolição necessária dos mecanismos espoliativos que asseguravam ao dominador a pacífica exploração em cujo clima florescia. Uma vez detonado, por mais sinuoso que seja o curso, havendo, é claro, possibilidade de curvas retardantes, de desperdícios de ação e de incertezas momentâneas, nada o detém e seu rumo é sempre progressivo. Vê-se os rios dar muitas voltas, às vê-

zes até parecendo tomar direção oposta, mas o que nunca se viu foi a água andar para trás. Quando o país pobre decide emancipar-se do jugo da economia dominante que o aprisiona, mal reflete no ônus que, como ação recíproca, está impondo aos que ainda mantêm o domínio. Êste cada vez custa mais caro. Em valor econômico e em poder político há uma despesa progressivamente maior, que afeta a capacidade de crescimento do país dominador e representa o preço da dominação. Cada vez se torna mais caro ser país dominante, menos rendoso explorar os atrasados. A soma de recursos a empregar, de artifícios políticos a aplicar cresce tanto que chegará ao ponto em que, para conservar uma diferencial histórica que mingua incessantemente, deixará de valer a pena aferrar-se à posição de supremacia. O país atrasado tende a vender por preços sempre mais altos os seus produtos e a consciência dos políticos que se põem a serviço do dominador. É sinal de que seus recursos internos aumentam, a capacidade de autodireção se forma e se acentua, a escolha de autênticos líderes das massas se faz com maior rigor.

Ao nos referirmos ao encurtamento do intervalo histórico, estamos diante de um fenômeno dialético, cuja denúncia só é feita pelo pensador pertencente ao país em crescimento, pois se apresenta como constância própria dessa fase. O estudioso metropolitano não é capaz de ter conhecimento dêle, ou, caso o vislumbre, não o interpreta como lei da realidade, e sim como aspecto acidental, manifestação sensível do jôgo de fôrças díspares no campo da história. Não o percebe como lei objetiva porque de fato para a sua realidade não é. O gradativo retardamento imposto ao seu contexto pelo crescimento da parte atrasada não é sentido por êle como retardamento, pois lhe faltam meios de medir a sua própria velocidade, uma vez que a sua posição, constituindo o grau máximo de progresso, é històricamente um absoluto; por isso não está obrigado nem habilitado a pensar o processo mundial utilizando-se do conceito de intervalo histórico. O país pobre é que naturalmente pensa dêste modo, pois tem os olhos sempre voltados para a realidade daqueles que o superam e se avalia pela distância que o separa dêles.

A exposição dêste particular caráter da realidade supõe a perspectiva do pensador empenhado no processo da nação em desenvolvimento, porque só êle está em condições de explorar a faixa do processo na qual lhe corresponde viver. Não é esta, entretanto, a única aquisição devida ao pensamento dialético ocupado em compreender a realidade subdesenvolvida. Numerosas outras devem vir à luz pelo trabalho da reflexão dirigida neste sentido. Ainda a título de simples contribuição, parece-nos valioso apontar algumas peculiaridades do caráter dialético da consciência social no seu processo próprio, dentro do período em que se relaciona com a fase subdesenvolvida do país e lhe comanda o desenvolvimento. A consciência da comunidade subdesenvolvida acompanha com atraso o desenvolvimento econômico real. Êste atraso é grande nas fases iniciais do crescimento, evolui a princípio lentamente e por fim a consciência coletiva se acelera quando o processo objetivo alcança graus significativos. Para os momentos mais adiantados, a evolução da consciência se faz tão rápida que ao final, quando o país se acha em nível de pleno desenvolvimento, a consciência coincide com a realidade. Importante é assinalar a natureza dialética do retardo da consciência. O intervalo que separa os dois têrmos é variável em função do avanço real das bases concretas da consciência. Não é de esperar a completa coincidência da representação com a realidade senão quando esta já se desenvolveu ao ponto de possuir estruturas sociais definidas, dando origem a interêsses inequívocos dos seus diversos grupos, e portanto a posições ideológicas exatas. Na fase atual, o atraso da consciência social em relação à etapa vigente do processo econômico explica as incertezas, os mal-entendidos, as aparentes ilogicidades e retrocessos das manifestações populares. São na verdade conseqüências do inevitável fenômeno de atraso da consciência em relação aos seus esteios reais, dada a fase por que passa o nosso processo nacional. É um tempo em que se faz possível até mesmo o superficial triunfo de fôrças conservadoras e retrógradas. Tal incidente histórico não significa verdadeiro retrocesso no curso do desenvolvimento, mas apenas uma sinuosidade perfeitamente compreensível. Porque em verdade não é um triunfo duradouro, mas o momentâneo revigoramento de fôrças reacionárias existentes no ambiente social, que procuram fortalecer-se em vista da íntima insegurança que sentem em sua própria situação. Só teria sentido falar em triunfo se houvesse a entrada de novas fôrças originais no cenário social. Tratando-se, porém, de simples reagrupamento de potências representativas do que há de mais arcaico em nossa realidade, não se deve interpretar como sucesso as vitórias que venham a ter, mas como inevitável coleio do curso histórico. Teria significado grave, levando à confusão dos espíritos a à descrença nas teses preconizadas pelo pensamento nacionalista para o correto desenvolvimen-

to brasileiro, se não soubéssemos que a racionalidade de que êste se reveste é de ordem dialética e não formal. Com efeito, sòmente se êste segundo modo de pensar exprimisse a lógica da realidade é que deveria haver concordância automática e obrigatória, simetria permanente e invariável entre o estado de coisas existente e o pensamento social. Na verdade, porém, a correlação é dialética, ou seja, variável ao longo do processo que ela própria contribui para impulsionar.

Não será talvez aventuroso afirmar que estamos na fase em que se verifica o máximo afastamento entre a consciência crítica da coletividade e o adiantamento real do processo econômico. É de todo normal e inevitável, embora possa prolongar-se por algum tempo. Duas coisas entretanto devem ser levadas em conta: uma, que tal fase representa um trecho da curva que temos necessàriamente de percorrer, e ademais, que é indício de posterior e rápida recuperação do pensar crítico, próximo então de coincidir com o estado da realidade. Para conseguir um avanço de certo quantum de desenvolvimento material a consciência social terá de fazer agora um esfôrço comparativamente maior do que aquêle que antes era suficiente para produzir um quantum equivalente de progresso. Por isso, o mesmo ritmo de desenvolvimento econômico só pode ser conseguido com um ritmo maior de crescimento da consciência nacional. Sem a compreensão dialética o fenômeno atual seria julgado ilógico e desencorajante; na perspectiva dialética porém assume feição natural. A predominância do pensamento ingênuo revela-se ainda considerável, em razão do período atravessado pelo nosso processo objetivo. Vivemos um momento ingrato, no qual o desacôrdo entre as representações críticas, já plenamente estabelecidas, e as suas possibilidades de sucesso, alcança o valor máximo. Temos de atravessar uma era de inconteste, mas muito breve, domínio da consciência ingênua. É inevitável que isto aconteça, dado o caráter dialético da realidade, o qual se vê confirmado pelos próprios fatos que pareceriam descoroçoar a consciência crítica. Com efeito, no regime vigente, o desenvolvimento, produzindo-se na ausência de explícita ideologia, não é acompanhado do processo subjetivo adequado a contrapor-se às contradições objetivas geradas pelo crescimento econômico feito em bases como as atuais. Estas contradições expandem-se livremente e conduzem a situações reais, como o aumento do custo de vida ou os desequilíbrios regionais, que favorecem um surto de pensamento ingênuo, de que se aproveitam os grupos conservadores para o seu passageiro êxito. Era inevitável

que assim acontecesse, pois, de um lado a fase recém-atravessada pelo desenvolvimento material é a que causa os mais intensos desequilíbrios, e, de outro lado, em virtude das deficiências intelectuais dos grupos que conduzem o desenvolvimento, êste não está sendo feito em regime de ideologia explícita. Na falta desta, é livre às camadas populares proferir em plena inocência de espírito os mais simplórios e injustificados conceitos, logo convertidos em estribilhos, de grande aceitação na mentalidade geral. Para obviar o inconveniente da incompreensão dos efeitos sempre benéficos do desenvolvimento, e aparar os golpes da propaganda contrária partida dos setores reacionários, explorando os desajustes atuais, seria preciso que as transformações econômicas fôssem processadas em regime de ideologia explícita, pois em tal caso as dificuldades do caminho sendo explicadas e assimiladas pela consciência popular deixariam de despertar as ressonâncias ingênuas agora verificadas. Contudo, seria perder de vista o fio condutor do pensamento crítico acusar o povo de ignorância, de incompetência ou de maldade se em determinado momento não ratifica pelo consenso majoritário o rumo político dominante na direção do processo do desenvolvimento. Admitir que o povo cometesse um equívoco, seria demonstrar total ausência de capacidade crítica. Esta consiste precisamente em explicar como racionais as voltas do caminho, dados os múltiplos fatôres objetivos que intervêm na produção de um fenômeno. A teoria dialética permite não apenas justificar a discordância entre o progresso objetivo real e o atraso da consciência média, como possibilita prever as oscilações da consciência popular, ainda em sua maior extensão de natureza ingênua. Em face de uma manifestação popular não teria qualquer sentido afirmar que o povo errou. Cairíamos no velho preconceito aristocrático e primário de nos julgarmos portadores da verdade absoluta. O povo não erra, simplesmente pronuncia-se com o teor de compreensão que lhe é permitido ter nas circunstâncias em que existe. Referimo-nos à fração, por enquanto majoritária, das massas que não foram alcançadas pelos efeitos positivos do processo do desenvolvimento geradores da consciência crítica.

Estas observações mostram a necessidade de aceitar o ponto-de-vista dialético no entendimento do processo da consciência. Sem êle as confusões são fatais e freqüentes os desfalecimentos dos setores sociais progressistas, considerando como reveses o que na verdade são os momentos antitéticos do processo real, portanto componentes indispensáveis do

avanço incessante. A racionalidade do mundo não se exprime num universo de idéias eternas e de valores absolutos, mas num tumultuoso entrechoque de fôrças reais contraditórias, que determinam o modo de pensar dos homens. Não basta à consciência crítica conhecer as leis gerais do processo para estar a salvo de erros, desilusões e desânimos. É preciso que se adestre em aplicar dialèticamente êsse conhecimento ao mundo nacional a que pertence, a fim de interpretá-lo na sua verdade concreta e dirigi-lo, no momento em que, como é inevitável, lhe couber assumir o poder político, por se haver tornado a consciência social dominante.

O princípio supremo da dialética—"tudo que é real é racional"—aplicado ao particular domínio da realidade constituído pelo ser histórico que é a nação, enuncia-se nesta fórmula, onde se condensa a essência do pensamento crítico sôbre o processo de desenvolvimento de um país subdesenvolvido: "tudo que é nacional é racional".

4 — A CATEGORIA DE TOTALIDADE

a) *Objeções à concepção da totalidade*

Outra das idéias categoriais que distinguem a consciência superior da realidade é o atributo de totalidade. Queremos com esta noção designar o caráter próprio dessa consciência de considerar sempre o real como multiplicidade interiormente estruturada.

Ao contrário da impressão corrente, segundo a qual a realidade nos é oferecida pela reunião de aparências particulares, locais e sucessivas, simplesmente justapostas, sem referência necessária a um conjunto global, o pensamento crítico descobre a conexão de todo objeto ou fenômeno singular a uma totalidade, de que é parte, e percebe não ser lícito considerá-lo fora da constante relação a essa totalidade. O caráter do espírito crítico que agora desejamos analisar consiste na percepção totalizada da realidade, a qual se estabelece pela referência obrigatória das coisas e acontecimentos, dados em aparência fragmentários, a uma existência objetiva envolvente. Êste comportamento é superior e crítico; não o alcança a consciência desarmada, porque, como dissemos, o natural do pensar simplório é ater-se ao dado no que tem de simples e imediato, delimitá-lo o mais possível, julgando que assim tem de fazer para melhor aprofundar-lhe o conhecimento. O entendimento primário recorta no real o aspecto que de momento lhe interessa e, mesmo quando conserve vaga menção do conjunto a que tal aspecto pertence, não leva em conta a natureza do todo, mas procura sempre isolar para melhor conhecer. É conduzido, assim, a fragmentar o universo em unidades absolutas, oferecidas ao espírito para o exercício da sua faculdade perceptiva. Dessa atitude procedem formulações como a de que a ciência deve especializar-se o mais possível para ser eficiente.

A consciência ingênua tende para a delimitação dos conteúdos do saber e repudia qualquer esfôrço de examinar

as questões objetivas à luz do conceito de totalidade, pois tal atitude lhe parece uma variedade do vício das generalizações fúteis, de puro sabor teórico e nenhuma vantagem prática. A fidelidade ao dado é o seu lema fundamental. Mas, por "dado" considera apenas o que é capaz de ser percebido como particular e de conservar-se na particularidade; por conseguinte, recolhe ao interior do dado o feixe de referências pelas quais êsse dado se liga a outros, direta ou remotamente. Com tal procedimento isola o objeto em exame, pelo cancelamento de suas conexões. Quanto mais revertido a si fôr o objeto, tanto mais "puro" lhe parece. Julga que a consideração de uma totalidade envolvente ameaça tornar imprecisa a coisa em questão, esfumando-a num fundo cinzento e amorfo de "mundo", que ninguém sabe bem o que é. Não vê, pois, nenhuma utilidade em especulações dêste tipo, que, a pretexto de englobar planos e conexões mais profundas das coisas, só fazem tornar vagos, especiosos e obscuros os enunciados da ciência. O universo, diria o porta-voz dessa consciência, não se esgota, sem dúvida, no conhecimento possível de objetos singulares, não só por serem em número infinito, como ainda porque não tem fim o conteúdo inteligível de cada um; mas as relações que cada qual mantém com os outros, precisamente porque são imprescindíveis à sua constituição, estão nêle, têm nêle o seu foco, de tal sorte que, longe de conhecê-lo melhor quando o tomamos na perspectiva da totalidade, aí sim é que o estamos dissolvendo, ao exteriorizar aquilo que, em verdade, é interior ao ser, decompondo o que está unido para constituir a existência singular da coisa. Procedendo dêste modo, submetemos o objeto real a uma operação epistemológica que o falsifica; forçamos as relações, que devem ser vistas "para dentro", a serem consideradas "para fora", e acabamos por perder o dado singular na ilusão de conquistar a totalidade. Nada se ganha com isso, e se elimina a possibilidade de atingir a verdadeira objetividade. Por isso, julga a consciência primária, a exigência totalizadora não passa de mera cavilação filosófica, em nada contribuindo para a compreensão mais acurada dos fenômenos. O que se tem a fazer é precisamente o oposto, é insistir na delimitação, no recorte, na particularização dos objetos e dos fatos, porque só assim se conseguirá explorá-los suficientemente para chegar a ter dêles uma noção exata.

Pensar segundo a forma de totalidade para a mentalidade elementar, é abandonar o exame concreto do real a trôco de proposições difusas e conceitos impalpáveis. Repudia de plano o apêlo ao entendimento total, que lhe parece estratagema filosófico, teorização muito ao gôsto de sociólogos de gabinete, a qual, mesmo contendo certa verossimilhança, é completamente destituída de utilidade para o tratamento efetivo dos fatos. Aplicando-se ao exame da realidade nacional, êste tipo de consciência propugna por uma política que chamaríamos de "política do particular". A realidade do país apresenta-se, segundo imagina, constituída por um sem-número de fatos e situações, que aparecem como problemas a quem com êles se defronta. Sendo o real sempre composto de particulares, os problemas que daí surgem também são particulares. Claro está que se percebe logo o nexo de uns com os outros, mas isso não quebra o princípio de que cada qual é definido isoladamente e deve ser resolvido na sua singularidade. O simples reconhecimento de ligações entre os problemas não significa, contudo, introduzir a categoria de totalidade, pois o pensamento simplório tem em vista reduzi-las ao mínimo, a fim de facilitar a resolução das dificuldades. Procura operar sôbre o real em sentido contrário ao da totalidade, isto é, ter a visão contracta e não expansiva, simplificar e não complicar.

A interpenetração dos problemas, diz a metodologia ingênua, é um obstáculo, não deve ser favorecida por teorias sociológicas que se comprazem em cultivar conceitos genéricos, fórmulas dialéticas ou intuições sutis. Ceder a êsse pecado da imaginação é encampar a postura teorizante, que prefere a compreensão intelectual dos problemas à sua resolução. Especialmente no caso vertente, o conceito de totalidade é para êsses espíritos o ideal da fruição lógica, porque lhes permite arrancar as questões objetivas das suas inserções materiais, técnicas, para tratá-las em clima especulativo, com vocábulos difíceis, em perspectivas ousadas e grandiosas, que amedrontam os especialistas modestos, os homens de ofício e os obrigam a não poder acompanhar o estilo das discussões, ainda que muito as admirem. A colocação dos problemas nacionais sob a espécie da totalidade, entendida como perspectiva transcendente, deve ser combatida a bem da efetiva solução das dificuldades reais. Mas a hostilidade do pensamento ingênuo vai além; ousa inquinar de viciosa a concepção totalizante, não apenas do ponto-de-vista prático, porém a denuncia como incorreta mesmo enquanto conceito. Não seria dado pelo conceito de unidade envolvente o verdadeiro significado da totalidade. Esta se constitui, diz, pela soma empírica de coisas e acontecimentos, é a integral da realidade em dado momento histórico. É noção

a posteriori, só tendo validade potencial, pois nunca se chega, como é óbvio, a realizar a somação do conhecimento de tudo o que existe em certo instante de tempo, de modo a formar a autêntica representação do todo. É conceito limite, "idéia transcendental", destituída de verdadeiro conteúdo objetivo, porque sempre inacabada. Ademais, do ponto-de-vista operatório e prático, seu valor é nulo, pois o que é oferecido ao homem, enquanto desafio proposto pelo real, é sempre uma situação concreta, limitada, peculiar. A totalidade pode, quando muito, ser pensada e o será pela agregação ao que conheço neste momento daquilo que ignoro, por estar fora do meu alcance. É pois a idéia de um todo composto de uma parte ínfima, sensível e conhecida, por estar presente, e de um infinito de elementos virtuais, que desconheço e sempre desconhecerei. Portanto, nem a título de idéia geral a totalidade é conceito útil, esclarecedor do existente. Porque êste é sempre local, momentâneo e finitò. Ora, aquela idéia conduz a ver o existente como se não fôsse sòmente isto que aqui está, como se sua realidade comportasse expansões sôbre a realidade dos outros sêres, sob forma de trama indelimitada de relações, como se ocupasse mais espaço do que em verdade ocupa, durasse mais do que realmente dura.

Por tôdas essas considerações, o pensamento inocente julga-se autorizado a advogar o tratamento tópico dos problemas nacionais. Mas não só por essas razões teóricas, porém ainda porque só assim as soluções recebidas serão válidas e reais. Do contrário, diz, cai-se na última das conseqüências nefastas do modo de ver totalizador, a de nunca chegar às soluções definitivas. Vemos aqui o fundamento anti-histórico que comanda a mentalidade parcializante, a qual julga ser lícito falar em soluções definitivas para os problemas da realidade. Sem dúvida, possui suficiente bom-senso para entender que, resolvendo um problema, não extingue os demais e que sempre a realidade se apresentará como desafio, constituído por situações a exigir soluções apropriadas. Mas, no seu despreparo filosófico, o espírito ingênuo é levado a crer que a solução justa consiste em extinguir o problema, em expulsar da realidade as condições causais que o motivavam. Em princípio, o que deseja é anular o caráter problemático do real, sua finalidade última seria realizar a felicidade da existência sem problemas. É certo ter de reconhecer que, extinguindo um, surge outro em lugar dêle, mas não acredita que surja por haver sido dada solução ao anterior. O caráter problemático da realidade, embora efetivo, deve ser encarado como mera situação de fato, mesmo

constante, é lògicamente acidental. Dêste modo, ao menos em princípio, é possível propor soluções com pretensão de definitivas, no sentido de suprimir a situação desafiante. A condição para isso é aceitar no plano teórico a validade do princípio de delimitação das questões, ou seja, é contrapor-se à idéia de totalidade. O modo de pensar totalizante, caracterizado pelo extravasamento do real, pelo impreciso dos contornos das coisas, conduz a fórmulas mal traçadas, criando um clima de claro-escuro, no qual as controvérsias se travam amiúde com o emprêgo de proposições do tipo "é assim, mas não é bem assim", impróprio à seriedade dos debates. Implica certa margem de descrença nos enunciados objetivos, de ceticismo nas propostas solucionadoras. Com efeito, se, por válidas que sejam, as soluções dos problemas não fazem senão convertê-los em outros, é ilusório a rigor falar-se em solução. Antes convém dizer que é inoportuno resolver, pois os problemas futuros serão certamente mais gerais, mais graves e difíceis do que os atuais. Melhor seria então nos acomodarmos ao presente estado de coisas, sem pretender uma alteração que, para minorar um inconveniente, faz correr o risco de originar uma calamidade. Se nenhum problema admite verdadeira solução, porque esta seria apenas condição para dar nascimento a outro, a tentativa de resolvê-lo não irá contribuir senão para engrossar a dificuldade futura.

Por conseguinte, dirá o sociólogo ingênuo, é preciso excluir vigorosamente o ponto-de-vista da totalidade ao apreciar a realidade nacional. E ainda por uma última razão: porque êsse modo de pensar se presta a se tornar disfarce de temíveis intenções ditatoriais. De fato, da concepção totalizante à totalitária a passagem é fácil e por vêzes insensível. Uns a farão propositadamente, outros por inadvertência. Ao exigir a compreensão global da realidade nacional, o sociólogo ou o filósofo que se presumem portadores do espírito crítico podem estar, ainda que de boa-fé, enrolando-a para ser depositada nas mãos do ditador. Êste, na verdade, não faria senão integrá-la totalmente, ao se propor a resolvê-la como um todo, como o problema dos problemas. Se as soluções não são tópicas e definitivas, só há, com efeito, um problema, do qual todos aquêles que recebem êsse nome são facêtas ou momentos intermédios. Com a maior facilidade encontra-se alguma fórmula bastante ampla para servir de englobante universal; mas o requisito para o êxito da resolução suprema é que os casos particulares se amoldem ao esquema universal, isto é, que cada problema isolado, e portanto os interêsses pessoais a êle ligados, ceda na sua realidade ime-

diata e consinta em assumir os contornos, a expressão e o sentido, que lhe advirão da fórmula geral. Noutras palavras, isto significa que a objetividade das coisas e das situações, envôlta no conceito de totalidade, perde o significado próprio e passa a receber o que lhe é conferido pelos intérpretes do todo. Ficando os fatos à mercê de exegetas onipotentes, não tardará a acontecer o mesmo aos indivíduos. São recentes os exemplos de concepções políticas que fizeram de nebulosa filosofia da totalidade nacional o sustentáculo ideológico de um totalitarismo tràgicamente eficiente. Por isso, acredita a consciência mal preparada, é, quanto mais não seja, perigoso propagar um conceito como o de totalidade, tais os equívocos que é capaz de originar, sendo talvez impossível dar-lhe conotação precisa, isenta de contaminações nocivas. Propugna, por isso, o retôrno ao modo de ver empírico, prefere o ataque tópico e momentâneo aos problemas, sem qualquer outra norma geral senão a da prioridade evidente ou a do atendimento de eventuais pressões de grupos econômicos poderosos.

Na raiz da diferença entre as duas concepções, no plano político, está a idéia que cada qual faz da natureza da realidade e do procedimento metódico adequado a apreendê-la, está a divergência entre a doutrina positivista e a dialética. Para uma, a realidade se resolve em fatos, cada qual lògicamente suficiente na sua presença atual, e por isso só associado a outros pelo reconhecimento indutivo de leis constantes entre êles, entendidas como freqüência de correlações externas; para outra, a realidade é fundamentalmente mobilidade e processo, e dêste modo nada está desligado do todo, cuja transformação é regida por leis imanentes.

Sentiremos ainda a diferença entre ambas as teorias ao considerar a respectiva atitude em face da idéia de planejamento social. A consciência acrítica não exclui, é certo, o planejamento, em círculos relativamente amplos e prazos dilatados. Mas, sua idéia de planejamento repudia o caráter de totalidade. Procura localizar os fenômenos, a fim de dar-lhes solução um a um ou por grupos bem definidos. Visa a tirar o máximo de proveito do mínimo de interconexões. Concebe o planejamento como o meio de submeter os aspectos futuros, ou distantes, da realidade, não deixando que sobrevenham como imprevisíveis ou abram perspectivas insuspeitadas. É a tentativa de aprisionar o real num âmbito eventualmente vasto, mas que o autor dos projetos econômicos busca fazer o menor e o mais recluso possível. A perspectiva ingênua do planejamento faz dêste uma tentativa de

imobilizar o real, fragmentando-o em setores ou etapas, na intenção de discipliná-lo. Procura torná-lo o seguro social contra o imprevisto. Quer profetizar. Para isso quer substituir as implicações recíprocas que regem os fatos no conjunto total, por conexões causais restritas, capazes de ser submetidas à análise finita e de levar a conclusões acabadas. Tal é o fundamento do planejar simplista. É a abolição do futuro, a tentativa de tornar desde já presente tudo quanto possa acontecer. Nega o futuro ao prevê-lo, ao forçá-lo a ser como deseja. Implìcitamente consiste em estabilizar a realidade, retirando-lhe o poder de fazer-se a si própria, na originalidade do seu movimento. O planejamento ingênuo exclui a idéia de processo criador, substituindo-a pela de esquema configurador. Já a forma crítica do planejar é sobretudo afirmação do futuro, é antecipação do acontecer, na certeza da sua imprevisibilidade em caráter absoluto. Tem em conta o concurso da liberdade e sabe que lhe compete utilizar as oportunidades originais e os aspectos imprevisíveis surgidos com a execução do próprio plano. É dialética, no sentido de incluir a constante autocorreção, de contar com ela sem poder prevê-la ou antecipá-la. Não pretende deter a marcha do processo, a pretexto de conduzi-lo; admite que a prefiguração do futuro contida no plano e os esforços que despende para realizá-lo conforme o deseja, são outros tantos dados que se incorporam ao processo. Assim, enquanto a consciência inocente julga incorporar a realidade ao plano, a crítica compreende que é o plano que se incorpora à realidade.

Espantado diante da complexidade do real, acredita o técnico ingênuo que se não proceder à prévia compartimentação de setores, ainda que amplos, não logrará abranger metódica e eficazmente o curso dos acontecimentos. Não deveremos, portanto, enganar-nos a seu respeito, quando aconselha a mobilização econômica geral ou o desenvolvimento de projetos educacionais em massa, por exemplo. Estas propostas podem ser falsas apreensões da totalidade nacional, não passando na verdade de visões parciais, apenas um tanto mais extensas, pois o essencial do projeto crítico, aquilo que lhes daria o legítimo fundamento, falta e é precisamente o conceito autêntico, dialético, de totalidade.

b) *A totalidade como conexão de sentido*

Ao entrarmos agora na breve análise do que convém entender por totalidade, como caráter distintivo do pensar

crítico, deparamo-nos com algumas dificuldades em chegar à perfeita definição dêsse conceito. Do ponto-de-vista filosófico, desperta certo número de problemas que não examinaremos por não terem cabimento neste lugar, pois não estamos interessados no debate em tôrno do significado da totalidade como categoria universal do pensamento e sim apenas no exame desta noção enquanto traço distintivo de particular forma de consciência da realidade nacional. Admitimos que o pensar crítico, ao contrário do que consideramos ser a atitude primária, é o que assume deliberadamente a perspectiva da totalidade para compreender a realidade social. É aquêle que se recusa a considerar os problemas nacionais como equações isoladas, porque sabe não haver fatos sociais absolutamente independentes, desligados do contexto histórico-cultural onde têm origem e do qual recebem significação.

Colocar qualquer problema sob a luz do percebimento total do fato nacional, é a maneira característica do pensar superior. Se assim faz, é porque está de posse da noção teórica do que seja problema, noção que implica a necessária interdependência entre todos e se funda na teoria do processo histórico, cujas linhas mestras temos indicado. Partindo da diretriz suprema do pensar crítico,—a consideração da realidade como processo històricamente apreendido pela consciência—, é que chegaremos a compreender a raiz do caráter de totalidade, pelo qual se marca o exercício da reflexão correta.

Se a realidade deve ser concebida como processo universal, tal condição exige a unidade de todo acontecer. A simples causalidade, na forma de relação extrínseca de um fato a outro, antecedente, não é suficiente para conduzir à idéia de processo, ainda que multipliquemos à vontade o número dessas relações. Torna-se necessário substituir a noção de séries causais de acontecimentos pela de unidade de relações intrínsecas. Êste conceito adquire, assim, significado supremo na análise da realidade. A unidade do curso dos acontecimentos é um conceito lógico de validade objetiva, enquanto exprime a condição de tôda existência singular. É essa unidade que, traduzida em categoria epistemológica, se apresenta no conceito de totalidade. Significa êste não ser possível intentar a apreensão do real senão apreciando o dado parcial à luz da referência do seu ser à unidade do todo de que faz parte. O que importa em cada caso não é tanto a área das referências de um dado objeto, quanto a consideração dessas referências. Não é o acréscimo de fato

das correlações que conduz a realizar-se a totalidade, em princípio inalcançável, mas a colocação do conhecimento segundo a perspectiva da total unidade do processo real.

O processo da realidade é, por natureza, uma totalidade, onde estão incluídas as coisas e as transformações, cuja percepção, local e momentânea, nos é dada. Assim sendo, o objeto ou o fato considerado reveste-se sempre do atributo de "parcialidade", mas só é apreendido na sua essência quando colocado no interior da implicação recíproca parcialidade-totalidade. Para entendê-lo de modo cada vez mais perfeito, é preciso considerá-lo como um "parcial", um objeto isolado, mas só é possível fazê-lo parcial abstraindo das correlações que o ligam à totalidade da realidade. O objeto não nos é dado em estado de isolamento; é obtido nesse estado, à custa de uma operação epistemológica segregadora. Esta é legítima enquanto momento do processo cognoscitivo, mas suscita o trânsito para a operação oposta, a retomada do objeto na perspectiva e nos modos da totalidade. O mundo compõe-se de "parciais", de aspectos que existem e se definem como partes de um todo e exigem a referência a êsse todo como relação constitutiva do seu ser. Não devemos omitir esta relação, sob pena de perdermos o fundamento último do "sentido" do objeto, ficando êste reduzido ao que tem sido chamado de "existente bruto". A pergunta pelo "sentido" é imperiosa na teoria do conhecimento, e não mera frivolidade filosófica. Decorre de percebermos a realidade como fluxo de transformações e tem raiz no duplo caráter de todo objeto: de ser elemento, e portanto momento, de uma existência universal, que o supera lógica e cronològicamente, e de ser possível instrumento da nossa ação prática sôbre essa mesma realidade.

Longe de constituir categoria própria da teoria idealista do mundo, a totalidade é conceito pertencente ao entendimento mais objetivo, pois se revela ao pensamento indagador do sentido real das coisas. Com efeito, o existir dos objetos não se reduz ao mero "estar aí" dos sêres que se oferecem à sensibilidade, pois tão real quanto a sua presença é a composição que formam uns com outros, a qual, levada ao horizonte mais amplo possível, dá origem ao conceito de "mundo". Ora, a ligação dos sêres uns aos outros não se faz apenas em virtude de relações de distância, causalidade, sucessão, ações e reações espontâneas recíprocas, contraste ou identidade, mas se funda na correlação de sentido, que os revela como partes de totalidades, com dimensões variáveis. A percepção do sentido pertence de direito

à consciência conhecente, tanto quanto a da mera existência do objeto. Não é produto especulativo, não é doação ideal emanada do sujeito, e sim reconhecimento de relações reais, com fundamento no mundo. A idéia de "todos" parciais e gerais não quebra a linha de objetividade e racionalidade, própria do pensar crítico, mas se inclui precisamente nessa atitude superior. Tampouco é arbitrária, pois não consiste em unir artificialmente as coisas em agregados ideais, com existência apenas mental, mas em verificar as articulações objetivas que mantêm umas com as outras, e em compreender o significado que cada qual adquire pelo fato de estar envolvida pelo todo de que é participante. O sentido ou significação, com efeito, é o conjunto de determinações que cabem a cada membro de um todo por pertencer a êle. Se imaginássemos destacadamente o objeto, não teríamos a noção de tal sentido, pois no conhecimento do ser isolado, embora implícito, não se deixa descobrir. Só a consideração do objeto na trama da realidade, dentro do horizonte cultural e da fase histórica a que pertence, ou seja, num âmbito envolvente, como fundamento de significação, permite a descoberta da relação de sentido que o prende a outros objetos. Mas tal relação existia objetivamente, independente de quem a pensa, era imprescindível, como *a priori* real, à essência da coisa, e muitas vêzes só quando a percebemos estamos em condições de explicar a presença da coisa ou a ocorrência de determinado evento. De fato, nenhum objeto é definido sem menção a um "fundo de mundo", como dizem alguns filósofos atuais. Porque suas qualidades só se manifestam no confronto com outros, que não as possuem ou as têm em grau diferente. Assim, ao dizer de um corpo que tem tal côr, pêso, aspecto ou propriedade, estamos em verdade invocando a experiência virtual do conjunto de corpos do mundo, dos quais aquêle se distingue.

Se passarmos da ordem da sensação física à do entendimento cultural e histórico, êste enunciado ressalta ainda mais. Consideremos um produto de fabricação humana e logo veremos que seus aspectos inteligíveis estão unificados por um sentido, que forma parte integrante do ser e não se pode negligenciar. O objeto foi fabricado em certo momento do tempo, em lugar definido, por artífices que dispunham de tais conhecimentos, tais recursos técnicos e trabalhavam em determinado regime de produção; foi feito para servir a um fim, o qual por sua vez só se esclarece à luz dos gostos, exigências e usos de uma particular sociedade. Para outra, já não tendo a mesma utilidade, não respondendo ao mesmo imperativo, não seria a mesma coisa; não viria talvez por isso a ser produzido ou, se acaso o fôsse, não receberia do contexto geral o significado que, por hipótese, agora possui. A existência do objeto é, portanto, inseparável da sociedade que o produz, por intermédio do fabricante, o qual nada mais é do que o executor do interêsse geral. Nem admite ser separado do estado das fôrças produtivas, do regime de produção, do acervo dos conhecimentos que vigoram no momento, pois é em função dêstes que a técnica da sua fabricação é realizável, e existem as idéias que permitem à coletividade recebê-lo, dando-lhe o significado atual. Igualmente é preciso levar em conta as exigências estéticas incorporadas ao objeto, pois êste é feito tendo em mira atendê-las; são um dado coletivo e como variam no tempo, geram o estilo do fazer. Não é possível conceber o objeto isolado de tôdas estas relações. A ânfora de barro, pintada com o belo tom do cinábrio, responde a um gôsto geral, que a considera mais valiosa do que a côr cinzenta, todavia mais difícil de conseguir. Associa-se, assim, à coisa um valor, que é um dos elementos constitutivos do seu sentido. Êste porém não se limita ao plano axiológico, pois é a própria realidade da coisa que implica a referência a múltiplas totalidades envolventes, a mais ampla das quais, na ordem física, é a que se denomina com o têrmo geral de "natureza". Mas a natureza só se abre ao conhecimento na perspectiva de quem está colocado em dada posição espacial e numa fase definida do evoluir histórico.

c) *A insuficiência do conceito de "causalidade circular"*

A falta do conceito dialético de totalidade leva alguns estudiosos dos problemas econômicos e sociais do desenvolvimento a se transviarem nas mais infundadas tentativas de compreensão dos fatos. Mesmo economistas do melhor quilate, sinceramente simpatizantes da causa da ascensão histórica dos povos periféricos, insuspeitos de agirem a serviço de intenções escusas, estão sujeitos a produzir explicações teóricas que falseiam a realidade do processo e, por isso, embora contra o propósito dos autores, são objetivamente prejudiciais. Privados do verdadeiro conceito de totalidade, diligenciam por encontrar uma explicação que permita compreender a íntima e recíproca correlação entre os dados da experiência. Percebem que os aspectos significativos da realidade não são independentes e isolados, mas se apresentam em complexo condicionamento mútuo, que os faz parecerem

atuar uns sôbre os outros. Criam, então, para dar conta dêste dado o conceito de "causalidade circular", acreditando que por meio dêle atingirão a essência lógica do processo do país subdesenvolvido. Admitem, assim, que no país atrasado os diferentes aspectos que constituem a situação de penúria econômica e retardo cultural são cada qual causa de um outro, êste causa de mais outro, até que um dêles vem a ser causa do primeiro. Estabelece-se o circuito fechado da "causação circular", uma corrente de causas e efeitos, que compõe os grilhões que acorrentam os povos periféricos. O baixo nível econômico causa o mau estado de saúde do homem; êste, doente e debilitado pela má alimentação, não trabalha como devia e portanto não contribui para desenvolver o poder produtivo do país. Êste e muitos outros círculos poderiam ser citados. Assim, a falta de instrução causa os hábitos anti-higiênicos e portanto as doenças endêmicas, mas estas, enfraquecendo o homem, o privam de buscar meios de se educar; ambos os fatôres contribuem para manter o subdesenvolvimento que, por sua vez, é a causa dessas mesmas deficiências. Temos no conceito de "causação circular" uma idéia de natureza categorial, a que recorre o pensamento imperito para sintetizar numa explicação geral os fenômenos do estado subdesenvolvido. Trata-se, porém, de um conceito inadequado e, por isso, nocivo.

O engano consiste aqui em utilizar-se a idéia de "causalidade" com sentido impróprio. Entre os diversos aspectos da realidade social subdesenvolvida não há relação de causalidade, mas totalidade dialética. A idéia de causa atribui a cada aspecto, quando o consideramos causa de outro, um significado que o destaca da totalidade a que pertence e o faz existir por si, como origem absoluta do efeito que lhe é atribuído. Quando, logo a seguir, tomamos êste efeito e o consideramos, por sua vez, como causa, estamos igualmente desligando-o do contexto total a que pertence e consignando-lhe aquela função. Já ao fazer êste indevido isolamento dos fatos cometemos um êrro filosófico, mas o agravamos quando consideramos por êste modo incorreto a reciprocidade da suposta ação causal e declaramos que o efeito de um aspecto concebido como resultado de outro é êsse outro mesmo. Introduzindo o conceito de causalidade circular somos levados, ao transferir essa situação objetiva para o plano lógico, à idéia de "círculo vicioso". De fato, no terreno lógico a estrutura de pensamento que corresponde a essa suposta situação real é a do raciocínio circular, o qual, como é sabido, constitui vício inadmissível. Os sociólogos e economistas que

se valem da teoria da "causalidade circular" para compreender o estado do subdesenvolvimento fazem essa ingênua explicação desembocar num raciocínio vicioso. Declaram que, do ponto-de-vista científico, o subdesenvolvimento é um estado real inacessível à claridade lógica, porque a explicação causal, a única que deveria dar o melhor aclaramento, conduz à reciprocidade da causa e do efeito e torna ininteligível a situação objetiva. Não é preciso grande trabalho para entendermos que essa inglória conclusão decorre exclusivamente de desejarem aplicar aos fatos conceitos categoriais incorretos. Não se trata aqui de qualquer causalidade, no sentido em que é lícito falar do liame causal físico entre fenômenos, e sim de uma totalidade de existência, para cujo entendimento se necessita utilizar as categorias do pensamento dialético. Os economistas que se dispõem a estudar o problema do subdesenvolvimento bem compreendem que todos os aspectos do real estão ligados, mas não sabendo o que seja a idéia de totalidade dialética, lançam mão do conceito de "causalidade circular" para traduzir sua percepção do recíproco nexo dos fatos. Esta idéia é o melhor meio que encontram para exprimir uma evidência objetiva, a qual entretanto só seria corretamente representada pelo conceito de totalidade. Faltando êste, o outro é o que dêle mais se aproxima. Mas é incapaz de explicar a realidade porque faz intervir a idéia de causalidade, neste momento inadequada, e conduz a formular os problemas na forma de um raciocínio vicioso, como se êste fôsse conseqüência inevitável da justa representação do ser da realidade, quando é apenas fruto da incorreta teoria adotada.

Mesmo considerando a inegável simpatia com que certos economistas metropolitanos se devotam ao estudo dos problemas das áreas mundiais subdesenvolvidas, não convém deixar passar sem denúncia o êrro que cometem quando se utilizam da idéia de "causalidade circular" para apreender os fatos que observam. Embora sem intuito deliberado de confundir os outros, o fato de se confundirem a si próprios de boa-fé, não os exime de se tornarem perigosos guias para interpretar a existência dos povos atrasados. Podem ser tão nocivos quanto os que estão a serviço do imperialismo, pois a doutrina de que se valem lança o espírito dos investigadores pertencentes a êsses países em pleno irracionalismo. Fazendo crer que os diferentes aspectos do subdesenvolvimento se condicionam uns aos outros numa corrente fechada, formando uma situação lògicamente insolúvel, a teoria que denunciamos faz concluir pela necessidade da ação

cega, a fim de romper em um ponto qualquer, ao acaso, a cadeia das causas causadas. Elimina a compreensão objetiva do processo e transvia o espírito de perceber a totalidade dialética da realidade. Ora, sòmente êste último conceito é fecundo porque mostra que os múltiplos aspectos da realidade formam uma unidade de ser, não estão imobilizados numa cadeia de ações causais recíprocas, mas pertencem a um dinamismo objetivo que os vai modificando a todos simultâneamente, ao longo do processo transformador da realidade. Não é o rompimento isolado da particular ação causal de um fenômeno sôbre outro que altera a realidade, mas a dinâmica do processo na sua totalidade, que não conserva imutável nenhum aspecto do real. O país subdesenvolvido, como totalidade, está constantemente sofrendo transformações que se fazem sentir em todos os seus aspectos; a ação exercida sôbre um dêles é simultâneamente exercida sôbre todos os demais, que deixam de ser o que eram antes de tal ação. Não se trata aqui do conceito empírico e vulgar de "causa", mas da idéia de alteração global da realidade pela modificação de qualquer de seus dados, não como "efeito" de uma atividade causal, o que é um modo estreito e equivocado de ver as coisas, mas pela mudança conjunta da realidade, a qual se torna outra depois de modificado um dos seus elementos particulares. O país subdesenvolvido não está entregue à fatalidade de um círculo vicioso, mas ao dinamismo de um processo histórico. Pelo primeiro conceito sua condição natural seria a imobilidade, o atraso definitivo, o desânimo, pela evidente insensatez em procurar destruir uma causalidade circular inexorável, a passividade, que o oferece como dádiva do céu à ação predatória das nações metropolitanas; pelo segundo conceito, o da totalidade dialética, o país pobre sabe que é um processo histórico incessante, que há sempre para êle a possibilidade de alterar o seu estado pela utilização dos fatôres internos, e que não depende da magnanimidade dos países desenvolvidos para desfazer os "círculos de ferro" que o acorrentam, pois descobre que êstes só existem na imaginação dos economistas ingênuos que, de boa ou má-fé, os forjam para manter cativos os povos periféricos.

d) *A nação como totalidade envolvente*

É, portanto, em última análise, à luz da dinâmica do processo histórico objetivo que devemos interpretar o conceito de totalidade. Esta não constitui imóvel franja lógica,

emoldurando o objeto ou o acontecimento, mas é variável com o curso do processo real, que, em cada uma de suas fases, oferece à inteligência os conceitos dos diversos todos englobantes que servem, em tal momento, para interpretar os entes particulares. A idéia de totalidade não deve ser equiparada ao conceito matemático de conjunto, pois não é relação abstrata e invariável unindo elementos de um todo, como no caso algébrico, mas representa uma estrutura ontológica concreta, constituída no decurso do processo histórico, cuja racionalidade imanente a explica, e só se apreende empìricamente. A noção de totalidade, além disso, não postula nenhuma ordem de grandeza, nenhum limite dimensional. Uma totalidade pode ser considerada parte de outra mais ampla ou mais geral, e será então desta que, como perímetro definido, receberá sentido. Não existem, portanto, limites prefixados e absolutos para que se constitua uma totalidade, com o que se descobre o caráter categorial de tal noção. Ainda que seu conhecimento seja adquirido em cada caso empìricamente, não é ela sempre a mesma para qualquer dado imediato. Há que buscar para cada coisa ou aspecto da realidade o contôrno de totalidade a que é preciso referi-lo. Significa não ser lícito praticar o isolamento de um aspecto da realidade a pretexto de melhor conhecê-lo, como quer o pensar despreparado. Não é dêste modo que o apreendemos na sua completa inteligibilidade, e sim quando o colocamos na perspectiva do todo, de que derivam o sentido e a razão suficiente dos seus atributos. A idéia de totalidade não é um quadro rígido a que tenhamos de recolher as coisas para entendê-las; é um fundo de referência, necessário enquanto estrutura objetiva da realidade, que descobrimos existir sempre, e do qual não é permitido desdenhar, para não empobrecermos a compreensão dos fatos.

Se, porém, como dissemos, cada totalidade remete a outra mais extensa, põe-se a questão da descoberta, senão da última, que não há, mas da preferencial, para conhecer um dado objeto ou acontecimento. Êste modo de ver é que nos vai conduzir à idéia da nação como totalidade envolvente. Em princípio, muitos outros círculos menores são molduras suficientes de totalidades reais. A árvore futura, como totalidade, pode ser considerada envolvente do processo de germinação desta semente que agora é lançada à terra. O gôsto da coletividade por edifícios de determinado estilo funciona como valor total englobante para justificar os detalhes do projeto atual. Mas, nesses casos, e em inúmeros outros, o âmbito da totalidade referencial é naturalmente limitado pelo

pequeno alcance dos interêsses ligados às coisas em aprêço. Por isso, não é sentida a obrigação de ultrapassar aquêles limites, pois se percebe que a referência a totalidades mais amplas seria desnecessária. Há, no entanto, uma classe de problemas que se apresentam exigindo por franja referencial a totalidade formada pela nação. São os problemas que dizem respeito aos suportes objetivos da sociedade, que afetam, nas suas soluções, o modo de existência do povo, envolvendo a escolha do seu destino histórico. Freqüentemente aparecem como de âmbito apenas provincial ou regional; contudo, vistos em sua significação profunda, obrigam a referência à totalidade nacional, porquanto, mesmo mostrando-se ligados a um contôrno mais restrito, revelam o nexo dêsse contôrno com o espaço nacional em conjunto. Assim, o problema da estiagem nordestina, a construção de uma estrada de penetração do Oeste, a promoção da triticultura nos Estados meridionais, não são questões locais senão em primeira instância, mas precisamente ao se apresentarem como temas que dizem respeito à transformação de estruturas regionais, descobrem o enlace entre estas e a totalidade nacional. Há de ser, por conseguinte, em função desta que se deverá pensar o problema regional. Convencer-se de tal verdade é privilégio do pensamento crítico, o qual é o único a admitir a inutilidade das soluções punctiformes.

Os problemas brasileiros dêste momento são em essência um só: a superação do subdesenvolvimento. Se não aparecem imediatamente na sua unidade real, é porque corresponde ao estágio primário do curso histórico dar a impressão de serem múltiplas e desconexas as dificuldades da existência. Havendo largas diferenças de riqueza, regime de trabalho e educação, acrescidas, em nosso caso, de falta de comunicações entre populações distantes, cada círculo sente suas dificuldades como peculiares à sua área e não é levado a perceber o entrelaçamento delas com as dos outros. Seria grave êrro de julgamento sociológico confundir a consideração parcelada dos problemas nacionais, necessária enquanto exigência prática, com um princípio metódico. Dividir as questões, porque são de ordem diferente, se referem a lugares diferentes e obrigam a soluções sucessivas, não é isolá-las, nem privilegiá-las. É atender a imperativo prático, o qual demanda permanente corretivo teórico na visão unificadora, que deve presidir ao estabelecimento de tôdo problema particular e local.

São muitas as formas de particularização ingênua, mas basta-nos acenar às três seguintes, capazes de se tornar

especialmente perniciosas: a preferência pela classe social superior, a acentuação excessiva do regional, a sobrevaloração de um problema específico. Por privilégio de classe superior entendemos um modo de pensar ingênuo que, sem possuir qualquer teoria sociológica e sem entender a razão de ser da divisão da sociedade em classes, coloca todos os assuntos na perspectiva dos interêsses do grupo particular que responde pelo conjunto da sociedade. Predomina tal deformidade intelectual, é bem de ver, naquelas que, por gozarem de posição dominante na economia ou na política, são inclinados a confundir com os seus os interêsses da coletividade. Contudo êste defeito não está ausente muitas vêzes de pessoas não integrantes dessa camada superior, mas que se acham sob a influência da anestesia ideológica produzida pela pressão ou pelo fascínio da classe dirigente. Implicitamente, consiste esta ingenuidade em identificar o círculo da classe preponderante com o da nacionalidade, fazendo-o constituir a fronteira referencial última a que se remetem os problemas, cujas soluções vêm marcadas do sentido que lhes dá esta viciosa colocação. Os interêsses da sociedade em geral são equiparados aos daquele grupo, e a escolha histórica pende para o lado da alternativa que melhor consulta as vantagens de tal grupo ou classe. Confessado, quase nunca se encontra êste modo de pensar; mas subconsciente, é das molas mais comuns da consciência simplória. O país vai bem quando as pretensões de certa classe são atendidas. Queremos, nestas considerações, denunciar a impropriedade desta atitude apenas no que diz respeito ao seu desconhecimento da categoria de totalidade, como determinante histórico. À parte outros erros que a desqualificam, esta postura incorre na negação da totalidade, pois a faz confundir-se com o horizonte de um grupo particular, não sendo as demais classes postas em equivalência com a primeira, mas subordinadas àquela, que para todos os efeitos funciona como envolvente referencial extremo. Ao mesmo tempo a perspectiva histórica fica restringida, porquanto a quem assim pensa não parecerá haver outra linha de desenvolvimento nacional senão a que favorece a situação dominante daquela classe e atende aos requisitos da sua manutenção. Concebida assim, a história não contém a possibilidade de transmutações reais no balanço das fôrças sociais, porque esta hipótese, importando eventual perecimento da ordem vigente, é encarada pela consciência simplista como a pura e simples cessação da história.

Estas observações, válidas como são para o presente momento da realidade brasileira, não devem fazer ignorar

que as diferentes classes, quando procuram equiparar o seu interêsse ao da nação tôda, o fazem com razões diferentes e graus de verdade distintos. Dada a concepção que temos do desenvolvimento como ideologia da massa, é evidente que, quando as classes trabalhadoras identificam o seu interêsse de classe com o da nação, há plena legitimidade e verdade nesse gesto, o que não acontece se a mesma identificação é feita por outra classe, que apenas deseja preservar seus direitos e vantagens, ainda que acidentalmente venha a conduzir de modo eficaz num ou noutro aspecto o processo do desenvolvimento. De fato, a identidade do interêsse das classes trabalhadoras aos da nação resulta de um processo conseqüente, pois não pode dar-se o caso de haver outra classe mais numerosa, a quem a classe trabalhadora esteja excluindo da possibilidade de ascensão histórica, que reivindique para si a identidade com os interêsses do País. Todos os benefícios que os trabalhadores acumulam, por efeito do seu trabalho, são positivos para o progresso da nação, o que não acontece com outras classes às quais em dado momento pode não ser mais conveniente o progresso do país, considerado êste como libertação de fôrças produtivas internas independentes, se representar uma ameaça aos seus privilégios.

A diversidade de problemas existente num contexto nacional, enormemente agravada no caso de uma nação extensa como a nossa, leva o espírito desarmado a outra espécie de particularização ingênua: o intento de resolver os grandes problemas nacionais por partes locais sucessivas. Conduz a perder a idéia do equilíbrio dinâmico que constitui a nação, equilíbrio instável como exigência da própria vitalidade do organismo nacional. Não é justo dar preferência absoluta a nenhuma necessidade regional, porque a satisfação dela depende de recursos comuns a todo o país, bem como das repercussões que o atendimento de tal necessidade terá sôbre o conjunto. Tôdas as regiões, os Estados, os Municípios e as comunidades urbanas, têm problemas que, de um ponto-de-vista interior, gozam de prioridade para quem pertence a elas. A consciência desarmada, não vendo mais que isso, assume por vêzes a atitude reclamadora; seu defeito não está sòmente em ignorar os vínculos do problema em causa ao todo nacional, mas em considerar resolvidos os demais, que proporcionariam as condições favoráveis à solução do primeiro. O êrro do regionalismo ingênuo, muito distinto do regionalismo autêntico, que é lúcido e salutar, e a favor do qual se bate a consciência crítica, está em imaginar que fora da sua área limitada há um Brasil sem problemas. Supõe

a inexistência de outras dificuldades, ao julgar que seria cabível aplicarem-se todos os recursos disponíveis no atendimento das suas graves necessidades locais. Além disso, ignora o papel que as suas carências representam na formulação do problema nacional geral. A presença, no país, de uma região subdesenvolvida em face de outras mais prósperas é uma contradição percebida também por estas como grave problema. Sabe que sua prosperidade está ameaçada, ou pelo menos é restringida, pela coexistência das áreas subdesenvolvidas. O interêsse das regiões mais ricas é a formação de um só mercado interno, extenso o mais possível, e, embora diversificado de acôrdo com as peculiaridades regionais, oferecendo às populações de tôdas as áreas os mesmos padrões de vida superiores, para absorver os produtos da indústria avançada e permitir a industrialização das regiões atualmente quase desprovidas dela. A consciência do subdesenvolvimento não é privativa das regiões subdesenvolvidas, mas é também o modo de sentir das áreas relativamente adiantadas do país; isto é hoje no Brasil um fato sensível. Nêle encontramos confirmado o caráter objetivo da categoria de totalidade; é que, onde há tão séria desigualdade, o país não sente como subdesenvolvida apenas uma das suas zonas, mas se sente, todo êle, subdesenvolvido. Sua apreensão de si próprio se faz por meio do conceito superior de totalidade, o que demonstra não ser abstrata esta noção, não ser formada pela soma ideal de partes dispersas, mas consistir na forma configurada do conjunto, a essência unitária dos elementos constituintes, em função da qual, ùnicamente, tais partes são reconhecidas como partes. Para a consciência crítica não existe, portanto, a questão do subdesenvolvimento regional como fato isolado; o que há é o subdesenvolvimento nacional, com aspectos locais decorrentes do conhecimento do universal que é o país. O mesmo se dirá dêste como todo, no confronto com outras nações. A relação entre partes desiguais do todo nacional e êsse mesmo todo é dialética, porquanto, se definirmos o todo pelas suas partes mais adiantadas, à vista das quais as outras aparecem como mais atrasadas, a existência destas faz o todo ser caracterizado ao mesmo tempo como subdesenvolvido.

Outra forma de particularização incorreta é a que assinala a preponderância exclusiva de determinado problema em detrimento dos demais. Já discutimos êste comportamento como típico do pensar ingênuo. Aqui desejamos apenas retomá-lo pelo que representa como desconhecimento da categoria de totalidade. A escolha de um desafio como crucial e

seu exalçamento à condição de problema único são gestos arbitrários e racionalmente errôneos. Importa essa escolha em subestimar a complexidade do todo de que aquêle é parte e do qual recebe a condição de preponderância que lhe é reconhecida. Se determinada questão assume o aspecto de decisiva é em virtude do comprometimento com as demais e em função do conjunto. Isolada, nenhuma é suprema, evidentemente. Colocar uma delas em nível superior, com caráter absoluto, importa supor que as restantes têm para com ela uma relação fixa e necessária de subordinação, o que é falso. Os problemas secundários só o são em dada perspectiva, não em outra, em determinada fase do processo nacional, não definitivamente e por necessidade; não guardam com os mais prementes vínculo de subalternidade, mas de constituição. Entram na essência dos relativamente mais elevados, pois êstes só aparecem como tais em razão das conexões que os prendem a outros, considerados menores. Sòmente na totalidade das relações é permitido falar de aspectos mais gerais, sem no entanto esquecer que só a mútua dependência torna possível existirem múltiplas perspectivas, adquirindo algumas significação dominante. A problemática social é um total que não admite parcelamento senão em função de leis ou condições tão objetivas quanto a totalidade dos elementos que regem. A escala de prioridade no tratamento das questões nacionais só pode ser admitida quando tem fundamento objetivo, dado pelas conexões existentes entre elas, e válida para o instante particular do processo. Qualquer preferência arbitrária por um tema peculiar é de ordem subjetiva e, como tal, inválida. Demonstra desconhecimento do caráter configurador da categoria de totalidade. Supõe ser possível organizar de outra forma as partes do todo, dar-lhes voluntàriamente o arranjo que julgamos melhor, mais belo ou mais fácil. É negar a natureza de totalidade real do processo histórico, de que decorrem os desafios, permitindo-nos a veleidade de fracioná-lo a nosso gôsto.

e) *Estar no mundo e ser no mundo*

Limitamo-nos aos três exemplos acima, para indicar a espécie de engano que consiste na particularização ingênua da realidade e ao qual está exposto o espírito desmunido de reflexão crítica. Dissemos que a noção de totalidade conduz a exigir um âmbito de referência, de que decorre para os elementos a tomada de sentido. Tanto êste como aquêle

têm validade objetiva. Ora, o âmbito mais geral a que devemos referir os fatos do contexto nacional é a nação, elevada à dignidade categorial de totalidade envolvente. Contudo, em virtude do princípio acima assinalado, que invoca a objetividade do processo histórico como fundamento do conceito de totalidade, pareceria não ser lícito limitar ao círculo da nação o quadro das referências possíveis, pois evidentemente o processo histórico unificado ultrapassa qualquer contôrno nacional; o quadro referencial máximo seria, então, o mundo como totalidade das totalidades. Temos, pois, de explicar como convém entender a idéia de mundo, e porque nos é permitido, sem cair em contradição, sustentar a tese do caráter categorial da nação, enquanto envolvente dos acontecimentos oferecidos à consciência da realidade política. A pergunta resume-se em saber como se justifica a qualidade privilegiada desta totalidade, a nação, que, não sendo espacial ou demogràficamente a máxima, com relação à área habitada da Terra, é contudo a moldura de referência mais necessária para compreendermos não só os fatos que dentro dela se passam, mas também para nos alçarmos à intelecção da totalidade que é o mundo. A atribuição do caráter categorial de totalidade, para efeito de funcionar como âmbito preferencial de referência, a outros espaços menores, Estados ou regiões, interiores ao espaço nacional, deve ser recusada. Seria um malentendido julgar que pudessem essas áreas menores constituir-se em totalidades capazes de dar sentido aos objetos e acontecimentos. O necessário entrelaçamento das partes internas do país mantém-nas na condição de subtotalidades, impróprias por si para dar sentido último às realidades que as constituem, conforme anteriormente mostramos. O significado que todo fato ou objeto recebe da totalidade nacional, é sem dúvida mediatizado pelas subtotalidades regionais ou locais, mas justamente porque estas não têm limites definidos, incluem-se em outras e incluem em si círculos cada vez menores, que também podem valer como totalidades referenciais, segue-se que apenas a nação é em verdade a totalidade final, fonte original de sentido para tudo o que existe no seu interior.

Um dos significativos progressos no campo filosófico, realizado pela filosofia contemporânea, foi ter-nos dado a entender a natureza do homem como "ser no mundo". Desde que existe, o homem está no mundo; êste não é nem conceito abstrato, nem projeção da consciência, que o constituiria no ato de conhecê-lo. A filosofia da existência, pre-

tendendo manter-se fiel à sua atitude metodológica, excluiu o debate sôbre a questão da natureza em si do mundo e portanto não devia ser necessàriamente idealista, ainda que o sejam todos os seus mais destacados representantes. Em princípio, portanto, e dentro da rigorosa atitude fenomenológica, descritiva, exigida pelo seu procedimento metódico, mesmo quando tenha sido, na maioria dos sistemas atuais, inspirada por uma metafísica idealista, deixa margem à concepção empirista e naturalista, que afirma a antecedência do mundo físico e social em relação à consciência que o apreende. Admitida esta posição básica, é lícito afirmar que, ao procedermos à análise do ser do homem, o traço que imediatamente ressalta como constitutivo ao descrever êsse ser, é o seu "estar no mundo". A aproximação entre a atitude fenomenológica, até aqui cultivada neste assunto apenas pelas correntes existencialistas, e uma teoria geral da realidade, de caráter não idealista sugere duas questões, a saber: se é permitido fazê-la sem lesar os princípios empiristas que estatuem a prioridade da realidade sôbre a consciência, e se há vantagem e conveniência em tal aproximação. Sem querer enveredar pelo debate do tema, que, tratado em profundidade, fugiria ao nosso propósito, parece-nos razoável responder afirmativamente a ambas as questões. A possibilidade de uma analítica da existência humana segundo um ponto-de-vista não idealista é uma perspectiva original e fecunda, aberta especialmente à reflexão do filósofo do país subdesenvolvido, que sente precisar reformular para si, de modo a atender aos seus interêsses, a descrição do ser do homem no peculiar estado do mundo onde se encontra.

Como é sabido, em tôrno dêste tema os filósofos desdobraram algumas análises que enriqueceram o conteúdo do conceito de "estar no mundo". Entretanto, por deficiência inevitável em quem não poderia senão assumir a perspectiva que chamamos de "metropolitana", faltou àqueles pensadores ver uma das dimensões da noção de "mundo", que sòmente se descortina ao filósofo que pensa em situação histórica lateral. Não cabe aqui examinar em detalhe êste assunto, e por isso nos limitamos a poucas frases que digam o essencial. A expressão alemã "in der Welt sein", em que foi originalmente pensado o conceito, presta-se a um desdobramento, que a lingua portuguêsa permite, distinguindo entre os dois sentidos, confundidos no idioma de origem, do verbo "sein", "estar" e "ser". Ao declararmos que o homem é um ser cujo atributo é "sein" no mundo,

temos de optar na tradução entre "estar no mundo" e "ser no mundo". Ora, a verdade é que o pensamento do autor metropolitano pretende dizer as duas coisas simultâneamente, mas não dispõe em seu idioma de recursos lingüísticos para separá-las e estabelecer a verdadeira correlação de sentido entre ambas. Há na intimidade do "sein" no mundo um nexo interior que a nossa língua faculta não apenas pensar implìcitamente, mas exprimir. Somos, então, levados a descobrir êste aspecto, ainda não considerado do problema: o homem que "está no mundo" também "é no mundo", com o que funde na sua pessoa existencialmente os dois sentidos num único: "está no mundo para ser no mundo".

"Estar" no mundo e "ser" no mundo não são evidentemente a mesma coisa. Entendemos sem dificuldade o que seja "estar no mundo"; é o achar-se o ente humano na convivência de outros entes, humanos e inanimados, que formam para êle o espaço circunstante, em parte social, em parte físico, onde se acha, onde lhe é dado existir, que o contém, envolvendo-o. Segundo êste sentido, a realidade do homem é de fato um "estar em", pois está, isto é, acha-se pôsto, incluído, no âmbito exterior que o recebe, o circunda, e onde o seu "estar" se define pela posição espacio-temporal. Já o "ser em" tem significado diferente: não é mais o caráter estático e passivo da noção anterior, mas refere o modo ativo, dinâmico, da presença do homem no mundo. "Ser" significa aqui "constituir-se tal como é", e "ser em" significa "constituir-se tal como é no âmbito onde lhe é dado estar". Dizer que o homem "é no mundo". é dizer que apresenta ao mundo um ser constituído, o que êle "é", mas ao mesmo tempo implica afirmar que isso que êle "é", só o "é" graças à condição expressa pelo têrmo: "no mundo". O homem é um ser que se faz o que é, em virtude de ser um "ser no mundo"; o significado existencial torna-se saliente aqui. O existir do homem não se apreende sem o mundo que lhe dá suporte, que o antecede na existência e o acolhe para fazer possível a cada um realizar o seu ser. Não há natureza humana prévia, recebida integralmente pelo indivíduo, vinda ao mundo para nêle se demorar algum tempo, saindo tão íntegra e imutável como entrara. Ao contrário, o existir, que sabemos ser sempre um "estar no mundo", é que dá ao homem a possibilidade de ser o que é, de criar a sua essência, entendida esta não em caráter metafísico, mas social. Não há natureza invariável e impessoal, da qual cada homem receberia um fragmento ou emanação; tal doutrina supõe o caráter acidental da pessoa, ademais do completo

desconhecimento da historicidade. O ser que cada qual é, o homem o tem de constituir por seus atos. Mas a condição para isso é o "estar" num mundo, que existe independentemente dêle, que não depende da sua vontade e onde forma, por impressões passivas e reações ativas, o seu "ser". O "estar no mundo" é um dado; o "ser no mundo" é um processo. Enquanto o primeiro menciona o lugar do homem no interior do mundo, a simples presença da realidade envolvente, o segundo indica o caráter dinâmico dessa realidade, sua fundamental historicidade, em cujo curso o homem constitui o seu ser,—a sua história—como um fragmento dessa historicidade.

Dêste modo, é lícito afirmar que no íntimo da expressão "in der Welt sein" se dá o que se deve admitir como essência da realidade humana, o conjunto das suas relações sociais, porquanto significa, simultânea e idênticamente, "estar no mundo" como condição para "ser no mundo". "Ich bin", da mesma maneira que "sum", quer dizer tanto "estou" como "sou". O que o pensamento alemão contemporâneo viu com clareza é que "estou" e "sou" implicam ambos o complemento "in der Welt", "no mundo". O mundo se apresenta, portanto, como o pressuposto existencial de tôda a minha realidade, pois não só me dá o lugar para estar, como, e por isso, ainda me permite constituir-me enquanto ser. Porém, a descoberta mais importante a que a análise dêste conceito conduz é a seguinte: ao compreender que só estou no mundo para ser, revela-se-me com insuspeitada luminosidade uma relação complementar: só sou porque estou, ou, noutras palavras, sou o que sou porque estou no mundo onde estou.

Esta proposição parece-nos possuir particular relevância. Cremos não ter sido ainda apontado êste aspecto de conceito tão debatido, como o que estamos discutindo. E isso se deve talvez a que a meditação do filósofo europeu, no condicionamento que sôbre êle exerce o seu mundo circunstante, não é despertada por motivos semelhantes aos que determinam o pensar do filósofo das áreas culturais periféricas. Considera, por isso, como "mundo" aquilo que genèricamente se entende por êsse vocábulo. É certo que alguns pensadores existenciais contemporâneos, tendo vivido experiências históricas pungentes do mundo metropolitano, tais como a dupla derrota nacional alemã ou a ação heróica da Resistência francesa, encontraram nessas condições de seus respectivos "mundos" os fundamentos de uma reflexão que delas recebe inspiração concreta. Não cabe, porém, comparà-la à do pensador do país subdesenvolvido, porquanto na

consciência do filósofo europeu aquêles incidentes não quebram a convicção, que lhe é própria, de verem o panorama mundial em posição privilegiada. Ainda vivendo um momento negativo, não deixam de senti-lo como pertencente à região histórica central. É êste fato, a inconsciente certeza da posição prioritária, que desmente, em última instância, o caráter de concretidade pretendido pelas análises daqueles pensadores. Com efeito, desde que implìcitamente seja admitido o privilégio de uma posição histórica, esvazia-se esta de tôda historicidade imanente, pois é suposto que os acontecimentos que aí ocorrem são apenas acidentes temporais, incapazes de modificar um inalienável direito de superioridade. Ao absolutizar a posição central, *ipso facto* o filósofo a converte em dado abstrato, a exalça ao plano do eterno, ou seja, a retira da história. Quanto ao pensador da área periférica, a pressão do mundo onde vive induz necessàriamente à perspectiva concreta, pois a essência da sua compreensão da realidade é vê-la como local e relativa, como circunstância pobre e atrasada que é preciso modificar pelo trabalho prático e não apenas como mundo em geral, inqualificado, sôbre o qual se detém a cogitar.

Só quando pensamos concretamente, e dramàticamente, a circunstância a que pertencemos, é que sentimos a necessidade de denunciar o engano da generalidade da noção de mundo. Descobrimo-lo ao fazer a inversão dos têrmos da fórmula existencial clássica, como decorrência do deslinde entre os dois sentidos a que nos referimos. Sabemos agora que o ser que me é permitido ser no mundo, isto é, realizar no mundo, está fundado no meu "estar" no mundo. É, por conseguinte, a partir de uma situação que me faço ser o que sou. A situação não é, como pareceria à primeira vista, ou à análise superficial, mero suporte passivo, que me sustenta de maneira inerte, para que nela eu me faça livremente ser o que desejar ser. Descubro agora que a situação responde causalmente pelo ser que sou, que êste é o único que posso ser, por estar nela enquanto âmbito particular. Não é a situação em geral, como fundamento, que exerce papel constitutivo do ser humano concreto. É a situação na sua total realidade singular, pois só assim se compreende que intervenha na realização de um ser pessoal, insubstituível, único. O espaço onde estou não desempenha, portanto, a simples função de me proporcionar dados sensoriais e convívio social, mas é ingrediente do meu ser, e isto porque o ser que vou ser eu o constituo na base das possibilidades reais que tal espaço me oferece. Sendo concreta, a situa-

ção é finita. Define-se pelo conjunto finito de possibilidades que a distinguem, singularmente, de inúmeras outras, reais ou possíveis. Esta, onde me é dado estar, não se confunde com qualquer outra, é a minha. Cabe então perguntar pelo fundamento da qualidade "minha". Por que a conheço como minha? A resposta é: porque me reconheço como dela. É minha porque sou dela, pertence-me porque pertenço a ela. É a indissolúvel unidade do ser e do estar que se revela aqui. É porque sei que o que sou é conformado pelo estar no mundo em lugar determinado. Existe, pois, uma situação que é minha e a reconheço como tal porque verifico que sòmente por me achar nela posso ser o que sou. Mas acabamos de ver que, sendo concreta, se define como feixe de possibilidades. É pois, dentro do contôrno desta limitação que tenho de me fazer ser, por conseguinte é em função das possibilidades reais, sempre em número finito, do meu mundo que tenho de constituir o meu ser, realizar o meu *quantum* de humanidade.

f) *A ideologia do desenvolvimento é um humanismo*

Descobrimos aqui um segundo fato capital. Se a situação é um conjunto de potencialidades humanas e se a partir delas é que sou, então a tarefa de me constituir a mim próprio tem por condição necessária a de desdobrar ao máximo as possibilidades da minha situação, ou seja, a de atualizar as virtualidades do meu mundo. A descoberta do caráter correlato do homem e do mundo leva a esta conseqüência: o homem do país subdesenvolvido só realizará o seu ser ao desenvolver plenamente o seu mundo. O desenvolvimento do mundo, que logo a seguir compreenderemos ser o desenvolvimento do país, tem o valor de postulado existencial. Não é verdadeiramente homem, pois não está senão no grau ínfimo de atualização das virtualidades do ser humano, aquêle que habita o mundo subdesenvolvido. Porque, não estando desenvolvido o mundo, não se configuram para o indivíduo as situações objetivas mais ricas de possibilidades, não se abrem à consciência as opções objetivas pelas quais a personalidade humana se construirá em seus modos de ser mais perfeitos. Tendo de viver na base das tarefas rudimentares de exclusiva subsistência, porque o estado do mundo onde se acha não lhe permite o desempenho de outras, o homem vê-se obrigado a exercer a sua humanidade numa faixa mínima de eleições existenciais, pela prática de número extremamente restrito de atos livres. Por conseguinte, ao promover o desenvolvimento do seu contôrno material, o homem está abrindo a si mesmo possibilidades de ser cada vez mais amplas. Quanto mais atrasado é o estado da realidade nacional, menos o homem é verdadeiramente humano, por isso que menos está em condições de aproveitar de modo concreto e atual de possibilidades de existência que o progresso da civilização oferece. Não podendo alcançar a humanização efetiva da sua vida, contenta-se em cunhar o conceito abstrato de humanidade, em dotá-la de direitos superiores, ou seja, satisfaz-se com viver em imaginação a humanidade que sente não possuir. A humanidade não é conceito lógico, é o modo de existir real do homem individual; se considerável grupo de homens se encontra em condições semelhantes, a humanidade é o modo de existir de tal sociedade, definida por determinado grau de desenvolvimento. A humanidade, entendida não como coleção numérica de indivíduos, mas como teor de realização do humano, é o estado de efetivação das possibilidades do homem, que a etapa de progresso da sua comunidade lhe permite. Longe de ser cavilação filosófica fastidiosa ou propaganda política interesseira, a ideologia do desenvolvimento nacional pela qual pugnamos neste trabalho tem por fundamento último a certeza, derivada da analítica existencial, de que o "estado" do mundo, que proporciona a situação para o "estar" nêle, é condição decisiva para o "ser" do homem. Vemos, pois, que a ideologia do desenvolvimento é na sua essência um humanismo. O subdesenvolvimento constitui a situação existencial do desumanismo. Nêle o ser humano está impedido de atingir condições de vida capazes de lhe dar o modo de existir que, correspondendo à fase histórica vigente, define a essência do homem. Logo, é por natureza um estado de alienação, no qual o homem fica distanciado do seu ser, alheio a êle. Como, porém, o subdesenvolvimento é um modo de ser da nação, esta só é subdesenvolvida porque não se encontra na posse de si mesma, não desenrolou as suas possibilidades reais, não se apropriou ainda da sua essência histórica. A nação subdesenvolvida é, portanto, um ser social igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dêle, é possuída por outros, no caso as nações desenvolvidas que detêm o comando da sua economia e, por êsse meio, o do seu destino. Para se reintegrar na posse de si mesma, deverá praticar uma política que, em sentido mais geral, se chamará de nacionalismo, ou seja, adquirir a essência de nação. Vemos, pois, que humanismo e nacionalismo são expressões correlatas e ho-

mogêneas, ambas significam superar uma alienação, num caso a alienação do homem, noutro, a da nação. E vemos, também, que essas duas formas de alienação têm como raiz comum o subdesenvolvimento.

g) *O mundo como nação*

Se estamos, na verdade, nos referindo a uma situação concreta, e não irreal, e se esta é um conjunto de possibilidades, as minhas (e, portanto, a minha liberdade, que não é mais do que a possibilidade de "ser" a cada instante uma das minhas possibilidades), dependem do enriquecimento da minha situação. Temos por conseguinte de perguntar o que é êsse "mundo" que, pelas suas possibilidades, correspondentes ao grau de desenvolvimento, configura o ser do homem em virtude da situação que lhe oferece. Iremos reencontrar aqui a idéia de "nação", antes indicada. Com efeito, ao pensarmos em "mundo" não nos contentamos com representar um espaço ocupado por objetos e palco de fenômenos, entre os quais se percebem conexões físicas ou se estabelecem relações matemáticas. O mundo não se dá na percepção instantânea, mas em sucessão cronológica. É simultâneamente natureza e história, realidade e tempo. Tenho, então, para chegar ao conhecimento dêle, de apreendê-lo na perspectiva da duração, de percebê-lo como presença necessária a mim, mas como presença num presente histórico. A dimensão temporal intervém constitutivamente para formar a idéia de mundo, porque o meu modo de acesso a êle, que é o achá-lo presente no presente, o vê-lo perante mim agora, se completa inevitàvelmente pela consideração de que êste momento presente faz parte da sucessão do tempo, em outras palavras, é o presente de um curso histórico. O mundo que, enquanto aparência, é tomado apenas como dado físico, acessível, num primeiro plano de intelecção, à análise e à descrição matemática envolve na sua compreensão o tempo, que é uma forma de existência da realidade dêle, e portanto constitui-se, no grau mais elevado de representação, em objeto incluído na história. Tenho de considerar a minha situação concreta, que chamo de "mundo", como definida pela realidade histórica, e não simplesmente pelo continente territorial. Ora, o que especifica històricamente o universo onde me acho situado, é o fato de configurar-se em "nação", concretamente a nação brasileira.

Somos obrigados a buscar esta categoria histórica, a de "nação", para aplicá-la a definir, em caráter objetivo,

o que entendemos por mundo. Não há arbitrariedade neste procedimento. Dissemos que o "estar no mundo", constitutivo de ser do homem, supõe um "estado do mundo". Sabendo agora que devemos levar em conta o tempo histórico ao descrever êsse "estado", significa isto que não só é preciso distinguir nesse estado graus qualitativos de desenvolvimento, como ainda é preciso defini-lo pelas categorias históricas segundo as quais, na atualidade, a realidade mundial se nos apresenta. Destas, a mais importante é a "nação". É fato, do qual não se pode abstrair, que a realidade histórica presente é a de um universo político dividido em nações. Estas, por variáveis que sejam em extensão e conteúdo físico, recortam no espaço áreas suficientemente delineadas para que se distribuam por elas todos os acontecimentos históricos, como eventos interiores a cada uma, ou de relação entre elas. A nação é històricamente um fato recente. É delimitada por um conjunto de peculiaridades que a tornam um envolvente, possuidor de modos de ser, atuais e virtuais, que se oferecem aos que nêle habitam, como situações onde proceder às opções individuais. É um fundo comum de possibilidades, bastante amplo para servir de "mundo" a multiplas liberdades, que aí realizarão existências diversificadas, mas tôdas elas dependentes dêsse fundamento coletivo, pois das possibilidades a êle inerentes derivam as que constituirão o ser de cada um dos participantes dêsse particular espaço político.

Se é justa a análise até aqui desenvolvida, chegamos à seguinte conclusão: o conceito existencial de "estar no mundo", para adquirir a eficácia prática que possui e servir ao esclarecimento do problema da consciência nacional, precisa ser reduzido filosòficamente ao conceito de "estar na nação". Sòmente por meio desta fórmula descobriremos certos aspectos que se perdem no primitivo enunciado, pertinente à descrição do ente humano em geral, bem como o utilizaremos proveitosamente para compreender a atual atitude histórica das massas nos países periféricos. A nação veio a constituir-se històricamente como o quadro referencial mais vasto em que uma comunidade se reconhece formando uma unidade de sentimento e de interêsse. O mundo atual encontra-se composto de nações jurìdicamente reconhecidas, ao lado das quais densas massas, em regiões econômicamente atrasadas, lutam por atingir o *status* nacional. É, portanto, em forma de nações que politicamente a coletividade humana se distribui, as já organizadas, ou as que ainda se acham em estado potencial. Não há senão parcelas ínfimas

do gênero humano persistindo ainda em formas de existência tão primitivas, que é lícito dizer não possuírem consciência atual ou virtual de nacionalidade. É claro que o estatuto de "nação" é produto histórico, do qual se traça o momento quando começa a emergir e se examinam as causas que lhe determinaram a formação. Não tem, por conseguinte, realidade ontológica imutável, não é produto necessário, arquétipo eterno, meta final de um processo absoluto. É dado histórico, a forma jurídica na qual veio a configurar-se em nosso tempo a consciência da unidade de cada povo. Neste sentido, sua existência, como produto da evolução da cultura, é temporal, e portanto sujeita a transformações, mas a ninguém é dado, no presente momento, predizer qual outro regime associativo virá eventualmente substituí-la enquanto estatuto de convivência política.

Se na perspectiva da teoria da história, somos levados a reconhecer a historicidade da nação, nada há de comum entre a concordância com tal conceito e a precipitação, visível em certos espíritos, em declarar efêmero ou próximo a extinguir-se o estatuto nacional. Particularmente, nada há no reconhecimento teórico da historicidade da nação que ofereça o menor fundamento para qualquer atitude antinacionalista, em especial na conduta dos povos em luta pela emancipação econômica, a pretexto da possível transitoriedade dessa forma política. Em páginas ulteriores, diremos algumas palavras a êste respeito. Basta-nos aqui permanecer na afirmativa de que é com referência, ainda que apenas implícita, à nacionalidade que se exprimem os sentimentos, os anseios, e se compreendem os interêsses da comunidade a que cada homem pertence. Sejam as nações diminutas ou continentais, em tôdas criou-se uma razão histórica, que lhes determinou o surgimento à face do tempo, e age através de tôdas as transformações temporais que dela decorrem, e que a modificam a ela própria, como razão seminal, como essência e forma configuradora de conteúdos materiais e de comportamentos humanos. Esta razão constitutiva, sintetizando quanto há de objetivo nos seus suportes, é que dá sentido à existência de quem se encontra no seu âmbito, porquanto modela o espaço material e cultural onde cada homem vê desdobrarem-se as suas possibilidades de ser. A ação continuada pela qual o homem produz o seu ser faz-se a partir de situações que têm por limite extremo o próprio limite da nação. Está implícito em tudo quanto dizemos que se trata da nação a que o indivíduo pertence por direito de nascença, pois quando consideramos o caso excepcional do homem

expatriado, aquêle que emigrou para outro círculo nacional, temos de constatar a impossibilidade em que se encontra de travar com êsse contexto novo relações perfeitas que se constituam em determinantes do seu ser. Verificamos haver barreiras legais e dificuldades de fato que impedem o cidadão de uma nacionalidade de adquirir as possibilidades de existência oferecidas por outra nação. Mesmo podendo transferir-se, por meio de formalidades jurídicas, para outra nacionalidade, não só não realiza por êsse gesto a efetiva apropriação do contexto nacional a que se traslada, pois a transferência importa quase sempre restrições de direitos, como a simples necessidade de praticar essa passagem legal revela o artifício da medida e o imperfeito do estado existencial que proporciona. O sentimento da precariedade dêste recurso excepcional serve para mostrar a universalidade do fato de ser a nação materna na época atual, o perímetro social mais extenso a que necessàriamente se referem as possibilidades concretas do homem. Assim sendo, êste conceito não é apenas a representação de um fato cultural objetivo, configurado ao longo da história, mas um "existencial", um conceito descritivo da realidade social do homem, revelado pela analítica do existir.

Descobre-se, assim, que o caráter ontológico de "estar no mundo" na verdade se apresenta concretamente sob forma de "estar na nação". O "mundo" de que falam os analistas da existência é apenas a idéia de um envolvente físico e cultural, sem especificação de dimensões e de grau de desenvolvimento. A falta do sentido histórico na conotação dêsse conceito torna-o difuso, impreciso, simples referência à existência exterior em geral. Se tentarmos, porêm, colocá-lo no plano de completa concretidade, temos de entender que, seja qual fôr o contôrno externo considerado, se é real, isto é, se pertence à história atual, está incluído numa área nacional. Temos, portanto, de desdobrar em dois o conceito de mundo: filosòficamente, é a circunstância em geral, a ambiência externa, como *locus* necessário do ser; sociològicamente é a estrutura das conexões humanas, estabelecida na forma de sistema político de convivência, ou seja, em caráter imediato, é a nação. Sem dúvida, é possível, igualmente, chamar de mundo o conjunto das entidades nacionais, porém tal conjunto desenha um horizonte que, embora válido e real, não é imediato. No que se segue, só nos referiremos aos dois últimos aspectos. Põe-se então o problema de saber como se relacionam êsses círculos, ambos legítimos, mas concretos em graus diferentes. Quer-nos parecer que o

privilégio do contôrno existencial formado pela nação consiste em ser através dêle que alcançamos o universo como totalidade. Nas presentes condições históricas nenhum homem pertence ao todo ecumênico, e sim diretamente a uma totalidade restrita, que não sòmente é o seu envolvente próximo, como se estabelece em condição necessária para a percepção da totalidade. Não teria sentido o que dizemos, se por "mundo" entendêssemos ùnicamente o espaço físico, povoado de sêres, que nos circunda. Vimos que tal idéia implica representar um espaço històricamente configurado. Ora, é justamente ao concebermos a totalidade do ponto-de-vista histórico que somos remetidos à idéia de nação, pois, conforme mencionamos, esta é a forma atualmente assumida pelo processo político universal. É portanto o conceito geral de mundo que nos remete à nação, como à forma concreta e real em que se apresenta agora a sua essencial historicidade. No segundo sentido, enquanto pano de fundo, composto pela soma das entidades nacionais, o mundo assume caráter de realidade longínqua, só acessível em perspectiva. Esta proposição exprime um postulado metodológico de grande importância: o mundo depende da perspectiva nacional em que é visto. Não é preciso invocar a prova empírica dos desacordos da política internacional, para apoiar tal afirmativa, que, para nós, tem caráter de princípio, decorre da análise a que procedemos. Não há uma verdade com respeito ao mundo como totalidade política final, porque ninguém vive diretamente nêle, ninguém o tem por moldura referencial, mas todo homem existe sempre em círculos mais estreitos, do qual aquêle é apenas o envolvente extremo. Como se dá, então, existencialmente o mundo universal enquanto cenário histórico? Na presença do outro nacional. Descubro-o ao descobrir a existência de outras perspectivas nacionais sôbre a realidade das coisas. A consciência nacional, como a individual, exige o reconhecimento por outra consciência, no caso outra consciência nacional. Há uma situação dialética entre as nações, a que se aplicam os têrmos da análise clássica das relações entre consciências complementares. Sendo tôdas produto da totalidade histórica, as correlações que as ligam só serão entendidas por via dialética, pois cada qual se vê possuindo independência relativa,—que trata de aumentar,—numa totalidade que se opõe à sua livre ação. Constitui-se entre as nações em etapas diferentes de desenvolvimento uma relação de consciências, que, tendo por correlato e condicionante, as modalidades do intercâmbio econômico e cultural entre elas, articula o influxo

das mais adiantadas sôbre as menores na forma de um complexo de ações de espoliação e imperialismo que estabelecem o que se deve chamar a dialética da dominação.

Ao verificar que os impulsos emocionais que me habitam e os interêsses que julgo dignos e me esforço em realizar não são partilhados por outros, os quais, ao contrário, oferecem resistência à sua efetivação, sou levado a indagar quem são os que não pensam como eu ou obstam os meus projetos, e observo que são homens ligados a outro contexto histórico, que só tomam tal atitude porque estão servindo a um projeto próprio, diverso do meu. Sou levado à descoberta do segundo sentido do conceito de mundo, como terreno de convivência de diferentes comunidades nacionais, ao perceber a disparidade de perspectivas, ao chocar-me com a evidência de haver outros que não estão interessados no mesmo desafio no qual me empenho, e ao notar que êsses outros não são indivíduos dispersos ao acaso, mas se agrupam em comunidades regulares, objetivamente constituídas em nações, dentro das quais todos pensam daquele modo, oposto ao meu. Um grupo social em etapa atrasada descobre o mundo histórico, quando formula o projeto de superar a sua condição e compreende que a êle se opõe o projeto do colonizador que o domina. Quando toma consciência da perspectiva alheia, nesse momento começa a ter uma própria; vê que é visto por outro e identifica a visão dêste como modo de ver de um outro. Quando um grupo descobre o mundo universal, porque tomou consciência de possuir perspectiva própria, constitui-se em nação. Daí em diante é apenas a luta pelo reconhecimento jurídico de um acontecimento existencial histórico. Forma-se a nação quando a comunidade apreende o mundo, no duplo movimento de apreender o mundo que lhe pertence e o outro, que não lhe pertence. O surgimento da nação e esta dupla apreensão são dois fatos simultâneos. Isto nos dá elementos para compreender a relação entre ambas as totalidades. O traço mais relevante desta relação é a reciprocidade, pois igualmente a nação só existe na perspectiva mundial. Não está desligada da história universal, nem à margem dos acontecimentos mundiais. Se por um lado o mundo só se abre à visão de quem o contempla do ângulo nacional, a realidade do país é captada e medida pela inteligência que se coloca no plano da totalidade universal. Esta a razão do equívoco de tôda conduta isolacionista, do ridículo do proselitismo nacionalista mal entendido, que julgasse caber a cada povo constituir as regras de convivência para seu próprio uso,

enclausurando-se na sua totalidade local. Esta falsa compreensão ignora que a abertura para o mundo é, como dissemos, condição existencial da possibilidade do ser nacional. É pela amplitude cada vez maior do contato exterior que se multiplicam as oportunidades de encontro com os fatos e se cria a possibilidade de abrangê-los numa perspectiva nacional, que é a própria consciência da nação se realizando no seu desenvolvimento histórico.

A doutrina aqui exposta não prega qualquer exclusivismo nacional. Diz apenas que a totalidade imediata em que nos encontramos é o nosso círculo nacional, ao qual devemos o fundamento do ser que viermos a ser. Mas, à medida que na consciência individual e coletiva se vai configurando a categoria de nação como totalidade local, descortina-se através dela outra totalidade, mais extensa, a que é preciso fazer referência, sob pena de não se ter a idéia correta do próprio todo nacional. A totalidade do mundo universal, no sentido geográfico e histórico, é vista por mediação necessária da totalidade nacional. Por isso, aquela se dá como fundo não virtual, mas real, cuja caracterização só será conseguida à medida que se vão precisando os pontos-de-vista, os propósitos, os interêsses da nação a que pertencemos. É ao longo dos caminhos abertos pelo nosso projeto comunitário que exploramos o contôrno mundial ecumênico. Podemos pensá-lo, porque trazemos conosco o nosso envolvente nacional e porque na consciência que temos dêste último reconhecemos haver a categoria de mundo. Só a partir desta é que vemos a totalidade física e histórica mais geral com êsse mesmo valor de mundo. A indagação filosófica sôbre o "ser" do mundo encontra encaminhada a sua solução nas reflexões acima.

Exceto para os que se comprazem em embriagar-se de abstrações, a pergunta pelo "ser" do mundo só admite resposta correta quando dada por quem assume a condição de ser "do mundo". Há um pequeno jôgo de palavras nesta fórmula, mas o conteúdo é sólido e sério. A expressão "ser do mundo" deve entender-se em dois sentidos: como referindo-se ao "ser" do mundo, enquanto essência, natureza, qualidade e modo de realidade; e neste caso a expressão diz respeito ao real objetivo. Mas, num segundo sentido, a expressão menciona o sujeito que está no mundo como correlato dêste, e então deve acentuar-se especialmente a preposição "de"; "ser" significa aí o mesmo que "pertencer a". Neste segundo conceito, "ser do mundo" quer dizer "pertencer ao mundo". Ora, sabemos, pelo anteriormente

exposto, que por mundo, enquanto totalidade imediata, deve entender-se a nação, e assim o segundo sentido da expressão em exame é "pertencer à nação". Descortina-se então êste princípio normativo: a resposta à pergunta pelo "ser do mundo" só pode ser proferida por quem assumir simultâneamente os dois sentidos que comporta, isto é, por quem admitir que a compreensão da "natureza" do mundo só é dada a quem "é do" mundo, pertence a êle, integra-se no processo da sua realidade, que se faz na história, e portanto incorpora-se à forma sensível como a história lhe é oferecida, ou seja, identifica-se à sua comunidade, à sua nação. Daí a diversidade necessária das respostas.

O julgamento sôbre a natureza do mundo depende do "pertencimento ao mundo", isto é, do "pertencimento à nação", de quem a investiga. Como se trata de uma realidade em processo de transformação dialética, o mundo-nação, a partir da inclusão no qual se tenta apreender o universo político total, está necessàriamente em certo grau de desenvolvimento e em situação histórica particular dentro do processo ecumênico. Assim, a representação que a partir de uma situação nacional o indivíduo terá, é variável conforme o estado de avanço histórico dessa situação. Não é pois de estranhar não coincidirem as respostas à pergunta sôbre a essência do mundo. De fato, são divergentes, porque: ou são abstratas, e então variam ao sabor da imaginação; ou têm apoio no fundamento concreto da existência, mas neste caso refletem o condicionamento pelo estado histórico de desenvolvimento da comunidade da qual faz parte aquêle que pergunta. A pretensão de verdade final a êste respeito supõe uma natureza tendo realidade fixa, estática, ou cíclica em períodos recorrentes, oferecendo suporte material imutável ao desenrolar dos fatos humanos, portanto, uma natureza sem história, sem evolução, sem modificação pelo trabalho do homem. Não é isto porém o que acontece. A natureza é processo que se desenvolve no tempo. O universo tem sua própria história objetiva, que dura desde incontáveis milênios, mesmo antes que nêle surgisse a consciência e começassem a passar-se fatos históricos humanos, capazes de registro subjetivo. A duração do dia sideral cresce de quantidade infinitesimal a cada rotação da Terra, em conseqüência do efeito frenador exercido pelas marés. Assim, a pergunta sôbre qual a duração de uma volta completa do globo terrestre em tôrno do seu eixo, a rigor deveria exigir da parte do interlocutor êste pedido de esclarecimento complementar: "Quando?" para ter resposta exata. O universo é duplamente histórico,

em primeiro lugar, porque o processo que o constitui desenrola-se no tempo físico, o que determina a existência da história objetiva, ainda que sem crônica subjetiva, mas nem por isso menos escrita no registro geológico ou na imagem espectrográfica das galáxias. Ademais, o mundo é histórico na subjetividade humana, que, conservando a lembrança do passado individual e da espécie, a cada momento da cultura, de acôrdo com o desenvolvimento intelectual, forja a sua imagem da natureza. Há, portanto, uma história do mundo, enquanto história das concepções relativas à natureza, as quais, postas em série ao longo do desenvolvimento da cultura, conferem à atual compreensão do universo caráter de produto histórico. Como a humanidade é distribuída em grupos nacionais, situados em planos diversos de desenvolvimento econômico e cultural, a noção de natureza que cada qual elabora traz a marca dêsse estado originário.

Existe um conceito do mundo, segundo o critério aqui esboçado, mesmo nas comunidades mais primitivas. De fato, o membro de uma tribo selvagem considera "mundo" a totalidade formada pela sua tribo mais as outras próximas, de que tem conhecimento, e com as quais se acha, no caso mais freqüente, em competição e luta. Concebe um projeto de existência a partir dos interêsses do seu grupo, reconhece um mundo exterior ao seu, quer como natureza física, onde se encontram bens que o seu não possui, quer como natureza social, como território habitado por adversários. A cada fase da cultura corresponde uma peculiar visão da natureza, em virtude do caráter histórico objetivo e subjetivo desta última. Nas formas sociais superiores o mesmo se dá. Aí não é mais a tribo, o clã, a horda, o vínculo histórico constitutivo da comunidade, mas, na presente era, a nação. É esta que oferece ao indivíduo o seu primeiro espaço existencial, através do qual alcança depois a comunidade internacional, como "o mundo". Êste último, que até há pouco parecia contôrno absoluto e final, mostra em nossos dias o seu caráter relativo e histórico, quando estamos assistindo às tentativas de expandir os movimentos humanos no espaço extraterrestre. A conquista, ao menos possível, de relações com outros orbes cósmicos, virá modificar em futuro o conceito de mundo. Talvez para as próximas gerações tal conceito inclua a convivência com homens transportados para outros corpos celestes. Esta digressão serve apenas para ratificar o que dissemos, a saber, que não se alcança uma totalidade extrema enquanto limite, senão partindo de outra mais imediata, com referência à qual se descobrem as formas de compreen-

são que precisamente permitirão superá-la, ao fazerem ver através ou além dela, a outra como limite final. A reflexão filosófica se encarrega de patentear o caráter histórico de tal limite, sua dependência do estado presente do conhecimento humano e da organização do convívio social. O que agora é o limite, o que se dá como totalidade envolvente para o fluir da existência humana, pode ser amanhã o círculo imediato, do qual partiremos para perceber outra totalidade, que, então, aparecerá como englobante máxima.

h) O *desenvolvimento e a categoria de totalidade*

O importante nestas reflexões é a posse do conceito de totalidade referencial. É compreender que a consciência não opera no espaço abstrato, preenchido por coisas e pessoas, que aí se acham apenas ocupando lugar, mas se constitui em representação da realidade, partindo de uma totalidade de relações objetivas, que a determinam e lhe dão a possibilidade de tornar-se um ponto-de-vista sôbre o todo. Esta conclusão é decisiva, porque percebê-la é a marca própria do pensar crítico. O pensamento ingênuo acredita, ao invés, que sua operação cognoscitiva, de apreender de cada vez um aspecto do real, é que determina, por soma, a composição da totalidade. Julga que compreender é com-prender, é prender em conjunto, e portanto totalizar. Segundo êste modo de pensar, a totalidade não seria categoria objetiva, mas subjetiva, resultado do ato, ou repetição de atos, com-apreensivo, em verdade, seria sòmente produto ideal. Em tal caso, ainda que tentasse pensar a nação como totalidade, não teria ela outro significado senão o de objeto conceitual, cujo correspondente empírico seria sempre a multiplicidade dos dados apreendidos em sucessão fragmentária. Já o pensar crítico procede de modo diferente. Reconhece que a totalidade é categoria objetiva, històricamente alterável, dotada de ação configurativa, manifesta sôbre todos os seus elementos. Cada objeto particular a ela pertencente acha-se envolvido nas malhas de um sistema de relações, que lhe dá o caráter que possui, o estilo que ostenta, o sentido que exprime.

Ora, entre os particulares assim conformados pela totalidade está o próprio existente humano. Esta concepção afasta a hipótese idealista da natureza humana genérica, desvinculada de um quadro histórico referencial, ou, quando muito, ligada a êste por laços externos, acidentais. A totalidade comporta-se em relação ao particular humano ao mes-

mo tempo como envolvente e como origem doadora de sentido. Na primeira acepção, exibe-se em forma de "mundo", e, depois de interpretado concretamente, como nação. Na outra, o todo imprime ao existente o significado mediante o qual o converte em particular definido. Considerada fora de sua totalidade, se isso pudesse acontecer, a coisa começaria por não ter nome, e não teria nenhuma qualificação significativa pela qual fôsse possível referi-la. Não se tornaria objeto utilizável, pois tôda utilidade supõe um complexo de relações. Seria uma nulidade ontológica, um nada ser, pois o ser algo supõe a relação a outro e a outrem. Como, por sua vez, êstes remetem a mais outro e a mais outrem, e pelo fato de que êstes também "são", cada um dos objetos ou entes implica a referência conjunta à totalidade. Esta não se elabora por soma das referências particulares, não é *a posteriori,* mas tem existência objetiva que precede a revelação dos particulares e a possibilita. O mundo é composto *de* objetos, e não *com* objetos. Para que cada coisa determinada possa ser tomada à parte, é preciso que exista, precedendo-a, o todo que a tornava possível e que efetivamente a realizou. Só é lícito tomá-la como parte para compor o todo, quando concebemos a composição do todo como operação meramente lógica, porque na ordem do real só a apreendemos em particular porque o todo no-la oferece como uma de suas partes. Sem a implícita presença do todo, não há particular, só há isolado. Ora, êste é apenas abstração do espírito, jamais dado real. O que se dá realmente é o particular, mas êste, sendo por definição o não-isolado, transporta consigo a totalidade com relação à qual lhe é facultado aparecer à consciência como tal particular.

Retornamos, assim, ao tema da consciência, ao verificar que há um modo crítico de perceber a totalidade, oposto a outro, equivocado. E esta distinção tem, como sempre, grande importância prática, porque condiciona a atitude a tomar na questão do desenvolvimento nacional. Com efeito, sob a égide do conceito crítico de totalidade, o desenvolvimento nacional tem como quadro de referência a totalidade que é a própria nação. Se considerarmos o desenvolvimento como acontecimento objetivo, enquanto transformação das condições materiais da existência do país atrasado, temos de entendê-lo como fenômeno total. Não será compreendido como soma ou adjunção de desenvolvimentos particulares, locais, nem de iniciativas esporádicas. Ao contrário, só é possível reconhecer que um fato singular, ocorrido em tal região particular, representa um ato de desenvolvimento,

se o interpretarmos à luz da categoria de totalidade, ou seja, à vista da idéia de desenvolvimento total. Quando em certo lugar, interior ao espaço nacional, se instala um processo particular que altera a realidade, tal fato implica a totalidade das relações que definem o processo geral, pois só é possível em função do contexto comum, que exige e possibilita êsse cometimento, e por outro lado, repercute sôbre todo êsse mesmo contexto. Sem dúvida, o desenvolvimento do conjunto se produz pela execução de atos determinados, localizados no espaço e no tempo, mas o que inscreve tais atos como positivos no processo comum, é não serem possíveis sem o repertório de idéias e de recursos materiais, cuja existência só se compreende quando referida à totalidade que é a nação. Quando, por exemplo, se instala em certa região do país um empreendimento agrícola técnico, o aproveitamento de riquezas minerais ou a montagem de uma fábrica, êstes fatos incorporam em si o processo coletivo de desenvolvimento porque são determinados pela totalidade. Esta é que dá possibilidade, e depois realidade, às iniciativas criadoras. Tôda nova realização remete à totalidade, que lhe explica a existência pelo reclamo que a tornava desejável, pelos antecedentes materiais que garantiam a sua execução, pelo estado econômico do conjunto que conferia viabilidade financeira ao empreendimento.

Eis porque a consciência crítica do desenvolvimento deve utilizar predominantemente a categoria de totalidade; pois é esta que lhe permite possuir a visão unitária do processo nacional, sendo justo dizer que resume, para êsse efeito, o essencial das demais categorias. Cada ato criador do desenvolvimento é em si mesmo particular, mas assume significado universal porque decorre da situação total e tem em vista alterá-la. De fato, o objetivo final do empreendimento particular é a transformação do conjunto, pois é com esta que conta para assegurar-lhe a permanência. A fábrica é construída para atender a uma falta, mas ao mesmo tempo supõe que sua instalação contribua para sustentar, e mesmo incrementar, a demanda do artigo que tem em vista produzir. Supõe, então, a reação do todo, sabe que é êste que a suporta. É, portanto, o processo total do desenvolvimento que, na sua dinâmica, abre espaço para a exigência de uma particular iniciativa, em razão da etapa na qual se acha a realidade; mas, ao mesmo tempo, esta realização, satisfazendo o que era apenas exigência e possibilidade, modifica objetivamente o processo, faz que sua feição real agora seja outra, que a totalidade atual seja diferente. A

nova totalidade, por sua vez, desperta sucessivas exigências, que, sendo cumpridas, gerarão outras totalidades, e assim o processo de desenvolvimento se estende sem cessar. Nisto consiste o aspecto contraditório de tôda produção, que é feita para atender a uma demanda, mas ao mesmo tempo deve manter esta demanda, e até ampliá-la sob pena de extinguir-se a necessidade de produzir. Só é resolvida a contradição pelo processo do desenvolvimento, que faz do suprimento da falta uma nova falta, a qual, para ser atendida, implica expandir-se continuamente o movimento graças ao qual o país se desenvolve. Por conseguinte, a compreensão do processo reclama colocar o fato local sob o conceito categorial de totalidade. Quando localmente se desencadeia certa iniciativa de transformação objetiva, quem se desenvolve é a nação. Esta frase, à primeira vista trivial, comporta sentido mais denso. Convida-nos a refletir sôbre o significado de cada empreendimento à luz da sua decorrência da situação global.

Esta reflexão conduz a conseqüências importantes. Em primeiro lugar, os interêsses motivadores da iniciativa local não devem ser analisados senão na perspectiva do todo. Se não quisermos que a acomodação ao real se faça por ensaios e erros, à custa de lutas e desilusões, compete aos homens de govêrno não aceitar o postulado ingênuo de que as crises são a melhor forma de ajustar as fôrças em jôgo, mas pensar criticamente cada projeto, ou seja, pensá-lo em função da totalidade. Se o projeto de transferência de uma fábrica estrangeira para o nosso país, se apresenta à primeira vista como empreendimento promotor do desenvolvimento nacional, é preciso refletir em que é a nação como todo que confere sentido àquele projeto, sendo portanto, na perspectiva do processo histórico total, e em obediência às diretrizes que emanam da vontade de destino da comunidade, que se deverá julgar favorável ou nociva a proposta em causa. Assim fazendo, ficará patenteado que a impressão de lucrativo adjutório à nossa economia, representado pela transferência de equipamentos estrangeiros para montagem de fábricas sucursais em nosso país, feita além do mais em regime de favoritismo cambial, é ilusória, resulta de uma apreensão desarmada, que não consegue divisar a manobra dos interessados em servir a intenções estrangeiras. Visto na perspectiva da totalidade do processo nacional, própria do pensar crítico, transferências desta espécie, quase sem exceção, revelam-se profundamente prejudiciais à eclosão da indústria

com base nos fatôres internos de nossa economia e livre de comando por agentes de organizações alienígenas.

A mesma reflexão demonstra a impossibilidade de realizar o desenvolvimento nacional mediante a resolução parcelada, punctiforme, dos problemas atuais. Implica que sejam atendidas, ao enunciar-se um problema, as conexões com os outros, o que, por continuidade, conduz a enquadrá-lo no processo total, que aparece assim como o único e verdadeiro problema. Interpretado pelo ângulo da categoria de totalidade, o subdesenvolvimento é o único e real problema brasileiro. Derivando dêle, como fundamento da autêntica consciência da nossa realidade, é que se configuram todos os demais, que recebem sentido da totalidade envolvente representada pelo subdesenvolvimento. Temos, portanto, de elevar qualquer problema particular ao plano do processo na sua integridade, para só então avaliá-lo e resolvê-lo. O desenvolvimento nacional, não se fará pela emergência de atos criadores isolados. Pensar assim é participar de um liberalismo ingênuo, cujo fundamento é a ignorância do caráter de "processo", próprio à essência da realidade. Enquanto processo, o desenvolvimento nacional é orgânico, produz-se segundo conexões que estruturam por dentro uma totalidade, só na aparência dispersa em setores e aspectos distintos. O próprio surgimento de determinado problema, que o pensar simplista pretende resolver à parte, é condicionado pelo todo. Só quando o processo real alcança certo nível é que se dá no plano da consciência a aguda percepção de que um dos seus aspectos é problema. Até então não existia problema, não porque estivessem ausentes as condições de fato que o configuram, mas porque a estrutura global do processo, em seu evoluir, não tinha chegado ao grau de exteriorização de suas virtualidades objetivas, ou seja, de desenvolvimento atual, que pusesse diante da consciência aquêle aspecto da realidade com caráter de desafio. Não existe, por exemplo, o problema da higiene urbana senão quando as condições do progresso material reclamam a abolição de certas práticas tradicionais, com que agora as populações não mais se conformam. Temos de compreender que, se o surgimento do problema é sempre particular, o determinante é a totalidade nacional, e sua razão, o grau de avanço do processo transformador do país. Estas considerações deveriam merecer especial relevância na reflexão dos homens que detêm o poder, para excitar nêles o hábito do pensar no plano da totalidade.

i) *Generalidade, totalidade e doação de sentido*

É necessário, contudo, acentuar que nada há de comum entre totalidade e generalidade. A confusão entre êstes conceitos dá origem às incompreensões denunciadas páginas atrás. Por inadvertência ou inabilidade, pode o estudioso, o administrador ou o homem de iniciativa econômica julgar estar procedendo com suficiente amplitude ao exame dos fatos de seu interêsse e acreditar que os considera sob a espécie da totalidade, quando, efetivamente, não alcançou senão o círculo das generalidades. Estas são por natureza abstrações, produtos do pensamento que opera desvinculando-se do real, a fim de considerar de modo genérico o caso em aprêço. A generalização é, paradoxalmente, uma das formas de particularização, se assim é permitido falar, no sentido em que é o exame à parte, o isolamento, de um aspecto do real. Porque, de fato, a generalização consiste em aproximar a questão em debate de outras análogas, ou próximas, a fim de compor o conjunto do qual deve decorrer o juízo genérico; é o procedimento que consiste em induzir um conceito ou a solução de um problema, do terreno formado pelo ajuntamento dos equivalentes, como na teoria antiga que admitia ser o conhecimento derivado do encontro das substâncias semelhantes. A generalização procede por via indutiva, mas partindo de dados tornados abstratos pela desconsideração das suas relações reais, supõe o amontoamento de casos uniformizados, em maior número possível, para dar base ao surgimento da fórmula compreensiva que, por isso, é genérica. A insuficiência de tal procedimento está na peculiar maneira de induzir, em praticar o prévio movimento de destacar do real certo número de aspectos ou de casos semelhantes ou aproximados, secionar as suas conexões objetivas, para com êles compor a noção generalizada. É pois uma particularização, porquanto deriva da escolha e arrancamento de aspectos particulares, a fim de serem tomados à parte, no ato abstrativo de generalizar o que nêles há de comum. Destacam-se parcelas do processo real, num trabalho de progressiva delimitação, que busca desembaraçá-las das correlações com outros aspectos da realidade. O pensar segundo a totalidade opõe-se ao pensar por generalidade. Enquanto êste é indutivo, mas abstrato, o outro é indutivo, mas concreto. O pensar em totalidade não opera por abstração, e sim inversamente por concreção; procura conceituar sem destacar, representar em idéia sem dissolver o objeto no anonimato da generalização. Procura pensar a coisa ou o acontecimento no complexo das suas relações concretas, o que implica não dissociá-la da totalidade do mundo a que pertence; consiste em tomá-la em foco, mas não à parte. Sabe que em cada objeto se reflete a totalidade do mundo que o determina e que considerar a sua "objetividade" sem levar em conta essa determinação pelo mundo, é mera abstração, sem valor de verdade.

A relação estrutural de totalidade é, como dissemos, recíproca. Se em cada objeto está presente o mundo, êste não pode ser pensado excluindo-se qualquer dos seus objetos. Tão ilícito quanto ignorar o condicionamento da coisa pelo todo, é idealizar um todo irreal, sem referência às entidades que o compõem. O todo assim imaginado é a falsificação da totalidade. Presta-se a qualquer interpretação, precisamente porque não possui nenhum conteúdo concreto. É o todo das teorias idealistas, que o consideram como Consciência transcendental, Ego absoluto, Razão universal, Espírito cósmico, Um primordial, ignoto ponto de origem do processo da realidade, devendo dar existência a todo o ser, e por isso superior ao ser, inefável e portanto idêntico ao nada. Entendido, porém, como realidade concreta, o todo é o estado objetivo do mundo, tal como o percebemos no presente momento histórico. É envolvente empírico, e não transcendente. É fato, e não idéia. Assim, por exemplo, é fato objetivo e não mero vínculo jurídico ideal, que as diversas regiões do nosso país se articulam em totalidade nacional, razão pela qual nenhum problema de dimensões locais deve ser pensado sem a referência à totalidade brasileira. Esta referência obrigatória não é porém simples exigência metodológica formal, mas é ditada pela presença objetiva da nação como englobante de todos os seus componentes—pessoas, instituições, idéias, coisas, acontecimentos—pela necessidade de formular concretamente a apreensão lógica de tôdas as suas situações interiores que aparecem como problemas.

Procuramos indicar que a relação entre parte e todo é fundamentalmente uma relação de aquisição de sentido: o particular é o que é, para nós, em virtude de pertencermos, êle e nós, à mesma totalidade. O colchão de crina vegetal só é duro e relativamente inconfortável no julgamento de alguns membros de uma comunidade urbana capaz de imaginar e fabricar outro, dotado de molas metálicas. Para a sociedade que não chegou a êste grau de requinte no seu processo produtivo, que não tem experiência direta, nem

conhecimento por ouvir dizer, do produto mais confortável. o primeiro tipo não é duro. Simplesmente não se põe o qualificativo, porque não tem sentido chamar de "duro" o que é a mais perfeita possibilidade de colchão que exige. "Duros" neste caso serão os outros tipos ainda inferiores. Dêste modo, é o estado de avanço do processo social como totalidade, incluindo o poder de produzir tècnicamente certa classe de objetos e de permitir o uso dêles por determinadas frações da comunidade, que outorga a cada particular interior as possibilidades de sentido que nêle descobrimos. Se isto é indiscutível quanto aos produtos de invenção, o mesmo vale para as coisas naturais, pois o conhecimento dos seus caracteres e a utilização delas, estão na dependência do todo, sendo vistos em cada fase histórica de maneira diferente. A montanha que tribos autóctones contemplaram durante séculos passa a ser outra coisa quando se descobre que é portadora de jazidas metaliferas cobiçadas. Assim concebido, o desenvolvimento nacional pode ser apreciado como o processo histórico de alteração do sentido dos fatos e das coisas. Nenhum objeto, nenhum acontecer, é possuidor de um sentido por si, absoluto e irremovível, mas depende do todo histórico para ser tal como aparece à consciência que o investiga.

Êste é o ângulo do qual melhor se apreendem as relações entre o desenvolvimento material do país e a consciência social. O pensamento ingênuo não está habilitado a acompanhar a transformação de sentido sofrida pelas coisas em virtude das modificações da estrutura geral, porque, em primeiro lugar, não a espera, pois não tem preparo ideológico para sabê-la inevitável, e ademais comporta-se sempre de acôrdo com uma estimativa média, o que o impede de ver as substituições emergentes. Não tendo acuidade para os fenômenos de vanguarda, a demorada contemplação da massa aparentemente inerte do existente quotidiano, faz-lhe crer que as coisas têm caráter absoluto e que é definitivo o sentido a elas atribuído. Deixa de verificar, por isso, que tal sentido lhes é dado pelo estado da realidade social, pelo grau da cultura, pela situação econômica da coletividade e por todos os demais condicionamentos que as envolvem. Para ser dócil às alterações de sentido sempre em curso, exige-se possuir consciência crítica. Esta conserva o espírito em estado de alerta para as ocorrências capazes de transfigurar o panorama do mundo, aguça a sensibilidade intelectual para os fatos denunciadores da caducidade do vigente e sua próxima inevitável substituição. Pelo modo de

pensar global está em condições de sentir como circunvizinho um acontecimento ocorrido em região distante, afetando pequena parte do grupo nacional, e declarar importante o que externamente parece secundário. Desprovido da capacidade de entender corretamente as relações de sentido induzidas da totalidade, o espírito transvia-se no domínio da fantasia e fica ameaçado de soçobrar no delírio de grandeza ou no alarmismo terrorizante. Mas, apesar do perigo dêstes excessos, o caminho justo é a busca do sentido objetivo das coisas à luz das modificações incessantes do real. Tanto quanto a consciência crítica é plástica e tenta reproduzir a dinâmica do sentido dos acontecimentos, a ingênua aferra-se a um significado imóvel, geralmente recebido do passado, por isso válido sem discussão, e assume postura de antagonismo histórico. Faz do país um todo substancializado, onde só se movem os acidentes. Reclama uma entidade substancial, uma "arquê" originária, nos alicerces da nacionalidade, fundamento imutável e extra-histórico, a respeito do qual tem apenas concepções idealizadas, sob títulos como "alma nacional", "raça triste", "amor à liberdade", "vocação cristã", "tradição liberal" etc.

j) *Revolução nacional e projeto de destino*

A discrepância entre o modo de ver simplista e o superior quanto à noção de totalidade encontra importante aplicação no exame do conceito de "revolução nacional". Não vamos tratar dêste tema, sem referência obrigatória neste momento, mas tão-sòmente indicar que da maneira como fôr concebido o todo da realidade dependerá a interpretação, e portanto o projeto, da revolução que a deva transformar. Uma revolução històricamente ocorrida, ou projetada para o futuro, pode não passar de grave e sangrenta ingenuidade, quando não se reduzir a ridículos motins de obtusos e reacionários salvadores, se tiver sido desencadeada, ou fôr pensada, sob a égide do conceito inválido de totalidade nacional. Tal seria aquela que pretendesse alterar o conjunto alterando alguns de seus aspectos parciais, julgados decisivos; ou que se limitasse à substituição política, de caráter personalista, para efeito de varrer do govêrno os maus, os incapazes, os corruptos, e nêle colocar os moralmente perfeitos. O êrro de todo movimento dêste tipo está em acreditar que a totalidade que é o país depende dos fatôres subjetivos.

De modo geral, é ingênuo todo projeto revolucionário

que proceder da parte para o todo. Sua execução não passará de mal-entendido histórico, embora em raros casos respeitável, como fato demonstrativo de certo grau de progresso da consciência coletiva. Mas apenas marcará os momentos iniciais da subida até a consciência revolucionária crítica. Esta será a que abranger a realidade na representação global do processo histórico e souber definir objetivamente as fôrças capazes de determinar-lhe a alteração. Será motivada pelo percebimento do todo, e deseja revolucioná-lo, antes que às partes isoladamente. Será a consciência que pensa em função da totalidade autêntica. Não retira de impressões imediatas, de estados locais ou momentâneos, o impulso transformador. mas busca na legalidade interna do processo histórico o apoio para a ação revolucionária. Poderíamos, ainda usando linguagem paradoxal, dizer que o conceito crítico de revolução é o da revolução legal. Não é o ímpeto romântico, a improvisação, sob o efeito emotivo dos fatos ou estados de coisas "revoltantes", que conduz à verdadeira revolução, mas a inteligência do momento histórico em que se tornam possíveis as transformações objetivas radicais. Consiste em desencadear o processo acelerador de tendências já operantes, mas ainda liminares, e levá-las à plenitude de atuação. Nada tem a ver com o motim, a quartelada, o golpe. Assim é que a revolução nacional brasileira, a cujos primórdios começamos a assistir, não é reviravolta política, sublevação militar, arruaça popular; consiste essencialmente na mudança da estrutura da sociedade, mediante a transformação das relações básicas do processo econômico. É em vista desta modificação nos alicerces que se têm de reorganizar os demais setores da vida comunitária, bem como receberão novo sentido os comportamentos individuais. Trata-se neste instante de acelerar o processo de eclosão de instituições econômicas voltadas para o atendimento exclusivo dos interêsses nacionais, extinguindo tôdas as que representam subalternidade a interêsses estrangeiros.

Tal é, com efeito, o antagonismo básico, a contradição máxima, em função da qual se organizam neste momento as fôrças vivas da realidade brasileira, sem que com isso ignoremos os aspectos superestruturais correlativos a essa transformação. Tendo avançado, à sombra da inevitável dependência inicial, até o ponto de já constituir um fundo de recursos próprios, as iniciativas econômicas de raízes exclusivamente internas têm de sustentar agora o esfôrço de competir com as projeções domésticas de organizações econômicas e industriais alienígenas. Na radical divergência de interêsses

entre o capital de origem nacional e o de proveniência exterior, está a encruzilhada que se abre diante da economia brasileira. A consciência crítica da revolução nacional consiste em dominar as leis do processo substituidor do capital externo pelo autóctone, e levá-las à prática, com a certeza de estar procedendo segundo as linhas de ação do desenvolvimento histórico do país. Esta certeza não significa passividade e abstenção de gestos positivos, que, ao contrário, devem ser tão intensos em destruir as condições adversas, que chegarão sem dúvida ao desenlace violento. A luta contra o imperialismo político e econômico, e seus agentes nacionais, disfarçados muitos dêles em teóricos do nosso desenvolvimento, há de ser incessante e conduzida em todos os terrenos, mesmo no do choque físico, no momento oportuno. Mas uma coisa é participar dela por simples generosidade de sentimento, por insopitável vibração patriótica, outra é a segurança de ser levado a lutar nela por possuir a consciência do processo nacional em sua fase presente, que determina empenhar-se na ação à luz de princípios que a justificam e norteiam. Desencadearam-se em nosso país as possibilidades de formar uma economia própria, e esta, quando realizada, concretizará a revolução nacional, significando novo sentido, dado pelo que será, então, a nova realidade, aos objetos, aos atos, aos valores. É consenso geral dos sociólogos e economistas mais lúcidos, que o conteúdo objetivo dessa revolução consiste, no presente momento, no fortalecimento dos aspectos positivos do capitalismo nacional. É uma transformação da totalidade, porque diz respeito aos fundamentos da estrutura vigente, até agora imperfeitamente capitalista e mais ainda imperfeitamente nacionalizada. Subsistem, por enquanto, na totalidade do país todos os graus de desenvolvimento econômico, desde a economia primitiva, representada pelas tribos silvícolas, passando por formas veladas de escravidão e resíduos de feudalismo, até as estruturas já plenamente capitalistas, chegando mesmo ao socialismo do Estado, corporificado pelo controle do comércio exterior. É chegada a hora em que a sociedade brasileira toma consciência da possibilidade de constituir-se em "ser para si", o que significa inverter os vetores de sentido que afetam todos os seus objetos e valores, dirigindo-os para o interior de si mesma, noutras palavras, fazendo converter ao imperativo do interêsse nacional o embate de fôrças materiais e de influências espirituais existentes em seu seio. A possibilidade de instaurar-se um capitalismo nacional vigoroso com base na iniciativa

pioneira do Estado em cuja posse deve permanecer a produção e a distribuição de tôdas as formas de energia, e no emprêgo do capital de origem interna, existe concretamente; os sucessos obtidos na rápida industrialização de muitos ramos da produção, na conquista de melhor nível de poupança interna, não ocorreram por acidente; são prova da presença de fatôres objetivos de crescimento, que admitem expansão ulterior imensamente mais ampla. É o desenvolvimento e a consolidação dessas tendências que é preciso, no momento, fazer. Mas isso é uma revolução no significado crítico do vocábulo. Empreendê-la será obra da consciência coletiva que se disponha a pensar o seu mundo próprio, o seu país como totalidade, porque só assim estará em condições de captar o sentido de cada particular.

Trata-se na verdade de fazer a revolução e não uma revolta, que, conforme a palavra indica, é muitas vêzes uma "volta à ré". A revolução é sempre um salto qualitativo para adiante no processo histórico; a revolta é freqüentemente uma tentativa de irrealizável marcha para atrás. A possibilidade da revolta retrógrada querer fazer-se passar por revolução, é um dos dramáticos equívocos da consciência ingênua de que temos tido exemplos recentes em grotescas sublevações de oficiais sem soldados. A revolução, para ser autêntica e afetar o destino das massas, precisa ser dirigida pelo pensamento crítico, único capaz de fornecer a ideologia revolucionária eficaz e humana. Mas êste pensamento só pode existir na consciência que tem conhecimento de que sua finalidade é a transfiguração do todo e não o retoque das partes. É um novo Brasil que quer fazer, em totalidade, e não cerzir as partes rôtas, substituir as peças gastas ou revigorar idéias obsoletas. Entendida assim, a idéia categorial em exame revela a mais essencial das suas faces: a totalidade se constitui com o projeto existencial da nação. É pelo seu projeto de destino que a nação se converte em um todo envolvente. Êste, como temos dito, não é o mero espaço preenchido por coisas e ocorrências, mas a universal conexão de sentido que afeta tudo quanto aí existe. Descobrimos agora a fonte de tal sentido: é o projeto de ser, a decisão de autodeterminar-se, de tirar de si a forma de que se quer revestir. É por seu projeto que a comunidade nacional se alça à condição de totalidade. E como o projeto é a vontade de assumir forma e função histórica independentes, no conjunto do universo circunstante, a categoria de totalidade revela-se, por êste fato, categoria histórica. Pertence à consciência crítica da realidade nacional, porque é idéia constitutiva do

processo evolutivo da comunidade, no seu desejo de desempenho autônomo. Só as nações que conquistam papel histórico significativo são totalidades. As outras, as que vegetam na inconsciência de seu destino, as que não se sentiram convocadas à livre atividade, as que não emergiram da minoridade política, essas não são totalidades por si, mas partes de outras totalidades. Verificamos, assim, fundirem-se no mesmo significado os conceitos de todo e de autonomia histórica. Por isso, a interpretação do primeiro dêles, quando referente ao processo nacional, não deve ser feita em caráter lógico ou metafísico; o conceito de totalidade nacional só adquire completo esclarecimento quando projetado no campo do processo histórico real.

Só quando a existência nacional assume valor histórico autônomo, tem-se o direito de interpretá-la à luz da categoria de totalidade. Até então, o processo do país é necessàriamente parcelado, fragmentado em objetos, coisas, movimentos, desprendidos uns dos outros por falta do laço de sentido configurador do todo, o qual só lhe advém do projeto coletivo de ser. O país sem projeto não forma um todo; é um agregado de partes e, por isso mesmo, parte agregada a um todo alheio. Tal é o estado histórico-cultural específico da colônia, observado em muitos países, ainda quando não admitam formalmente êste título, no que respeita ao seu estatuto jurídico convencional. A colônia nunca é totalidade, pois lhe falta o vínculo autônomo, que, por definição, daria sentido a todos os elementos e seria o seu projeto próprio de ser. Não o tendo, a colônia é sempre parte, e não é sem razão que nas peças oratórias dos estadistas das nações imperiais figura com freqüência a expressão "as partes do Império", referida aos domínios, colônias e possessões d'além-mar. Mesmo na ausência de expressa subordinação jurídica, as nações que compõem passivamente a esfera de domínio das que detêm o comando histórico de si mesmas só nestas encontram a totalidade de que decorre para as submissas a doação de sentido aos fatos, pela imposição do estilo de vida, do regime econômico e da forma de cultura, que só na totalidade superior encontram justificativa. Outorgados às nações-partes tal estilo, regime e forma são necessàriamente alienados, e destinam-se a entorpecer as possibilidades imanentes de ascenso histórico que nelas haja, obnubilando, no eventual despertar da consciência nativa, qualquer ensaio de projeto próprio de existência, pelo fato de lhes dar como projeto continuarem na condição em que se acham. As pressões econômicas e a

sedução cultural exercida pelas nações-totalidades destinam-se a impedir na consciência coletiva das partes subordinadas a revelação da idéia de destino. Sugestionadas a crer que a história é feita pelas outras, as nações atrasadas terminam por convencer-se de que sua única opção diz respeito ao séquito das poderosas, no qual desejem figurar. Para dar forma racional a esta hipnose, valem-se as privilegiadas do sofisma de confundir totalidade com grandiosidade: só as nações possuidoras de aspectos grandiosos, seja na solidez financeira, no poderio militar, no desenvolvimento industrial, seja na tradição cultural, são totalidades históricas significativas. As demais, ainda que grandiosas por outros aspectos, tais como massa de população, extensão territorial ou riquezas potenciais, não têm o direito de ser senão partes incluídas na constelação das primeiras.

Esta análise ilustra um traço cardinal do conceito de totalidade, indispensável para compreendermos, em resumo, as considerações até aqui desenroladas. Construímos nossa meditação a respeito desta categoria, na base da sua identificação com a nação, enquanto envolvente global imediato. Mas, já ao fazer referência à nação como quadro só explicável històricamente, e ao estabelecermos distinções de grau no processo de autoconsciência da nação, estávamos indicando a necessidade de apreciar do ponto-de-vista da história a marcha daquela identidade. Pelo dito anteriormente, estamos agora em condições de entender, que não é a nação como simples entidade jurídica, não é a comunidade social que apenas conquistou os acidentes formais de nacionalidade, que se constitui em totalidade, mas sòmente aquela que está em condições de forjar o projeto de existência autônoma. Atingimos assim a compreensão da historicidade do fundamento onde se identificam nação e totalidade. Só a nação que propõe para si, na consciência coletiva, o problema do seu destino, ou melhor dito, para quem o destino é problema, está capacitada a possuir, mediante o projeto de si, que então concebe, a idéia de si mesma como totalidade. A nação sente-se como um todo ùnicamente quando tem consciência de que os homens que a habitam, os objetos que contém e os acontecimentos que nela se passam vinculam-se entre si numa estrutura única e específica, adquirem significado próprio, inato e distintivo. Que razão fornece o vínculo para produzir essa estrutura? O projeto comunitário de destino. É êste que gera a relação de "sentido", que vimos ser o nexo associador das partes do todo. É na perspectiva do fazer-se ser que se dá a totalidade envolvente. É, portanto,

quando a nação se concebe em movimento de "devenir" histórico para realizar as metas que a si mesma se propoz que se percebe como totalidade. Pois só nesse caminho sente a imperiosidade de se desenvolver em conjunto, não deixando que algumas partes fiquem excluídas do esfôrço geral. Sente-se como totalidade ao verificar que qualquer decisão de ser incide sôbre todos os elementos da realidade que formam o seu ser presente; e que não pode modificar-se em obediência a um plano consciente sem prèviamente se conceber articulada em um todo coerente. Nota-se, assim, o significado preponderante da idéia de totalidade na constituição do pensar crítico. É justo dizer-se que em tôrno desta categoria reúnem-se as demais, pois é a historicidade objetiva do processo que permite a elaboração racional do projeto de existência, e à luz dêste é que a consciência adquire perfeito conhecimento da totalidade que é a nação; ainda, desta categoria é que decorrem as que iremos analisar a seguir, a atividade, a liberdade e a nacionalidade. O trânsito à categoria de atividade se faz naturalmente, ao reconhecermos ser o projeto de destino autônomo o fundador da consciência da totalidade, porquanto tal projeto se endereça ao realizar, e por conseguinte implica atividade. No entendimento da consciência histórica da nação, "projeto de ser" significa "projeto de fazer o ser", o qual, sendo, no caso, o seu próprio, se traduz, na fórmula final, por "projeto de fazer-se ser".

k) *Unificação do tempo histórico*

Não desejamos, porém, iniciar as reflexões relativas à categoria de atividade, sem antes dizer algumas palavras sôbre um aspecto do tema da totalidade que não convém ser omitido: referimo-nos à conexão do processo nacional com o processo mundial. A principal característica da nossa época é a unificação do curso histórico. Estamos vivendo o que já se chamou a fase do tempo histórico unificado. Quer isto dizer que cada nação começa a ter consciência mais viva da sua existência histórica e por isso se sente, mais intensamente do que nunca, participar do processo da humanidade como todo. Desperta para a compreensão da sua existência enquanto membro de uma totalidade de comunidades, o que a conduz a se comparar às demais e a se avaliar tendo em conta o conhecimento do estado das outras. A tendência à unidade da história, cujas causas materiais não é o momento de analisar, conduz à consciência,

surgida em todo país pobre, que faz perceber os níveis a que chegaram outros e a meditar sôbre a condição de marginalidade onde se encontra. A circulação das informações põe aos olhos de todos os povos da terra o espetáculo dos modos de vida das regiões mais adiantadas. Em virtude das ligações econômicas, o intercâmbio entre centros prósperos e áreas atrasadas transporta também a imagem de paradigmas de existência, torna conhecidas as figuras humanas exponenciais dos países líderes, e faz que repercutam nas aldeias mais remotas os fatos históricos decisivos. Pela informação livre, o sentimento das disparidades econômicas assume tom veemente. Nas populações para as quais as relações de troca são desfavoráveis, a diferença no grau de adiantamento dos respectivos processos as faz aspirar a viver nas condições conquistadas pelas outras, mais ricas, e de certo modo as leva a se sentir partilhar desde já de um estado de coisas que a rigor não existe para elas. Leva-as ao estado de onirismo histórico, no qual, em seu período ingênuo, se comprazem. Quando, porém, em virtude do contágio da consciência crítica e do incremento da exploração material, as nações menores despertam do devaneio e se decidem a conquistar realmente as condições com que até então apenas sonhavam, a história entra na fase, que é a atual, de unificação do tempo. As nações arredias são convocadas pela irresistível pressão de suas massas a alcançar as mais avançadas e têm, portanto, que acelerar o seu "tempo" próprio de modo a cobrir no mais breve tempo físico a diferença de etapa. Assim sendo, o mundo tende a possuir um único tempo histórico, ou seja, a história tende a desenrolar-se com o mesmo ritmo em tôda parte. Sem dúvida, os acontecimentos serão sempre locais, mas a sua ressonância, antes feita apenas sôbre o "tempo" da comunidade em que se produziam, far-se-á muito em breve sôbre o tempo comum a tôda a humanidade. Assim, quando numa particular comunidade se gerava imponente obra de progresso, por exemplo, uma grandiosa edificação urbana ou importante descoberta científica, o seu tempo histórico se acelerava, daí resultando aumentar a distância que a separava das outras. Hoje, ao contrário, uma realização social de importância ou uma empolgante descoberta no domínio da ciência, aproximam as nações, têm por efeito encurtar o intervalo de fase de desenvolvimento entre elas, pois nas que estão em degrau inferior germina imediatamente o anseio de possuírem igualmente aquêles benefícios, o que determina, se não a conquista imediata do objeto de-

sejado, por impossível, ao menos a aceleração do seu "tempo" próprio, que as levará a alcançar outros objetivos, menores sem dúvida que a igualdade almejada, os quais, não fôra o ímpeto recebido da nova consciência histórica, não estariam ao seu alcance.

Todos sabemos que, sob o nome de "história universal", na verdade se estudava até há pouco sòmente a civilização asiático-européia dominante em cada época. A civilização egípcia antiga ao se extinguir sob a conquista helênica retirou a África da história. Converteu-a por séculos em terra de ninguém, aberta à aventura de conquista das metrópoles. Na imensa maioria dos manuais escolares europeus de história geral não figura o acontecimento que foi a independência do Brasil: em compensação, a independência das antigas possessões européias neste pós-guerra ou a luta libertadora das áreas coloniais norte-africanas, repercutem atualmente em escala mundial. A unificação do tempo histórico é fenômeno que temos constantemente de levar em conta, se quisermos entender o significado crítico da idéia de totalidade. Anteriormente, na ausência desta tendência histórica unificadora, cada nação que alcançava as condições de se conceber como totalidade, à luz do respectivo projeto de ser, estava até certo ponto livre de construí-lo de acôrdo com o seu desejo. Hoje, torna-se necessário assinalar que o projeto de qualquer comunidade se acha de certo modo prefigurado no modêlo irrecusável que é o estado atingido pelas comunidades mais avançadas. Cada nação periférica podia, antes, imaginar por objetivo o desenvolvimento de suas peculiaridades étnicas, artísticas, econômicas, com ampla margem de liberdade, o que as levava freqüentemente a erigir o seu pitoresco em paradigma, e a estreitar-se dentro dos seus usos, esforçando-se num ingênuo equívoco por conquistar à margem da história o título de totalidade mediante a simples acentuação da sua fisionomia própria. Talvez julgassem que, a poder de desenvolverem os seus caracteres nativos, viriam a constituir-se em outros tantos tipos históricos originais de cultura, e que, prosseguindo nessa linha autóctone, chegariam, no seu isolamento, às culminâncias da história. O atraso em que se encontravam não seria então pròpriamente atraso, mas germe de um desenvolvimento original. Não seria atraso porque êste só aparece como tal do ponto-de-vista de outra linha de desenvolvimento histórico; mas, enquanto apreciada a realidade por quem a vê de dentro, não seria senão o núcleo fecundo de uma diferente linha de civilização. É um argumento

dêste tipo que, tudo indica, não tem validade em nossos dias. Ao lado dos diversos processos culturais que afetam porções distintas, limitadas, da humanidade e têm valor específico para a particular sociedade nacional que os desenrola, existe para a totalidade da espécie humana um processo civilizatório que a engloba por inteiro. É êste que determina a unificação do tempo histórico. Todo país tem agora de encarar a sua necessidade de desenvolvimento nos moldes dêsse processo civilizatório, pois é para integrar-se nêle, ou seja, para fazer-se participante dos bens da civilização, que constrói o seu projeto nacional. A cultura de cada qual deve permanecer, enquanto fundamento de existência, que nada obriga a extinguir; mas, nenhuma população da terra deixa hoje de ser alcançada pelo processo da civilização, e nenhuma há que se recuse a nêle ingressar. Não há contraditoriedade insuperável entre ambas, e por isso as peculiaridades da cultura nacional não estão sob ameaça de colapso pelo fato de incorporar-se ao plano da civilização a sociedade que a possui. Aquêles que se insurgem contra o que julgam ser a desfiguração do *ethos* nacional pelos valores e estilos de ser cosmopolitas, ou são sonhadores de imaginação saudosista ou intelectuais de países imperialistas ressentidos com a derrota de suas tentativas expansionistas ou observadores desprovidos das justas categorias do pensamento histórico. O êrro do que se deverá chamar de nativismo, por oposição ao nacionalismo, consiste em querer isolar o processo cultural de uma nação do processo civilizatório mundial.

Claro está que estas reflexões são de ordem geral, e se faz mister em cada caso especificar os elementos da equação. Temos em vista apenas assinalar que não ignorávamos o sentido universalizador da história, ao fazermos as considerações anteriores sôbre o significado da nação como totalidade e a defesa dos seus valores e interêsses, sob o princípio do nacionalismo econômico e cultural. Não há contradição entre uma coisa e outra. Dissemos que a nação mediatiza necessàriamente a nossa visão do mundo, e só temos agora a acrescentar que tal mediação se faz pelo projeto que auguramos realizar para nós e, em segundo lugar, que êsse projeto visa a colocá-la o mais rápido possível, em igualdade de valor com as que marcham à frente do processo civilizatório. Seria insensato pleitear a abolição das peculiaridades nacionais da cultura a que pertencemos, mas não seria menos renunciar a nos integrarmos nos modos de existência mais avançados da civilização.

Como o indivíduo só tem acesso à totalidade mundial, em cujo nível mais alto se desenrola o processo civilizatório, pela interposição obrigatória da nação entre êle e o mundo, compreende-se que a cultura nacional seja a mediadora necessária para adquirir as formas superiores do progresso universal. Se a cultura pertence à nação, se a civilização pertence ao mundo e se o homem só alcança o todo mundial através da nação, segue-se que sòmente poderá ingressar na esfera da civilização afirmando fervorosamente sua própria cultura nacional, nunca abolindo-a, pois em tal caso se veria privado da mediação indispensável para ascender ao universal. Aquilo que, como cultura, dá sentido e unidade às manifestações do nosso ser jamais desaparecerá. Só será prejudicado o pitoresco causado pelo atraso, o folclórico resultante da primitividade e da ignorância, o típico à custa da miséria. Se a música ou a poesia brasileira atuais exprimem com freqüência a pobreza e a revolta das classes populares de onde provêm, quando forem outras as condições materiais de vida das nossas populações, serão levadas naturalmente a abandonar êsses traços tristes e a assumir outros, opostos, sem com isso se desfigurarem, como criações estéticas nacionais, e sem deixarem de ser manifestações de sensibilidade autênticamente brasileira. Neste terreno, a consciência nacional não irá assimilar, por imitação, nenhum modêlo estrangeiro. O que é distintivo do nosso modo de ser nacional perdurará no meio do maior progresso que alcançarmos e se manifestará até na prática dos hábitos e atitudes internacionais, sob tonalidades peculiares. Compreender a imperiosa unidade do processo universal não impede afirmar o nosso nacionalismo como independência cultural. Ao contrário, é a sua melhor defesa. Mostra que só ao se fazer de fato independente no domínio da cultura torna-se a nação capaz de produzir por si a sua contribuição original ao processo da civilização. Temos de pensar o nosso projeto de ser segundo a inspiração da nossa realidade, movidos portanto por idéias, intenções e interêsses que nos são próprios. Seria estulto que alguém, a pretexto de preservar práticas tradicionais da nossa etapa cultural primitiva, preconizasse continuar-se o emprêgo das mezinhas caseiras em lugar da produção em larga escala de antibióticos. É que êste segundo fato pertence ao processo civilizatório e por isso se oferece como aspecto do modêlo universal irrecusável para o projeto de existência da nossa e de tôdas as comunidades nacionais. A idéia de totalidade admite, assim, esta derradeira interpretação: a totalidade é o processo da civilização.

Nêle todos os processos nacionais estarão no futuro unificados, segundo o mesmo compasso temporal. Todavia, o acesso do homem a essa totalidade,—em que então a humanidade se terá constituído objetivamente, deixando de existir apenas a título conceitual,—sempre se fará por via de um intermediário, pois pertence à própria natureza dialética do processo a exigência da mediação.

Certas concepções teóricas admitem que, realizada a unificação histórica da espécie humana na forma de um regime político de perfeita convivência social, cessará a necessidade da mediação entre o homem e a humanidade, tornados imediatamente idênticos. Não iremos discutir êste tema de mero interêsse doutrinário; é inegável que nas presentes condições a existência da mediação constituída pela sociedade organizada em nação, é um fato. Sendo histórico, sem dúvida evolui e pode deixar de ter as características atuais. Uma coisa é contudo saber se é lícito profetizar o desaparecimento de tôda mediação dialética entre o indivíduo e a totalidade, outra é afirmar que tal intermediário constitui determinante inalienável da realidade humana, reaparecendo sempre sob nova modalidade. Chegar à humanidade é um "projeto", e como tal, para ser concreto, e não vaga abstração, precisa de um modêlo; trata-se de definir qual humanidade se quer realizar. Ora o modêlo concreto é sempre visualizado como o estado em que se encontra alguma parte do conjunto humano. Neste sentido, é na medida em que distingo a totalidade imediata, onde me acho incluído, de outra que se avantaja à minha, e formulo o projeto de equipará-las, que posso pretender alcançar, como indivíduo, a humanidade. Esta não é noção abstrata nem natureza comum, que todo homem traga em si, de nascença; é um grau histórico de existência, uma modalidade de condição humana. Para ser tão perfeita quando possível, deve consistir num regime de convivência universal isento dos aspectos negativos que hoje oprimem o ser do homem, regime no qual êste encontre completa e livre expansão da sua personalidade. A humanidade não existe ainda. Para alcançá-la, os homens terão de proceder à transformação material do contôrno social imediato, e êste é, na presente fase, a nação.

Nem sempre foi assim no passado, pois sabemos que a nação é produto histórico recente. No passado, o homem não tinha em vista integrar-se na totalidade da espécie; bastava-lhe alcançar um círculo mais amplo, além daquele onde obrigatòriamente estava inserido, deixando fora, contudo, imensos contingentes de seus semelhantes. Sempre

existiu um contôrno imediato, fôsse êste na época primitiva a tribo, ou, em sociedades mais desenvolvidas, a *polis* ou o burgo. Mas o ingresso num âmbito mais dilatado, correspondendo formalmente, em cada momento histórico, ao procedimento de integração na "humanidade", segundo o grau permitido nesse momento, tinha de fazer-se intensificando-se a afirmação política, ou seja, pelo incremento de poderio do âmbito imediato. Assim é que as *poleis* gregas aspiravam, como objetivo ideal, a se integrar numa comunidade pan-helênica, que para elas representava, então, a "humanidade", união da qual o fugaz império ateniense foi a realização episódica. O ideal do gênero humano para o grego daquela época era apenas a totalidade constituída pela helenidade, oposta ao resto da espécie, que formava a barbaria. Mas, para alcançar a integração no mundo helênico, o cidadão sentia a necessidade de reforçar o valor político da cidade-estado a que pertencia. As diferentes formas históricas de totalidade que se sucederam àquela, motivaram a mesma situação: para o pretendente à condição de *civis romanus,* como para as comunidades provinciais periféricas, o direito de integrar-se na romanidade deveria ser conquistado pela contribuição trazida ao Império, consistindo em demonstrar o próprio vigor e capacidade. A cristandade é a forma de totalidade histórica seguinte.

Sòmente hoje tem cabimento dizer que estamos à vista de uma realização histórica que abrangerá a espécie inteira, e será realmente, e pela primeira vez, a "humanidade". Não está ainda realizada, mas próxima. A certeza da sua necessidade firma-se no espírito dos homens de todos os povos. Mas ao mesmo tempo verifica-se que sua consecução não se fará—ao que tudo indica—abolindo-se o contôrno imediato que é agora a nação, e sim pelo seu refôrço e desenvolvimento. Seria cair em danosa ilusão menosprezar o surto de nacionalismo das regiões periféricas do mundo e desvirtuar-lhe o significado, alegando a transitoriedade do fenômeno "nação". Porque se esta é hoje a modalidade no interior da qual há a possibilidade de se constituir o autêntico "ser" do homem, pois é o espaço histórico no qual êle "está", sua presumida e muito duvidosa abolição em futuro imprevisível, não faria outra coisa senão criar novo círculo imediato, cujo nome não sabemos qual será, porém equivalerá em função política e em significado existencial a êste agora real. Vivemos cada vez mais de forma intensa o tempo mundial unificado. Mas não são diretamente as relações entre os indivíduos que o estão promovendo, e sim as

situações de intercâmbio econômico entre as nações. São estas que, na materialidade de suas condições de fato, dão apoio à consciência individual que reclama a participação de todos nos benefícios da civilização. No entanto, tal reclamo não tem, no presente, outra possibilidade de concretizar-se em atos eficazes para atingir aquêle fim, senão mediante o esfôrço, empreendido pelo indivíduo, por desenvolver a nação a que pertence, a fim de construir a base de suas reivindicações. São inúteis o pedido da consciência isolada, o protesto do gênio solitário, a exortação e o discurso do grande homem. Se êstes pronunciamentos não forem capazes de se converter em consciência de massas, em rebelião dos povos marginais, em declarações feitas ao mundo pelas nações subdesenvolvidas, não despertarão nenhum éco histórico e não darão origem às transformações radicais imprescindíveis. A forma como o indivíduo adquire consciência de comparecer ao plano egrégio da história, é saber que fala em nome da sua comunidade, que luta por emancipar o seu país, que coopera no anseio do seu povo de incorporar-se à totalidade humana, promovendo a forma mais perfeita de existência, permitida pelo grau de progresso da civilização. Não são os indivíduos que se têm de elevar pessoalmente para ingressar na humanidade, mas as nações, enquanto massas de sêres humanos, e o farão quando adquirirem a consciência do estado de subdesenvolvimento e se dispuserem a encetar a proeza da sua revolução histórica.

1) *Uma conseqüência do conceito ingênuo de totalidade: o municipalismo*

A importância do conceito de totalidade para interpretar o processo nacional é função da fase em que se acha êsse processo. Em qualquer momento a realidade se configura dialèticamente como um todo, o qual estabelece as relações de sentido entre as partes componentes; mas, sòmente quando o processo se adianta a ponto de alcançar as etapas pré-desenvolvidas ou plenamente desenvolvidas é que se torna essencial adquirir a lúcida consciência da idéia de totalidade. A nação é sempre um todo, mesmo quando ainda vegeta na fase de primarismo econômico, estagnação e semicolonialismo; porém, apenas quando começa a se elevar à consciência de si, reveladora de sua entrada em diferente período histórico, é que necessita ter explìcitamente a idéia de totalidade como categoria para a hermenêutica da

sua realidade. Se lhe faltar êsse conceito em tal momento, acha-se exposta a sérios e danosos equívocos, que se constituem em causas subjetivas retardantes do movimento que os deverá dissipar.

Sem dúvida, a consciência comum e despreparada concebe o país como um todo, mas a noção que dêle tem é quase sempre de caráter quantitativo, espacial, geométrico, refere-se à coexistência e contiguidade das partes que o compõem. Pensa o todo como um agregado de partes justapostas, as quais, embora unidas e harmônicas, não são apreciadas nas suas relações internas recíprocas. O todo é tudo que aqui está; tal é a definição simplista da totalidade. Supõe a limitação do real à forma de existência presente, e por isso é um conceito estático, representando o mundo na ausência de todo movimento, como se fôsse só isto que aí está, cujos limites imediatamente percebemos, conforme acontece quando olhamos um sólido regular, um cubo, por exemplo. O país é visto como um todo porque tudo que êle é está presente, junto, no mesmo momento. Esta maneira simplista de entender a noção de totalidade é suficiente para a consciência coletiva enquanto o país se arrasta na faixa primária do seu processo, pois em tal situação não necessita de outra, esta lhe basta para se captar como um todo nacional, o que em verdade é. Basta-lhe, então, o que caberia chamar de consciência externa da totalidade, o conceito físico, somatório, contigüista do todo, porque por meio dela é capaz de saber-se unido e coerente enquanto corpo nacional, figurando como objeto dotado de contornos visíveis no espaço histórico. Sendo, nesse tempo, têrmo final de ações provenientes do exterior e sôbre êle exercidas, muito mais do que origem de atos próprios partidos do seu interior, regozija-se em se oferecer, unido por fora e sem mobilidade interna, às influências que recebe, pois acredita que a existência de um vínculo envolvente o põe a salvo de efeitos desagregadores.

Tal é o conceito de totalidade, correspondente à fase semicolonial da nossa economia, quando a produção consistia em bens agrícolas primários, obtidos em áreas dispersas e quase sem comunicação entre si, como a região açucareira do Nordeste ou a cafeeira do Sul. Nessa época o País se concebia como um todo em virtude de se sentir unido pela sólida justaposição das suas diferentes partes. Agora, porém, o conceito de totalidade tem de ser outro porque reflete nova fase da nossa economia, aquela correspondente à etapa inicial da intensiva industrialização. Pela primeira vez se

está criando em nosso País o mercado interno, abrangendo o território inteiro num sistema de relações internas de troca, intensas e recíprocas, que determina na consciência coletiva que reflete êsse estado de realidade um novo conceito de totalidade. Temos aqui excelente exemplo da correlação entre o pensamento e o mundo. Se a idéia de totalidade agora pensada pela consciência brasileira é nova, é porque a totalidade objetiva formada pelo País é também nova. A crescente expansão da indústria e o fortalecimento do mercado interno geram novo conceito de totalidade, não mais aditivo mas dialético. E a prova de que existe essa nova totalidade objetiva é que só se pode agora atuar eficazmente sôbre a realidade brasileira partindo de nova idéia da totalidade, aquela que reflete essa nova fase. Quando o país progride o bastante para penetrar na fase de desenvolvimento autônomo, a primitiva consciência da totalidade não mais lhe serve, e mesmo ameaça tornar-se grave óbice ao seu progresso econômico. É que em tal fase os atos promotores do desenvolvimento vão sendo cada vez mais os de origem interna, que o país forceja por substituir aos de origem externa, recusando progressivamente êstes últimos até suprimi-los de todo. Ora, em tal caso, o conceito de totalidade, de que a consciência nunca prescinde, tende a se tornar outro, passa a refletir o mecanismo graças ao qual o país se organiza como fundamento unitário de atos decorrentes do seu projeto de destino próprio. A idéia de totalidade inclui daí em diante, cada vez com maior relevância, a dinâmica das suas partes internas, o papel das correlações recíprocas, em mudança ao longo do tempo, expressas no surgimento do florescente mercado interno, e por isso passa a ser não mais idéia estática, aditiva, geométrica, do todo, e sim a de movimento configurador de um conjunto político real, em virtude da interação dos elementos que o compõem.

Nesse momento o conceito de totalidade mostra-se dialético. Sòmente a consciência que o tenha adquirido está apta a dirigir o processo coletivo, porque ao fazê-lo se terá convertido em entendimento crítico da realidade. Para a compreensão dialética as partes não preexistem ao todo, não são anexadas, não formam um conglomerado; o aspecto de relação externa entre os elementos fica superado pelo de relação interna. Não há parte à parte do todo; qualquer parte só é tal na perspectiva da realidade total a que pertence e da qual recebe existência e significado. Mas êsse nexo, sendo dialético, importa também a definição do todo

pelos seus componentes, de tal sorte que não é possível concretamente o todo sem êsses elementos, nem modificá-lo senão pela alteração das partes que o constituem. Sendo dialética essa correlação, significa que é variável no tempo histórico concreto ou seja que depende do grau de avanço do processo de desenvolvimento nacional. Aí está a importância do conceito em aprêço para a consciência brasileira atual. Antes, podíamos omiti-lo, porque era diminuto o esclarecimento com que contribuía para o entendimento do país por êle mesmo. Mas agora é essencial manejarmos com clareza essa categoria, sob pena de incorrermos em perniciosas confusões teóricas ou de aderirmos a cândidos movimentos de opinião, cuja ingenuidade não os absolve de constituir ameaças políticas potenciais ao rendimento e à normalidade do nosso desenvolvimento econômico.

Desejaríamos, a seguir, a título de exame de um caso sociológico da nossa prática atual, discutir um tipo de movimento ou corrente de opinião a propósito do qual se apresenta a oportunidade de apreciar uma das incorretas formulações do conceito de totalidade nacional. Referimo-nos a êsse ideal político ou princípio de atuação administrativa chamado "municipalismo". É um tema que merece todo respeito e deve ser debatido; não o vamos examinar no terreno da teoria política e sim apenas à luz da noção dialética de totalidade nacional. Escolhemo-lo enquanto exemplo prático onde nos é dado colhêr interessantes aspectos da mentalidade ingênua. Propagam os defensores do pensamento chamado municipalista a necessidade de dar prioridade, na compreensão dos problemas brasileiros e nos projetos de resolvê-los, às comunidades básicas do organismo político nacional, os municípios, de modo a estabelecer os rumos do processo em geral e os do desenvolvimento econômico em particular, de acôrdo com os interêsses das células municipais, consideradas em pé de igualdade na composição do todo, que é o país. Os municípios são a unidade fundamental da estrutura política e administrativa da nação. O pensamento sociológico deve partir da consideração dessa unidade e formular os problemas que se forem apresentando, assim como propor as soluções convenientes, tendo em vista, enquanto norma metodológica, o fato de que qualquer realização favorável ao interêsse nacional, cumprindo-se no espaço interno do país, recai em última análise na área de uma entidade municipal. Se, como na maioria das vêzes acontece, os problemas são extensos, muitos dêles afetando o país inteiro, resolvê-los é, em derradeira instância, resolver

um problema municipal. Com efeito, não só por ser a nossa população ainda relativamente pouco urbanizada, com predominância das massas campesinas, mas também porque cada indivíduo tem como seus problemas mais prementes os da sua comunidade, da sua pequena cidade ou do seu atrasado distrito rural, a verdade é que são as questões municipais as que realmente compõem, pela sua justaposição, as grandes questões nacionais.

Tal é, conforme êste modo de pensar, a formulação correta, aquela que tem os pés na terra, levando em conta a evidência de serem as dificuldades próprias à existência da sua grei as que constituem as condições adversas realmente sentidas pelo homem. Portanto, é nesta perspectiva que tem de ser encarada a totalidade formada pelo País. Partir da base, da célula vital, para então apreciar o estado do todo, seu funcionamento e seus aspectos problemáticos. Esta postura teórica, decorrendo de uma concepção da categoria de totalidade—embora ingênua—dá origem a um feixe de princípios para a ação política e a prática administrativa, os quais se traduzem nas exigências dos adeptos dêste pensamento. Cifram-se numa espécie de distributismo da ação governamental, que, para ser perfeita, deveria consistir em repartir a renda nacional de tal maneira que a cada comuna fôsse pràticamente devolvida a parcela com a qual contribui para os recursos gerais do País. Espera-se, mesmo, que nessa devolução os municípios sejam aquinhoados com um *superavit*, espécie de juros da sua contribuição ao fundo comum do País, deixando, assim, às administrações locais o cuidado, e dando-lhes os meios, de atender às necessidades da respectiva população. Os municípios estão atualmente impossibilitados de satisfazer a essas necessidades por falta de recursos. Recebem menos do que dão. Por conseguinte, deve converter-se em princípio cardinal de sadia teoria política restaurar a capacidade das administrações municipais, reduzindo ao mínimo o confisco estadual e o federal, que carreiam grande parte da renda obtida pelo trabalho da população local para serviços gerais e obras extensas, as quais muitas vêzes vão beneficiar áreas distantes daquelas de onde foram retirados os recursos que as possibilitam. Claro está que não falta largueza de vistas e ânimo patriótico aos defensores dêste pensamento, e por isso bem compreendem que a União e os Estados necessitam atender às despesas gerais do País, pois se o município é uma célula é porque pertence a um organismo vivo, o todo nacional. Porém, é próprio do espírito municipalista

orientar a visão teórica do processo da nação no sentido de reduzir essa contribuição local e de ampliar ao máximo as disponibilidades das prefeituras, a fim de melhorar as condições de vida da coletividade comunal. Acredita que o parcelamento das dificuldades é o melhor método para enfrentá-las e vencê-las. Donde a conveniência de proceder, para efeito administrativo, à atomização do País, para a seguir recompor-lhe a unidade mediante o ajuntamento das partes.

Não seria justo encetar o exame dessa corrente de opinião sem declarar o quanto tem ela de simpático e quão grande é a fôrça de sedução que exerce sôbre o espírito menos avisado, tal a espontânea tendência que todos temos em concordar com êsse ponto-de-vista, tão humano, tão capaz de comover a nossa sensibilidade. Os vagos princípios gerais que o fundamentam parecem de tal modo simples e evidentes, que, não fôra a análise crítica que lhes denuncia a real ingenuidade, cairíamos sob sua influência e concordaríamos com essa forma de pensar aparentemente razoável e, sem dúvida, honesta, julgando conveniente orientar-nos nesse sentido, quando em verdade é, sem que o desejem os seus respeitáveis propugnadores, uma forma típica de ingenuidade da consciência política. Se nos vemos compelidos a fazer esta denúncia, é porque a isso nos obriga o pensamento crítico por nós adotado, o qual nos mostra o engano ingênuo oculto sob as manifestações dessa generosa atitude. A raiz do simplismo sociológico peculiar ao princípio municipalista—e a outras concepções afins—, é a ignorância do verdadeiro significado da totalidade. Em tôrno dêste conceito é que divergem as atitudes, enveredando o municipalismo pelos caminhos da ingenuidade. Na sua fonte mais profunda, consiste em assumir a atitude analítica em face da realidade nacional, dar-lhe prioridade no curso dos seus raciocínios, nunca a abandonando para proceder a um confronto com o ponto-de-vista oposto, de caráter sintético. Sua atitude normal é a decomposição do todo, que procura levar ao extremo, dissociando-o em átomos sociais, para a seguir reconstituí-lo por processo aditivo. A consciência municipalista não compreende devidamente a correlação dialética entre todo e parte, e êste êrro teórico a conduz a ter uma atitude política prática inteiramente inadequada, nesse momento, aos interêsses do País. No período de grande atraso econômico o conceito de totalidade no qual o país vê refletida a real unidade do seu ser histórico é predominantemente subjetivo; essa forma em tal condição é satisfatória. Quando,

porém, a comunidade empreende vigoroso surto de desenvolvimento e ingressa em nova fase, superior, do seu processo próprio, necessita ter de si uma imagem global objetiva, na qual se represente como um todo unido, cujos interêsses se superpõem aos das partes e os determinam. Ora, o ponto-de-vista municipalista, como modo de pensar ingênuamente particularizante, leva a um desvio da percepção social, em conseqüência do qual a atenção popular é aguçada para o exame da realidade local imediata, ficando colocado em segundo plano o contexto geral a que essa realidade deve o ser isso que é. Sem compreender que o atraso do município é efeito, e não causa, do atraso da nação, a consciência pública está inabilitada a tratar com proveito dos temas políticos e econômicos que lhe cabe discutir. Para corrigir essa debilidade, precisaria adquirir o pensamento crítico, que ensina ser em têrmos nacionais, em perspectiva global, que se deve proceder à análise dos problemas do país.

Outra deficiência da concepção municipalista, e crenças afins, é corresponder no plano político ao que é o distributismo em matéria econômica. Acredita, na sua simplicidade, que o verdadeiro objeto de todo programa de desenvolvimento é o homem, e êste é sempre um indivíduo singular, vivendo num espaço limitado, pertencendo a uma unidade básica do todo nacional, o município. Daí admitir que as teorias que, segundo pensa, olvidam êste fato violam a realidade, pretendendo fazer do país e não do homem o objeto do desenvolvimento, o que é êrro funesto, pago pelo povo nas agruras e dificuldades de vida impostas pela desumana política desenvolvimentista, a qual só tem em vista os resultados gerais, ignorando quanto custam em sofrimentos para o homem real. Esta tese, típica do pensar ingênuo, é uma das suas afirmações errôneas mais penetrantes na mentalidade das classes médias, onde geram resistências aos esforços libertadores do país, mesmo quando seja a melhor do mundo a intenção dos seus cândidos arautos. Para êsse pensamento, a economia deve ter as dimensões do homem, entendido como munícipe. Comportando-se dêste modo é que acredita, no seu primarismo, ser objetivo e fiel à realidade. Os que dizem o contrário pregam um desenvolvimento feito à escala da nação, e isso é condenável, pois importa relegar a segundo plano a existência do homem. A consciência inocente está convencida de que esta atitude consubstancia o verdadeiro humanismo, porquanto quer talhar as soluções dos problemas segundo dimensões humanas, em escala adequada ao homem real, e êste é sempre o munícipe, o contribuinte municipal. Estabelece, assim, uma confusa porém atuante distinção entre humanismo e nacionalismo, entendidos como conceitos antagônicos, fundados em duas diferentes escalas de apreciação da realidade do País. Não é preciso dizer que se trata de equívoco ingênuo, embora nem por isso menos prejudicial, estabelecido entre humanismo e nacionalismo, terminando por contrapor um ao outro, quando em verdade não exprimem ambos, corretamente entendidos, senão concepções da essência do homem, complementares uma da outra, em face da mesma realidade, o estado de subdesenvolvimento. Ao exigir que os problemas do país sejam configurados em bases humanas, isto é, municipais, esta candura de espírito ameaça criar um falacioso conflito com o conceito nacionalista do desenvolvimento e constituir-se em resistência a êste que é o único procedimento adequado e capaz de levar a cabo o projeto de alterar a realidade atrasada. Pensando defender o que chama de "primado do homem", deixa-se embriagar por essa simplicidade, perde-se em numerosas, sisudas e simplórias divagações em tôrno dessa inexistente questão, e esquece os verdadeiros aspectos dramáticos da realidade. Não é em vão que entre os teóricos do municipalismo se enfileiram muitos dos mais respeitáveis representantes do nosso pensamento social retrógrado, conservador, místico, ingênuo. Satisfazem-se com resolver em palavras um estado de coisas que não intentam modificar pela ação construtiva, pois empreendê-la seria verificar na prática o engano das suas idéias gerais e a impraticabilidade de suas fórmulas políticas.

Por outro aspecto, ainda, convém denunciar a estreiteza da teoria municipalista. Se fôr lícito dizer que alguma filosofia lhe corresponde ou lhe serve de inspiração, mesmo inconsciente, esta é o chamado pragmatismo. Com efeito, o mundo aparece-lhe como composto de dados isolados, e o trabalho do espírito consiste em conhecê-los na aparência em que se apresentam. No plano político, entende-se por dado a realidade imediata, alcançada pela percepção individual concreta, a qual não vai além do círculo existencial do homem, aquêle lugar onde vive, cujas premências sente e quer remediar. Ora, o dado é o município. Êste é o real. O todo formado pela adição de um município aos demais é produto do pensamento, algo mediato, que não pode ter precedência sôbre o real efetivamente dado ao homem, o seu contôrno municipal. O ponto-de-vista pragmático, embora disso não tenha conhecimento, forma o essencial da visão teórica do pensamento municipalista. Sua fundamen-

tal deficiência está em excluir da concepção da realidade e do homem a idéia de projeto na construção do futuro. Vendo o mundo reduzido a dados imediatos, pequenos, locais, e procurando na ação bem sucedida o critério dos julgamentos gerais, conduz necessàriamente a eliminar tôda perspectiva ideológica, nacional ou de classe, ao conceituar e resolver os problemas. A idéia do projeto, mesmo que a admitisse, diria respeito em tal caso apenas à área restrita do município, e entraria em choque com o conceito de projeto no âmbito nacional. Não é bem recebida por essa mentalidade porque lhe parece inconveniente acalentar a idéia de grandiosos projetos, quando,—e por isso se julga objetiva—, o que há a fazer é atacar pragmàticamente as dificuldades do momento, sentidas pelo povo nas diversas comunidades em que se divide. Êsse modo de pensar é espontâneamente hostil às teorizações, às doutrinas gerais, que lhe parecem discussões fúteis, perda de tempo e esfôrço mental inútil, quando o que o administrador diligente tem diante de si são questões concretas, que deve resolver "na prática", ou seja, sem se preocupar com teorias, que não fazem senão distrair o espírito das suas tarefas objetivas imediatas. Não quer saber de complicadas fórmulas gerais, onde só vê artefatos da reflexão desocupada, para cujo exame não tem tempo disponível. A atitude municipalista representa bem um caso particular do pragmatismo, essa corrente filosófica que se resume em proclamar a prática sem teoria. Impaciente às análises doutrinárias e repudiando tôda perspectiva ideológica, o político dêste tipo julga ser seu dever concentrar na ação administrativa tôda a energia e capacidade, não dando atenção às sibilinas cavilações de estudiosos dos problemas sociais, os quais, pela maneira rebuscada e teórica como procuram apreciar os fatos, bem revelam ser pessoas desligadas das responsabilidades práticas do govêrno de alguma pequena comunidade, pois, do contrário, se tivessem a seu cargo a administração dos negócios públicos e se fôssem obrigados a prestar contas ao povo, não perderiam tempo em debates ideológicos, iriam direto à ação. O vício que torna sérias a limitação intelectual e a ingenuidade de espírito constituídas por êste modo de pensar parcializante e antiideológico, é que, em conseqüência dêle, aos corifeus do municipalismo fica vedado observar que a sua própria posição é fundamentalmente ideológica. Repudiando o debate dos problemas sociais e políticos em caráter ideológico, está impedido de compreender que esta atitude é, por si, uma ideologia, uma entre outras. Sendo

ideologia, tem, como tôdas, condicionamentos de classe, de fase histórica e de posição espacial no conjunto global a que pertence. Mas, sendo a particular modalidade que se caracteriza por não admitir a perspectiva ideológica, não pode ver-se a si própria como também ideológica. Iludindo-se ao valorizar os próprios méritos na atuação pragmática,—isto é, cega,—que vem desempenhando, é naturalmente hostil ao tratamento ideológico dos grandes temas nacionais. É nesse ponto que se patenteia sua mais grave nocividade. Porque o país em etapa acelerada de desenvolvimento precisa ver por um prisma ideológico tôdas as tarefas que tem de realizar, tôdas as resistências que tem de vencer. O que precisa fazer é erigir em ideologia o ponto-de-vista dos seus interêsses nacionais autênticos, que são, como não pode deixar de ser, os das suas massas trabalhadoras. Abrindo mão desta perspectiva, entrega-se como vítima inerme à ideologia dos países que o dominam, pois esta nunca falta nem é ignorada pelos que manejam os instrumentos da exploração. Cultivando um ingênuo pragmatismo, o político municipal torna-se elemento nulo, quando não negativo, no cômputo das fôrças que devem solucionar os grandes problemas nacionais.

Há, ainda, outros aspectos da inocência municipalista, que não convém omitir. Um dêles é a tendência a cultivar o que se poderia chamar "o espírito da nossa cidade", forma simplória de corporificar o nobre e salutar afeto do indivíduo pelo seu rincão ou pela comunidade a que pertence. É evidente tratar-se de sentimento legítimo, digno do maior aprêço e mesmo impossível de suprimir, tão natural é êle. Nada haveria a dizer contra êsse amor do homem pela sua cidade, se não se prestasse, na deformação em que o envolve a consciência equivocada, a desnortear o reto julgamento dos problemas gerais do País. De fato, atrás dessa louvável disposição de ânimo ocultam-se procedimentos indesejáveis. Assim, é próprio dêsse estado de espírito fazer apêlo aos aspectos afetivos da psicologia individual e valer-se das representações dessa espécie para interpretar os acontecimentos. Dirige o ânimo coletivo no rumo das reações afetivas, apresenta a realidade local sob côres comoventes e desperta nas camadas populares atitudes emotivas que passam a constituir o fundamento dos juízos gerais sôbre os acontecimentos. Diante das circunstâncias sempre insatisfatórias da existência dos pequenos municípios do interior, em vez de apelar para o entendimento racional dos problemas, incentiva a exaltação dos espíritos e os entusiasmos coleti-

vos de base emocional. Cria símbolos e modelos, que granjeiam enorme potência emocionante, engendrando êsse "espírito da nossa cidade", manifestação simpática e comovente do sentimento, sempre louvável, de amor ao rincão natal, e contra o qual nada haveria a dizer caso se mantivesse nos limites de julgamento, onde é normal e útil, mas cujo efeito real, quando elevado à condição de categoria de pensamento, é deixar em plano secundário o modo de compreender que procura constituir-se em têrmos nacionais. A perda da perspectiva nacional é o grande risco dessa postura ingênua. Prêso aos coloridos emotivos que sempre o cuidado pela realidade próxima desperta, deixa o indivíduo de abrangê-la na perspectiva justa, que lhe daria os valores exatos com os quais poderia apreciá-la. Inclina-se às atitudes reclamadoras, reivindicadoras, sem a devida ponderação das exigências que faz. Faltando critérios para avaliá-las, que sòmente a consciência crítica possui, fica entregue ao impressionismo mais simplista no julgamento das coisas, dos homens e das situações, e deixa de se incorporar às vozes esclarecidas que tentam examinar em caráter racional, isto é, total, as questões em aprêço. Iludido pelas emoções a que se abandona, o indivíduo passa a viver na pauta da reclamação municipal, naquilo que esta tem de menor, e que não se confunde com o justo, necessário e urgente clamor pelos direitos de sua comunidade, proferidos pela consciência crítica, a qual se utiliza, para justificá-los e apoiá-los, das categorias lógicas do processo nacional.

A respeito da noção de "exigência" cabe apontar nova deficiência do pensamento municipalista e atitudes conexas. As exigências da realidade parecem-lhe dever ser atendidas de modo tópico, imediato, circunscrito, a fim de remover as condições inaceitáveis ou sanar os inconvenientes que afetam a vida do povo. De qualquer forma, trata-se de atender ao caso imediato e resolvê-lo, pois assim fazendo fica riscada da realidade a tarefa em questão. Resolver êste problema local e momentâneo, nisto consiste a eficácia da ação de govêrno, para quem se acha imbuído da idéia municipalista. Resolvido o caso, suprimida a situação molesta, está feita a prova da eficiência do governante municipal, que soube enfrentar com denôdo as dificuldades e encontrar meios de vencê-las. Precisamente aqui nos é dado apreciar novo aspecto da ingenuidade essencial desta consciência, derivado da incorreta idéia da totalidade que é o País. Proclama-se eficiente, mas lhe escapa à compreensão a existência de duas espécies de eficácia, a estática e a dialética. A eficácia

estática é aquela que se julga tal por haver resolvido certo problema, agora desaparecido por efeito do gesto ativo com que o agente humano interveio na realidade. Eliminado um, é preciso proceder do mesmo modo com os demais, até se esgotarem todos os aspectos problemáticos da realidade que, ao final dessa atividade administrativa, estará completamente organizada, não oferecerá mais ao homem condições adversas, nem lados negativos. Tal é o conceito de eficácia estática. Oposto a êste, no entanto, há outro, o dialético, que mostra não consistir a eficácia da ação em extinguir problemas, mas em substituí-los, pois jamais a realidade se apresenta destituída de aspectos problemáticos. Não só é simplória a idéia de um real sem exigências, como devemos admitir que são as próprias intervenções realizadas com o intuito de solucionar os dados negativos presentes que despertam outros aspectos negativos, antes inexistentes. A resolução de uma dificuldade torna-se causa de aparecimento de outras. A ação de govêrno, quando positiva e fecunda, compreende o seu caráter dialético, e se julga eficaz sob êste critério. As exigências de uma comunidade municipal são relativas à fase histórica do seu desenvolvimento, em particular, e do desenvolvimento nacional, em geral. Não há exigências em si, abstratas, eternas, definitivas. Qualquer exigência só é sentida como tal por uma consciência, que, por si mesma, constitui um processo e não um mundo estático de idéias. Só aparece como exigência o que a consciência coletiva está habilitada a perceber como tal. Mas esta percepção é condicionada pela etapa do processo em que se acha o grupo social. Quando o ato do govêrno atende a uma exigência presente, ao satisfazê-la está substituindo-a por outra, mais adiantada, ou seja, mais difícil de ser atendida. Daí poder medir-se o grau de avanço do processo de desenvolvimento nacional pelo teor, número e intensidade das reclamações populares. Não se perca de vista jamais a tese da frase anterior. O progresso do País condiciona exigências cada vez mais altas e de mais difícil atendimento, donde só pode processar-se de maneira constante e relativamente pacífica quando se desenrola sob a égide de uma ideologia do desenvolvimento, pois em tal caso as exigências e as reações populares se enquadram num esquema racional. Falta ao espírito municipalista êste conhecimento. Se considerarmos uma pequena cidade do interior onde se acumulam numerosos problemas elementares da vida urbana à espera de solução, acredita o pensamento cândido que estaria plenamente satisfeito se lhe fôsse possível, de qualquer modo,

resolver os casos com que se depara. Assim, por exemplo, aspira, atualmente, a dispor de uns poucos milhares de quilowats, o suficiente para atender à carência presente; acredita que se êsse potencial lhe fôsse fornecido, e do mesmo modo os demais requisitos, estariam satisfeitos os seus desejos. Não percebe o caráter dialético da carência e da exigência. Não percebe que, no momento em que dispuser dêsses quilowats agora reclamados, terá motivos para pedir muito mais, pois o desenvolvimento do processo objetivo conseqüente à obtenção da quota atualmente exigida conduzirá a comunidade municipal a um nível de nova e maior exigência, a qual, por sua vez, ao ser atendida, gerará outras ainda maiores, e assim por diante. O processo de crescente aumento das exigências municipais só é devidamente entendido quando o interpretamos sob a categoria de totalidade. As exigências locais não crescem por si e em caráter absoluto. É o todo nacional que está crescendo e tem por conseqüência o crescimento das exigências locais. Estas não formam linhas independentes, cada qual de sua espécie, como se houvesse um mecanismo interior a cada uma que as fizesse ampliar-se indefinidamente. Se assim fôsse, seria preciso admitir que as exigências municipais surgem do nada, uma vez lançadas se engrossam num curso sem fim. Tal é o ponto-de-vista ingênuo do homem enquanto munícipe. Se não alcançar nada além do seu contôrno imediato, terá a impressão de que as demandas da sua comunidade brotam no local espontânea e inexplicàvelmente. A verdade, porém, é que a intensificação das demandas municipais reflete o crescimento do todo nacional e tem neste fenômeno a sua causa. Do contrário, seria reduzir o processo exclusivamente aos seus reflexos subjetivos, às exigências das populações de cada comuna particular. As reclamações populares estão de fato aumentando de intensidade porque o todo nacional se está desenvolvendo. Chamamos de eficácia dialética aquela que é própria do agente dotado dêste modo correto de pensar. A ação de govêrno, assim inspirada, mesmo quando restrita a um âmbito municipal, torna-se proveitosa porque se despoja de simplicidades que, do contrário, a converteriam em foco de reclamações infecundas. A perspectiva dialética faculta ao administrador municipal o máximo grau de eficiência, pois não sòmente o conduz a colocar todos os seus problemas particulares no campo da relação todo-nacional—parte-municipal, onde encontram a única interpretação justa, como igualmente previne o espírito contra os erros da eficácia do tipo pragmático, a qual,

constituindo-se em fonte de ilusões sôbre os seus méritos, acaba sendo fonte de desilusões sôbre os seus resultados.

A um último aspecto, ainda, conviria estender a análise do conceito agora comentado. Empreendemo-la tão-sòmente para esclarecer o significado da categoria de totalidade. Uma das limitações conceituais, que responde pela candura do modo de pensar chamado por nós de municipalismo, é que tal atitude teórica, imbuída de pragmatismo filosófico, só deixa apreender a natureza da inteligência por uma de suas funções apenas: a inteligência que responde. Não há lugar para a inteligência que interroga, que problematiza o real. Esta deficiência tem grande importância e explica muitos dos comportamentos simplistas do pensamento pragmático. Como, para êste, só o dado imediato existe, apresentando-se sempre na singularidade das coisas ou dos fenômenos, isolados ou ligados mediante relações externas, o papel da inteligência em face da realidade é responder aos desafios partidos do mundo exterior e produzir o tecido de idéias adequadas a representar aquilo que objetivamente existe. Havendo situações adversas, conflitos entre as circunstâncias reais e os desejos e interêsses humanos, cabe à inteligência responder às solicitações que a própria realidade lhe dirige, descobrindo meios de desfazer a conjuntura que a aflige. A isso se limita a sua função natural. A inteligência responde à realidade; só faz isso. Escapa inteiramente a esta postura simplória o outro papel da inteligência: o de interrogar a realidade, de ser fonte de problematização dos dados objetivos. Por êste segundo papel, a inteligência interpreta a realidade na perspectiva do seu projeto próprio, graças ao qual o dado deixa de ser apenas "coisa que aí está" para se apresentar como meio, favorável ou contrário, para realizar o projeto de que a consciência está possuída. Considerada assim a natureza da inteligência, perde sentido o modo de ver pragmático, pois a consciência social, conhecendo-se como foco de interpretação da realidade à luz dos seus interêsses próprios, verifica que o caráter problemático que descobre nos fatos e situações só é corretamente entendido quando admite que o mundo objetivo possui tal caráter porque o seu estado de desenvolvimento não oferece campo imediato para realizar o projeto humano. O caráter problemático de determinado aspecto do mundo nacional só se constitui em conseqüência da relação dialética entre pensamento e realidade. O mundo só aparece limitado, adverso, insatisfatório ao projeto de uma consciência que o deseja diferente do que é. Êste modo de ver não dá origem a uma

noção idealista, porque, por outra parte, o projeto da consciência, à luz do qual a realidade se apresenta como problema, é, por si, condicionado pelo estado objetivo dessa realidade e o reflete em pensamento, nas exigências que formula. Por seu papel problematizante, a consciência contrapõe-se à dificuldade vivida, e vê o mundo numa perspectiva de exigência de transformação muito mais rica do que lhe seria permitido pelo modo de pensar pragmático, para o qual as limitações e problemas a resolver são apenas os que atualmente atingiram o grau insuportável. A consciência dialética é muito mais sensível. Estando dotada da visão justa do processo nacional, não se adstringe a considerar as dificuldades do momento. Vê o processo em totalidade e por isso sente como atuais, pois as problematiza antecipadamente, as dificuldades futuras, e leva em conta, porque pensa em forma de totalidade, as relações dos temas locais com a unidade do conjunto nacional que os motiva. Eis porque a consciência dialética autêntica é necessàriamente revolucionária, enquanto a pragmática jamais o poderá ser. De fato, a segunda não vendo senão o caso imediato a resolver é incapaz de modificar o todo, pois só lhe interessa alterar a parte; e não há revolução fora da perspectiva de totalidade. Uma revolução local é um cômico não-senso. Assim, sòmente a compreensão dialética admite ser revolucionária, porque correlaciona a parte ao todo, e mesmo quando atua sôbre um ponto localizado, só o faz tendo em vista os efeitos do seu ato sôbre o todo. E além disso, porque considerando a realidade em forma de processo, ultrapassa o campo perceptivo imediato e inclui na sua esfera de indagações a realidade em emergência. Murada na concepção pragmática e antidialética, a consciência municipalista está impedida de dar ao País a eficiente contribuição que a indiscutível altitude dos seus intuitos faria prever. Jamais poderá oferecer a base para uma profunda transformação da nossa realidade, pois para tanto é imprescindível uma forma de pensar que reflita a natureza objetiva do processo para o qual se volta, a essa forma é a dialética. O municipalismo não conseguirá ser senão uma escola de bons princípios morais para os administradores locais, mas não chegará a promover a efetiva transmutação de fase do processo econômico. Apelando primordialmente para os aspectos afetivos da comunidade, conduzirá no melhor dos casos a um bom govêrno local, honesto, zeloso, empreendedor, mas à custa do empobrecimento e limitação da consciência social, que será sempre convidada a se desviar da perspectiva da totalidade para se aprofundar no culto da particularidade. É o pensamento de bitola estreita, que não contribui para o ingente esfôrço que a comunidade nacional, como um todo, tem de desempenhar, a fim de transpor as fronteiras da fase histórica de subdesenvolvimento.

As linhas acima não foram ditadas por qualquer hostilidade ao movimento municipalista, ora em expansão em nosso País, embora ainda impreciso em seus contornos. Somos os primeiros a reconhecer o valor e a pureza de intenção dos seus propugnadores, quase todos homens de govêrno de nossas unidades municipais, dignos e denodados combatentes dos interêsses das suas coletividades e movidos por meritório zêlo em desenvolver a área política que lhes foi confiada. Teríamos sido incompreendidos em nosso intuito se assim fôssemos julgados. Nada nos enche de maior orgulho nem desperta mais vivas esperanças do que observar a devoção com que os governos locais lutam pela melhoria das condições de vida das populações do interior, e os consideráveis resultados que, por tôda parte, as prefeituras brasileiras vão colhendo da operosidade dos dirigentes e legisladores municipais, como o prova o evidente surto de progresso que se verifica na imensa maioria dos nossos municípios. Só fomos levados a debater êste assunto e a concluir pelo caráter ingênuo da mentalidade municipalista nos seus ditames teóricos, porque não é lícito deixar de mencionar êste aspecto da questão ao discutirmos o conceito de totalidade enquanto categoria da consciência crítica da realidade nacional. É necessário que a atividade das administrações locais se intensifique e encontre livremente meios para resolver os seus problemas sem que para alcançar êstes dignos e justos objetivos se venha a revestir de uma teoria que, a pretexto de apoiar a ação prática dos governantes municipais, incide em sérios erros sociológicos e termina por ser um empecilho ao processo que tinha em vista acelerar. Sòmente o interêsse do esclarecimento teórico nos leva a fazer esta denúncia, pelo que de equivocado existe nesse modo de pensar que impede a consciência individual e coletiva de ver a realidade que a cerca e de que é parte à luz do único princípio que permite entendê-la devidamente e modificá-la eficazmente: sua relação com o todo nacional de que é fração inseparável.

5 — A CATEGORIA DE ATIVIDADE

a) *Pensamento e ação*

As considerações feitas ao final do estudo do atributo de totalidade levam-nos a encontrar nova categoria da consciência crítica, a de atividade. A consciência crítica é por natureza uma consciência ativa.

Vimos que a decisão de pensar conforme o conceito de totalidade institui a modalidade superior de conhecimento do real. Vimos também que a disposição do pensamento a abarcar o real como um todo sòmente se concretiza quando se estabelece em projeto de existência. Ora, a noção de projeto contém implícita a ação, pois não se refere à possibilidade de transformações espontâneas e inevitáveis, mas a um deliberado fazer-se ser. A ação sôbre a realidade exterior, pensada e a seguir posta em prática pelo ser humano com o fim de transformá-lo em outro ser, mediante a mudança de suas condições de vida, é a essência do projeto. A categoria de atividade revela-se, assim, característica do pensar crítico. A consciência crítica esclarecida não se limita a observar, a espelhar, o estado de coisas da realidade. Não é passivamente contemplativa, nem se satisfaz com o exercício da simples receptividade. Não está em presença das coisas sòmente para deixar-se imprimir por influências provenientes delas, mas procede ao recebimento de impressões exteriores com o fim de conhecer a realidade sôbre a qual se dispõe a atuar.

A distinção entre caráter passivo das sensações e ativo da vontade já fôra denunciada por alguns filósofos do passado como imaginosa e decorrente do gôsto de arquitetar estruturas no interior dos processos psicológicos. Mais recentemente outros filósofos, com fundamento nas análises existenciais, também suprimem a distinção entre pensar e agir. Com efeito, não se sustenta mais a compartimentação do ser do homem em faculdades separadas, como máquinas especializadas de uma linha de produção industrial. É o

homem como um todo que está sempre presente, e por isso o importante são os comportamentos globais que apresenta em face de condições definidas de existência. A investigação do mecanismo interior do espírito que explicaria tais reações externas, tem de ser feita com extrema cautela e plena ciência do seu valor apenas metodológico, sem pretender atribuir realidade a pretensas "faculdades", especificamente isoladas, operando em série os atos analisados. Pensar e agir, só para fins de exposição didática são coisas distintas. Inteligência e vontade não são faculdades subsistentes à parte uma da outra, nem disposições independentes no todo físico-espiritual que é o homem, em sua qualidade de ser socialmente condicionado. O sem-número de problemas originados desta falsa distinção, bem patente na discordância entre muitas escolas psicológicas, e o intricado das artificiais teorias propostas para resolvê-los, desaparecem quando encaramos a questão por forma mais simples e, ao que tudo indica, mais verdadeira.

Pensar é desde logo agir, como a ação é o pensamento que se conclui. A teoria segundo a qual o espírito procederia por etapas sucessivas, realizando num primeiro momento a simples tomada de imagem das coisas, a que se seguiria no seu interior a produção da idéia ou conceito, para, num segundo tempo, passar ao setor da vontade, de onde sairiam as deliberações de executar a ação, é teoria abstrata e sem apoio na concepção concreta da realidade humana. Supõe a distribuição do espírito em órgãos diversos, arbitràriamente configurados, e toma por modêlo a máquina industrial com suas peças díspares e funções específicas, estruturando um todo harmonioso. A análise do ser humano, porém, revela-nos outra coisa. Se considerarmos o homem na sua verdadeira situação enquanto "ser no mundo", verificaremos que seu comportamento originàriamente é sempre resposta a determinado modo de "ser do mundo". Já sabemos que esta última expressão encerra duplo sentido, revelado pelo duplo modo de entender a preposição "de" aplicada ao mundo; num caso denota o "ser que o mundo tem", e noutro, "ser de" significa "pertencer a", ou seja, "pertencer ao mundo". São dois sentidos da mesma palavra "ser", um como substantivo, outro como verbo, ambos contidos na referência original do homem ao mundo. Pela relação do homem ao mundo conforme o primeiro significado do têrmo "ser do mundo", constitui-se o pensamento; considerada a relação conforme o segundo significado, tem-se a ação. De fato, enquanto consideramos o homem como dirigido, na sua intencionalidade,

para o universo, encontrâmo-lo como sujeito em presença do ser "do mundo", envolvido pela realidade exterior, cujo "ser"—aquilo que essa realidade é—é o objeto para que tende e o alvo da indagação. O resultado do exercício prático da intencionalidade, segundo êste primeiro significado, é a intelecção. No reconhecer o "ser" do mundo, é que consiste o conhecer. A idéia forma-se na consciência como resultado desta postura, desta modalidade de disposição para o mundo, a de dirigir-se ao "ser" dêle e refleti-lo na consciência. Ao defrontar-se por meio da experiência sensível com os dados da objetividade, o espírito, graças a um processo de natureza dialética, os reflete na forma imediata como se oferecem aos sentidos. Com as idéias assim produzidas dispõe de elementos para novas e mais complexas operações, que consistirão em abstrair, comparar e generalizar. Desta maneira, das idéias oriundas imediatamente da experiência faz surgir outras, resultantes de processos abstrativos e comparativos; se forem confirmadas pelo único critério de verdade, a prática social, o espírito tem o direito de admitir que o conteúdo delas exprime verìdicamente a realidade exterior, ou seja, que representam, também elas, aspectos da realidade objetiva, embora não fôssem captados tais quais pela percepção sensorial. Assim, as leis científicas refletem conteúdos reais da existência do mundo material e contudo não são dadas na sensibilidade em sua forma acabada, mas elaboradas pelo pensamento abstrativo, sempre sujeitas à confirmação pela prática. Nada há de *a priori* em tal operação. Os conceitos mais gerais, se são verdadeiros, refletem aspectos da realidade tão fielmente quanto os que mencionam simples sensações. O mundo próprio, isto é, pessoal, refletido na consciência é o próprio mundo existente na realidade. Vê-se, pois, que a inteligência é essencialmente trabalho e não passividade. O inteligir nada tem de passivo, não é um reflexo mecânico, automático, a imagem num espelho, não é menos ativo que o agir. Um e outro são simplesmente maneiras diferentes de exercer-se a presença do homem no mundo, num caso o existir em face das coisas, noutro o existir entre as coisas, o estar incluído entre elas, numa palavra, o pertencer ao mundo.

É a consideração, à parte, desta segunda modalidade de exercício da sua intencionalidade que revela o homem como ser ativo, como "vontade", na acepção tradicional. Se me relaciono com o mundo, referindo-me a êle enquanto o reconhecendo possuidor de "ser" próprio,—conheço-o; se me relaciono com êle enquanto sabendo ser êle algo "de que

sou" eu próprio, ou seja, uma realidade a que eu mesmo pertenço, no interior "do qual" sou ou "estou",—atuo. Tal é na verdade o fundamento do agir. Não consiste em imaginar um resultado a obter, no fazer concebido primeiramente em plano ideal, nem em executar movimentos corpóreos, que deslocam as coisas e causam alterações na natureza, arranjo e aparência dos objetos.

Na doutrina do realismo simplista, submisso ao esquema da dualidade irredutível de espírito e realidade, a diferença entre conhecer e agir se exprime simbòlicamente por duas setas de sentidos opostos, uma que vai do objeto ao pensamento, representando a intelecção, outra que vai do espírito ao mundo, representando a ação. Tal imagem é insuficiente e errônea, o que se deve ao seu dualismo ingênuo. Para nós a relação do homem ao mundo admite duas modalidades, possuindo cada qual dois sentidos opostos: pela primeira, no sentido do pensamento para o mundo, temos o acesso ao mundo, e no sentido oposto, a formação da idéia, como reflexo do mundo na consciência; isto é o processo do conhecer. Mas na segunda modalidade, também há dois sentidos, o que vai da consciência ao mundo, é o projeto e a operação, e o que vai do mundo à consciência, é a transformação desta pelo ato que realizou, pois não é mais a mesma que antes de havê-lo feito. Nesta modalidade se constitui o agir.

A ação subentende, por essência, o "estar no mundo", físico e social, enquanto ser a êle pertencente. No plano elementar de pertencimento ao mundo físico as fôrças de que o homem dispõe não se distinguem em nada das fôrças físicas comuns, os efeitos que é capaz de produzir são de ordem mecânica, como os causados pelos animais ou pelos corpos inertes. A ação humana vista por fora, na sua execução, não põe em jôgo qualquer fôrça original. Determina efeitos mecânicos, perfeitamente mensuráveis, e atribuíveis a um motor particular, o músculo animal. Contudo, o conceito de mundo inclui como plano superior o nível social, no qual a possibilidade de ação do homem adquire aspectos originais, tais como a finalidade consciente, que a distinguem da simples ação mecânica. É então o mundo, como totalidade material e histórica, que inclui o homem, a êle é que nos referimos ao dizer que o homem é um ente no mundo, é em linguagem de pertencimento a êle que devemos, descritivamente, entender a atividade. As concepções filosóficas que a pretendem ligar a uma fonte interior, fazendo-a decorrer de origem psíquica imaterial para vir espraiar-se em forma visível

nos efeitos externos, são teorias metafísicas, que não cabe discutir aqui. Fazem do mundo simples tela para a projeção de intenções anímicas, o que lhe reduz o significado, consideram-no mero fornecedor da matéria onde se corporifica a ação, a importância da natureza reside tão-sòmente em tornar visível o ato. A ação, porém, é por essência subjetiva, passa-se no íntimo do espírito, está feita pela simples decisão de querê-la; cumpri-la de fato, alterando objetivamente algum aspecto da realidade, é coisa secundária. Tal modo de pensar diminui o valor da materialidade do mundo, ao mesmo tempo que entorpece as disposições reivindicadoras da consciência das massas, especialmente nos países subdesenvolvidos, capazes de lançá-las na luta para transformar a realidade social, pois conduz a considerar suficiente a ação no plano intencional, dispensando de promovê-la em ato externo. Se o essencial da ação, de onde vem todo o mérito, é decidir-se o homem interiormente a fazê-la, a obra prática é insignificante. Politicamente, esta doutrina é o convite a tôdas as capitulações.

A questão da liberdade não deve ter aqui nenhuma interferência; veremos mais tarde como surge e de que modo convém discuti-la, depois que tivermos entendido devidamente o comportamento ativo como relação total do homem ao mundo, no qual se encontram os fundamentos da ação, e por conseguinte as justificativas, as razões e as finalidades dela. Compreende-se desde logo que será também na base dessa referência que se resolverá a questão dos critérios éticos da ação. São êstes um aspecto essencial do problema de atividade, pois não teria sentido compreendê-la reduzindo-a à descrição do movimento mecânico de um corpo entre outros corpos. A característica da atividade humana superior, consciente, é o produzir "com o fim de"; isto significa uma modalidade de procedimento muito peculiar. De fato, o desempenho da ação afeta não apenas os corpos sôbre os quais incide, como igualmente os outros homens, direta ou indiretamente, pelas relações que mantêm com os corpos visados, dando em resultado que o ato humano só se constitui como tal em condições sociais. As relações entre os homens são mediatizadas pelas coisas, e daí provém a possibilidade de que o domínio de um pequeno grupo sôbre extensas massas se exerça mediante a posse, por êsse grupo, de objetos, por exemplo, as máquinas de produção industrial, que afetam vitalmente a existência das massas. Daí, também, inferir-se que as relações entre todos os homens só se tornarão completamente humanas quando fôr suprimido o poder de dominação exercido por meio das coisas, ou seja, quando os bens materiais e culturais forem despojados dos efeitos maléficos sôbre os indivíduos e as massas, deixando de ser dominadores do homem e passando a ser dominados pelo homem. Êste resultado, que traduzirá a plena humanização da natureza, será obtido pela humanização das relações de trabalho, graças à qual os objetos produzidos deixarão de dominar o trabalhador para ser postos a seu serviço. O mundo, de que falávamos até agora, como aquilo "de que" o homem deve ser para poder agir, é, na verdade, um espaço habitado, o continente social. Dêste modo, o fim "em vista de que" é feita a ação é o determinante, para o agente, do procedimento adequado, mas, em virtude de ser um gesto que se executa em comunidade, afetando portanto a existência dos outros, esta comunidade tem interêsse em interferir nêle, e o modo constante como o faz, é conferir-lhe uma nota de valor. Na essência, a função existencial da comunidade é "comunizar", no sentido literal de "tornar comum" tudo que nela ocorre. Com relação ao projeto de ação e ao respectivo desempenho, a forma assumida por êste "comunizar" é o "comunicar" valor ao feito ou ao a fazer. O fundamento do valor é, portanto, a "comunicação", como modalidade especial do "tornar comum". A comunidade comuniza a ação comunicando-lhe valor. A comunicação, entendida enquanto relação originária própria do ser social do homem, e não como imaginária estrutura metafísica, manifesta-se, neste caso particular, pela comunicação de valor. Mas, uma vez comunicado êste aos atos, torna-se forma assumida e reconhecida pela comunicação social, promotor e índice dela. A comunicação de um valor, a qual tem origem na comunidade, determina que o valor assim criado retroaja sôbre esta, a ponto de que a comunidade só se reconhece como um todo justamente porque reconhece os mesmos valores, aquêles que para ela são os comuns.

As especulações desenvolvidas pelos filósofos da analítica existencial em tôrno do conceito de comunicação são por demais estreitas, além de assentar sôbre bases falsas, idealistas, não lhe abrangendo tôda a riqueza, uma vez que, de modo geral, não fazem senão acentuar o enlace subjetivo das pessoas determinado pelo encontro no existir. Não ressaltam o verdadeiro fundamento da comunicação, que é o "tornar comum" aquilo que se comunica, nem indicam o caráter objetivo, social, dêsse fundamento. Necessário se faz alargar o conceito e mostrar que só pode haver comunicação entre indivíduos se houver o "comum", que se trata

de comunicar. Ora, o criador e portador dêste comum é o grupo humano, a sociedade. Esta proporciona, portanto, a raiz de tôda comunicação, não no sentido acidental de constituir condição exterior para o seu exercício, mas no sentido essencial de ser o sujeito que tem algo a comunicar, de ser a fonte, antes de ser o instrumento, que torna algo comum. No caso em aprêço, a ação implicando o "estar no mundo" do agente, e sendo, por conseguinte, desempenho no âmbito da sociedade, é esta que lhe "comunica" valor e, assim fazendo, a sanciona. A análise filosófica que busca descobrir o ser do valor, sua natureza e extensão, não deve ignorar estas considerações. O valor, necessàriamente associado à ação, não tem origem distinta da própria ação. É o "estar no mundo", como situação existencial do agente, que funda simultâneamente a possibilidade da ação e o recebimento do valor. De fato, só há ação no terreno da convivência, da comunicação social, mas ao mesmo tempo é o "comum", que aí se origina, que é comunicado à ação, enquanto nota valorativa. Por isso, a visão crítica deixará de lado, como fúteis, as discussões sôbre a essência metafísica da atividade e a origem transcendente dos valores, para concentrar-se em descrever e interpretar a relação entre o ser do homem e o do mundo. Assim colocado, o problema da natureza da atividade e suas conexões com o suposto pensamento puro está logo resolvido. Não há transmissão espiritual do pensar ao agir, em conseqüência da qual aquilo que a inteligência apreende sob forma de conceito vem mover a decisão da vontade, entendida como poder distinto. A unidade espiritual do ser humano não admite estas dispersões. O fundamento de ambas é o mesmo, e consiste, repetimos, na presença do homem ao mundo físico e social. Dêste ponto é que teremos de partir, se quisermos entender em tôda a sua amplitude o significado da atividade enquanto categoria da consciência superior.

Para o pensar ingênuo. o homem age em caráter consciente e responsável porque possui uma primordial "faculdade volitiva", propriedade da alma espiritual, que ao vir ao mundo encontra campo propício ao desenrolar de uma disposição desde o princípio nela existente. A vontade, como motor da atividade, representaria uma fôrça oculta, um poder interior, independente do mundo, que seria apenas o palco incidental onde daria cumprimento às suas deliberações. Já o pensar crítico, não cultivando as doutrinas que dividem o espírito em setores de operação, apóia-se no conceito de unidade da existência social do homem, como doadora de sentido a tôdas as manifestações humanas, e, ao perceber que essa existência o constitui como ente no mundo, relaciona seus comportamentos a êste último, enquanto sistema de referência, do que resulta aparecer sob novo aspecto o tradicional problema da passividade e da atividade. Os sistemas do idealismo germânico estatuiam a doutrina da inconceptibilidade da ação: em contraste com o ser, em face do qual, segundo julgavam, o espírito se comportaria de modo passivo, sendo levado pela sensibilidade a criar conceitos adequados a representá-lo, a ação seria objeto sòmente de intuição intelectual. O produto da ação é que apareceria como ser; êste, por conseguinte, seria secundário à atividade pura, a qual, implicando a liberdade e sendo esta apanágio apenas do que é sujeito, exigiria um sujeito transcendental, um Ego, uma Razão, cujo agir daria em resultado a objetividade que se representará na consciência empírica do indivíduo particular em forma de idéias originadas da sensibilidade. Esta doutrina imbuída, como está, do princípio idealista, é aqui mencionada apenas para mostrar quanto é inverídica a suposição dos que defendem o realismo tradicional por julgá-lo a única dotada de bom-senso. Mas é tão falsa quanto a que combate, pois as divisões que estabelece padecem do mesmo defeito sistematizante.

O exame do problema em nova forma nos ajudará a entender melhor o assunto. É na perspectiva da referência do existir humano ao mundo social, que conseguiremos captar o significado da atividade. Chegaremos a alcançá-lo, aprofundando a reflexão sôbre a idéia de atividade e seu fundamento. Verificaremos, assim, que o agir se compreende pela "interposição" do homem no mundo. A característica que melhor define a situação do homem na realidade é a de "entreposto", isto é, "pôsto entre" as coisas do mundo, enquanto pertencente a êste. É, pois, mais castiçamente, um ser "interposto" entre os outros sêres. Significa isto que o homem se interpõe, medeia entre os objetos, está "entre" êles. Mas êste "entre", ao contrário do que levam a crer certas fórmulas errôneas dos filósofos da existência, não é simples e irracional "achar-se jogado no meio de", idéia que transporta notas de passividade, impotência e desesperança, além de ignorar o caráter social, histórico, isto é, feito pelo homem, do meio no qual o homem "está jogado"; conduz a pensar o ente humano como coisa inerte no meio de outras, como objeto abandonado ao capricho de fôrças sociais invencíveis, contra as quais é inútil lutar. O "entre" é, antes, interposição dinâmica, no sentido de ser o homem o intermediário na modificação das posições, o

autor do "entre", enquanto modo de se relacionarem existencialmente as coisas e as pessoas umas às outras.

O homem faz-se surgir como "ser entre" ao criar as coisas "entre as quais" está. Ao criá-las é que se torna ser humano existente entre elas. Concebido com exclusão do poder criador, é uma coisa como as demais, sem outras relações com elas senão as espaciais, físicas, mecânicas; não seria dotado de "posição", ou seja, capaz de constituir-se em situação entre elas, de se tornar elemento de um sistema de relações originais, de tipo superior, as relações existenciais e sociais. Foi a consideração dêste aspecto que faltou às descrições dos fenomenólogos da existência. Não souberam unir as diretrizes do método que praticavam à visão dialética do processo universal. O mundo pareceu-lhes um campo de destroços, de coisas imóveis "jogadas aí", entre as quais o homem está condenado a perambular. Na verdade, porém, é um processo real, independente do homem que nêle vive, o qual para se conhecer a si próprio deve interpretar-se como existente no processo que o envolve. Assim entendida, a situação de "interposição", de "estar entre as coisas", revela-se variável, em contínua mudança consoante as transformações que se vão produzindo ao longo do processo; portanto, o homem, que é o sujeito da interposição, agora que a sabemos ser móvel, se revela como sujeito atuante. A atividade é, pois, categoria existencial e não função psíquica, intuição intelectual da consciência pura, ou conceito metafísico. A atividade como modo de ser identifica-se ao pertencer ao mundo onde se está. Esta consideração indica-nos a importância central de tal categoria para descrever a consciência crítica da realidade nacional. O pensar ingênuo poderia, entre seus inúmeros desvios, levar a crer que a forma perfeita de representar o real fôsse a contemplação intelectiva, a apreensão das coisas e do fluir histórico numa tessitura conceitual que transferisse a realidade exterior para dentro do pensamento, com todos os objetos e relações. Em tal caso, a atitude conveniente seria o exame a distância, exigindo-se do sujeito apenas as qualidades de sanidade intelectual e de passividade em face do universo, esta última indispensável para que não venha, pelo seu mesmo ato de tentar conhecer, perturbar o espetáculo que deseja captar mentalmente. Segundo esta concepção, o conhecimento será tanto mais perfeito quanto mais inativo fôr o sujeito cognoscente, cujas únicas operações consistem na impregnação sensível pelos dados exteriores e na inclusão dêles num sistema de conexões lógicas possuído *a priori* pelo espírito. A passividade é postulada como requisito para o melhor conhecimento, pois quanto mais passivo e imóvel fôr o homem mais "sujeito" se torna, no sentido literal da palavra, isto é, mais "sujeitado" ao dado, mais submisso ao real, mais súdito do mundo. A subjetividade, como qualidade definidora da posição de "sujeito" na relação de conhecimento, se confunde então com a submissão ao dado, interpretada como entrega passiva do espírito às coisas e acontecimentos. "Ser sujeito de" traduziria a condição de "ser sujeito a". Só é "sujeito do" conhecimento quem é "sujeito à" coisa conhecida. Assim sendo, para que se cumpra perfeitamente o trânsito do real à consciência é preciso que o homem se imobilize, se limite a receber, dando a palavra ao mundo sem interrompê-lo, ou seja, não atue, pois do contrário constitui-se em fator de alteração daquilo que deseja conhecer. A intervenção causada pelo ato cognoscitivo modifica a objetividade, seria uma espécie de rebeldia do sujeito contra a sua situação de sujeito-submisso.

Esta fórmula ingênua que de modo geral serve de base ou de quadro a muitas filosofias realistas, é repudiada pelo pensar crítico, que encara a consciência como fundamentalmente ativa e sabe que, pela atividade objetiva, constitui o processo cognoscitivo, graças ao qual atinge a representação da realidade. É a idéia de subjetividade até aqui quase sempre identificada à de passividade do sujeito, receptivo dos conteúdos do conhecimento, que precisa ser remodelada, pois o sujeito não deixa de ser tal por atuar sôbre o real ao conhecê-lo, mas precisamente só o conhece porque atua sôbre êle. A sinonímia de subjetividade e submissão é falsa, porque o sujeito cognoscente só se origina como tal na prática social, ou seja, nas operações sôbre as coisas exteriores e na convivência com outros indivíduos dentro da estrutura de relações existente. Dêste modo, a hipótese do sujeito-súdito não sòmente não é verdadeira, como a verdade está no conceito oposto. Pode dizer-se então que o sujeito só é realmente sujeito enquanto "não sujeito a", mas agente. O portador da subjetividade não é o sujeito-paciente mas o sujeito-agente. Esta inversão de ponto-de-vista acarreta decisivas alterações no modo de entender o problema do conhecimento. Em primeiro lugar, cai por terra a objeção da necessidade de não-interferência do sujeito no ato de captar a realidade. Pela teoria agora defendida, a realidade é apreendida exatamente porque o homem atua sôbre as coisas exteriores, que deseja representar na consciência. E em segundo lugar, descobre-se que é ao ser obje-

to de ação por parte do sujeito que o mundo abre as virtualidades cognoscíveis que possui. A objeção de não-interferência é de caráter abstrato, só pode provir de teorias idealistas, forjadas por quem deseja excluir a prática social de transformação da realidade, por estar interessado em conservar um estado de coisas que lhe é favorável. Supõem o observador imóvel e desinteressado em relação ao universo em desfile diante êle, atribuem-lhe o pôsto privilegiado do espectador e exigem a sua não-participação no processo que se desenrola aos seus olhos. Em tal caso, é preciso de fato admitir que o homem só conhece quando deliberadamente se coloca à parte do curso da realidade, porque o saber-se no mundo e ver-se como pertencendo a êle implicariam introduzir no dado condições individuais, que essas teorias imobilistas desejam eliminar, a fim de atingir o que julgam ser a objetividade pura.

Essas formulações esquemáticas perdem todo sentido ao aceitarmos a verdade da presença do conhecente no mundo e de sua atividade modificadora como condição do conhecer. Se assim é, só ao modificar o real é que o estamos representando conscientemente. Se a atividade é a "entreposição" do homem no meio das coisas, a ação consiste, na forma mais geral, em fazer as coisas mudarem de posição, alterarem seus aspectos, relacionarem-se de forma diversa, por conseguinte, consiste em modificar o estado da realidade física e social. Essa alteração, incorporando-se ao processo objetivo, faz que o real desdobre virtualidades específicas, manifeste-se em propriedades das coisas e em ocorrência de fenômenos que permaneciam sem possibilidade de desocultação até que a incidência da ação as patenteia. Só haverá consciência crítica, só chegará a representar com propriedade o real, e portanto a apreender-lhe a lógica imanente, quem opera sôbre êle, quem o tem na mão e o transforma pela ação direta, numa palavra, quem trabalha.

b) *O trabalho e a nação como projeto*

Em páginas anteriores tivemos ocasião de analisar alguns aspectos do significado do trabalho como prática reveladora do mundo físico e social. O que, agora, acrescentaremos particulariza aquêles enunciados e contribui para definir o papel do trabalho na formação da consciência crítica da realidade nacional. Mostramos que a operação modificadora fornece a possibilidade e a oportunidade de apresentar-se o verdadeiro conteúdo do mundo à consciência indagadora.

A ação é sempre concreta, pois se completa no efeito atual sôbre determinado objeto da realidade. Ao contrário da especulação, que é abstrata, e por isso se dirige ao universal, a ação incide sempre sôbre o dado concreto. A consciência que daí resulta é também concreta, diz respeito a êste fato, ocorrido aqui e agora. É possível generalizar, e portanto tornar abstrata, a teoria ou a proposta da ação, mas não a própria ação. A consciência que se dispõe a refletir as modificações do universo, resultantes de determinada atividade, torna-se também concreta na sua representação. O homem, ao agir sôbre o mundo, força-o a expor o que antes eram virtualidades em recesso, tornando-as atualidades em processo. Na diferença entre os prefixos "pro" e "re", enquanto o primeiro veicula a idéia de "adiante" e o outro a de "atrás", encontram-se sintetizados os efeitos de pertencimento do homem ao mundo. De fato, o existente humano, pela atividade, transporta o que estava "atrás", em "recesso", para "adiante", ou seja, coloca-o no "processo" da realidade. Converte, pois, o virtual em atual. Nesta mesma palavra está feita a referência à atividade. O "atual", o que está adiante, o que se dá em pleno processo, é aquilo que resulta do ato, o que "foi atuado". Mas o atual é sempre concreto, é sempre êste algo único que está aqui; logo, a consciência que se constitui pelo atuar, e pela atuação produz êste atual, é necessàriamente concreta. É a única apta a revelar tôda a objetividade e descobrir-lhe as leis racionais; reveste-se assim das duas primeiras categorias do pensar crítico, e se credencia por esta atitude a adquirir as demais. Por conseguinte, a doutrina segundo a qual o dado a conhecer, o real, é aquilo que está atualmente diante do sujeito, longe de conduzir ao modêlo estático de relação entre os dois têrmos do conhecimento, envolve, no próprio conceito de "atual",— aquilo que é dado no "ato",—a referência à atividade, e indica ser preciso constituir um modêlo dinâmico para dar conta da verdadeira natureza da apreensão cognoscitiva. Tal modêlo, vamos encontrá-lo no trabalho.

O trabalho é o desvendamento do mundo porque supõe necessàriamente a percepção da realidade como processo. A consciência trabalhadora não pode ter noção estática da realidade, pôsto que, se assim fôsse, jamais conceberia o projeto de modificá-la. O trabalho, como atividade, supõe o projeto, e por conseguinte tudo quanto está implícito na idéia de projeto, assim a instrumentalidade das coisas e o perpétuo fluir da realidade. O projeto do trabalho, pelo qual a ação humana se distingue da mera atividade animal, é

impossível se não supuser o dinamismo autônomo da realidade. Com efeito, a consciência não conceberia o desígnio de modificar pela ação uma realidade que lhe aparecesse como naturalmente incapaz de alterações, pois, em tal caso, o desejo de mudar o que fôsse entendido como imutável, seria uma insensatez. A consciência trabalhadora é a única que está credenciada a interpretar o mundo. Se a contemplação é a ausência do ser humano do seu mundo próprio, sua presença é o trabalho.

No entanto, para colhêr todos os aspectos da descrição aqui empreendida, falta-nos mencionar, ao discutir a categoria de atividade, a qualidade do "mundo", sôbre o qual se verifica incidir, como agente desvendador, o existente humano. Conforme se tinha patenteado em análise anterior, o mundo não é a totalidade inqualificada do espaço terrestre, nem a massa total da população que o habita. No estado atual da história, é, no seu contôrno imediato, a nação; só por mediação desta alcançamos a totalidade exterior. Investigando a idéia de atividade, a distinção se apresentará mais nítida ainda. O agir, seja em área restrita ou extensa, é um desempenho cujo espaço é a nação, pois é ela que oferece o campo descoberto onde se vai exercer, dá sentido à exigência que o comanda e aos resultados esperados. O conceito de atividade, reduzido ao fato concreto do "trabalho", implica, como esfera de surgimento do projeto e campo de efetuação prática, a nação. A referência ao âmbito nacional subentendia tôda a análise anterior; se não a mencionamos então foi porque desejávamos esclarecer os têrmos do problema antes de colocá-lo em base histórica. A atividade, entendida como comportamento próprio do ente humano pertencente ao mundo, assume agora o enunciado mais preciso e mais verdadeiro de "comportamento do homem no âmbito da nação". É com referência a êste contexto que a atividade deve ser interpretada como categoria da consciência crítica da realidade. O fundamento desta interpretação, encontramo-lo na idéia de que é pela ação que o homem constitui a nação a que pertence. É conceito capital para caracterizar o pensar crítico. Com efeito, para a mentalidade ingênua a nação é coisa que "já existe", e precisamente existe enquanto coisa. Está feita, sua realidade é completa, ainda admitindo-se que sofra modificações ao longo da história. É o berço material e espiritual onde fomos depositados pelo destino, e por isso nos precede, sendo o terreno que nos é oferecido para nêle exercer a nossa operosidade. O essencial desta crença é a acentuação, em sentido ingênuo,

do "fato" da nação; esta nos precede, é um "fato" porque está "feita", acabada, na sua realidade presente, embora não terminada na existência temporal. Ainda compreendendo, como não deixará de ser, que a nação evolui, a consciência cândida considera-a a cada momento algo feito, totalidade objetivamente terminada, que me recebe quando nela surjo e, pela sua existência, torna possível a minha atividade. Ora, o que a consciência crítica desvendará é exatamente o oposto: é a minha atividade que torna possível a existência da nação. Esta não precede a minha ação, mas sucede a ela.

A nação não existe como fato, mas como projeto. Não é o que no presente a comunidade é, mas o que pretende ser, entendendo-se a palavra "pretende" em sentido literal, como "pre-tender", "tender antecipado" para um estado real, e não no sentido de imaginário pretender, na acepção de querer passar por aquilo que não é. A pretensão ilusória, própria do pensar inocente, é justamente aquela que ignora o caráter objetivo do "tender", e se reduz a julgar ser já o que em verdade não é. Confunde a pretensão contida no projeto existencial, de natureza objetiva, concreta e vinculada ao processo social da comunidade, com a pretensão subjetiva, simples estado de espírito, arbitrária vontade de ser, sem compromisso com os fatos. A comunidade constitui a nação ao "pretender ser", porque é assim que a constitui no projeto de onde deriva a atividade criadora, o trabalho. A nação resulta, pois, de um projeto da comunidade, pôsto em execução sob forma de trabalho. A nação está sempre adiante do presente, o qual não é, como ingênuamente se pensaria, momento perfeito da existência da nação, mas condição para essa existência. Não se tem de entender o presente em sentido cronológico, enquanto inevitável passagem para o futuro, mas em sentido ontológico, como fundamento do projeto de ser. A nação está sempre adiante, consiste no projeto que formamos de fazê-la. Não é um ser, e sim um mais-ser, porque só é o estado presente da realidade quando o vemos na perspectiva da sua transformação no estado futuro, quando o consideramos portanto como acrescentando ao "ser" atual o seu imediato "ir-ser". A nação não é um dado do conhecimento intelectual, mas uma decisão da vontade social. Não acabamos nunca de realizá-la, porque ao concretizar determinado projeto patenteia novo feixe de virtualidades inerentes ao real, traz do "recesso" do mundo para o "processo" da história entes e oportunidades, que por sua vez desvelarão outras possibilidades de ser, sem nunca completar o "estado" do ser nacional. É enquanto projeto que de-

vemos interpretar a essência da nação; por conseguinte, é no trabalho, como desempenho do projeto, que se efetua o conhecimento da nação. É inútil perder-se em cogitações abstratas sôbre o "ser" da nação, valendo-se de informações históricas, critérios jurídicos ou observações sôbre acontecimentos políticos. Não se alcança por essa via a compreensão desejada. Para obtê-la, faz-se mister a participação ativa no processo do trabalho que constrói a nação. Quem realiza alguma mudança no estado da realidade, não precisa indagar do que é a nação, porque tem antecipadamente a resposta no conhecimento das condições em que atua. A nação não é suposta pelo trabalho, mas supõe-no. Neste sentido é que nos devemos esforçar por entender o papel do trabalho na construção do fundamento político da comunidade.

Estas reflexões contribuem para trazer novo refôrço filosófico à interpretação sociológica e histórica do papel da classe trabalhadora na construção da realidade nacional. Utilizando-nos de alguns conceitos até agora privativos de certas teorias existenciais, mas deslocando-os da base errônea, idealista, onde repousavam, é possível vir a encontrar asseverações próprias de outras correntes de pensamento, e coincidir com elas na afirmativa de que cabe à classe que desempenha a parte principal do trabalho da comunidade assumir o processo criador da nação, dirigindo as transformações que atendem aos seus interêsses. A direção política do processo nacional cabe necessàriamente à classe trabalhadora, pois sòmente ela, pelo esfôrço aplicado em produzir os bens indispensáveis à existência humana, está habilitada a conceber e realizar o projeto comunitário que efetivamente transforme a realidade, ou seja, dê origem ao ser futuro. original, da nação. Eis porque as concepções fascistas e as idéias pseudonacionalistas de grupos aristocráticos dominantes, a elas aparentadas, que desejam reservar às pretendidas elites o direito de ser a fonte e a sede do projeto comunitário da nação, não só incidem em flagrante êrro filosófico, como inclinam na prática aos movimentos políticos mais nocivos e criminosos, nos quais se evidencia o intento de confundir a consciência das massas sôbre seus verdadeiros direitos e interêsses.

Tôda operação real parte, é evidente, de um estado de coisas objetivo. Mas supõe a possibilidade de outro estado, em substituição ao primeiro, sem o que não se justificaria. Supõe, pois, ter por efeito produzir uma realidade contida a título de possibilidade lógica objetiva no estado presente. Se, como a análise indica, a idéia da nação se identifica com

o "a fazer", e não com o "já feito", a atividade do existente humano se revela como o poder que a executará. O homem é o criador da nação, não pelo simples fato demográfico de constituir-se esta de habitantes de um território físico, mas em sentido existencial, porque só existe enquanto projeto humano de realização histórica. A atividade, como disposição inerente ao homem, é sempre criadora, pelo projeto que implica e pelo trabalho em que se consubstancia, dentro de um lugar de convivência, porque se agir é modificar o estado do mundo, é criá-lo enquanto tal. A nação deve ser vista como campo de trabalho social, cujo resultado, conforme o projeto que o mover, e se tiver origem na classe trabalhadora, será a verdadeira nação. Tinhamos razão, ao que nos parece, em afirmar: primeiro, que a nação é projeto de existência para o futuro; e depois, que o trabalho da comunidade é que dará existência real à nação que, hoje, pretendemos vir a ter.

c) *A alienação internacional do trabalho*

A consciência crítica, sendo aquela que, por hipótese, está de posse dêstes conceitos, se caracterizará pela acendrada valoração do trabalho e, em conseqüência, pelo perfeito entendimento da modalidade de ser do homem, que é a condição de trabalhador. A consciência ingênua, ao contrário, não dispõe de teoria da existência trabalhadora, quase sempre porque o fato de encontrar-se na classe não trabalhadora, ou apenas ocupada em atividades fúteis, simbólicas, a elite saudosista e tradicionalista não lhe permite ter; por isso é obrigada a interpretar os acontecimentos próprios dêste modo de ser do homem com empréstimos tomados a outros domínios do conhecimento, a ética abstrata, a sociologia formal, a política comparada, a jurisprudência estabelecida. No entanto, a realidade do homem mostra aspectos originais, inacessíveis ao pensamento ingênuo culto, quando a consideramos na existência do trabalhador. O trabalho não modifica apenas o mundo sôbre o qual incide, mas ao mesmo passo aquêle que o realiza. Não há natureza humana em si, como essência imóvel, à qual se acrescente depois, a título acidental, a condição de trabalhador. Esta, ao contrário, é constitutiva do ser daquele que necessita trabalhar para se sustentar. A única possibilidade de se admitir uma essência para o homem, é interpretá-la como o conjunto das relações sociais de que participa; o trabalho, sua espécie, retribuição e regime em que o faz, se inclui, portanto, na definição da

essência humana. Evidentemente a essência assim entendida não é fixa mas variável, histórica. A condição de ser humano desobrigado do trabalho tem-se realizado històricamente sob várias modalidades, em forma de classes ociosas, mantidas pelo conjunto social. O trabalho é, contudo, o modo de ser que caracteriza socialmente a parte mais numerosa da humanidade e dá ao homem a particular natureza que o habilita a ver o mundo por um ângulo que falta aos que se isentam dessa prestação de atividade.

O princípio cardinal que deverá orientar tôda reflexão sociológica sôbre o significado da atividade é o de que o trabalho transformador do mundo transforma ao mesmo tempo o trabalhador. É o vínculo real que associa o homem à natureza física, porque supera o nexo de mera contemplação. Na postura contemplativa o universo dá-se em espetáculo aos olhos do pensador desocupado, para ser campo de exercício das nobres facilidades de intelecção; para devassá-lo em seus segredos, dando satisfação ao que julga ser um desejo gratuito de conhecimento, o filósofo ocioso se dispõe a considerá-lo. Na verdade, porém, se nos colocamos a distância e nos negamos a manusear as coisas, para tão-só contemplá-las pelo pensamento, não apenas não desvendaremos os seus conteúdos inteligíveis concretos, substituídos que são por aspectos imaginários, como, o que é mais prejudicial, não nos deixaremos modificar a nós mesmos por efeito do trato com a realidade. Na atitude de simples especulação, vamos ao encontro do mundo tal como somos, permanecendo invariáveis em nosso modo de ser, imporosos aos efeitos das transformações da realidade sôbre a consciência, entregues ao devaneio do suposto conhecimento intuitivo superior. Quando, porém, agimos sôbre o mundo, pelo trabalho nêle exercido, não só mudamos a face das coisas como mudamos a nós próprios. Descobrimo-nos como autores, como causas, não apenas da ação, mas dos resultados dela. O que de mal aparece agora no mundo vem de nós, somos nós no estado que criamos pelo "haver feito". A descoberta das potencialidades humanas, que a consciência do trabalho faculta, só se completa quando apreciamos o significado da atividade segundo o ângulo da contribuição ao progresso material do país.

A idéia do trabalho não estêve ausente da meditação filosófica. Valioso enriquecimento foi a denúncia do efeito alienante que tem para a consciência e o ser social do trabalhador a experiência de que os frutos do seu labor são colhidos por outros, em virtude de determinada forma de produção vigente na sociedade. Êste conceito tem uma importância tal que o obriga a ser constantemente levado em conta. Contudo, não nos parece que tenham sido consideradas tôdas as faces da idéia de alienação do trabalho; não foi acentuado um dos seus aspectos, que importa de modo especial ao pensador colocado num contexto histórico subdesenvolvido, em processo ascendente. A espoliação alienadora complica-se neste caso com caracteres próprios de tal fase, desconhecidos dos teóricos que só consideram a realidade da alienação em fases mais adiantadas do processo econômico. Nestas, segundo tal doutrina, o trabalhador exterioriza nos objetos ou num ser transcendente a sua própria essência humana, é despojado de parte do produto do seu esfôrço, que passa às mãos de quem lhe compra a fôrça de trabalho; na etapa atrasada, porém, o trabalhador é sobretudo despojado da oportunidade de modificar o estado econômico do seu país, de contribuir para a alteração qualitativa dêste. Há aqui a alienação coletiva do trabalho, é o país todo que se priva do que é seu em proveito de outrem, de quem o financia. Êste segundo tipo de alienação, quase totalmente ignorado pelos sociólogos dos centros dominantes, é primordial para a nação periférica, supera o primeiro em importância, pois é causa de espoliação geral, de alienação para todos. Eis porque se faz mister tê-lo em vista antes de tudo, pois seria inútil pretender eliminar a alienação individual, ou mesmo a de uma classe conservando a estrutura social do subdesenvolvimento e do semicolonialismo, que envolve a totalidade do país na alienação internacional do seu trabalho.

Para o trabalhador do país subdesenvolvido é êste o aspecto que deve assumir o primeiro plano, pois estabelece a contradição dominante da realidade. Na forma de exploração colonial, ou semicolonial, o trabalhador sabe que está produzindo para outrem distante, que não sòmente lhe confisca a maior parte dos resultados da sua estafa, mas sobretudo não tem nenhum interêsse em alterar para melhor o estado do território que explora. Sabe que sua labuta não vai contribuir para a melhoria da sua classe nem para a do seu país, porquanto é pela exploração do trabalho que as potências colonizadoras procuram impedir o país retardado de mudar de qualidade histórica. E sem essa alteração da totalidade nacional não chegará nunca a oportunidade de ascensão da classe, e do trabalhador que a integra. Quando, porém, se deflagra no espaço nacional o processo de desenvolvimento econômico, acompanhado da inevitável cer-

teza de viabilidade histórica, o trabalhador começa a dar novo sentido ao trabalho: já não é mais a corvéia que executa para não morrer, sem consciência da espoliação ou com uma consciência desanimada; é agora o instrumento libertador da sua classe e do seu país. É a esperança de que, pelas transformações que acarreta, virá arrancar o país da fase de retardamento e criar um estado da realidade onde não mais tenha lugar a exploração. A humanização do trabalho não será feita pela munificência do grupo dominante nem pelos clarividentes conselhos de teóricos do pensamento social. Não serão os letrados nem os empregadores que a realizarão, nem será por falta de sentimento humanitário ou de impulsos de solidariedade social da parte dos afortunados, mas por impossibilidade efetiva, uma vez que tal mudança na existência dos trabalhadores não reconhece causas psicológicas, mas causas econômicas, e só terá por agente o próprio trabalhador. Eis porque a classe operária tem em relação ao desenvolvimento um ponto-de-vista próprio, que o concebe como subida do seu nível de existência, pondo um fim a tôdas as formas de exploração. Se na mentalidade dos teóricos governamentais do desenvolvimento êste dado do problema não fôr levado na devida conta, arriscam-se a produzir, pelo exclusivo realce da espoliação imperialista, sem indicar de que maneira esta constitui o quadro político que sustenta e justifica a miséria do povo, uma doutrina só parcialmente verdadeira, e de pouco atrativo para as massas trabalhadoras. É preciso indicar-lhes que a atual contradição principal do país subdesenvolvido cifra-se, de fato, na pressão econômica externa, mas outras existem, interiores a esta, que dependem da resolução da primeira para serem também resolvidas. Não terá verdade lógica nem mérito moral qualquer teoria que propugne pelo desenvolvimento do país sem ao mesmo tempo assegurar às massas, que o devem executar, o término de tôda injustiça e exploração.

O trabalhador que adquire consciência do verdadeiro sentido do trabalho sabe agora que ùnicamente êste lhe dará os meios de se realizar como ser humano, graças ao empenho coletivo em estruturar novo sistema de relações sociais, e que a condição prévia mais geral para isso é transformar o país de atrasado em desenvolvido. Não verá no trabalho que executa apenas o instrumento imediato da sua libertação individual, mas a fôrça capaz de produzir a causa mediata dela, a libertação da comunidade nacional. No país subdesenvolvido o trabalhador só pode ser objeto de amparo; as leis trabalhistas são feitas para dar-lhe assistência,

garantir-lhe o mínimo de direitos compatíveis com as exigências da consciência moral das camadas dirigentes da sociedade. Ficam, portanto, no terreno do imediato, são sempre, na verdade, leis de emergência, leis de exceção, pois não visam a alcançar as causas reais do estado de pobreza. O princípio que dita a atitude assistencialista do Estado, e se patenteia na mentalidade de muitos mentores de partidos de orientação trabalhista, é a falta de confiança no efeito de transformação qualitativa da nação operada pelo trabalho. Os atos dos legisladores convergem para melhorar a sorte do trabalhador, precisamente porque não se admite que o trabalhador por si mesmo o possa fazer. O interêsse, muito louvável, pelas conquistas jurídicas trai a inconsciente convicção da nulidade dos efeitos objetivos do trabalho. A mentalidade legalista de assistência às classes laboriosas, de defesa dos seus direitos, de previdência do infortúnio, em forma de aposentadoria, pensões, serviços de socorro etc., parte do pressuposto ingênuo de que o trabalho será sempre feito como é hoje, de que o progresso por êle determinado não altera substancialmente a existência do trabalhador, não abala o sistema de relações sociais, de que a riqueza produzida não vai criar novo momento na evolução histórica da sociedade, devendo por isso ser sempre aplicada parte dessa riqueza em amparar a massa obreira, o que na verdade significa financiar-lhe a miséria. Não observam os intérpretes políticos que o aparelho assistencial do Estado, concebido a título exclusivamente beneficente, supõe a permanência indefinida do estado de coisas que a própria atividade a amparar, o trabalho, leva a derrogar. A transformação qualitativa do país, como todo, por efeito do labor das massas, gerará novas condições históricas em função das quais o problema da existência do trabalhador e o de seus direitos se colocam em têrmos inéditos. A modificação de qualidade, representada pelo desenvolvimento nacional, inclui também o desenvolvimento humano do próprio trabalhador, que não está atualmente realizado na plenitude de sua humanidade, nas baixas condições de vida em que permanece. Quando o estado da realidade fôr outro, outro será também o homem que nêle trabalhará, outras serão as formas pelas quais se fará o ajustamento da sua existência à sociedade. A idéia de assistência, que sentimentalmente inspira a sociologia da caridade, será revogada, quando não vigorarem mais as lamentáveis situações que a explicam, sendo substituída por outras modalidades de atendimento do trabalhador e de prêmio ao seu labor. O operário só carece de assistência

enquanto as classes dirigentes reconhecem nêle apenas um dos fatôres materiais do estado da realidade. Sua participação em forma de sujeito moral autônomo e não de objeto de cuidado e boa vontade dos outros, no que hoje é apenas uma eventual regalia decorrerá do impulso que imprimir ao processo transformador da realidade nacional.

Para isso é mister o esclarecimento da consciência coletiva. É tarefa difícil, tanto mais que neste, como em nenhum outro campo, se acumulam as ilusões do pensar ingênuo. Transviada pela incompreensão geral do seu papel, a consciência das massas tende a encaminhar-se para o engôdo das reivindicações de curto alcance. Ignorando qual seja sua função histórica, o proletariado do país subdesenvolvido apega-se à conquista de benefícios imediatos, que, por mais justos, necessários e oportunos que sejam, ocultam aos seus olhos o objetivo último, a mudança da estrutura econômica do país, em cujo processo se inclui a subida do nível de vida do trabalhador. Na ânsia de melhorar logo de condição, as massas podem conduzir suas reivindicações de modo inadequado, convertendo-as em fator de retardamento do processo alterativo da realidade. Ao pedir um pouco, os que necessitam de muito correm o perigo de ver estabilizado em procedimento normal e definitivo o método do pedido. Entregar-se-ão, cedendo à lei do menor esfôrço histórico, aos expedientes legais de aumento de salários, sem compreender que é na modificação das relações de trabalho, regime produtivo e condições de produtividade, e portanto na superação do subdesenvolvimento, que devem residir suas esperanças. Com maior ou menor dramaticidade, sob forma de resistência passiva, dissídio, greve, ou aproximando-se da revolta, é sempre após o pedido ou a exigência que recebem um favor. Falta à consciência das massas a confiança, que só o esclarecimento dará, no processo de que são, elas mesmas, os agentes mais eficazes. Não se coordenam senão em ações reivindicatórias momentâneas, que, por mais razoáveis que sejam, não bastam para alterar a conjuntura.

Ora, é a alteração da totalidade representada pelo estado de subdesenvolvimento do país, que é preciso ter em mira. Porque essa mudança é simultânea com a do estado das massas que a vão produzir. A industrialização em larga escala, a mecanização da agricultura, a racionalização dos serviços públicos são feitas com a concomitante melhoria econômica e cultural do trabalhador, pois o avanço do processo objetivo impõe novas representações conscientes no espírito das massas, que se traduzem inevitàvelmente em

realizações sociais e políticas. Compete, pois, aos que decidem empreender o projeto de desenvolvimento, contribuir para esclarecer a consciência do proletariado sôbre as verdadeiras possibilidades de modificar o seu nível de vida, o que não decorrerá nem da boa vontade das classes patronais, nem da solicitude amorosa do Estado, receoso sobretudo de uma revolta social, mas da consecução dos fins visados pelo projeto libertador da economia nacional que implica alterar, para melhor, o estatuto do trabalhador. Essa alteração poderá talvez ser conseguida sem choques nem violências excessivas, embora não esteja dito que as coisas se passem sempre nesta hipótese mais desejável. Não é a bondade ou a condescendência do empregador, em resposta a patéticos apelos das chamadas fôrças morais da sociedade, que irá conceder ao operário existência segura e confortável: se tivéssemos de fundar nossas esperanças em base ùnicamente psicológica, não haveria meios de nos livrarmos de sucessivos desenganos. A verdade, porém, é que existe uma lógica interna no processo da realidade; na solidez da sua objetividade repousam nossos pressentimentos. É o processo do desenvolvimento nacional que, para continuar, exige a melhoria do nível de vida das massas. Esta não ocorrerá como favor, e sim porque ou se faz ou o país estanca e retrocede. Se os podêres que, em dado momento, detêm o comando da sociedade dispuserem de suficiente ímpeto para se lançar sem parar à realização dos seus fins, quer dizer, se houverem constituído um núcleo de interêsses econômicos bastante fortes para não serem abandonados antes de satisfeitos, terão de atender a tôdas as condições objetivas exigidas por êsses interêsses. Ora, entre elas está o progresso do padrão vital das massas. Tudo se cifra em que sejam de caráter nacional tais interêsses, tenham suas raízes no desenvolvimento interno e seus princípios na idéia nacionalista do destino do país, pois, do contrário, voltados primeiramente para o atendimento de necessidades estranhas ao nosso projeto próprio, poderão por acidente, por medida tática, levar a efeito alguma melhoria no nível de vida do povo, mas não lhe darão o comando do processo, não lhe oferecerão a plenitude dos bens que as condições materiais em progresso permitiriam conquistar. Se existe de parte dos empresários sem consciência crítica e dos associados aos projetos alienígenas deliberado intuito de melhorar a vida do homem é para fazer dêle um trabalhador melhor. Porque precisa de melhor instrução para trabalhar com máquinas mais aperfeiçoadas, porque o trabalho mais complexo obriga a cuidados especiais

de regime e saúde, em suma porque é agora um trabalhador de quem se exige mais, é que seu nível de existência se transforma para melhor. A atividade que desempenha no trabalho mais difícil reverte indiretamente em melhoramento do homem. Mas não há valor moral nessa benfeitoria recebida a título de concessão, e que caberia ao trabalhador obter por si mesmo no âmbito do projeto nacionalista.

O trabalhador em atividade primária é êle próprio primário. Não tem senão consciência elementar, confusa, balbuciante, incapaz de definir seus interêsses; vive apenas na forma sensitiva de quem sofre as conseqüências de uma situação, sem saber a que se deve, nem como seria corrigida. A consciência assume a postura crítica quando começa a meditar sôbre o seu caráter eminentemente ativo na construção do mundo. Ao refletir sôbre a ação humana como causa de paralelas modificações do sujeito e do objeto, o pensamento passa a considerar o processo da realidade como dependendo, no plano da existência social, da intervenção direta e constante da atividade. Percebe então que uma coisa é o processo objetivo na sua realidade natural, como campo de fôrças físicas, outra é a promoção dêsse processo ao grau histórico, como suporte de um desenvolvimento superior, o da sociedade. No primeiro caso, a vida humana pode estar presente, mas se acha envolvida pela exclusiva realidade física do acontecer, o homem é arrastado por um movimento primitivo, que escapa quase de todo ao seu domínio, não tendo pràticamente meios de nêle interferir, e assim, não lhe sendo permitida nenhuma iniciativa original, prossegue indefinidamente, imerso na rotina elementar do mero existir biológico. Em tais condições, pouco acima está da pura e simples animalidade. À medida, porém, que a consciência desperta, o homem começa a se compreender como ser que projeta o seu ser e se lança a descobrir meios de atuar no processo que o arrasta. O projeto de um ser para si obriga a forjar um projeto de mundo. Julgando-se capaz de se fazer do modo como deseja, reconhece que só o conseguirá intervindo nas condições materiais do espaço físico e social que o envolve. A consciência crítica da atividade dá ao homem a certeza de ser o autor do seu ser, e ao mesmo tempo lhe revela que a mudança implicada nessa conquista não é de ordem puramente interior, mas acontecimento objetivo, o qual só ocorrerá como conseqüência de uma operação, às vêzes violenta, sôbre a natureza e a sociedade.

d) *Ação e resistência à ação*

A meditação sôbre a atividade como atributo do pensar crítico não estaria completa se não abrangesse um aspecto que não se costuma destacar devidamente: o da resistência como elemento da ação. Sabemos ser um dos princípios da dinâmica física que a tôda ação corresponde uma reação. A resistência apresenta-se como elemento implícito na possibilidade de agir. Mas a consciência da validade desta correlação no plano histórico é em geral obscurecida pela atitude unilateral que acentua a importância da ação, omitindo o papel da reação. Só é levado em conta o lado positivo do agir, o fato de consistir no esfôrço em vista de um fim, mas se descuida de mencionar como parte integrante, conceitual e realmente, dêsse esfôrço os fatôres de resistência da realidade sôbre a qual se exerce. Dada a natural tendência a negligenciar o antagonismo ao avaliar um projeto de ação, com freqüência somos conduzidos, por um passo adiante no declínio ingênuo, a julgar que a ação se pudesse passar sem reação, ou que fôsse mais fácil e eficaz se não encontrasse resistência. Cabe aqui lembrar a ilustração, em tema diferente do nosso, imaginada por ilustre filósofo: refere-se ao pássaro que, sentindo a resistência do ar onde se move, talvez julgasse que voaria melhor se não houvesse essa dificuldade, mas em verdade, se assim fôsse, simplesmente não voaria. Levar em conta a resistência como fator, é essencial para o correto entendimento de todo projeto modificador da realidade. Não se trata, aqui, do conceito trivial de haver sempre quem se contraponha às propostas inovadoras; trata-se de considerar a resistência enquanto conceito existencial, pois é próprio do ser humano assumir a atitude resistente. Os fundamentos dêste modo de proceder são profundos e se encontram no entrelaçamento dos projetos individuais, ou seja, na comunicação como princípio de todo comportamento. Com efeito, o projeto que um indivíduo faz de si e do seu mundo está em curso quando sôbre êle incide um projeto alheio. A resistência que o primeiro exercerá só aparece como tal aos olhos do segundo, porquanto para aquêle a resistência é apenas a insistência. O resistente não se vê como praticante de uma ação contrária, mas como um agente que insiste em executar o seu projeto, o qual teve, em dado momento, aumentadas as dificuldades pela superveniência da operação de outrem. Não é um opositor, porque não considera o projeto contrário como em via de triunfar; não pro-

cura embargá-lo, mas afirmar o seu mesmo propósito, apesar do acréscimo de obstáculos.

Contudo, esta situação, autêntica enquanto conflito existencial, não é simétrica. Se assim fôsse, não se chegaria a caracterizar concretamente qual dos dois antagonistas constitui na verdade a resistência. É que não são iguais em valor os dois projetos, por hipótese, opostos. Temos de partir da "posição", isto é, do estabelecimento de um dêles como preferencial, por algum motivo válido. Justamente aqui está a diferença entre a apreciação simplista e a crítica. Para a primeira os critérios de preferência decorreriam das intenções subjetivas de um dos agentes ou de código abstrato, origem de valores, os quais, aplicados ao exame da situação conflitual, decidiriam do significado dos opositores. O pensar crítico porém possui os critérios corretos para avaliar um choque existencial desta espécie, pois derivam da prévia apreensão do sentido do processo histórico objetivo. A consciência crítica desempata corretamente a aparente simetria das situações, segundo a qual, se dois projetos se defrontam, cada um é resistência para o outro. A idéia de resistência não se aplica aqui com caráter de reciprocidade abstrata, nem deve ser transferida, inalterada, do modêlo físico para o curso histórico. Deve ser induzida da análise concreta do processo social. Com apoio neste encontraremos critérios para decidir qual das atitudes correlatas representa o projeto positivo e qual deve ser julgada carga passiva. Se o dinamismo da história é objetivo, isto significa que existe um campo de fôrças onde cada projeto receberá sinal indicador do seu sentido histórico. Uns, porque coincidem com o rumo do processo, terão vetores positivos, outros serão marcados pelo índice da orientação retrógrada.

Não procede, portanto, o possível argumento do pensar ingênuo que desejasse acusar a nossa posição de subjetivismo, parcialidade, inocência crítica, por nos acreditarmos possuidores de critérios privilegiados, que utilizaríamos de maneira dogmática. Parece-nos, ao contrário, que a objetividade do curso da realidade estabelece com antecipação e sem incerteza o sentido dos atos que sôbre ela se venham a exercer, definindo desde logo alguns como necessàriamente contrários ao impulso, interior ao processo, que está movendo o desenrolar dos acontecimentos. No processo em marcha não há equivalência entre as ações, nem elas adquirem sentido só posteriormente, conforme o resultado que produzam. O significado, favorável ou contraproducente, dos atos sociais é dado pelo curso geral da realidade que os precede, e constitui por si critério de julgamento. Quando o pensador vinculado aos preconceitos de uma classe reacionária ou o político comprometido com os interêsses da indústria estrangeira tentam opor-se às iniciativas das classes progressistas ou aos objetivos da indústria autóctone, o rumo geral do processo do desenvolvimento, bem como a prática social das classes empenhadas em promovê-lo estabelecem critérios objetivos de julgamento, indicadores do caráter resistente e retrógrado daqueles indivíduos. Que o pensador político possua o conhecimento de tais critérios é uma coisa, outra é sua existência efetiva. Basta êste segundo fato para alicerçar o nosso modo de pensar, quando dizemos haver imersas na realidade as regras da sua transformação, e portanto os critérios que rompem a suposta simetria entre ação e reação nos projetos da sociedade. A atitude negativa, o projeto retrógrado, o contraprojeto, a resistência, são contudo igualmente objetivos, inscrevem-se no real, porque são obrigados a se enquadrar, embora tentando contrariá-la, na lógica do processo em andamento.

Quando um país adota por projeto coletivo o desenvolvimento econômico, as atitudes práticas ou apenas intencionais que se disponham a fazer-lhe obstáculo, mesmo cobrindo-se, na aparência, das mais razoáveis formulações, são objetivamente inválidas, porque não depende dos seus defensores estatuir a norma pela qual devem ser apreciadas, mas da história, cujo intérprete supremo é a consciência coletiva. A êsse propósito é significativo observar que amiúde o defensor do projeto resistente, da posição reacionária, faz menção explícita de estar combatendo o que chama de êrro generalizado, de desvario coletivo, de "loucura que se apossou da nação" etc., mostrando assim que tem plena conta de se opor, em nome do bem-senso ou da verdade, a uma decisão, a um movimento das massas. Dá com isso testemunho de serem os outros, a maioria que sucumbe ao êrro e à incompreensão, os que impulsionam a história pelo mau caminho. A consciência da resistência chega algumas vêzes a ser proclamada com orgulho, podendo até ser requerida como medida de salvação pública. Neste caso extremo a inversão é completa, a atitude reacionária é concebida como o caminho certo, que é preciso forçar a história a seguir. Quando a incapacidade e o imoralismo dos governos são completos, quando a desorientação e a ousadia das massas fazem a comunidade chegar à fronteira da convulsão revolucionária, é imperioso que as fôrças sociais sadias obriguem o país a andar para trás, a fim de voltar a um ponto de onde possa

encetar rumo mais razoável. Não é exigido grande vigor de inteligência para se perceber a ingenuidade constitucional de tôda consciência reacionária. Para começar, julga que é possível encurvar o curso histórico, e até fazê-lo decorrer para trás. Em seguida, acredita que a exortação ou as medidas de violência são meios hábeis de produzir êsse resultado. O que há de quimérico, de inocente, nesse intuito mede seu desconhecimento e ininteligência da história. Julgando poder desviar o rumo do processo histórico ao sabor de seus interêsses ou por fidelidade às idéias em que acredita, a consciência ingênua deixa de ser inofensiva, quando se configura decididamente como reacionária. Deixa de ser um resíduo, um anacronismo, tocando às vêzes as raias do pitoresco ou do ridículo, para se tornar obstáculo efetivo.

Por outro lado, a consciência cujo projeto de reforma da realidade nacional é válido e oportuno, acha-se exposta ao sério risco de não apreciar devidamente o papel da resistência. E diríamos que dois casos se apresentam, ambos carregados de ameaças para o bom êxito do projeto desejável. Talvez ocorra o não reconhecimento das resistências normais. Não levar em conta as dificuldades do próprio projeto é perigo capaz de carregar de tanta leviandade a consciência originàriamente autêntica, que ameaça fazê-la degenerar na ingenuidade. A resistência é fator da dialética do processo, deriva, como dissemos, de existirem sempre, numa sociedade estruturada em classes discordantes, interêsses materiais e posições ideológicas associados à situação real que o projeto de desenvolvimento procura substituir. Com efeito, à medida que começa a ter eficácia o projeto progressista, vão sendo eliminados os suportes do velho estado de coisas, com o natural protesto dos que dêle viviam e não conseguem adaptar-se à etapa mais avançada. Tal atrito histórico é normal, cabe aos sociólogos e economistas descrevê-lo em cada momento, prognosticando até que ponto a inércia a vencer se manterá dentro de limites razoáveis. Mas, ao sofrer o choque das fôrças opostas, ou sob o efeito da fadiga causada pela luta contra a incompreensão, a consciência crítica está exposta a um segundo risco, não menos grave, o de superestimar as dificuldades, irritar-se com elas, e desejar por isso suprimi-las por completo, o que é impossível e desnecessário. Tentará eliminar, geralmente pela violência, a resistência exacerbada, julgando que a eficácia do bom projeto depende da aceitação unânime. Segundo esta perigosa forma de pensar, o ideal da ação seria realizar-se sem resistência. Em síntese, é êste o princípio dos totalitarismos. É claro tratar-se de doutrina ingênua, ignorante das condições de viabilidade da ação histórica. Julga indispensável impor, prèviamente, o silêncio no campo social para nêle inserir com proveito o projeto valioso. Não observa, entretanto, que o procedimento de supressão violenta das resistências é êle próprio um projeto, que suscita igualmente resistências, que, para serem vencidas, exigiriam uma violência anterior, de onde o regresso ao infinito nas exigências prévias ao suposto estado ótimo para a ação.

Falta aos teóricos do totalitarismo a reflexão sôbre as condições objetivas da atividade, as quais incluem como necessário, na etapa atual, o antagonismo histórico, entre fases díspares do processo, entre representantes do velho país em extinção e os portadores dos novos interêsses sociais.

A contraposição condiciona a possibilidade da dialética do processo; se fôsse suprimida, e instalada em lugar dela a unanimidade de opiniões, deixaria sem pontos de referência, sem coordenadas, sem métrica, o julgamento da praticabilidade, da eficiência e do progresso do desenvolvimento projetado. A ação histórica que tem em vista "pôr" na realidade algo novo, só é capaz de fazê-lo enquanto o contrapõe ao existente. Mas, justamente o que a teoria política fascista e totalitária pretende é executar uma "posição" sem contraposição. Ora, esta impossível façanha só na aparência admite ser levada a cabo, só é exequível por meio de uma impostura histórica, que consiste no fato da "posição" suposta nova, e que se trataria de instalar, ser na verdade de uma versão quase inalterada do existente, para assim não suscitar contraposição. Noutras palavras, só é cabível executar o projeto totalitário se coincidir na essência com o estado de coisas vigente, se não alterar os interêsses estabelecidos, mantiver os esquemas proveitosos para as classes dominantes, não abalar a ideologia convencional, em suma, se não fôr revolucionário. Compreende-se, então, a natureza radicalmente reacionária e anti-revolucionária de qualquer totalitarismo. Pois o que define esta concepção política é o projeto de englobar a sociedade e o processo histórico num esquema absoluto de relações totais, de modo invariável, a-histórico, sem lugar para a resistência ou para tentativas de contra-atividade. Não conhecendo as reais correlações que estabelecem as oposições entre as classes sociais, sua razão de ser e a maneira racional de suprimi-las, acredita poder extinguir os antagonismos entre elas mediante o fascínio de uma ideologia abstrata, irracional, centrada sôbre con-

ceitos míticos, como "raça", "sangue", "povo", "nação" (no sentido impróprio em que é possível utilizar êste último conceito para fins ideológicos reacionários) "império" etc., e que na verdade se destina a assegurar o predomínio da elite, detentora do poder econômico, sôbre a massa. Como em estilo puro e em forma consciente tal sistema é por princípio inexecutável, por contrário às leis da dinâmica dos fatos, sua efetiva ocorrência histórica só se explica pelo caráter, que assume, de embuste revolucionário. É exatamente por ser anti-revolucionário que um totalitarismo consegue, por breve período, triunfar no curso de um processo nacional. Porque, apresentando-se exteriormente num travesti de revolução, é por dentro simples rearranjo do estado de coisas vigente. Desta maneira, não desperta a resistência das facções mais poderosas do sistema social, mas, ao contrário, identifica-se com elas, e só com isso pretende apresentar-se como regime de unânimidade. Julga que não entrando em choque com as potências dominantes, não encontrando oposição por parte dos altos dignitários da sociedade prova ter conseguido a totalização das fôrças nacionais. Só lhe resistem as parcelas mínimas das correntes sociais representativas de um estado social nascente, mas estas com facilidade serão reduzidas e aniquiladas em sua contra-atividade.

Eis porque nenhum país subdesenvolvido poderá promover sua subida ao grau de país plenamente desenvolvido sob o regime de uma ditadura conservadora, pois esta é, por natureza, o compromisso com o modo de ser vigente, aquêle que, por hipótese, se trata de suprimir. O projeto de desenvolvimento é sempre revolucionário, porquanto precisa ser concebido segundo a categoria de totalidade, e a mudança qualitativa total nas condições da sociedade é o que se entende como revolução. Para executá-lo exige-se consciência revolucionária, que se decida a praticar o salto no futuro, recusando-se voluntàriamente às acomodações com o estado presente, sempre possíveis em forma aleatória. Sabemos, porém, que o projeto revolucionário autêntico decorre da consciência crítica, a qual, como mostramos, contém entre seus elementos constitutivos a compreensão da atividade, que considera a resistência como fator normal. Não pretenderá por isso suprimir, por simples repúdio ou esmagamento, a atitude antagonista, mas necessita entrar em diálogo histórico com ela, a fim de superá-la pela mudança geral do contexto onde a posição resistente tinha suportes. A consciência relutante é portanto dado fundamental da idéia crítica da realidade. Todo projeto autêntico de alterar as coi-

sas deve contar com ela, com os infinitos recursos de negação, crítica, calúnia, impedimento, revolta que lhe venham a ser opostos. O projeto de desenvolvimento é "luta de vida ou morte", e não a "luta amorosa", que alguns filósofos acreditam representar o modo normal de encontro das consciências. A consciência recalcitrante é indispensável ao prosseguimento do combate dialético entre o velho e o novo, e duplamente útil; por exprimir o estado de espírito do elemento obsoleto, o que permite saber exatamente em que êste consiste, e por indicar, pela veemência do seu protesto, o progresso do elemento inovador.

Existe, pois, base teórica para afirmar que o regime político de convivência democrática, enquanto não se constituir em empecilho ao avanço das fôrças populares, que buscam assumir o comando social, oferece meios de executar o projeto de desenvolvimento. Nada há de mais perigoso do que a sedução do totalitarismo para os homens que se dispõem a pensar o projeto de desenvolvimento nacional. O desejo de suprimir as resistências é tão forte, quase tão natural a ilusão da conveniência da docilidade, que é preciso possuir apurada consciência crítica, ou ter recebido séria advertência filosófica, para não cair na fraqueza da violência. Contudo, torna-se necessário distinguir entre a aniquilação da consciência resistente, praticada como procedimento normal e permanente pelas elites burguesas nos regimes totalitários, e a fase revolucionária do processo do desenvolvimento. Esta não ocorre obrigatòriamente, muitos países talvez dispensem o ônus histórico que representa e ingressem sem choques armados na etapa social superior. Mas não é impossível que tenha de ser atravessada, e neste caso não há que confundir as medidas de exceção, as ações drásticas, as limitações jurídicas que vier a ditar, com o estabelecimento, em forma de regime, da ilusão totalitária. A luta pelo desenvolvimento será levada às vêzes a assumir aspectos dramáticos, com eventual desempenho de atos de fôrça; mas só será autêntica, se não abortar em ditadura pessoal ou de grupos, se souber demonstrar a consciência crítica que a movia, organizando imediatamente a estrutura social democrática para o prosseguimento regular do processo de desenvolvimento. A comoção física inicial não se destina, em tal caso, a suprimir o diálogo entre as formas antigas e as novas, mas a instalá-lo, eliminando as condições que o suprimiam, ao impedir as manifestações da consciência nova. Tal concepção tem em vista a atual fase histórica de um país como o nosso, no qual o processo do desenvolvimento não in-

cumbe exclusivamente a uma só classe social. Enquanto nos encontrarmos na presente situação, na qual diversas classes são chamadas a colaborar na transformação econômica do país, não cabe considerar em primeiro plano as divergências que as separam, pois existe um fator comum que as unifica numa só "frente" de luta, em face de outros grupos e de outras classes, empenhadas em conservar o estágio econômico, as idéias e os valores peremptos. A eventualidade, muito provável, de embate violento para abrir caminho a estruturas sociais novas e a idéias originais, diz respeito neste momento ao choque entre representantes do velho Brasil, semicolonial, agrário, passivo diante do capital estrangeiro, e uma nova etapa histórica, que está sendo criada por fôrças econômicas de origem interna, constituídas pelo trabalho das massas. As micro-revoluções militares, conduzidas por expoentes das camadas moribundas da nossa sociedade, são indício de que os grupos econômicos e ideológicos em extinção talvez venham a tentar o grupamento final para desesperada tentativa de sobrevivência, mediante golpe mais sério.

A reflexão sôbre o processo da realidade, revelando o papel nêle desempenhado pela atividade consciente, põe a descoberto a presença do outro, como resistente ao movimento empreendido, e indica a impossibilidade e a nocividade de ocultá-lo. A mentalidade ingênua, contudo, ao verificar que a consciência antagonista está sempre presente, acredita que a medida a tomar é aboli-la pelo esmagamento, proclamando a necessidade de adesão unânime. É prova de simplismo de espírito confiar na excelência dêste procedimento. Entretanto, é isto o que fazem os totalitarismos e o que não devem fazer as democracias. A consciência democrática autêntica, não a que apenas se vale dêste rótulo para encobrir o domínio interno e internacional de uma classe exploradora, situa-se no terreno do pensar crítico e, por mais imperfeita e infiel que seja na prática, nunca deixa de reconhecer o pensar oposto. Sem dúvida, a consciência democrática apresenta-se na história em manifestações mais defeituosas do que a totalitária. Isto se deve a que as atitudes ingênuas são mais simples e de mais fácil observância, quando as circunstâncias lhes dão oportunidade. Já a consciência democrática, para assumir os níveis superiores de lucidez e fidelidade aos princípios que, para dada fase histórica, a devem nortear, tem de enfrentar a complexidade das situações objetivas e estabelecer-se como pensamento cujo equilíbrio é muito mais instável do que acontece com a sua opositora. Mas o

essencial, aquilo que, perdido, seria a descaracterização do comportamento democrático, é entender que tôda atividade se faz contra alguma resistência.

Põe-se então o problema de saber como é possível realizar o projeto de desenvolvimento nacional dentro do regime democrático. A objeção, demasiado fácil, levantada pelo pensar violento, é a de que jamais se congregará, por ato espontâneo das vontades individuais, o assentimento de uma coletividade de milhões de cidadãos para um plano que altera radicalmente o estado de coisas, ao qual estão ligados poderosos interêsses de tantos dêles. A resposta oferece-nos ocasião de denunciar, mais uma vez, o defeito congênito de todo pensar ingênuo. Com efeito, a objeção só parece ter algum sentido porque parte de um conceito meramente psicologista do fato histórico. Os indivíduos, de que faz menção, existiriam apenas enquanto unidades pensantes, inteiramente independentes do processo objetivo, entregues a um livre arbítrio desnorteado e sem suportes, decidindo em abstrato do assentimento às propostas de ação coletiva. Ora, tal imagem da sociedade e do modo como nela figuram os indivíduos é simplesmente mítica. Na verdade, nem o projeto proposto nem a decisão pessoal são abstratos, e sim concretos. Sendo concretos, está constituída antecipadamente, em função dos interêsses beneficiados ou ofendidos, a linha divisória da consciência social, que não pensa de modo abstrato os projetos políticos ou econômicos, conforme julga a teoria ingênua, mas à vista dos proveitos ou danos que considera advir dêles. Se, por hipótese, o projeto proposto contempla a realidade social no sentido do desenvolvimento, satisfaz os anseios das massas, e portanto se inscreve como momento necessário ao avanço da dinâmica do real, está-lhe assegurado o consentimento das camadas populares mais numerosas, que não são livres ao se decidirem, não oscilam indiferentes na escolha do voto, mas o tem implícito na circunstância objetiva em que se encontram. A consciência primária, impressionista, apontará talvez casos isolados, individuais, que fazem exceção ao enunciado anterior, isso porque lhe falta o percebimento do fenômeno social conjunto, para cuja observação se necessita exatamente da forma crítica de pensamento. O projeto autêntico consegue por necessidade o máximo apoio, precisamente porque só é autêntico se está destinado a consegui-lo. A objeção anterior ignora a existência da lógica histórica.

Existe, por conseguinte, para cada momento do processo nacional um projeto autêntico, que apenas espera ser for-

mulado para ser reconhecido pela massa como aquilo que é o seu próprio pensamento e exprime os seus desejos. Por não ter esta certeza, a consciência cândida, não acreditando no assentimento espontâneo da maioria do povo em função da qualidade do projeto, quando se quer apresentar como democrática e ciosa da consagração popular, é obrigada a disfarçar, os recursos de que se utiliza para dar probabilidade de sucesso eleitoral às posições que adota. Um dos meios de que se vale é proclamar princípios superiores e tentar fazê-los aceitar pelas massas. Um dêstes princípios é divinizar o papel das elites na democracia, mostrando caber-lhes necessàriamente o govêrno, sob pena de desaparecer o regime. Faltando-lhe a idéia da objetividade do processo histórico, que lhe faria ver como necessário o desdobramento dialético do presente no futuro, é levada a supor que existe na sociedade uma área central, destacada do fluxo histórico, de onde partem as decisões livres que dirigem o curso dos acontecimentos. Êsse foco de decisão seria ocupado pelos elites. Têm a seu dispor material amorfo e passivo, dotado de impulsos elementares, cegos, limitados. No recinto sagrado acham-se os detentores do poder político, os pensadores acatados, os chefes militares superiores, os líderes espirituais pontificantes, intelectuais, professôres, artistas, técnicos mais capazes, todos aquêles que, como executores ou expoentes do equilíbrio social, determinam com conhecimento e poder decisório o rumo a imprimir aos negócios públicos. As exigências das massas são interpretadas ou como resultado, quando impertinentes, da obtusa imprevidência das elites anteriores ao dia de hoje, que não souberam disciplinálas em razoáveis limites, ou como estímulo benéfico para que os atuais líderes de direito não adormeçam na tranqüilidade das posições vantajosas e permaneçam atentos aos problemas comuns. Compreendida no âmbito de semelhante doutrina sociológica, a democracia nunca pode ser pura, nem plenamente sincera no seu procedimento, em particular no caso de pugnas eleitorais. Com efeito, acham os teóricos reacionários que, entregues a si mesmas, as massas votam mal, isto é, desobedecem às elites. Para corrigir esta escandalosa lacuna do método democrático, torna-se imprescindível reforçar por todos os meios persuasivos o poderio das elites, não sendo mesmo condenável, em princípio, a fraude generosa ou a violência dissimulada, visto que, praticando-as, estariam os grupos dirigentes exercendo o direito inato de pastorear a multidão desorientada.

Enquanto o processo eleitoral se fizer apenas pelo sufrágio dos alfabetizados, isto é, de uma minoria que, em relação à totalidade do povo, representa uma elite, exprimirá uma base de classe, pois será sempre dirigida pelos que mantêm ligações de dependência com os interêsses econômicos dos grupos dirigentes. A exclusão dos analfabetos dá à nossa democracia o significado de uma concessão feita pela classe dominante, a qual não admite serem ultrapassados os limites que traça às regras do jôgo. É verdade que a ficção democrática é de certo modo corrigida, ou seja, a eleição adquire algum teor de autenticidade porque dela participam milhões de semi-analfabetos, indivíduos pràticamente indistinguíveis daqueles que a lei exclui do direito de voto.

Vemos, portanto, que o problema da proveitosa realização em regime democrático dos planos de desenvolvimento nacional depende em primeira linha da predominância na coletividade da atitude ingênua ou da crítica. Vigorando a forma simplória do pensar, o projeto de atividade construtiva derivará do gênio individual, da inteligência brilhante, da riqueza de cultura dos homens de proa. Para a forma crítica, ao contrário, o desenvolvimento se fará pelo aproveitamento das virtualidades materiais, das oportunidades sempre em eclosão no seio do processo objetivo, cuja expressão consciente são os anseios das massas, e só poderá ser conduzido por aquêles que, manejando a ciência e a técnica mais avançadas, se identificarem com o estado material de subdesenvolvimento que se trata de abolir. O conceito de objetividade do processo histórico é incompatível com a consciência ingênua da democracia. Se as elites dispõem livremente da direção dos acontecimentos, pela inexistência de leis imperiosas que regulem as transformações sociais, o imenso proletariado urbano e rural nada mais é do que material de manobra com que a classe dominante faz a história; se, porém, existem determinações objetivas nos fatos, as quais se impõem sem poder ser revogadas, então são as massas, por deterem nas mãos a fôrça de trabalho que engendra os acontecimentos, que constituem o sujeito próprio, a quem deve caber no regime democrático o comando da evolução da sociedade, a formulação e o desempenho do projeto de desenvolvimento nacional.

e) *Caráter histórico e social dos valores*

A consideração da atividade como atributo constitutivo da consciência superior não nos conduz apenas à excursão precedente no terreno da teoria política; leva-nos, igualmente,

a refletir sôbre o problema ético. Não sendo oportuno tratá-lo aqui em todos os seus aspectos, basta-nos assinalar-lhe a presença no conjunto de temas referentes à categoria de atividade e dizer em poucas palavras o seu significado para a consciência crítica. Consiste o problema, essencial a tôda meditação filosófica, em indagar do fundamento dos juízos de valor que emitimos em face das coisas e dos fatos, de onde tiramos um código de normas para tôda ação possível. Não nos vamos ocupar da multiplicidade de sistemas registrados pela crônica do pensar filosófico e que se propuseram dar resposta à pergunta ética. Tampouco entraremos no debate sôbre os direitos da filosofia exclusivamente racional a resolvê-lo, nem discutiremos se é indispensável a referência ao destino transcendente do homem, conforme acreditam aquêles para quem só a interpretação da essência humana na dimensão do sagrado, por uma religião positiva, solucionaria o problema da existência e sentido da lei moral. Desejamos, modestamente, acenar apenas para a dualidade de modos de pensar envolvida nas infindáveis discussões em tôrno dêste tema. Sem pretender entrar a fundo na controvérsia, seja-nos lícito indicar que o tema ético se apresenta diferentemente conforme é tratado pela consciência ingênua ou pelo pensamento crítico, da maneira como as definimos neste estudo. A diferença decorre principalmente de dois fatôres: do valor atribuído à atividade, enquanto modo de ser do homem, e da consideração em que é levado o processo histórico objetivo.

Quanto ao primeiro ponto, os filósofos que colocam a essência do homem no poder de ideação, na pura capacidade intelectiva, e deprimem a atividade a plano secundário, serão naturalmente propensos a formular uma ética sistemática, apresentada como estrutura de regras para todo agir, subsistindo eterna, completa e imutável, ou por decreto da divinidade ou porque os valores a cultuar e as normas de acôrdo com as quais se devem cumprir na ação efetiva são parte do mundo de objetos transcendentes, existentes por si, fora das coisas do mundo terreno, e que só cabe contemplar pelo pensamento. Será, então, uma ética dedutiva, produto do procedimento da razão que deduz do conhecimento de um princípio primeiro a seqüência das proposições que enunciam os valores destinados a informar a conduta humana. Se, ao contrário, aceitamos a tese de que é na ação, ao exercer as suas relações sociais e ao criar outras, que o homem produz o seu ser real, que, como tal, não depende de nenhum mundo à parte, nem da promulgação divina, seremos

levados a uma ética aberta, de natureza indutiva, constituída em conjunto, sempre inconcluso, de regras operatórias e ditames valorativos, cujos fundamentos estão na própria ação, que se trata de regular, pois são resultado do agir prévio do indivíduo e da espécie que determinou, de modo como é, o presente ser do homem. Ora, isto não é outra coisa senão afirmar que os fundamentos da ética são sociais e não metafísicos ou teológicos. Todo mandamento moral tem por origem a sociedade a que se deve aplicar, e reflete a estrutura de relações entre os homens nela existentes, o regime de produção dos bens, as conexões com outras sociedades diferentes.

Esta dualidade de concepções forma dois gêneros amplos, dentro de cada qual se verificaram múltiplas variantes, diferentes entre si, mas concordes nos traços definidores. Sabemos, pelo exposto nas considerações anteriores, que o pensamento crítico adota a segunda destas posições. É, com efeito, uma modalidade do espírito primário e inocente, aquêle que se recolhe à vida contemplativa, valorizando-a como superior à ação exterior, material. Segundo esta simplicidade, o homem só atinge a culminância da sua natureza quando se entrega à especulação desinteressada, à meditação amorosa dos seus vínculos com a divindade, de que a recompensa suprema seria o êxtase beatífico. Justifica a excelência dêste estado porque, ao contemplar o mundo luminoso das essências puras ou ao embalar-se na meditação sôbre o destino celestial, o homem se distanciaria da materialidade aviltante dêste mundo inferior, onde vive condenado ao trabalho e ao sofrimento, e se abriria à visão excelsa do Bem, dos valores e das leis morais. A superioridade da vida contemplativa consiste em permitir ao homem o contato supra-eminente com o divino e dar-lhe oportunidade de apreender com a máxima lucidez as normas eternas e imutáveis a que se deve submeter. O homem realizará, portanto, de maneira mais perfeita a sua qualidade moral, ao colocar-se em espírito mais próximo à fonte da lei invariável, pois dêste modo será capaz de melhor incorporá-la à sua natureza, fraca e sempre em risco de desfalecimento. Não deixemos de assinalar o paradoxo em que assenta esta atitude: o homem de vida moral mais elevada seria aquêle que afinal não agisse. O conhecimento da lei que adquirisse pela contemplação, embora tal lei se destine a regular a ação, de nada lhe valeria, desde que sua existência se consumiria tão só em adorar ou pensar, não em atuar.

Para elidir esta conseqüência, os moralistas filiados a

esta corrente ou introduzem o conceito de ação interior, sobrevaliosa mais que tôdas, a qual, sendo atividade em grau máximo de perfeição, é o modo mais excelente de executar a lei ética; ou terminam por equiparar à ação as atitudes que na verdade constituem a renúncia e a resistência à atividade, considerando pertencer à esfera volitiva a contemplação. Cabe aqui apenas assinalar, sem debater o assunto, que semelhantes filosofias se explicam por seus suportes históricos e culturais, pela situação dos seus adeptos em determinadas camadas da estrutura social, que os obriga à defesa dos interêsses materiais e ideológicos daí resultantes. Apenas em certos períodos de evolução histórica e por determinadas frações da sociedade foi possível conceber a divinização da ociosidade, e chegar à estranha idéia de que a vida moral melhor é a que se resume na contemplação espiritual do bem, dispensando-lhe a realização concreta, social. Se a quase totalidade dos homens é obrigada a trabalhar para viver, e não a contemplar, o louvor da contemplação é atitude odiosa de uns poucos indivíduos que aproveitam as possibilidades de lazer que o regime vigente de produção lhes assegura, para se valorizarem por êsse privilégio e se apresentarem em face das massas laboriosas como moralmente "melhores", por praticarem uma conduta anti-social. É em essência uma atitude egoísta, pois, por mais que conclame a todos, sabe que só um número ínfimo chegará a nível tão alto de aperfeiçoamento espiritual e, uma vez que a salvação dos homens depende da realização ética de cada qual, abandona a imensa maioria à desvalia, ao desprêzo, à infelicidade. Dá origem ao princípio anti-social da caridade, entendida como transbordamento das almas generosas, ricas da virtude que conquistaram pelo esfôrço constante, que mantêm pelo domínio das tendências inferiores. Faz da triste humanidade comum, dos outros, os que não se podem desapegar das ocupações terrenas, o material da ação virtuosa, ou porque se engrandeça de méritos espirituais ao meditar sôbre a miséria moral dos homens, ou porque se disponha à prática de discursos exortativos, de atos de oblação, de obras de assistência "aos pobres", na verdade comoventes, embora pràticamente ineficazes no seu limitado alcance, com o fim de minorar os sofrimentos humanos. Na sua ingenuidade acredita que tais sofrimentos têm fundamentalmente origem moral, e não social, dependente das condições de trabalho, e por isso se dispõe a curá-los pela simples correção da conduta, pois é esta a única coisa que lhe parece estar errada no mundo. Cria a ilusão do "homem interior", a parte divina do ser, à qual reserva o cultivo dos valores éticos. O homem moral é essencialmente o homem interior, que cumpre no íntimo da consciência ética a lei a què está subjugado, sem discuti-la, nem modificá-la, porque sabe que tem origem no mais que humano. A consciência teológica ou filosófica simplória dispensa-se de agir, ao menos em princípio, a favor dos outros, a não ser para exortá-los a seguir o seu exemplo, a se interiorizarem igualmente. Agir é menos digno que pensar, porquanto só o exercício racional outorga ao homem a completação do ser. O mérito supremo reside na pura contemplação da lei. Tem menos mérito agir meritòriamente do que pensar no mesmo ato a título de possível. Não chegaríamos ao fim se quiséssemos denunciar todos os enganos próprios desta postura ingênua; basta lembrar apenas, ainda correndo o risco de nos repetirmos, a diferença psicológica entre as "faculdades" da alma, e a miragem do "ser interior".

A consciência crítica assume neste problema o ponto-de-vista oposto. Por isso, dela derivam todos os sistemas de ética que dão base social à teoria do valor. Recusa, como candura, invocar uma suposta "consciência moral" distinta da consciência cognoscitiva, em geral. Para os teóricos de pensamento simplista a consciência se dividiria em duas partes, uma para representar as coisas, a realidade exterior, seria a consciência intelectiva; a outra, moral, para representar os valores, perceber interiormente a conduta e refletir sôbre os atos humanos. Descobrem, então, na consciência moral a fonte inspiradora da ação, de onde decorre a norma suprema e a decisão prática, tôdas as vêzes que consultada prèviamente ao ato. Orientadora do ato a fazer e instância judicativa do ato feito, a consciência moral habita no interior do homem, sendo a outra, a faculdade do conhecimento, destinada a pô-lo em contato com o mundo, pela sensibilidade e pela intelecção. O pensar crítico repudia êste desdobre que, reconhecido como fato ou apenas admitido a título metódico, impede, em ambos os casos, compreender corretamente o problema ético. Tão-sòmente como metáfora e fórmula de uso corrente caberia referir a existência autônoma de uma consciência moral, desligada do processo representativo da realidade, e portanto independente de condicionamento por parte dêste. A nocividade de tais concepções está em desviarem a atenção do ponto principal do debate, promovendo contendas ôcas em tôrno de aspectos imaginários.

As teorias éticas que a consciência crítica patrocina são as que, de uma forma ou de outra, buscam na ação objetiva,

aquela que se faz no mundo físico e social, os fundamentos da legislação moral, e descobrem no sistema das relações reais entre os homens o princípio dos méritos e sanções que recebem. São muitas, e diversas, as doutrinas que atendem a êste requisito metódico; não privilegiaremos nenhuma. Desejamos, apenas, acentuar que a ação humana, entendida concretamente, afeta sempre outro ser humano, porque ainda não tendo a êste por objeto imediato, mas incidindo sôbre uma coisa material ou um fenômeno físico, a modificação que introduz na realidade torna-a diferente para mais alguém. A atividade, como dissemos, é um existencial; tem na existência em ato, ou seja, no agir concreto, que é necessàriamente social, a origem da sua norma, do mérito ou demérito. É porque a ação implica a sociedade, que se carrega de conteúdo moral. Êste é constituído a cada momento pelo conjunto de apreciações vigentes, atuando como pressões sôbre a consciência individual. Derivam, é claro, de condições sociais anteriormente existentes, transmitidas de uma fase social à seguinte. O que cada época vê como norma ética é aquela que a sociedade da fase histórica anterior erigiu em ideal de vida, porque exprimia o seu projeto de ser, que tentava realizar, sempre incompletamente. A norma ética, no que tem de aparentemente estável, é sempre resíduo de condições sociais decorridas; sua transposição para o presente indica o que foi a sociedade anterior onde se gerou. A variação da lei ética é no entanto lenta, a tal ponto que daí decorre a aparência de imobilidade e validade imperecível. Por isso, tôda vez que uma geração se defronta com tarefas sem precedentes na história da sua sociedade, e se dispõe a empreendê-las com recursos e procedimentos inéditos, está fadada a encontrar obstáculos e a receber censuras em nome dos princípios estabelecidos. Assim, quando o país, até então subdesenvolvido, se decide a transformar a estrutura econômica tradicional, o valor ético vigente se constitui em uma das resistências a tal projeto, pois o inédito das atividades agora exigidas será censurado como aberração dos comportamentos habituais. Até que o ímpeto do processo real termine por se impor, e chegue a constituir a nova escala de valores e de costumes admitidos, a comunidade atravessa um período de desajuste e conflito, no qual os atos necessários a promover o desenvolvimento, o vulto das operações financeiras requeridas pela industrialização. as modalidades de reestrutura econômica, os gestos políticos destinados a assegurar a soberania nacional e a sacudir as pressões imperialistas, o advento de novos hábitos de consumo, o aguçamento dos antagonismos entre camadas sociais são criticados pelos representantes das condições superadas, em nome do código moral que lhes parece exprimir imutàvelmente a dignidade da conduta humana. Não estando previstos no código antigo os novos atos exigidos pela mudança no regime econômico e na organização das relações de trabalho, essa lacuna inevitável é tomada como motivo para condenar os empreendimentos transformadores da realidade do país.

O moralismo político tem neste fato uma das suas raízes, o que explica a constante tendência a receber com reserva e suspeita tôda evidência de entusiasmo criador. Para a consciência ingênua, o desenvolvimento nacional é inovação, e tôda inovação é ameaça potencial à ordem moral estabelecida, a qual, mais que tudo, importa preservar. Acarreta sempre inquietantes interrogações sôbre o futuro, desfaz os vínculos familiares, pela exigência de mobilidade social, aproxima perigosamente os indivíduos das fronteiras da honestidade, pela tentação de rápido enriquecimento, de subida a qualquer preço, de conquista de voluptuosas comodidades. Os que cultivam sombriamente êstes receios não podem deixar de ser hostis às transformações causadas pelo desenvolvimento, preferindo que, sem mudança substancial do presente estado de coisas, se proceda à melhor distribuição da riqueza, dentro das atuais condições sociais, com mais justiça e caridade, e consentindo apenas em algumas discretas modificações, que não alterem na essência o conjunto. Evidenciam com isso sua integral ingenuidade, pois julgam que os males morais de que se espantam não existem na situação social que desejam preservar, e não tenham existido no passado. Não é sòmente na bôca do homem de classe média ou na do político despreparado que encontramos as expressões desta ingenuidade; é visível também na teoria social de filósofos conspícuos. Move-os um sentimento que se pode resumir nesta frase: "a humanidade vai de mal a pior". O homem distancia-se cada vez mais de sua verdadeira natureza, está ameaçado de trocar pela ilusória conquista do bem-estar material o que de mais precioso nêle existe: a personalidade moral. Tais ingenuidades fazem sorrir o pensador crítico, mas é preciso que não as despreze por isso, e sim se convença de que são altamente nocivas porque são eficazes. Esta, por exemplo, não teria maior importância, não passando de mera curiosidade no catálogo dos sistemas éticos do passado, se não levasse ao conflito real com as fôrças sociais renovadoras, constituindo-se em obstáculo efetivo.

Dissemos que a diferença, no tratamento do problema

ético, entre a consciência ingênua e a crítica residia, além de outras, nesta dupla divergência: em apreciar o significado da atividade para o ser do homem, e no julgamento sôbre o papel do processo histórico. Quanto ao primeiro ponto, acabamos de ver que a atitude de sobrevaloração da vida contemplativa é socialmente inoperante e, portanto, contrária aos interêsses da comunidade. Só é permitida, na prática, a reduzidíssimo grupo, ao qual é dado optar pela ociosidade, e apenas, quando as condições sociais admitem sustentar essa ínfima minoria intelectual. Noutras condições isso não aconteceria, e por conseguinte o estatuto ético que aquela minoria promulgou em causa própria não, seria nem reconhecido como tal, nem realizável de fato.

Somos conduzidos, assim, a transitar para a segunda das divergências acima apontadas, ao perceber a relação necessária entre certas atitudes éticas da consciência simplória e as circunstâncias do processo objetivo. Neste assunto, a ingenuidade se definirá pela crença na não-historicidade do código de valores; ao contrário, a posição crítica é a que busca estabelecer enlace entre os modos do julgamento moral predominante e as condições gerais da sociedade onde são reconhecidos. Existindo como Idéias eternas, promulgadas pelo ato divino que estatuiu a ordem universal, ou presentes no coração humano em forma de consciência moral, os valores, segundo a candura filosófica ou teológica, são intemporais e independentes do curso histórico. Neste enunciado está a essência, em formulações várias, da atitude singela que repele o fundamento objetivo dos critérios e leis morais. Para essa mentalidade a evolução das sociedades, das primitivas às civilizadas, faz-se no sentido de alcançarem a plena coincidência com leis de conduta preexistentes, intemporais. Gradativamente, nos seus sucessivos estágios, a sociedade vai incorporando costumes mais humanos e fugindo à barbaria inicial. Os valores vão se revelando ao longo dêsse percurso, pois quanto mais o homem se liberta das condições materiais opressivas e absorventes, deixando de trabalhar, mais se torna capaz de ingressar na via especulativa ou de dedicar maior parte de seu tempo a escutar a voz da própria consciência moral. Assim, o único relacionamento que haveria entre a evolução social e a ética, seria a encarnação progressiva dos valores no tempo, ou seja, o surgimento dêles em práticas e juízos até então inéditos, graças à melhoria das condições objetivas, que ensejariam a revelação paulatina do código de princípios e normas, subsistente eternamente. O principal, porém, desta

doutrina a-histórica é acreditar não serem as condições reais criadoras dos padrões de valor, mas apenas determinantes da oportunidade de surgimento daquilo que estava prescrito, mas oculto no intemporal, à espera de momento histórico propício. Devemos denunciar com energia esta falsificação ingênua do historicismo. Ao fazer do processo objetivo mero fornecedor de ocasiões ao que é eterno, deturpa o sentido e o impulso criador da autêntica teoria historicista. É um engôdo, pela superficial semelhança que aparenta com o verdadeiro critério histórico, sòmente possuído pelo pensar crítico, que mostra a exclusiva origem comunitária do que a cada momento o homem entende como lei do dever.

Poucas noções terão sido objeto de mais profundas reflexões por parte dos filósofos do que esta, o dever. Mas poucos souberam apreciar o conteúdo social que nela se contém. Com efeito, a idéia do dever implica, além do "sujeito que deve", no caso òbviamente o homem, a idéia de "o que" deve e a de "a quem" deve. "O que" é devido, o conteúdo do dever, é de modo geral a ação justa. Esta é, sob infinitas variedades concretas, aquilo que se tem de fazer. Em tôdas, a ação justa é a coisa devida; não entraremos a discutir os problemas que sua caracterização oferece, nem a destacar a evidente mudança histórica dos conteúdos, do "devido", por fôrça da qual, por exemplo, a manducação ritual da carne do inimigo vencido, em novo estágio da evolução social deixa de ser a ação justa, o dever concreto. Consideremos tão-sòmente o aspecto do "a quem" se deve o devido.

Para a mentalidade teológica, o dever se dirige ao ser transcendente, como servitude imposta pela natureza de criatura em face do poder criador; é ato de adoração, obediência, gratidão e cumprimento da ordem cósmica preestabelecida, mas em parte dependente da liberdade humana. Em tais condições, o "devido", a coisa a cumprir, necessàriamente deixa de ter valor por si, perde importância em vista do fim, que é satisfazer as intenções divinas; o conteúdo do ato ético torna-se secundário diante da magnitude do seu significado. Importa supremamente cumpri-lo, mas importa pouco o que representa por si, como ato que, no plano das coisas terrenas, desempenha efeitos materiais. A moral tende, assim, a confundir-se com a liturgia. Eis porque a rotina no cumprimento do dever não ofende o sentimento ético, segundo esta doutrina. Mesmo desaparecida a chama interior do ato votivo, êste não é desmerecido por se haver transformado de gesto oblatório em ritual mecânico. Não

diminui por isso de valor, pois a significação ética valiosa decorre fundamentalmente do ser divino a quem o sacrifício do dever é ofertado. Também a finalidade da ação moral, o "para que" do proceder dessa determinada maneira, desaparece da indagação, pois deixa de ter sentido a pergunta à vista da importância majestática do "para quem".

Na doutrina metafísica, o dever se dirige ao cumprimento de uma exigência interior, proveniente da chamada natureza humana; o "devido" é devido à consciência moral, que exige incondicionalmente. Não é mais, como na doutrina teológica, a realização da parte que nos toca no plano cósmico, contribuindo livremente para executar os desígnios divinos, mas a obediência ao compulsório mandamento do nosso próprio ser, que encontramos gravado em nosso coração, e nos aparece como "imperativo categórico". A natureza humana, em sua perfeição metafísica, é por essência ativa, feita para agir. O homem descobre que a ação pressupõe a escolha e deliberação entre possibilidades diversas, e alcança nesse momento a intuição prática da liberdade. Mas descobre também que, a menos de decidir-se segundo escolha fortuita ou arbitrária, tem de guiar-se, ao deliberar, por um padrão de valores, ao qual submete a liberdade. Ao sentir a exigência de submeter o ato livre ao valor, descobre com intuitiva evidência o caráter absoluto dêste. O valor é um incondicionado, não vale com referência a alguma outra coisa ou fim, mas subsiste por si, como o que "deve ser", anterior, portanto, ao simples "ser". Como tal, o valor é lei para o ser, é norma para o que "vai ser", no caso, o ato humano, pois as coisas naturais, encontradas já sendo, existem porque cumprem, conforme o decreto do autor divino, o intento de valor, o *quantum* de bem, que o criador tinha em vista realizar em cada uma quando as criou. Para o ato humano o valor é um absoluto, não está em nenhum fim hipotético, quer dizer, que seja fim em vista de algo mais a conseguir. O valor é o próprio fim, o fim absoluto, e disso temos a prova quando na consciência moral, viva em nosso íntimo, sentimos a alegria do dever cumprido pelo dever mesmo. Só então somos livres. Tornado absoluto e intrínseco o fim do ato moral, a ética metafísica, não podendo apelar para o mandamento divino exterior, é obrigada a encerrar-se na dureza dos curtos imperativos, no rigor de enunciados ríspidos, que, em forma de severas ordens filosóficas, constituem as únicas emissões conhecidas da chamada voz da consciência. A fatalidade de todos os sistemas dêste tipo é que, partindo de majestosas construções conceituais, terminam inglòriamente por dar à

luz um modesto repertório de aforismas do bom-senso. Tal é o pensamento dos filósofos que concebem a ética metafísica. Pensam que em tôda esta arquitetura não entra nenhum postulado psicológico, que a exigência da consciência ética a que se referem nada tem de condicionada, enquanto estado de espírito, pela situação de fase histórica, nível cultural, classe social, regime de trabalho, do homem que faz estas reflexões. Porém, uma vez posta a descoberto a filiação desta atitude filosófica às condições peculiares à história na época e no contexto nacional onde surgiu, patenteia-se igualmente a completa ingenuidade da pretendida validade absoluta, nutrida pela ética de fundo metafísico. Supõe ser a consciência moral um segundo homem, interior ao homem real, sendo aquêle um personagem ausente do curso histórico; acredita que a consciência é um relicário de valores, guardado no imo da nossa natureza, aí depositado pela mão do criador, como o dom mais precioso que nos outorgou. O homem real, autor material das ações, transportaria dentro de si um modêlo de homem, a imagem paradigmática do seu próprio ser, como desafiador e censor implacável do homem externo, êste que é arrastado pelas vicissitudes do tempo. O ideal ético consistiria na coincidência dos dois homens, na união, realizada pela liberdade, entre o ser e o dever ser.

A teoria crítica repudia essas cogitações, que lhe parecem meras simplicidades. São doutrinas que exibem o caráter de inocências eruditas, não porque lhes falte profundeza filosófica, no meio das complicadas e obscuras formulações de que se revestem, uma vez que o ingênuo pode ser profundo, mas porque não atendem ao princípio metódico de indagar dos seus suportes objetivos. Se tal fizessem, tornar-se-ia evidente que essas afirmações dogmáticas, apresentadas como resultado de intuições de validade intemporal, incondicionadas, foram na verdade a resposta ideológica a condições concretas de determinada sociedade nacional em dado momento, e serviram de fôrça propulsora do acontecer histórico no sentido dos interêsses de classes e grupos nela existentes. Esta denúncia não tem apenas significado negativo, não visa ùnicamente a expor à execração pública as insuficiências do pensar ético ingênuo, porque é, ao mesmo tempo, o alicerce para edificar a ética verídica, a que não padece de nenhuma das debilidades do dogmatismo teológico ou metafísico. A possibilidade de contribuir para elaborar a ética crítica, com fundamento na teoria empírica da história, é dos benefícios não menores da meditação sôbre a realidade nacional, por parte do filósofo do país em esfôrço

de desenvolvimento econômico. A prova de tal possibilidade, pelo efetivo enunciado dos princípios dessa ética, depende de ser colocado o problema em têrmos justos. Consideramos fórmula justa aquela que parte do estado histórico objetivo de determinado país, representado pela fase onde se encontra no seu processo, pelas relações desta situação com a de outros países, em fase diferente, e pelo projeto de destino que anima a sua consciência nacional autêntica, a das classes empenhadas na prática do processo transformador. Êste fundamento é indiscutível, e deve ser concedido, ainda que se debata o mérito das construções sôbre êle levantadas. Não sendo nosso propósito proceder a investigações de conteúdo, limitamo-nos a algumas considerações sôbre o problema ético, em moldes que permitam realizar o que se deverá chamar de ética do desenvolvimento.

f) *A ética do desenvolvimento*

Chegamos aqui a um importante aspecto do nosso tema. Temos até agora nos referido repetidas vêzes à existência de uma lógica do desenvolvimento. Desejaríamos mostrar que existe igualmente uma ética do desenvolvimento. Para tanto, é preciso retornar à noção de processo da realidade, e então chegaremos a ver que, assim como o processo real põe em evidência a lógica a que obedece, do mesmo modo determina a ética que lhe é adequada. A ética, conforme indica a análise etimológica, antes de se tornar nome substantivo, dado ao sistema ou à doutrina da conduta moral, era adjetivo, significando a qualidade de pertencer ao "ethos", isto é, ao uso, ao costume, aos hábitos. Ético é, pois, o que tem caráter de habitual, de consuetudinário, aquilo que é o modo de ser de determinado estado social. O "ethos", enquanto costume ou hábito, é o que a sociedade sancionou como comportamento admitido, é sempre o fato social comum. O "ethos" começa por ser o fato, e só porque é fato assume, secundàriamente, o caráter de valor. Torna-se critério de julgamento porque sendo fato exerce poder coercitivo. Quando certa sociedade está constituída na base de um conjunto de práticas coletivas, a representação subjetiva de alguma ação concorde com estas reveste-se da prévia certeza de aprovação, assim como, no caso contrário, a ação violadora do costume é condenada por imoral, quer dizer, como não moral, como não concordante com o "mos", o costume, equivalente latino do "ethos". Mas, enquanto certas teorias éticas, cedendo ao vêzo idealista, idealizam a noção

de costume, retirando dela a indispensável conotação histórica positiva, temos, para descobrir o autêntico conceito crítico, de restabelecer o fundamento objetivo da idéia de hábito social.

Não basta, porém, reconhecer em geral o substrato social do valor; é imprescindível interpretar em caráter concreto êsse suporte, definir em cada caso o nexo entre uso e mérito. É o que se faz ao mostrar que na sociedade, em qualquer grau de civilização, só existem usos e costumes que tenham, ou tenham tido, origem em interêsses reais da vida material da comunidade. É preciso distinguir o "uso" autêntico, aquêle que exprime o "útil", que é o comportamento de resposta hábil a alguma situação de fato, do uso enquanto sobrevivência inerte, conservado por motivo de associações de idéias, de interêsses restantes, em declínio, mas ainda representados por facções sociais, quando já desapareceram os suportes reais que lhe justificavam a utilidade. Estamos aqui em presença de um modo de ser constante na dinâmica social: a evolução mais rápida do processo real do que a das representações subjetivas com que a comunidade é capaz de apreendê-lo.

Ao mudar o contôrno exterior, produzem-se imediatamente respostas eficazes à nova situação, e nem deixaria de ser assim, do contrário a mudança não teria significado histórico. As respostas recem-constituídas, por isso que são indispensáveis, passam a ser praticadas por grande parte da comunidade, acham-se em vigor, mas, e aqui está o essencial, decorre certo período durante o qual não são reconhecidas como "usos", porque o que se admite como usual são outras atitudes, aquelas que ou ainda ocupam eficazmente o cenário histórico, por terem razões reais para perdurar, coexistindo ao lado das novas reações, ou sobrevivem como formalidades coletivas e atitudes simbólicas, quando já descalçadas de sustentáculo objetivo. Neste caso, podem sobreviver por longo tempo, porque insensìvelmente se deslocam para o plano do rito social, e uma vez aí instaladas tornam-se imunes ao desgaste por efeito dos choques com os fatos. Mantêm-se, assim, sem lesão grave do processo real, por tempo mais ou menos extenso. Contudo, na maioria dos casos, dia virá em que entrarão em conflito com os usos autênticos, aquêles que estão verdadeiramente servindo aos interêsses dominantes da sociedade, no momento. Criado o conflito, a defesa que cabe ao uso vazio, transformado em "valor de preservação" quando já não mais possui o de utilidade, é proclamar-se eterno. A pretensão de valia intemporal assegura-lhe a sobrevivên-

cia subjetiva indefinida, porquanto o torna indene ao confronto com os acontecimentos. Mas êstes, por isso que são a própria matéria da realidade, não admitem ser repudiados, e então estabelece-se o choque entre o conceito de uma ética do "ser" e outra, que se proclama ética do "dever ser". A primeira exalta à categoria de valor o consentimento às condições de fato, ou seja, constitui-se por indução concreta, a partir da objetividade do processo. A segunda, pretende regular o nascimento do fato, colocar-se anteriormente ao ser, para dizer como "deve ser". Supõe, portanto, a subordinação do processo ao universo das idéias, eterno, imutável, do qual decorre, por cópia, o real. É portanto uma ética dedutiva, que estabelece princípios absolutos, de onde deriva normas para a boa execução dos fatos. Como sabemos, o processo histórico objetivo compõe-se do curso físico de fenômenos, espontâneos uns, provocados pelo engenho humano outros, a que se vincula o curso político e cultural, onde as ocorrências são produto da atividade da sociedade, como resposta a desafios e defesa de interêsses. A ação humana é, portanto, responsável por largo número de acontecimentos incorporados ao processo da realidade. Se tais ações são reguladas por um *a priori* de valor, que, à maneira de princípio, decide do que vai ser o ato futuro, o processo fica dependente do plano ideal, onde, em grande parte, os acontecimentos teriam a verdadeira origem. O processo perde a autêntica objetividade, "o que é", torna-se a realização do que "deve ser". As leis físicas, de que nos valemos necessàriamente para executar nossos atos, entram ao serviço das leis morais, a história não teria outro significado senão registrar até que ponto foi, ou não, obedecido, pela liberdade, o esquema ideal de valores eternos que a preside. A história real, concreta, constituiria a narrativa dos acertos e desatinos da humanidade, seria o desdobrar no tempo, por meio dos fatos, da história sem curso, representada pela existência imóvel do universo dos valores ideais. A história real documentaria a seqüência de acidentes reveladores das maneiras assumidas pelas conexões perenes entre as idéias na sua condição degradada, ao se inferiorizarem projetando-se no tempo. A corporificação, sempre imperfeita, delas pelas ações humanas, explicável metafisicamente pela degradação imposta na passagem de um a outro plano, deveria ao menos servir para atenuar a culpa dos homens, de não fazerem a história que satisfaça completamente as exigências dos valores. Tôdas as modalidades da ética idealista, por caminhos variáveis,

convergem para a mesma conclusão de negar o fato como valor, ao postular um valor distinto e prévio ao fato.

Não passaria esta controvérsia de simples quezília filosófica, se não se referisse a uma atitude doutrinária que acarreta graves conseqüências práticas. Não é indiferente a posição teórica que adotamos, ao considerar o papel da atividade na promoção do desenvolvimento nacional. Assim como é preciso compreender a lógica do processo, é preciso também induzir dêle a ética que melhor ajude a acelerá-lo. Claro está que não se trata de revogar arbitràriamente os ditames da moralidade estabelecida; o que importa é ter em relação a êles a consciência crítica, sabendo do condicionamento social e da historicidade necessária a que estão sujeitos. Basta esta maneira de pensar para abrir à reflexão aspectos originais e fecundos, permitindo-nos cumprir os que se mostram válidos e razoáveis com novo espírito, sem menosprezá-los, e ao mesmo tempo dispondo-nos a acolher as valorações inéditas suscitadas pelo desenvolvimento da realidade. Êste o motivo pelo qual temos de nos ocupar do problema e propor ao menos os delineamentos de eventual solução. O importante parece-nos ser êste postulado: para decidir do nosso comportamento em face do desenvolvimento do país e da contribuição a lhe dar, não é indiferente a postura ética teórica que adotamos, em vista das conseqüências sôbre o nosso entendimento dos fatos. Há posições que, adotadas, nos convertem em fator de resistência, em obstáculo à lúcida apreensão e à pacífica acolhida dos fatos. Outras, ao contrário, as atitudes críticas, nos transformam em militantes do processo de desenvolvimento, não só por adquirirmos a idéia correta da sua racionalidade intrínseca, como porque nos estimulam a contribuir de modo positivo para êsse fim, pela prática das ações exigidas para a mais rápida conquista das etapas imediatas.

Chegamos, assim, ao nos referirmos a "ações exigidas", a novo conceito do "dever ser", distinto do anterior, idealista e anti-histórico. Para a consciência crítica, que se apossou da lógica do processo objetivo, aparecem como imperiosas, em face da realidade presente, as ações que transformarão o real dêste momento no real do momento próximo, melhor, superior em desenvolvimento. A ação desta espécie é o que poderemos admitir como "dever ser". Devemos fazê-la, porque tal é a lógica dos fatos no progresso da sociedade, não porque consultemos alguma tabela de valores, porque desejemos salvar-nos espiritualmente, ou porque nos sintamos compelidos a atender ao chamado da consciência. Por uma

cadeia de implicações racionais, as ações impostas pelo prosseguimento do processo de melhoria da sociedade, desvendam na consciência individual a constelação de valores que estruturam o sentimento moral interior. Para os valores que definem o caráter civilizado e "humano" do homem não haverá, é evidente, modificações, pois nenhum interêsse social prático aconselhará a mentira, a devassidão, o assassínio; mas para muitas outras disposições de espírito será indispensável substituir normas e conceitos tradicionais por outros, utilizáveis na procura do bem-estar humano. É em nome do interêsse coletivo, dentro das condições peculiares da vida nacional, que se apresenta como necessária determinada ação, e por isso se revela meritória. O sentimento de solidariedade social, de simpatia humana, esclarecido pela reflexão lógica, reveladora do nexo obrigatório do homem ao seu contôrno nacional, contribuem para constituir os motivos da atividade moral.

Para o país subdesenvolvido, o estado presente da sociedade, com suas trágicas deficiências, forma o suporte da nova ética a ser adotada. Esta, por assim dizer, nos é imposta à fôrça, pois os fatos humilhantes aí estão, apontando-nos o caminho das ações materiais que devem suprimi-los, e criticando, pela sua mesma existência, o sistema de valores que permitiu complacentemente se produzissem e se conservassem, sem protestos mais eficazes. A valoração das ações progressistas tem de ser haurida do estado do mundo, e sòmente se converter em sistema se dêste modo melhor atender ao movimento transformador daquele estado. O que dá caráter acentuadamente conflitual ao problema ético no país subdesenvolvido em luta pelo desenvolvimento, é a circunstância de nêle, mais que nos adiantados, aparecer aguda a diferença entre o tradicional e o emergente, entre a estrutura estabelecida e os esforços interiores por alterá-la. A estrutura dominante, com seus hábitos e usos, está constituída em "ethos", a que corresponde respeitável sistema de valores. Mas, sendo arcabouço atrasado, agitam-se dentro dêle os germes da sua revogação; movimentos dispersos vão alterando alguns aspectos parciais do conjunto, introduzem-se tipos de atividade econômica antes inexistentes, abrem-se centros culturais, aprofunda-se nas massas o entendimento da espoliação a que se acham submetidas, deslocam-se parcelas consideráveis de população de uma área primitiva para outra mais adiantada, enfim, por infinitos pequenos indícios, vai estalando a velha moldura e dando lugar a novas condições reais, as quais, ao se firmarem socialmente, se manifestam como novos hábitos, sob a aparência de fatos inéditos, mas destinados a rápida estabilidade e vigência pacífica. O que compete, então, à consciência crítica do processo é habilitar-se a formular logo a ética que atenda à nova situação, isto é, procure desentranhar dos fatos originais o aspecto de valor nêles contido. Para isso, a primeira das condições é renunciar à crença em valores eternos; a segunda, é render-se ao reconhecimento de que não é possível existir na sociedade, de maneira generalizada, certo modo de ser, sem que êste se constitua em valor. A objeção que dissesse ser isto compactuar com os fatos, abrir as portas ao arbítrio, à licenciosidade, à supressão das leis e da justiça, pelo reconhecimento de que "o que é, por isso mesmo que é, é o direito", sofre do vício idealista a que nos referimos. Nenhum fato se generaliza no âmbito social, nenhum comportamento ou modo de pensar recebe aprovação prática universal se para tanto não contribuírem razões reais. A idéia do êrro coletivo pertence à visão anti-histórica do processo objetivo. Porque supõe a possibilidade de aferir tal êrro pelo padrão de verdade possuído intemporalmente, o qual em realidade é o de uma classe que se julga depositária e intérprete dêle, e não percebe que sòmente a passagem de um modo coletivo de compreender para outro autoriza a chamar de êrro o anterior; não observa que só quando um enunciado objetivo é revogado por outro, o primeiro se torna errôneo, e que tal troca ùnicamente ocorre quando é outra a etapa do processo real, mais avançada na investigação da natureza e na capacidade de produzir idéias.

Nada tem de inédito de nossa parte o conceito dos fundamentos sociais da teoria ética. Várias escolas filosóficas têm defendido êste ponto-de-vista. Contudo, parece-nos importante assinalar, e talvez haja aqui um aspecto do tema ao qual não terá sido dada a devida atenção, o significado especial de que se reveste a influência do contexto social quando se trata de país em ato de mudança qualitativa, ascendendo do estado estagnado para o de desenvolvimento. Em tal caso, o significado do fundamento social da ética se caracteriza por traços tão originais, que só será entendido por aquêles que vivem essa mesma realidade, e só virá a ser expresso pelos filósofos que participem ativamente do trabalho exigido de tôda a nação para a sua transformação histórica. Nenhum país necessita mais refletir sôbre o tema ético do que o atrasado. É tarefa inadiável dos seus pensadores definir o sistema de valores que o deve reger. Verificarão o caráter eficiente da teoria elaborada como auxílio

ao cometimento da construção nacional. A ética para a fase do desenvolvimento, pelas implicações práticas que terá no terreno do direito positivo, da organização constitucional do Estado, das relações econômicas entre as classes, da educação, dificilmente será enunciada, mesmo quando percebida a sua necessidade, por aquêles que, possuidores de mentalidade corrompida pelo idealismo jurídico, assumem postura formal, e se propõem proceder a reformas que deixam invariável a concepção do mundo, que, por hipótese, eram chamados a abolir. A ética do desenvolvimento exige do pensador profundo engajamento no processo do desenvolvimento, sensibilidade social aguda aos fatos gerais e às tendências em movimento ascendente. Supõe a presença do pensador no modo de existência das massas trabalhadoras e a recusa do ponto-de-vista das classes afortunadas, dóceis a inspirações teológicas, desligadas do processo criador nacional ou nêle intervindo em favor de conveniências estrangeiras. A ética do desenvolvimento só poderá ser enunciada com base na prática social do desenvolvimento em moldes nacionalistas. Só assim o filósofo estará apto a pressentir o despontar de novos valores e a acolhê-los na consciência como auspiciosos índices, do iminente advento de tempos melhores, e não como aberrações morais que é preciso enèrgicamente anatematizar.

As considerações sôbre a ética do desenvolvimento anteriormente expostas definem a validade do sistema moral numa perspectiva universal concreta. Não sendo produto de uma consciência impessoal e desligada do tempo, mas da consciência social, é sempre concreta e limitada à etapa histórica em que deve vigorar. Por falta de reconhecer êstes caracteres, numerosos equívocos podem ter lugar, prejudicando o correto julgamento da nossa atitude. Desejamos mencionar apenas um dêles. As idéias aqui defendidas seriam deturpadas, se fôssem consideradas com sentido abstrato. Julgar-se-ia, por exemplo, que a ética do desenvolvimento, referindo à nação os valores legítimos a ser cultuados pela comunidade, daria cobertura aos comportamentos mais nocivos, chegando até a justificar, se quiséssemos, o imperialismo sôbre outra nação, se tal fôr o interêsse da nossa. Esta conclusão esquece a perspectiva em que nos colocamos. Na presente fase histórica brasileira, a divisão mais ampla da sociedade é a que se dá entre fôrças empenhadas em conservar as velhas estruturas agrárias e coloniais e as que propugnam pelo desenvolvimento e a industrialização. É evidente que nesta fase, não cabe na ética de nenhuma dessas duas facções a idéia do imperialismo nosso sôbre outros

países, pois tal política não é requerida pelos interêsses de nenhuma delas. Quando o nosso processo tiver avançado para etapas mais adiantadas e atingido situações onde, eventualmente, se gerariam interêsses que se beneficiassem com uma política imperialista, isto aconteceria em relação a uma classe apenas, aquela que, por hipótese, é a dirigente do processo nesse momento. Mas já então haverá também a grande massa de trabalhadores a quem tal política não interessa e é claro que na sua ética não figurará a idéia imperialista. Em tal situação, porém, a consciência crítica por definição estará identificada à das classes trabalhadoras, à da maioria da nação, à própria nação. Ao dizermos que a ética se constitui no quadro de referência à nação, significamos, neste caso, que se constitui com referência ao que forma a realidade essencial da nação, as massas operárias. Como na ideologia desta classe não figurará certamente o imperialismo, fica invalidada a objeção geral que visse na referência à nação o perigo de defesa de idéias imperialistas, como aconteceu ao nazismo, porquanto, em nosso caso, nem agora, quando a nação se identifica aos setores progressistas da sociedade em geral, nem no futuro, quando se identificará às massas trabalhadoras, a ética do desenvolvimento contém a possibilidade de fazer considerar como valor positivo a pressão econômica sôbre outras nações. Por conseguinte, jamais o imperialismo será admitido como política apta a favorecer os interêsses de alguma nação, e sim apenas os de alguma classe dominante, a qual naturalmente dirá que os seus interêsses são os da nação. O fato de que o imperialismo das grandes nações atuais obriga-as à corrida armamentista e à constante ameaça de guerra, onde muito provàvelmente sucumbiriam, basta para mostrar que uma política imperialista nunca protegerá os autênticos interêsses de qualquer nação.

g) *Responsabilidade individual na ética do desenvolvimento*

O nacionalismo, como supressão da alienação internacional do trabalho, é por si uma ética social. É êste um aspecto da ideologia do desenvolvimento que merece ser estudado a fundo, em moldes muito mais amplos do que nos é dado fazer nesta passagem. Limitamo-nos apenas a apontar a seriedade e importância do tema, e a oferecer algumas reflexões gerais. À comunidade atrasada vive naturalmente

segundo uma ética alienada. Sendo reflexo o seu mundo de representações e de valores, e heterônomo o seu sistema de produção, destinado a exportar o "bem" material que produz, é levada normalmente a importar em troca o "bem" espiritual da filosofia estrangeira. O conceito do "bem" que é inclinada a ter é aquêle que o pensamento estranho lhe inculca, e por necessidade exprime o sentido de cogitações justificadas na área metropolitana em virtude de seus fundamentos históricos, mas totalmente alheios ao país periférico, que não viveu os mesmos motivos, não passou pelas mesmas fases e vicissitudes que levaram a comunidade superior a forjar tal idéia do bem. Dêste modo, a ética da cultura superior, sejam quais forem seus princípios cardinais, é de vigência parcial, donde só depois de verificada a sua conveniência deve ser julgada útil à nação em esfôrço de desenvolvimento. Com efeito, se o nacionalismo é a consciência teórica dêsse desenvolvimento, cabe-lhe elaborar o sistema de valores e, em geral, a ética, adequada a presidir as transformações da realidade, que se propõe levar a cabo. A comunidade em ascensão suscita atos inéditos do ponto-de-vista da prática social metropolitana, e como tal desamparados de norma prévia que lhes atribua a nota de valor. É a própria comunidade em luta pelo desenvolvimento que deverá cunhar a norma para atender a essas situações e ações sem precedentes. Do contrário, cairia no equívoco de utilizar-se de pautas de valor que se mostram eficazes enquanto instrumentos de conservação das sociedades de alto progresso, mas não permitem, por isso, ajuizar devidamente as ações originais que se passam na área em crescimento; sobretudo, não deixam avaliar o verdadeiro significado das ações imperialistas que aquelas sociedades exercem sôbre as menores, pois são feitas propositalmente para não apresentar tais ações com êsse caráter. Se os países em desenvolvimento aceitarem, sem discuti-la, a teoria ética das nações dominantes, estarão automàticamente justificando a agressão, aberta ou disfarçada, de que são vítimas, as pressões que sofrem, as alienações em que se perdem. Para os países que se lançam ao cometimento do progresso, é vital obedecer a uma ética própria. Essa ética é o nacionalismo. Há no âmbito do pensar nacionalista todos os requisitos fundamentais de um sistema de moral social para o país como totalidade e para o indivíduo que a êle pertence. Proclamar a universalidade dos critérios éticos, subentendendo-se como tais os metropolitanos, é um dos embustes da filosofia das sociedades desenvolvidas, do mesmo modo que a uniformidade da teoria social, a imparcialidade

da ciência econômica, a equidade da jurisprudência etc. É um "feitiço"; destinado a implantar na consciência das nações dependentes a convicção da irremovível impossibilidade de produzirem um sistema ético que atenda às exigências da realidade que lhes é peculiar, portanto a induzir nelas a certeza de que "chegaram tarde" ao palco da história, não lhes restando, por isso, outra coisa a fazer senão se incorporar à procissão das poderosas.

A ética do desenvolvimento não é artefato teórico *a priori*, obra de pensadores iluminados, mas é feita na prática dos atos transformadores da realidade, de acôrdo com as diretrizes nacionalistas. A sociedade em expansão começa a encontrar em si motivos para justificar os atos originais que necessita praticar, a fim de romper o cêrco econômico a que está submetida. Insensìvelmente, seus líderes políticos começam a invocar razões entendidas pelo povo como legítimas e satisfatórias, embora pelo modo de ver estrangeiro pareçam condenáveis e por isso sejam vituperadas pelos agentes da exploração e seus acólitos ideológicos no meio interno. Há ações a fazer imperiosamente que por si mesmas dotam a consciência que as põe em prática de novos critérios éticos. Quando os pensadores do país em desenvolvimento confrontarem o critério, para êles autêntico, surgido dos fatos, com as normas abstratas da moral teórica metropolitana, perceberão muitas vêzes um desacôrdo, que provàvelmente não saberão resolver, sendo de temer que em tal caso se deixem enlear pelas lições dos exegetas alienados e cheguem a se envergonhar das justas razões que invocavam. É para prevenir tal eventualidade, e sustentá-los num provável momento de confusão e fraqueza, que se torna indispensável demonstrar a necessária existência de nova ética, a do desenvolvimento nacionalista. O conteúdo dela não se submete a decálogos ou códigos universais, porque justamente está sendo extraído da realidade à fôrça de transformá-la por ações inéditas. Compete apenas ao pensador guiado por esta idéia atentar para os fatos e procurar apreender o significado moral novo que contêm, compendiando a teoria à medida que os acontecimentos a vão ditando. Principalmente, compete-lhe sustentar a consciência nacionalista no seu trabalho de criação original e defendê-la das deturpações que viria a sofrer se logo ao nascer fôsse industriada a se enfileirar no cortejo das idéias tradicionais. A proclamação da legitimidade de uma ética do desenvolvimento, o nacionalismo, é uma das tarefas e um dos proveitos da teoria crítica da consciência.

É particularmente importante esta reflexão no que respeita ao esclarecimento do problema da responsabilidade individual. Êste tema ocupa lugar destacado na meditação filosófica contemporânea, em virtude das condições históricas, das lutas sociais e guerras metropolitanas, que propiciaram a determinada corrente de pensamento, a chamada filosofia da existência, a oportunidade de fazer dêle um dos seus "motivos" de maior sucesso. Embora seja assunto milenar na especulação filosófica, recebeu novo lustre por circunstâncias que figuram entre as mais lamentáveis da nossa época, e puseram em destaque o trágico conflito que às vêzes se cria entre a ação do indivíduo isolado e a da sua comunidade. Sem entrar na análise geral do assunto, diremos apenas que a questão da responsabilidade é das que melhor revelam a urgência de constituir a ética do desenvolvimento como teoria do valor, própria à consciência nacionalista. Como as ações a praticar no país atrasado, a fim de elevá-lo històricamente, são de modo geral sem precedentes, pois a proeza nacional de cada povo é em princípio única e irrepetível, é claro que o conceito de responsabilidade individual deve ter aí outro significado, diferente daquele das áreas prósperas, relativamente estáveis ou submetidas a entrechoques de correntes sociais inexistentes no plano de realidade dos povos subdesenvolvidos. A menos que se trate da responsabilidade por atos abstratos, não pode haver teoria da responsabilidade com valor uniforme. O que precisamos fazer é definir para nós a noção de responsabilidade, tendo em vista os atos concretos a respeito dos quais somos chamados a nos pronunciar se e como os indivíduos são responsáveis.

Para nós a responsabilidade consiste primordialmente em aceitar a tarefa social coletiva de promover o desenvolvimento do país e a humanização da vida do nosso povo. Dêste motivo, para nós universal, decorrerão as definições de valor e as apreciações de conduta a que submeteremos os atos particulares. Se excluirmos o sentimento subjetivo da culpa, inacessível à apreciação alheia, a responsabilidade que nos interessa definir é a que tem significado objetivo, é a que admite ser pùblicamente demonstrada, à vista de critérios sociais definidos, e exigível de todos os membros da comunidade, sob pena de sanções por esta aplicadas. A consciência da responsabilidade não é abstrata, e sim concreta. O indivíduo não a alcança pela revelação interior, pela cogitação teórica ou pela obediência à tábua de preceitos ditados pela divindade; chega a ela pela prática das relações

sociais. A consciência da responsabilidade forma-se primordialmente no ser coletivo, e daí é que passa ao indivíduo em particular. Significa isto que só será incorporado a ela aquêle que se empenha em atuar objetivamente, pois só assim lhe será dada, ao perceber os motivos que vigoram na consciência popular ou ao receber a oposição desta, quando a ação que pretender praticar não se coadunar com o projeto geral. Não há aquisição privada e pessoal da consciência da responsabilidade. Esta é dada ao indivíduo pela situação que ocupa e pelo modo como atua no curso dos acontecimentos. Se seus atos são paralelos e coincidentes com as transformações que a sociedade está em comum operando, sua ética e consciência da responsabilidade se equiparam à do conjunto do povo. Caso contrário, de nada lhe vale protestar contra a marcha dos fatos em nome da consciência que possui, julgando-se responsável por atos inexistentes, ou que a comunidade, contra a vontade dêle, está deixando de praticar, o indivíduo ingressa na abstração e daí não sai mais. Encerra-se na subjetividade, passa a pensar e agir em função apenas do mundo de idéias que cultua e se constitui, assim, em personagem padrão da consciência ingênua. Julga-se responsável pelo que não se faz e não se julga responsável pelo que se faz. Tendo seu próprio modo de entender aquilo que deveria ser feito e não é, assume atitude de desligamento da realidade, com a qual não quer pactuar, para não ter de responder pelos erros e loucuras que a sociedade, especialmente os homens de govêrno, está cometendo.

No país em desenvolvimento o indivíduo é responsável por um número preciso de ações, que lhe compete fazer e ajudar a fazer. Não tem sentido aí, a responsabilidade em geral, a responsabilidade pelo simples existir, que certos filósofos, refletindo suas próprias condições de classe e de momento nacional, julgam ser a raiz do inevitável desespêro a que é levado o homem consciente. No país em crescimento a responsabilidade refere-se a atos tão precisos, e quase sempre tão elementares, que nenhum engano é permitido, desde que se ponham de lado as confusas e desviadoras preocupações da metafísica existencial. Trata-se de promover a transformação da realidade, de modo a humanizar a vida de imensos contingentes do povo. Orientada pela concepção sociológica e política do nacionalismo, a consciência social descobre a origem das deficiências e misérias que compõem o quadro do subdesenvolvimento. Estabelece, então, o projeto de luta contra elas e a tática da almejada libertação. No curso da prática dêsses atos a consciência coletiva vai criando os va-

lores que os justificam perante a reflexão, e por isso vai criando a noção geral de responsabilidade em relação à exigência de tais atos. Ao elaborar o projeto libertador, a comunidade se reconhece como responsável por êle, numa espécie de compromisso consigo mesma de levá-lo a cabo. A fonte da responsabilidade individual é portanto esta consciência coletiva, assim produzida, e não a subjetividade individual. O modo de sentir das massas, a punição que infligem aos que se mostram insensíveis aos seus ideais e anseios é a origem da responsabilidade que cada qual tem de seus atos. Do contrário, teríamos de buscá-la na interioridade do pensamento, desligado da sociedade, na fria letra dos decálogos impessoais, ou na sanção da consciência moral, sede de um suposto imperativo categórico absoluto, na verdade reflexo da herança social.

Os atos a que se refere a responsabilidade individual são exatos e não vagos ou indefinidos. São os que a comunidade exige de cada cidadão ao distribuir-lhe o trabalho comum. A possível recusa a participar dêste abre o problema da responsabilidade e das conseqüências dos atos imputáveis. As filosofias alienadas comprazem-se em especular sôbre os tenebrosos refolhos da alma, onde se recalcam as culpas pelas ações cometidas ou vergonhosamente omitidas; pretendem mostrar que o homem só é responsável perante si mesmo do emprêgo da sua absurda liberdade, e só deve ter na regra da sua consciência moral a diretriz a que obedecer. Na concepção objetiva que defendemos, afastamos estas tediosas e derrotistas cavilações, porque desejamos chegar ao verdadeiro problema, êste real: até que ponto cada qual é responsável pela execução do projeto que é de todos, ou seja da nação, que constitui êste "todos"? Até que ponto tenho obrigação de aceitar a parte que me toca no projeto que é de todos, e portanto, até onde sou responsável pelo projeto enquanto tal? Está aí uma séria questão, a respeito da qual pouco diremos, pois o tema exige longas explanações particulares, impossíveis de empreender nesta oportunidade. Trata-se de um problema que oferece o perigo de atrair o espírito para o reino das especulações bizantinas se não fôr devidamente reduzido às suas condições concretas, de fase histórica, de classe social e de contexto econômico. Sôbre êle logo se lançarão os hermeneutas, cada qual munido de uma teoria, para dar-lhe solução. Parece-nos que as controvérsias a êsse respeito se simplificariam se compreendêssemos que o problema proposto não tem resposta geral e teórica.

Em sua atividade coletiva a comunidade está sempre

solicitando a cooperação de todos os seus membros. Quando a sociedade é inorgânica, nela se cruzando um sem-número de projetos diversos, com relativa liberdade de operar, entre os quais é claro se inclui o do govêrno, como o de uma classe ou grupo dirigente, a responsabilidade individual na execução das transformações da realidade admite larga margem de indeterminação, cada um podendo participar do projeto no qual melhor se acomodem seus interêsses privados. Neste estado não há a rigor responsabilidade por parte das massas, da maioria da sociedade. Sendo restrito o número de cidadãos que participam da direção social, diretamente pela posse efetiva do poder ou indiretamente pelo privilégio do voto, as massas estão ausentes da questão. Para elas não existe o problema da responsabilidade, visto não serem responsáveis pelo estado em que se encontram, nem pelas tentativas, em tal situação quiméricas, de modificar a sua existência. Quando, porém, o país desperta para a jornada do desenvolvimento e começa a se unificar ao redor de um projeto social coletivo sob a bandeira do nacionalismo, a sociedade vai deixando de ser inorgânica e se torna cada vez mais "organizada", no sentido literal de produzir os "órgãos" que deverão executar-lhe a vontade geral. Entrando nessa fase, a responsabilidade individual modifica-se. Passa a haver um tribunal popular para julgá-la. É o afazer de tôda a nação que dá à responsabilidade pessoal o conteúdo de atos concretos a fazer e cria a pressão moral que compele à prática dêsses atos. Por conseguinte, a resposta ao problema proposto consiste em mostrar que o grau de desenvolvimento atualmente atingido pela comunidade é que define o conteúdo e a urgência dos atos pelos quais cada um é responsável. À medida que se avoluma o processo do desenvolvimento, cresce a responsabilidade do indivíduo e a sociedade se empenha com maior rigor em tomar-lhe contas dos gestos que pratica.

Tal é a razão pela qual, com o incremento do dever social, cresce a resistência dos interessados em iniciativas antinacionais, desconselhadas pela lógica do processo, e aumenta o número dos que, por diversos motivos de ordem pessoal, desejam furtar-se ao cumprimento dos reclamos coletivos, o que os leva a descobrir caminhos de fuga à responsabilidade. É êste um fenômeno que merece ser estudado, tal a sua seriedade, a fim de serem denunciados os múltiplos expedientes de fuga ao trabalho nacional em favor do desenvolvimento. Causas psicológicas permitem explicar a preferência por algum dêles, mas as indicações desta ordem ficam apenas na superfície dos fatos; as causas reais são sempre

sociais e cifram-se na divergência com os interêsses reais da comunidade, no intento de superpor as próprias conveniências e proveitos aos da massa. Para cada um dêsses caminhos de evasão há uma teoria justificadora. Ninguém confessa a deliberada deserção ao imperativo social, ainda que até mesmo para esta atitude haja possibilidade de se compor uma justificativa, a doutrina cínica da realidade humana. No comum dos casos procuram os desertores do dever social cobrir de dignidade a sua retirada.

Não temos oportunidade de investigar aqui as numerosas modalidades de fuga e os respectivos subterfúgios teóricos, que lhes dão apoio. Apenas as mencionamos, de corrida. Podemos dizer que são procedimentos de fuga à responsabilidade social entre muitos outros, os seguintes:

a) O misticismo, com tôdas as sequelas que dêle derivam, tais, por exemplo, a caridade, recomendada como remédio para os males humanos, o visionarismo político, na forma de adesão à doutrina impossível, a filiação a doutrinas espirituais exóticas, a religiões recém-chegadas ao meio a prédica do conformismo com a vontade divina etc.

b) A altivez em face da realidade, julgada indigna de atenção ou tão revoltante, devido ao baixo comportamento das massas ignorantes, que sòmente suscita reações de nojo, ironia ou indignação.

c) O saber pelo saber, forma intelectual de fuga, particularmente nefasta, pois se reveste de condignas e, noutro sentido, legítimas razões. No cultivo da ciência social alienada é onde mais claramente se percebe êste objetivo, o de fazer da ciência sem propósitos sérios, sem compromissos com a existência real, objeto de consumo para tôda uma vida de estudo, assim aparentemente justificada.

d) A vida mundana, modalidade de fuga hoje em franco crescimento nas classes abastadas, que, graças aos jornais assalariados à burguesia rica, produzem um movimento de curiosidade popular em tôrno dos minúsculos fatos e escândalos desenrolados na insípida esfera de vida de tais classes.

e) O eremitismo, seja na forma do monaquismo religioso, o qual, enquanto fato social, é numèricamente insignificante, embora de repercussões ideológicas negativas não desprezíveis; seja na espécie de reclusão voluntária, em busca de suposta liberdade espiritual e tranqüilidade íntima.

f) O trabalho simbólico, forma extremamente perniciosa de fuga social, a mais grave de tôdas, pois se mascara de ação útil e intensa, quando na verdade é mero pretexto para a irresponsabilidade e a não participação nos cometimentos

úteis destinados a transformar a realidade. É a falsa justificativa de si mesmo pelo exercício de tarefas sem proveito. Infelizmente, quanto a êste item da nossa lista de exemplos, o estado, em grande parte ainda colonial, do processo brasileiro explica a proliferação, entre nós, de tal tipo de fuga. O poder público, necessitando empregar parcelas ponderáveis de elementos das camadas representativas da inteligência, despreparadas, por motivos de classe e formação cultural, para as missões proveitosas, tem de criar órgãos e serviços onde as alojar e subvencionar atividades supérfluas, tais como infindáveis inquéritos sem qualquer utilidade, publicações sem leitores, pesquisas sociais e pedagógicas ociosas etc. Inclui-se nesta modalidade de fuga pelo trabalho intelectual inútil o estudo e o ensino da filosofia, tal como são habitualmente praticados nas universidades atualmente existentes.

g) A revolução irracional e desesperada. É outra variante da atitude de evasão, pois conduz o indivíduo à prática de ações precipitadas e cegas, a ridículas sublevações militares, sem verdadeira qualidade revolucionária, indicando simplesmente a imaturidade intelectual dos seus ardorosos executantes, a ausência de pensamento teórico, quando não a obtusa submissão à prédica de alguns derrotistas políticos, ingênuos e ambiciosos.

h) A omissão política, bem como o oportunismo. São, ainda que opostas, variantes da mesma atitude de descompromisso com a realidade. No primeiro caso, o indivíduo se declara apartidário, desinteressado das lutas sociais, onde só vê sórdidas maquinações de aproveitadores do poder, repugnando-lhe ombrear-se com tão desprezíveis personagens; ou então acredita que a sociedade é dividida em áreas com funções diferentes, e não deseja transgredir essa natural repartição. É esta espécie de mentalidade que enuncia falsas proposições como as seguintes: "o Exército existe para defender o país, não deve se intrometer na política", "os estudantes devem apenas estudar" etc. No outro caso, o oportunista é o agente de interêsses coletivos a que serve porque servem aos seus próprios. Não dispõe de pensamento político pessoal; só luta para beneficiar o seu eleitorado se dêle receber rápida e substancial recompensa, do contrário se oferecerá a outros setores que melhor lhe paguem. No seio dêste grupo recrutam-se não só os mais típicos espécimens da corrupção administrativa, como, o que é mais grave, a fina flor dos emissários de interêsses antinacionais operando nos centros de decisão política.

i) A arte fútil é outra manifestação do mesmo estado de espírito de inconformismo diante da realidade e dos verdadeiros motivos da ação humana, principalmente a das massas no contexto subdesenvolvido. Desprovido de fontes reais de inspiração no seu contexto nacional, por se ter feito insensível a elas, pode o artista enveredar pela arte imitativa de modelos externos, ou, em conseqüência da descrença nos motivos da sua comunidade a exigir expressão estética, dissolver-se no niilismo artístico, não percebendo que nenhuma realidade mais que a do país em ascensão e luta por seus próprios fins é rica de sugestões para a criação de obras de arte.

j) O enriquecimento. Na ausência de efetivo interêsse pelos problemas da comunidade, o indivíduo é capaz de estabelecer como alvo de suas atividades o enriquecimento pessoal. Aproveitando as favoráveis circunstâncias de uma economia capitalista em rápido aumento, vale-se de seus pendores e habilidades especiais para a pugna pelo ganho monetário, e lançando mão de recursos lícitos ou ilícitos consegue enriquecer. Consideramos esta atitude uma modalidade de fuga, quando importa em colocar os objetivos pessoais de entesouramento como finalidade exclusiva da atuação do indivíduo no meio social, ignorando as exigências de melhoria do nível coletivo de vida.

Tôdas estas diversas formas de evasão, e outras que se queiram relatar, indicam a importância do problema da responsabilidade individual no âmbito da ética do desenvolvimento em bases nacionalistas.

h) *A prática inautêntica e o romantismo revolucionário*

O exame da categoria de atividade como idéia constitutiva da consciência crítica demonstra ser esta idéia a única hábil para interpretar o significado das tarefas práticas autênticas. Daí sua capital importância para conduzir o processo do desenvolvimento nacional, composto de múltiplas ações.

Existe uma concepção ingênua da ação, espelhada no conceito do "homem prático", a qual, como sempre, é nociva aos interêsses do processo transformador da realidade. Conforme tal idéia, exige-se incondicional sucesso nos atos isolados e empreendimentos limitados a que se vota o homem prático; êste é definido como o enérgico realizador, o infatigável, o comandante atento, inteligente em remover obstáculos, de vontade férrea, ardiloso, não se perdendo em discussões verbais, mas sempre devotado a obter algum ganho

imediato. Acenar com a falsa imagem do "homem que se faz por si", o *self made man,* com que uma superficial filosofia burguesa procura incensar os felizardos, que enriqueceram sabe-se lá a custa de que processos, é uma das maneiras de enfeitiçar a consciência do indivíduo de condição modesta, fazendo-o crer que todos têm idênticas possibilidades de triunfo pessoal, e ocultando-lhe o caráter e o condicionamento social da vitoriosa carreira dos que agora se encontram nas culminâncias da riqueza. Como vemos, a caracterização do "homem prático" é de ordem puramente psicológica, esvazia de todo conteúdo social o conceito existencial de prática e, por isso, tem apenas cunho romântico, não contribuindo para o entendimento do que seja a verdadeira atividade com resultados históricos válidos. Esta exige que se apreenda o processo da realidade e se conceba tôda ação sob o ponto-de-vista da mudança das condições objetivas. É a prática conduzida pelo imperativo lógico de obedecer ao que, a cada momento, é o rumo da realidade. Se estamos em presença de um contexto nacional em fase de substituição de sua estrutura econômica e se, ao mesmo tempo, verificamos que essa transformação consiste no surgimento de um potencial econômico gerado no país, pelos próprios recursos, tôda atividade que contrarie êsse sentido geral da mudança da realidade é uma prática nefasta e inautêntica. Tanto quanto possam não ser resultado de intuito deliberado e conscientemente antinacional, é evidente só se explicarem as atitudes desta espécie pela natureza ingênua da consciência que as orienta. Excluído o caso de traição voluntária aos interêsses nacionais, é a falta do pensar crítico que em tantos homens moralmente idôneos e dispostos a prestar ao País o serviço de suas personalidades vigorosas e criadoras, explica o divórcio entre o modo efetivo de agir e os fins subjetivos que têm em vista. Querem sem dúvida o bem da nação, mas a prática que desempenham, de onde se originam as idéias que esposam, contribui para retardar o cumprimento de tão salutar propósito. A prática oriunda da consciência ingênua é gravemente prejudicial em vista da reciprocidade entre pensamento e ação. Ao agir, por ignorância, de maneira errônea, o homem tende a encontrar na prática pessoal motivos que lhe confirmam a representação ideológica, de tal sorte que, ao fim de algum tempo, se estabelece um circuito causal vicioso entre a atividade inautêntica e a consciência cândida.

Uma lamentável situação como esta dá-se tanto em caso de sucesso como de insucesso da prática individual inautêntica. Na primeira hipótese, a relativa possibilidade de mo-

mentâneo êxito do empreendimento contrário aos interêsses nacionais, explicável pela elasticidade ainda existente nas condições objetivas da nossa realidade, permite ao empresário justificar-se da atitude assumida e ver-se confirmado nas razões doutrinárias que alega: tanto era justo o seu modo de agir que deu certo. A prática danosa torna-se claramente o fundamento da consciência, mas esta, uma vez constituída, comandará novas atuações indesejáveis, e assim o círculo enganoso se estabiliza. A prática inautêntica, mas bem sucedida, é o obstáculo permanente com que se defronta o pensar crítico na tentativa de concitar a consciência a mudar de comportamento; porque é o desvirtuamento de uma concepção legítima. Quando o pensar crítico se refere à prática do processo e afirma que é da vivência do seu desenrolar que se constituem as representações da consciência, precisa estar atento ao fato de haver uma prática espúria, que se vale da elasticidade da trama do processo nacional, para garantir-se efetiva margem de sucesso. Sobretudo nas fases incipientes do curso histórico ascendente, tal confusão é de esperar com grande freqüência. Por não estarem ainda configurados com rigor os movimentos das correntes sociais dentro do processo, muitos não percebem ainda a direção do deslocamento geral. E na imprecisão reinante, apoiando-se no êxito pessoal obtido, julgam que êste sufraga a consciência que têm da realidade. O pensar crítico precisa contar com a eventualidade dêste caso especial e denunciá-lo, pois do contrário a doutrina exposta redundará em aprovar e revigorar a consciência equivocada.

Paradoxalmente, porém, a mesma situação se constitui partindo-se do resultado prático oposto, do insucesso. Quando um projeto de ação não encontra a esperada acolhida por parte do meio, sendo levado ao fracasso, com facilidade a consciência é induzida a apegar-se à representação que fazia da realidade e que justificava a expectativa de triunfo; não se cumprindo êste, julgará que a culpa é dos fatos e não da compreensão que dêles tinha. O caso é o oposto do anterior. Ou por não se ajustar à lógica do processo, ou por não ter a sorte de incidir sôbre um seu ponto flácido, o projeto de ação pode ser repudiado, e acaba malogrando. Competiria ao pensamento de caráter crítico valer-se da oportunidade para corrigir sua imagem do estado de coisas, o que resultaria em tornar autêntica, por efeito negativo, aquela prática. Em vez disso, porém, ocorre amiúde que o insucesso põe em jôgo mecanismos psicológicos profundos que determinam, precisamente por se tratar de homem

de vontade enérgica, a insistência cega nas supostas boas razões do projeto, conduzindo o pensamento à forma peculiar de ingenuidade, que já estudamos, a obstinação. A consciência mantém-se impermeável à lição dos fatos porque se obstina na atividade sem êxito, vivida em grande parte na imaginação, sob forma de prenúncio do sucesso. Pouco importa que êste não tenha vindo, uma vez que, não se renunciando ao projeto, a prática é a própria insistência em realizá-lo, o que de certo modo supre a efetiva realização. Seria necessário que o pensamento se iluminasse e percebesse o insucesso como "cifra" da realidade objetiva, abandonasse o projeto inviável e se abrisse à reflexão justa sôbre o movimento real do processo nacional, o que o conduziria a desempenhar outra forma de atividade. Quando isto não acontece, gera-se o circuito da inautenticidade entre pensamento e prática: a prática, julgada correta, ainda que fracassada, revigora o pensamento, e êste concebe novos atos que irão, ao que espera, levar a cabo, enfim, o projeto vivido em expectativa como possível, e nunca reconhecido como inviável.

Neste segundo caso, porém, ocorre às vêzes um desfecho que rompe o vínculo circular, sem contudo libertar a consciência das confusões da ingenuidade. Premida pela evidência do insucesso, a consciência está sujeita a tornar-se revolucionária. Com efeito, diante da patente resistência da realidade em acolher-lhe o projeto, a consciência pode concluir pela necessidade de modificar, não o projeto mesmo, mas a realidade: é o mundo que está errado, não o propósito que a vontade intentava pôr em prática. O conceito de êrro do real é dos mais característicos da mentalidade simplória. Já o analisamos por diversos aspectos; aqui, entretanto, procuramos exprimi-lo na modalidade que assume ao se constituir sob a aparência de motivação da atitude revolucionária. Esta, em tal caso, como não deixaria de ser, é essencialmente ingênua; nada tem de comum com a legítima capacidade revolucionária. Falta-lhe sobrepujar o plano psicológico e ingressar na consideração da realidade como objetividade histórica. É sustentada por impulsos derivados de situações de frustração pessoal, que movem a desejar a alteração violenta do mundo, como forma de vingança da consciência que não foi devidamente recebida pela realidade nas suas intenções práticas. Encontra-se com freqüência em homens de caráter enérgico, dotados de forte vontade de poderio e tendência à ação, e que, por isso, uma vez a tenham concebido nas linhas de um projeto, dificilmente se resignam a renunciar a executá-lo. Quando se patenteia a inviabilidade do projeto, o

potencial de vontade acumulado, pôsto a serviço dessa tentativa, não podendo mais ser reprimido, precipita-se sôbre o mundo em geral, no desejo de remodelá-lo. É o revolucionarismo romântico, que mal procura razões superficiais para se justificar, num arremêdo de teoria, quando em verdade é completamente surdo e hostil ao correto pensamento revolucionário. A revolução pela revolução, como mudança a qualquer preço e seja lá para o que fôr, a revolução às tontas, tal é o seu projeto. Se é lícito chamar de teoria as escassas e tôscas formulações com que se contentam os representantes dêste modo de pensar, de que temos bons exemplos entre os chamados "políticos de oposição", diríamos que acreditam na necessidade de agitar de vez em quanto o estado de coisas do País, de sacudir, como se faz com os frascos de certos medicamentos, o recipiente da história nacional, para da perturbação causada surgirem melhores condições de existência. O mal do País é a calmaria interna, que tem por efeito consolidar as posições privilegiadas, sempre em mãos dos corruptos, garantir as vantagens conquistadas no período da última agitação, logo a seguir sustentadas pela tranqüilidade reinante. Ninguém, nenhuma classe, cede de bom grado os proveitos que abocanhou; por isso só os projetos que satisfazem a estrutura, tornada estabilizada, da sociedade têm garantia de sucesso. Mas são projetos que tendem a assegurar a situação reinante contra a eventualidade de futuros e salutares movimentos. Se quisermos que a marcha do progresso, necessàriamente violenta e irregular, prossiga, em benefício do País, é preciso promover de vez em quando, ainda que a êsmo ou com diminutos pretextos, vigorosas sacudidelas políticas e sociais, sempre fecundas. O pensar ingênuo, por um êrro silogístico, vê no insucesso do seu projeto, a certeza da originalidade. Justamente por ser original não é acolhido pela estrutura social enrijecida, onde só prospera o que está de acôrdo com os interêsses estabelecidos. Por conseguinte, nada resta a fazer senão quebrar a ordem vigente, empecilho a tudo quanto há de novo e original, mediante a revolução salvadora, que não precisa ser guiada por teorias filosóficas, saídas da cabeça de alguns visionários, mas depende apenas do bom-senso e da coragem de homens independentes, lutadores, práticos, desejosos de dar ao País uma reestruturação moral e material que, de qualquer maneira, mesmo sem grandiosos planos prévios, será valiosa.

Não é preciso grande talento para se desvendar a inocência em que repousa esta atitude. Não há para o indivíduo maior ingenuidade do que conceber a revolução por conta

própria. Quando imaginamos que devemos alterar a realidade, porque no estado em que se acha não encontramos mais espaço para nela alojar o nosso projeto pessoal, estamos dando prova de total alheamento do processo histórico, desconhecendo-lhe mesmo a existência. O traço principal da ignorância, em tal caso, resume-se em acreditar que se não houver revoluções de vez em quando, ao acaso das oportunidades, nada de diferente surgirá na superfície da realidade. A revolução constitui assim a única possibilidade de aparecimento do novo, do inédito, pois fora do breve período ocupado pelos seus preparativos, deflagração e amortecimento, a sociedade se estabiliza, cessa de modificar-se, só permite o desempenho da causalidade uniforme, cujos efeitos, sempre idênticos, estão determinados invariàvelmente e nenhuma esperança oferecem às massas que aspiram a transformar suas condições de existência. Falta àquele pensamento simplista a idéia de processo histórico e do dinamismo imanente à realidade. O êrro básico está em julgar que fora do momento da revolução a sociedade não se move, não evolui, nada de novo se produz. Ao contrário, porém, a verdade é que o novo está sempre se produzindo, por ação do constante dinamismo objetivo, que é oportunidade permanente de originalidade. Sem dúvida, mudanças espetaculares não acontecem todos os dias. Mas nenhum se passa sem que algo de imprevisto se produza, em que não se dê pequena variação, em que algum fato inédito não se some ao conjunto acumulado, vindo a ser causa um dia de brusca transformação. O pensamento crítico não se deixa iludir pela aparente estabilidade do real. Sabe, ao contrário, que êste, por essência, é correnteza, onde a novidade se produz a todo instante como conseqüência do estado anterior, e onde, se nem sempre é perceptível o surgimento do original, é porque vivemos habitualmente na pauta da consciência desatenta. Só nos emocionamos com os saltos catastróficos, quando devíamos considerar os pequenos impulsos que os determinam. O novo de cada dia só se torna visível algum dia.

Desta forma, o conceito de revolução e o verídico espírito revolucionário nada têm de comum com a impetuosidade, a indignação, o protesto, o quixotismo, próprios da consciência ingênua. São, no seu sentido severo, fruto de rigorosa compreensão do processo da realidade, decorrem da posse de exata teoria revolucionária, induzida da história. Por isso, longe de prescindirem da formulação ideológica, como na sua insciência pretende o pensar primário, a tal ponto a revolução verdadeira não a dispensa, que não terá

lugar se não fôr precedida pela teoria. Porque quem não possui a idéia correta da realidade que deseja alterar, não está habilitado a empreender o trabalho exigido para êsse fim. Para a doutrina autêntica da revolução, o estado de coisas a obter por meio dela, acha-se em princípio definido desde já, é aquêle objetivamente possível à vista das circunstâncias presentes. A mentalidade singela, ao contrário, vê a revolução como salto num futuro indefinido e desconhecido, como lance histórico de efeitos imprevisíveis. A situação dela decorrente só será conhecida quando se realizar. Serve-se da revolução como de um instrumento para decifrar o porvir, justificando-se o apêlo a êsse recurso pela soma de probabilidades benfazejas que permite se tornarem realidades. Ao invés, o pensamento crítico é aquêle que não se serve da revolução, mas serve a ela. Não a concebe como intervenção arbitrária na história, dependente de condições anímicas ou de fortuito momento azado, mas a vê permanentemente em curso, na fluência constante do real. Se, no modo corrente de falar, chama de revolução a mudança mais conspícua, mais visível, é porque reserva êsse nome para designar os momentos de ruptura no processo de acumulação de causas materiais. Tem de ser dirigida pelo pensamento que se preparou para ela pela análise intensiva dos fatos, utilizando-se de uma teoria geral.

Estas considerações indicam-nos que o predicado de revolucionária pertence de direito à consciência crítica. Precisamente porque reflete as formas do real e o vê como transformação, é revolucionária. Mas êste traço essencial assume em cada contexto nacional, a cada momento, aspecto particular. Vemos, pois, que a reflexão sôbre a natureza ativa da consciência não se limita a descrevê-la como fonte de atividade em geral, não a subordina à noção de prática como desempenho de existência social. Depois de ter revelado a atividade como modo de ser específico do ser humano, que encontra o mundo enquanto campo necessário de ação, revela a prática como exercício dessa relação existencial. É, na prática, vínculo do homem simultâneamente com a natureza e com a sociedade e não na especulação teórica, que se dá o fundamento da nossa imagem do mundo, enquanto totalidade e se estabelece o critério de verdade para todos os enunciados do saber. A idéia resultante da ação não é só o têrmo final de um ato particular, mas também o inicial de novo ato e por isso é pela prática da realidade que chegamos a ter dela a idéia de que nos servimos para continuar a prática. Como, porém, no intervalo entre duas fases da prática

social, a que deu origem a determinada idéia e a que vai resultar dessa idéia, a realidade se transformou, é necessário que a idéia, para ser eficaz, acompanhe a mobilidade do real, noutras palavras, que a ação proposta, quando julgada pelo padrão do primeiro momento, tenha caráter revolucionário. Em conseqüência destas considerações somos encaminhados, depois de haver reconhecido a natureza ativa e revolucionária da consciência crítica, a debater o problema onde desemboca tudo quanto dissemos: o da intervenção do homem no processo objetivo da realidade nacional, em função do nexo entre consciência e prática, problema que, em caráter mais geral, não é outro senão o da liberdade.

6 — A CATEGORIA DE LIBERDADE

a) *Concepções ingênuas da liberdade*

A consciência crítica, por oposição à inocente, é uma consciência autônoma. Esta afirmação põe diante de nós a obrigação de estudar a liberdade como atributo da consciência superior da realidade nacional.

É imprescindível deixar claro desde o primeiro momento não ser nosso intuito abordar o problema da liberdade como tema metafísico, nem examiná-lo na totalidade dos seus aspectos. Limitamo-nos a algumas reflexões relativas à consciência da realidade nacional, mostrando que, também quanto a esta característica, o pensar autêntico se distingue da modalidade elementar, pelo fato de ser a liberdade um bem próprio apenas do primeiro. Sem entrar, repetimos, no debate sistemático e exaustivo da questão, devemos analisar o aspecto particular de que se reveste quando a consideramos no domínio da representação do real de uma nação.

A existência, ao menos a título de problema, da liberdade como qualidade específica do ser humano é um tema sério da reflexão filosófica, sôbre o qual não vamos discorrer, uma vez que nosso intuito é definir o significado da liberdade enquanto categoria do pensamento crítico do desenvolvimento nacional. Esta noção, mais do que as outras, é decisiva para compreender o assunto, pois nos importa esclarecer o papel da liberdade na gênese dos atos promotores do desenvolvimento. Deixando de lado as discussões de caráter metafísico que a consideram ou como atributo ou como origem do ser humano, o qual por meio dela se criaria a si próprio, restringiremos a nossa análise à meditação sôbre a liberdade enquanto qualidade dos atos executados. Na perspectiva que nos interessa aqui, a liberdade é a faculdade de praticar atos livres. A seguir veremos que atos livres são os atos libertadores, donde a liberdade ser então definida como o poder de libertar. O país subdesenvolvido não tem liberdade, é um país submetido ao cêrco, à limitação

existencial constituída pela pobreza, ignorância e opressão social. Para êle, ser livre é romper êsse cêrco, pela conquista do desenvolvimento, a liberdade de que precisa não deve ser discutida como se fôsse um poder ínsito na essência dos sêres humanos, mas deve interpretar-se enquanto significado dos atos concretos que suprimem o jugo do subdesenvolvimento, por conseguinte como qualidade do ato e não do agente. O primeiro modo de pensar é sociológico, o segundo, metafísico. O que importa é referir ao agente a produção dos atos livres, isto é, libertadores. Quando daqui por diante falarmos da liberdade do homem é sempre neste sentido; compreendemos a realidade própria do ser humano enquanto nêle vemos o realizador dos atos livres. Não fazemos a liberdade decorrer da essência do agente para os atos, o que seria a perspectiva metafísica, mas ao contrário fazemo-la decorrer da qualificação dos atos para a qualificação do agente, o que é a perspectiva sociológica e histórica. Talvez que, no emaranhado das controvérsias filosóficas, nunca se chegue a estabelecer claramente o que quer dizer "o homem é livre", mas é fácil definir o significado do "ato livre", pois para êste há critérios objetivos, por exemplo, os efeitos que produz no estado de subdesenvolvimento do país, alterando-o e fazendo-o desaparecer.

A consciência, quando "tendida para" captar o mundo objetivo constituído pelo seu perímetro nacional, pode julgar-se condicionada, passiva e mecânicamente, pelo processo do real, e portanto destituída de liberdade; em tal caso há apenas o curso forçado dos acontecimentos, entre os quais se incluem os atos humanos. Ou pode, ao contrário, supor-se livre, no sentido de ser capaz de exercer sôbre o processo intervenções que o modificam sem ser determinadas fatalmente por êle. Nesta segunda hipótese, a consciência livre seria entidade distinta do processo objetivo, interferindo nêle ao sabor da sua iniciativa. O primeiro ramo da alternativa nega a liberdade, o segundo a admite; mas êste se subdivide em duas variantes, e tal distinção tem grande importância. Conforme a primeira, o pensamento é o poder de intervir no curso da realidade, sem estar influído ou solicitado por qualquer condicionamento oriundo dos fatos; seria assim uma intervenção sem causa objetiva, de origem transcendente, um milagre, a quebra do rígido determinismo do mundo físico. Noutra concepção, a liberdade da consciência é real, mas sujeita a condicionamento objetivo. A atitude extrema, a negação pura e simples da liberdade, considerada como ilusória existência no homem de um poder transcendental, não

será discutida aqui. Para nós, a liberdade existe; o problema é saber em que consiste, em que condições se exerce, e a que resultados conduz. Temos de delinear a questão considerando-a pelo ângulo da particular relação entre a realidade da consciência e a realidade do universo exterior; só estamos interessados em examinar o conceito de liberdade, enquanto esta é um fato com que deparamos ao investigar as correlações entre o pensamento e o mundo constituído pela nação a que pertencemos.

O debate reduz-se então às duas variantes a que aludimos. No primeiro modo de ver, a consciência só é livre porque acredita ser o oposto da realidade material, a negação do ser, da natureza física, do estado social, se julga distinta do processo sôbre o qual, contudo, é capaz de operar. A liberdade é o atributo do ente que existe por si e tira de si a lei da sua conduta. A ação, corporificada no manuseio das coisas, não é apreendida pelo lado do fazer empírico, mas em sua origem na consciência independente. O mundo oferece ùnicamente o material sensível para o exercício da liberdade, porém a presença de tal material é de direito sempre acidental, ainda que constante. O ato livre prescinde de qualquer condicionamento, porque se faz superando os limites e determinações que a natureza impõe aos fatos físicos, não livres. Para o exercício da liberdade, o mundo oferece apenas as oportunidades, a fim de que a consciência decida, no agir, sôbre o que deseja "pôr" na realidade, incluir na seqüência das ocorrências, como efeito surgido de si própria. Seria indevido, assim julga esta doutrina, confundir a mera oportunidade com o verdadeiro condicionamento. No deslindar a controvérsia entre oportunidade e condicionamento está o essencial do problema prático da liberdade. A teoria da oportunidade coloca necessàriamente no plano metafísico a fundamentação da liberdade. Esta tem de ser entendida como atributo de uma personalidade ou alma supra-sensível, e seu exercício efetivo, como intromissão do transcendente no curso concatenado dos acontecimentos. Em tal caso, a liberdade só aparece perfeitamente caracterizada quando assume o aspecto do arbítrio, indo até o extremo da insensatez, pois quanto menos relações o ato livre aparentar com antecedentes naturais, mais seguros estaremos de se tratar de ocorrência de origem transcendente. Desvinculada de qualquer motivação concreta, a liberdade é relegada à esfera da irracionalidade; o ato supremamente livre seria o gesto absurdo.

Entre esta concepção, postulando a liberdade, mas fazendo dela um irracional, e a que suprime radicalmente a liberdade, há lugar para outra, lógica e prática, que defende a autonomia da consciência e ao mesmo tempo a interpreta em função do processo da realidade, enquanto faz reverter a ela, a título de origem, a qualidade dos atos que produz. Para justificarmos esta maneira de pensar, é preciso, desde o início, formular o problema em têrmos novos.

A apresentação tradicional do problema da liberdade oblitera a possibilidade de revolvê-lo, porque principia por cometer duas impropriedades: separar o pensamento da atividade; e desligar o homem do mundo. Tôda reflexão que admita implícita ou declaradamente estas colocações, faz a questão ser discutida dentro de uma moldura errônea, que irá afetar a marcha do raciocínio. Com efeito, desde que se separe o pensamento da ação, como produtos distintos nos quais se desdobra o ser do homem, a liberdade se converte em problema intelectual. Torna-se incumbência da razão esclarecer a essência do princípio que, em nosso ser, responde pela autonomia dos nossos atos; é matéria de investigação intelectual dizer porque êsse foco de decisão, aninhado em nosso interior, nos permite agir de maneira não imposta por motivos determinantes. A liberdade constitui-se em tema metafísico, a respeito do qual a inteligência é convocada a se pronunciar. Ora, o modo como a razão se vota a um assunto é especular sôbre êle; a liberdade fica sendo, assim, matéria de especulação, e por isso não é de estranhar que seja sempre considerada em abstrato. Dentro dêste esquema, a solução mais perfeita que a razão, no seu exercício especulativo, construtor de sistemas, encontrou foi declarar a liberdade atributo de uma consciência supra-individual, a-histórica, a qual, embora desvinculada do mundo empírico, exerce ações no plano físico. Admitida a distância entre pensamento e atividade, a liberdade deixa de ser fato vivido, para se transformar em enigma intelectual. Desligada do processo, tem de exercer-se fora dêle, e a única maneira de relacionar-se com êle é ser ela própria a criadora do processo. Eis a solução a que é levada a reflexão abstrata: interpretar o processo todo como efeito da liberdade. É uma resposta racional, o que explica porque a adotaram as filosofias dogmáticas mais racionalistas. Põe-se, assim, o problema de saber a que ser compete como atributo a liberdade. Variam a tal respeito as opiniões dos filósofos. Quer seja uma divindade criadora, quer a razão universal, de todo modo deve existir um ser que possui a liberdade a título absoluto; não a atingem

as objeções procedentes do conhecimento empírico da natureza, desde que se aceita que é por ato da própria liberdade que a realidade do mundo se constitui, quer por decisão do poder divino, quer pela lógica imanente à razão universal. Dêste modo, a liberdade está a salvo das dificuldades suscitadas pela sua interferência no determinismo causal da natureza, uma vez que se exerce anteriormente ao processo, o qual é apenas efeito dela; não dá motivo a embaraçantes objeções, só justificadas quando supomos a intervenção do ato livre no processo já constituído. Quando a razão desdobra no tempo os seus conteúdos, conforme pensam alguns filósofos idealistas, procede livremente, porque não está limitada por nenhuma realidade, pois esta vai precisamente decorrer dêsse movimento criador; a razão, suprimindo o atual para substituí-lo pelo novo, não é forçada pela realidade existente, pois a futura não guarda com a anterior outra relação senão a que se estabelece entre as idéias que ambas corporificam e externamente só se ligam por mera sucessão.

Estas interpretações, idênticas na essência, deixam em suspenso a questão da liberdade individual. Tratada em abstrato, fora da referência a um campo social definido, torna-se questão difícil, que recebeu na história filosófica diferentes soluções de acôrdo com as crenças relativas à natureza das relações entre o indivíduo e as entidades transcendentes. Os filósofos que especulam sôbre a essência de tais entidades se dividiram entre os que negam puramente a liberdade individual, fazendo do sujeito universal, divino ou lógico, o único ente livre, e os que a admitem, mas fazendo dela, em tal caso, um mistério, o da posse pela alma espiritual de um dom próprio da realidade divina. Quando a aceitam, terão de dar por fundamento dessa crença ou o testemunho da consciência moral, ou a exigência contida na certeza da espiritualidade da alma humana; em último caso, na dúvida sôbre qual seja êsse fundamento, simplesmente a postulam. Fazer da liberdade um dado da consciência moral é reduzi-la a objeto de introspecção, é caucioná-la com garantia psicológica, sujeitando-a, contra o desejo do pensador, ao relativismo próprio aos dados desta espécie. É, além do mais, incidir numa petição de princípio, pois não é possível decidir se sou, ou não, determinado a ter o sentimento da liberdade que neste momento possuo, senão pela certeza prévia de haver, ou não, a liberdade. Ainda que o sentimento interior da liberdade fôsse por si suficiente para assegurar-nos da existência dela, não estaria resolvido o problema do seu exercício efetivo, antes agravado, pois não poderíamos, na

base da introspecção consciente, ter certeza do valor universal dêsse caráter, saber se é comum por igual a todos os homens. Privilegiando a minha liberdade pessoal, da qual, por hipótese, estaria seguro, esta teoria abre a porta à degradação dos demais sêres humanos à condição de simples sêres do mundo, ou destituídos de liberdade, pois não tenho certeza de que a possuam, ou dotados de uma liberdade que, de certo modo, sou eu que lhes concedo. É o caminho inclinado para o orgulho filosófico, tantas vêzes pôsto a serviço do despotismo político. O tirano vê a massa como rebanho abúlico, porque a consciência, ao dar-lhe a sentir as delícias da onipotência, relativa e passageira, o leva a julgar-se o único livre entre os conviventes, todos serviçais e subordinados. Outros, porém, preferem interpretar a liberdade como dom metafísico, participação do indivíduo na razão universal, ou como graça que, por decreto da vontade criadora, foi incluída na essência do ser humano. Dentro dêste modo de ver, só cabe dizer que o mistério se explica pelo mistério. Permanece intato, neste caso, o problema do exercício da liberdade no mundo de fenômenos causalmente concatenados. Mais simples e resoluta é a atitude de declarar a liberdade mero postulado para compreender a realidade humana. Evitam-se, porque se suprimem, tôdas as questões embaraçosas referentes à sua origem e natureza, não restando, como sempre, senão o problema da correlação do ato livre ao seu conteúdo físico. Não é preciso grande esfôrço para se perceber que tôdas estas cavilações teóricas surgem, conforme indicamos, do modo apriorista, errôneo, como se instala o debate, ou seja, da distinção entre pensar e agir.

Todavia, uma segunda distinção, também contribui para conturbar o entendimento do mesmo tema: é o indevido conceito da conexidade entre o homem e o mundo. No esquema tradicional, como temos reparado por diversas vêzes, formam êles os têrmos antípodas de uma relação cuja natureza é preciso explicar, antes de se empreender o exame da operação humana sôbre a realidade exterior, ou da influência que o mundo exerce sôbre a consciência. Claro está que, desligando-se os dois têrmos um do outro, e convertendo em problema a sua mútua referência, a inteligência ou a razão terá de ser chamada para solucionar o caso. Significa isto que o assunto será transferido para o plano teórico puro, do qual a prática social está ausente, e tratado em caráter abstrato, postulando-se um mundo em si e uma consciência em si, distintos e suficientes, os quais, posteriormente à sua perfeita existência à parte um do outro, entrariam em contato,

gerando-se daí diversos problemas, em particular o do conhecimento e o da liberdade. Quanto a êste último, a formulação citada obscurece-o definitivamente. Com efeito, supondo a consciência à parte do mundo, situa nela a liberdade. Neste caso, a consciência é livre *a priori,* por essência, antes de qualquer ato, tem a liberdade como atributo constitutivo. Se a liberdade, por natureza, precede o fato, a rigor dispensa-o. A liberdade está, perfeita, no espírito; sua manifestação apenas é que está no ato. O mundo, por sua vez, existindo em si enquanto realidade objetiva, não admite a liberdade nas ações que nêle têm lugar. As fôrças que dão origem aos fenômenos naturais são cegas e sem destino. Para ser entendido pela razão humana, o mundo exige o rígido encadeamento dos fatos, na série de causas e efeitos, onde não há lugar para a ação livre. Dado, porém, que os filósofos partidários desta afirmativa preliminar, realistas ou idealistas, não desejam excluir a possibilidade concreta do ato livre, terão de depender do conceito, que vierem a formular, do nexo entre consciência e mundo para explicar uma liberdade que se cumpre entre fenômenos rigorosamente determinados.

Conforme a hipótese realista, simplória, própria das concepções mecanicistas, o ato livre terá de ser concebido como lacuna no processo pelo qual a realidade se impõe ao espírito. Se a concatenação, necessária e contínua, dos acontecimentos naturais se transferisse, em virtude de reflexo automático, sem soluções de continuidade, para o plano da consciência, transportaria para o curso das representações subjetivas o mesmo determinismo existente fora. A idéia de ato independente, oriundo do sujeito, torna-se-ia impensável. Seria fato físico sem causa física. O ato livre apareceria como um intruso no reino da racionalidade. Nestas condições, para salvar a liberdade é preciso admitir que, ao se imprimir na consciência, a realidade o faz de modo lacunar, deixa falhas, hiatos entre os dados. São exatamente êstes intervalos que a consciência, que os vê por dentro, a partir de si, toma por seus momentos livres. A liberdade nada mais seria do que as pequenas pausas no processo de determinação do pensamento pelo mundo. A liberdade não consistiria em achar-se o homem livre "no" mundo, mas em achar-se livre "do" mundo. Com efeito, a consciência declarará livre todo ato que sinta não lhe ser impôsto pela realidade exterior; só é livre nos intervalos da rêde onde está aprisionada.

De outro lado, a teoria idealista, concebendo o mundo como produto da consciência, quer igualmente defender o

cumprimento efetivo, no plano empírico, dos atos livres. Para isso, é levada a considerar o determinismo natural como mera exigência da consciência, seja esta individual ou transcendental, a causalidade, onde se exprime êsse determinismo como forma *a priori* que o nosso entendimento aplica aos dados, para reuni-los em encadeamentos inteligíveis. A liberdade é interpretada como o procedimento transcendental pelo qual a consciência revoga momentâneamente o determinismo que concede aos fenômenos em geral e insere entre êles alguns outros, cujas causas não estão nos antecedentes imediatos, mas na deliberação do espírito. Admitido o ponto-de-vista idealista, torna-se mais difícil fundamentar o determinismo do que a liberdade. Para quem adote o idealismo, em qualquer de suas variantes, a questão delicada está em justificar o curso regular da natureza, sem fazer dêle uma seqüência de gestos livres monótonos. Com efeito, se a consciência, que é a sede da liberdade, projeta de si a realidade, pode, é claro, intervir nela a cada instante, e mesmo verdadeiramente tal interferência não deve cessar nunca, sob pena de fazer extinguir o mundo objetivo. A existência da ordem natural torna-se então o problema principal. É preciso fundá-la: a) ou na livre decisão do poder divino criador, que não tem fora de si nada que o determine, e portanto não tem porque modificar o gesto inicial que conferiu ao mundo a organização que ostenta; doutrina que faz da ordem um arbítrio uniforme; b) ou na peculiar constituição do entendimento humano, dotado de categorias cognoscitivas que o conduzem a ver nas coisas em permanente transformação, uma ordem que, em verdade, só existe no espírito.

A análise precedente faz-nos verificar que o problema da liberdade pode ser obscurecido desde o início, pelas condições básicas impróprias em que porventura seja colocado. Procuraremos mostrar que, desfeitos êstes enganos preliminares, é lícito alcançar satisfatória interpretação, que revelará a autonomia como predicado do autêntico pensar da realidade nacional. Para isso é preciso, antes de tudo, modificar os têrmos do problema. Temos de regressar à posição, defendida em páginas anteriores, que estabelece a unidade do pensamento e da atividade. Dissemos não se tratar de operações distintas, mas de modos de ser, unificados no conceito existencial de desempenho humano. Se entendermos a liberdade como qualidade pertencente a um particular conjunto de atos, não precisamos pedir ao pensamento que a esclareça à luz do seu exercício próprio, que é o representar em conceitos, porque a atividade, não se distinguindo, na

origem, do pensar, é ela mesma a fonte de sua compreensão. É puro engano, devido a tendências intelectualistas, julgar que estaríamos melhor informados sôbre a essência do ato livre se a pudéssemos captar em conceitos, isto é, se a inteligência conseguisse pronunciar-se sôbre a natureza dêle. Explicar o gesto livre em linguagem racional em nada melhoraria o entendimento que dêle tem a consciência, que o apreende na atividade, na prática, sem necessidade de traduzi-lo obrigatòriamente em têrmos ou noções gerais, mas nem por isso ficando desprovida de certeza. Nem é preciso tampouco invocar a atividade da intuição como faculdade especial de conhecimento, o que, de certo modo, é retôrno à atitude intelectualista, em forma de captura introspectiva de um sentimento interior.

b) *O ato livre e o pertencimento ao mundo*

A certeza da liberdade não é de ordem teórica, mas prática. Adquirimo-la tôdas as vêzes que consideramos o nosso comportamento diante de uma situação concreta. Não é conclusão de elaborada exegese da atividade humana, mas o nome dado a um modo de ser do homem, a faculdade de produzir atos livres, revelada quando lhe descrevemos a presença atuante no mundo. O pensamento orientador das nossas considerações é, como dissemos, o de que a liberdade é objetivamente um atributo do ato, só secundàriamente transferido para o sujeito, enquanto necessitamos considerá-lo como autor de tal ato. A contenda sôbre a natureza da liberdade trava-se empìricamente no plano da valoração a ser atribuída aos atos, ao percebermos a diferença existente entre êles quanto à maneira como contribuem para acelerar o processo do desenvolvimento nacional. Como o desenvolvimento consiste em suprimir os entraves, externos e internos, que impedem de se atualizarem possibilidades reais do país, consiste na verdade em libertar a realidade atual de tais entraves. Os atos que exprimem tal atualização e portanto efetivam essa libertação, ou seja, os atos libertadores, são os que consideraremos como livres. Por conseguinte, o mundo real, a natureza e o estado social, forma o único terreno onde tem sentido colocar-se o exame objetivo do problema da liberdade. A presença do homem no mundo é a premissa original imprescindível para compreender a liberdade. Partir da consciência pura é procedimento errôneo e improficuo, só explicável em quem assume a postura idealista. Temos de partir do "estar no mundo", como característica da consciência, para definir quais as espécies de atos desempenhados pelo homem, em virtude da irrecusável condição de ser no mundo, que reconheceremos como livres. Eis porque precisamos retomar o tema do "estar no mundo", a fim de, pela renovada análise dessa situação, encontrar as bases onde assentar o entendimento do conceito de liberdade.

O "estar no mundo" condiciona, segundo vimos, o "ser no mundo" em duplo sentido: relativamente ao "ser" do mundo, fazendo com que êste o manifeste como realidade, em função, portanto, do modo como estamos nêle; em segundo lugar, relativamente ao "pertencer ao" mundo, pois a nossa situação nêle é que determina as possibilidades de nos ligarmos a êle pela relação de "pertencer a" êle. Ao descrever êste segundo sentido, alcançamos a essência da liberdade enquanto prática social de certa espécie de atos. O mundo, onde nos é dado existir, manifesta-se a nós a cada momento por um modo de "ser", que se apresenta como desafio para quem tem a qualidade de "pertencer a" êle. Ao descobrirmos o caráter desafiante da situação, representada pelo irrecusável "estar no mundo", apreendemos a liberdade como característica da ação com que respondemos proveitosamente a êsse permanente desafio, ou seja, com que contribuímos para intensificar o curso do processo social objetivo. A prática existencial estabelece-se, portanto, dentro da condição de pertencer a um mundo que solicita a nossa ação e, ao mesmo tempo, resiste a ela. Ao tentarmos produzir a nossa ação no mundo, descobrimos dupla possibilidade de fazê-la: ou em conformidade com o estado da realidade, aceitando a solicitação e a resistência, que nos desafiam a alterá-la; ou fugindo a êsse estado, negando o desafio, o que vem a ser negando o estar no mundo. Ao encontrar o ser humano como um indivíduo que aceita efetivamente pertencer ao seu mundo, isto é, que se mostra consciente de estar no mundo, em nosso caso particular, de estar no país subdesenvolvido, só então se apresenta o problema objetivo da liberdade.

É pois na forma de "assumir" o mundo, que se constitui o estado original que possibilita o exercício da liberdade. Todavia, êsse "assumir" não significa instalarmo-nos definitivamente em determinado estado, mas se caracteriza pela seqüência de atos de assumir, ou não, a realidade, o ser do mundo, tal como nos aparece a cada momento. É sôbre o fundamento dessa situação primária que se desenham as demais possibilidades de comportamento. A consciência ingênua, e a existência inautêntica que lhe corresponde, não se vê a si própria

como permanente iteração do ato de "assumir" o seu país, porque opta, sem refletir, pela modalidade de "pertencer ao mundo" que consiste em aceitar a realidade sem o projeto de modificá-la, pois não a percebe como desafio, em virtude de acreditar que se transforma por si mesma. Para a consciência crítica, porém, o "pertencer ao mundo" é sempre conhecimento de um desafio, a resposta ao qual poderá revelar-se como ato livre, porque supõe a decisão sôbre o modo como deseja que o mundo se constitua. É sòmente com fundamento na prática da relação de pertencimento ao mundo que se produz a liberdade.

Posso não querer ser do mundo onde me encontro, dêle me desligar por qualquer das infinitas variantes de alienação, que me é dado executar. Sempre que assim fizer, estarei transferindo-me do mundo real para outro, que imagino e com o qual me mantenho em contato. Seria lícito, em caráter abstrato, falar de opção entre assumir o mundo ou rejeitá-lo, e referir-se a ela como alternativa constantemente oferecida ao homem. Mas não haveria utilidade em situar nesse ponto o problema da liberdade, o qual na verdade só se coloca de modo concreto, quando consideramos o ser humano já na atitude de efetiva adesão ao seu mundo pessoal. A atitude oposta exclui a possibilidade de liberdade e por isso só a título impróprio cabe falar da liberdade de alienar-se. De fato, o que na simples analítica existencial nos é dado observar é a situação do homem, a qual pode ser ou a de completa inclusão no seu mundo nacional ou, ao contrário, a de fuga e repúdio dêle. No primeiro caso dizemos que tem oportunidade de praticar atos livres; no segundo, não. O problema de saber se a preferência por uma ou outra atitude decorre de um ato anterior de liberdade, foge à alçada da análise sociológica e histórica, e ingressa na órbita metafísica. Nossa análise, limitando-se por definição ao primeiro caso, não necessita examinar a segunda possibilidade. Admitimos a alienação como um direito, tão constitutivo do homem, na modalidade inautêntica do existir, quanto o outro, o direito de empenhar-se em transformar o país subdesenvolvido onde vive. Êste último identifica-se ao voto originário, feito pelo homem, de querer ser do mundo onde está, de aceitar pertencer a êle, assumi-lo como o mundo que é "o seu". Por conseguinte, sòmente fundando-se sôbre a presença originária do homem na situação de "pertencer ao mundo" é que se desenvolve a consciência crítica do real e os comportamentos eficazes que o modificam. Com efeito, só depois de me haver declarado a favor do meu mundo, que sabemos ser o meu país, de compreender que nêle estou e que o aceito, terei o pleno conhecimento do que êle é. A atitude oposta, ou seja, o estabelecer-me na alienação, faz mudar de sentido o meu interêsse pelo real, que deixa de ser o ponto ao qual me dirijo, para se converter no ponto do qual me afasto. Neste caso, a consciência se constitui pelo movimento de distanciar-se da realidade, de voluntária recusa a participar da sua situação e de progressiva troca do seu contôrno vital por um mundo imaginário ou alheio. É evidente que não adquire verdadeira qualidade crítica a consciência que se organiza como processo de fuga. Porque, assim sendo, os condicionamentos que a afetam, à medida que a atingem, quando então se tornariam suportes de representações válidas, são repelidos, constituindo-se ela desta maneira em consciência que almeja "não ser" do mundo onde se encontra.

Eis a razão pela qual é o pertencer ao mundo enquanto origem da liberdade, que funda a possibilidade da consciência crítica, erigindo, portanto, a liberdade em categoria essencial desta, visto refletir as condições da prática social onde a liberdade se torna objetivamente existente. A consciência crítica é aquela que voluntàriamente se estabelece como consciência crítica. É a que recusa ser ingênua, mas vê a ingenuidade como alternativa que lhe está sempre aberta. Sem a clara idéia da constante eventualidade da ingenuidade, a consciência crítica não seria de fato crítica, pois ainda que assumisse as atitudes correspondentes a êste modo de ser, o faria cegamente, sem se ter decidido a assumir a sua realidade própria. A consciência crítica só se estabelece por um ato fundador, o qual consiste, em essência, para cada homem em aceitar o mundo onde existe. Mais exato do que dizer que a liberdade é atributo do pensar crítico, seria dizer que êste é atributo da liberdade, no sentido em que esta é a prática social libertadora. Fazendo dela o critério pelo qual se deve julgar tanto a consciência crítica, quanto a ingênua, em verdade estamos atingindo a essência do ser do homem, dada pela forma como a encontramos definida na sua relação com o mundo social e político onde existe. A descrição dos comportamentos humanos em face da realidade, e das formas da consciência, mais do que teorias especulativas ou ensaios introspectivos conduz-nos à certeza da liberdade. Esta não é objeto de controvérsia, porque é a essência do sujeito livre, aquêle que assumiu a modalidade de ser que lhe faculta praticar atos livres. E não é alcançada por métodos psicológicos, porque a consciência, quando se volta

sôbre si, só pode encontrar os seus conteúdos, nunca os seus fundamentos. Êstes, só os percebe ao refletir sôbre seus comportamentos no mundo real. A pergunta sôbre os fundamentos do estado de consciência que a todo momento temos da realidade, não encontra resposta em nenhum princípio teórico, porque só a prática os indica, em cada caso.

Como não consideramos a liberdade atributo metafísico de uma pretensa alma espiritual, nem qualidade mística, temos de defini-la na prática da existência; o que importa é descrevê-la no seu exercício, e para isso é necessário encontrar a situação mais geral, ou mais profunda, onde seja possível observar e apreender o desempenho da liberdade no sentido mais original. Temos de encontrar a situação que compõe a alternativa mais geral, aquela que se apresenta como o desafio primeiro, de que decorrem todos os outros. Ora, êsse desafio é o que se manifesta no dilema entre assumir o mundo nacional a que pertencemos ou fugir dêle. Por conseguinte, não se trata de especular sôbre a liberdade mas de descobrir a alternativa suprema, que a prática social impõe, a fim de captar o ato primordial de escolha, que percebemos conscientemente como exercício da liberdade. Não teria sentido contudo converter essa decisão em problema metafísico e perguntar, por exemplo, porque escolhemos aceitar o mundo ou preferimos fugir dêle. De fato, se assim fizéssemos, estaríamos retornando às posições que excluímos como puramente especulativas e, colocando o problema em moldes que o tornam insolúvel. Encontramos a liberdade na opção original, já feita, por um dos ramos da alternativa e nos atos que se seguem a essa escolha. A pergunta que indagasse de porque escolhemos êsse ramo é destituída de sentido, pois significaria perguntar pela causa ou pela razão de ser da liberdade. o que é ininteligível fora das cogitações abstratas e metafísicas.

O problema da liberdade reduz-se ao de encontrar a situação concreta mais geral, dentro da qual se realizam na prática atos que definiremos como livres. Esta definição tem de ser objetiva, para ser válida, do contrário o ato livre ficaria encerrado no íntimo do espírito e fora do alcance da análise filosófica. O ato livre é um ato público, social, e como tal deve ser definido por critérios que a prática social impõe. Dêste modo, o conceito de liberdade deixa de ser o mistério ontológico diante do qual se esfalfa a literatura existencialista contemporânea, para se revelar como noção de ordem sociológica, política e histórica, que compete à reflexão filosófica estabelecer e dilucidar. Se a liberdade é

concreta, está ligada a determinada situação, aquela que permite a prática de atos livres. Logo, só se pode pensar a liberdade a partir de dado contexto histórico; do contrário, a via especulativa levaria a constituir a liberdade à parte dos atos livres reais. Na prática, só é livre a opção que se traduz pelo ingresso do ser humano no sistema de comportamentos que significam aceitar o mundo e executar os atos subseqüentes concordes com essa decisão, que a prolongam, reforçam e desenvolvem. Dizemos que há liberdade quando encontramos o homem já no interior dessa particular opção. Se alguém nos objetar que isso é absurdo, pois a liberdade deve localizar-se num momento anterior a êsse, deve encontrar-se na realidade do homem antes de fazer a opção, e inclui, por conseguinte, tanto a preferência por êsse ramo da alternativa como a que fôsse feita em favor do outro ramo, responderíamos que tal maneira de conceber o assunto é abstrata, porquanto em primeiro lugar faz recuar a liberdade para a opção em aceitar tal opção, o que levará a colocá-la ainda antes daquela, na opção pela opção dessa opção, e assim nos conduz a um regresso ao infinito, dando em resultado afundar a liberdade no ignoto de uma origem inacessível. Caímos nas trevas metafísicas. Perguntar pela causa da liberdade é formular um problema lògicamente insolúvel, porque essa causa ou é livre, e temos aí o regresso ao infinito, ou não é livre, e não poderia dar origem à liberdade. Em segundo lugar, responderíamos, ainda, dizendo que a objeção proposta tira-nos a possibilidade de encontrar um critério objetivo para definir a liberdade, o que só ocorrerá se estabelecermos a situação na qual somos capazes de encontrá-la e reconhecê-la. Se a deixamos pendente da escolha insondável, se a fizermos assentar na oscilação indeterminada da vontade, reduzimo-la a um dado subjetivo, simples autosugestão psicológica, sem valor operatório. Por paradoxal que pareça na fórmula verbal, é lícito dizer que a liberdade não consiste em escolher, mas em ter escolhido. A opção pelo outro lado da alternativa primordial, a fuga à realidade, é a negação da liberdade concreta, porque, conduzindo o espírito aos reinos da fantasia teológica ou metafísica, dá-lhe tôdas as satisfações que desejar desde que ilusórias, permite-lhe sentir-se absolutamente livre desde que nada faça.

A liberdade, que a prática social revela, não é atributo abstrato do ser do homem, mas modo concreto de proceder. E a condição originária do ato livre, o ato que funda todos os demais, é a aceitação do mundo. Tanto quanto os que dêle se seguem, é um ato concreto, apenas o de maior pro-

fundidade. Ora, sendo concreto, não diz respeito a aceitar o mundo em geral, de forma vaga e não qualificada; a liberdade, se tivesse de se constituir no fundamento dessa concordância indiscriminada, seria gesto místico, o de amar o mundo, num sentido tão geral, que não se referiria a nenhuma realidade definida nem objetiva. Conforme temos dito, não há mundo em geral, mundo como realidade de todos e de ninguém. O "mundo", que mencionamos, é sempre concreto. É primordialmente a realidade de um e de alguns e, na perspectiva desta, a de outros e a de todos. Assim, o gesto original de "aceitar o mundo", significa em verdade aceitar o mundo onde me encontro, no caso, o Brasil. Interpretar de outro modo, é cair em fórmulas vagas, embrenhar-se em sutilezas sem proveito, é tomar a atitude idealista, não-prática, no esclarecimento da liberdade.

A alternativa que se impõe a todos os homens dêste País é, hoje, a de se decidirem verdadeiramente a "pertencer" a êle. Porque, por mil modos podemos estar de fato traindo o nosso "pertencer a êle", ainda quando sentimentalmente lhe guardemos a mais comovente fidelidade. É justamente a diferença entre fidelidade romântica, emocional, e fidelidade prática, militante, operativa, que agora percebemos, ao ver que a primeira nutre o pensar ingênuo, e por isso se torna responsável na prática por opções alienadoras, enquanto a segunda, sem nada perder ou rejeitar das riquezas sentimentais, se faz instrumento de eficazes transformações benéficas. A consciência crítica, ao conhecer-se como sendo aquela que coincide com a decisão existencial em favor do Brasil, assume igualmente consciência da possibilidade da liberdade. Mas, sabendo pela análise crítica que a liberdade só existe na prática autêntica, percebe que exercê-la significa interferir de modo deliberado no curso da realidade nacional. Êste é talvez o resultado mais útil do esclarecimento da consciência produzido pela filosofia: convocá-la à ação. Mostrando que a consciência não será crítica não sendo livre, e não será livre senão sendo ativa, o esclarecimento filosófico revela-se instrumento de intervenção na realidade. A consciência só é livre por pertencer ao seu mundo, pois o ato pelo qual decide identificar-se ao seu contôrno nacional, tornando-se crítica, é que dá possibilidade e fundamento a todos os atos livres seguintes. Tais atos têm de exercer-se em operações dirigidas ao mundo originàriamente aceito, e como êste é o País, só são realmente livres, no plano da consciência coletiva, os atos que praticamos para, mediante êles, atuar sôbre o curso do processo nacional. Só é

livre a intervenção modificadora. No domínio da consciência particular o conceito de liberdade é suposto submeter-se a outros critérios, que apelam quase sempre para a chamada consciência moral ou para a intuição interior; concebem a essência do homem identificada a uma liberdade imanente. Neste caso, o homem não constituiria a liberdade exteriormente, ao transformar o mundo para permitir a melhor convivência humana e o completo enriquecimento da personalidade, mas a liberdade constituiria o homem interiormente. Do ponto-de-vista crítico, porém, a liberdade não é um bem interior que eleva o homem; o que o eleva é a situação exterior criada pela liberdade. De todo modo, o tema a que nos dedicamos é o da liberdade na perspectiva da consciência social, e não o da análise existencial do indivíduo isolado, sem relações comunitárias, absorto na meditação sôbre si mesmo. A simples atividade corrente, justamente porque não pretende alterar a realidade, antes precisa contar com a estabilidade das coisas para ter eficácia, não é livre, pois tem interêsse em deixar o mundo como está, para repetir-se em outra ocasião. O ato em verdade livre é, portanto, aquêle que intervém no processo da realidade para transformá-la, em virtude de o indivíduo a ter aceito de antemão e se identificado com ela. Compreende-se, assim, que estabeleçamos, do ponto-de-vista da consciência social crítica, esta importante distinção: o determinismo é o modo como a consciência compreende o processo histórico da realidade nacional quando não pretende alterá-lo; a liberdade é o modo como o vê quando pretende alterá-lo.

c) *A liberdade é o libertar*

A noção de liberdade é inseparável da de projeto. A teoria metafísica, desdobrando a ação, supõe a posterioridade do conteúdo à decisão livre; esta teria precedência ontológica sôbre a matéria a que se refere. A concepção crítica mostra, ao contrário, que a liberdade, como predicado do ato concreto e não de uma substância espiritual, se constitui sòmente no exercício dêle, e por isso depende do projeto de agir, mas não se identifica a êle, nem se consuma em produzir o projeto que inspira a realização daquele ato. O antecedente do ato livre é o projeto da consciência que o prefigura e não uma faculdade anímica do sujeito, artificialmente erigida em entidade psicológica. A deliberação não se exerce no vazio, no puro querer mental, sem conseqüência, não é ela que é livre, e sim a identidade de projeto e exe-

cução. A liberdade tem de ser atributo desta identidade para não se perder como inócuo valor intencional. Eis porque é preciso cumprir fisicamente o ato livre, ou seja, modificar o mundo, intervir no processo da realidade nacional, como condição para tornar real a liberdade. Por conseguinte, a liberdade postula a unidade da existência humana e do processo natural e histórico. Não é predicado subjetivo da consciência, mas qualidade objetiva, que esta possui enquanto origem de atos libertadores. Compreender o caráter objetivo da liberdade é imprescindível para nos livrar das armadilhas do idealismo. A elas não escaparam os pensadores que melhor representam a filosofia existencial, pois não souberam reconhecer o caráter empírico, objetivo, do mundo, em que viam apenas uma categoria da descrição da existência. Por falta de suficiente reflexão sôbre o significado sempre concreto do mundo, particularizado politicamente em forma de nação, concluíram pela equivalência de liberdade e subjetividade. O mesmo processo analítico, se conduzido a partir do conceito correto de "mundo", a saber, da evidência de sua natureza concreta enquanto nação, faria compreender a liberdade como predicado objetivo da consciência, que lhe caberá conforme a qualidade dos atos de que fôr origem. Só quando a consciência se exterioriza no desempenho de um projeto de "fazer ser livre", é possível chamá-la livre.

O que mede o grau de liberdade de cada ato particular é a participação no projeto fundamental da consciência que o executa. Quando a comunidade nacional se alça à etapa de desenvolvimento que lhe permite forjar um projeto coletivo, a consciência individual participando daquele projeto, identificando-se a êle, encontra a possibilidade de se constituir em fonte de atos particulares livres. O projeto comunitário, tal seja a sua qualidade, funda a escala de valores da consciência social. Os atos particulares, momentos daquele projeto, têm por qualidade a que lhes é dada pelo projeto social fundador de todos, serão livres se êste consistir em estabelecer o estado na qual a consciência se torna crítica, ao se conceber como refletindo os condicionamentos a que está sujeita. O projeto fundador consiste para o indivíduo, como vimos, em assumir o mundo de que é parte, em dispor-se a pertencer a êle, não para contemplá-lo, e sim para modificá-lo. A modificação do mundo, de que se trata, não é uma qualquer, mas a que se evidencia como conquista objetiva de liberdade, numa palavra, como libertação. Logo, o ato livre fundamental é o ato de libertar o mundo. Descobrimos, assim, que a essência da consciência crítica se identifica à liberdade de libertar. A liberdade não é atributo de um ser, mas de um ato, a liberdade é o libertar. Adquirimo-la quando contribuímos para libertar a realidade, isto é, o País, de alguma servidão que o oprime. Concebida enquanto qualidade do ser, é sempre abstrata; concebida como concreta, é sempre o ato pelo qual alguma coisa se torna livre. O ato mais geral da consciência livre, fundador dela mesma e de todos os demais, se exerce no projeto de libertação do mundo a que decide pertencer, em nosso caso, no projeto de libertação histórica do Brasil.

As teorias correntes relativas à liberdade do homem, examinam-na como se o seu exercício não dependesse em nada das condições da realidade social, onde têm de ser praticados os atos livres. Não fazem menção do "estado do mundo" ao investigar o tema, porque para elas se trata apenas de buscar a origem de tais atos no âmago insondável da essência humana. Se, porém, refletirmos em que todo ato real implica um contexto físico e histórico onde se passe, começaremos a compreender que o debate do problema da liberdade não pode omitir a referência a êste aspecto, sob pena de travar-se nas alturas das abstrações inconseqüentes. A questão das liberdades individuais, especialmente as de caráter político, como as de opinião, reunião, voto, culto, educação, imprensa etc., têm de ser consideradas nesta perspectiva. Se ignorarmos o condicionamento que o estado de desenvolvimento do mundo nacional impõe a tais direitos, ficaremos limitados a discuti-los em tese, em princípio, e então, a defesa que dêles fizermos, por mais justa e imperiosa que seja, não nos ajudará a criar condições reais para o seu efetivo cumprimento. Desde que se abstrai do estado atual da realidade, supõe-se que todos os estados, seja qual fôr o seu grau de adiantamento, propiciam as mesmas possibilidades de liberdade. Ora, isto é falso a não ser se nos referirmos à liberdade abstrata. Se considerarmos o desempenho efetivo da liberdade, o estado do processo histórico da comunidade representa um dado de suprema importância. O país atrasado e dominado econômica e culturalmente só de modo muito restrito oferece espaço para o exercício das liberdades políticas individuais. A não ser a liberdade íntima, subjetiva e de efeito privativo, todos os atos externos, que supõem direitos sociais, são dependentes da etapa em que se acha o processo nacional. Por isso, a condição fundamental para assegurar ao indivíduo a posse com exercício eficaz dos direitos que o Estado democrático lhe atribui, é encontrar-se o país num grau de desen-

volvimento que permita tornar concretos e efetivos êsses direitos, superando a fase do seu uso simbólico. Por conseguinte, a condição suprema para a possibilidade de exercício da liberdade é iniciar-se o processo libertador do País, é desenvolvê-lo. É lícito, pois, dizer que não há liberdade sem desenvolvimento. Êste se produz pela série de atos libertadores das pressões que acorrentam a economia e a cultura da nação, os atos que chamamos livres, cuja execução transfere e outorga ao sujeito o predicado de livre. Compreendemos, agora, porque dizíamos que o homem se faz livre ao praticar atos livres; é porque êstes são libertadores do seu país, e portanto criadores de situações históricas superiores, nas quais se tornam reais os modos e os direitos legítimos e superiores, que em conjunto formam a estrutura da sociedade democrática. Antes de alcançar-se essa efetiva libertação, a democracia é vivida em espírito, mais do que em realidade, é um ideal, só merecendo ser defendida na sua forma imperfeita atual porque nela, mesmo nas etapas atrasadas, se vão constituindo as condições de sua melhor realização no futuro. Para que entremos um dia no pleno gôzo da democracia como forma mais alta de convivência política, é-nos necessário representarmos a conexão entre ela e a liberdade, entendida como ato de libertar, pois do contrário corremos o risco de, esquecendo a tarefa objetiva de promover o desenvolvimento do País, pretender realizar a democracia como pura forma, ou seja, interiorizar no espírito as exigências autênticas e impostergáveis da vida comunitária de caráter democrático. Se a democracia é de fato o modo mais perfeito de realização da liberdade individual, a condição para alcançá-la é o desenvolvimento econômico e social da nação.

Estamos assistindo em nosso País ao surgimento de uma consciência coletiva que se sente convocada à tarefa de libertação nacional. O povo brasileiro é hoje capaz de praticar a opção fundamental, aquela que abre a possibilidade de realizar atos livres, com o que constrói para si a consciência crítica: a vontade de pertencer à própria realidade. Mas, vontade de pertencer significa, como dissemos, decisão de libertar. Esta supõe o percebimento, ao menos obscuro, da existência de acorrentamentos históricos e círculos de dependência, que não se quer mais admitir. No primeiro momento, a consciência crítica é ainda nebulosa, move-se no ambiente de angústia geral, onde a meditação dos primeiros pensadores cai como um jacto de luz. Aquêles que se elevam a considerar os sucessos históricos e meditam sôbre a situação

real de dependência e subdesenvolvimento, são levados a formular o projeto libertador; tornam-se, assim, arautos de uma ideologia que, para ser fecunda, precisa ser acolhida pela massa. O que o projeto exige desta é que alcance igualmente a consciência da liberdade como tarefa a realizar, mas tal consciência, não sendo abstrata, não é adquirida nem pelo pensamento puro, nem pela exortação, que é efêmera e de resultados superficiais; só é conquistada pela prática dos gestos libertadores. Por conseguinte, para que a massa corporifique em si a consciência da liberdade nacional, despertada em alguns pensadores pela cogitação antecipadora da ação, é necessário que participe, como sujeito coletivo, dos atos eficientes que executam o projeto transfigurador da realidade.

d) *A dialética da liberdade*

A liberdade é o libertar, e por isso só é conhecida na representação concomitante à prática dos atos libertadores, objetivamente em curso. Todo gesto eficaz que contribua para libertar o País de uma servitude, acelera imediatamente a consciência. Por isso, tôda vez que o govêrno pratica um ato que produz o rompimento de alguma dependência, êsse fato tem consideráveis repercussões na consciência das massas, inculcando nelas a idéia da liberdade. Mas, reciprocamente, porque estão agora de posse de certo grau de consciência da liberdade, exigem mais; o gesto de libertação converte-se em multiplicador da consciência da liberdade. Agora, o povo quer mais, despertou para o estado em que pode perceber suas possibilidades e não se contenta antes de ver completado, tanto quanto corresponde ao momento histórico, o processo de conquista da autonomia nacional, que para as massas é simultâneamente a aquisição de melhores condições de existência. As relações de intercâmbio entre as nações não podem evidentemente desaparecer, nem ninguém confundiria autonomia com reclusão ou auto-abastecimento total; mas, na consciência da comunidade a passagem do pensar ingênuo para o crítico se faz quando o povo muda o modo de apreciar as suas relações internacionais. Na fase não-crítica, relações que, na verdade, são de exploração e subserviência são tomadas como normais, pois não se percebem essas qualificações. Acredita-se que as coisas são assim mesmo e não poderiam deixar de ser; não há revolta, porque a realidade aparece como natural. Quando, porém, o país é arrastado aos graus mais avançados do

processo espoliador, exacerbando-se as condições que a própria exploração acarreta, começa a surgir em algumas consciências a idéia de que tal estado de coisas não é normal, e que as relações de correspondência entre as nações deveriam estabelecer-se sem prejuízo para a parte mais fraca. Forja-se então o projeto de autonomia no intercâmbio econômico. Logo que começam a ser praticados os primeiros atos que dão realidade a um comêço de emancipação nacional, por exemplo, o aparecimento de indústrias nacionais com capital nativo, algumas leis protetoras da produção interna, ou proibindo a exportação de minerais atômicos, a consciência da liberdade, nas massas, toma impulso espetacular e se precipita em forma de exigências crescentes.

O processo formador da consciência de autonomia nacional, uma vez despertado, caminha mais ràpidamente nas massas do que nas camadas dirigentes da indústria, das finanças e do alto comércio. Tal fato se explica pelos fundamentos de classe em que assentam os respectivos processos de consciência: enquanto a massa trabalhadora conquista as suas sucessivas representações da realidade sem entraves, à medida que vai participando mais intensamente do trabalho transformador da realidade, as classes patronais têm um ritmo de progresso da sua representação mais lento, e tendente para um limite, determinado pelos privilégios sociais e econômicos que desfrutam e não desejam ver abalados. Não há obstáculos no caminho da consciência das massas, que nada têm a perder, mas há no da consciência das camadas abastadas, do alto comércio, da indústria, mesmo pioneira. Os expoentes dêstes grupos manifestam por vêzes tendências progressistas, libertadoras, mas êsse pendor de espírito é logo freado pelos seus interêsses de classe, e por isso tais tendências não vão além de certo limite, do contrário levariam aquêles indivíduos no afã libertador, a colocar para êles mesmos o problema de libertar a sociedade da sua própria presença, o que é absurdo como projeto de classe. Não há classes suicidas na história. A massa trabalhadora não sofre dessa limitação: para ela o projeto libertador é indefinido, e se confunde com a independência real do país. Enquanto para as classes ricas e poderosas o projeto de libertação nacional traz o risco de fazê-las perder a situação onde se acham, o mesmo projeto para as classes trabalhadoras traz a esperança de fazê-las perder a sua.

Falta, talvez, na meditação de muitos dos nossos homens públicos levar em conta êste fato: a exigência de libertação cresce proporcionalmente ao grau de liberdade conquistada.

Eis o motivo pelo qual o panorama da realidade brasileira se está transformando de modo tão acelerado diante dos nossos olhos. É possível manter por séculos a fio uma comunidade no marasmo, na dependência e na exploração, em regime pacífico; para isso, porém, é preciso que tal exploração seja de tipo elementar, primitivo, de simples pilhagem de bens agrícolas primários ou de minérios brutos, produzidos ou extraídos por trabalho braçal. Mas, basta que se instale nessa área um comêço de dinamismo, representado pelo emprêgo de novos modos de produção, de tipo um pouco superior, para que tenha início o movimento transformador da consciência da comunidade e nela surjam focos de pensar crítico. Êste, como sabemos agora, é por essência projeto de libertação, e assim desencadeia-se, com amplitude crescente, o processo iluminador do sentimento coletivo, manifestado pela exigência de autonomia cada vez maior.

É importante observar que a exigência de libertação, como fôrça objetiva no processo social, a partir de certo ponto, começa a caminhar adiante das próprias conquistas que vai conseguindo; por isso, todo gesto que torne efetiva a aquisição de uma parcela de liberdade será ao mesmo tempo causa de que a consciência coletiva exija algo mais. Do ponto-de-vista da prática política, êste reparo é de suma importância, sua gravidade, quando ignorada ou obscurecida, leva aos mais danosos desvios de conduta e na interpretação dos acontecimentos. Hoje, o requisito para a autoridade social mais necessário ao político brasileiro é compreender o caráter acelerado, exponencialmente crescente, da exigência de autonomia nacional por parte das massas, como conseqüência da parcela de autonomia já de fato conquistada. Pensar que essa exigência corre paralela ao desenvolvimento objetivo é ilusão simplista; na verdade caminha à frente. Referimo-nos aqui ao aumento dos reclamos de liberdade, o que não significa, por si, melhoria da representação conceitual crítica dos acontecimentos em curso. A massa antecipa, no sentimento e na imaginação, a vivência da liberdade, antes de estar em condições de se apoderar dos instrumentos rigorosos do pensar crítico, das idéias que possibilitam tornar realidade aquêle anseio. Por isso, sendo embora idênticos em substância o projeto de libertação e a posse da consciência crítica, ocorre que, quanto à etapa real do processo, um esteja adiantado e a outra relativamente atrasada. Tinha de ser assim, pois o processo histórico deve ser entendido—e neste assunto valemo-nos de uma fórmula cara a alguns filósofos idealistas—como façanha da liber-

dade; apenas faltou àqueles pensadores, além da correta compreensão do significado da liberdade, a prática da libertação real de uma nação nas suas etapas iniciais, como é o caso do desenvolvimento brasileiro. Por não possuírem a prática de uma situação como a que nos é dado viver, não perceberam o caráter acelerado do movimento, próprio a esta fase da dinâmica histórica.

Estas considerações têm a importância decisiva que apontamos, porque, de um lado, explicam os desajustamentos e descontentamentos crescentes agora manifestados pelas massas brasileiras, e, de outro, indicam a inutilidade de qualquer tentativa para converter em vegetativo, aritmético, somatório, um processo de desenvolvimento, que se revela, por natureza, na exigência da consciência que o assiste, precipitado, geométrico, multiplicativo. O tumulto da transformação objetiva da realidade é constitucional, nesta fase da história do país em emergência. Nenhuma nação ascende ao plano da autonomia por convite, nem por ordem. Explica-se a característica de tumulto e desorganização objetiva, ao que nos parece, pela impetuosidade inevitável da consciência desperta. Êste fato deveria conduzir os economistas, sociólogos e administradores a indagar até que ponto será legítima uma política de planejamento do desenvolvimento que, tàcitamente, supõe a tranqüilidade da execução. É necessário incluir em todo plano um coeficiente de desordem, de não conformidade, de aumento da insatisfação coletiva, determinado precisamente pelos benefícios concretos que se realizam. Só levando em conta essa causalidade antitética sôbre o estado de espírito das massas, é que os planos de desenvolvimento podem ser construídos em moldes racionais. Sendo êste incremento de exigências inevitável, é absurdo pretender esmagá-lo ou restringi-lo a proporções prèviamente calculadas. É aqui onde se manifesta a margem de relativa imprevisibilidade histórica dos atos promotores do desenvolvimento, que o pensar ingênuo repele como anormalidade, ou desconhece, e que lhe causa indignação, quando com ela se defronta, mas que o pensar crítico acolhe, por havê-la levado em conta. O político na atualidade brasileira precisa ser dotado de alto grau de sensibilidade às conseqüências inacessíveis à previsão exata decorrentes das medidas com que procura atender às necessidades do processo, sem encará-las como anomalia. Precisa estar atento ao fato de que tôdas as medidas tomadas para conjurar uma reclamação, justamente porque a satisfazem, geram outras reivindicações, novas, maiores e mais insistentes. Para explicar êste fato é preciso mostrar que a consciência da liberdade é necessàriamente crítica e autoconformadora: ao libertar o mundo a que pertence, liberta-se a si mesma. A claridade que projeta sôbre as coisas começa por iluminar a ela própria. E quanto mais livre se faz, mais liberdade exige para si. Donde ser impossível, por decisões autoritárias, estabelecer limites às exigências de autonomia. O único limite que a determina é o grau de compreensão interior, correspondendo em cada momento da história ao máximo de consciência então possível.

e) *O equívoco da liberdade interior*

A consciência crítica não é absoluta, nem presume esgotar o conteúdo da realidade. É, ao contrário, sempre histórica e por isso relativa à etapa atual do processo objetivo. O que a caracteriza como crítica é ser a máxima possível no momento, dadas as condições circunstanciais em que se encontra. As ingenuidades do passado, como as do presente, —incluindo as acaso contidas neste livro,—só são corrigidas pela consciência mais avançada, que represente um máximo superior ao atual, obtido quando o processo real tiver progredido até um ponto futuro, onde se revelem em plena atualidade as tendências hoje virtuais e se tornem visíveis as inconsistências das formulações de agora. A dialética da liberdade deve ser a ciência própria do político do país subdesenvolvido, dotado de sensibilidade e pensar crítico. Não possuí-la é não estar à altura da missão histórica de que se incumbe. Ora, tal ciência não se adquire por ensinamento haurido em tratados, pela observação exterior dos fatos ou por astúcia natural, afiada na chamada "experiência dos homens". Adquire-se pelo engajamento no processo nacional, pela inclusão de si no movimento da consciência coletiva, identificando o pensamento individual com as exigências expressas no sentir das massas. É uma ciência que só existe como hábito, vivência, prática. Não é a liberdade em sentido retórico, proclamação poética do entusiasmo patriótico, nem o discurso erudito sôbre êsse conceito moral, mas a liberdade entendida criticamente, enquanto qualidade específica do ato de libertar. É ao praticar a libertação da minha comunidade de algum acorrentamento servil que a subjugava que se gera em mim, como conteúdo de consciência, a liberdade. Esta não antecede a ato, na condição de qualidade ínsita no sujeito, mas se forma no ato, porque é característica do próprio ato, nêle é que o sujeito agente se identifica a ela, tornando-a então nota da sua consciência. A liberdade

é primordialmente um modo de ser da realidade nacional, é um estado da realidade. Daí é que se reflete sôbre o homem e, pelo quanto de novos atos livres, ou seja, libertadores de tal situação, lhe permite fazer, se constitui em traço da essência humana nessa particular circunstância social. Eis porque a liberdade é sempre um bem concreto, que não nos é dado gratuitamente pela simples posse da consciência, mas tem de ser conquistado por esta, ao se constituir em fonte de ações libertadoras.

Explica-se assim porque tôda filosofia idealista da liberdade é ilusória, ineficiente e transviadora. O conceito da liberdade como bem interior, tesouro que possuimos em nossa alma para que a realizemos dentro de nós, na comovedora ingenuidade de que se reveste, em nada nos ajuda a promover a melhoria da existência real de milhões de sêres humanos submetidos às condições de vida do país subdesenvolvido. No entanto, tal filosofia não se formou por acaso, fruto do devaneio de moralistas e pensadores idealistas; é resultado da situação histórica, das circunstâncias políticas e econômicas do contexto nacional dos pensadores que a engendraram, os quais, ligados a países europeus em fase relativamente atrasada de desenvolvimento, e não vendo no seu próprio espaço fôrças sociais capazes de realizar objetivamente a liberdade, não se resignando a declará-la impossível, preferiram introvertê-la. Esta doutrina deriva de uma situação na qual a consciência, não vendo meios de realizar na prática a liberdade com que sonhava, recolheu-a ao íntimo do homem e declarou-a um bem interior. Não teria cabimento que a estivéssemos agora adotando, quando para nós existem as fôrças sociais capazes de dar realidade objetiva à liberdade: as massas trabalhadoras e demais frações progressistas que operam o desenvolvimento nacional. O idealismo de tais filósofos é produto de circunstâncias históricas desfavoráveis aos seus esforços de libertação nacional, de classe, ou individual. Não vendo imediatamente meios de obter a liberdade no mundo onde os agentes da tirania, da exploração e do obscurantismo pareciam todo-poderosos, fizeram dela um valor a cultivar no espírito, e conceberam a enganadora idéia de que pouco importa subsistirem na realidade externa as mais deploráveis condições de servidão para a existência humana, uma vez que ao homem é dado satisfazer-se com o cumprimento apenas interior dos seus anseios de liberdade. É fácil ver quão ilusória e perigosa, pelos seus efeitos intoxicantes, é esta doutrina. Admitindo-se que basta conquistar a liberdade no íntimo de cada um, perde interêsse o projeto de obtê-la socialmente para todos. Se a qualquer homem é dado possuí-la só com o vencer-se a si mesmo, ninguém procurará vencer as condições exteriores, para alcançar uma efetivação histórica, que, em tal caso, nada acrescenta ao homem em dignidade, pois o que importa é apenas ser livre interiormente, sendo coisa secundária instituir um regime político que torne objetiva a liberdade. Convertida em tesouro espiritual, a liberdade está perdida. Disso bem sabem todos os tiranos e opressores de povos, que sempre consideraram conveniente associar-se aos pregadores da liberdade mística, espiritual, pelo proveito que lhes traz a difusão nas massas das ilusões produzidas por esta ingenuidade. Aceitar a liberdade como bem interior leva a estabelecer sutil e enganosa diferença entre liberdade e libertação. Enquanto se reserva à primeira o caráter de bem que o homem será sempre capaz de atingir em quaisquer circunstâncias, a segunda decai de interêsse, chega mesmo a ser olhada com suspeita. A rigor, sendo os interêsses supremos do homem os de ordem espiritual, torna-se até nocivo o esfôrço de libertação, pois quanto mais dolorosas forem as condições concretas da existência, mais o homem se sentirá estimulado a livrar-se delas pelo cultivo da liberdade introvertida.

O essencial da teoria idealista e teológica consiste, portanto, em oferecer, como ideal, ao homem, em face do mundo subdesenvolvido, onde a existência é afligida pelas mais trágicas limitações, livrar-se delas, mas não libertar-se delas. Porque a introversão, sendo fuga e sublimação, permite esquecer a realidade opressiva, mas só a transformação desta permitiria ao homem libertar-se realmente dela. Enquanto a conquista interior é derrota, sonho, impotência e desprêzo pelos outros, e, levada às últimas conseqüências, terminaria no egoísmo da santidade solitária, o imperativo da realização objetiva revela a verdadeira face da liberdade, sua identificação com o processo pelo qual o País e o mundo se libertam das condições empíricas de pobreza, atraso e sofrimento. A liberdade que a consciência crítica tem em vista é a real, a que diz respeito ao ser concreto do homem, ao seu existir como ser no mundo. Não pode, pois, consistir em libertar o homem sem igualmente libertar o mundo. Se êste é o contôrno nacional de cada um, sua libertação do subdesenvolvimento, que o faz inferior, triste, inculto e adverso, é a maneira de libertar o homem que a êle está ligado. Recìprocamente, a consciência do projeto libertador, pelo qual o homem realiza a liberdade para si, só é atual se posta em prática ao mesmo tempo na ação transfiguradora da reali-

dade. Tôda doutrina que desvie a atenção dêste fato fundamental, a dependência do homem do seu país, é fonte de quimeras, algumas vêzes inocentes na intenção, embora na maioria dos casos se destine a favorecer privilégios de classe e de posição social ou a manter a cegueira ideológica. A liberdade como valor interior é uma fantasia do romantismo filosófico. Foi fórmula compreensível na época e no meio onde surgiu, quando a classe e a nação a que pertenciam os filósofos que a enunciaram, desprovidas de "vez" histórica, não tendo diante de si possibilidade efetiva de dar forma concreta às suas esperanças, nada tinham a fazer senão converter a libertação em façanha espiritual, na auto-ilusão de realizá-la por esta via. Mas tal atitude é hoje, e para nós, êrro funesto, quase diríamos um crime. Não é lícito, em relação à liberdade, como aliás em relação aos demais atributos existenciais, construir teorias abstratas e generalizadas.

Temos de pensar em concreto e examinar o problema da liberdade humana em caráter objetivo, o que significa pensá-lo a partir das condições de lugar e de tempo onde nos achamos. Portanto, reduzido ao essencial, formula-se assim: dada a realidade brasileira atual, que significa ser livre? Significa executar certas ações externas, pois não se trata de liberdade subjetiva, supostamente consumada em atos imanentes ao sujeito; contudo, não se trata também de praticar sòmente os atos correntes solicitados pelo contexto nacional no estado presente, porquanto tais atos, não respondendo a nenhum desafio significativo, não importam optar entre ser e fazer ser, não despertam o sentimento do limite. É o projeto de outros atos, justamente aquêles que, a rigor, deveríamos dizer não serem permitidos pelo contexto atual, que se apresenta como possibilidade de concretizar a liberdade. É ao intentar fazê-los que a consciência saberá se se tornará livre ou não. Só êstes, apresentando-se como repto ao exercício da liberdade, dão a consciência da liberdade. Mas, por hipótese, não estando contidos nas possibilidades pacíficas, no automatismo, na rotina de ação do estado presente da realidade, implicam, para se converterem em fatos, a modificação dêste. Portanto, a liberdade só se produz concretamente quanto é sustentada pela realização do projeto fundamental de transformar a realidade nacional. É necessário que o homem se ponha a trabalhar sôbre o real com o desejo de alterá-lo, para que sinta possuir a liberdade. À medida que cada um coopera para libertar a nação a que pertence liberta-se a si próprio. Para o homem brasileiro, não

há outra liberdade a alcançar senão esta, a que consiste em libertar o seu País da opressão do subdesenvolvimento. Quando consideramos as imensas massas marginais das regiões pauperizadas, das favelas urbanas e das áreas rarefeitas do nosso território, vivendo em padrões sub-humanos, seria cômico, se não fôsse indigno, falar, com relação a elas, de liberdade em sentido jurídico-formal ou ético-espiritual. Para que tivesse cabimento apresentar o problema nestes têrmos, era preciso antes de tudo que as pudéssemos considerar como formando um conjunto de sêres plenamente humanos, o que de fato ainda não são. Não possuem as condições que justifiquem aplicar-lhes o tratamento abstrato compendiado nos chamados "direitos do homem". Por isso, a liberdade fundamental que lhes deve ser assegurada é a de se humanizarem. Primeiro, têm de elevar-se à categoria de uma coletividade de homens, mas não chegarão a fazer-se tais pela catequese moral, pela alfabetização externa, pela politização passiva, pela saúde emprestada, pela economia de sobrevivência. Sòmente participando do esfôrço empreendido pela nação inteira, a fim de extinguir o subdesenvolvimento, nas formas de produção e no imperialismo das relações internacionais de troca, que o mantêm, é que encontrarão a possibilidade de processar o trânsito qualitativo, que lhes dará os primeiros delineamentos da consciência da liberdade.

Encerra-se, assim, a polêmica em tôrno dêste conceito, que a filosofia tradicional obscureceu, terminando por se tornar o nome de um mistério insondável. Situado em outra perspectiva, o problema desembaraça-se de muitas das peias que impediam uma apreciação mais simples. A liberdade não é o jôrro gratuito de atos sem determinantes, a partir de um eu absoluto e inescrutável, nem a beatitude interior, o prêmio da boa conduta moral; é a qualidade de determinada ação, e tem de ser medida de um ponto-de-vista tomado do processo real, do qual aquela ação é parte integrante. Subjetivamente, a liberdade é o apêlo à prática dêsses atos úteis e transformadores. Èticamente, é livre o homem que pratica atos livres, e êstes só são tais quando se realizam objetivamente na história. Antes disso não são; sendo vividos na imaginação, no suposto arbítrio interno, não galardoam a consciência com qualquer recompensa moral, por havê-los concebido, mas ùnicamente significam favorável disposição psicológica para a ação a começar. A liberdade alcança a forma mais pura no que chamaremos "atos históricos limites", definindo como tais aquêles que se situam na fronteira

das possibilidades oferecidas pelo estado real do mundo, e cujo resultado é necessàriamente quebrar as condições vigentes, ou seja, modificar a totalidade da realidade. A fase histórica vivida pelo país em esfôrço de superação do subdesenvolvimento é a mais rica em oportunidades para atos desta espécie. Nela, apresenta-se com maior freqüência e intensidade a ocasião de sentir o processo em curso, os entraves, as rupturas e substituições que nêle se dão. O homem é arrastado a cada passo até as fronteiras do estado histórico, é forçado a senti-las como muralhas interceptantes do seu projeto de vida, o que o leva a tomar decisões que importam ou aceitação e retôrno ao interior do presente, ou desconformidade e proposta de fazer romper as limitações. Vivemos ocasiões de enriquecimento do nosso ser humano, pela prática de assíduas opções livres, que os homens de outros contextos sociais, já constituídos em fase de grandeza histórica, não conhecem. Temos mais oportunidades de alcançar graus elevados de liberdade porque para nós existe mais o que libertar.

O sentimento de vivermos situações históricas limites nos vem da prática das ações transformadoras do real. Como povo, sentimos estar num presente curto, de pouca duração; achamo-nos sempre na iminência do futuro. Nada mais saudável do que esta sensação de instabilidade histórica, de estarmos apenas atravessando uma realidade prestes a acabar, pela próxima transformação em uma outra. Cabe-nos, por isso, um sentimento mais agudo da liberdade do que o possuído pelos homens que, pertencendo a estruturas nacionais estabilizadas, dirigem suas decisões predominantemente no sentido de conservar o mundo onde habitam. A ligeireza e descuido do nosso espírito, o modo despreocupado e frívolo com que às vêzes o nosso homem do povo trata os fatos mais sérios, as questões mais graves, decorrem do íntimo descompromisso com as circunstâncias e da inconsciente inclinação a projetar no futuro a existência propícia que deseja ter, e portanto a fazer dela função da liberdade. Zomba do presente, porque, no fundo, não se considera fixado nêle. O apêlo à realização da liberdade corre o perigo de ser interpretado infielmente pela consciência ingênua, a qual, nas diversas explicações que oferece, procura conduzi-la para o plano emotivo e tende a exprimi-la em tropos de retórica. Necessita-se da assistência do pensar crítico para desviar o natural impulso de aspiração à liberdade de tomar rumos psicológicos, e impedi-lo de consumir-se na gesticulação veemente, mas efêmera e ineficaz, ou

em intensas emoções, mostrando que seu significado e fundamento são objetivos, ontológicos, concretos e se cumprem no plano da história. A expressão romântica "conquistar a liberdade" é legítima, desde que a tomemos em sentido literal; pois a liberdade não é o bem possuído, mas a tarefa a empreender.

f) *As "situações-limite" e sua superação histórica*

Repudiada a concepção ingênua e negativa, que adora a liberdade sem a realizar, compete-nos examinar a interferência eficiente do ato livre no processo da realidade. As massas dos países subdesenvolvidos vivem coletivamente o que certa concepção da filosofia da existência, em relação ao homem individual, chamou de "situações-limite". São condições de existência nas quais, de acôrdo com o pessimismo ingênuo do criador de tal conceito, se revela a precariedade do ser humano, exposto constantemente ao fracasso, à impossibilidade, ao sofrimento, à culpa, à morte, por motivo da finitude própria do existir. Êste modo de apreender a realidade humana, refletindo um subjetivismo explicável em seu autor por condições sociais, de classe e políticas peculiares a uma nação metropolitana humilhada por fragorosa derrota histórica, por inverídico que seja, não deixa de ser valioso, pois permite reinterpretar aquêle conceito em têrmos do processo nacional, segundo nova maneira, que o despoja das incorreções do idealismo. Só o vamos conservar porque nos parece conveniente para descrever o estado do subdesenvolvimento. Coletivamente, o país subdesenvolvido vive em condição limite. Podemos afirmar que o subdesenvolvimento é em conjunto uma "situação-limite". E assim como o autor existencialista julgou, equivocadamente, que as situações dêsse tipo são a condição da liberdade autêntica, julgamos lícito dizer, utilizando a expressão "situação-limite", mas traduzindo-a em novo conceito, de caráter objetivo, que, para os povos, são elas realmente o fundamento do apêlo à liberdade, porque, para conjurá-las, exigem-se atos livres, que irão constituir no plano da história o que chamaremos de "atos-limite". Não são atos interiores à situação existente, e com ela conformes, pois os desta espécie se fazem graças à cumplicidade com o dado; os verdadeiros "atos-limite" são ações de substituição, fundam-se na negação do dado, no não querê-lo, e dirigem-se à criação do inédito inexistente. Compreenderemos a fecundidade do conceito de "situação-limite", ao corrigir-

lhe o enunciado. Na versão original exprime, para o indivíduo, sua necessidade de sempre existir em alguma situação e, em particular, o achar-se na situação de luta, fracasso, culpa e morte. Ser votado irremediàvelmente a existir em tais condições é indício da finitude insanável do ser que as descobre como fronteiras intransponíveis, além das quais nada existe. Chegar a elas é tocar o extremo da própria limitação, é conhecer-se como irremissìvelmente finito, desamparado e só, é ter a percepção sensível de que aí terminam tôdas as possibilidades de ser.

Se repudiarmos os aspectos ingênuos, impressionistas, místicos e derrotistas dêste conceito, se o transportarmos para o plano da existência social, considerando a ressonância na subjetividade individual das condições de miséria e limitação impostas pelo subdesenvolvimento, e se nos quisermos valer dêle, assim modificado, para explorar a realidade do país em etapa de desenvolvimento, veremos que outra é a riqueza que possui e muitas as perspectivas de esclarecimento do mundo que oferece. Interpretado como modo de estar histórico de uma comunidade nacional em ascensão, as "situações-limite" não são a fronteira entre o "ser" e o "nada", mas a fronteira entre o "ser" e o "mais ser". Não são a abertura para a transcendência metafísica ou religiosa, como julga o filósofo que concebeu pela primeira vez esta idéia, mas a abertura para a transcendência histórica. Não são o contôrno infranqueável onde terminam tôdas as possibilidades, mas a margem real de onde começam as mais ricas possibilidades. Não são o modo de existir que torna inútil a liberdade objetiva, por não haver ato a decidir capaz de superá-las, mas, ao contrário, são a mais intensa convocação à liberdade, pois descortinam um infinito de atos a fazer, exatamente aquêles que as devem suprimir como "situações-limite". Não são a morada do desespêro, mas a da esperança.

Constitui-se socialmente uma "situação-limite" quando a comunidade, tangida pelo agravamento das condições reais de vida, que desenham o quadro do subdesenvolvimento, é levada à consciência de si e entra em violento conflito com o mundo material onde se acha. Sociològicamente, o que se deve definir como "situação-limite" não é o fracasso, mas o protesto. É o estado da consciência coletiva que não quer mais ser o que é, não aceita mais continuar a existir nas circunstâncias habituais e exprime a nova compreensão do seu ser sob forma de veemente protesto contra a realidade. Quando uma comunidade nacional inteira se eleva a êsse grau de consciência, a realidade que a envolve torna-se para ela

uma "situação-limite". Mas aí, em vez de se observarem os traços de impotência, decepção e desespêro, descritos pelos filósofos que apenas consideraram idealmente o estado do indivíduo isolado, o que se vê são os comportamentos que enunciamos como próprios da consciência crítica. O país, compreendendo conscientemente como "situação-limite" o seu estado de subdesenvolvimento, dispõe-se a formular o projeto de superação e se decide a executar os "atos-limite", que o devem arrancar das limitações que o restringem e o subjugam ao estado de pobreza e atraso. Põe em ação insuspeitadas reservas de liberdade, desencadeadas nessa fase para produzir o rompimento dos limites. Promove o futuro, projetando-o e projetando-se nêle, na negação objetiva da "situação-limite". Esta não aparece mais como o "muro", no qual esbarramos, porque não é mais vista como têrmo final de uma possibilidade estática e definitiva de ser, mas como momento de um processo histórico. Aqui se descobre a razão da necessária superação de todo limite coletivo. É que êste não é constituído por uma condição pessoal, que impõe fronteira última à realidade do indivíduo, mas é um momento do processo nacional, e por isso contém em si, nas contradições que encerra, na insuficiência e pobreza com que aparece à consciência que o habita, o motivo da sua negação e inevitável substituição.

Quando um povo adquire a consciência do subdesenvolvimento como "situação-limite", inicia a marcha para anulá-lo. Tal reconhecimento, conduzindo ao projeto de negação do dado, descobre o feixe de possibilidades que permitem realizar êsse intento, dando origem a um surto de atos libertadores. O insuportável da "situação-limite", que, para o indivíduo, em alguns casos isolados, socialmente insignificantes, poderia ser causa de aniquilamento, para a nação é causa de elevação a outro modo de ser, mais adiantado e melhor. Vemos, pois, que, onde os analistas da existência, instalados em áreas metropolitanas, exprimindo o amargor de uma classe declinante, num país combalido, depararam com uma fronteira, um muro, um fim, o filósofo do país subdesenvolvido descobre um ponto de partida, uma promessa de triunfo. A perspectiva dêste último é mais rica, porque mais originária, vem de mais fundo e permite abranger horizonte histórico maior. A idéia de limite intransponível, de ponto final, contra o qual se choca e sucumbe o indivíduo derrotado, só se compreende, embora não se justifique, em alguns casos de situações pessoais, e reflete, como concepção ideológica, o estado de um mundo em decadência ou em

relativo equilíbrio, de reduzidas oportunidades históricas, ansioso de preservar-se, mais que de alterar-se. Quando consideramos, porém, a existência no país subdesenvolvido, verificamos que neste o indivíduo tem muito menos oportunidade de constituir-se em existente à parte. O estado primário do ambiente impõe larga margem de indeterminação individual, dissolve a pessoa no incaracterístico do viver pobre, por efeito da simplicidade, rudeza e inqualificação do trabalho a que cada qual se deve dedicar para subsistir. Quanto mais inferior a etapa do desenvolvimento do país mais cada um dos seus habitantes é qualquer um, é intercambiável por qualquer outro. Significa isso, entre outras conseqüências, que menos oportunidade o indivíduo tem aí de construir para si a "situação-limite", no sentido da filosofia metropolitana que, no modo ingênuo como é concebida, supõe sustentáculo social avançado, altamente desenvolvido, no qual o homem se possa dar a êste luxo, a esta nota aristocrática, de ter uma "situação-limite" sua, privativa, pessoal, de ter limites para si. No contexto atrasado isso não é possível, porque aí os limites reais são de todos, ninguém os sente como seus, privadamente, mas como infortunada condição que afeta a comunidade inteira. Daí a certeza de que não se salvará sòzinho, de que só vencerá a limitação acabrunhante participando do projeto coletivo de transformar a realidade.

Compreendemos, assim, que o problema existencial das "situações-limite", que não tem solução quando estas são interpretadas como a circunstância do existente individual, quase sempre pertencente às classes decadentes das áreas metropolitanas, pois parece o tocar as fronteiras do absoluto, admite, ao contrário, solução quando êsse mesmo existente se coloca na perspectiva da existência em comum. Reconhecendo como suas ùnicamente as "situações-limite" da comunidade, estará salvo, porque estas têm necessàriamente solução na história, porquanto dependem da liberdade. Com efeito, no primeiro modo de pensar, de nada vale a liberdade, visto que os atos que produzisse, não se inscrevendo num processo comum, não seriam mais do que tentativas destinadas a fornecer a matéria do fracasso individual. Mas, no outro caso, a liberdade é sempre instrumento eficaz para o desvendamento de possibilidades de romper os grilhões da clausura nos limites da pobreza e infelicidade, fazendo-a ceder lugar a nova fase histórica. Para o homem do país subdesenvolvido, há sempre original possibilidade de resolução dos conflitos individuais, de muitos estados angustiosos

e dramas subjetivos, eliminando as condições pessoais limitantes: é a substituição destas pelas que afligem a comunidade, é assumir cada qual como sua a tarefa que é de todos. Porque então o homem se coloca em outro plano do ser, no qual as situações limitantes com que se defronta, em vez de conduzirem à inutilização da liberdade, fazem, ao contrário, senti-la como instrumento supremamente eficaz.

O conceito escatalógico de salvação adquire, assim, novo sentido: não consiste, para cada homem, em encerrar-se em si mesmo, imergindo na subjetividade, em busca da perfeição interior como fonte de méritos transcendentes, mas na corajosa aceitação da tarefa social imposta pela história a tôda a comunidade, com o fim de redimi-la da miséria e da ignorância. Em certo sentido, a noção mística de salvação como ingresso em "outro mundo" contém uma parte de verdade, pois para o homem do país subdesenvolvido salvar-se é de fato entrar em outro mundo, apenas entendido êste como o mundo desenvolvido, rico, livre e feliz, em que o atual se deve transformar pelo trabalho do povo. Visto da situação de miséria presente, é de fato o "Além", é um "mundo futuro", que aparece como paraíso na imaginação do homem abatido pelo sofrimento e possuído de indignação contra os seus exploradores, mas, em vez de conduzir à crença em outra vida depois da morte, deve conduzir à crença em outra vida antes da morte. A redenção não é o recolhimento ao íntimo do espírito, destacando-se o ente humano do mundo, para melhor acrisolar a essência espiritual; é a incorporação à grande massa que trabalha, a fim de conquistar para a maioria dos homens a perfeição objetiva do seu ser, a realização de condições humanas de existência. Fica traçada, dêste modo, a rota da consciência superior, para o cidadão do país em progresso histórico. Não será a renúncia ao mundo, ou seja, à sua realidade nacional, o enclausuramento na subjetividade, onde a liberdade, de que pretendia gozar privadamente, o arrastará, por ironia metafísica, ao fracasso, no impasse das "situações-limite". Deverá ser a resoluta aceitação do seu país, com tôdas as privações e deficiências, pois só ao ingressar nas "situações-limite" comunitárias é que adquire a liberdade autêntica, não destinada de antemão à impotência.

g) *A existência autêntica*

Esta meditação é importante, porque contribui com novos dados para o esclarecimento dos conceitos de elite e

de classe obreira. Se os homens das chamadas elites pretendem realizar, no seu existir, um projeto à parte, distinto do exigido pelo estado social, deverão recolher a si a liberdade que admitem possuir, subjetivá-la, fazerem-se "livres para si", mas chegarão, conforme ensinam os seus representantes filosóficos, tal seja o grau de clareza de consciência, às "situações-limite", ao naufrágio dessa mesma liberdade. Recusando-se a se fazerem "livres para todos", no desejo de cultivar a ilusão de serem "livres para si", ingressam na via que conduz à "vertigem da liberdade", à angústia e, por fim, ao desespêro, segundo dizem as filosofias existencialistas. Para esta variante do pensamento metropolitano, os modos de ser que definem a existência autêntica são: o fracasso, a culpa, o sofrimento, a morte. A noção de existência autêntica, inteiramente prejudicada pelo idealismo, ingenuidade e preconceitos de classe dos pensadores que a forjaram, merece ser utilizada, depois de, naturalmente, convertida às formas de pensar próprias do filósofo do país subdesenvolvido. A conceituação mudará de figura, se tomarmos o problema por outro ponto-de-vista, e começarmos a entender de outra maneira a idéia de autenticidade do existir. Na forma original, o sentido de que se reveste reflete as condições subjetivas peculiares do filósofo e exprime o seu contexto histórico e social. Sendo outro o meio, a idéia, tão essencial, de autenticidade da existência, deverá ser adotada em têrmos que definam em que consiste o significado da autenticidade para o existente nesse meio. O pensador do país subdesenvolvido precisa proceder à retificação do conceito, para exprimir por meio dêle o ideal do verdadeiro existir, tal como o entende quem se coloca em concordância com os interêsses da comunidade que deseja assumir o comando do seu destino. O problema foi pôsto até agora em moldes metafísicos, procurando-se, mediante sutis distinções entre essência e existência, conceber o existir do homem como algo distinto da sua essência. Neste caminho, a metafísica existencialista contemporânea chegou a extremos de virtuosidade, que não iremos evidentemente recapitular por não ter nenhum interêsse real. Adotando um ponto-de-vista simples e claro, compreendemos o existir do homem como histórico e concreto. Nunca se trata da existência em geral, mas sempre de uma existência única, pessoal, dada no tempo e no espaço, envolvida necessàriamente no contexto real de que é parte e com o qual em conjunto se define. Sendo histórica, é tão variável quanto a realidade de que participa. Não deve, por conseguinte, ser isolada do mundo material

nem imobilizada para efeito de converter-se em objeto da chamada analítica existencial.

Êsses caracteres, reunidos, indicam-nos que o existir autêntico se identifica com o "estar no mundo" plenamente consciente. Sabendo que múltiplas são as formas como se constitui a consciência de si e da realidade nacional, logo percebemos que a definição da autenticidade do existir não será encontrada na subordinação da vida real a valores absolutos, nem na perspectiva de conceitos limites, mas na modalidade crítica de consciência da realidade objetiva. Existir autênticamente é conduzir-se segundo a forma da consciência crítica. Não é regra de ação, mas forma de ação. Viver inautênticamente é deixar-se dominar pelas infinitas variedades do pensar ingênuo. A autenticidade do ser do homem não é subjetiva, mas objetiva e concreta; implica a compreensão da sua relação necessária ao mundo, e, portanto, à historicidade dêste. Não é o caráter ontológico do indivíduo que se recolheu ao privatismo, desligando-se do ambiente, não é o repúdio do quotidiano e da repetição banal, mas a resoluta aceitação do real, na plena verdade e no consciente propósito de "sê-lo", pelo encontro com o mundo e pertencimento a êle. Autêntico e inautêntico são caracteres que se devem definir pelo entendimento que a consciência tiver da sua relação com a realidade. Assim, a existência autêntica é aquela que se comporta segundo a forma do pensar crítico, ou seja, a que se sabe condicionada pelo modo de ser do mundo e indaga a cada momento dos motivos objetivos sôbre os quais deve assentar a sua ação. Inautêntica é aquela que, desconhecendo ou negando êste condicionamento, julga fazer para si própria a lei única a que obedece. Quando a consciência ingênua é obrigada, sob pena de insânia, a reconhecer o constante envolvimento pelo mundo, e sua inevitável determinação, cinde em duas a atividade do homem, e denomina inferior, inautêntica, aquela porção que se ocupa dos afazeres diários, reservando para a esfera da autenticidade a parte excelsa da individualidade. A existência, assim desdobrada, será definida pela parte hegemônica. O defeito desta teoria está em entregar ao domínio da inautenticidade todo o agir habitual, que na verdade abrange tarefas, as quais, se determinadas pelo pensar crítico, longe de serem inautênticas, são a própria matéria do existir superior. Propondo, ao invés, que a inautenticidade se defina pela ingenuidade, não estabelecemos distinções absolutas entre os atos, mas apenas entre os sentidos de que se revestem. Não se trata, é claro, do sentido subjetivo, a "boa intenção" do

autor, capaz às vêzes de engendrar os atos mais nefastos, mas do sentido objetivo, aquêle dado às ações pelas condições materiais do país onde são executadas. O gesto mais banal tem direito a pertencer ao modo autêntico de existir, se oriundo de decisão do pensamento crítico, do mesmo modo que a mais sublime das atitudes pode não passar de deplorável, e às vêzes cômica, ingenuidade.

A distinção entre as modalidades da existência assenta, pois, nos modos de ser da consciência: tôda vez que atua representando-se a si própria como determinada pelas condições da realidade, e respondendo por meio de atos livres a desafios do mundo exterior, é autêntica. Sendo, porém, a realidade constante mudança e manifestando-se à consciência como exigência de transformação, as circunstâncias externas concretizam o seu papel de determinantes dessa consciência, quando conduzem a atos que coincidem com a dinâmica do processo e o impulsionam. Só será, pois, autêntica a existência que se incorpora ao processo da realidade social, torna suas as exigências da lógica imanente às coisas e aos fatos, aceita e obra a transformação do mundo. Em tal caso, o caráter crítico da consciência dá ao homem a modalidade superior do existir, mediante sua inclusão no processo de desenvolvimento do país. Tôda atitude de consciência que, por qualquer pretexto, conduza ao desligamento do homem do processo real a que pertence, estabelece um modo de viver inautêntico. Só a participação positiva no trabalho de alterar o mundo define o existir autêntico, e portanto êste tem por critério uma relação de ordem real. Com efeito, se não quisermos cair no idealismo de muitas das distinções conceituais da filosofia existencial, temos de renunciar aos critérios subjetivos, e proceder à definição das modalidades da existência adotando normas objetivas. A vida autêntica e a inautêntica não devem diferenciar-se em obediência a critérios que mergulham no obscuro, no impreciso, no caprichoso da subjetividade, sob pena de se tornarem conceitos válidos apenas para quem os forjou e nada significarem socialmente. Se alguma coisa querem dizer, é preciso que se apóiem em fundamentos empíricos, acessíveis a todos e válidos sem restrições. A diferença entre uma e outra forma de vida deve ser decidida segundo razões induzidas do real, na condição histórica em que se acha o estado de desenvolvimento do país, e não doadas à realidade pela consciência que se julga soberana e independente de todo condicionamento. Como a realidade precede a consciência, enquanto fundamento, e se oferece numa sucessão de condições regida por lógica própria, o critério de autenticidade para a existência que se reconhece assim condicionada não poderá ser outro senão a concordância da sua ação com as exigências do processo de que é parte. Compete, pois, à consciência apoderar-se dessa lógica, a fim de conhecer a cada momento quais as exigências que a fase do processo impõe ao existente individual, para convertê-lo em fator positivo de propulsão do desenvolvimento. Tal é a tarefa específica da consciência crítica. Só esta, com efeito, está habilitada, pela compreensão, que deve possuir, do processo exterior, a representar para si o estado da realidade e a interpretar a todo momento o sentido da próxima transformação, segundo a verdade da lógica objetiva própria dêsse momento. Cabe, portanto, à consciência crítica esta função, a de determinar, para as circunstâncias históricas e locais em aprêço, os atos que devem compor a existência autêntica.

Assim como percebemos que a existência autêntica não se define por critérios subjetivos, vemos que tampouco se define por critérios universais. O perigo que, neste particular, assedia o filósofo do país subdesenvolvido é particularmente grave, pois a definição de autenticidade da existência que—não alertado,—acaso viesse a adotar, refletindo concepções típicas do pensar ingênuo metropolitano, opõe-se frontalmente ao que deverá entender como existir autêntico, em relação ao seu contexto. Para nós, autenticidade de existência significa coisa muito diferente do que aquilo descrito nos livros que nos vêm de fora. Não tem sentido considerarmos autêntica, por exemplo, a existência que se assume a si mesma como culpa original, conforme admitem os existencialistas europeus. Para o pensador de uma sociedade atrasada em esfôrço de ascensão, esta idéia é inteiramente ridícula. A idéia de culpa, supondo a subjetividade tenebrosa, o crime ancestral, ou derivando de conflitos psicológicos profundos, é completamente estranha ao nosso sentimento coletivo. Sociològicamente é idéia ininteligível para uma comunidade empenhada em desenvolver-se. É idéia que só pode ser vivida pelo homem angustiado de uma cultura completada, onde parece não haver mais tarefas criadoras a solicitar o espírito das massas, de uma cultura ameaçada de declínio, se não conseguir sustentar-se por repetição. É simplesmente grotesco concitar o homem brasileiro a viver sob a consideração da culpabilidade original. Não há motivo para sentirmos culpa pelo nosso passado, porque êste, em verdade, não é nosso, e sim de uma comunidade colonial destituída de liberdade de ser para si, e portanto, incapaz de responsabili-

zar-se pelo que era. A culpa por êsse passado não pertence a nós mas aos outros, de quem dependíamos. Só quando nos tornarmos um ser histórico autônomo terá sentido falar de culpa ou de mérito. Não temos o menor sentido de culpa pelo que somos, não nos aflige qualquer remorso de um passado de miséria e ignorância, pelo qual não nos achamos responsáveis e que só desejamos revogar e esquecer. Se alguma culpa nos inquieta é, antes, em relação ao futuro; só nos julgamos culpados quando imaginamos que poderemos não ser o que precisamos ser. Nosso pecado não é original mas terminal. Nossa angústia não é a obsessão de um passado, que pesa sôbre nós e de que não nos desvencilhamos, mas a de um futuro, que temos pressa em atingir.

Reflexões semelhantes nos ocorreriam se tomássemos por tema outro dos existenciais que a filosofia européia encontrou ao descrever o seu errôneo conceito do existir autêntico: o "ser para a morte". Mal valeria a pena que o considerássemos, tal o contra-senso da pretensão de possuir validade universal. Mas, pelo fato de ser tema freqüente da cogitação contemporânea, e pelas repercussões que acaso tenha sôbre o problema da liberdade, nêle nos deteremos um instante. No país em desenvolvimento, o existencial autêntico é o "ser para a vida". Exatamente porque existimos em condições de pobreza, que acarretam para milhões de sêres humanos, especialmente na idade infantil, uma morte inútil, é que estamos empenhados em negar a morte. Consideramo-la, também nós, um absurdo, mas em sentido completamente distinto daquele a que se referem os filósofos existenciais, quando dizem esta mesma expressão. Para êles a morte é absurda, porque revela a gratuidade do ser humano, a sua falta de razão de ser, a queda fatal no nada. Para êles o absurdo da morte é ser necessária; para nós, ao contrário, o absurdo da morte é ser desnecessária. Para êles, a morte é um absurdo metafísico; para nós é um absurdo social. Para êles, a morte é aquilo que se tem lùcidamente de aceitar; para nós, é o que se tem resolutamente de repelir. Falam de morte como inevitável, e consideram autêntico o homem que institui tôda a existência sob o signo dessa fatalidade, consciente e bravamente aceita. Nós, ao contrário, referimo-nos à morte como algo evitável, que acontece por motivos sociais removíveis, que bem sabemos quais são; autêntico aqui é, pois, o homem que repudia a morte e assume a atitude de impugná-la. No país pobre não há determinantes individuais para a morte, mas apenas causas coletivas. A tese da filosofia existencial de que o homem

morre só, não é aqui verdadeira pois de fato não se morre sòzinho, mas em turmas, em série. A morte não é um dado biográfico, não afeta o indivíduo em particular porém atinge o homem enquanto membro de uma classe, e por motivo de viver nas condições sociais de tal classe. Ninguém morre por si, mas pela sua classe. A grande massa miserável perece num sacrifício anônimo e involuntário pela sua classe.

No país subdesenvolvido não há pròpriamente mortalidade, como atributo do ser do homem. Não alcançamos, enquanto consciência coletiva, êsse grau de abstração, porque o que nos é dado a perceber é antes a forma rudimentar da mortalidade, a mortandade. Aqui não tem sentido razoável a proposição trivial dos silogismos dos manuais escolares: "todo homem é mortal". Nos países cujos habitantes se arrastam na miséria física, sucumbem aos milhões às enfermidades mais primitivas e aos estados mais aflitivos de carência alimentar, não é certo dizer que a morte é atributo do ser do homem, pela simples razão de que acomete o homem antes de êle chegar a ter ser. Não compreendemos que se interprete como atributo constitutivo do ser, o que nos aparece, as mais das vêzes, como acidente, causado pelo estado de subdesenvolvimento econômico. A menos que se considere natural e definitivo êste estado, não há razões para admitir o caráter de mortal como distintivo do ser do homem do mundo pauperizado, não é sob êsse ângulo que temos de conceituar-lhe a verdadeira natureza. De fato, no mundo pobre o homem nos aparece mortal por acidente, por efeito de um estado de coisas que pode e deve ser suprimido, produzindo-se então outras condições que revelarão novas qualificações específicas do seu ser. Claro está que todo homem morrerá um dia, mas, falando enquanto consciência social, a morte, que vemos aqui sempre prematura e desnecessária, parece-nos não ter razão de ser. Nenhum senso há, portanto, em fundar sôbre a meditação da morte a direção da vida, para quem tem por tarefa social irrecusável eliminar as condições que fazem da mortalidade um acidente crônico.

Observamos, por êstes exemplos apenas, quão indevido é promulgar critérios universais para a autenticidade da existência. Considerada concretamente, não há existência em geral, mas modalidades de existir. A única maneira de, em cada caso, proceder à diferenciação entre o autêntico e o inautêntico é apelar para a consciência crítica e perguntar que obrigações competem ao homem de determinada circunstância para se conduzir de forma objetivamente válida em função da realidade nacional onde se encontra. Assumir

a atitude crítica e submeter-se às decisões da consciência que, assim, se adquire, é, para cada indivíduo, constituir-se em existente livre. Patenteia-se, então, o íntimo nexo entre liberdade e existência autêntica. Esta inclui a liberdade, a qual, por sua vez, só é exercida quando se existe autênticamente. Se, porém, a existência superior é aquela que decorre da aceitação do processo da realidade, a liberdade se definirá pela escolha dos atos exigidos pelo curso do real. Existir autênticamente para o homem brasileiro dêste momento, é assumir, pela prática da liberdade, o processo do desenvolvimento nacional e constituir-se em fator positivo do seu desenrolar. A realidade do nosso país oferece hoje à consciência que a representa um programa de trabalhos tão vultosos, que a opção fundamental de aceitá-la é condição para adquirir a liberdade e conservá-la; de fato, a recusa aristocrática a acolher o real, a ser dêle, no estado pobre em que se acha, não é decisão livre, porque cancela a possibilidade de consumar os verdadeiros atos livres. Com efeito, o gesto de recusa, ainda que o considerássemos livre, dirige o homem para a fuga ao mundo, para a prática fútil, a inautenticidade, o vazio ontológico, no qual a liberdade perde todo conteúdo, não passando de ilusão subjetiva. Sendo o real contínuo movimento, sòmente a deliberação de aceitá-lo, abre oportunidades de repetir o exercício da liberdade, como resposta a exigências, renovadas em resultado de cada escolha anterior. Se a liberdade se mede objetivamente pelos atos libertadores integrados no processo, só dentro dêste e, portanto, só para quem vive a existência autêntica, tem sentido falar em liberdade.

h) *A liberdade concreta e a consciência política*

Por aqui se vê quão grande é a ingenuidade dos panfletários e demagogos de tôdas as épocas, que têm na palavra liberdade a mais candente das invocações. Em nome da liberdade justificam tôdas as pretensões, lançam objurgatórias, condenam ou glorificam. O êrro de tal atitude ingênua consiste em fazer do reclamo de liberdade motivo de negação do real, de repúdio ao estado de coisas presente, pelo fato de a conceberem como um poder mágico que deverá instaurar uma ordem ideal e perfeita. A liberdade é o instrumento que permitiria ao homem evadir-se da sordidez da realidade e ingressar num mundo diferente. A violência do demagogo parece-lhe fornecer a energia necessária para acionar essa transformação. Tenta utilizar o que entende por liberdade,

a fim de suprimir o real, quando a verdadeira consiste em admiti-lo, para transformá-lo. Os demagogos, porque idealizam a liberdade, transferem-na para o plano subjetivo, quando não para a simples retórica. Fazem dela um bem ideal da comunidade, cuja conquista justifica todos os sacrifícios; nesta linguagem é que falam às massas, pensando estar oferecendo-lhes a coisa mais importante para a solução de seus problemas. Mostram-se decepcionados ou irritados quando não são compreendidos pela plebe a quem desejavam ofertar o máximo bem, e diante da indolência dos homens em permanecer no cativeiro, se revoltam contra a incapacidade de revolta que há no povo. Ninguém despreza mais o povo do que o demagogo; seu amor às multidões, para quem escreve ou às quais fala, capaz de conduzi-lo ao sacrifício da pregação indignada, converte-se fàcilmente em desprêzo pelos ignorantes que deseja salvar, quando se vê incompreendido na pureza de suas intenções. Os demagogos sentem o doloroso ridículo do fracasso, êles, cuja palavra deveria atear fogo ao país. Como a exaltação da liberdade é o mote supremo com que recheiam os discursos, escandalizam-se ante a imobilidade e o desinterêsse das massas, que não os acompanham numa generalizada insurreição contra o mau govêrno, que não lhes dão os meios de que necessitam para castigar os ricos que não distribuem com os pobres o excesso de bens, para varrer os corruptos, os negocistas que infestam com a sua sordícia a vida nacional, para abater os detentores do poder militar, que se acumpliciaram com tôda esta abjeção. Em face, porém, da inoperância dos libelos, não lhes passa pela cabeça indagar da justeza da fórmula miraculosa; preferem acusar o povo. Se quisessem submeter à análise crítica os resultados de suas conclamações, veriam que a falta de acústica decorre da ingenuidade das propostas salvadoras. A liberdade, por que clamam, é mera abstração, que o povo não entende e cuja falta não sente. Quando acreditam que bradar, por exemplo, pela liberdade absoluta da imprensa é lançar à palha da alma popular a faísca de um incêndio devorador, equivocam-se, porque estão pensando fora do concreto. A massa, que não escreve e que raramente lê, não sente a ausência dessa liberdade, que só de longe lhe diz respeito, enquanto é vital para o jornalista, o pensador, o demagogo, que dela vivem. Assim como o demagogo quer valer-se da massa para realizar a liberdade dêle, a massa quer valer-se de líderes autênticos para realizar a liberdade dela.

Êste é um exemplo demonstrativo do caráter concreto

da liberdade. O desencontro entre o demagogo e a massa, assim como o sucesso do verdadeiro líder, comprovam a natureza concreta da liberdade. Os atos que a massa quer ver realizados são definidos, são os que se destinam a alterar radicalmente a condição em que vive e não mais suporta; para fazê-los, é que exige liberdade. Não há exigência genérica, universal e indeterminada, de liberdade, como requisito abstrato, após a conquista do qual se verá para que vai servir. Ao contrário, na consciência popular o que se apresenta é sempre um ato concreto a fazer; para êle é que reclama a liberdade. Ora, êste a fazer não é, em conjunto, senão o desenvolvimento da realidade nacional, a transmutação do estado de atraso e penúria em existência mais humana. Só o projeto que menciona especificamente esta finalidade é entendido pelo povo. Acenar-lhe com a liberdade como bem supremo é falar em falso, pois a massa não está interessada em bens supremos, que não sabe o que seja, e sim em bens imediatos, limitados, concretos. A liberdade em abstrato só é defendida pelos demagogos, porque, a rigor, para êles é concreta, pois é a condição de continuarem a levar a existência que escolheram. Para a massa, porém, a liberdade é sempre referida ao fazer algo determinado. A exigência que tem dela confunde-se com a exigência daquilo que deseja.

Assim, do ponto-de-vista crítico, o ato livre é aquêle que se inclui no processo da realidade por ser requerido pela sua lógica imanente. No país em esfôrço de desenvolvimento são livres os atos que determinam a transformação progressista da estrutura econômica e social. Tôda vez que um empresário instala nova indústria, expande um cultivo agrícola ou renova os métodos de trabalho, sempre que as massas trabalhadoras conquistam com luta um novo direito, unem-se mais sòlidamente nos seus órgãos de classe, asseguram a vitória eleitoral de seus legítimos líderes, êstes atos assumem dentro do processo a qualidade de libertadores, porque correspondem à atualização de possibilidades que se achavam à espera de realização. Isto significa que a liberdade intervém no processo da realidade, o qual, como sabemos, tem determinismo próprio, que decide a cada momento do sentido a dar às transformações. O direito de compreender criticamente, ou não, o que se está passando, e portanto de conduzir de forma conveniente, ou inadequada, a necessária intervenção da ação humana no curso dos acontecimentos exteriores, nisso mesmo é que consiste a liberdade. O processo acha-se dominado pela liberdade de intervenção,

por parte do sujeito. A atuação correta, por exemplo, a que desencadeia iniciativas econômicas progressistas, é aquela que procede do pensar crítico, por compreender globalmente o processo. Ora, o pensar crítico, no plano sociológico, constitui a autêntica consciência política. Por conseguinte é esta, em última análise, quem goza da liberdade fundamental. A consciência política domina o processo da realidade, porque da compreensão que possuir derivam os atos libertadores. Com efeito, é na forma do pensar político que se dá a mais alta possibilidade de exercício para a consciência crítica. Esta, porque é essencialmente compreensão do processo real em totalidade, é política. Mas, para que se constitua politicamente com caráter crítico, libertando-se das múltiplas armadilhas da ingenuidade, precisa incorporar a si as determinações objetivas do processo na fase onde se encontra. A importância decisiva do fator econômico na dinâmica da realidade, tornando-o instrumento eficaz para superar as condições primitivas, e a constante referência que a êle deve fazer o pensador interessado em adquirir a nova consciência nacional, não farão esquecer o caráter de implicação recíproca entre o processo e a consciência. Para cada estado presente da realidade nacional há um máximo de consciência possível correspondente, mas esta se converte, quando socialmente organizada, em origem de atos transformadores dêste estado. A consciência do processo, para ser crítica, tem de ser por definição política.

Um dos aspectos distintivos da consciência crítica é ser capaz de entender e apreciar o desenvolvimento econômico em têrmos políticos. Quando isto acontece, a consciência política se reconhece na dependência do grau de adiantamento do processo econômico da comunidade, ao mesmo tempo que se descobre como fôrça atuante sôbre êle. Assim sendo, é lícito dizer que a consciência política engloba o processo material da realidade nacional. Não está fora dêle, não pretende conduzir em abstrato a marcha da sociedade, mas faz do próprio conhecimento da sua dependência um instrumento de independência. Sabendo-se condicionada pelo curso do desenvolvimento do país, torna-se capaz de dirigi-lo livremente. Precisa reconhecer a natureza, primordialmente econômica, das transformações que lhe incumbe operar, mas deve pensá-las em sentido político. A consciência crítica não é a do pensador compassivo, que contempla a sociedade, simpatiza com os problemas, fazendo suas, por afeto, as exigências de autonomia e desenvolvimento que observa palpitarem na comunidade. Não é no sociólogo

teórico, enquanto simples estudioso da realidade, que tem morada. Aos dirigentes da comunidade, àqueles que foram alçados ao poder, e exercem concretamente a direção política do país, torna-se imprescindível o pensar crítico. Não é apanágio do homem de ciência, pois não se trata de um modo particular do saber, mas, por essência, é prática e ação pública. A consciência crítica deve alcançar o máximo de agudeza, quando se verificar naqueles que detêm a direção política da comunidade. Por isso, nêles, mais que em quaisquer outros, é sumamente nociva qualquer manifestação de ingenuidade. A união da consciência crítica e do poder político, indicando haver a comunidade atingido uma etapa superior do seu processo histórico, não se produzirá fortuitamente, não resultará da astúcia de algum pretendente melhor dotado, ou das chamadas "manobras políticas". O processo da realidade, no seu curso necessário, determinará as condições daquela união. Quanto mais se vão desenvolvendo as bases materiais da sociedade, mais se vão constituindo situações concretas, onde ùnicamente o pensamento crítico será reconhecido como eficaz. A complicação crescente dos mecanismos objetivos opera uma natural seleção das correntes que apóiam candidatos ao poder executivo e aos mandatos populares, tendente a eliminar uma a uma as modalidades do pensar ingênuo, dando lugar às formas de representação superior. Como só estas são capazes de oferecer resposta e estímulo ao processo, logo que êste alcança graus elevados começa a exigir a consciência crítica, tornando inviáveis os pretendentes ingênuos ao poder.

No Brasil, estamos vivendo os momentos iniciais desta fase adiantada. É claro que longe ainda nos achamos do grau onde sòmente a correta representação crítica seria admissível. Por enquanto, os mais graves enganos ainda são possíveis. As massas estão apenas despertando da condição bruta para o dia da existência autêntica. Mas, inegàvelmente o curso dos acontecimentos desencadeou-se de tal maneira e com tal ímpeto, que em etapas posteriores, que não tardarão a chegar, a subida ao poder pelo voto democrático implicará na posse, pelo postulante, de atitude crítica diante da realidade nacional. Às fórmulas ingênuas, especialmente o moralismo beócio, o profetismo catastrófico, o saudosismo ou a mística do salvador, até agora eficientes, vão perdendo fôrça e condenando à solidão os seus retardatários arautos, muito em breve perdidos pelo caminho. O mesmo processo que determina agora o incremento da consciência crítica, determinará também a assimilação dela pelos detentores do

poder político. Por ora é permitido ainda que se mantenham na direção da sociedade brasileira pessoas inteiramente desvinculadas dos interêsses reais em que assenta a comunidade ou até mesmo advogados de interêsses contrários. Mas esta contradição não perdurará. O avanço das transformações materiais fará com que em breve nenhum homem público brasileiro possa mais assumir posição de mando sôbre as operações sociais, se não representar os legítimos interêsses das fôrças nacionais que atuam à frente do processo. Eis porque, històricamente, a consciência nacional se tornará tanto mais crítica quanto mais política. Só assim estará capacitada a interferir livremente no processo real, porque refletirá as exigências dêle, sem tentar submetê-lo a supostos "ideais". A consideração meramente econômica do processo, tal como é encontrada na maioria dos economistas de profissão, entre cujos velhos pontífices se recruta a fina flor da ingenuidade nacional, não o alcança em totalidade. É o sentir político que deve ter a última palavra, pois exprime a consciência global emergente. Não é a exclusiva consideração técnica do determinismo econômico, sujeito como está a tôdas as distorções das doutrinas metropolitanas que refletem interêsses de classe, de grupos imperialistas e colonizadores, mas a formulação do projeto de destino histórico para a nação o que caracteriza o pensar crítico. Ora, tal projeto é obra política, só se executa com medidas políticas. Repousa na opção fundadora, a partir da qual a liberdade se constitui na concordância com as exigências da causalidade objetiva. A liberdade persiste como possibilidade da consciência, porque se manifesta sempre em atos repetidos de querer o que reconhece como necessário, embora, se assim escolhesse, pudesse não reconhecê-lo como tal: em decisões de dar prosseguimento ao processo objetivo obedecendo às condições lógicas que são próprias dêste.

A liberdade como autonomia nacional não é o isolamento ou a reclusão histórica; não consiste em cortar as relações, mas em comandá-las. Por isso, pertence de direito à consciência crítica, uma vez que esta se tenha convertido em poder político, capaz de assegurar a realização do projeto de destino autônomo para a nação, pelo efetivo domínio das fôrças internas em conflito tanto quanto das relações externas. Estas considerações levam-nos a examinar a última categoria da consciência crítica, aquela graças à qual se apresenta como consciência de nacionalidade.

7 — A CATEGORIA DE NACIONALIDADE

a) *O processo de formação nacional*

Chegamos, assim, ao último dos predicados que consideramos característicos do pensar crítico. A consciência da realidade nacional é, por definição, nacional. Mesmo em forma de tautologia, esta proposição encerra um conteúdo concreto que importa compreender. Significa que a consciência autêntica da realidade nacional inclui entre suas notas o saber que é nacional. Faz menção explícita de estar apreendendo os dados do mundo objetivo na condição de quem é parte dessa realidade, de quem a vê de um ponto-de-vista interior a ela. Em outras palavras, a consciência crítica da realidade nacional é necessàriamente autoconsciência.

Atingimos aqui o ponto mais alto do desenvolvimento da consciência nacional, o seu momento supremo, quando, após se ter reconhecido nos predicados essenciais anteriormente referidos, por fim se descobre como expressão total daquela realidade, que até então parecia estar examinando de fora e por traços particulares. Ao se descobrir como "nacional", a consciência se incorpora como um todo à realidade objetiva, a que até então aludia. Identifica-se à realidade, não no sentido de fazer desta um produto subjetivo, mas, ao contrário, de se reconhecer como configurada pela totalidade das condições exteriores, de que é a representação reflexiva. Ao saber que a nacionalidade é o seu predicado máximo, a consciência percebe que o caráter de "nacional", que julgara ser próprio apenas da realidade social e política com que se defronta, de fato, transporta-se para ela, consciência, é a categoria mais elevada do processo cognoscitivo pelo qual configura para si o mundo objetivo que a circunda.

No processo de compreensão da realidade, a consciência parte do mundo cuja existência material a precede e no qual se acha incluída, desde que começa a despontar. Na reflexão, que então se desenvolve, vão-lhe aparecendo os caracteres do seu modo próprio de ser; mas, sendo o desenvolvimento reflexivo determinado pelo aumento de compreensão que a realidade possibilita, à medida que empìricamente vai sendo melhor conhecida, conclui-se que o traço supremo que a consciência descobre em si é aquêle constituído pelo conhecimento da sua total vinculação ao real. Êsse traço é o predicado de nacionalidade, pois exprime a percepção, pela consciência, da integral coincidência com seu contôrno objetivo. Pelas outras categorias, descobre significativos aspectos dessa realidade; pela de nacionalidade, porém, apreende em bloco o mundo real onde se encontra e que é o seu objeto. Eis a razão da qualidade máxima dêste conceito. Considerado o presente estado histórico, a forma como se estabelece a convivência política no espaço ecumênico é a nação. Não vamos repetir considerações já feitas sôbre o significado e a historicidade essencial de tal instituto. No entanto é tema de maior interêsse, pois está em debate a natureza da categoria mais geral, mediante a qual é apreendido o campo objetivo pela consciência. Temos de admitir que, graças a alguma forma envolvente, algum conceito ou categoria de amplitude máxima, a realidade social se faz representar no pensamento. Nas condições históricas atuais tal forma é a nacionalidade.

Não é nosso propósito indagar das determinações que no correr dos tempos levaram as sociedades ocidentais, emergindo do regime feudal, a se organizar em particulares Estados nacionais, cada qual com as peculiaridades que agora possui. Nosso intuito é apenas mostrar o significado desta condição de fato, enquanto modo englobante, em função do qual se processa a presença da consciência no mundo social e histórico. Sem dúvida, ao longo da história nem sempre foi êste o modo vigente. No período em que a consciência individual se encontra nos graus mais inferiores do desenvolvimento, quando o mundo, que reflete, é apenas lugar de desempenho de uma espécie de trabalho destinado a sustentar vegetativamente a vida, quando não existem ainda condições que descortinem possibilidades superiores de liberdade, a forma assumida pela comunicação existencial e pelo regime de produção é a mais rudimentar, processando-se dentro dos círculos elementares de agregação, naturais e sociais, como a família, o clã ou a *gens*. Contudo, mesmo nessa fase já se encontra o análogo à categoria de "nacionalidade", no sentido de haver sempre um contôrno envolvente para o exercício da atividade, funcionando como mediador da relação do homem com o todo da realidade.

Em verdade, o que a categoria de nacionalidade signi-

fica é que a consciência do mundo não pode ser individual. Ninguém vê a realidade como observador isolado e desinteressado. Ao produzir a minha percepção das coisas, não a posso sustentar em mim só. Preciso que outros pensem como eu penso, e por isso aceito como natural e desejável que se estabeleçam divisões no convívio humano, ficando muitos homens em posição próxima e comum à minha, distinta do restante. Êste modo de ser é existencial e inevitável. Não me é possível ver o mundo sòzinho, porque, se tal acontecesse, minha compreensão seria indeterminada, sem critérios de verdade, sem confirmação; preciso que outros o vejam como eu vejo. O equívoco do pensador solitário, que as filosofias de qualidade apenas literária procuram converter em "drama de consciência", é acreditar que podem ter com o mundo relações íntimas, quando tais relações são necessàriamente públicas. Sòmente como conseqüência da ilusão que valoriza a meditação eremítica, julga o pensador conhecer melhor a realidade quando abstrai do eco do pensar alheio no seu próprio interior, dedicando-se à vida contemplativa ou mesmo à ação isolada. O solipsismo de tal atitude o submerge num universo sem som, sem pontos de referência, sem diálogo, onde em breve o pouco que ainda houvesse de objetividade no seu pensamento se esvai dentro do mundo de fantasias onde passa a viver. O pensamento não é produção monádica, oriundo de sêres racionais unitários, independentes e incomunicáveis, mas efeito social, produto do modo coletivo como um grupo humano se comporta em face das coisas no trabalho pelo qual se esforça por apropriar-se delas em seu benefício. Todo pensamento é um dizer comum, donde a imprestabilidade e o desvario a que se condena o pensador que se dispõe a abandonar a comunidade, na quimérica presunção de assim conquistar condições de melhor e mais verídica meditação. Enclausurando-se nas muralhas dos cenóbios ou reclinando-se nas nuvens da especulação pura, estará traindo a função e a dignidade próprias do pensamento, impedindo-o de se tornar fôrça transformadora das condições materiais da existência, com o fim de oferecer ao homem uma vida mais rica de bem-estar físico e de satisfação espiritual.

Entretanto, a comunicação obrigatória que, estamos vendo, preciso ter com os outros homens não implica que tenha de reportar-me imediatamente à totalidade da espécie humana. Antes, ao contrário, a consciência da realidade exige, nas condições históricas atuais, o parcelamento necessário da comunicação, determinando que uma parte apenas dos

homens formem em comum comigo aquilo que é a "nossa" consciência. Temos aí a raiz da "nacionalidade", como expressão mais geral do modo de ser da consciência. Quais são aquêles que realizam comigo a minha consciência do mundo, e quantos são, é coisa sôbre a qual a teoria da existência não tem meios de se pronunciar. Em virtude do caráter de historicidade, já descoberto, ficamos sabendo que o movimento da consciência não se faz abstratamente, mas em concreto, sôbre suportes materiais. Como êstes mudam ao longo do tempo, não apenas muda o conteúdo e a qualidade da consciência que reflete o estado da realidade existente no momento, mas também muda a natureza da comunicação das consciências, de modo que o círculo dentro do qual se estabelece a co-visão é um dado histórico variável, está em função do desenvolvimento objetivo da realidade. A consciência é sempre participante de uma visão comum com outras, mas a amplitude desta associação depende do modo como em cada época o grupo assim constituído explora o seu contôrno real e o representa na sua subjetividade coletiva. Simultâneamente com a ampliação quantitativa da base da consciência social, produz-se a mudança qualitativa do conteúdo dessa consciência, ou seja, muda o significado do que a consciência social dominante entende por "nação". O sentimento comum ao se tornar extensivo a maior número de indivíduos, transforma-se no seu conteúdo, e conseqüentemente substitui o projeto da ação que deseja desempenhar.

Percebemos aqui o caráter dialético de tal processo. Por necessidade existencial, a consciência é sempre co-estar no mundo. Porém as operações que executa, pois sua essência não é contemplar mas agir, alteram o real, e com isso, promovendo a melhoria das condições de vida das populações, abre a possibilidade de novos indivíduos ingressarem no mesmo círculo de compreensão, que, assim aumentado, adquire mais poder de ação sôbre o mundo, modifica-o cada vez mais, fazendo ainda novos contingentes humanos ingressar no mesmo modo de sentir, e assim por diante. A extensão adquirida pela consciência comum de uma nacionalidade é variável històricamente e sempre determinada por condições objetivas. O processo não é apenas qualitativo, enquanto ascensão do pensamento a formas de intelecção comum mais autênticas, mas é também quantitativo, sendo representado pelo número crescente de indivíduos a êle incorporados, no caso do país subdesenvolvido, pelas populações marginais que, em virtude da melhoria das condições de vida, ingressam na consciência comum

da nacionalidade. Quantidade e qualidade são os dois eixos de coordenadas a que é preciso referir a curva histórica do desenvolvimento de tôda consciência nacional. No panorama atual da história temos plena verificação desta afirmativa. Ao lado de grandes massas que vegetam na existência prenacional, algumas porque se acham em estado de extremo primitivismo, outras porque vivem em relativo equilíbrio o seu momento colonial, deparamo-nos com numerosas comunidades lutando por se afirmarem como entidades nacionais. A passagem do estatuto colonial ao nacional marca o limiar a transpor para a entrada na história. É o acontecimento que assinala haver a comunidade adquirido o direito ao reconhecimento de personalidade autônoma. Por isso, a luta dos povos escravizados para a conquista da independência política deve ser interpretada por meio das idéias anteriormente expostas, que revelam ser a liberdade um traço da consciência superior da realidade e mostra porque a conquista da liberdade se constitui necessàriamente em luta pela nacionalidade. É preciso ser nação para que um grupo humano històricamente diferenciado ofereça aos seus componentes condições reais de exercício da liberdade. O homem não alcançará a consciência de si e o domínio do seu mundo se não conseguir organizar em nação o seu círculo social de coexistência. Deve ligar-se aos que participam com êle da consciência comum e pleitear para o grupo a qualidade histórica oficial de nação, a fim de adquirirem todos a possibilidade de pôr em prática o projeto coletivo, pelo qual se havia definido aquela consciência.

Quando referimos a nação ao projeto de uma consciência coletiva não estamos, é claro, incorrendo em nenhum deslize idealista, reduzindo o que é dado histórico real à condição de mera idéia. Ao contrário, porque sabemos que a nação é um modo de ser da realidade social objetiva, fundado em suportes reais, é que temos o direito de tomar o reflexo dessa realidade na consciência coletiva como representando, enquanto idéia, um estado de coisas existente por si. Constitui-se a nação como projeto porque tal idéia não é simples imagem imóvel, mas simultâneamente fonte de ações concretas sôbre o real. Neste sentido é lícito falar da consciência como criando, pelo seu projeto, a nação. Não significa isto deduzir do pensamento a realidade, mas da realidade um pensamento que é ao mesmo tempo instrumento de ação transformadora dessa mesma realidade.

Nada impede que se expandam, em círculos cada vez

mais largos, as formas nacionais unificadoras das consciências em comunicação. À questão de saber se algum dia a humanidade por inteiro virá a ser uma única forma, responde-se declarando que dependerá do processo histórico. Se a realidade se tornar um complexo de correlações materiais pacíficas tão amplo que incorpore a totalidade dos problemas humanos, ou seja, se, em conseqüência da conquista, pela imensa maioria das populações da terra, de um estado de desenvolvimento econômico isento de desníveis e de um sistema de relações sem imperialismo nem dominações, de tal modo se unificarem os interêsses reais dos homens que possam ser apreendidos por uma consciência unitária, nada impede que a categoria de nacionalidade venha a se confundir com a de humanidade. Para isso, porém, é necessário que se tenham resolvido as contradições que atualmente compartimentam a comunicação humana, diferenciando os suportes desta em áreas antagônicas. Em nome da teoria empírica da história eximimo-nos de profetizar que tal unificação de interêsses venha a ocorrer. Nenhuma lei indutiva a torna necessária, como nenhuma lei dedutiva a dá por impossível. Se ocorrer, será fato empírico, a que corresponderá naturalmente uma consciência unitária, por enquanto imprevisível no seu conteúdo. Seria preciso demonstrar a inviabilidade das atuais formas políticas de convivência nacional, em face do progresso do desenvolvimento econômico, da resolução dos antagonismos de classe, para concluir pela inevitabilidade futura da transformação da humanidade em pátria única. Mas nenhum aspecto da realidade atual nos obriga a acreditar que isso tenha fatalmente de acontecer, por não haver outro meio de instalar a coexistência pacífica de todos os grupos humanos.

O que a história agora nos indica é que a representação da realidade política admite como conceito envolvente a categoria de nacionalidade. Nesta é que atualmente a consciência se constitui para si. É a manifestação histórica concreta, enquanto estatuto político, de um traço existencial do ser humano, a comunicação, a qual, entendida não subjetiva mas objetivamente, significa uma rêde de relações fundadas em base material. Sôbre esta base elevam-se superestruturas ideais e tecem-se vínculos espirituais, que terminam por se converter em determinantes eficazes da ação. Sem dúvida, os valores de ordem espiritual e ideal assumem o primeiro plano na representação da existência social enquanto constituída segundo a forma de nacionalidade. Os laços do espírito, a identidade do sentimento e as reações emocionais são fatô-

res de suprema importância na criação e fortalecimento da consciência da unidade do todo nacional. Mas tais fatôres exprimem duplamente um conjunto de relações materiais: porque a nacionalidade se organizou a partir de um núcleo inicial de interêsses objetivos, e porque, uma vez forjada, contribui para desenvolver novas relações materiais, que a ela se incorporam e contìnuamente a consolidam. Eis aqui o mecanismo dêsse processo: a comunidade, de certa extensão, começa a sentir, em dada fase do curso histórico, que o grau de afinidade existente entre as consciências individuais dos seus membros, no que respeita à compreensão do mundo que lhes é comum, tem por sustentáculo um conjunto de relações objetivas, como sejam, identidade de origem, igualdade racial, área lingüística, mas sobretudo interêsses econômicos. Para defender tais interêsses e, no plano espiritual, as concepções que lhes correspondem, institucionaliza-se na forma política de nação. Mas, ao assumir, assim, a existência coletiva organizada, cria uma entidade que irá encontrar no palco histórico outras que a precederam e se acham há mais tempo entregues ao combate pelos seus próprios interêsses. Terá de abrir caminho entre elas, e para isso é obrigada a aceitar um suplemento de relações objetivas a somar-se às iniciais. A consciência incorpora estas novas às primitivas e se determina também pelos condicionamentos que delas recebe. Assim, uma consciência inicial que adquiriu suficiente homogeneidade para aspirar à autonomia nacional, é levada a incorporar a si um conjunto crescente de interêsses, com os respectivos reflexos espirituais, a fim de conservar a fisionomia de entidade nacional independente. Firma-se em processo histórico relativamente autônomo, dentro do processo universal. O aumento do número de relações objetivas e da complexidade destas, reforça a consciência de nacionalidade. Quanto mais se complica o contexto nacional a que pertence o indivíduo, mais se aprofunda e particulariza o sentimento de nacionalidade, maior é a exigência de defendê-lo.

b) *O nacionalismo como fenômeno histórico*

O nacionalismo enquanto prática política do desenvolvimento brasileiro é a meta de tôdas as reflexões contidas no presente livro. Para esclarecer o seu significado, definir-lhe o conteúdo e as possibilidade de constituir-se em política que venha a compendiar o nosso projeto de destino, é que em-

preendemos esta investigação da consciência social, a fim de procurar nela a possível justificativa de tal conduta e orientação. Parece-nos havê-la encontrado no fato de reconhecermos ser a consciência autêntica da realidade nacional portadora dêste traço essencial, o de nacionalidade. A êle se prendem os fundamentos do pensamento teórico e da ação política que se denomina nacionalismo. Múltiplos são os problemas que um tema desta grandeza e atualidade propõe, e certamente não os iremos examinar todos aqui. Nossa intenção, nesta oportunidade, não é produzir um estudo exaustivo sôbre o nacionalismo desta hora da vida brasileira, mas apenas demonstrar em seu aspecto teórico, a justeza de tal doutrina como decorrência da correta concepção da origem e das formas da consciência social. Importa-nos sobretudo relacionar o fenômeno do nacionalismo com a consciência autêntica da realidade nacional, a fim de demonstrar que não há hoje outra possibilidade de conduzir o nosso processo econômico, em condições de máximo rendimento, fora das diretrizes de rigorosa política nacionalista na forma e no sentido de que atualmente se reveste essa política, isto é, o nacionalismo próprio da presente fase da realidade brasileira. Nas páginas que se seguem diversos aspectos do tema serão examinados, mas dêles o mais importante, que desde logo ressaltamos, é a compreensão de não ser o nacionalismo um fenômeno estranho, anormal, inédito em nossa história, porém, ao contrário, atitude constante e contínua. Sendo a forma assumida pela consciência nacional enquanto reflexo da realidade social objetiva, o nacionalismo se caracteriza por traços distintos em cada grande fase histórica, admite modalidades que o diferenciam sem lhe interromperem o curso. Para simplificar a descrição dessa evolução, e fornecer um quadro geral onde se acolham as variantes particulares, dividiremos o processo do nacionalismo em duas grandes fases, representando a primeira o período colonial, puro ou em forma mitigada e disfarçada, depois da independência política, porém predominando largamente a exploração e as pressões imperialistas; a segunda correspondendo ao período inicial de autonomia, ou seja, à fase na qual já existe considerável volume de iniciativas econômicas de base autóctone para justificar um novo entendimento da nação, mesmo quando ao lado delas ainda perdurem agências de espoliação, e a ideologia dos emissários dos interêsses estrangeiros ainda se faça sentir poderosamente no panorama intelectual do país. Distinguimos, assim, duas fases gerais, cada qual com numerosas divisões e particularidades. Não entrando no es-

tudo pormenorizado dessas peculiaridades, contentamo-nos em caracterizar as duas épocas principais, o que faremos enunciando alguns dos seus traços distintivos, postos em confronto para melhor acentuar a diferença entre êles.

Na fase colonial o nacionalismo se define pela defesa da forma nacional. A comunidade dependente, ao produzir os primeiros movimentos de consciência social própria, não tem meios de refletir sôbre a origem dêsse despertar de sua reflexão e por isso parte do fato imediato do pensamento, como se êste fôsse uma origem absoluta. Descobre-se possuindo os primeiros delineamentos de um projeto de independência e pensa então estar fundando a nação "por cima", a partir da idéia. Vê a nação futura como nova forma para o estado da realidade, pois o atual é a miséria da dependência e da exploração colonialista. Crê que a conquista da situação criada pelo reconhecimento formal da independência resolverá a infelicidade de que é vítima. Tal fase é necessária e inevitável. Logo depois de proclamada a libertação, persistem por longo tempo as condições reais de dependência e por isso a luta prossegue, tomando equivocadamente o aspecto de luta pelo fortalecimento dos caracteres formais da nação, enquanto a consciência não está capacitada a descobrir a verdadeira causa dos males de que sofre e das limitações que a oprimem, o que a faria lutar então já não mais pela forma, mas pelo conteúdo da autonomia nacional. Êste último modo de ser corresponde, é claro, à fase de autonomia real. A luta pela forma conduz ao tipo de compreensão do processo nacional que se exprime pela preponderância dos aspectos jurídicos e das formalidades burocráticas na organização da convivência social. É a fase da realidade que explica e justifica o chamado "Estado Cartorial". Sendo pobre o contexto objetivo, as relações de exploração, internas ou externas, são relativamente simples, não incidem sôbre uma trama de interêsses complexos, um mercado interno em progresso, um sistema de múltiplas correlações de produção e troca de mercadorias. Em tal estado, a vida social primária não oferece maiores complicações senão as de ordem subjetiva e as que se enovelam em tôrno de alguns fatos reais, porém, exageradas na sua importância pelo desejo de explorá-las em proveito de uma classe de letrados ociosos. É a fase da supremacia dos aspectos jurídicos, a qual, contudo, é positiva no seu tempo próprio, pois conduz a elaborar a tessitura de leis e regulamentos, que, embora formais, simbólicos e sem grande efeito prático, tendem a estruturar a base ideológica onde se vai reconhecendo, nos seus primeiros momentos, a

consciência de si da nação. Em tal fase o beletrismo dos advogados desempenhou um papel positivo na configuração do pensamento nacional, foi, por isso, nacionalista, como o demonstram os exemplos de grandes figuras do nosso passado jurídico que exerceram na esfera da inteligência uma ação criadora da realidade nacional, quando tal era a única tarefa possível para a consciência dirigente. Entrando o país, porém, na fase autônoma, tal mentalidade passa a ser anacrônica e nociva. O perfil que agora define a atitude nacionalista não é mais a preponderância do aspecto jurídico, mas do econômico. É em tôrno das questões desta espécie que se trava agora a divergência entre os defensores dos interêsses do País e seus exploradores. O projeto nacionalista tem hoje por essência um repertório de medidas promotoras do desenvolvimento econômico, deixando em segundo plano os aspectos meramente formais. Tal mudança de conteúdo no modo de ser do comportamento nacionalista comprova-se pela diferença de significação social atribuída à pequena classe de jurisprudentes, outrora personagens dominantes do processo social e agora submissos aos grandes empresários e às poderosas organizações financeiras, onde desempenham apenas funções subalternas de assessoria e formalização.

Considerado em si mesmo, o caráter do nacionalismo variou de uma fase para outra: de emocional que era antes, passa agora a racional. Na fase de domínio colonial, sendo diminuta a compreensão da consciência sôbre a causa de tal estado, é natural que o projeto da nação elaborado pela comunidade dependente assuma o tom emocional, patenteado em tôdas as suas manifestações. É a época na qual vieram à luz notáveis produções da cultura nacional, caracterizadas pelo desejo de interpretar a realidade do País e exprimir-lhe os sentimentos coletivos. O nacionalismo de tal período se reveste dêstes três traços: romântico, literário, subjetivo. Quando o País ingressa, como atualmente, na fase de autonomia, é evidente que o caráter emocional tende a ceder lugar à natureza racional do projeto nacionalista. A qualidade das transformações a operar é agora de tal ordem que sòmente a atitude racional, pelo conhecimento das leis naturais e sociais, conduzirá aos resultados úteis pretendidos. A consciência social é forçada a despojar-se dos predicados emocionais que a marcavam no período anterior e a traduzir-se num plano nacionalista racional definido pelos traços seguintes: lógico, técnico, objetivo.

Ademais, o suporte social do nacionalismo nas duas

fases é distinto, na época colonial sendo representado pelas elites e na fase autônoma pelas massas. O deslocamento das bases sociais da consciência nacionalista é inevitável e corresponde à mudança de estrutura econômica introduzida pela passagem à fase superior do curso histórico. Quando era primário o trabalho da maioria do povo, só pequena camada de letrados e de ricos proprietários estava em condições de nutrir um projeto de destino, que, em tal fase, era o da própria nação. A massa, totalmente ignorante e apenas trabalhando para subsistir, não podia conceber qualquer projeto. Em sua obscura consciência o futuro se apresentava como a normal continuação do presente invariável. Foi preciso que o país tivesse chegado ao momento atual, quando parcelas ponderáveis da população ingressaram em afazeres produtivos de nível superior, para que se constituísse outro suporte social do projeto de desenvolvimento nacional, e portanto da consciência nacionalista. Êste novo sustentáculo é agora a massa trabalhadora e as demais fôrças sociais de atuação criadora, como a "inteligência" empenhada em produzir a nova cultura nacional.

Resumimos estas considerações no quadro abaixo.

Características do nacionalismo conforme as fases do processo histórico

a) *fase colonial*	b) *fase autônoma*
defesa da *forma* nacional	defesa do *conteúdo* nacional
preponderância do aspecto *jurídico*	preponderância do aspecto *econômico*
caráter *emocional* romântico literário subjetivo	caráter *racional* lógico técnico objetivo
representado pelas *elites*	representado pelas *massas*

Não será possível compreender corretamente a atual consciência nacionalista, que se constitui como origem de interpretação dos fatos e de projetos de ação, se esquecermos a perspectiva histórica, que nos mostra ser o nacionalismo uma tendência permanente de todo o nosso processo nacional, apenas variável nas modalidades e no conteúdo assumidos em cada período. É essencial essa noção para permitir

a denúncia de atitudes e de idéias que, pelos seus defensores são apresentadas como nacionalistas, e que de fato o foram quando eram outras as condições da realidade, mas constituem no presente, pela sua falta de correspondência com as novas condições de fato agora existentes, um grave óbice ao entendimento do processo brasileiro e à formulação das medidas exigidas para incentivá-lo. Se ignorarmos a necessária transformação do projeto nacionalista, aceitaremos o conceito imobilista do nacionalismo e estaremos servindo a interêsses peremptos, tornados agora antinacionais, defendendo-os obtusamente pelo simples motivo de que as idéias que lhes correspondem tiveram outrora significado progressista. A perspectiva histórica é indispensável para desmascarar a insídia de muitos propugnadores de iniciativas antinacionais, desejosos de fazê-las passar por nacionalistas, valendo-se de justificado prestígio anterior. Dado o caráter histórico do conteúdo da consciência nacionalista, o que antes era nacionalismo pode agora ser a negação dêle. A tarefa principal da inteligência brasileira consiste neste momento em definir o conteúdo concreto do nacionalismo no campo econômico e cultural para as condições da nossa atual existência.

Não deverá fazê-lo, entretanto, em forma de programa fixo, completo, acabado, porque, em virtude da natureza dialética do processo nacional, é o elenco de medidas concretas reconhecidas, em dado momento, como nacionalistas e postas em início de execução, que apontam novas medidas a se incorporarem ao conteúdo da consciência nacionalista. A prática da luta social empreendida pela comunidade brasileira é que irá desvendando os novos elementos que, em forma de idéias e de julgamentos sôbre a realidade nacional e de rumos de ação política, se incorporam ao projeto da consciência coletiva. Êste modo de pensar tem importância decisiva para entendermos porque a consciência de certas personagens dirigentes ràpidamente envelhece, se desatualiza e, mesmo, se torna reacionária por efeito das próprias realizações que empreendem, movida pelo seu projeto nacionalista inicial. É assim que durante um período governamental de cinco anos dá-se o caso da consciência dos governantes ser ao final obtusa, retrógrada e inadequada justamente porque a ação dêsses dirigentes impulsionou tanto o desenvolvimento do país, que o teor de visão nacionalista de que dispunham para o seu projeto inicial foi logo ultrapassado e, assim, faltando-lhes a capacidade de evoluir em concordância com os acontecimentos que desencadearam, acham-se ao fim do govêrno de posse de uma consciência revogada pelos próprios

resultados que produziu. Não captando a natureza dialética do processo que comandava, o nacionalismo tímido, inculto, ingênuo de um grupo de homens de govêrno, ainda que com a melhor das intenções, vê-se em pouco tempo esgotado, porque tais personagens se mostram incapazes de acompanhar por um paralelo progresso da consciência o progresso objetivo do desenvolvimento do País. Gera-se assim um sério mal-entendido. Aquêles dirigentes continuam a se julgar nacionalistas, e sem dúvida subjetivamente o são, mas não percebendo que a concretização das metas que inicialmente propunham trouxe à superfície novos conteúdos do projeto nacionalista, aferram-se às linhas iniciais e, enrijecendo-se numa visão que em pouco tempo se tornou insuficiente, tombam na ingenuidade, no anacronismo, e por fim no reacionarismo. Estas reflexões explicam o fenômeno de haver um govêrno que iniciou o seu período histórico com um projeto merecedor do qualificativo de nacionalista, vir a encerrá-lo com a nota oposta. É porque a taxa de consciência nacionalista de que era dotado no começo mostra-se no final insuficiente, e isso em razão do próprio desenvolvimento que o coeficiente inicial permitiu realizar. Por aí se vê que as exigências de consciência nacionalista são hoje muito maiores, entre elas se incluindo a compreensão de seu caráter dialético, a fim de que se conserve como pensamento constantemente móvel, acolhendo em si as idéias e os projetos de ação que afloram à realidade como conseqüência do cumprimento de diretrizes nacionalistas anteriores.

O nacionalismo, como atributo da consciência nacional neste momento, não é colorido emocional, tonalidade subjetiva, difundida na psicologia coletiva como fenômeno ideológico inexplicável e sem consistência. Não é "estado de espírito das massas", no sentido vulgar da expressão. O nacionalismo pode existir sob forma emotiva, romântica, de exaltação; é a sua modalidade primária. Como todo dado sociológico, prende-se a uma dialética própria. Admite modos de ser, passa de um a outro em razão de suportes concretos que se modificam. Assim, a forma primária só existe quando são de certo tipo, elementar, as relações de produção em que repousa a estrutura social. Quando estas são da espécie da alienação econômica, o país, não dispondo de fundamento material que situe nêle mesmo o centro da direção econômica, impedido, portanto, de produzir de si a sua própria realidade, não encontra, para representar subjetivamente o seu ser, outro modo de expressão senão o soerguimento à categoria de ideal do simples fato de existir formalmente como nação.

Faz-se, então, paradigma de si mesmo, e começa a viver uma realidade intencional, viva na imaginação e muitas vêzes violenta nas manifestações. Na primeira fase, pois, o nacionalismo do país atrasado é necessàriamente emotivo, ansioso, sensível às limitações, rude nas reações até à xenofobia. É assim e nem pode deixar de ser, porquanto o país ainda não organizou materialmente bases econômicas autônomas, que o farão, quando existirem, transitar daquele estado emocional para outro mais consistente. Se não fôsse esta fase emotiva e psicológica, o país jamais chegaria a existir, porque na consciência da coletividade não se configuraria em ideal o projeto de destino nacional.

A fase primária desempenha importante papel histórico positivo, e só se torna inoperante, e por fim perniciosa, quando são outras as condições objetivas. No Brasil atual há ainda restos da situação anterior, o que justifica a parcela considerável de emotividade da consciência nacionalista. Contudo estamos evoluindo ràpidamente para a completa instalação na fase superior, na qual já ingressaram as camadas mais esclarecidas da inteligência, dos setores empresariais e do proletariado.

O nacionalismo, apontado como fato patológico do psiquismo coletivo, como neurose, histeria, frustração etc., é na realidade uma constante do processo histórico da nação, que assume em cada fase as características que a dialética da realidade de tal fase impõe. Assim, o nacionalismo brasileiro dêste momento passa a representar a consciência do imperativo de desenvolvimento econômico autônomo. Quando nos recusamos a continuar servindo ao imperialismo político e econômico de nações mais adiantadas, quando reclamamos a defesa intransigente do monopólio estatal do petróleo, da indústria petroquímica, da produção e distribuição da energia elétrica, a nacionalização dos bancos de depósitos, a rejeição do capital estrangeiro, o término da política de exportação dos minérios de ferro e manganês, o impedimento da exportação dos nossos minerais atômicos, e tantas outras medidas, estamos lutando concretamente por um conjunto de atos indicados pela consciência nacionalista dêste momento. Quem a acusa de anomalia social são os que, embora sabedores de muita coisa em algum ramo particular do conhecimento, revelam total obtusidade à história. Seu êrro consiste em julgar que o nacionalismo brasileiro atual não tem ainda suportes reais que o justificam como a política mais adequada ao nosso desenvolvimento e o elevam a condição superior à da simples sentimentalidade. Nossas considerações

são feitas tendo em vista esta etapa superior. Os setores retardatários da cultura nacional, os interessados na dependência comercial em relação ao estrangeiro, os portadores de ideologias conservadoras, os políticos com base na clientela rural, a imprensa rotineira, arrendada aos especuladores, acostumada à inércia das repetições convencionais, todos êsses grupos sociais consideram "de fora" o fato nacionalista. Emitem opiniões desencontradas e qualificam-no com diversos epítetos, em geral apreciando-o apenas na modalidade que chamamos de elementar. Não são capazes, é claro, de perceber a importância e significação mesmo dessa modalidade, e por isso se julgam habilitados para criticá-la. Mas sobretudo são incapazes de descortinar o processo da consciência nacionalista, que, se conhecessem, os faria compreender que o nacionalismo é hoje a forma mais adiantada e mais lúcida da consciência da realidade brasileira. Ao fazerem a acusação de "neurose" ou "fenômeno patológico da consciência popular", cometem dois erros: o de julgarem que, na etapa em que o nacionalismo é puro sentimento, isso seja anormalidade; e o de pensarem que o atual nacionalismo brasileiro seja dêsse tipo. A cegueira histórica que os afeta não os deixa apreciar o caráter peculiar do nacionalismo presente, e os faz considerá-lo sintoma de retardamento mental da comunidade.

Outra consideração, tão errônea quanto estas, encontrada até mesmo em supostos pensadores políticos, que tomaram êste tema por objeto, é a que procura apontar aquilo que chamam de "contradições do nacionalismo brasileiro". O que como tal alegam prova apenas a sua incompetência de autores, que, aleivosamente, pretendem apresentar como contradições lógicas, e portanto como confusões intelectuais, o que na verdade são contradições da própria realidade. A consciência nacionalista não sofre de confusões lógicas, ao contrário, vê com absoluta clareza o seu caminho, sabe muito bem o que quer, e tanto sabe que se mostra capaz de repelir indignadamente as tentativas dos que se esforçam por mistificá-la, induzi-la à confusão, arrastá-la ao debate tortuoso, sempre com intenções inconfessáveis. A consciência nacionalista é, como dissemos, um processo histórico. Enquanto reflexo da realidade, não pode ser mais rica do que essa mesma realidade. Não pode ir além do que é permitido como dado atual e descortino de potencialidades imediatas, sob pena de ingressar no imaginário. Assim sendo, constitui o elenco de suas proposições à medida que se vai desenrolando o movimento da realidade. Por isso, não é lícito

acusá-la de não ter programa rígido, completo, definitivo, uma vez que só ao longo da marcha histórica vai compondo os seus conteúdos; nem é aceitável incriminá-la de "contradições", que são as da própria realidade. Os críticos de curta visão confundem os dois sentidos da palavra "contradição", o lógico, inadmissível, e o dialético, natural. Como lhes interessa menosprezar a atitude nacionalista, esquecem-se de que as contradições reais, longe de serem vício de raciocínio ou prova de incapacidade intelectual, são condições fecundas, estão contidas necessàriamente no processo dialético da realidade. A contradição que afeta o nacionalismo, é aquela em que tal atitude figura como uma das posições polares de um antagonismo social objetivo, é exterior a êle, enquanto concepção política, e se sintetiza no choque entre as fôrças da exploração econômica estrangeira, do colonialismo cultural, do imperialismo político, e as fôrças de libertação nacional. Esta contradição é um dos determinantes do processo histórico. A crítica insidiosa dos autores "nacionalistas" associados ao capital estrangeiro procura apontar como contradição interior do nacionalismo o que na verdade é a sua contradição exterior, ou seja, a sua posição contraditória em face de outra postura, a antinacionalista, a entreguista. Esta dualidade é evidentemente real e fecunda. Por motivo dessa polaridade em que figura, certos aspectos do projeto nacionalista do momento só podem ser compreendidos quando verificamos que a lógica interna de tal posição é em grande parte função da correlação em que se acha com a sua antagonista. Desta maneira, a lógica desta última, ou seja, a política dos agentes do capital estrangeiro e suas manobras táticas é que ditam, pela necessidade de anulá-la, alguns comportamentos da consciência nacionalista e certas medidas do seu programa.

Para nós, o nacionalismo é uma constante da consciência nacional. Ao longo de tôda a sua evolução, nosso povo foi permanentemente submetido a uma alternativa na escolha dos atos que teve de fazer para impulsionar o processo histórico: os que significavam afirmar o seu espírito próprio, e graças aos quais cada vez mais se ia configurando o ser nacional; e os que constituíam a cessão das oportunidades históricas a podêres estranhos. A alternativa entre nacionalismo e não-nacionalismo sempre existiu em nossa história. O que muda é a forma como se apresenta em cada fase do processo. Se hoje assume importância excepcional e promove debate tão ardente, é porque sòmente agora o dilema alcançou o campo econômico. Em cada época o dilema se reveste

de características próprias decorrentes das circunstâncias dêsse momento, e se manifesta com referência ao problema dominante para a conjuntura histórica considerada. Porque o dilema entre nacionalismo e não-nacionalismo é de caráter ontológico, diz respeito ao ser da nação, a qual deve permanentemente reafirmar-se sob pena de desintegrar-se, pois a nação não é "coisa", existente e estabelecida de uma vez por tôdas, ao abrigo das alterações temporais, mas "processo", que exige contínua instituição dos fatôres que a sustentam no curso das suas inevitáveis modificações. A nação é um gesto de auto-afirmação, que tem de ser todos os dias praticado pelo povo, para merecer a recompensa do prosseguimento. Mas êsse gesto não é de caráter abstrato, não consiste em propósitos subjetivos, como protestos de amor à Pátria, indefinidamente repetidos, mas é atitude que a cada momento deve ser tomada em face da realidade nacional concreta. Por isso, não é possível separar o nacionalismo como estado de espírito, como emoção, das circunstâncias materiais em relação às quais se constituem de forma eficaz, operante, os movimentos da vontade popular derivados do projeto de auto-afirmação nacional.

O espírito nativista comandou no passado decisões nacionalistas no campo em que, naquelas épocas, se apresentava como decisiva a escolha de rumos históricos. Foi principalmente no campo político, ao afirmar a soberania nacional, que se manifestou primeiramente o projeto de realização coletiva. Enquanto nos encontrávamos em fase elementar de desenvolvimento econômico, o problema capital, em relação ao qual deveria pronunciar-se a consciência popular, era o da conquista e conservação da *forma* nacional. É assim que as lutas nativistas do período colonial, a deflagração da Independência, as guerras exteriores do Império, a propaganda e proclamação da República, as correntes literárias de exaltação do índio, da grandeza territorial, das belezas naturais etc., foram momentos diferentes da seqüência de alternativas nas quais a consciência nacional teve de assumir a posição nacionalista para defender a estrutura da nossa realidade como nação, contra o modo de pensar dos que se opunham a tais pronunciamentos, em nome, aparentemente, do mesmo patriotismo que movia as duas partes. Embora em todos êsses momentos as causas objetivas das divergências em última análise fôssem, como são hoje, econômicas, a consciência da classe letrada do tempo não tinha perfeita compreensão de tal fato, e por isso se empenhava apenas na conquista de aspectos formais, ainda quando correspondentes, sem que o soubesse, às legítimas reivindicações econômicas das classes realmente produtoras. Foi a conjugação dêsses dois fatôres, os interêsses objetivos, materiais e as estruturas ideológicas cabíveis em cada fase, que permitiu o desencadear das lutas nacionalistas do nosso passado. Por isso, afirmamos ser o anterior nacionalismo, no plano da autoconsciência coletiva, de caráter formal, e só agora assumir para essa mesma consciência um conteúdo predominante objetivo. Convém anotar que o patriotismo é uma forma mais geral e menos característica do sentimento de pertencimento e adesão à nação, e é por isso que em certas ocasiões pode envolver equìvocamente os dois têrmos da alternativa nacionalismo—não-nacionalismo. Assim, antes de proclamada a Independência, no regime colonial, seria em nome do patriotismo que muitos cidadãos se pronunciariam a favor da soberania portuguêsa, tanto quanto era à vista do mesmo ideal que a maioria se declarava favorável à criação de um novo país; mas só esta última atitude era nacionalista, a outra não. A razão da diferença está em que o patriotismo permanece emocional, indefinido, enquanto o nacionalismo é sempre definido pela referência a problemas concretos, comanda decisões sôbre questões imediatas. Portanto, sòmente quando se identifica com a forma nacionalista o patriotismo se torna inequívoco e autêntico. Durante tôda a nossa existência, conforme indicamos, a alternativa entre o rumo nacionalista e o caminho oposto dizia respeito principalmente à *forma* nacional. Chegamos, porém, agora ao momento em que não se trata mais de forma, mas de *conteúdo*. De início, a soberania que se tratava de conquistar era exclusivamente a de caráter jurídico, era, para o nosso povo, o direito de existir no plano internacional; hoje, a soberania pela qual lutamos é a de natureza econômica, o que significa, para o povo, o direito de existir no plano nacional. A diferença entre defesa da forma e defesa do conteúdo da nação distingue duas fases do nacionalismo brasileiro, a primeira marcada pelo cuidado em preservar os aspectos exteriores do País, em valorizar os atributos decorativos, em cultuar os vínculos da etiqueta internacional, mesmo com sacrifício dos frutos do trabalho do povo e com a exaustão dos nossos recursos naturais; a segunda, porém, é definida por iniciativas de imediata utilização das riquezas do solo e de incremento do nosso trabalho, de atenta observação das condutas espoliativas dos agentes estrangeiros, cada vez mais dificultadas pela vigilância da consciência popular.

É êste aspecto novo que veio dar ao debate nacionalista

a vivacidade e a gravidade que agora notamos. Pelo grau a que atingiu o processo do nosso desenvolvimento, o problema atual não é mais a defesa de uma estrutura política formal, já assegurada, mas a do substrato econômico que condiciona a existência nacional. Enquanto o país vive em estado de subdesenvolvimento, de grande pobreza, o que tem de mais valioso é a sua estrutura política formal, de de onde lhe advém a satisfação do existir histórico no plano internacional e a esperança de melhor futuro. É sôbre êsse bem, de todos o mais precioso, que se trava então o debate entre as correntes que o querem defender e as que o assaltam, para destruí-lo. Quando, porém, o país evolui o bastante para chegar à hora de mobilizar as riquezas até então latentes e o trabalho das massas proletárias, que lhe formam o conteúdo material, a alternativa entre nacionalismo ou não-nacionalismo vai apresentar-se em têrmos especificamente econômicos. Por conseguinte, o fato de se encontrarem agora os problemas econômicos na dependência da escolha da coletividade entre a direção nacionalista e outras diferentes, não é anomalia, mas decorrência normal do estado avançado que já alcançou o processo do nosso desenvolvimento e da participação mais consciente das camadas populares nesse processo. Presentemente, são os problemas da nossa emancipação econômica os que dominam a fase histórica. Logo, reiterando uma alternativa constante em nosso passado, a que já nos referimos, é em relação a esta ordem de problemas que se abre agora o debate entre a solução nacionalista e as opostas.

d) *As supostas "contradições" do nacionalismo*

Valeria a pena retornarmos por um instante a um aspecto do problema, considerado linhas atrás. É o que diz respeito às "contradições" do nacionalismo. Um dos recursos para criar o falso conceito de "contradições" do nacionalismo consiste em considerar como tais o que na verdade são apenas infidelidades à orientação nacionalista. Especialmente quando praticadas por homens do govêrno, ou pessoas de responsabilidade na direção da economia do país, essas supostas "contradições" são exploradas pelos interessados em denegrir a corrente nacionalista, como prova de não haver um rumo certo e inequívoco a que se possa chamar de nacionalismo. Na verdade, existem apenas naqueles que participam de interêsses contraditórios, servindo a certas iniciativas de real significação útil para o progresso do país, e ao mesmo tempo comprometidos também com outros empreendimentos, de caráter antinacional. É um argumento de má-fé imputar ao nacionalismo contradições que pertencem a alguns indivíduos de raízes híbridas no processo da realidade, na fase em que êste ainda admite a presença de indivíduos dotados de dupla personalidade. Esta fase porém caminha fatalmente para o seu final, e chegado êsse momento, o indivíduo terá de escolher se deseja permanecer fiel à fração antinacional dos seus interêsses, caso em que se trasladará com todos os seus bens para êsse território, ou se prefere incorporar-se à nova economia brasileira, em bases autóctones. De todo modo, as contradições desta espécie, ainda quando sejam de lamentar, têm significado positivo, não só porque indicam uma fase instável do processo nacional, mas sobretudo porque são objetivas e portanto encontrarão na própria marcha da realidade as condições de sua resolução. Sendo objetivas, não maculam de nenhum êrro teórico o pensamento nacionalista. Êste, ao contrário, é tão legítimo e compreensivo que é capaz de interpretar como normal o estado presente de dualidade, confusão e "contradição" de interêsses. Explica-o como momento inevitável do processo histórico, como fase de muda da nossa economia. O colonialismo econômico é ainda fonte de fabulosos lucros, pela exportação de nossas matérias-primas, especialmente minérios ferrosos e produtos agrícolas primários. Não convém aos seus beneficiários que o país construa o seu aparelho econômico, com o fim de aproveitar essas riquezas, manufaturando aqui os produtos que delas derivam. Advogam, assim, a conveniência de conquistarmos divisas fortes pelo recurso à cessão imediata de tais riquezas, como meio de célere enriquecimento do país. Claro está que entendem por enriquecimento do país o dêles próprios, e como não desejam esperar largo tempo pelos resultados da edificação de uma economia nacional independente, preferem a rapinagem e a espoliação, desde que de efeitos lucrativos imediatos. Por isso repelem o projeto nacionalista que obriga o país a remodelar a sua indústria, por medidas políticas adequadas, de modo a instaurar como bens da nação a produção da energia e o aproveitamento dos seus recursos minerais. Não é leal tomar por contradições do nacionalismo as indecisões, os erros, os deslizes, a insídia tanto de alguns adeptos como dos adversários do nacionalismo. Pela ação conjunta no campo social, neste período em que predominam ainda as influências da economia de subserviência, geram-se equívocos que chegam às vêzes a perturbar o julgamento, pois não se sabe se tal

ou qual medida corresponde à correta atitude nacionalista ou se é disfarce e insinuação dos inimigos da autonomia do país. Tudo isto é possível e para resolver estas incertezas não basta o esclarecimento a ser trazido pela inteligência, na forma de uma doutrina econômica ou sociológica pronta e acabada. Não será a prédica nacionalista que extinguirá essa fase ambígua, mas ùnicamente a marcha do processo objetivo que irá tornando cada vez mais insustentável a posição entreguista e mais fortalecida a do verdadeiro nacionalismo. O que compete à teoria econômica e social é acompanhar o desenrolar dos fatos, explicando-os pelo emprêgo dos justos conceitos categoriais que devem presidir a tôda elaboração teórica. Não pode antecipar-se aos fatos, e por isso está destinada a não ter valor, pois cai, no melhor dos casos, num idealismo de boa intenção, qualquer teoria do nacionalismo que o pretenda delinear nos moldes de um programa acabado. O nacionalismo é fundamentalmente o projeto de uma nação a fazer. São os atos nacionalistas a cada momento realizados que indicam os outros que lhe devem dar continuação por fôrça da lógica imanente à realidade. Sòmente quando forem praticados é que se desvendarão quais os que lhes devem suceder, como conseqüência coerente.

Ao nos compenetrarmos dêste conceito teórico estaremos em condições de avaliar a essencial significação da prática na luta nacionalista e antiimperialista. Com efeito, o nacionalismo não se constitui por inspiração ideal, sob pena de se tornar o pensamento de um grupo de visionários. Se às teses que enuncia nada correspondesse na realidade, se as ações que preconiza não se referissem a oportunidades reais, não passaria de devaneio político. A verdade, porém, é que a realidade oferece ocasião de praticar ações de desenvolvimento do país que não mais admitem ser entendidas por meio da antiga concepção da dependência política e econômica, mas indicam a necessidade de produzir um novo pensamento, que as explique e lhes dê prosseguimento. Dêste modo, é a prática transformadora da realidade, na qual se demonstrou possível e conveniente instalar certas iniciativas econômicas e certas medidas de defesa da nossa riqueza extrativa, industrial ou agrícola, que impõe a elaboração de uma teoria para refletir, explicar e sistematizar as relações objetivas que tornaram real a prática considerada. O nacionalismo funda-se na verdade objetiva de um modo de ser da realidade, que permite agora a prática fecunda de determinadas ações econômicas. Na etapa da economia anterior, e

pela teoria que lhe corresponde, tais ações são julgadas impossíveis ou consideradas indesejáveis. Se, porém, estão sendo feitas, é porque eram possíveis, noutras palavras, a realidade é agora tal que as admite, e se demonstram ser ricas de resultados benéficos para a sociedade é porque a teoria que as desaconselhava era errônea. Tem-se então de criar outra, que explique êsse sucesso e permita intensificá-lo mediante renovada prática. Tal é a razão do atual fundamento do nacionalismo, nas massas e não nas elites. Porque são as massas que detêm o privilégio da prática transformadora da realidade, o trabalho que fazem prova-lhes, sem possibilidade de sofismas, que as ações criadoras de proveitos econômicos internos são as únicas que as beneficiam e contribuem para amenizar a espoliação de que eram vítimas. A prática social da presente realidade brasileira é o verdadeiro fundamento do pensamento nacionalista. As classes dirigentes, os empresários, os políticos, os economistas de profissão também constituem na prática dos seus atos o princípio das suas opiniões. Apenas para êles, como classe geralmente participante de interêsses mistos, o que não acontece com o proletariado, constituem-se situações ambíguas, nas quais são obrigados a servir a finalidades divergentes. Êste é o motivo de sua ambivalência em face do nacionalismo, que aceitam, estimulam e a que julgam estar servindo, mesmo quando propugnam objetivamente por medidas antinacionais. O recurso de que lançam mão é fazer aparecer como nacionalistas essas iniciativas traiçoeiras. Para tanto, valem-se da inevitável incompletitude do conceito de nacionalismo, histórico na sua essência, para fazer passar como pertencendo ao conteúdo de nova fase o que na verdade são as velhas manobras da exploração colonialista. Não há dificuldade em desmascará-los, porque o nacionalismo, por histórico que seja, não sofre de nenhuma ambigüidade teórica e tem na prática social a fonte da sua verdade e o princípio de sua orientação. Se os advogados dêsse nacionalismo espúrio acreditam poder confundir o pensamento das fôrças de vanguarda da nacionalidade, principalmente as massas trabalhadoras, enganam-se e cometem sério êrro teórico, ao não contarem com a prática como origem da consciência nacionalista. Como, no seu inconsciente idealismo, acreditam serem as idéias que determinam a realidade, julgam que é sempre eficaz o método de influir sôbre os acontecimentos por meio do pensamento, pois basta propagar as idéias que lhes são úteis para afugentar o risco das ações inconvenientes e garantir a realização das que desejam. O contrário, porém, é a verdade. As

idéias, entre elas as que formam o sistema político e social do nacionalismo, são derivadas da prática, do trabalho de todo o povo, da descoberta, pelos seus elementos empreendedores, de possibilidades de produção econômica e de criação cultural antes insuspeitadas. Tal prática condiciona um modo novo de pensar e gera um ânimo popular para a luta política que jamais proviriam da simples convicção subjetiva. Para que os elementos antinacionalistas tivessem perspectivas de sucesso, seria preciso impedir o trabalho nas emprêsas de origem autóctone e sòmente permitir o funcionamento da forma colonial da produção. Como isso é impossível, o que necessàriamente terá de acontecer é o crescimento cada vez maior do trabalho próprio do País, mas isso é o mesmo que dizer da prática autêntica das massas. Derivando desta a teoria política nacionalista, percebe-se desde já a direção da curva histórica, que traça a próxima e inevitável predominância da consciência nacionalista.

Importa-nos compreender que, enquanto a prática dos homens de govêrno, de modo geral a dos chamados "políticos", é ambígua, em virtude dos seus suportes econômicos escusos, das ligações com as formas primárias e anacrônicas de produção, de compromissos com organizações de caráter ideológico conservador ou reacionário, a prática da classe operária é pura. A condição portanto para que se dissipem as atuais incompreensões, maldosamente rotuladas de "contradições", do nacionalismo, é a identificação cada vez maior dos grupos dirigentes com as camadas populares, as quais, pela uniformidade dos seus interêsses,—os da própria nação —, darão ao pensamento nacionalista, na palavra dos seus verídicos intérpretes políticos, que em tal momento surgirão, uma estrutura conceitual, e a respectiva conduta exterior, isentas de qualquer imprecisão ou dubiedade.

e) *O nacionalismo como fenômeno de massa*

O nacionalismo aparece como ideal coletivo, quando a comunidade já possui um mínimo de relações vinculadoras que lhe permitem dar à comunicação existencial dos seus componentes a pretensão de existência histórica nacional. Nesse período, a consciência vive mais do projeto imaginado, da forma concebida, que dos atos concretos que o estejam executando. O nacionalismo tem então por suporte, ao lado daquele fundo, nunca faltando, de condições materiais mínimas, o grande anseio emocional do que será a nação a fazer. Vive o espírito nacional mais em função do futuro longínquo e

indefinido do que do presente. O nacionalismo é, então, principalmente subjetivo, porque tem por finalidade mais a defesa de uma esperança que a consolidação de uma realidade. Com êsse caráter é tudo quanto em tal estado pode ser. Quando, porém, o movimento das fôrças criadoras, materiais e culturais, leva a sociedade a instaurar em seu espaço nacional um aparelho de produção fundado e sustentado em recursos próprios e já parcialmente dirigido por interêsses nascidos nessa mesma sociedade, a tal mudança qualitativa das bases reais corresponde uma alteração de qualidade também na consciência que assiste, reflete e promove o processo objetivo. Ora, o primeiro pensamento que aquela transmutação determina é que, de agora em diante, devem ser intensificados os fatôres do processo que assegurem a êste a máxima autonomia, ou seja, que defendam o seu crescimento para dentro, o seu curso para si, modos de dizer que significam ser necessário que o desenvolvimento nacional se faça cada vez mais em proveito exclusivo da nação como totalidade indivisível. Não é sòmente a partir de então que a consciência nacional se torna nacionalista, visto sempre o ter sido desde que se verificaram os primeiros movimentos políticos libertadores da nação; porém agora assume a modalidade maior, não só qualitativamente, pelo fato de defender uma estrutura objetiva em parte realizada, e não apenas em estado de ideal, mas, ainda, quantitativamente, porque, em conseqüência da mudança de qualidade, sua área de propagação nas massas se torna muito mais extensa. É isto que provàvelmente confunde os detratores do nacionalismo, ao lhes passar despercebido o verdadeiro significado dos seus novos aspectos. Na imperícia do seu modo de entender a história, crêem que o fenômeno do nacionalismo seja recente. Não lhe sabendo a verdadeira interpretação, procuram apreendê-lo por conexões causais simplistas e caem na ingenuidade das explicações psicológicas. Essa incompreensão é por si mesma rica de ensinamentos: se não vêem o nacionalismo no passado como fenômeno nacional constante e agora o percebem no presente, é porque na verdade neste momento a existência dêle assume proporções consideráveis. Só agora se apresenta como acontecimento de massa. É êste um aspecto de capital importância.

Enquanto os suportes econômicos do pensar nacionalista são fracos, permitindo apenas subsistir a título de projeto ideal, o número daqueles a cuja consciência se incorpora é por natureza pequeno. É a fase do nacionalismo como fenômeno de elite. Em tal fase, não só o nacionalismo se

apresenta como manifestação de elite, mas, recìprocamente, a elite se define, então, pelo nacionalismo que professa. As elites autênticas, nessa época, são aquelas que revelam consciência nacionalista. Hoje, porém, mudados os suportes objetivos, a situação é inversa. Na fase atual, o nacionalismo é, e não pode deixar de ser, fenômeno de massa. Exatamente por isso o nacionalismo define agorã a massa e não as elites. Atualmente estas, enquanto grupo social que a si próprio se define como tal, são constituídas por quantos se demonstram incapazes de assumir o ponto-de-vista nacionalista, se rebelam contra êle, criticam-no, ridicularizam-no.

O motivo da inversão histórica dos suportes sociais é, conforme dissemos, o avanço do processo da realidade nacional. No período em que os interêsses econômicos nacionais eram débeis e restritos, quem os detinha era evidentemente uma ínfima minoria. Esta, e ùnicamente esta, se dispunha a defendê-los, pois fora dela havia apenas a massa informe das populações entregues à própria sorte, vivendo no plano subliminar da existência histórica, cuidando de afazeres de simples subsistência, sem circuito monetário, produzindo para o consumo pessoal ou para a exportação por conta de outros. Claro está que esta massa, desprovida de representação superior da realidade, não podia ser nem nacionalista nem outra coisa qualquer. Como o trabalho dela, naquilo em que não consistia em obter produtos de consumo pessoal ou familiar imediato, para o simples sustento da vida em nível miserável, era feito em benefício de interêsses alienígenas, a pequena minoria detentora das poucas iniciativas de proveito nacional sentia a concorrência dos interêsses estrangeiros, e a maneira como conscientemente reagia contra êles era tornar-se nacionalista. Os defensores de um ponto-de-vista nacional autêntico eram então poucos, porque a quase totalidade dos contingentes produtivos, ou seja, da massa trabalhadora com um mínimo de qualificação, estava a serviço do capital estrangeiro. Necessàriamente tinham aquêles primeiros empresários de lutar pelo reconhecimento do direito de "nacionalidade" para o seu capital, direito que desejavam mesmo ver transformado em privilégio. Nessa fase, pouco lhes importava a cooperação das massas para a luta que empreendiam, pois estas, vivendo a existência bruta do trabalhador colonial, nada tinham a acrescentar, como conteúdo de idéias ou fôrça política atuante, à consciência daquela pequena elite. Pelas armas da inteligência e da cultura, mediante o discurso, o jornal, o livro, e tôdas as formas de ação política, buscavam as elites reforçar a sua posição, clamando pelo reconhecimento de suas pretensões, as quais, efetivamente, correspondiam ao máximo de consciência possível naquelas condições. Estavam, com isso, defendendo os seus interêsses como classe, e mantendo na servitude do trabalho primitivo imensas massas de trabalhadores rurais, mas, apesar dessa exploração, seu papel histórico era em tal caso positivo, pois asseguravam o mínimo de condições formais necessárias para conformar o ser nacional e impediam a fragmentação do país ou a ocupação e a conquista por potências estrangeiras. Tornaram-se então as elites agentes poderosos em sustentar os interêsses nacionais, numa época em que, inexistente a industrialização, tôda a exportação era constituída de matérias-primas e dirigida por mãos estrangeiras. Sendo reduzidas as fôrças econômicas que manipulavam, as elites nacionais não dispunham de outros recursos para combater pelos seus objetivos senão pregar idéias. Não podendo comandar o processo econômico real, e muito menos contra-atacar as incursões predatórias a que o país estava sujeito, não lhes restava outra coisa a fazer senão proclamar o ideal da independência nacional e realizá-lo em palavras, à espera do dia em que tivessem meios de o fazer com atos. Êste dia, porém, só agora começa a despontar.

Contudo, não era dado às elites prever que o surgimento de condições propícias para efetivar aquêle ideal importava, como hoje se está verificando, em alterar o estatuto social onde se acomodavam. Para que a independência econôca venha a ser real, é preciso que, pela mudança nos processos produtivos, a massas subam da existência bruta, vegetativa, ao plano do trabalho qualificado. Significa isto que elas, até então mudas, passam a ter consciência atuante. Dá-se então êste fato, talvez inesperado para as elites anteriores: as massas, despertadas, não vêm simplesmente postar-se à retaguarda das diminutas elites, como gigantesco contingente a serviço dos proventos destas últimas, mas, ao contrário, por isso que despertaram e se sentem conscientes, fortes e mais numerosas, reivindicam para si o direito de serem as detentoras dos interêsses nacionais. Esta alteração é de suma gravidade histórica. Ocorre como resultado de modificações objetivas, o que lhe tira desde logo o caráter de extravagância, de anormalidade, de enfeitiçamento. Procedida a modificação dos fundamentos objetivos do processo econômico, acentuando-se o incremento do capital nacional e o avanço do progresso das condições de trabalho, era inevitável que o nacionalismo viesse a ser apanágio da consciência das massas, relegando aquêles que timbram em se

apresentar como elite, no sentido agora caduco da palavra, ao plano do reacionarismo e da imprestabilidade histórica. São as massas atualmente, associadas aos setores progressistas da burguesia de raízes internas, que representam o verdadeiro interêsse nacional, porque não só do seu trabalho, não mais servil mas significativo, depende a consecução de todos os objetivos do processo do desenvolvimento, como também da consciência que alcançarem deriva a possibilidade do projeto concebido pela comunidade.

Que resta, por conseguinte, àqueles que se julgam constituir as elites, no sentido antigo da palavra? A opção entre duas atitudes, uma autêntica, outra inautêntica. Autênticamente, identificar-se com o sentir das massas, tornar-se a expresão do pensamento e das aspirações delas e promover os projetos de transformação do real que residem na consciência popular. No terreno econômico compete às elites, no caso aos portadores do capital, nacionalizar os seus interêsses, dar caráter nacional ao seu capital e defendê-lo, pedindo e executando medidas que o tornem preferencial em face da concorrência estrangeira. Assim fazendo, enquanto promovem o fortalecimento e a expansão do capitalismo nacional, estão se colocando ao lado das massas, pois estas percebem que o trabalho desempenhado em favor do capital nacional reverte de algum modo em vantagem para elas, fazendo cessar a exploração dos agentes de um capital estranho e conduzindo ao incremento das possibilidades de desenvolvimento do país e à libertação das pressões internacionais a que está tradicionalmente submetido. Apenas, ao aceitar êste papel histórico, as elites terão perdido as características que anteriormente as definiam como minorias, e se terão convertido à posição prática e ideológica que é o nacionalismo. Fora do campo econômico, os que se julgam representantes da elite em outros setores, o político, o cultural, o educacional, devem, se pretendem ser autênticos e continuar o papel histórico desempenhado outrora, assumir nos seus respectivos domínios de atividade as atitudes correspondentes à conversão econômica. Devem, em suma, investir-se do pensar nacionalista, na modalidade tomada por êste em face dos novos tempos.

Contudo, os que se presumem componentes das elites podem mostrar-se incapazes de discernimento e optar pela atitude inautêntica, fechando-se à compreensão das ocorrências históricas e se obstinando em manter posições e em defender idéias que o desenvolvimento nacional privou de conteúdo e validade. Podem, em primeiro lugar, não dar atenção à crescente consciência das massas, e acreditar que ainda estão na época em que só a êles era reservado representar o sentir da nacionalidade. Interpretarão, neste caso, o clamor da consciência popular como tempestade passageira, ainda que ameaçadora, ruído confuso, expressão da mentalidade primária do povo ignorante, que, não chegando a configurar-se em proposições racionais, não merece ser levado em conta. Talvez expliquem o acidente, que julgam ser a inquietude das massas, apresentando-a como conseqüência da infiltração de doutrinas exóticas, introduzidas no país por agentes maldosos, interessados em perturbar as relações de equilíbrio social; ou podem referir-se à agitação e ao descontentamento do povo como sendo desagradável efeito de transtornos econômicos, que devem ser corrigidos, com o que os ânimos, momentâneamente exaltados, voltarão ao natural. Ou ainda, se preferirem considerar sério o movimento popular, decidir-se-ão a lutar contra êle, para sufocá-lo, já que o consideram uma desgraça e um perigo para os supremos valores do mundo livre e da civilização cristã. As elites considerarão, neste caso, que os únicos interêsses legítimos a defender são os delas mesmas, e assim tentarão pela violência reduzir o progresso da consciência popular; farão o máximo esfôrço, para isso usando de todos os meios, a fim de proclamar a identidade dos seus interêsses com os da nação, denunciando como criminosas as manobras dos que pugnam pela causa popular. Para êste fim, o melhor recurso é apontá-los como o oposto do que são: como defensores do interêsse político estrangeiro, agentes da propaganda ideológica de países com os quais não temos nenhuma afinidade, corruptores dos costumes nacionais, inimigos dos seus valores e das suas tradições. No afã de conjurar a ameaça da consciência popular ascendente, são levadas a combater o que lhes parece a perniciosa ideologia de que se reveste aquela consciência. Descobrindo que sob o nome de nacionalismo se obriga, de modo geral, um conjunto de tendências, atos, idéias e valores mais acentuados no sentir popular e melhor expressos pelos pensadores e estudiosos que se identificam ao povo, vêem-se forçadas, talvez a contragosto, a se manifestar contrárias ao nacionalismo. Acreditam que só continuarão a se manter como elites, se repudiarem o seu antigo, e outrora autêntico, compromisso com o nacionalismo. Por isso que entre elas se recrutam os setores mais letrados da população, não lhes faltam recursos intelectuais para encobrir a essencial traição ao seu papel histórico. Entre elas haverá tôda espécie de políticos habilidosos, economistas teóricos, sociólogos eru-

ditos, pensadores sutis, jornalistas prestimosos que, com grande mestria de raciocínio, riqueza retórica e pureza vernacular, encontrarão os melhores argumentos para demonstrar a insegurança, a inverdade, o ridículo e, o que é mais grave, o impatriotismo dos modestos e ainda imperitos defensores do nacionalismo. Uma das curiosas formas que adotam para excomungar o nacionalismo, quando escrevem na imprensa respeitável, é colocar-lhe o nome entre aspas. Explica-se êsse procedimento como rito tipográfico de fundo mágico. Acreditam que assim fazendo isolam a palavra maligna do convívio com as demais, expressão do irrepreensível pensamento do autor, esconjuram-na, impedindo-a de penetrar sorrateiramente no espírito do leitor.

Mas tôda a abundância de meios materiais e intelectuais sòmente denuncia a inconsciência de alguns, a inquietude de muitos e o interêsse de todos os que combatem o nacionalismo. Sua atitude manifesta a pretensão de se manterem como elites culturais e econômicas, embora não mais existam as condições objetivas que dariam abrigo e justificativa a tal desejo. Seriam ainda elites, se tivessem obedecido aos imperativos do curso histórico e sabido discernir quais atualmente os verdadeiros interêsses da nação, a êles se identificando. Insistindo em fazer processo à parte, perdem a investidura de elites e tombam no reacionarismo. Aproveitam-se da confusão, ainda possível no momento brasileiro, quanto aos rumos políticos do desenvolvimento, para protelar o reconhecimento do privilégio do capital interno e o apoio ao movimento das massas que lutam pela ascensão a melhores padrões de existência. Utilizam-se dos maiores jornais do país, onde veiculam ataques às idéias nacionalistas, apresentadas por serviçais redatores como aberrações históricas, fraude política, hostilidade internacional, manobra demagógica, psicose coletiva. O antagonismo dos que se crêem os únicos portadores do pensar respeitável não é novidade; novo é apenas o arsenal de conceitos, frases, *slogans* e mistificações de que se valem os antinacionalistas, esquecidos de que seus antepassados, os fundadores da situação social que hoje desfrutam já sem razão de ser, ao tempo em que eram válidos foram acusados do mesmo crime histórico que seus incompetentes herdeiros estão agora imputando aos adversários.

A atitude antinacionalista, e os recursos práticos e intelectuais de que lança mão, acha-se incluída, como tudo mais, na dialética do processo do desenvolvimento. Como tal, é móvel e varia, em cada época, com a mudança ocorrida no

movimento da consciência progressista, que visa retardar e, se possível, sustar. Sendo o avanço das realizações nacionalistas o lado positivo do processo, a atitude antinacionalista tem de acomodar-se às conquistas do nacionalismo, que não consegue impedir. Origina-se daí um aspecto particular do conflito interno da consciência nacional, que não devemos esquecer. Ainda quando pareça estar em minoria ou representar a parte mais débil, são de fato as fôrças nacionalistas que, objetivamente, comandam o curso do desenvolvimento, pois constituem o lado emergente, irreprimível. Suas antagonistas, mesmo aparentando possuir completo domínio da direção social, acham-se na verdade em permanente atitude defensiva, reacionária, espreitando tôda manifestação de progresso para cerceá-la. À observação superficial ou ao olhar ingênuo passa despercebido êste fato, que a arrogância e a presunção das classes dirigentes tentam ocultar mediante suposta boa vontade em fazer concessões às exigências dos novos tempos. É importante observar que os atos progressistas efetuados pelos grupos dirigentes, e que êstes exibem como prova de sua capacidade e eficiência no comando do processo social, são na verdade concessões forçosas mascaradas de gestos espontâneos, feitas em resposta a pressões cuja origem está nas fôrças novas, emergentes, de interêsses opostos aos daqueles grupos. A propósito, é curioso observar o traço de ingenuidade que se esconde sob conceitos como os de "govêrno ousado", "realizador audacioso", "homem dinamo", "político adiantado em relação à sua época", e outros semelhantes. Em tôdas estas expressões, descontado o intuito bajulatório, o que se patenteia é o modo simplista de pensar, que acredita na ação miraculosa da personalidade egrégia, e desconhece que tôda suposta ousadia de govêrno, no regime vigente, é na realidade uma concessão inadiável às exigências objetivas do processo nacional.

O desenvolvimento econômico da sociedade atrasada faz-se, na primeira fase, sob a direção de uma ideologia implícita, a lógica imanente ao processo, da qual as classes dirigentes não chegam a ter noção consciente. Em tal fase, sua atitude é naturalmente idealista, parece-lhes que são suas idéias, desejos e generosa simpatia para as agruras do povo que ditam os atos praticados em benefício do país. Escapa-lhes, é claro, o fato de que é o processo objetivo que determina movimentos expansivos incoercíveis, a subida de novos interêsses e valores, o aparecimento de classes ascendentes com intuitos próprios. Os atos que visam a atender aos reclamos dêsses novos elementos do processo real são

considerados pelas classes dirigentes como partindo delas, como decorrentes do seu altruísmo. São vistos por elas como positivos, como prova de sua justa compreensão e generosa disposição de espírito, quando, em verdade, são negativos do ponto-de-vista dos seus interêsses, pois são realmente motivados pelos interêsses das outras classes, as que se opõem a elas. Sòmente quando o processo do desenvolvimento alcança a fase que se pode chamar de "ideologia explícita", isto é, quando provém do poder público, agora representado pelas classes progressistas, a decisão, o planejamento e a execução do processo econômico, as classes dirigentes podem assumir papel plenamente positivo na dialética do real, porque em tal caso não se acham mais obrigadas a uma política de concessões encobertas, mas estão incluídas no plano geral do desenvolvimento sob a égide de um pensamento nacional, agora explícito na consciência coletiva. Do mesmo modo, as classes trabalhadoras, que na fase da "ideologia implícita" não podem ter perfeito entendimento da sua função, e por isso acreditam que só por meio de exigências, dissídios, ameaças conseguem obter, a título de favores, aquilo de que necessitam, na fase da "ideologia explícita" participarão conscientemente do plano do desenvolvimento, e então, conhecendo o significado, o valor, as dificuldades do seu trabalho, não se perderão em atitudes ingênuas de murmúrio, reclamação e antagonismos ao govêrno, mas se reconhecerão como executando sob o comando dos seus autênticos líderes o plano geral concebido em seu exclusivo benefício. Na fase da ideologia implícita, é perfeitamente normal que as classes trabalhadoras, não estando esclarecidas sôbre o que significa o relativo desenvolvimento em curso como meio para atender aos seus reclamos, tenham para com o govêrno que o está levando a efeito uma atitude hostil, pois se deixam sensibilizar mais pelos inconvenientes, injustiças e dificuldades ocasionadas pelas transições do processo econômico do que pelos proveitos que realmente estão sendo conquistados. Só a realização do desenvolvimento em regime de ideologia explícita corrigirá esta situação, e dará às classes trabalhadoras uma atitude não apenas objetivamente positiva no processo de crescimento econômico do país, mas também subjetivamente favorável.

f) *Conteúdo e sentido dos atos nacionalistas*

Como o nacionalismo corresponde à consciência da nova etapa do processo de desenvolvimento nacional, sua

justificação, tanto quanto sua inevitável influência, acham-se asseguradas. Cumpre-nos, antes de tudo, compreendê-las. Para isso, temos de invocar a categoria de "nacionalidade", enquanto predicado máximo do pensar crítico. Dissemos que a nacionalidade se apresenta històricamente como forma superior da consciência da comunidade que conseguiu adquirir estatuto jurídico de valor internacional. A maneira como a comunidade, transformada em nacionalidade, vê as próprias conveniências à luz do projeto de destino que formula para si, é o que se deve entender por nacionalismo. É, naturalmente, uma expressão muito ampla, tão ampla quanto a totalidade da consciência da realidade. Os que zombam das posições nacionalistas, apontando a vagueza e imprecisão das fórmulas que procuram definir essa tendência, não devem perder de vista que o nacionalismo é a totalidade de uma consciência. Não é lema político improvisado neste período da vida brasileira, para servir aos fins de determinada parcela da sociedade. É um grau da consciência nacional, na sua evolução histórica, aquêle que corresponde à representação de máxima verdade que é dado ter no presente momento. Sendo consciência, portanto simultâneamente representação e projeto de ser, corporifica-se objetivamente como origem e sentido dos atos com que intervém no processo da realidade.

É a integração a um projeto coletivo consciente que dá aos atos dos governantes ou às iniciativas dos indivíduos empreendedores a característica nacionalista. O conteúdo dêsses atos provém da fase que a coletividade está atravessando. A todo momento há certo número de ações que podem ingressar na consciência nacionalista, sob a condição de serem praticadas segundo êsse sentido, quer dizer, de serem deliberadamente desejadas pelo que representam enquanto esfôrço de libertação nacional. Os mesmos atos levados a cabo fora desta perspectiva de consciência não teriam aquêle caráter. Assim, se supusermos que fôsse por resolução acidental e momentânea que tivesse sido votada pelos órgãos legislativos uma lei dando ao Estado o monopólio da produção petrolífera, êsse ato, em tais condições, não seria obra nacionalista. O que o torna tal é o movimento da consciência popular que exigiu, e agora acompanha e sustenta, aquela deliberação. É porque as massas vêem nela o sentido de independência econômica nacional, que se reveste da qualidade de gesto padrão da política nacionalista. Da possível diferença entre conteúdo e sentido, servem-se os adversários para mostrar, em primeiro lugar, que o nacionalismo não é

mais que mero sentimento, impreciso e inoperante como idéia, e em seguida, para, aleivosamente, quando lhes convém, se apresentarem como nacionalistas, fazendo passar como tais, atos incompatíveis com as conveniências nacionais. Tentam introduzir em lugar da correta distinção lógica entre fato e sentido uma outra, errônea e maldosa, a distinção entre nacionalismo de fins e nacionalismo de meios. Mas, enquanto a primeira coloca a definição do caráter nacionalista da ação no sentido que lhe é dado pela consciência social que reflete as condições históricas do momento, e tem na reação popular um índice pràticamente infalível da sua verdade, a outra é maliciosa, pois transfere o sentido para os fins remotos dos atos, e não o faz coincidir com o conteúdo dêstes. Neste último caso, é fácil mascarar de nacionalista tudo quanto convier aos interêsses do defensor de tal desonesta doutrina, porquanto os fins justificarão sempre quaisquer ações atuais. É possível dizer que a distinção citada se traduz pràticamente por esta outra: nacionalismo de fins e entreguismo de meios.

É freqüente verificar que mesmo alguns nacionalistas dos mais sinceros manifestam certa inquietação por não acharem claramente definido um programa rígido de medidas especificadas, que lhes competisse apenas defender e aplicar. O motivo é que o conteúdo da ação nacionalista se modifica com o momento histórico, a ponto de poder deixar agora de ser tal, o que ainda há pouco eram providências de genuíno interêsse nacional. Não há conteúdos nacionalistas fixados de uma vez para sempre, pois, referindo-nos às fases vencidas de nossa evolução, o que nelas significava o interêsse nacional, agora não tem mais validade. O nacionalismo não é um sistema concluso de receitas políticas; para cada etapa do desenvolvimento requer-se nova coleção de atos nacionalistas. Reduzi-lo a um receituário econômico é desvinculá-lo do tempo histórico, do processo dialético, no qual o cumprimento dos benefícios de certa fórmula pode, em alguns casos, extinguir a utilidade dessa mesma fórmula. Ao final dêste exame da categoria de nacionalidade procuraremos enunciar o que nos parece ser o conjunto de medidas que compõem atualmente um programa político nacionalista.

Contudo, esta observação de princípio, que exprime ùnicamente o caráter dialético da posição nacionalista, não deve alvoroçar de alegria os arraiais entreguistas, fazendo-os acreditar que as mais firmes posições do nosso campo se acham sempre sujeitas a revisão e alteração. Não se conclua dêste princípio que seja lícito admitir no futuro, por exemplo, a renúncia à tese do monopólio estatal do petróleo, a pretexto

de que não há verdades nacionalistas eternas. Seria isto uma traiçoeira e falsa conclusão. A consciência nacionalista altera seus conteúdos não porque renegue as verdades atuais, mas simplesmente porque ou não necessita mais das fórmulas iniciais, que, tendo dado total resultado, extinguiram o problema a que se aplicavam, ou porque incorpora àquelas verdades outras novas, resultantes lògicamente de haver admitido as primeiras. Assim, a necessidade do monopólio estatal da indústria petroquímica, não se apresentará ainda a muitos nacionalistas, intransigentes quanto ao monopólio da produção, como verdade inconteste. Todavia, dentro em pouco o movimento da realidade os levará a ter a respeito da indústria dos derivados do petróleo e da sua distribuição no mercado interno a mesma convicção. O que não lhes aparece ainda como verdade, dentro em breve será percebido como certeza indubitável. Dêste modo, incorporando a uma verdade mais adiantada a convicção anterior sem alterá-la, a consciência nacionalista muda de conteúdo ao longo do processo histórico, expande o seu projeto político, mediante a compreensão cada vez mais desenvolvida dos objetivos nacionais. É indispensável, portanto, o discernimento histórico, o conhecimento da fase atravessada pela realidade nacional para que a consciência se pronuncie a êste respeito. A dificuldade de conseguir tal discernimento e a possibilidade, sempre próxima, de cair no engano derivam de ser tão rápida a transformação do país, que não é fácil às massas adquirir completa consciência do que no momento atual corresponde ao sentido nacionalista. Uma política cambial ou o tratamento a dispensar aos capitais estrangeiros, que até agora eram conduzidos, de certo modo, podem passar a ter cunho oposto, e de nacionalistas ou favoráveis aos nossos interêsses, converter-se em adversos. A proteção ao capital estrangeiro, que até há pouco representava uma política de certo modo útil, tornou-se agora orientação nefasta. Desde que se produziram no âmbito interno do país condições favoráveis à acumulação de capital autóctone, tôda política que proteja o derrame de capital alheio no incentivo ao nosso desenvolvimento assume sentido antinacional, por estabelecer concorrência desnecessária, além de prejudicial, por ser esmagadora dos nossos esforços próprios e introduzir interferência estranha num campo de decisões que, se nacionalmente puro, criará projetos fecundos para a comunidade.

O que estrutura a consciência nacionalista é o sentido de que se sente possuída e que se atualiza nos atos que executa, formando a constante histórica, a partir da qual deter-

mina os seus procedimentos. Se indagarmos em que consiste, descobriremos que a essência do sentido nacionalista é o projeto de autodeterminação da existência, formulado para si pela comunidade brasileira. O sentido de um ato nacionalista é algo objetivo, e não meramente subjetivo; resulta da possibilidade de tal ato no conjunto da realidade. A todo instante, para cada empreendimento a fazer, há uma determinação, positiva ou negativa, em função das condições totais da realidade, tal como é representada no projeto da consciência que a pretende transformar. O sentido nacionalista tem, portanto, realidade objetiva. Justamente porque não é subjetivo, não é encontrado pela intuição abstrativa, não é fruto da imaginação ou do sentimento, mas deriva das próprias coisas, existentes ou a fazer, só pode ser descoberto e captado pela consciência que coincida com o processo na sua objetividade e nesta aderência, íntima e completa, do pensar ao ser se carregue das virtualidades do processo, elevando-o ao plano da reflexão lógica.

Eis a razão pela qual é, infelizmente, fácil deixar de perceber o sentido nacionalista do processo da realidade; por muitos e freqüentes modos somos capazes de nos transviar ao construirmos a imagem da realidade. Quando perdemos o contato com o mundo exterior, estamos imediatamente expostos ao subjetivismo na interpretação do sentido real dos fatos. Para possuir êste sentido na sua verdade intrínseca, é preciso a coincidência total com a realidade, as circunstâncias sociais, para ficarmos aptos a apreender o significado objetivo dos acontecimentos, a lógica dos fatos, os valores em emergência, as possibilidades em abertura. A consciência idealista ou aristocrática está por natureza impedida de fazê-lo. Jamais alcançará o sentido nacional como realidade objetiva, uma vez que acredita já possuí-lo prèviamente no plano da subjetividade. Iludida pelo desvio idealista, consulta a si mesma, antes que aos fatos, para saber o que convém fazer. Encontra em si, na interioridade do espírito, onde são permitidas tôdas as arbitrariedades, fantasias, veleidades e saudosismos, motivos que a levam a forjar uma noção do sentido nacional, de onde o real está ausente. Se, depois, tal noção não se aplica aos acontecimentos, ou exige violência na tentativa de conformá-los, não parece isto anormal àquela consciência, desde que, de antemão, sabia que a realidade foi feita para obedecer ao espírito, e que, portanto, a maior ou menor docilidade com que se submete é coisa acidental. O sentido do interêsse nacional, a consciência aristocrática ou idealizante acredita que o traz em si mesma. O desprêzo pelo

vulgo, pelo sentimento popular, considerado como terreno inculto, grosseiro, improdutivo, é justificado a seus olhos por ser a única portadora do sentido autêntico. Êste, por definição, não está na mente da maioria do povo, obrigado a viver colado à realidade objetiva, prêso às coisas materiais, por motivo do trabalho que executa para sobreviver, não dispondo por isso do lazer que lhe abriria as portas da subjetividade. O sentido nacional da consciência popular é, diz, a forma primária, obtusa, tôsca, do que será nas elites o sentido autêntico, esclarecido, culto, e por isso o único apto a converter-se em idéia eficaz na prática. Para alcançá-lo, segundo crê, é preciso cultivar o espírito, informar-se do mundo de idéias e valores que a civilização produziu, e pensar a nossa particular realidade à luz de princípios ideais, que nos são transmitidos pelas especulações dos filósofos e dos sábios das regiões desenvolvidas. Só assim se descobrirá o sentido do real, que, por ser o nosso, não deixa de estar envolvido pelas categorias gerais do pensamento, adquiridas por abstração de todos os reais, nem de ser constituído de modo a beneficiar-se da experiência cultural, representada pelo pensar alheio. Eis o motivo de julgarem os teóricos do campo antinacionalista que mais vale buscar informações nos livros ou consultar os peritos estrangeiros, importando-os, a fim de nos virem dizer o que somos e o que devemos fazer, do que tentar por nós mesmos, à custa de erros e desperdícios de tempo e dinheiro, acertar com os caminhos mais convenientes.

A origem desta tendência alienada, pondo de lado, por instantes, o condicionamento pelas vantagens econômicas dos que a evidenciam, está na ignorância, que só a meditação filosófica é capaz de dissipar, do verdadeiro significado do processo nacional. Quando, porém, nos dispomos a considerá-lo sob a categoria de "nacionalidade", enquanto projeto de existência feito pela comunidade, percebemos que a maneira idealista de compreender é indevida, pois não habilita ao necessário reconhecimento da emergência do novo, que o processo real sempre acarreta; ignora que a consciência ao agir, ainda por móveis ideais, está modificando materialmente a realidade. Ao produzir tal modificação, o que aparece como novo no mundo pode não ser aquilo que o pensar idealista julgava dever acontecer. E então só resta à consciência idealista tomar um dêstes dois caminhos: ou negar obstinadamente que o acontecido seja novo, e por mil maneiras tentar à fôrça reduzi-lo aos modos de ser que exprimiam o estado anterior; ou, descobrindo-lhe a novidade, mas sendo esta a negação das suas esperanças, esforçar-se

por eliminá-lo, extingui-lo. Com ambas as atitudes fecha-se à possibilidade de captar o sentido do processo real, que demanda, ao contrário, disposição simpática, expectativa acolhedora do novo, para procurar exprimir no plano conceitual as significações originais em surgimento, mantendo-se, assim, em permanente atualidade. Ora, é exatamente isto o que a consciência crítica pretende fazer. Define-se pelo traço que caberia chamar de hospitalidade histórica. Enquanto o pensar idealista e aristocrático, na sua ingenuidade constitutiva, é arrogante e arredio, a consciência crítica é essencialmente hospitaleira. Está aberta ao que vier, ao novo que sabe estar nascendo cada dia, sempre pronta a acolhê-lo. E assim é porque não se julga superior à realidade, não pretende obrigar os fatos a coincidirem com o universo das idéias, mas se dispõe a coincidir com a realidade e a se transformar juntamente com ela. A consciência crítica é, portanto, a única habilitada a possuir o verdadeiro sentido do interêsse nacional, a única fonte pura do pensamento nacionalista.

g) *A expressão teórica do nacionalismo*

Explica-se, assim, ainda uma vez, porque o nacionalismo é hoje essencialmente uma ideologia da massa, e porque encontra menos acolhimento entre as chamadas elites cada vez mais votadas à progressiva desnacionalização. Quando o processo real estagnava em fase tão primitiva que não exigia a cooperação das massas para ter impulso, estas não chegavam a perceber o que acontecia. Estavam incluídas na nação, mas não tinham nacionalidade, pois não possuíam consciência do convívio existencial num grupo humano dotado de destino próprio. Eram incapazes de participar de um projeto de existência autônoma, e muito menos de concebê-lo. Vivendo ao sopé da história, não tendo ainda iniciado a escalada, não formavam o substrato demográfico de uma nação, eram apenas semoventes em um vasto território, onde obtinham duramente os escassos meios de subsistência. Seria irrisório, é claro, falar delas como portadoras de um sentido de destino nacional. Tal estado de coisas, porém, passou. Em nossos dias vivemos situação completamente diferente. Em conseqüência de se haver alterado o processo de produção, do incremento desta e da mudança nas relações de produção, pois em grandes áreas do País só agora se vai extinguindo o sistema de relações feudais, substituido pelo capitalista, as massas brasileiras urbanas e campesinas estão começando a assumir aceleradamente posição de predomínio histórico. É uma tendência irreversível, e portanto impossível de ser tratada como episódica. É o rumo da nova realidade brasileira. Cada vez mais a consciência dessa realidade tende a ser a das massas, e a coincidir menos com o ponto-de-vista das chamadas elites. É preciso não perder de vista que estas conservam ainda o privilégio de exprimir melhor as suas pretensões e as massas, embora saibam perfeitamente o que desejam, são, por ora, muitas vêzes incapazes de dar-lhes conveniente enunciado. Os interêsses que têm de exprimir já se acham completamente claros no espírito, mas as vozes que por elas falam não estão de posse de instrumentos conceituais, que lhes permitam concorrer com vantagem ao prélio intelectual que devem sustentar com as elites dirigentes. Por isso, ocorre com freqüência serem enganadas por estas, que dispõem de recursos de persuasão mais eficientes. A sedução que as transvie momentâneamente, não conseguirá, contudo, alterar a coerência do processo real. Acabarão por suscitar de si líderes autênticos, que por elas falarão com o rigor de pensamento que lhes parecia vedado, quando se trata de enunciar as novas exigências.

É o despontar dêste tempo que está aos nossos olhos. As massas, não apenas detentoras da supremacia da ação, mas já agora começando a ser dotadas de capacidade de se expressar, fazem pender para seu lado o centro de gravidade da consciência nacional. Cada vez mais ràpidamente são elas que assumem o direito de representar o pensamento da nação, com tanto maior legitimidade quanto mais declina irremissìvelmente a representatividade das elites burguesas. Se o nacionalismo é, como dissemos, a formação de um projeto nacional libertador por parte da comunidade, será de aqui em diante na consciência das massas trabalhadoras da cidade e do campo que terá seu lugar natural. É fato evidente que por tôda parte no Brasil as massas estão aderindo ao sentir nacionalista, mesmo quando êste pareça ainda mal configurado em programas concretos. O nacionalismo torna-se cèleremente a linha divisória do processo político brasileiro. Observa-se tal fato quando se analisam os aspectos doutrinários dos últimos pleitos eleitorais decisivos para a escolha dos governantes. De uma eleição para outra, apenas cinco anos mais tarde, muda o tema ideológico em tôrno do qual se dispõem as posições partidárias antagônicas e o significado das diversas candidaturas em presença. Enquanto num pleito eleitoral a pugna ideológica se travara em têrmos de legalidade—não-legalidade, ou golpismo, na eleição seguinte, variou de tal modo o conteúdo da consciência coletiva, que

o antagonismo fundamental passa a ser o de nacionalismo—não-nacionalismo, ou entreguismo. Evidencia-se assim a rapidez com que decorre o processo da consciência brasileira. O nacionalismo tornou-se agora o tema dominante, que traça a linha divisória entre as supremas posições ideológicas conflitantes. Como a divisão ideológica não é fortuita e abstrata, mas deve corresponder à divisão de interêsses objetivos no seio da sociedade, e as massas têm naturalmente interêsses em choque com os da maioria das classes dirigentes, é inevitável que no antagonismo entre os rumos ideológicos um dos pólos arregimente progressivamente as classes trabalhadoras e os intelectuais que participam da sua existência e se preocupam com os seus problemas. Assim sendo, o nacionalismo, como um dos extremos da contradição principal, tem de ser assumido por uma das frações sociais objetivamente opostas. É claro que esta só pode ser a massa trabalhadora, donde, conforme dizíamos, propender o processo brasileiro para fortalecer a implicação recíproca entre situação social de massa e pensamento nacionalista. À medida que a primeira se configura e se reforça na dinâmica da sociedade tende a encontrar no nacionalismo a expressão do seu projeto político próprio, e, reciprocamente, êste, à medida que se desenvolve e clarifica como sistema conceitual, atua como fôrça ideológica que contribui para caracterizar a realidade das massas e ampliar a sua área social, porque pelos projetos econômicos que propõe condiciona a subida de grandes contingentes de população a níveis superiores de trabalho, e portanto os faz ingressar na condição de massa obreira qualificada.

O sentido nacionalista está de tal maneira assentado no pensar das camadas populares que agora preexiste às deliberações concretas, antecipa-se aos projetos, e determina a exaltada sensibilidade do povo às proposições políticas e planos econômicos, em relação aos quais se mantém em atitude de inquieta e incessante expectativa. As explicações psicologistas dêste fato são, como sempre, insuficientes. Não é admissível afirmar que se trata de impulso coletivo, normal ou patológico; ou que se deve ao enfeitiçamento da plebe pela linguagem demagógica de algum caudilho, de habilidoso e cínico político populista. A explicação da crescente identificação do pensar nacionalista com a consciência das massas só se descobre a quem analisa objetivamente o processo social brasileiro; ao estudioso atento e sem preconceitos doutrinários não causará surprêsa o fato que investiga, tão racional é que se esteja produzindo. Os intérpretes do nacionalismo não se devem esquecer de que o pensamento que defendem só

tem veracidade porquanto expressa o essencial da consciência popular. Não lhes cabe assumir em frente às massas o papel de mestres, guias ou protetores, pois são autênticos apenas porque traduzem fidedignamente o sentimento delas e se desfigurariam se tomassem a atitude de quem deseja ensiná-las a pensar o projeto de existência nacional.

Não há compreensão verídica do nacionalismo no presente período da evolução brasileira, senão à luz de um critério histórico global. Tôda explicação que não ligue o fato a suportes objetivos da nossa sociedade, está destinada a perder-se na ingenuidade das lucubrações ou a patentear o fundamento em que quase sempre se alicerça, a defesa de interêsses contrariados pelos rumos do desenvolvimento nacional. Claro está que existe o nacionalismo ingênuo; até mesmo é lícito supor ser êste ainda o mais freqüente. Mas é preciso distinguir a ingenuidade acaso existente na compreensão dos que se proclamam nacionalistas, e que realmente o são, da que vicia o pensamento deliberadamente antinacionalista. Enquanto a última repousa sôbre uma base ingênua por essência, e portanto tem êste caráter não só na expressão como no fundamento, o outro modo de pensar pode eventualmente, por falta de conveniente esclarecimento, apresentar-se em manifestações ingênuas, porém o seu fundamento é sempre autêntico. Repousa sôbre as condições emergentes reais do processo nacional e exprime o sentido de transformações que estão trazendo à tona a nova fisionomia da realidade brasileira. Não há que iludir-se, portanto, com as ocasionais ingenuidades dos representantes do pensar nacionalista. Para os que forem capazes de apreender o significado do momento histórico segundo a categoria de totalidade, as aparências de simplicidade tornar-se-ão reveladoras de substrato válido; saberão que é essa a forma pela qual começa a se configurar o sentido de tôda novidade em emergência na história. Aos olhos do pensamento conservador o novo é sempre ingênuo, como o prova a pretensão de valer para o tempo que ainda não chegou. Há sempre um quixotismo inocente nos que pregam alguma idéia nova, com o natural exagêro da sua importância. Mas há que separar a novidade gratuita e inconseqüente daquela, ingênua ou inábil na expressão, porém germe de pensamento eficaz.

O discernimento entre os dois tipos, o que é mera presunção sem fundamento e o que se anuncia com colorido emocional, mas detém conteúdo objetivo, só o realiza quem se colocar em posição crítica perante a totalidade do momento, munido da teoria da consciência que o leva a indagar dos

suportes reais dos modos de pensamento presentes na sociedade. Armados desta percepção teórica, o filósofo ou o sociólogo procederá ao exame dos acontecimentos tendo a atenção dirigida para os sustentáculos de que decorrem. Na questão em debate, saberá distinguir entre a validade do pensar nacionalista, ainda quando imperita ou cândidamente formulado, e as falsas alegações dos partidários da posição oposta. Destas, uma das que nos importa especialmente indicar, pelo risco de confusão em tôrno das diferenciações que procuramos estabelecer e porque se encontra dispersa na maior parte dos raciocínios dos adversários do nacionalismo, consiste em admitir que, pelo fato de estar êsse pensamento se revelando um fenômeno de massas é isso prova de ser por natureza ingênuo. Vêem tais críticos na expansão popular das idéias nacionalistas o indício do seu caráter emocional, vago, simplista, demonstrando não se tratar de doutrina amadurecida e ponderada, proposta por abalizados conhecedores dos problemas políticos, econômicos e sociais, mas de estado de espírito popular, no significado pejorativo da palavra, resultante do contágio de algumas idéias rudimentares, falsas mas sensibilizadoras da alma das multidões, que as acolhem com fanatismo, como é próprio das populações iletradas. Se o nacionalismo prolifera entre estas é porque tem aí, na ignorância e no cego primarismo em que vivem, o seu clima ideal; fora delas, em camadas mais altas, dotadas de maior discernimento, já a penetração é dificultada pela consciência mais culta. A popularidade do nacionalismo é a causa da sua condenação. Pelo menos indica que deve ser condenado *êsse* nacionalismo, o que agrada às massas, o que as enche da esperança de ver um dia a plena libertação do nosso país. É possível que o nacionalismo não precise ser repudiado em princípio e como ideal, mas certamente terá de ser buscado em outra conceituação, diferente da que agora sensibiliza a consciência do povo. É necessário que os expoentes culturais das classes conservadoras, do alto comércio, da boa finança, da inteligência estabelecida, da espiritualidade convencional, sejam convocados para enunciar o verdadeiro nacionalismo, o que define o projeto favorecedor dos interêsses privados da burguesia dominante, e demonstrar às massas o êrro e o perigo a que se expõem seguindo a nefasta idéia nacionalista que as está empolgando. Os elementos mais adiantados da classe retrógrada nutrem esta esperança: na impossibilidade de desenfeitiçar a alma do povo, o que convém fazer é conseguir que as massas troquem de nacionalismo, sejam "esclarecidas" sôbre o seu errôneo ponto-de-vista, e o

retifiquem, aceitando a correta fórmula nacionalista que lhes é oferecida. Contudo, na maioria dos membros de tal classe persiste a intensa aversão ao nacionalismo em geral, por ser uma tendência intelectualmente menor, só explicável pela ignorância, incultura e primarismo dos seus defensores.

A resposta a esta objeção está implícita no que acima dissemos, quanto ao papel das massas na atual transformação de nossa estrutura econômica. O nacionalismo, que cultuam e que nelas se difunde cada vez mais, deriva da sua condição de serem as executoras do trabalho modificador da realidade. Ao dizermos que é êle a ideologia das massas, temos em conta não serem ainda em sua maioria conscientes disso. Sua representação é tão pouco desenvolvida, pois labutam em fainas de caráter primitivo, que só nas parcelas mais evoluídas quanto ao modo de trabalho é que melhor se exprime aquêle pensamento. Existe relação direta entre a participação do proletariado nas formas superiores de trabalho produtivo e a posse da consciência nacionalista. É esta relação que explica a atual unidade tática, numa ordem paralela de interêsses, das classes operárias e dos grupos patronais constituídos por formação nacional interna e não por transplantação de organizações estrangeiras, grupos progressistas, aos quais é conveniente fornecer a seus assalariados as melhores condições técnicas de produtividade. Tal o motivo pelo qual, ao falarmos de consciência das massas, é justo associar-lhe, na atual fase do nosso processo, por haver igualdade de propósitos, os possuidores do capital nacional verdadeiro. A luta que devem sustentar todos contra o mesmo adversário, o capital estrangeiro explorador e seus insidiosos disfarces, identifica-os numa só frente e os leva a reconhecer uma só bandeira, a do nacionalismo.

Obtemperam ademais os obedientes publicistas, detratores do nacionalismo, que êste, apesar de vir se desenvolvendo há algum tempo, não conseguiu estabelecer em têrmos claros e objetivos o seu programa, o conteúdo de medidas que preconiza e defende; não se sabe ao certo, dizem, o que seria em concreto a política nacionalista, pois não há documento algum que expressamente contenha a súmula de proposições onde tal política se consubstanciaria. Esta afirmação é de certo modo verdadeira, embora com significação inteiramente diversa da que lhe querem emprestar; se a tomarmos, porém, conforme o intuito dos que a enunciam, como objeção ao nacionalismo, é inválida, pois procura elevar à categoria de traço constitutivo, o que é apenas conseqüência do estado em que se acha a consciência na sua correlação com uma

fase nova e mais avançada do processo da realidade. Nem podia deixar de ser assim. O processo, por sua atual qualidade, encarrega-se de determinar a idéia central e as grandes linhas do pensamento que lhe corresponde, que o exprime, antes de chegar o momento no qual se apresentam compendiadas as teses que darão corpo de doutrina à nova atitude. O essencial, porém, é que o caminho a seguir, êsse já se divisa indubitàvelmente; o processo vai ditando empìricamente uma série de atos que são o conteúdo do programa nacionalista, antes dêste chegar à completa formulação.

Estamos aqui em presença de um fenômeno do processo ideológico, do qual o pensador metropolitano não tem conhecimento direto. Trata-se, em verdade, de fato peculiar à revolução do país subdesenvolvido, conforme nos demonstram os casos históricos atualmente em curso. Para o pensador metropolitano, envolvido quase sempre numa atmosfera de idealismo cultural, mesmo quando não seja essa a sua convicção filosófica pessoal, a revolução deve ser precedida de uma doutrina revolucionária, forjada com grande antecedência, compendiada em programas e ideários prèviamente elaborados. Como o tempo social dêsse estudioso é relativamente lento, escapa-lhe à análise a possibilidade de haver uma tal celeridade do processo histórico que a teoria revolucionária tenha de constituir-se quase simultâneamente com a prática da revolução. Êste caso é próprio das aceleradas transformações que estão ocorrendo nos países atrasados, ao adquirirem súbito impulso de autonomia. Para êles, o pensamento revolucionário, a bem dizer, coincide com a ação, vai-se esboçando e fixando no curso das lutas populares pela expulsão dos agentes do capitalismo estrangeiro explorador, donde essa etapa do processo nacional dar talvez a impressão aos observadores munidos de um pensamento europeu ortodoxo, mesmo aos mais simpatizantes de tais acontecimentos, de se tratar de revoluções sem teoria ou sem programa, de simples ação cega à procura de posterior justificação. O que acontece é ser, conforme notamos, extremamente rápido o tempo social num processo desta espécie. A teoria nacionalista num primeiro momento acha-se delineada apenas nas suas idéias centrais e nas linhas mais gerais. Contudo, a fôrça de tal pensamento, mesmo nesse estado incompleto, é suficiente para desencadear uma ruptura revolucionária, e então, é ao longo da prática da luta, agora em pleno desenvolvimento, que se vai articulando a teoria sociológica capaz de dar conta das ocorrências do momento e de preconizar os atos oportunos seguintes.

Essas reflexões não revogam a tese, indiscutìvelmente válida, que afirma não haver revolução sem teoria revolucionária. Esta tese é universalmente verdadeira, apenas necessita ser colocada na perspectiva histórica concreta, para poder ser aplicada ao caso da revolução nos países coloniais ou semicoloniais. A teoria precede a ação, mas às vêzes a tão curta distância que os atos de violenta transformação da realidade parecem improvisados, desconexos, arbitrários e desprovidos do esquema racional que os explica. Deixando de ver esta eventualidade, o pensador alienígena seria levado a crer ou que a tese acima sofre exceções ou que em alguns casos a teoria é composta a fim de corroborar o fato consumado. Para responder a ambas estas inexatidões, torna-se necessário lembrar a exigência de introduzir o tempo histórico concreto no enunciado de proposições doutrinárias como esta que referimos. Realmente, a teoria precede a prática revolucionária, mas a distância de que a precede é variável e determinada em cada caso pelas circunstâncias específicas do processo nacional em causa. Algumas vêzes essa distância é tão curta que a revolução pode parecer um gesto desvairado, sem motivos adequados e sem conteúdo racional. É o que ocorre na revolução dos pequenos países, que sacodem com excepcional ousadia histórica o seu passado colonial, sem que o movimento determinante dêsse gesto de bravura se tivesse prèviamente anunciado num íntegro programa doutrinal. No país subdesenvolvido como o nosso, a revolução se apresenta, numa primeira fase, tendo por conteúdo a promoção do desenvolvimento econômico em bases nacionalistas; nesta fase a distância entre o enunciado das teses teóricas e os atos e as lutas nacionalistas é igualmente curta, donde a impressão, aos que observam de fora o movimento, de não haver uma doutrina nacionalista completamente definida presidindo a prática revolucionária, tal como é permitida nesse período. A doutrina existe e tem a extensão e a clareza possíveis para as circunstâncias vigentes. Exigir que se estruture num sistema é pretender saltar por cima das condições reais. A teoria para uma segunda fase revolucionária, essa acha-se ainda a considerável distância da prática que deve dirigir.

As reflexões acima servem para esclarecer um aspecto do problema da ideologia que não deve ser esquecido, isto é, o de que tôda sistematização da teoria e do papel operante das ideologias não deve ignorar a situação da fase histórica a que se destina. Não há desenvolvimento sem teoria do desenvolvimento, mas esta não se constitui por via abstrata, à parte e a longa distância do processo a que se aplica,

donde, nos casos como o nosso, serem quase coetâneas a elaboração do conceito teórico e a oportunidade de sua aplicação. A prática engendra as condições que ditam a teoria adequada; esta, porque precede a novos atos concretos, é sempre anterior, em princípio, no sentido de que é sempre mais rica, como visão teórica, do que a prática que permite, mas esta por sua vez, ao se realizar, amplia o campo da visão compreensiva anterior e a torna novamente mais rica com relação a outro momento prático seguinte.

Longe de depor contra o nacionalismo como comportamento autêntico da atual consciência nacional, estas observações demonstram que lhe cabe de pleno direito o sêlo de autenticidade. Se a nova consciência do país está em formação neste momento não poderia exprimir-se numa ideologia completamente constituída, que em tal caso seria necessàriamente abstrata. O nacionalismo dos nossos dias tem de ser tão incompleto no seu esquema teórico quanto a consciência a que corresponde, ou seja, a consciência nascente. Se fôsse uma teoria pronta e acabada, isso demonstraria que teria sido elaborado por uma consciência também completa e acabada, a qual só pode ser, conforme bem exprime a palavra "acabada", a que acabou, isto é, a que entrou em declínio histórico. Repetimos a observação de páginas anteriores, quando dizíamos já ser possível discernir um conjunto de princípios e de itens do programa nacionalista, ao qual damos a nossa contribuição no final do estudo desta categoria.

A objeção da falta de perfeita sistematização doutrinária peca por dois enganos: julgar que seja possível elaborar um repertório de medidas sociais e econômicas, pronto e acabado, o que contradiz a natureza do processo objetivo, sempre aberto e inconcluso, que se trata de dirigir; e, em segundo lugar, admitir que as direções atualmente indiscutíveis, as certezas adquiridas quanto a algumas diretrizes políticas, a afirmação irretratável de posições ideológicas de ordem econômica, em pleno vigor, sejam insuficientes para definir o conteúdo doutrinário nacionalista. O processo antecipa-se ao programa, embora não à teoria, pela qual na consciência crítica se constituem os princípios para a interpretação dêsse mesmo processo. É êle que se incumbe de escrever o programa real, pelos atos a que obriga, pelas exigências a que dá origem, as quais, depois, pedem um programa escrito para serem compendiadas, defendidas e continuadas. Dêste modo, devemos considerar o programa nacionalista não como rol de projetos com caráter de convite à ação, mas como exposição lógica do já acontecido e das suas conseqüências. Não

é verdade, pois, que o nacionalismo seja atitude cega, movida pela paixão patriótica, nobilitante mas ingênua, destituído, por natureza, de estrutura doutrinária, não resistindo à análise fria, consciente, e portanto incapaz de chegar a constituir-se em teoria social. Não é isso verdade, porque há bases objetivas dando suporte a atos concretos e exigindo outros, num programa sem palavras, mas perfeitamente racional e irresistível no seu desenrolar. O processo da realidade é êle próprio o seu programa, presente na consciência dos que operam os atos que o realizam, mesmo não tendo sido escrito pelos estudiosos ou proclamado pelos dirigentes políticos. Só no mundo teatral é que o programa precede o espetáculo; no mundo real o espetáculo está desde muito em andamento, quando então alguns observadores começam a descrever conscientemente o que se está passando e o que é preciso fazer para acompanhar a ação em curso. Tal a razão por que o nacionalismo dá aos observadores estranhos a impressão de ser uma consciência à procura de programa. Sòmente os ignorantes poderão iludir-se, vendo nisso uma fraqueza. O desenvolvimento está desde já se processando, e é bastante forte para motivar uma consciência, antes de ser completamente compendiado em teses didáticas.

Isto é o sinal, imensamente auspicioso, de como mudaram as coisas em nosso país. O Brasil desenvolve-se agora mais depressa em fatos que em palavras. É mais fácil ver o desenvolvimento que exprimi-lo. A aparência de impressionismo de muitas formulações, em verdade as mais realistas, resulta desta contingência. Os fatos estão aí, na existência concreta, impondo-se, precipitando outros fatos, enquanto os especialistas discutem como fazê-los produzir-se. Na fase inicial, tumultuosa, do desenvolvimento é inevitável que a consciência emergente se mostre desaparelhada de elaborações teóricas que façam compreender e expliquem o seu modo de participação no processo. Mas nem por isso é menos atuante. Só em relação aos adeptos de concepções pertencentes a etapas vencidas do processo, é que a situação da nova consciência parece estar em posição desfavorável. Com efeito, é evidente que a consciência plenamente estruturada é sempre a pertencente a uma fase passada do processo. Quando se dispõe a dialogar com a emergente das novas condições da realidade, sua superioridade retórica é esmagadora. Tem a seu favor tôda a estrutura jurídica, os aspectos formais da sociedade, os valores consagrados, as autoridades morais reconhecidas, as normas educativas comprovadas, as concepções ideológicas tradicionais. Para opor-se a êste arcabouço

formal, a consciência emergente tem por si apenas algumas modificações incipientes da subestrutura social, por ora imperfeitamente delineadas; está em posição desfavorável para se defender num prélio intelectual, visto ter de utilizar-se, referindo-se a ela como se ainda fôsse válida, de uma verdade que já não corresponde aos seus fundamentos. Sua verdade própria, no momento, está em germinação, mas tão pouco adiantada que não permite por enquanto servir de instrumento convincente.

Chamamos esta situação de "ironia lógica" da consciência social. Consiste no fato de que na luta que a nova consciência tem de travar com a velha, a primeira é obrigada a servir-se da linguagem e da lógica próprias da decadente. Donde a natural impossibilidade de exprimir o que nela está, mas, por falta de recursos adequados, tem de revestir-se das formas de pensamento que lhe são hostis, e portanto favoráveis aos remanescentes da velha sociedade, os quais, utilizando-as no sentido tradicional, levam o debate para o terreno onde fàcilmente refutam o pensar nascente. A relação entre os recursos de expressão e o conteúdo de pensamento a exprimir, correspondendo êste à fase presente da realidade, é dialética. Muda com a transformação da realidade. É inevitável que se produza um descompasso, traduzido em conflito entre as velhas estruturas formais do pensamento, a linguagem usual, o estilo comum de raciocínio, que todos entendem sem resistência, e a expressão das novas condições da existência, que forceja por estabelecer o seu vocabulário, sua técnica de raciocinar, sua arte de discutir. No choque entre ambas dá-se um retardo, desvantajoso para a consciência nascente, do qual se aproveita a dominante para tentar esmagar a sua sucessora. Esta ironia histórica é permanente: a nova consciência tem o que dizer, mas faltam-lhe os meios de expressão; a antiga domina os instrumentos de expressão, mas já não tem o que dizer. Ao se chocarem, no combate de consciências em que se desenrola o drama da história, o desentendimento é inevitável. A antiga, iludindo-se sôbre o significado das suas vitórias formais, perde o senso da objetividade e continua contentando-se com a superioridade verbal, comprovando assim, e com o sarcasmo que dispensa à antagonista, o declínio efetivo em que vai tombando. A nova, precisando tomar ao adversário as armas da lógica anterior, não consegue enunciar hàbilmente a realidade original a que corresponde, e não só se vê derrotada na pugna silogística, como, ademais, corre o risco de desanimar de si, julgando-se inválida, ao descobrir, ou ao lhe serem inculcadas, contradições na sua posição, que em verdade derivam da incongruência entre o instrumento de pensar de que se utiliza e os aspectos da realidade que deseja traduzir.

As considerações acima procuram justificar o que alguém julgaria ser a pobreza programática das correntes nacionalistas. Mesmo se aceitássemos a verdade desta assertiva, teríamos logo de admitir que tal verdade está em depereci-mento, pois são agora manifestos os indícios de estarmos chegando à fase da nítida formulação do pensamento nacional. Tal fato não se deve ao fortuito aparecimento de observadores mais perspicazes ou de pensadores iluminados por uma faísca de gênio; deve-se ao avanço do processo real, que torna agora explícitos os seus conteúdos e indubitável o novo sentido de que se revestem, forçando-os a se representarem na consciência mediante conceitos claros e inconfundíveis. É possível hoje descortinar com tanta segurança o rumo dos acontecimentos e a natureza da mudança operada nas condições fundamentais da sociedade brasileira, que a consciência nascente já começou a modelar os instrumentos teóricos correspondentes à fase recém-surgida. Quer isto dizer que está em vias de momentânea atenuação aquela ironia histórica a que nos referimos, a confusão no diálogo argumentativo entre as consciências, substituída que será pela contradição visível e declarada, o antagonismo operante e implacável, a luta de vida ou morte. Tão logo a nova consciência disponha de recursos conceituais adequados, ou seja, desde que surjam os pensadores empenhados em dar forma aos seus impulsos, enunciando racionalmente o que nela se contém, produzir-se-á a ruptura do processo da consciência, substituindo-se a confusão pela oposição. A partir dêsse momento, as fôrças nascentes que propelem a realidade não lutarão apenas para se afirmar como reais, mas para conquistar a supremacia e aniquilar a ordem antiga.

Nenhum sintoma é mais auspicioso de estar a consciência brasileira ingressando numa fase de acelerada criação dos seus próprios instrumentos de pensar e de repúdio aos velhos esquemas ideológicos e chavões verbais a que até há pouco se submetia, do que a feição nova tomada pelas lutas políticas e pelas propostas econômicas em nosso meio. O interêsse das classes dominantes, agora em visível começo de declínio, é, conforme dizem, manter fora do campo ideológico o debate político ou os projetos de natureza econômica, o que na verdade significa mantê-los dentro da ideologia que é a delas, a qual, por ser dominante, é suposta natural, e por isso passa despercebida. Pelo seu gôsto desejariam conservar o que

chamam de "clima de pacificação", e que outra coisa não é senão o seu tranqüilo reinado. Mas, já não conseguem êsse objetivo. Não podem impedir a crescente politização das massas, em virtude da qual nenhum acontecimento social ou projeto econômico deixa de ser apreciado pelo sentido ideológico que possui. Melhor ainda se demonstra a progressiva impotência dos setores retrógrados das classes dirigentes quando se verifica não terem meios de evitar que o debate ideológico se trave em têrmos de nacionalismo-entreguismo, conforme prova a última campanha eleitoral. De tôdas as oposições doutrinárias é esta a que menos agrada aos detentores dos interêsses antinacionais, pois os força a se descobrirem nas suas intenções ocultas e a ter de enfrentar uma teoria cuja veracidade e pureza de propósitos não admite ser posta em dúvida. O esfôrço em confundir nacionalismo com o que chamam de "doutrinas extremistas" revela ser êste o derradeiro recurso de que se valem os expoentes dos interêsses anti-sociais: neutralizar o evidente atrativo do pensamento nacionalista, identificando-o às idéias execráveis que a comunidade naturalmente deve repelir, segundo acreditam e esperam que aconteça. Vemos nessa tentativa a prova da ineficácia histórica dos grupos dirigentes declinantes, agora incapazes de impor à sociedade os dilemas ideológicos de sua conveniência, e, ao contrário, reduzidos a ter de aceitar as opções que as massas lhes impõem.

h) *O encontro das consciências no país subdesenvolvido*

O drama do desencontro lógico entre as consciências só é devidamente compreendido quando envolve o filósofo do país subdesenvolvido, que dêle não é simples testemunha, mas também figurante. Na filosofia européia, a noção do combate das consciências toma feição abstrata, constitui apenas tema especulativo. Assim, certo filósofo a considera como luta de vida ou morte, na qual cada uma busca a aniquilação total da outra; mas outro filósofo a interpreta, ao contrário, como "luta amorosa", na qual ambas as adversárias procuram, mediante o embate, a harmonização final. Diferenças de interpretação como estas indicam que a argumentação se desenrola no plano abstrato, ao sabor dos procedimentos da analítica existencial, reveladores antes de tudo das tendências do pensador, explicáveis por sua condição de classe, de meio nacional e de momento histórico, a quem afinal só interessam os aspectos subjetivos da comunicação consciente. Para o filósofo do país subdesenvolvido, porém, o problema tem

outro aspecto e significado. O antagonismo das consciências é aqui representado pela diferença entre etapas históricas do processo da realidade nacional. É o desencontro entre o velho Brasil, colonial, alienado, submisso à pressão estrangeira, e o novo Brasil, desejoso de libertar sua estrutura econômica, de humanizar a existência de suas populações e de alcançar a plena soberania como nação. Distinto do simples antagonismo pessoal, existente em qualquer condição histórica e nascido do convívio forçoso das consciências, êste, de que tratamos, é o antagonismo entre representações coletivas, por classes e grupos que participam desigualmente do processo da realidade. Neste, pela natureza de constante "devenir", um conjunto de indivíduos, no espaço da mesma comunidade, está ligado às condições da classe dominante, consubstanciadas na posse do poder político e econômico, na suposta exclusiva legitimidade de representação cultural, no privilégio de encarnar os costumes e os valores nobres da sociedade, no direito, sempre reconhecido à fração inteligente do todo, de enunciar a interpretação correta e acatada das coisas e dos fatos; e outro conjunto, por enquanto menos atuante, está, ao contrário, em potencial oposição ao estado vigente da realidade, porque ligado a interêsses ainda em formação, apoiados num suporte social ainda em grande parte desorganizado, mais fracos, até mesmo mal definidos, mas seguramente antagônicos aos defendidos pelo grupo hegemônico. Êsses interêsses são criticados pelos detentores das situações dominantes como antinacionais, incursões de influências estranhas ao nosso meio, propaganda de doutrinas malignas, tentativas aventurosas de perturbar um estado de paz interna, tão propício ao desenvolvimento lento e tranqüilo do país, e de harmoniosa convivência internacional, situação essa que, a seus olhos, é estável e justifica todo o empenho em ser defendida. Mas a minoria, constituída em tôrno dos novos objetivos agora começando a se firmar em frente aos outros, argumenta de modo diverso, apelando para uma concepção geral da realidade, segundo a qual, esta, por natureza, está sempre em transformação, de onde saber-se *a priori* que nenhuma situação é estável, e que o surgimento e desenvolvimento de interêsses contrários aos dominantes, é fato normal e, por isso, inextirpável em tôda história social. A diferença principal entre os dois pontos-de-vista está em que enquanto o primeiro considera o segundo uma aberração, o segundo considera o primeiro uma normalidade. Enquanto o primeiro exclui o segundo, êste absorve o outro.

Tendo em conta esta desigualdade, cremos ser fácil

compreender a disparidade de comportamentos entre as consciências dos dois grupos. A consciência hegemônica vê o mundo e a sociedade do píncaro histórico onde se encontra. Sabe do seu passado, lembra-se das lutas que teve de sustentar para chegar à altura que atingiu, e portanto é levada a considerar como moralmente meritórios os recursos de que se valeu para essa conquista. Eleva à condição de valores positivos os conceitos que justificam as ações que praticou e, dêste modo, constitui o triunfo em dignidade. Ao mesmo tempo, acredita que as únicas fôrças que lhe podiam fazer oposição eram aquelas que venceu, pela simples razão de que se outras mais houvesse deveriam ter-se manifestado a tempo e impedido a ascensão que realizou. E, numa forma mais sutil de obnubilação, julga que as oposições que agora enfrenta, ou as que venha acaso a enfrentar, são apenas resíduos das fôrças derrotadas no passado, por ocasião das lutas que teve de travar para chegar à dominação. Dêste modo, completa-se o processo interior que a impele para a concepção totalmente intemporal e estática da história. A consciência oposta nunca é entendida como possível consciência futura, mas como inconformado remanescente do passado. Daí a oposição não ser compreendida como afloramento de novas realidades sociais, mas interpretada à luz dos valores morais de que, enquanto pensar hegemônico, a consciência vitoriosa é detentora: a resistência é violação da lei, a pretensão de afirmar-se é rebeldia, o desejo de valer é imoralidade.

A característica mais saliente desta consciência é, pois, a sua a-historicidade, em particular o fechamento à intelecção e aos apelos do futuro. Abomina qualquer modificação das coisas, que lhe parece sempre prejudicial. Para ocultar a si própria o crime lógico da rejeição do futuro, e compensá-lo, reduz a história ao passado. Assim fazendo, sente-se tão mais à vontade quanto o que entende por passado é o seu passado. Instala-se, então, mesmo que não o diga expressamente, numa teoria da história de tôda conveniência para ela, e põe-se a argumentar em nome das idéias de que se convenceu. Vê a evolução anterior do mundo como preparação mecânica para chegar até a realidade atual, isto é, até a ela. Daí o direito que lhe assiste de falar em nome da presente ordem de coisas, que realizou com seu trabalho e suas lutas, a qual se é diferente de outras outrora existentes, que se revelaram móveis e substituíveis, é porque as antigas eram fracas, não tinham sido estruturadas por esta consciência atual. A certeza de encerrar a história é uma das notas distintivas da consciência

ingênua dominante. E o vocábulo "encerrar" deve ser tomado aqui nos seus dois sentidos: no de "conter" e no de "terminar". Com efeito, parece àquela mentalidade que sua posição põe um têrmo ao evoluir da realidade porque resume e conserva em si todos os momentos fecundos do passado. Não se vê como demolidora do pretérito, mas se julga herdeira e guardiã do que de grande e original foi criado pelas gerações anteriores. Para ela o futuro só pode ser um prolongamento, nunca uma renovação. Sabe muito bem que teve de combater para galgar o ponto ora ocupado, e que portanto teve de suprimir outras dominações precedentes, mas acredita que isso não irá acontecer com uma nova consciência futura, que lhe arrebatará a primazia, porque julga ter encerrado o ciclo de ascensão histórica da consciência, alcançando o grau absoluto. Ao futuro só cabe dar-lhe continuidade, ou seja, constituir a tradição do estado presente. Eis porque uma consciência pode ser em essência reacionária e parecer interessada em projetos de desenvolvimento e de mudança das coisas: é que o futuro, que se apressa em promover, consiste na verdade no prolongamento das idéias e valores vigentes, sob a capa de novos acontecimentos. Essa atitude de simpática disposição de espírito pelo progresso e pelas novidades, dando-lhe falsa fisionomia de pioneira, encobre de fato profunda malícia da classe hegemônica; assim procede porque deseja antecipar-se a possíveis inimigos na ocupação do futuro. Precipita-se em direção a êle para ver se chega antes dos outros. Antes que classes ou grupos sociais de interêsses opostos aos seus firmem pé no porvir, apressa-se em ocupá-lo. Êste movimento leva alguns observadores menos avisados a se deixar engodar, acreditando haver uma componente progressista nas atuais elites dominantes, quando tudo o que fazem, e que lhes empresta esta aparência de cuidado pelo futuro, é defender intransigentemente os seus privilégios, tentando assegurar-lhes a perpetuidade, mediante a prévia ocupação da história vindoura. Observa-se êste comportamento quando notamos a pressurosidade com que instituições arcaicas, portadoras de ideologias imobilistas e reacionárias procuram fazer-se passar por vanguardeiras das conquistas sociais, propugnando, por exemplo, pela reforma agrária, que chegam mesmo a esboçar na prática, ou pela redenção das populações das áreas mais subdesenvolvidas do nosso País, dando, assim, prova do que acabamos de dizer, de que o interêsse de tais setores é antecipar-se em ocupar o futuro, para impedir que as fôrças realmente progressistas produzam a autêntica novidade social.

A consciência dominante é declaradamente anti-histórica, porque se crê habilitada a responder aos partidários da historicidade denunciando-a como simples fato empírico, acidental e não como traço essencial da realidade. É o supremo argumento de que se vale, e representa a mais sutil das suas proposições e, naturalmente, dos seus sofismas. Denuncia o historicismo do pensar adversário como indução verdadeira quando praticada em relação ao passado, mas inteiramente desprovida de garantia quando referida ao futuro, pois nada obriga a que se tenha de aplicá-la à situação presente. Responde mostrando o seu mesmo exemplo. As situações contra as quais lutou até chegar à culminância foram únicas e, de acôrdo com os próprios princípios do historicismo, irrepetíveis. Venceu-as e instalou-se. Para que tivesse sentido profetizar o seu declínio e substituição futura, seria preciso demonstrar que por essência é ela idêntica às anteriores, o que não constitui verdade necessária; se aquelas se revelaram fracas e perecíveis, concretamente deve dizer-se a respeito da atual que é forte e dominante. Supô-la afetada do mesmo germe interior de decadência é recusar-se a aceitar o dado evidente, preferindo substituí-lo pelo postulado. Equipará-la às anteriores, pelo fato de que, a seu tempo, também estas foram dominantes, é não fazer caso das virtudes específicas que a atual deve possuir, e que lhe deram a palma da supremacia, pois nada obriga a crer que tais virtudes não contenham entre as suas conseqüências a duração definitiva. Julgar de modo contrário é emitir uma decisão arbitrária, gratuita, é apegar-se a um postulado teórico, a um *a priori* dogmático, acreditando numa proposição errônea até mesmo como indução, ao pretender fundar-se sôbre um conjunto de casos heterogêneos. É sobretudo, diz, ingenuidade, porque erige o orgulhoso pensador crítico em dono do segrêdo da história. A caducidade das situações passadas só a elas pertence, não impede que alguma outra, por exemplo, a atual, consiga remover as causas de perecimento das antigas, e se instaure definitivamente. Tudo leva a crer, ao menos em princípio, sob pena de dogmatismo, que o curso histórico admita como término uma situação absoluta. Com efeito, é lícito conceber o passado como a série dos ensaios executados pela humanidade para descobrir a melhor organização a dar ao convívio social, e nada impede supor que tal série converge necessàriamente para um têrmo final, aquêle no qual a perfeição da ordem estabelecida entre todos os elementos da comunidade dispensa a procura de novas fórmulas de convivência. É isto o que lògicamente se deve admitir. Dêste modo, a consciência dominante, numa última trincheira defensiva, afirma que, mesmo no caso da situação atual mostrar-se perecível e condenada a ser substituída por outra, alguma há de haver final e definitiva. Ela própria julga ter esta regalia, mas que a não tivesse, outra há de tê-la, e portanto quem pode demonstrar que essa outra não seja ela mesma? Os partidários do historicismo ficam assim integralmente derrotados pelo princípio mesmo que postulam, ainda que para isso a consciência dominante atual tivesse de oferecer-se à imolação histórica. Graças a estas engenhosas cogitações, a historicidade do passado presta-se a servir de escudo contra a historicidade do presente.

Contudo, o sacrifício de suas vantagens e prestígio não parece necessário. A consciência dominante atual tem razões para convencer-se de que é com ela mesmo que a história atinge a meta suprema. Com efeito, é possível interpretar tôda a evolução anterior da humanidade como o esfôrço contínuo da razão para constituir a existência social em uma estrutura dotada da perfeição equivalente àquela possuída pela natureza. No mundo físico nada acontece que não esteja regido por leis invariáveis, a mobilidade é permanente, mas, conforme acredita o pensar dogmático, cíclica, tudo se repete, tudo retorna, e, por conseguinte, em sentido absoluto, nada muda. Se a sociedade ofereceu até agora o aspecto de realidade em evolução, não é porque tenha de ser sempre assim, mas porque vinha procedendo ao movimento de aproximação à sua forma definitiva, em busca de um equilíbrio último determinado por leis interiores, o qual, uma vez atingido, a tornará análoga à natureza, fazendo-a tão perfeita quanto esta, transmutando a mobilidade, que sempre existirá, de evolutiva em cíclica. Quando êste estado fôr atingido, e parece que nêle estamos ingressando, ou dêle nos achamos muito perto, a mobilidade social será interior à estrutura e não a afetará; será de pessoas e não de classes ou de instituições porque estas se manterão estáveis nos seus esquemas atuais. Haverá deslocamento constante, mas interior à forma agora definitiva. Terá cessado a grande época evolutiva, e então a mobilidade social se processará em forma de estabelecimento e posterior revogação dos sistemas de relações de convívio, terá chegado a época cíclica, na qual a mobilidade não mais afetará a estrutura, agora perene, mas dirá respeito apenas à circulação dos elementos no interior do sistema definitivo. Na verdade, só de aqui em diante começa efetivamente a história; o passado constitui a pré-história da sociedade perfeita, entendida como tal a presente estrutura capitalista,

com suas diversas classes completamente pacificadas e harmonizadas, suas relações de produção enfim estabilizadas e aceitas por todos os homens sem qualquer discrepância ou resistência. O triunfo de organização vigente, logo após terem sido aniquilados os últimos empecilhos causados pelos baixos sentimentos das massas ignorantes e suas injustificadas tentativas de revolta, assegurará à humanidade a paz perpétua e a suspirada felicidade. As situações grupais, com tudo quanto as define, privilégios, direitos, podêres, monopólios, valores etc., manter-se-ão estáticas, imutáveis, os homens é que circularão entre elas, passando individualmente de uma a outra. A sociedade imitará a natureza, onde os estados da matéria, enquanto condições naturais, são permanentes, embora um corpo particular passe de sólido a líquido, e depois a gasoso, ou vice-versa. O historicismo, nas mãos da consciência dominante, converte-se em instrumento anti-historicista, ao ser demonstrado válido para o passado, mas inválido para o presente. Pretende afirmar que, graças ao trabalho das gerações anteriores, a sociedade acumulou um acervo de conhecimentos sôbre o mundo e sôbre a personalidade humana que a habilitam agora a se organizar de modo racional, numa conjugação de grupos e classes regida por leis de equilíbrio tão oportunas e respeitando tanto a natureza das coisas, que, se não é justo dizer que estejam desde já resolvidos todos os problemas e evitados os conflitos, forçoso é reconhecer que estão pelo menos estabelecidas as linhas gerais da estrutura social definitiva, que possibilitará a contínua e cada vez mais rápida superação dos aspectos insatisfatórios, sem dúvida ainda subsistentes.

Êste o motivo pelo qual a consciência das elites ingênuas dominantes crê que a estrutura atual é duradoura: pela primeira vez a humanidade encontrou a fórmula de englobar no sistema das correlações sociais as situações que até então sempre apareceram como anomalias, desgraças e dificuldades, e que determinavam a rejeição de consideráveis massas humanas para além dos humbrais da civilização. Os aspectos dolorosos da existência em comunidade já não estão, como antes, fora do alcance do poder social, e por isso não o ameaçam; são agora interiores à sociedade, que, se demonstrou ser bastante vigorosa para absorvê-los, é porque possui a organização capaz de resolvê-los. A presente forma de produção, a do Estado que lhe corresponde e a do sistema de relações que determina, estão destinadas a dar solução definitiva às imperfeições da existência social, na medida do possível, claro está. Desta maneira, a presença da consciência

antagônica é tomada pela dominante como simples problema político prático. É um adversário, que é preciso vencer, e a maneira mais razoável de consegui-lo consiste em demonstrar aos exaltados reivindicadores, aos críticos sociais, aos inquietos inovadores que as causas humanas, que generosamente defendem, os interêsses em nome dos quais julgam justificados os seus protestos, ou são reprováveis e nefastos, e então devem ser suprimidos, ou são legítimos, e terão prazerosa acolhida e assistência pelo sistema vigente, que lhes dará afetuosa resolução, sem necessidade de ser alterado. Em qualquer caso, é inadmissível o messianismo historicista, que prevê a vitória do oprimido simplesmente porque oprimido, sem examinar se não estará equivocado e se as reclamações que faz não seriam melhor atendidas pela atitude de conciliação com os direitos das classes superiores, em vez de conduzirem à luta de consciências e à violência histórica.

Mas, um outro caráter associa-se na consciência dominante de um país particular à certeza de intemporalidade: é a certeza de internacionalidade. Consiste em saber-se identificada à consciência dominante universal, em reconhecer não constituir, no seu âmbito nacional, um caso único, e por isso a posição, os interêsses, os valores que representa e defende não são exclusivos do contexto onde vive, mas exprimem um modo de ser transcendente dos limites nacionais, revestido de validade universal. Com isto, a consciência da classe dominante de determinado país sente-se amparada pela aprovação internacional; ao mesmo tempo, encontra na identidade com as demais a prova de constituir o grau mais perfeito de compreensão da realidade. Não está só; a certeza de pensar de modo idêntico ao de outras, as quais estarão sempre dispostas a aplaudi-la nos seus atos e pronunciamentos, é para ela em primeiro lugar testemunho de autenticidade, o melhor argumento em favor da sua verdade. Mas é também a licença de impunidade histórica que a tranqüiliza moralmente ao ensejo dos atos que tiver de praticar para combater as manifestações de consciências discordantes. Sem o favor desta solidariedade, que lhe garante ser a detentora do bom pensar, poderia vacilar nos momentos críticos, dúvidar de si mesma, simpatizar com o ponto-de-vista oposto e perder-se na inquietude. Mas, sustentada pela afinidade com as demais, e contando antecipadamente com o aplauso delas, respira forte e expulsa qualquer insinuação dubitativa sôbre o bom fundamento dos seus direitos, reforça-se na certeza do seu privilégio de exclusiva legitimidade. O aspecto mais ra-

dical desta atitude consiste simplesmente em negar existência ao ponto-de-vista oposto.

No país subdesenvolvido o diálogo das consciências assume caracteres específicos, até agora não convenientemente examinados pela filosofia convencional, em razão de que, não vivendo em tal circunstância política os seus expoentes oficiais, não a conhecem por dentro. Quando aludem ao conflito das consciências, têm em vista ou o choque de motivos ideais, de que são exemplos as controvérsias especulativas, ou o antagonismo real entre fôrças objetivas, as que impulsionam os processos produtivos na sociedade. Mas, num caso como noutro, o contexto global onde se deflagra a competição é o das sociedades plenamente desenvolvidas, situadas no grau mais elevado da fase histórica a que pertencem. Ignoram, contudo, que no mesmo momento há outras sociedades que, em relação àquelas, são subdesenvolvidas e onde, por necessidade da comunicação humana, se trava igualmente a luta das consciências.

Para compreender esta última eventualidade, à vista do contexto atrasado no qual se processa o combate, não parecem ser satisfatórias as categorias lógicas e os esquemas sociais descobertos pelos pensadores que os idealizaram, induzindo-os de uma realidade nacional històricamente superior. Temos de empreender por nós mesmos a investigação do tema, valendo-nos, é claro, de quanto foi dito pelos outros, mas sabendo que naquelas formulações vai contida a pressuposição da realidade que tinham em vista interpretar, em função da qual se processava o fenômeno que examinavam. Para nós o problema toma contornos diferentes, temos de resolvê-lo por esfôrço original. O conceito de luta de consciências parece adequado, mais que outros esquemas de antagonismos sociais, para descrever o que se passa no país atrasado, em impulso de intenso desenvolvimento, desde que saibamos evitar as interpretações idealistas, e lhe demos por fundamento o embate real de fatôres objetivos que condicionam essa luta. Não desejamos dar sentido psicológico àquele conflito, não se trata de rivalidade de espíritos, desenvolvida por motivos abstratos e tendo por campo de batalha o mundo das idéias. Tampouco são sentimentos, impulsos ou tendências obscuras e inconscientes o que está na raiz do choque das consciências. Explicações desta ordem são pueris. A luta é real e o que a determina é também real. É a diversidade objetiva entre graus do processo da realidade nacional e a diferente participação nêle dos indivíduos e das classes sociais que condicionam os modos de pensar e de

sentir antagônicos. É porque o desenvolvimento econômico precipitou a transformação qualitativa da realidade, que se criou, em face da consciência representativa do estado anterior, outra, que propugna por interêsses materiais e culturais sem guarida e vigência até então, e que agora começam a forçar sua escalada à realidade. Significa isto a mobilização de enormes massas populares levadas a se deslocar, geográfica e socialmente, de uma situação para outra. À diferença de graus no processo real, e portanto de interêsses materiais e culturais, corresponde, é evidente, uma diferença de consciência, porquanto o mundo não é o mesmo para os representantes do velho estado de coisas e para os que o sentem como campo de uma proeza criadora. Esta apreciação resulta de estarmos investigando o tema do ponto-de-vista da consciência. Claro está que o embate das consciências é reflexo de um choque de fôrças sociais, mas a nossa perspectiva nos leva a focalizar a questão pelo ângulo das diferenças de representação, sem com isso cair, como dissemos, na simplicidade das explicações psicologistas.

O país subdesenvolvido manifesta larga desigualdade de graus de avanço no processo real. Enquanto certos grupos, porque encarnam a estrutura social e econômica prevalecente, aquela que representa as fôrças que os impulsionaram a conquistar a situação de domínio, interpretam a realidade nacional como resultado do seu trabalho, e portanto se nomeiam a si próprios juízes do justo pensar, outros grupos vão-se gerando no subsolo histórico, os quais acreditam vir a ter a supremacia em futuro próximo, donde constituírem a consciência opositora da anterior. No antigo estado de atraso imóvel, tinha cabimento dizer-se que a consciência da realidade era uma só, a dos detentores do poder e da cultura, pois abaixo dela havia apenas a consciência vegetativa das massas, labutando no plano de simples sustentação da vida. Na etapa atual do processo brasileiro, porém, tal fase foi definitivamente superada, e o que hoje vemos é a divisão entre consciências que assumem o ponto-de-vista dominante, o mais comum, aprovado pelo consenso tradicional, e outras, que, sentindo-se independentes das primeiras e tendo a certeza de representar interêsses novos, desejam reformar valores sociais consuetudinários, embora não tenham dado ainda expressão configurada ao seu próprio conceito da realidade. São pessoas que participam ativamente do processo do desenvolvimento, seja como empresários, possuidores do comando político ou do capital, seja como técnicos ou como trabalhadores qualificados. A divisão e a luta entre as cons-

ciências, tendo por fundamento os diversos tipos de interferência da atividade humana no mecanismo da realidade, coexistentes em nosso processo, parece-nos o fato decisivo para interpretar a atual circunstância brasileira. Até que ponto os esquemas de filosofia da história de procedência metropolitana têm validade para o contexto subdesenvolvido onde as alterações ocorrem na faixa inicial do processo, é tema que julgamos merecer cuidadoso exame, antes de concluir-se pela conveniência de aplicá-los desde já ao nosso caso atual, sem o risco de precipitação no julgamento histórico. Importante é observar que na divisão das consciências, que apontamos, reúnem-se do mesmo lado representantes de classes diferentes, contra membros dessas mesmas classes, que, por pertencerem a condição diferente no processo, têm seus interêsses ligados ao ponto-de-vista oposto. Não nos parece que tenhamos, por enquanto, chegado a uma etapa de divisão social de trabalho que permita a plena aplicação do conceito de luta de classes, elevando-a à condição de contradição social principal. No estado de início de libertação do subdesenvolvimento a real divisão social do trabalho é aquela que se dá entre o trabalho em benefício dos interêsses internos do país e o que é feito em proveito dos exploradores estrangeiros em regime imperialista e colonial. Dêste ângulo é que convém apreciar a divisão em classes, sem dúvida presente na sociedade subdesenvolvida, mas é a primeira das divisões apontadas que constitui no momento a contradição principal. Todavia, dada a natureza capitalista do processo, seu curso se encaminha para fases superiores, onde terá vigência preponderante a divisão em classes segundo a modalidade da expropriação do trabalho das massas por um grupo possuidor do capital.

Muitos críticos e examinadores dos fatos sociais em nosso meio deixam-se enganar por falta de suficiente percepção dêste fenômeno de fase. Sem dúvida é lícito raciocinar em têrmos da rígida concepção de luta de classes, e muitas vêzes com isso se esclarecem aspectos reais dos problemas, mas é preciso não esquecer que não devemos precipitar a aplicação de tal esquema, quando as divergências sociais são as de uma economia ainda primitiva e sujeita ao regime de pressão e espoliação externa, que subverte os modelos habituais na situação metropolitana, obrigando-nos a descobrir, por indução, quais os elementos que compõem no momento a contradição principal da nossa realidade. É mais fácil os operários de uma indústria antiquada serem levados

a pensar em consonância com seus patrões, do que a se unir aos que são seus companheiros de classe, mas servindo em fábricas modernas. É freqüente o tom de superioridade do operário melhor estipendiado e trabalhando em indústrias progressistas, grande número delas estrangeiras, em relação a seus companheiros obrigados a servir em oficinas modestas, de precárias instalações, embora integralmente nacionais. A grande emprêsa industrial modernizada, submissa ao capital estrangeiro, necessita, para sua possibilidade e proteção, da política proposta pelos seus dirigentes, logo compreendida pelos operários que nela trabalham. Forma-se, assim, uma parcela da massa obreira, correspondendo ao grau mais avançado de transformação qualitativa no processo econômico, porém alienada no seu modo de pensar, por motivo da momentânea euforia que lhe causam os melhores salários e o nível de vida mais confortável de que desfruta. É a consciência dêsse grupo, englobando tanto patrões como técnicos assalariados e executantes menores, que se opõe à que representa os interêsses do trabalho mais atrasado, porém de raízes autóctones, porque nessas pequenas emprêsas os operários não encontram salários tão elevados, quanto os do grupo oposto, serviços assistenciais satisfatórios, nem condições de vida tão favoráveis. Contudo, será o crescimento desta fração, o setor interno da indústria nacional, que determinará a adesão a êle dos elementos da classe operária situados no setor oposto, para, em conjunto, comporem a consciência da classe trabalhadora nacional como totalidade. Com o crescimento da indústria nacional interna, sob a direção de uma ideologia nacionalista do desenvolvimento, o setor nacional se vai fortalecendo e chegará o dia em que se nivelará ao setor estrangeiro. Em tal etapa as condições de vida dos operários dos dois grupos se equiparam e então estará constituída a base material para a unificação da consciência da classe trabalhadora na defesa dos seus interêsses, agora comuns. Quando tiver sido conseguido pelo menos o nivelamento da indústria nacional ao setor estrangeiro, será isso sinal de que êsse antagonismo terá deixado de ser contradição principal da sociedade, abrindo-se assim a possibilidade de passar a contradição entre as classes a ser a contradição principal.

O perigo da desunião das classes trabalhadoras não é apenas ameaça futura, mas em larga parte fato atual. O que representa como fator de atraso para o processo da consciência nacional, não precisa ser acentuado. No período

inicial do intenso desenvolvimento econômico há tôda vantagem para os grupos dirigentes em impedir a coesão das massas e para isso lançam mão de numerosos expedientes enganadores e entorpecentes, dos quais citaremos apenas os seguintes:

a) a recusa em colocar no primeiro plano do debate social o problema das relações de produção. Por todos os meios procura a consciência dominante ocultar às massas ser êste o verdadeiro tema a debater, substituindo-o por outros, alguns reais, porém secundários, outros fictícios, simples recursos para anestesiar-lhes a sensibilidade. A êste propósito, convém apontar o descaso dos partidos populares, principalmente aquêles que maiores responsabilidades têm por se intitularem trabalhistas e exercerem ativa e meritória influência sôbre as camadas trabalhadoras, pois são os primeiros a se desinteressar do assunto, perdendo-se em reivindicações restritas e momentâneas.

b) Outro dispositivo de ocultação é o estímulo às exigências imediatas do povo, as quais podem ter atendimento rápido e produzir curto período de euforia e relaxamento das tensões sociais, sem contudo afetar nem de leve as causas reais do desequilíbrio coletivo. A repetida concessão de novos níveis de salários, sempre arrancada às classes patronais depois de breve fase de agitação popular, de uma campanha de intimidação, de dissídios de trabalho ou greves em determinados setores, constitui um mecanismo de simples expediente, sem poder de solucionar as efetivas causas das disparidades econômicas, que termina por se converter em recurso de rotina. Sabendo antecipadamente que terá sucesso no seu pedido de aumento de vencimentos, dada categoria profissional arregimenta-se para pôr em jôgo os necessários mecanismos coercitivos, e com isso se desvincula da união com os demais setores de trabalho para exigirem, todos, as reformas substanciais, as únicas que conseguiriam produzir a verdadeira mudança da realidade. O hábito destas manifestações grevistas, do tipo que caberia chamar de greve particular, conduz à passividade a grande massa de trabalhadores não diretamente envolvida na pendência em curso. Em vez de provocar a solidariedade dos profissionais de tôdas as categorias, determina, ao contrário, a expectativa dos que não estão diretamente empenhados na reivindicação do dia, esperançosos como ficam de que o êxito da greve do momento, a qual pessoalmente não lhes diz respeito, venha contudo a beneficiá-los por efeito das melhorias concedidas a

todos. Dêsse modo, em vez de conduzir à progressiva unificação das camadas trabalhadoras, conduz à sua apatia e desarticulação.

Na fase inicial do processo de industrialização do país a consciência dominante não coincide com os interêsses de uma classe definida, mas representa, antes, o modo de pensar dos beneficiários da etapa histórica ainda culminante, mas à beira do declínio. A etapa seguinte, consistindo na realização mais adiantada do regime capitalista, poderá introduzir a luta das consciências segundo a modalidade de oposição entre classes, como nas formas superiores do desenvolvimento. Até lá, é conveniente compreender o drama dos comportamentos antagônicos na sociedade brasileira como tendo por enrêdo a luta do capital nacional para assegurar-se direitos que lhe permitam sobreviver, enquanto enfrenta a competição internacional, e conquistar a supremacia no âmbito interno. Justifica-se o momentâneo amparo ao capitalismo interior nascente tendo-se em vista alguns de seus aspectos, principalmente o reconhecimento do caráter qualitativo distinto que lhe empresta o fato de ter origem em recursos internos, de onde a necessidade de assegurar-lhe preferência política por motivos que resultam, em última análise, de perceber-se a comunidade como capaz de formular agora um projeto de destino independente. Há, portanto, uma consciência original associada ao novo fato econômico; do triunfo de tal representação, no intercurso dialético entre pensamento e realidade, depende a possibilidade de completar-se a transformação qualitativa da fase onde se encontra a comunidade brasileira.

Vimos que a consciência emergente tem por nota característica a de nacionalidade, assumindo no caso atual o significado de nacionalismo. Referindo-nos ao combate das consciências no país subdesenvolvido, não nos devemos limitar a descrever a natureza e os comportamentos da consciência dominante; é indispensável considerar o ponto-de-vista daquela que chamamos de incipiente. É muito mais difícil de definir-lhe o modo de pensar, pela razão, já assinalada, de ser a representação que apenas desponta històricamente, começando a pronunciar as primeiras palavras. Além do mais, tivemos ocasião de observar, não dispõe desde logo de instrumentos conceituais convenientes para lhe exprimir o pensamento, sendo obrigada a servir-se dos que foram forjados pela consciência oposta, até vir a criar, por longo trabalho de reflexão e considerável convívio entre indivíduos de interêsses comuns, as idéias adequadas às suas necessidades, os argumentos coletivos com vigor convincente, a lógica

geral que lhe permita apresentar em forma ordenada, persuasiva e eficiente a sua imagem da realidade. Até então, nada pode fazer senão tentar configurar-se a si própria, mediante ensaios imperfeitos de enunciar seus interêsses e defendê-los, de justificar-se como nova. A dificuldade inicial consiste, sobretudo, em ver-se com plena clareza como nova, como correspondendo a etapa distinta do processo da realidade nacional.

A tendência da consciência incipiente é apagar a nota de originalidade, querendo fazer-se passar por ligeira variante da compreensão vigente; não o faz por malícia ou com segundas intenções e sim porque de fato não é ainda capaz de avaliar com segurança a parte que desempenha no processo, de interpretá-la como qualitativamente distinta e realmente oposta ao bloco dominante. Nada é menos revolucionário do que a germinação de uma consciência revolucionária. Só em momento relativamente avançado do processo real que lhe dá esteio surge com caráter de crise, isto é, de separação, a divergência. Até êsse momento conseguia acomodar-se no plano das idéias com a forma imperante, participar com ela dos mesmos grupamentos políticos partidários, apoiar-lhe muitas das propostas econômicas, comungar na mesma ideologia conservadora e muitas vêzes até aplaudir-lhe os gestos mais reacionários. Como, porém, pela base, em razão da sua lógica própria, estava operando em sentido contrário ao dos interêsses manejados pelos podêres dominantes, chega ao ponto onde se produz fatalmente o rompimento, quando se evidencia sua radical incompatibilidade com a modalidade reinante do pensar. É a súbita descoberta dêsse desacôrdo que a leva a afirmar-se como revolucionária. Antes que tal aconteça, o antagonismo efetivo é mascarado por um acôrdo oscilante, forma manifesta da imprecisa luta das consciências, por sua vez reflexo da confusa e indistinta luta real entre as fôrças objetivas.

A consciência em formação é naturalmente submissa, enquanto não ganha a certeza de poder desempenhar função dirigente no processo. Assim, fôrças econômicas, como a indústria de base interna, organizada em grau significativo, representando nova etapa da realidade nacional, estão sujeitas a permanecer por muito tempo sob a tutela de uma consciência política não coincidente com a representação que já possuem, e a procurar desenvolver-se e consolidar os seus intuitos, aceitando de bom grado o patrocínio e a orientação que lhes desejam dar os expoentes de um estado de coisas a que a presença delas tirou a validade tradicional. Durante

largo período, as fôrças emergentes procuram apoiar-se na consciência dos grupos hegemônicos, que já não as representam, para, à sombra da incompreensão, do orgulho e do otimismo de tais grupos, conquistar o terreno onde consigam desenvolver-se. Mas, a divisão de interêsses inevitàvelmente fará soar a hora na qual já não será admissível a acomodação das tendências, e o antagonismo real, de latente que era, tornar-se-á visível. Só então a parte ascendente terá noção de constituir a nova fase do processo. Ao adquirir esta percepção, decide-se abertamente à luta ideológica, cessa de procurar o aconchego do pensar reinante, para enfrentar a difícil tarefa de formular a própria imagem da realidade. O obstáculo maior com que se depara é estarem no campo oposto os recursos intelectuais indispensáveis. Será necessário que surjam, primeiro sob forma de reivindicações diretas, de gestos violentos e expressões tôscas, as manifestações inequívocas da compreensão da nova qualidade do real, para a seguir os sociólogos e filósofos lhes darem a apresentação teórica convincente.

i) *A nação como universal concreto*

Estamos vivendo no Brasil o trânsito entre as fases assinaladas. Todavia, a convicção de estarmos à entrada de nova fase histórica só pode ocorrer à consciência vanguardeira, pois a mentalidade estabelecida, não a desejando, não é capaz de reconhecê-la. Mas o pensamento pioneiro, pela relativa precariedade das suas fôrças em face da consciência culminante, não acredita ter ainda em que fundar as suas pretensões e sucumbe com facilidade às críticas e ao ridículo em que o envolvem os adversários. Esta a razão pela qual o nacionalismo, que aquêle pensamento ostenta como ideologia própria, se vê tão comumente maltratado. Uma das maneiras de tentar anulá-lo é julgá-lo atitude supérflua, mero recurso retórico, uma vez que nas condições vigentes há suficiente nacionalismo para manter a nação constituída em corpo político estável. A objeção da superfluidade é sutil, e mesmo não sendo das mais freqüentes, é corrosiva. Consiste em declarar que o nacionalismo irrequieto dos nossos dias chega tarde, porquanto o essencial do que se propõe fazer, a doação ao país dos proveitos dos próprios recursos e a criação da alma nacional unida e consistente, está feito. Os nacionalistas atuais, diz, querem parecer inovadores, como se de há muito o Brasil não possuísse sólida consciência nacional e capacidade de autodeterminar-se na escolha do seu desti-

no, pois só estas qualificações explicam as realizações históricas até agora levadas a efeito. Êsse espírito prossegue em sua obra de manter coeso e autônomo o País, e como tal continua a ser suficiente, nada há, portanto, de novo a acrescentar-lhe. A consciência dominante reivindica para si o título de ser e de sempre ter sido nacionalista, não em frases sentimentais ou declarações aguerridas, como se vê nos atuais propagandistas bisonhos dêste respeitável ideal, mas em atos, e especialmente em atos passados, pois foi o seu amor à nacionalidade, servido pela inteligente compreensão dos problemas do País, que tornou possível a construção política que temos diante de nós. Vemos, portanto, que uma das formas de negar valia à consciência minoritária é declarar cumpridos os seus postulados, já satisfeitas as suas exigências. Com isso, as reivindicações emergentes são consideradas redundância, parecem caducas no próprio momento de nascer, e desmoralizada a consciência que se pretende original e diferente pelo fato de apresentá-las.

Êste lance astucioso no debate das mentalidades dá muitas vêzes resultados positivos. De modo geral, tôdas as objeções dotadas de qualquer aparência de fundamento conseguem algum efeito, desnorteando e confundindo o pensamento jovem, em grande parte impreciso. e por isso extremamente sensível à crítica. Ao lado, porém, dos recursos de refutação é comum surgirem outros, particularmente aquêle que consiste em apontar o nacionalismo como réplica de doutrinas políticas nefastas, derrotadas no passado recente ou incompatíveis com o sentir do nosso povo. Estas modalidades de agressão têm, contudo, caráter grosseiro e primário e, embora não sejam desprezíveis pelos efeitos sôbre o espírito popular, ficam mais a cargo de jornalistas. Para o debate qualificado é preciso procurar razões mais sérias. Dois argumentos poderiam ser invocados, os quais merecem ser discutidos, principalmente pela oportunidade que oferecem de apreciar alguns aspectos verdadeiros da questão. Em primeiro lugar, talvez se julgue que a historicidade da estrutura política representada pela nação torna esta uma situação transitória e não permite fundar sôbre tal conteúdo efêmero a teoria geral do processo da realidade. Como objeção, tem antes caráter limitativo e de certo modo preventivo, constituindo advertência aos que ingênuamente pretendessem dar ao pensamento nacionalista amplitude universal e significado doutrinário que, por motivo do fundamento histórico invocado, não têm cabimento. Observam os opositores que a tendência dos tempos é para a próxima superação da existência nacional; dêste modo, para a consciência que se proclama jovem, original, ascendente, revestir-se de côres nacionalistas e exibir como sua novidade um traço em pleno ocaso, é uma ironia, uma contradição em têrmos, denunciadora de total ingenuidade e ausência de objetividade.

A estas considerações deve opor-se, além das reflexões já feitas sôbre o mesmo ponto, a exegese mais aprofundada do processo político real. É certo que a nação é fato histórico; mas não é menos certo que nessa forma se apresentam hoje as comunidades politicamente significativas, a ela aspirando as do mundo periférico, numerosas, que se estão fazendo reconhecidas como sêres históricos distintos. Contudo, ainda quando tenham alcançado a independência jurídica, poucas são as que detêm o comando do próprio destino econômico. Muito falta para que cheguem à plenitude da existência, definida pela posse da autonomia material, achando-se apenas a caminho dêsse objetivo. A transitoriedade de um ser postula o seu desaparecimento algum dia, mas postula também a plenitude de existência, como momento pelo qual deve passar antes de declinar; essa, a marcha normal das coisas, só precipitada ou mutilada por efeito de alguma causa acidental. Deixado a si, o ser que tem de extinguir-se passa primeiro pela fase de perfeita realização de sua existência, Não havendo prazos estabelecidos para o percurso dêste ciclo histórico, nada nos assegura quanto durará o período de ascensão, nem por quanto tempo se conservará no de esplendor, antes de mostrar indícios de exaustão. Não cabendo fazer profecias concretas em têrmos de duração real, seria injusto, no caso do ser nacional, apregoar-lhe o perecimento quando ainda estamos longe de o ver perfeitamente realizado. Tanto mais quanto não sabemos se esta lei se aplica aos sêres históricos constituídos pelas nações, pois não vemos qualquer sinal de que estejam próximos a declinar. Se no futuro alguma forma de convivência política tiver de substituir a presente estrutura nacional, será algo que só se realizará em escala mundial quando as atuais organizações nacionais, e ainda as que lutam para ingressar nesta condição, tiverem realizado totalmente a sua essência. Não é viável pensar numa comunidade supranacional, sem primeiro cada nação se haver desdobrado nas suas máximas possibilidades. Do contrário, a eventual instituição mundial colheria as nações atuais, e outras em via de surgimento, no meio dos respectivos processos de desenvolvimento, e portanto reuniria sob forma homogênea entidades qualitativamente distintas, corpos políti-

cos em idades diferentes do processo material. Para tornar possível abreviar, ou mesmo saltar, a fase nacional, seria necessário que as áreas dominantes se convertessem em centros propulsores do desenvolvimento das regiões atrasadas, não do modo como atualmente se propõem fazer, exercendo um imperialismo ostensivo ou velado, mediante modalidades de auxílio que apenas trazem benefícios para si próprias, mas segundo um esquema de distribuição das fôrças econômicas e de aproveitamento mundial dos recursos, do qual as comunidades pobres participassem na condição de sujeito e não de objeto histórico.

Não há teòricamente impedimento a que se venha a produzir a integração ecumênica. Uma coisa, porém, é certa: não serão os apelos abstratos, a prédica ideológica, a propaganda lírica da união universal que a realizarão. Sòmente quando as condições do processo econômico chegarem a um ponto que torne impossível a convivência entre os povos sem a renúncia a hegemonias predatórias, estará preparado o cenário para se transformarem as estruturas jurídicas nacionais em quadros de existênica coletiva mais amplos do que os de hoje em dia, segundo fórmulas a estabelecer em tal momento. Por conseguinte, é o processo de evolução nacional privada que encaminhará os povos a modos de existência que superem as limitações da realidade presente. Não será, pois, enfraquecendo ou negando o espírito nacional, mas levando-o à plenitude de realização, que se preparam as condições dos tempos novos. Logo, cada nação tem de afirmar vigorosamente a sua existência, consolidando uma viva consciência nacionalista, procurando dar o máximo de realidade ao desenvolvimento material e cultural, a fim de se habilitar a ingressar livremente e em igualdade com as demais em alguma modalidade superior de ser histórico, que ainda ignoramos qual seja. O nacionalismo, em vez de perder sentido à vista desta eventualidade, é, ao contrário, o modo de fortalecimento ideológico da comunidade, necessário para que venha a reconhecer livremente, no futuro, a conveniência de outro modêlo de associação humana a que, com mais vantagem para si, deseje então pertencer.

Um segundo argumento que tentaria invalidar o ponto-de-vista nacionalista, seria o de que a partir de um esquema dêste tipo estamos obrigados a ver o Brasil como entidade excepcional no conjunto mundial, a representá-lo como nação privilegiada, e de certo modo a pensar implìcitamente que tôdas as demais lhe devam ser subordinadas, existir para atender aos interêsses dêle. Sendo evidentemente simplória

tal suposição, se o nacionalismo a abrigasse seria de fato um argumento para desvalorizá-lo. A excessiva importância por nós atribuída à idéia de nacionalidade ao considerar os problemas sociais introduziria um fator perturbador do julgamento histórico, um dado apto a tomar sempre colorido emocional, restringindo o campo perceptivo, dando em resultado o desconhecimento de numerosas relações de entrelaçamento entre os povos, ocultadas ou sumàriamente repudiadas em nome do quimérico conceito de independência nacional. Nos graus mais exaltados, o nacionalismo adquire tal poder de fascínio, que absorve na idéia ingênua de autonomia, sem o mínimo respeito por êles, os dados mais concretos da realidade, altera de boa-fé o panorama dos fatos e pretende para o Brasil regalias históricas, que ao mesmo tempo recusa às demais nações. O nacionalismo seria o estreitamento do campo visual político ao ponto-de-vista de uma única nação, fazendo os interêsses das outras dependentes dos interêsses desta, o que só pode ser levado a cabo no domínio da imaginação, numa comovente amostra de ingenuidade. O nacionalismo seria a doença infantil da nacionalidade. Mesmo querendo desculpá-lo com esta indulgente explicação, não é recomendável tomá-lo como simples curiosidade, indício de açodamento dos povos jovens, por isso muito compreensível nas massas estudantis, quando na prática tem efeitos sèriamente nocivos. Impede a observação lúcida da história que, em vez de fria seqüência de acontecimentos ligados por conexões impessoais, é apresentada como romance passional; a nação pobre é sacrificada à perversidade e à exploração de outras, poderosas e crueis, e precisa vingar-se, para o que, na impotência onde jaz, arma-se de intenções belicosas, de planos de desenvolvimento autônomo, de mirificos projetos de existência, livre dos inimigos impiedosos, e acaba vencendo a todos pelo impulso do entusiasmo, do desejo de liberdade, da audácia realizadora. Tal deformação do entendimento conduz a um nacionalismo poético, inocente, juvenil. Na verdade, dizem os bem pensantes, a nação é sempre parcela do todo mundial, e nenhuma, nem mesmo a mais poderosa, tem o direito de constituir em verdade indiscutível o seu modo de interpretar a realidade. Tratando-se, então, do Brasil, reconhecidamente país subdesenvolvido, periférico e por isso colocado, por enquanto, à margem dos acontecimentos centrais da história dos nossos dias, com voto mecânico nas assembléias internacionais inexpressivas, mas sem assento nos conclaves de onde decorrem as reais decisões políticas, a pretensão de construir para si um modo de pensar próprio é

ainda mais inadmissível, pois não dispomos da condição primordial para isso, a posse da perspectiva superior, que os países das áreas dominantes monopolizam.

O que o argumento em discussão sustenta é, em última análise, ser impossível a um país como o nosso pensar por si próprio o problema geral da realidade. Ora, é assim, reduzido à essência, que o argumento revela claramente a sua fraqueza e falsidade. Julgamos, ao contrário, ser possível ao Brasil adquirir uma perspectiva englobante da universalidade dos acontecimentos, com significação e valor independentes, e que, para fazê-lo, a condição necessária é pensar-se a si mesmo como universal. Não fazemos esta afirmativa por indesculpável espírito nativista, mas como conseqüência de princípios teóricos que julgamos respeitáveis. Não foi diferente desta a atitude dos filósofos idealistas alemães, que, ao meditarem sôbre a realidade do seu país, combalido pela derrota e pela ocupação estrangeira, sentiram que a possibilidade de fazê-lo ressurgir e revigorar-se como estrutura nacional, consistia em criar a teoria da história universal a partir da condição particular do povo a que pertenciam. As grandes concepções da história por êles produzidas, mostrando o necessário domínio da razão no processo da realidade social, tanto como no curso da natureza, e o inevitável rumo dos acontecimentos no sentido da liberdade, não foram devaneios intelectuais; foram mensagens políticas de um povo que desejava justificar, mediante uma fórmula universal, sua luta pela independência. E o que fizeram nos serve de lição, porque, mesmo fundando-nos em outros princípios, diferentes dos que lhes permeavam as concepções românticas e idealistas, aproveitamos o essencial das suas afirmações, a idéia da universalidade da nação a que pertencemos, e o direito de, a partir dela, constituirmos um ângulo de visão englobante da totalidade do real, que nos permita dar aos enunciados nacionais, proferidos em função de tal perspectiva, o valor de proposições universais.

Para isso, é preciso que a nação assuma o ponto-de-vista que nega a si a qualificação lógica de particular, local, parcial; a nação não é uma entre outras, é única, insubstituível, e por isso universal. Eu, que a ela pertenço, não a vejo como gênero lógico, de que tenho conhecimento pela experiência de um caso particular, mas como única na sua espécie, porquanto não me é dado generalizar as relações que a ela me ligam, supondo-me em relações semelhantes com as outras. Existencialmente a nação é sempre singular e concreta. Logo, é mera exigência abstrata e sem sentido real,

pedir ao filósofo que pense em geral, ou seja, de modo válido indistintamente, a realidade histórica. Não lhe é dado conceber a realidade senão fundando-se no ponto do espaço e na época em que vive; por isso, perde todo senso a exigência de universalidade abstrata, só se justifica a pretensão de universalidade concreta. Desde que a nação à qual pertenço é única, pois para mim não há outra, é por isso mesmo universal. É o universal concreto. É evidente que reconheço a existência de outras além da minha, mas êste simples conteúdo do saber não basta para me fazer viver a realidade delas; são sempre estranhas, e de fato só as alcanço, numa percepção concreta mediatizada, através da realidade da minha própria, como amigas, indiferentes ou hostis. Se, portanto, não me é possível existencialmente transportar-me para fora do meu contôrno nacional, a fim de observá-lo de cima, como espectador atento, mas não diretamente ligado ao que aí se passa, a suposta condição particular, a de pertencer a uma nação entre outras, é na verdade um modo de ser universal para mim. A nação constitui para o homem um espaço de existência onde êle se fixa pelas relações objetivas que lhe é permitido estabelecer com a realidade. Estas são, a rigor, as únicas a possuir caráter objetivo, imediato, pois as demais são sempre mediatizadas pelo pertencimento do indivíduo a uma nação particular. Se outras pode ter, além destas, com países estranhos e culturas distintas, contemporâneas ou remotas, é sempre por mediação das relações fundamentais com a sua nação, que as adquire. Até o gesto de negar o seu pertencimento ao país supõe a prévia realidade dêle. Tôda atividade real que desempenho é mediatizada pelas condições da sociedade nacional de que faço parte. O bem-estar econômico de que acaso disponho, ou, no caso oposto, a penúria em que vivo são explicáveis em última análise pelas condições de progresso da minha nação, descontados os acidentes pessoais. A cultura que tenho é aquela que o meu país me permitiu ter, seja porque me dá efetivamente, seja porque me faz fugir dêle para ir buscá-la fora. A questão essencial é o condicionamento do modo geral de conceber a realidade. Tenho necessàriamente na minha nação o contôrno envolvente que mediatiza tôda a minha percepção do universo. É engano pensar que, quando adquiro uma idéia geral, descubro novo fenômeno físico, me utilizo de um instrumento científico, ou produzo uma obra de arte, a influência da nação não está presente nesses procedimentos. Está, e essa presença só não é notada porque, como a música das esferas, é constante. Em qualquer caso que imagine, na or-

dem econômica ou no plano cultural, em última instância é o estado da realidade social que possibilita a minha atividade, mesmo a aparentemente especulativa, atuando como mediador. Se considerarmos a nação como o continente de tôdas as condições da minha realidade social, compreenderemos que a nação mediatiza necessàriamente a minha visão do mundo, minha atividade e minha construção de mim mesmo enquanto ser constituído no espaço configurado pelas suas condições reais.

Não há outro meio de adquirir a perspectiva histórica universal, a não ser pela interposição da nação de origem, uma vez que a renúncia ao sustentáculo que oferece e o desligamento do contôrno que impõe não dão ao homem vias de acesso à verdade concreta, mas apenas a generalizações vazias, que ingênuamente rotula de universalidade. Assim, pois, só é possível pensar uma teoria da história, com significado universal, vinculando-se o pensador intencionalmente a um contexto nacional próprio, em função de condições concretas e de interêsses privativos de uma comunidade. Tôdas as teorias forjadas pelos filósofos, e tôdas as grandes reconstituições do passado, de autoria dos mais capacitados historiares, quando autênticas, estão marcadas pelo sentido do universal concreto, ainda quando não declarado. Êste fato só passava despercebido, ou não era devidamente encarecido, quando nos contentávamos com explicações doutrinárias abstratas e verbais, ou tomávamos por generalizações o que era produto de legítimo pensar concreto. Não possuindo condições adequadas para julgar da diferença entre o abstrato e o concreto, por nos faltar a consciência da nossa realidade como situação concreta, e portanto como fundamento e critério de verdade e de valor, recebíamos com igual deferência tudo o que nos vinha da cultura estrangeira superior, quer se tratasse de especulações ingênuas, quer fôssem as sérias lições da filosofia metropolitana. Não dispúnhamos de meios para nos pensar a nós mesmos de modo autônomo, e por isso não aproveitamos os ensinamentos que os criadores das concepções universais européias eram capazes de nos transmitir como subsídio para formularmos uma perspectiva própria. Em nossa humildade, julgávamos que só os gênios da cultura estrangeira tinham capacidade para pensar universalmente, e isso porque o universal eram êles. Nossa realidade era por definição particular, limitada, retraída, e assim o pensamento que aqui produzíssemos, ainda quando válido para compreender algum problema nosso, ou desejável para formar o tesouro espiritual nacional, estava condenado à exclusiva circulação interna e definitivamente privado do valor de universalidade. A identificação do universal com o metropolitano é fenômeno característico da consciência marginal. Falta-lhe a possibilidade de se ver a si própria como sujeito, como centro para si, porque para ela só a área dominante tem os atributos sacrossantos da eminência histórica, entre os quais a universalidade de suas idéias. A profunda reverência que lhe tributa decorre do reconhecimento da diferença de essência que há entre o país adiantado e o periférico. Só o outro é de fato nação, porque só êle tem capacidade para possuir a visão universal de realidade. O país periférico estando por definição fora do outro acha-se "num canto" da realidade, o que o impede de abranger no seu horizonte a totalidade do real, donde a necessidade de receber dos outros as informações, isto é, os produtos culturais, que não é capaz de obter por si só, porque lhe falta a perspectiva central, de que o país metropolitano desfruta.

Daí estarmos convencidos de que, para chegar ao saber universal, o intelectual brasileiro precisava desvencilhar-se da pobreza do contôrno nativo, expatriar-se espiritualmente, falar sem sotaque os principais idiomas civilizados, para então ingressar, com a graciosa permissão dos proprietários, na mansão celeste da cultura. Se hoje nos permitirmos a licença de satirizar êsse comportamento, é porque mudaram de tal forma as condições objetivas, que adquirimos a consciência de não mais se justificar a dependência em que vivíamos. Temos a certeza de poder agora constituir por nós mesmos a interpretação da nossa realidade e, em função desta, a da realidade dos outros. Somos agora capazes de denunciar a falsidade, a oculta intencionalidade de muitos dos enunciados que nos eram apresentados como universais ùnicamente para que nos reconhecêssemos como a êles submetidos. Tal é, de fato, um dos mais freqüentes modos de conseguir a submissão cultural. A prerrogativa de universalidade, não sendo desafiada ou posta em dúvida, é poderoso preventivo contra qualquer surto de pensar autônomo, por parte dos grupos dominados, visto como as idéias que recebem lhes são inculcadas como necessàriamente válidas para êles, porque válidas em si, para todos. A universalidade com que nos são oferecidas santifica-se como verdade absoluta e cancela o atrevimento de pensar alguma coisa original ao lado e em discordância delas. Fomos, assim, levados a nos convencer de que a posse da cultura superior, metropolitana, era condição indispensável para nos alçarmos ao pensamento de valor universal. Não nos era negado em princípio o direito de tam-

bém pensar, mas exigia-se que primeiramente nos "educássemos", nos "instruíssemos", ou seja, absorvêssemos tôda a produção cultural européia, para depois, então, estarmos em condições de dizer alguma coisa digna de respeito. Acontecia, porém, que adquirir tal cultura implicava a nossa integral transplantação para o mundo alheio, consumindo-nos o trabalho de apreendê-la tôdas as energias, de tal modo que nunca chegava o momento de produzirmos a nossa, ao término dessa instrução preliminar, mas permanente.

Se o pensar em têrmos universais constitui a cultura autêntica, compreendemos agora que a realização do universal não nos é inacessível por motivo do estado de relativo subdesenvolvimento, mas está desde já ao nosso alcance, pois não consiste em nos trasladarmos para um ponto de perspectiva privilegiado, por hipótese situado fora do nosso espaço nacional, decorrente do passado cultural único, irrepetível, intransferível, que não nos pertence, e sim em assumir deliberadamente a realidade concreta onde vivemos e em ver a totalidade do mundo a partir dela. É a oportunidade que se oferece à instituição da cultura brasileira, da qual só hoje começamos a ter idéia. Até aqui sempre procuramos ver o Brasil na perspectiva mundial, agora devemos ver o mundo na perspectiva brasileira. A ineficácia da primeira atitude está em que, para assumi-la, teríamos de praticar a transferência de ponto de observação, o que é existencialmente inexeqüível. Não tem sentido, porque irrealizável, exigir-se de mim, que, para considerar certo assunto, deixe primeiramente de ser tal como sou, formado como fui, carregado de influências, de sentimentos e projetos, devido ao fato de existir no tempo e no lugar onde existo, e me identifique ao ser de outro, de alguém que habita um contexto que não me é vital, e pense como êle pensaria. Por conseguinte, o que me é dado fazer é assumir plenamente a minha realidade circunstancial e vê-la não como caso particular, o que supõe um universal distinto e distante, do qual fôsse parte ou instância, mas como caso único, o que a converte no próprio universal.

j) *A relação de dominação*

É claro que tal deliberação não significa ignorar a existência de outras realidades nacionais, nem negar os aspectos comuns a tôdas; significa apenas que não será pelo recebimento de ensinamentos dogmáticos procedentes delas, nem por indução abstrativa a partir de um conjunto de casos

singulares, que chegarei, no domínio dos acontecimentos sociais e históricos, à idéia universal. Esta é alcançada pelo ato intelectual de representar a totalidade, empreendido sôbre o fundamento da minha circunstância específica e única. Justamente porque reconheço não ser isolada, mas inserida na totalidade histórica, sei que a maneira de apreender o universal dessa totalidade é concebê-la na perspectiva que me é própria. Se a minha realidade nacional não existe excluída de todo, antes é elemento de um conjunto maior; oferece base para apreender a totalidade mundial porque nela incide tôda a trama de relações em que precisamente o todo consiste. Minha circunstância nacional só é parte porque um todo mais extenso a envolve, a absorve, a determina, porque as relações que configuram a totalidade mundial nela estão presentes para fazer dela parte daquele todo. Se assim não fôsse, se a totalidade não estivesse presente no particular, êste não lhe pertenceria. De fato, a totalidade não tem existência à parte das partes, nem é algo que se apreenda apenas segundo uma perspectiva preferencial, por exemplo a da nação atualmente detentora da hegemonia histórica. A totalidade não se define pela soma das partes, mas pela presença em tôdas do mesmo princípio racional configurador. Eis porque é certo falar de totalidade aberta, de conjunto objetivamente definido, e contudo formado por um número de têrmos ou ignorado ou infinito, pois o que o constitui em totalidade não é o aglomerado, material ou ideal, dos elementos, mas o princípio configurador a que todos se subordinam. Qualquer das partes é portadora de tal princípio, sem o qual não seria elemento daquele todo. Por conseguinte, há em cada uma o fundamento, a razão de ser da totalidade a que pertence, donde ser possível a qualquer delas servir de ponto de partida a um processo de consciência capaz de ascender à universalidade. Para tanto, o que tem a fazer não é negar-se como particular, renunciar ao ser limitado que é e tentar, por procedimentos abstrativos generalizantes, captar um universal, que pairaria a distância, fora dela, mas ao contrário reconhecer-se a si própria como o universal, como o particular que se torna universal por ser concreto, único, ininterCambiável, a fim de descobrir no seu modo de ser a forma que para ela assume o princípio configurador da totalidade. Tal princípio não é mera abstração, é concreto.

Sem o conceito da unidade dialética do universal e do particular no processo histórico, pouca esperança há de se entender a relação que liga uma comunidade nacional ao conjunto de entidades políticas que compõem o panorama da

história. Recusando-nos a vê-las unificadas na idéia de totalidade, corremos o risco de aceitar irrefletidamente outras explicações do vínculo político entre nação-parte e mundo-todo, que só têm por fim veicular conceitos favoráveis aos desígnios de dominação daquelas que ostentam no momento o cetro da realeza econômica e cultural. O país imperante, tendendo cândidamente a considerar a história como produto de seu esfôrço, é levado a crer que as comunidades atrasadas e dependentes são a matéria normal que lhe é ofertada para o exercício do domínio. A totalidade aparece-lhe, portanto, configurada pelo que chamará de "princípio de dominação", o qual, no caso, funciona a favor dêle. É, na espécie, uma concepção universal concreta, pois se apóia na sua experiência particular, e ao mesmo tempo total, visto abranger a realidade de todos os outros. Para êle, a história do mundo explica-se por aquêle princípio, como também se justificam os atos de comando mundial, de interferência nas áreas subalternas e de julgamento das condutas nacionais alheias. Admitindo como esquema, para desenvolver as novas reflexões, ser esta a situação real da totalidade política do nosso tempo, o fato de exercer-se em prejuízo do dominado, dá a êste a possibilidade de acesso à compreensão do princípio configurador geral a que está prêso, o qual se acha nêle tão presente quanto no dominador. Êste fato tem importância decisiva. Não é possível exercer domínio sôbre a parte mais fraca sem incorporá-la ao processo objetivo de espoliação, cuja lógica fica assim ao alcance da consciência da parte dominada. Desde que êste figura como elemento de relação de domínio, será apenas questão de desenvolvimento do seu processo de consciência própria chegar a representar para si o estado de subordinação em que se encontra. Apenas, no processo desta dialética intervém um fator que dificulta efetivar-se a teórica igualdade de acesso ao princípio configurante, pelas frações do todo: é o respectivo grau de consciência, o qual não é o mesmo entre partes desiguais em virtude do regime de dominação econômica.

Com efeito, na fase de domínio semicolonial, a existência periférica e subdesenvolvida determina a privação de consciência ou a posse ùnicamente dos graus mais elementares, o que torna o incipiente pensador pertencente a êsse contexto naturalmente incapaz de tomar contato com o princípio configurador da totalidade, sendo êste constituído pela "relação de dominação". Òbviamente, tal princípio só se revela à consciência lúcida do pensador metropolitano, por motivo do posto dominante que ocupa. As massas coloniais

ou as dos países subdesenvolvidos, tão duramente afetadas por aquêle princípio, que exprime a essência da realidade submissa e explorada, estão impossibilitadas de descobri-lo, porque, para tanto, necessitariam da consciência de si, que lhes facultasse meios de universalizar a representação da própria condição, mas dela estão desprovidas pelo estado de dependência e marginalidade. Dêste modo, quando entre elas surge uma cabeça pensante que se sente desejosa de compreender o que se passa no mundo, não tem outro caminho a seguir senão absorver, a título de ciência, as produções de pensamento elaboradas na região dominante, e nutrir com estas o seu desejo de progresso intelectual, enveredando assim pelo caminho da alienação. Aceita de bom grado o pensar metropolitano porque reconhece nêle a única expressão do universal, sem desconfiar da intencionalidade de que vêm carregadas as suas produções ideológicas, a principal das quais é a sua autoproclamação como universal, recolhe-se à sua soberania, curva-se as suas sentenças e sobretudo deixa-se interpretar por êle. Nenhum mal haverá em cultivar essa educação, necessária e imperiosa enquanto recebimento da herança intelectual da humanidade, desde que não tenha como resultado levar o pensador da região subdesenvolvida a julgar que se universaliza por se enquadrar na perspectiva metropolitana. Se não estiver advertido dêsse engano, persistirá num modo de pensar improfícuo para a sua comunidade, não contribuindo para revelar-lhe a verdadeira percepção das coisas segundo a forma de universalidade correspondente ao ponto-de-vista dela.

Tal condição perdura longamente, até que o país atrasado começa a manifestar os primeiros indícios do despertar da consciência. Sabemos quão penosa e vacilante é a fase inicial, quando o pensamento sofre a inquietude mais aguda, já não se satisfazendo na placidez da alienação e ainda sem nada ter de próprio que lhe traga segurança e certeza. Nesta fase tôdas as confusões são de esperar, o universal alheio pode ser ingênuamente recusado ao outro enquanto direito dêle, assim como uma precipitação juvenil leva a consciência despertante a concepções pretensiosas mas imperfeitas, bem intencionadas mas destituídas de fundamento. É preciso que realmente o país suba mais um degrau do desenvolvimento econômico para se evidenciar à sua consciência a posição que ocupa na totalidade do concerto histórico. Atingida essa etapa, desaparece a desvantagem da assimetria cultural, substituída pela possível reciprocidade das perspectivas sôbre o princípio configurador da totalidade no

caso, o princípio de dominação. Por muito que o dominador tente disfarçá-lo, as condições, agora mais adiantadas, da economia da parte dominada, já lhe permitem ter uma consciência própria, que se constitui em pensamento universal, para ela, e engloba o ponto-de-vista do dominador, superando-o e interpretando-o. De agora em diante, não é só o centro que guarda a prerrogativa de exprimir o universal; a consciência periférica arroga-se êsse mesmo direito e se apresta a exercê-lo. Se não opera em abstrato, mas objetivamente, o que uma vê é necessàriamente o mesmo que a outra vê, ou seja, descortina-se à percepção da parte menor o significado do princípio que estrutura a totalidade histórica do nosso tempo. Mas a diferença capital está em que a consciência menos desenvolvida o vê do seu próprio ponto-de-vista, em função dos seus interêsses, interpreta-lhe o caráter de universalidade segundo o modo como a afeta. Tal transformação da perspectiva e de conceituação tem importância prática decisiva: as reações emocionais e volitivas das massas, agora esclareciads por esta representação, não serão as mesmas que eram enquanto permaneciam obtusas e seus raros expoentes se contentavam com espelhar a compreensão derivada da posição oposta. Não é preciso ser atingida a paridade cultural e econômica para se estabelecer a reciprocidade entre as consciências de áreas diferentes. Desde que na região atrasada se deflagre um impulso efetivo de ação sôbre a realidade, determinando a acelerada corrida ao desenvolvimento, estão postas as premissas materiais que tornarão exeqüível a consciência própria. Mas esta só alcança a maturidade quando, superando a diferença de postura que a distinguia e distanciava da superior, se mostra capaz de universalizar a sua posição, quer dizer, de pensar por si o seu ser e de exprimir a totalidade segundo um esquema de compreensão que proclama a supremacia do seu projeto de existência autônoma.

Ora, parece-nos serem estas a situação e as possibilidades atuais da consciência brasileira. Chegamos a tal momento porque para nós está vencida a etapa da dependência bruta, inerte, muda, cultural e econômica, já ingressamos no que chamaremos a fase da "dependência significativa". Não é ainda a autonomia efetiva, mas um estado onde começa a existir a reflexão consciente sôbre as condições da existência dependente. Caracteriza-se êste trabalho reflexivo pela doação de signifiacdo autóctone aos objetos, fatos, situações e valores. Neste novo nível as relações de dependência deixam de ser para o país menos adiantado a prática

do estado de ausência de direção de si, o qual só era refletido pela consciência superior, que dêle se beneficiava, para serem igualmente concebidas pela consciência do país subdesenvolvido, que agora passa a emitir julgamento sôbre a sua realidade. Estamos vivendo por isso um momento essencial no processo de libertação nacional: aquêle em que o pensar coletivo se apropria do ser do país para tratá-lo com uma conceituação, e até mesmo com nomenclatura, que deriva de uma percepção de si original. O que dá importância decisiva a êste momento é ser condição de trânsito para a etapa mais alta, a de plena autonomia. A doação de sentido às relações de dependência, segundo conceitos gerais que derivam da consciência de si da nação, ou seja, segundo o pensamento nacionalista, é, simultâneamente, indício e realização de radical mudança na qualidade da consciência periférica. Anteriormente, as relações de subordinação a que o país estava submetido só recebiam significado conferido pela consciência dominante, ao mesmo tempo a aproveitadora da dominação: eram o que os intérpretes do pensar superior diziam que eram, aos países inferiores cabia ou ignorar o problema, submetendo-se mudamente ao estado de exploração, sem produzir qualquer tentativa de compreensão de si, ou filiar-se ao modo de pensar dos outros, considerando como enunciado racional, científico, isento de intenções, expressão última da verdade, tudo quanto a filosofia e a ciência da região mestra proferia a respeito do estado, das ações e das possibilidades das de menor progresso. A ciência social e a teoria econômica sendo, por definição, conforme a sapiência metropolitana inculcava à inerme inteligência das áreas atrasadas, cada qual uma só na sua espécie, supunha-se que tinham por tarefa enunciar a significação única, natural e incontrovertível das relações entre nações situadas em grau distinto de desenvolvimento.

A doação de sentido era um direito exclusivo do pensar metropolitano. Agora, porém, a consciência dependente alcançou um teor de claridade no seu processo interior, suficiente para fazer de si origem de significações. É o momento em que já lhe é possível responder à consciência do dominador, mostrando-lhe a imagem que dêle faz. Doravante, a consciência brasileira é capaz de outorgar aos fatos um sentido, derivado do modo peculiar como os vê ou seja segundo a perspectiva dos interêsses objetivos da comunidade, da qual é o reflexo; não necessita mais, para entender a realidade, ir buscar um critério na interpretação alheia. Estamos começando a descobrir a capacidade de nos tornarmos

nós mesmos foco de significações. Isto não se dá por miraculosa reviravolta intelectual, nem por inexplicável exacerbação do sentimento nativista, mas porque se constituíram objetivamente condições econômicas reais que, definindo uma nova etapa da existência nacional, nos obrigam a pensar tomando-as como fundamento da imagem e dos conceitos que fazemos sôbre nós mesmos e o mundo. Eis a razão de começarmos a conhecer a realidade de maneira independente: é porque o acatamento à imagem anterior, recebida de fora, entra agora em choque com os interêsses evidentes que temos. A inteligência, quando desocupada está sujeita a errar, pensando em abstrato ou deixando-se conduzir pela mão dos outros; porém é mais difícil que isso ocorra quando empenhada em pensar para defesa dos seus interêsses próprios. Neste caso o significado das coisas faz-se imediatamente visível, a inteligência, representada aqui pela percepção coletiva das massas, chega a conclusões práticas indubitáveis, de tal sorte que não é mais possível ao crítico social de formação alienada, ou ao empresário econômico de intenções antinacionais mascarar com insidiosas interpretações de empréstimo o significado de objetivos tornados inequívocos no entendimento das massas. Na fase de dependência colonial faltava à consciência dominada o essencial para se tornar fonte de significações: interêsses próprios. Só quem os tinha então era o dominador, e por isso só dêle derivavam o nome, o sentido e o valor das coisas. Mas logo que surgem interêsses autônomos e tal se dá quando se geram no país novas modalidades e relações de produção que não mais serão compreendidas pelos trabalhadores se continuarem a servir-se de critérios e significados recebidos daqueles que se aproveitam do seu trabalho—o conflito de interpretações é inevitável.

O que há de auspicioso no reconhecimento dêsse conflito é ser prova de existir um pensar autóctone. De agora em diante, o processo do país dependente será conduzido em base conflitual, em condições de luta consciente: o dominador nada consegue fazer que escape à observação da consciência mais fraca, não pode ocultar as intenções imperialistas, dissimular com nomes amistosos os seus movimentos políticos, não tem meios de impedir que as massas periféricas interpretem as suas operações econômicas como espoliação. O dominador que até então, para estender o seu domínio, lutava contra simples obstáculos físicos, encontra agora pela frente uma consciência na qual se constitui a imagem dêle, dominador, como séria resistência aos seus desígnios

expansionistas. Quem dá à relação entre as partes desiguais o nome de dominação é a parte mais fraca, contra a vontade da outra que se esforça por denominar o interêsse que tem pelo país atrasado de "assistência", "ajuda", "cooperação" etc. A consciência dominada, por sua vez, não realiza o seu projeto, agora autônomo, senão sabendo que terá de fazê-lo à custa de combates e sacrifícios. No plano da subjetividade há na verdade uma luta de consciências, travada em tôrno do direito de interpretação. Não se trata, é claro, de direito abstrato, o de praticar mero exercício lógico; a luta pelo reconhecimento do poder de interpretação expressa no plano da consciência o direito que a nação subordinada exige, de reger as próprias fôrças econômicas. Tal direito se consubstancia na capacidade de interpretar os fatos em que se vê envolvida, segundo o critério que lhe convém. O que a consciência da nação pobre exige é que lhe reconheçam êsse direito: o de apresentar-se como pensamento de homens pertencentes a um contexto subdesenvolvido, mas já suficientemente senhores de um projeto de destino independente, em razão do qual se consideram capacitados a emitir sôbre si e sôbre os outros julgamentos originais dotados de verdade para si.

k) *A educação como instrumento de dominação*

Da parte do pensamento dominante subsiste ainda a ilusão de que a posição de eminência cultural, de progresso técnico e de alto desenvolvimento econômico implicam necessàriamente ser êle o único possível proprietário do superior percebimento da realidade. As condutas das massas periféricas e as proposições dos seus líderes aparecem-lhe como formas rudimentares e grosseiras de movimentos sociais e de expressão do pensamento, etapas infantis do processo da consciência, o que conduz—e aqui fazemos uma observação da mais alta importância—os representantes mais qualificados do pensar metropolitano a considerar que sua missão mundial é primordialmente de ordem pedagógica. É uma mistificação real, ainda quando em alguns não consciente, e consiste em encobrir os verdadeiros propósitos de domínio político e rapacidade econômica sob a capa de filantrópica cruzada mundial pela educação das nações atrasadas. A imensa maioria da humanidade, diz, sofre da carência de educação conveniente, o que bem se compreende considerados os baixos padrões de vida em que vegeta. Assim sendo, mais do que modificar os têrmos do intercâmbio econômi-

co, o que importa em primeiro lugar é educar as massas ignorantes dos países estagnados. O que lhes falta é, com efeito, educação, esta é a necessidade capital, porquanto só depois de a adquirirem lhes será possível cuidar convenientemente das graves questões materiais que as afetam, como por exemplo a melhoria dos níveis de confôrto, para os quais nem sequer estão espiritualmente preparadas, questões que, por enquanto, não se acham em condições de resolver por si mesmas. Quando tiverem educação, e para consegui-la a política dos países dominantes mostra-se solícita em contribuir por todos os meios, resolver-se-ão com a maior facilidade tôdas as dificuldades internas e internacionais, frutos apenas da incompreensão intelectual. A própria paz do mundo depende da educação. Enquanto houver nações incultas, povoadas por milhões de sêres ignorantes, sujeitos por isso à sedução de doutrinas igualitárias de baixo conteúdo intelectual, como será possível tratar com elas de estabelecer um esquema racional de convivência política, se estão sempre irrequietas, não sabem zelar pela palavra empenhada, vivem constantemente ameaçadas de subversão interna? Em benefício da paz faz-se mister uma campanha de educação universal dos povos, para se dissiparem as suspeitas que os fracos nutrem contra os fortes, para que cessem as eternas e já monótonas recriminações de espoliação e imperialismo, e se façam transparentes ao espírito das nações menores as generosas e inocentes intenções das poderosas. O ressentimento dos países pobres é fruto de incompreensão e ignorância. Basta educá-los para desaparecer, dando lugar ao desejado clima de concórdia e boa vizinhança, que assegurará definitivamente a paz mundial. A associação dos objetivos educacionais aos interêsses da paz patenteia-se na necessidade de dirigir a ciência, suas investigações e seu ensino, para a propaganda e a consolidação da ordem mundial. Neste sentido é que se cunharam conceitos como o de "átomos para paz", por exemplo. A educação da consciência atrasada, eis o verdadeiro problema. A missão suprema dos povos progressistas é ensinar os retardados a pensar. Porque é o atraso da consciência periférica que a faz rixenta, recalcitrante e até revolucionária. Se estivesse em condições intelectuais de ver corretamente as coisas, pensaria como pensam os espíritos esclarecidos dos países adiantados, não ofereceria resistências e reivindicações, que só demonstram o infantilismo cultural em que ainda está mergulhada. A denúncia, que a seguir fazemos, da política de alienação educacional enquadra-se nesta análise da categoria de nacionalidade porque dos graves resultados nefastos de tal política decorrem resistências e falsificações relativas ao projeto nacionalista de libertação do nosso País.

Orientada pela explicação do atraso econômico dos países pobres que invoca como causa o atraso intelectual, a política do país dominante procura exercer ação transformadora, a êle favorável, do sentimento das massas das regiões marginais, utilizando como instrumentos as teorias e os processos educacionais, que lhe são próprios, num duplicado esfôrço de assimilação e domesticação cultural. O ideal de tal política é uniformizar a educação de todos os países atrasados em igualdade com a do centro irradiador. Acredita que, se conseguir distribuir aos povos pouco desenvolvidos o mesmo tipo de ensino, as mesmas idéias sociais e científicas e os processos didáticos que fornece às suas camadas populares, criará para a humanidade o mesmo universo intelectual, idêntica atitude em face da existência, iguais hábitos e valores, o que constitui, segundo pensa, a premissa inicial para resolver todos os problemas mundiais. O país dominante tudo faz para atrair ao seu modo de educar os educadores dos países dependentes, o que consegue com grande freqüência, pois, por condições inerentes à própria estrutura da sociedade subdesenvolvida, os seus educadores oficiais são os menos aptos a sentir e a interpretar corretamente o pensamento emergente do povo, são os personagens mais dóceis às influências externas, convertendo-se fàcilmente em agentes do projeto alheio. No país atrasado, a educação, sendo privilégio da minoria dominante, expressa naturalmente os ideais desta e visa a reproduzir membros do grupo superior, tais como são atualmente. Mas, o trabalho estafante e miserável do povo, o processo real que pesa sôbre os ombros da massa, é também um processo pedagógico, dotado de formidável poder de produzir e de ensinar idéias, que exprimem a realidade tal como é para aquêles que a modificam com as mãos. É tão educativo quanto a escola, ou antes, mais educativo ainda, porque dêle não há evasão, não há dificuldade em aprender as suas lições, que penetram a existência, nêle não há férias, porque é o sofrimento de cada dia.

Forma-se no país empenhado no esfôrço de crescimento duplo processo pedagógico, em franca divergência: a escola, distanciada do real, inapta a exprimir e transmitir a consciência social útil, e a realidade, sempre presente, rica de experiências pungentes, de lições sem palavras, formadora de outra espécie de consciência, ainda inexpressa conceitualmente, mas já atuante e constituindo o pensamento de consideráveis contingentes da comunidade. Ora, tal divergência

não existe no país superior, cuja educação é, de fato, a que lhe convém para produzir novos membros ajustados às condições típicas de tal sociedade. Daí a cegueira dos seus pedagogos, que imaginam bastar transferir para o contôrno atrasado o tipo de escola e de ideais didáticos que êles próprios cultivam, para obter no mundo periférico o mesmo efeito de harmonização social no estilo da que julgam existir no âmbito a que pertencem. Multiplicam então os recursos para atrair elementos juvenis e professôres dos países pobres às suas instituições escolares, a fim de que vejam os métodos que aí se praticam, compreendam a importância das suas ricas instalações, se imbuam dos princípios que as norteiam e observem a perfeição dos efeitos. Como é evidente que todos os visitantes de tais instituições coincidirão nos louvores à admirável organização reinante e à excelência dos resultados que obtém, pois de fato lá aquela educação consulta os interêsses das massas, julgam os promotores do intercâmbio cultural e pedagógico, que o oferecimento de número cada vez maior de bôlsas-de-estudo, de viagens de observação, de convites para estágio e prática nas suas universidades, difundirão pelos países periféricos os ideais de uma educação que lhes parece a única desejável.

Por seu lado, o pedagogo oficial semicolonial, se já tinha parcas condições para representar os reais interêsses do seu meio, pela razão exposta linhas atrás, depois de introduzido nos graus máximos da iniciação pedagógica, tendo recebido a sagração da estada no recinto sacrossanto, e o munus magistral das mãos dos pontífices que cumprimentou, torna-se, ao regressar, um iluminado inútil, um salvador incompreendido e desocupado, cerrado em definitivo à compreensão do processo educativo que objetivamente se está desenrolando diante dos seus olhos. Adere ao modo de ver da consciência metropolitana, acreditando que é preciso, para resolver os problemas do País, antes de mais nada educar o povo. Não percebe que o povo está sempre educado na espécie e no grau de educação que lhe permitem as condições da realidade onde vive. Julga que a educação, como ideal e sistema, precede o processo real e o deve conduzir. Mas, em vez de considerá-la como a efetiva inserção do indivíduo nesse processo, considera-a como iluminação intelectual, necessária para adquirir idéias e hábitos a impor em seguir à comunidade atrasada. A mente dos nativos do país pobre é, por natureza, obscura, está ocupada pelas trevas da ignorância, da rudeza, da amoralidade. Educar é trazer luz, e como tal iluminação exige naturalmente que se vá buscar fora a fonte da energia luminosa, o

processo pedagógico é entendido como a submissão do processo real interno a instruções recebidas das alturas.

O mais claro índice da falta de inserção do burocrata pedagógico no processo real da sociedade brasileira é dado pela incapacidade de apreciar com idéias próprias o fenômeno do analfabetismo. Considera-o um mal, que é imperioso erradicar, como uma praga, uma epizootia que ataca o rebanho humano. É uma doença que se alastra se não fôr contida, pois tem causa na morbidade do "analfabetismo em si". O pedagogo alienado jamais compreenderá que o analfabetismo é um grau do processo de educação, e não a ausência de educação, grau que é preciso evidentemente superar, sendo para isso o primeiro requisito entendê-lo na sua verdade. O analfabeto é um indivíduo educado nas condições que a realidade nacional lhe oferece. Sabe numerosas coisas de que necessita para subsistir, e só não sabe ler e escrever porque nas suas condições de trabalho estas não são exigências de subsistência. O êrro fundamental da pedagogia erudita e simplista dos nossos pedagogos oficiais está em supor que têm por objeto indivíduos não educados, num grau nulo de conhecimento e de educação, o analfabeto adulto ou a criança em vias de se analfabetizar pelo regime de trabalho a que será obrigada. Na verdade, porém, tais indivíduos estão de posse de uma educação suficiente para as condições de vida que levam, e portanto se quisermos alterar-lhes a educação, o que há a fazer não é simplesmente infundir-lhes conhecimentos, mas transformar-lhes as circunstâncias gerais de vida, o modo de trabalho, para que em nova situação tenham necessidade do saber que a instrução superior lhes deve conferir.

O analfabetismo não é o estado inicial, natural do ser humano, pois não tem sentido dizer-se que uma criança em idade pré-escolar é analfabeta. A criança torna-se analfabeta, em virtude do particular processo de educação que a sociedade pobre lhe destina. O analfabeto não possui como essência o ser analfabeto, mas é o resultado, o têrmo de um processo educacional, tal como o letrado. O analfabeto é educado pelas condições da sociedade para se tornar analfabeto, não nasce tal. Alfabetizar e analfabetizar são duas formas de educação que a sociedade está constantemente destinando a duas classes de seus infantes, de acôrdo com a situação de trabalho e de nível econômico que lhes oferece. Nas presentes circunstâncias, há um processo social que encaminha uma fração da comunidade à educação alfabética, e outra, infelizmente bem mais numerosa, à educação analfa-

bética. São realmente dois processos educacionais distintos, ambos custeados com os recursos da comunidade. Com efeito, é preciso que se compreenda que a mesma sociedade que despende parte dos seus recursos em manter e criar escolas e em campanhas de alfabetização, está, por outro lado, embora disso não se aperceba, custeando também a analfabetização das suas restantes massas proletárias e camponesas. A sociedade despende parte do seu orçamento em alfabetizar uma fração da população, mas outra parte, imensamente maior, correspondente ao valor representado pela espoliação do trabalho e pelos mil modos de desperdício social e de financiamento do subdesenvolvimento, pode dizer-se que constitui aplicação de recursos em analfabetizar o restante da população.

Falta evidentemente à pedagogia imitativa que entre nós se pratica, qualquer idéia justa a êste respeito. Para ela o analfabeto é o material bruto constituído pela multidão de brasileiros desamparados, vivendo em estado de miséria que os priva de qualquer estímulo para buscar as luzes do saber. Reconhece, é claro, que a deficiência cultural está ligada à pobreza econômica. Mas comete dois graves erros: o primeiro, considerar o analfabetismo um estado existencial em si, natural, primitivo, o que é falso, pois, conforme dissemos, na atual civilização letrada, é o produto altamente elaborado de determinada forma de organização das relações sociais; o segundo, acreditar que é preciso dar antes educação para conseguir depois transformar as condições econômicas. Tem da miséria e do atraso uma concepção idealista e ilusória. Não chega às causas reais. Não percebe que, enquanto perdurarem as formas de espoliação do trabalho e de desamparo do processo produtivo das massas obreiras e campesinas, a educação letrada é para elas um luxo perfeitamente dispensável porque não tem qualquer uso na existência que são forçadas a levar. Não precisam aprender a ler, porquanto não iriam adquirir pela leitura nada de essencial para a sua existência, e, além do mais, não teriam meios de obter o que ler. No seu modo de vida, ainda que compelidas a se alfabetizarem, êsse ganho seria simplesmente formal e simbólico, pois, logo a seguir, recairiam no analfabetismo prático, que é a ausência do livro. Se a iniciativa dos grupos sociais dirigentes não alterar o regime de trabalho, dando ao homem do povo outro nível de vida, de nada valerá gastar quantias elevadas em promover a alfabetização das massas, porquanto as causas sociais do analfabetismo persistiriam intatas. Eis porque, conforme afirmamos, o comando geral do processo educativo

não deve caber aos iniciados na pedagogia e na didática, mas aos dirigentes políticos da sociedade. Êstes é que devem ter a compreensão necessária para organizar o estado social propício ao desenrolar do processo educativo superior.

Sòmente quando percebermos a verdadeira significação da etapa atual do processo nacional, teremos compreendido a necessidade de fazer dêle o único educador dos nossos educadores. O perigo mais sério que corre a consciência jovem é ser tomada como grau inferior de outra, já estabelecida. Porque, dentro dêste esquema, a realidade do país subdesenvolvido é interpretada como segmento de uma única linha de evolução, que a deve conduzir ao ponto onde está a estrutura hegemônica mundial; em tal caso, só é concebível como válido para a comunidade atrasada o projeto de existência que a transmute na forma instituída no plano dominante. Com isso fica excluído da consciência retardatária o direito a promover um projeto de existência própria. É negada tôda virtualidade específica à sua realidade, ao seu pensamento só é reconhecido um mérito, o de bem imitar. O país subdesenvolvido deve renunciar à pretensão de dizer algo original como produto de cultura, não lhe cabendo fazer mais do que integrar-se, por mimetismo e reprodução, no contexto daquela cultura universal, de que são proprietários os expoentes metropolitanos, os quais têm, muito a propósito, um conceito de subdesenvolvimento que justifica essa convicção. O subdesenvolvimento é para êles o atraso no tempo histórico, medido pelo padrão dêles, e não o real retardamento no processo civilizatório, simultâneamente com a virtualidade de novas formas de cultura. Julgam o subdesenvolvimento uma desgraça nacional cujas causas são primordialmente de ordem moral, traduzidas, como conseqüência, em determinantes de caráter intelectual. Por falta de conveniente conduta em face da vida norteada pelo reconhecimento dos legítimos valores eternos, comunidades inteiras estagnam no trabalho improfícuo, na indolência, na falta de estímulo para os grandes ideais do progresso e por isso vão ficando para trás. O vício moral arrasta não só à perda de energia para explorar o mundo material e para a conseqüente criação da riqueza, que traria os altos padrões de existência, como também acarreta a debilidade cultural, o baixo teor de educação das massas. Eis as razões pelas quais a consciência da parte dominante deposita tantas esperanças no trabalho educacional levado a efeito por zelosos missionários nos países retardados: porque é com êsse trabalho que o país avançado se justifica perante a sua consciência, ao se carregar do mérito de dilatar

os benefícios da civilização; e ainda, nos casos de má-fé, porque a educação exportada permite prevenir, pela domesticação intelectual, eventuais alterações das relações materiais entre tais países e os menores, só vantajosas para os primeiros.

1) *O nacionalismo como supressão da alienação*

As reflexões sôbre os aspectos teóricos do nacionalismo estariam incompletas se deixássemos de mencionar o significado do surgimento da autêntica consciência do país como causa eliminadora das diversas modalidades de alienação que até então o afetavam. A consciência do país subdesenvolvido é, por natureza, alienada. Sendo atrasada a estrutura material que a suporta, é submissa por fôrça dos vínculos que a prendem às economias fortes, de que depende e que a exploram; sendo submissa, é alienada, no sentido de não ter em si mesma a origem das decisões referentes ao seu curso histórico, nem dos seus julgamentos sôbre si e sôbre o mundo. O fenômeno da alienação, mais geral do que o caso aqui considerado, toma contudo feição peculiar e se desdobra em vários aspectos específicos quando o examinamos na perspectiva da particular dependência que subjuga o país pobre aos mais poderosos, que o conduzem. Diz-se de um ser que é alienado quando não se acha na posse da sua essência. Entre o que é, como fato, e o que é como essência, medeia um intervalo, que define a alienação. Dêste modo, o que o ser é como essência, está para êle a distância, não se cumpriu ainda na sua existência real, mas é um fim a atingir. O ser alienado é aquêle que não possui a sua essência como fato atual mas tem de adquiri-la ao longo do seu processo histórico. Tudo o que atualmente é não representa o que em verdade pode tornar-se, forma um ser de empréstimo, um ser substituto, dado ao ente por quem o vigia, conduz e domina, tendo interêsse em que permaneça o mais tempo possível nesse estado de privação da essência.

Considerando o caso do país atrasado, exemplifica-se de maneira tangível êste conceito. A posse, pela nação, de sua essência própria indica haver atingido a etapa histórica onde lhe é dado possuir um ser para si. Quer isto dizer que, chegada a tal condição, adquire um ser cuja realidade objetiva lhe permite adquirir uma consciência na qual se vê na sua efetiva verdade, ou seja, na qual representa a nacionalidade no seu estado real, e a partir daí se constitui em fonte autônoma de percepções da realidade exterior. O país não alienado é origem do sentido verdadeiro (para si) atribuído a

todos os objetos do mundo que não lhe pertence. Julga, de um ponto-de-vista próprio, a realidade alheia e se torna capaz de proferir julgamentos que contrariam os que os outros lhe dizem dêles mesmos e de terceiros. A capacidade de pensar por si a verdade a seu próprio respeito e a respeito da existência circunstante decorre da plena coincidência do ser e da essência, condição que define o estado não alienado. Quando o país assume a sua essência, até então distante e cativa dos que o dominavam, identifica-se consigo mesmo e começa a sentir como alheios os modos de pensar, os comportamentos, a verdade, de que até então se alimentava, descobrindo a ilusão, em que vivia, de ser um ente histórico independente. Só aí percebe com perfeita clareza a alienação de que era vítima, o caráter postiço da sua consciência passada, a involuntariedade de suas atitudes. No estado de subdesenvolvimento e servitude econômica exerce apenas a exterioridade da existência nacional, mas está de todo privado da interioridade da essência nacional. Existe como nação graças ao desempenho, em grande parte simbólico, dos atributos da soberania. Exterioriza em formalismos uma autonomia que realmente não tem, um poderio que lhe falta, uma cultura que não é sua. Faz parte dos dispositivos de dominação internacional, em que seus senhores o mantêm aprisionado, reconhecer-lhe uma soberania fictícia, exterior, de simples cerimônia, e até mesmo cortejá-la, com a qual muito se compraz na sua consciência pueril, sem perceber que o reconhecimento meramente formal dêsse atributo lhe é concedido por ser indispensável aos planos de domínio e espoliação que os países fortes põem em prática. Há tôda a conveniência para êstes em cultivar as ilusões de liberdade, poderio e prestígio das nações subalternas, dando-lhes oportunidade de praticar gestos gratuitos, fazer declarações solenes, participar de conclaves importantes, num arremêdo de soberania que o sólido cativeiro econômico subjacente permite seja exibido sem maiores conseqüências. Com isso é nutrida a vaidade do país atrasado e recolhem proveitos pecuniários as suas "cliques" dirigentes. Porém, o preço dessa comédia jurídica é a manutenção da alienação. Eis porque são sinônimos aquisição de verdadeira independência e término da alienação.

Nenhum país atrasado consegue superar a fase histórica alienada senão pela reforma das estruturas econômicas, retirando do capital estrangeiro o poder de que desfruta, mediante o qual forja a trama de domínio econômico de onde deriva, para a parte subordinada, a inevitável consciência

alienada. A alienação intelectual da comunidade subdesenvolvida se patenteia na incapacidade de dirigir por si mesma os seus negócios, explorar em seu exclusivo benefício as riquezas do solo, traçar por conta própria o projeto de atuação internacional. Tôdas as manifestações de alienação cultural e ideológica têm por base e causa a alienação econômica. Por isso, só serão vencidas quando esta fôr. Não há campanha intelectual, apêlo moral ou propaganda nacionalista capaz de surtir efeito enquanto o processo econômico se desenrolar em condições de subserviência ao comando de uma nação mais forte, aos interêsses daqueles que representam o capital estrangeiro para aqui trasladado. Não é possível esperar efeitos consideráveis do esclarecimento da consciência nacional, levado a cabo por alguns estudiosos e pensadores mais lúcidos, se não coincidirem com gestos políticos que promovam o progressivo desligamento da nossa atividade econômica dos imperativos do capital estranho e das insidiosas manobras de seus dirigentes políticos. O efetivo avanço no processo de libertação nacional depende da ação recíproca entre pensamento nacionalista e política econômica nacionalista. Sabemos que a relação entre êsses fatôres é dialética, donde não poder haver um pensamento teórico válido senão com o teor de verdade que lhe é conferido pela prática social mais avançada do momento, como, igualmente, não ser lícito esperar que a ação dos grupos econômicos de base interna se intensifique e vença as barreiras que lhes são opostas, senão com auxílio do pensamento teórico de que já possam dispôr. Interpretado dêste modo, o progresso da consciência nacionalista identifica-se com a supressão da alienação. O país só adquire verdadeira consciência de si à medida que repudia a que tomava de empréstimo daqueles que a possuiam com valor legítimo para êles. A nação desenvolvida é, por definição, dotada de consciência autêntica. Produz uma imagem do mundo onde se reflete a sua realidade, e por isso é verdadeira para ela. Mas a consciência do país dependente, não tendo meios de refletir a realidade que lhe pertence, por ser esta atrasada e assim não oferecer base para um surto de pensamento livre, que conduzisse à apreensão do ser nacional por êle próprio, vai copiar a consciência do país adiantado, imitando-a em tudo, embebendo-se dos seus produtos culturais, que utiliza e venera como se seus fôssem. É pois uma consciência que em lugar de refletir a sua realidade reflete a consciência alheia; como esta, porém, é o reflexo da realidade do país superior, segue-se que a consciência da nação atrasada é o reflexo de um reflexo. Descobrimos nesta conclusão a

melhor forma de definir a essência da alienação. Das múltiplas tentativas feitas para isolá-la, esta é a que nos parece trazer à luz o traço verdadeiramente essencial: a consciência alienada, em vez de ser o reflexo do seu mundo objetivo, é o reflexo de um reflexo.

Vale a pena comentar um pouco mais êste conceito. A consciência, como sabemos, é sempre um reflexo da realidade. Em representá-la devidamente está a sua verdade. Rejeitando as doutrinas idealistas que configuram na consciência uma entidade anímica distinta substancialmente do mundo objetivo, temos de admitir que a capacidade de representar subjetivamente o mundo exterior surge do processo dessa mesma realidade, e se estrutura històricamente nas formas de pensamento que o relato da cultura dos séculos nos exibe. A consciência, enquanto capacidade de representar o mundo real, é produto histórico, dependente do grau de desenvolvimento a que atingiu o processo da realidade objetiva. Dêste modo, só a consciência daqueles que pertencem às etapas mais avançadas do processo histórico universal, os expoentes da cultura dos países econômicamente mais adiantados, para a época considerada, tem condições para representar com plena veracidade o mundo real. Só ela pode ser reflexo fiel da realidade objetiva, pois exprime a verdade desta de acôrdo com o conhecimento mais perfeito existente no momento. A consciência de outra nação, não tão avançada em progresso material ou mesmo de todo subdesenvolvida, não dispõe de meios para refletir a verdade do mundo; no que se refere aos graus mais adiantados do desenvolvimento, por suposto, porque não pertence a êsse contexto, e tampouco é capaz de refletir a sua própria realidade circundante, pobre, subdesenvolvida, porque a respeito dela encontra, já feita, a opinião e os conceitos emitidos pela consciência superior. Desta maneira, fica completamente inabilitada para refletir, de qualquer modo, a realidade, ou seja, para alcançar a verdade para si, tanto no que se refere ao mundo dos outros quanto no que diz respeito ao seu próprio. É uma consciência necessàriamente alienada porque a primeira condição para ter contato com a sua realidade seria percebê-la como formando um mundo dependente, dominado, mas isto é precisamente o que tal consciência não admite. Admite o subdesenvolvimento, apenas não conhece as suas verdadeiras causas, nem sabe como suprimi-las, porque as medidas eficazes para tal fim contrariam os interêsses da metrópole que é quem lhe diz em que consiste o subdesenvolvimento e como deve proceder para extingui-lo. O conceito de subdesenvolvimento faz parte do conjunto de

idéias sugeridas pela metrópole, a qual tem todo empenho em que a nação atrasada se reconheça como subdesenvolvida mediante a exclusiva interpretação do subdesenvolvimento que lhe é inculcada. Se o que define a verdade de uma consciência é ser reflexo fiel da realidade, a do país subdesenvolvido, não podendo refletir nenhuma realidade, nem a dos outros nem a sua, vê-se despojada de tôda veracidade. No entanto, se não tem ensejo de refletir a realidade, por lhe faltar acesso a ela, como sua natureza consiste sempre em ser o reflexo de alguma coisa, vai refletir a consciência alheia, de que tem conhecimento. Sendo esta, reflexo legítimo da sua realidade, segue-se que a consciência alienada do país subdesenvolvido é reflexo de um reflexo.

Nisto consiste a alienação. É de todo inválida qualquer teoria da alienação que a reduza a uma deficiência intelectual. A alienação é um modo de ser social da consciência subalterna, condizente com o estado de dependência econômica da nação subdesenvolvida em relação à metropolitana. No passado, a alienação estava ligada a êste estado econômico enquanto condição, não enquanto conteúdo, pois êste lhe era dado pelo pensamento metropolitano, ainda quando referindo-se à sua realidade, e nisso precisamente consistia a alienação. Hoje, podemos ter em nossa consciência como conteúdo o conhecimento do nosso estado, ainda real, de dependência econômica, e no entanto a consciência, assim formada, ser crítica, porque não vemos mais o significado desta dependência por meio das categorias do pensar estrangeiro superior, mas por meio das nossas próprias idéias a respeito de nós mesmos. Hoje podemos fazer da alienação conteúdo do pensamento, enquanto tema e não sermos alienados porque os suportes objetivos da consciência não são mais alienados. Compreende-se, agora, que a alienação seria apenas superficialmente definida se a procurássemos captar pelos traços de imitação, subserviência, heteronomia, fuga, devaneio, transplantação e tantos outros que têm sido repetidamente apontados. São todos aspectos inequívocos e efetivamente pertinentes, mas não esgotam a descrição do fenômeno do alheamento e muito menos lhe alcançam o cerne. Só a análise filosófica, servindo-se da teoria geral da gênese da consciência, está apta a deslindar a essência da alienação. Alcançamo-la quando descobrimos a impossibilidade em que se acha o pensamento da nação dependente de se estruturar a si mesmo em condições que lhe permitam refletir a sua realidade. Com efeito, tudo conspira contra isso. Em primeiro lugar, as nações metropolitanas, porque se acham no topo do processo histórico, constroem sua

visão da realidade, com o máximo de extensão e lucidez permitido pelo estado presente do conhecimento humano. São detentoras da cultura e, ao mesmo tempo, do poderio econômico, que utilizam para atrelar ao seu cortejo as outras, mais fracas. Nessa visão da realidade não só existe tôda uma compreensão do mundo, nos seus múltiplos aspectos, científicos, artísticos, ideológicos, como em especial nela figura uma teoria da realidade das nações atrasadas, naturalmente a que convém aos interêsses das dominantes. Dêste modo, qualquer tentativa que o pensador do país periférico faça para interpretar por si mesmo a realidade total do mundo e a sua em particular, choca-se contra a imediata evidência de já existir, pronto, o conhecimento que procura. Parecer-lhe-á, portanto, pura insensatez tentar produzir por si um saber milenarmente constituído, que lhe é oferecido como o resultado dos esforços dos maiores gênios da humanidade. Porque recusar a visão metropolitana do mundo, imponente, prestigiosa, total, para intentar por conta própria um trabalho compreensivo que nada justifica, pois só poderá conduzir a descobrir o descoberto? Não resta, pois, à consciência do pensador periférico outro caminho senão aceitar a imagem metropolitana do mundo, reflexo da consciência alheia, e fazer dela um reflexo para si. Gera-se assim a alienação, com curiosas peculiaridades nos detalhes nos quais se manifesta êsse reflexo reflexo. Não iremos passá-los em revista, mas apenas assinalaremos a necessidade de reinterpretar os traços definidores dos comportamentos alienados à vista dêste conceito da essência da alienação. Mencionaremos, em breves linhas, sòmente dois: o mimetismo cultural e a subserviência ao capital estrangeiro. Enquadram-se ambos na perspectiva aqui aberta.

A consciência do país subdesenvolvido é afoita em se apoderar dos últimos produtos do pensamento metropolitano e em revestir-se das modas e atitudes que lhes correspondem, porque necessita preencher com as idéias e os valores importados o vazio formado no seu interior pela marcha do seu processo objetivo próprio e em virtude da incapacidade de atender com respostas hábeis aos desafios que dêle recebe. Sua realidade, como qualquer outra, evolui constantemente, e precisa ser atendida por uma consciência que a assista, interprete e impulsione. Não podendo desincumbir-se de modo autêntico dessa tarefa, vê-se obrigada a recorrer a empréstimos a uma cultura estranha, e a fazê-lo com açodamento e permanente servilismo, a fim de não se distanciar demasiado do progresso do saber de que se apodera. Os estímulos que recebe do seu meio levam-na a procurar respostas no saber

alheio, porque não acredita ser capaz de atender a êles por meio de criações independentes. Vale a pena observar que ao fazer-se reflexo do reflexo superior, a consciência atrasada não consegue produzir cópias absolutas, sendo levada a cometer sempre distorções, que constituem importante material de estudo porque revelam a pressão da realidade efetivamente vivida em se insinuar na consciência do pensador periférico, impedindo-a de repetir como decalque perfeito o sentimento e a verdade dos outros. A pressão da realidade é sempre tão forte que, mesmo na vigência do estado colonial bruto, foi impossível aos nossos pensadores e homens de letras copiar integralmente os modelos alheios. Foram, por isso, julgados discípulos imperitos pelos críticos atuais, que não vêem a poderosa insinuação de nossa realidade, mesmo na situação em que era ainda inexequível a consciência autêntica do País. O fato de terem sido inábeis como discípulos não testemunha uma deficiência intelectual, o que seria explicação meramente psicológica, mas demonstra a fôrça das condições sociais na gênese da consciência crítica possível em cada momento, ainda quando esta só possa ser a mais débil e elementar, apenas começando a alvorecer.

Ainda a título de exemplo, cabe citar o culto ao capital estrangeiro como modalidade de alienação só explicável em profundidade pelo conceito acima apresentado. De fato, imensa área da consciência do país pobre, sem relações com os beneficiários diretos dos investimentos estrangeiros, cultua como verdade a afirmativa de que a nação subdesenvolvida não é capaz de se elevar por si só aos níveis superiores de progresso econômico sem o auxílio generoso e constante do capital que lhe venha de fora. Não estamos aqui discutindo os aspectos econômicos desta crença, que lhe evidenciariam a total falsidade, mas apenas procurando observar em que medida representa ela o reflexo de uma consciência dominadora sôbre outra, dominada. Para o país hegemônico é evidente que esta tese tem validade, pois a sua prática econômica, os lucros da exploração, a confirma todos os dias. É portanto um dado da sua consciência, em cujo valor acredita e que se apressa em teorizar, paramentando-o da dignidade de teoria científica. É uma verdade para êle, sempre comprovada pela sua realidade. Reflete um estado de coisas existente, o seu indiscutível predomínio histórico, a objetividade do sistema imperialista de relações econômicas, a margem de benefícios que aufere. Não vê motivos para duvidar da verdade da consciência que possui quanto à utilidade dos seus investimentos a fim de desenvolver as áreas pobres e ajudá-las

no próprio esfôrço. É portanto um caso típico de verdade para si da consciência dominante. Quando, porém, a consciência dominada, impedida como está de refletir a sua realidade, se põe a refletir a consciência superior, é inevitável que adote a tese que proclama a indispensabilidade do capital estrangeiro. Aparte os mecanismos de espoliação local, os quais só por si já favorecem esta espécie de alienação, vê-se pois, que a conduta geral da consciência subdesenvolvida, de refletir a mentalidade metropolitana, acarreta a absorção desta idéia, logo admitida como verdade inabalável. Ao refletir a consciência que o espolia, isto é, ao existir em estado de alienação, o país atrasado é induzido a aceitar e proteger os fatôres que o vão impedir de criar as idéias que lhe permitiriam libertar-se. Sendo levado a crer que necessita do dinheiro alheio, que o deve receber com agrado e veneração, está se deixando arrastar para o círculo vicioso de consciência que define a realidade mesma da alienação. De fato, como reflete uma consciência que tem todo interêsse em mantê-lo dependente, procurará desenvolver-se e alcançar a consciência de si na base do aproveitamento do capital que lhe vem de fora, mas dêsse modo intensifica a sua dependência; ou seja, procura refletir cada vez com maior fidelidade a verdade dos outros, na esperança de assim progredir até chegar ao ponto onde adquira meios para produzir sua própria, tentativa evidentemente irrealizável, porque supõe, contra as leis da lógica, a existência de uma saída para um raciocínio circular. Percebemos aqui novo aspecto do caráter da consciência alienada: não é impatriótica por natureza, mas incide na ingenuidade de pretender libertar-se com o auxílio do seu carcereiro.

Em segundo lugar, conspira também para impossibilitá-la de ascender ao plano do reflexo autêntico, o interêsse da nação metropolitana dominante em conservá-la no estado de reflexo de um reflexo. Por mil modos e maneiras inculca-lhe a superioridade que inegàvelmente possui e a faz crer que os intervalos históricos são infranqueáveis. Quem chegou depois só pode enfileirar-se no séquito dos vanguardeiros e ecoar-lhes as idéias. A capacidade de pensar está ligada à de explorar a natureza, cujo resultado é o progresso material, os altos índices econômicos, a riqueza cultural. O pensamento é a única escola do pensamento, donde só restar aos retardatários o recurso de se matricularem nas instituições metropolitanas, caso desejem criar um pensamento para si. Temos nesta insinuação a mais insidiosa das opressões do país dominante, pela qual inocula no íntimo do processo cultural da consciência

nascente os germes da alienação. Desanima-a de tôda crença em si própria, ensinando-lhe que para pensar é preciso aprender a pensar. Ora, como só a consciência superior é portadora de um pensamento organizado, cuja verdade é incontestе para ela, qualquer ensáio de refletir o mundo pobre feito por uma consciência original, a êle pertencente, está fadado de antemão ao insucesso, se não tiver por base e norma o conhecimento dêsse próprio mundo atrasado, que se acha na ciência do outro, o adiantado, onde é preciso ir buscá-lo. A inteligência do país subdesenvolvido é liminarmente dissuadida de se esforçar em produzir de si a sua imagem de realidade, pelas insinuações que recebe e lhe demonstram a inutilidade e impossibilidade de tal intento. Inútil, porque já existe um pensamento que interpreta a realidade atrasada; e impossível, porque as idéias gerais, as categorias indispensáveis para levar a cabo tal cometimento estão de posse do pensador metropolitano, que as empresta de bom grado, porquanto, assim fazendo precipita a parte fraca no circuito da alienação cultural. A malícia mais sutil da consciência metropolitana está justamente nisto: em fazer crer à consciência da nação subdesenvolvida que o caminho para a sua verdade é a alienação. Com isso santifica-se, despoja-se da repulsa que a fria exposição dos fatos causaria, ao impor as idéias e valores que lhe interessam como conclusão de uma teoria histórica.

Contra os nefastos efeitos dêste sortilégio só existe remédio no florescimento da consciência nacionalista. De fato, o nacionalismo revela-se como o único recurso para superar e suprimir a alienação da consciência do país subdesenvolvido. Por natureza, o nacionalismo significa o término da alienação, pois define a essência de uma consciência nacional que reflete a sua realidade e só através desta alcança a realidade restante. Se por definição o nacionalismo representa o fim da alienação, na prática a passagem de um modo de ser ao outro não é imediata, mas progressiva. Os comportamentos alienados vão cedendo à medida que progride a consciência autêntica do país, o que quer dizer, que progridem os fundamentos desta no processo objetivo, numa palavra, que se constitui uma economia de base interna. Um dos erros do idealismo histórico foi julgar que a dependência entre as consciências nacionais se tece no plano do espírito, é de caráter subjetivo, tem por causa o fascínio das retardatárias pelas mais avançadas, e só pode ser desfeita por vigoroso surto de pensamento empreendido pelo país pobre, fundado apenas no desejo de se libertar. Esta apresentação do problema falseia-o de todo e impede-o de ser resolvido, pois oculta os condicionamentos objetivos da consciência alienada que constituem as verdadeiras causas da alienação, em suas diversas modalidades. Êste esquema idealista transfere para o plano psicológico um estado de coisas cujas raízes são materiais e históricas. Apela para a vontade do povo dependente como se pelo simples desejo das pessoas fôsse possível sacudir um jugo objetivo tradicional, alicerçado em razões concretas e conservado por cuidadosa vigilância dos que dêle se aproveitam. Comete-se aqui um duplo engano: primeiro, supor que basta despertar na consciência atrasada a vontade de se libertar para que essa idéia progrida e se converta em fôrça social suficiente para transformar a situação. Perde-se de vista, nesta fórmula, que o progresso da vontade coletiva é êle próprio um processo histórico, que só ocorre em concomitância com suportes objetivos, sem os quais não passaria de devaneio de alguns estudiosos bem intencionados ou de propaganda inócua de visionários. O segundo engano consiste em acreditar que a consciência alienada seja capaz de se julgar alienada, atribua a si mesma nota de desvalor e por isso deseje reformar-se. Pensar assim é demonstrar completa candura de espírito. Vimos, ao contrário, que um dos traços marcantes da mentalidade alienada do país fraco é a sua fundamental euforia, pontilhada de superficiais acessos de pessimismo, desânimo, negação de si, motivados, ainda, êstes comportamentos por imitação de atitudes semelhantes em moda na literatura ou na filosofia metropolitana. É próprio da consciência alienada regozijar-se consigo mesma, e valorizar em altas vozes os pequenos sucessos que obtém, seja no desenvolvimento econômico do país, seja nas realizações artísticas e literárias. Em nenhum momento a alienação enquanto tal lhe aparece como defeito, privação da capacidade de dirigir-se, ausência de verdade sôbre si. Acreditar no contrário seria supor que a alienação enquanto idéia permite chegar à verdade sôbre a alienação, o que é contraditório. A consciência desalienada forma-se no espaço social dominado pela consciência alienada mas não deriva desta, e sim das transformações objetivas progressistas que o curso da realidade vai produzindo. A consciência alienada, por isso que reflete outra consciência, onde não há alienação, também não a possui em si mesma enquanto sistema fechado; só aparece quando se considera que aquela consciência deveria refletir a sua realidade própria e não o pensamento alheio. Só quando posta em confronto com o seu mundo nacional se patenteia o caráter alienado. Êste é o motivo pelo qual os

indivíduos que não se acham diretamente empenhados no processo transformador do país,—os pensadores fúteis, os literatos ociosos, os cientistas simbólicos, os políticos de clientela atrasada, os bacharéis sem serventia, os professôres universitários burocratas—formam a fina flôr da consciência alienada da nação dependente, e não se sabem alienados, e até mesmo repeliriam indignados esta acintosa acusação. Não participando do processo real, vivem o estado de alienação sem dêle tomar conhecimento. E não o reconhecendo, enquistam-se na sua esfera de pensamento, onde se entregam às mais gratuitas e inúteis especulações e criações intelectuais, entre as quais cabe assinalar a teoria com que pretendem refutar a acusação de alienação. Com efeito, não devemos deixar sem reparo esta eventualidade. Ao saber da existência da alienação, ainda isto por via alienada, por haver aprendido tal conceito nos livros estrangeiros, apressam-se em compor a contra-teoria que a deve refutar, para dêsse modo afastar qualquer possibilidade de serem envolvidos em suspeita.

A denúncia e erradicação da consciência alienada só serão levadas a cabo pela consciência nacionalista e portanto exigem a presença das condições que tornam possível esta última. Sòmente quando o país alcança o grau de desenvolvimento econômico capaz de gerar a atual modalidade de consciência nacionalista, dão-se os meios de superar as diversas formas de alienação de que sofre. A antiga consciência nacionalista, com o conteúdo único que então lhe era permitido ter, podia acomodar-se ao estado alienado e viver dentro dêle, mas a atual determina necessàriamente o rompimento de tôdas as alienações. De agora em diante a alienação é um impedimento ao processo nacional, estabelece uma contradição que, no terreno econômico, constitui a mais grave de quantas afetam o país em esfôrço de desenvolvimento. Devemos, portanto, considerar o nacionalismo como a antítese da alienação em que até agora temos vivido, e a passagem de um a outro estado como o término da condição de reflexo passivo da existência alheia. O caráter dialético dêsse trânsito é evidente. Não pode ser feito com o auxílio da consciência alienada, por suposto; tem de ser realizado pelo pensar nacionalista nascente à medida que o fortalecimento das suas bases objetivas, particularmente a penetração no espírito das massas, lhe fornece os meios de acelerar o seu próprio desenvolvimento. A resistência da consciência alienada será tenaz, porque não aceita a inculpação que lhe é assacada, e porque tem todo interêsse em conservar as estruturas arcaicas e o universo de crenças e valores que tão bons proveitos lhe trazem. Porém a substituição é fatal, os modos alienados de pensar e as condutas reflexas serão abolidos pelo crescimento incessante das fôrças representativas da consciência autêntica do país.

Em três setores, principalmente, poderíamos apontar o antagonismo entre nacionalismo e alienação, indicando porque o primeiro determina a extinção da mentalidade reflexa. No setor econômico, a alienação consiste na dependência em que se encontra o aparelho produtivo do país subdesenvolvido da economia mais forte, que o aprisiona. Seus traços distintivos são a ausência de comando próprio, a complementaridade, o domínio financeiro da moeda nobre, o esmagamento da iniciativa autóctone, a infiltração do capital externo nas emprêsas existentes, a subserviência a diretrizes internacionais, o furto das riquezas minerais, a ameaça de sanções, e mil outros mecanismos de exploração e arrôcho, os quais retiram da nação atrasada a capacidade de conceber e executar um projeto autônomo de destino. No campo econômico a alienação torna a economia do país dependente reflexo da consciência econômica da nação dominante. Os interêsses desta são perfeitamente claros no seu espírito. Suas classes dirigentes têm a exata representação da sua realidade, refletem-na como plena verdade, e entre os dados dessa imagem está a necessidade de exercer efeito paralizante e espoliativo sôbre a economia dos países atrasados. Se as classes dirigentes dêstes últimos aceitam passivamente o pensamento das outras, o que na prática quer dizer tornam-se dóceis às manobras exercidas pelos dominantes, põem-se a seu serviço, acolhem o seu dinheiro e o retribuem règiamente, é porque se deixaram compenetrar pelo pensamento alheio, onde acham a verdade de que se nutrem, é porque se fazem reflexo dêsse reflexo que é o pensamento econômico das classes dirigentes dos países poderosos. Vê-se pois que a definição por nós apresentada calha exatamente, quando consideramos os fatos econômicos que configuram o quadro do domínio e espoliação imperialista. O entreguismo, sem embargo de tôdas as suas revoltantes manobras materiais, é no plano conceitual um fenômeno de alienação. É o modo de pensar de quem reflete o pensamento estranho e faz da verdade para os outros a verdade para si. Muitos homens de negócios, porque são beneficiados pela trama de interêsses que o capital estrangeiro monta no país explorado, proferem automàticamente julgamentos alienados em assuntos econômicos; são pessoas que ignoram qualquer teoria e vivem apenas no plano dos negócios onde se locupletam com os crescentes lucros que o papel

de agentes dos interêsses estrangeiros lhes reserva. Mas há outros indivíduos, que se presumem intelectuais, para os quais o entreguismo decorre de convicções teóricas. São geralmente professôres de Faculdades de Economia, jornalistas, diplomatas, publicistas a serviço de órgãos de classes patronais, pessoas que se justificam a si mesmas pelo estudo e debate supostamente sério dos problemas nacionais. Nêles se percebe com absoluta nitidez o fato de que a relação econômica de domínio e exploração tem por correlato subjetivo a consciência alienada, aquela que se abeberou da ciência econômica metropolitana, a qual, como não podia deixar de ser, serve apenas aos interêsses da comunidade superior. Dêste modo, a economia do país subdesenvolvido é duplamente alienada; nas relações objetivas, inteiramente anexada à economia dominante e sob seu comando; e no aspecto subjetivo, norteada e interpretada por teorias onde se reflete a realidade alheia, a do mundo desenvolvido. Nesse estado de coisas o nacionalismo intervém como fôrça desalienante. Por isso contra êle se mobilizam todos os recursos, em ambos os planos onde atua. Objetivamente, é preciso esmagar as iniciativas do capital autóctone, desmoralizar-lhe a capacidade de crescimento e realização, conter os movimentos das massas trabalhadoras em busca de maior pêso político e de melhores níveis de vida, arrebatar as riquezas minerais, fonte de incoercível capacidade libertadora, apossar-se do suprimento de energia etc. Subjetivamente, tudo deve ser feito para insinuar a verdade universal das doutrinas que enuncia, incentivar o ensino dessas idéias, pela criação de institutos, órgãos, serviços que as divulguem, pela troca de aplausos entre os que as cultivam etc. Verifica-se, assim, que o nacionalismo constitui o novo momento da consciência brasileira, e por isso é a fôrça ideológica capaz de romper as cadeias da alienação econômica.

No setor político, o nacionalismo tem igualmente efeito desalienante. Representa o fim do imperialismo. Êste é, na verdade, a modalidade política da alienação. Se, conforme dissemos, o estado alienado se define pela privação em que um ser se acha de sua própria essência, a nação dominada é de fato alienada pois todos os aspectos de sua realidade que contribuiriam para formar-lhe a essência escapam à sua direção, acham-se na posse daqueles que a dominam. A alienação política é de tôdas a mais grave porque contribui para conservar as demais espécies. Explica-se pela incapacidade da classe dirigente do país atrasado de refletir com autenticidade a sua própria circunstância. Pelas servidões econômicas ou ideológicas que a acorrentam, fica impedida de constituir para si a verdade da sua realidade, substituindo-a pelo aprendizado do saber alheio, no qual, conforme dissemos, se inclui a explicação do seu próprio estado atrasado, embora do ponto-de-vista dos interêsses do dominador, é claro. Repetindo passivamente esta lição, a consciência do país subdesenvolvido impermeabiliza-se aos influxos pedagógicos do seu contôrno nativo, que só conhece por intermédio dos conceitos e fórmulas recebidas da ciência estranha. Fica impossibilitada de erigir-se em consciência política autônoma, porque, em primeiro lugar, não acredita que isso seja possível, e ademais julga que na forma como dirige o país já põe em prática o máximo de autenticidade e independência que lhe é lícito possuir. Não ultrapassa os limites que lhe são impostos pelo feitiço da dominação, não ousa intentar um gesto original, porque, não mantendo correspondência com o seu contôrno social objetivo, não o sente como fonte de inspiração e projetos inéditos. A alienação política documenta a incapacidade do grupo dirigente de inventar o projeto nacional autêntico. Não se trata de invenção imaginária, de produto da fantasia, mas de criar, no sentido mais rigoroso da palavra, a forma de ser que o país deverá possuir. Esta é de fato uma invenção não fantástica, mas objetiva, apoiada na realidade e surgida dos sentimentos que dela recebe a consciência verídica. A consciência alienada não tem possibilidade de criar o projeto original de destino da nação porque aceita o esquema de relações internacionais onde o dominador é sempre a figura dirigente, e onde não cabe ao país fraco senão o papel de corista no drama histórico. A consciência política alienada reflete a consciência dominante, a qual tem uma compreensão justa do seu valor e do poder que exerce sôbre as outras, na defesa dos seus interêsses. Se as partes espoliadas copiarem servilmente o pensamento político das poderosas, se aceitarem os seus modos de julgar, seus estribilhos políticos e quadros ideológicos, sucumbirão a uma insinuação paralisadora de todo esfôrço que viessem a fazer para alcançar a imagem verdadeira da sua realidade. É precisamente isto que o nacionalismo deseja impedir. Enquanto consciência política, o nacionalismo é o repúdio de um reflexo e a tentativa de substitui-lo por outro, legítimo, o da realidade do país atrasado. A ruptura do vínculo sugestionante é a condição para alcançar a verdade de si. O pensamento nacionalista assume, de fato, uma atitude de antagonismo à consciência estrangeira e a todos os produtos por ela criados, que na forma ingênua extrema chega à xenofobia, porque compreende que o rompimento do

reflexo de alienação é o primeiro requisito para as massas da comunidade subdesenvolvida constituírem a consciência de si. A consciência política alienada pertence por natureza à classe dirigente do país pobre. Não se encontra nas massas atrasadas, pois estas não chegam ao nível mínimo de cultura que lhes permitiria tomar conhecimento dos esquemas de dominação internacional postos em prática pelos dominadores. Por isso, as massas do país subdesenvolvido ingressam diretamente na consciência nacionalista logo que adquirem condições para ter consciência, enquanto tal. Não precisam atravessar a árdua fase de luta ideológica, de dúvida interior, de desajuste com o mundo circunstante, que caracteriza a ascenção da consciência dos grupos cultos e dos líderes políticos. Êstes curtem dramático combate espiritual, do qual alguns saem vencedores, quando superam a alienação que os acorrentava e sentem sùbitamente descortinar-se ao seu olhar o campo da verdade nacional, enquanto outros, por estarem ligados a interêsses espúrios ou por fidelidade a idéias obsoletas irremovíveis continuarão jungidos a um pensamento e a uma conduta històricamente condenados. Só o nacionalismo suprime a alienação política; a rigor cabe dizer que sua função específica é essa. Aos olhos da massa, o nacionalismo identifica-se com a superação da alienação política. É isto, sem dúvida, mas é muito mais, pois, conforme vimos, realiza por essência o término de tôdas as alienações de que padece a consciência pobre.

Assim, determina também a cessação da alienação cultural. Foi esta a modalidade de consciência alienada que mais cedo despertou a atenção dos estudiosos da história da nossa sociedade. Viram, com razão, que a mentalidade do intelectual brasileiro nas fases colonial e semicolonial se caracterizava pela completa falta de originalidade, suas produções refletiam o gôsto, a visão e os interêsses metropolitanos, sendo incapaz de oferecer a imagem da própria realidade. Em tais circunstâncias, o fenômeno da transplantação cultural foi inevitável. Deve ser entendido à luz dessas circunstâncias. Não tem sentido denunciar retrospectivamente a alienação como vício, mácula que nos cobre de vergonha. Seria isso atitude anti-histórica e anti-sociológica. Na fase em que não existiam condições para o exercício de um pensamento representativo da realidade do país atrasado, o único modo autêntico de praticar atividades intelectuais era absorver as idéias oriundas dos contextos nacionais superiores, pois a não ser essa atividade só restaria a alternativa do silêncio e da modorra. A inteligência do país em fase colonial tinha necessàriamente de transplantar para o âmbito interno o que melhor se produzia no mundo, onde reconhecia superioridade evidente e um modelo a imitar. No seio dêsse estado cultural alienado é que teve de se gerar o processo de autonomia de pensamento, por um lento germinar de consciência nativa. É essencial entender êste fato. Quando nos referimos à alienação do nosso passado cultural, damos-lhe com justiça êste nome porque o apreciamos na perspectiva atual, que permite tal denúncia, e com mais forte razão se aplica a mesma crítica aos remanescentes daquela mentalidade, hoje revogada. Contudo, não devemos perder de vista que nas condições da época isso que agora chamamos de alienação não era tal, pois constituia a única forma possível de exercício intelectual. Alienação seria, então, a atitude de desprêso pela cultura, a ignorância, o primarismo, o nativismo imediato e inculto. Compreende-se, assim, que o caráter de "alienada" referido à consciência social é dialético e relativo à fase histórica vivida. São os interêsses objetivos da comunidade, o estado de desenvolvimento do seu processo produtivo, que ditam as qualidades definidoras da consciência autêntica para tal momento e, por contraste, o conteúdo dos comportamentos alienados. Só agora temos condições para proceder, com caráter crítico, à denúncia da alienação, e ao mesmo tempo à sua justificação quando referida a outros momentos da história. Numerosos ensáios têm sido escritos, onde se aponta o êrro da alienação e se diz dos males que nos causou, enquanto impedimento ao surto da legítima cultura nacional. Há inequìvocamente grande dose de idealismo nessas censuras, que se afastam do terreno histórico real, porquanto ignoram os determinantes do processo da consciência, na forma como existem em cada época, espelhando o grau de desenvolvimento do país.

Dois conceitos devem ficar desde logo estabelecidos: a alienação cultural é um modo de ser dialético; em segundo lugar, a consciência desalienada tem de se constituir no seio da alienada, dela emergir e se destacar. Quando vituperamos a alienação antiga, fazemo-lo na pessoa dos seus representantes ainda existentes nos dias atuais. Referindo-a a figuras do passado é preciso proceder dialèticamente, e compreender que seria impossível terem produzido a sua compreensão do mundo, sua arte e seu saber senão pela assimilação das idéias e conhecimentos que não estavam em condições de obter por si mesmas. Ao observar um pensador dos mais representativos do nosso escasso passado filosófico defender a submissão da cultura brasileira à germânica, estas páginas, que agora ou nos fazem sorrir ou podem nos encher de repugnância, de-

vem ser entendidas na sua justa perspectiva. Para o autor em questão tratava-se de desligar a cultura nacional dos modelos francêses, por êle julgados decadentes e infecundos, dando-lhe um novo modêlo, pujante, rico de novas fôrças intelectuais, útil para impulsionar o nosso progresso. Claro está que não passa pela cabeça do filósofo aqui lembrado que a verdadeira cultura brasileira seria aquela surgida das nossas próprias fontes internas, como reflexo da nossa realidade. Esta idéia era, na época, inacessível mesmo a um pensador de boa classe. Ninguém a conceberia, porque não se justificava, e se acaso alguém a propusesse representaria isso, no momento, verdadeiro retrocesso, pois os únicos conteudos dessa eventual cultura seriam os aspectos de total primitivismo da nossa existência, e portanto as criações assim originadas longe de contribuir para o nosso progresso o refreiariam, mantendo o País prisioneiro voluntário e satisfeito da imagem intelectual e artística do seu estado de atraso e miséria. Por conseguinte, para a fase em aprêço, quando o País permanecia imobilizado numa estrutura agrária arcaica e numa simples e rigida divisão em duas classes, o único papel que cabia à inteligência resoluta, que lutava por influir no progresso social, era definir qual o modêlo mais conveniente que deveria servir de guia à nossa cultura. Quando um pensador mais atilado propugnava pelo abandono das idéias francesas e pelo culto do pensamento alemão como o caminho para a nossa libertação intelectual, temos de entender êsse fato na perspectiva da dialética da alienação, e admitir que era um procedimento válido, dadas as circunstâncias. Ao apreciá-lo do ponto-de-vista da nossa atuação presente sentimos, é claro, viva repulsa por essa proposta, mas não devemos esquecer que tal reação nos acomete porque insensìvelmente nos imaginamos como se tivéssemos de praticar agora aquela escolha. O que importa é definir para a nossa realidade atual quais os conteudos da cultura que devem ser julgados alienados. A alienação em nosso passado foi inevitável. Houve, de fato, alienação, pois a mentalidade nacional se esgotava em refletir a consciência alheia, ainda que não pudesse fazer outra coisa. Sòmente quando chegamos aos nossos dias, tendo o País feito um esfôrço de desenvolvimento econômico que lhe oferece agora base para expandir-se pelos próprios recursos, começa a existir fundamento na realidade para a atitude da consciência que retira da cultura estranha o privilégio de único conteúdo possível da inteligência nacional. Hoje, há possibilidade de chegarmos ao produto autêntico de nossa existência como ser histórico. A partir de agora será alienada tôda

consciência que não se comportar como reflexo da realidade brasileira, mas persistir no culto de concepções e estilos de vida estrangeiros.

O segundo aspecto a que linhas atrás aludimos, é a necessidade de surgir a consciência autêntica do âmago da alienada. Se, conforme dissemos, a alienação foi uma fase històricamente inevitável, seu declínio e desaparecimento têm de se fazer concomitantemente com a ascenção da consciência desalienada. Esta chama-se agora nacionalismo. Ao mesmo tempo entendemos o caráter de luta com que se estabelece a relação entre uma e outra forma de consciência. O país tem de criar o seu pensamento, a sua imagem de si e do mundo, sua cultura artística, hábitos e valores, em contraposição a uma cultura existente, que o envolve e domina, que se vangloria dos triunfos tradicionais, despreza e ridiculariza os modestos ensáios de um espírito diferente. É uma luta difícil, na qual tudo está a favor da mentalidade dominante, exceto o curso da história. São dela as idéias acatadas, os valores indiscutidos, as instituições afamadas. A simples proposta de um pensamento revolucionário encontra revide nas teorias filosóficas e sociais que demonstram a necessidade de manter o estado de coisas tradicional, a utilidade para o bem do homem em cultivar os valores e os princípios que nêle se consubstanciam. A mudança da consciência não se faz subrepticiamente porque a dominante vigia com cuidado qualquer manifestação de discordância ou rebeldia. Se às vêzes manifesta certa complacência, se parece ceder em questões superficiais, jamais se despoja do essencial, a defesa dos interêsses da estrutura social e econômica que lhe pertence. Quando por vêzes se mostra tolerante com a adversária é isso prova de que não a teme. Se suspeita que daí lhe pode advir algum perigo não deixa de usar da violência para sufocar o despontar de um novo pensamento. Esta situação é dialética e irremovível. O nacionalismo, enquanto fim da alienação cultural, terá de abrir caminho por entre os obstáculos e as ciladas da consciência alienada. Não teria qualquer possibilidade de êxito se não transportasse consigo uma verdade imanente: a de refletir as transformações objetivas que se passam na estrutura da nossa realidade. Dêsse fundamento é que deriva não só a verdade como também a fôrça de se tornar origem de nova concepção do mundo, válida para quem pertence a êsse espaço nacional.

A cultura não é produto abstrato, não surge de inspiração intemporal e incondicionada, mas traz a marca do tempo e do lugar onde é criada. O homem não estabelece um es-

tilo de vida e, em consonância com êste, valores, conceitos, obras de imaginação artística, senão porque tais criações espirituais refletem a realidade onde vive, defendem os aspectos positivos da existência que aí leva, e contribuem para dar sentido ao mundo que explora e aproveita. Com o trânsito da realidade de uma para outra fase a cultura se modifica, dando origem a divisões e luta entre estilos diferentes, porque tôda transição social significa o surgimento de novos interêsses e a decrepitude de outros. A teoria idealista da cultura desliga-a de seus suportes objetivos, concebe-a como um fluxo ideal onde as idéias e os gostos motivam por si sós novas idéias e novos gostos. O pensamento nacional fica assim destituído de qualquer base na realidade, e por isso dependente apenas de uma evolução ideal, que não se passa em lugar algum definido. Esta crença é a porta aberta à alienação, pois retira do pensador, do poeta ou do artista nacional os sustentáculos que dariam esteio à convicção de poder criar algo novo; deixa-os entregues à incerteza de saber se o gênio pessoal lhes dará meios de produzir alguma coisa digna de menção pelos padrões universais. O nacionalismo restaura a esperança de uma cultura autêntica, porque, em primeiro lugar, demonstra-lhe a possibilidade e, ademais, estimula o espírito a produzi-la. Mediante a superação das outras modalidades de alienação, especialmente a política e a econômica, indica ao pensador e ao artista a existência de aspectos novos e originais da realidade nacional, e os oferece como temas em busca de conveniente expressão cultural. Neste sentido, o nacionalismo eleva-se à categoria de visão do mundo. Não sòmente realiza um novo estado objetivo do ser histórico que é a nação, e portanto cria os fundamentos da consciência original que lhe corresponde, como, ao superar as servidões políticas e o mimetismo cultural, permite a essa consciência constituir-se em origem de um livre projeto de destino e de inéditas criações espirituais, que revelarão o seu novo sentimento de si mesma e da totalidade da realidade.

m) *A nação como origem de significações e a fundação da cultura brasileira*

A superação dêste estado de coisas é extremamente árdua, mas tem de ser feita pela própria consciência nascente. Dissemos que isso não acontece em conseqüência de uma evolução ideal, mas procede do movimento de transformação objetiva dos fundamentos da sociedade. Sòmente quando a consciência representativa das fôrças originais do País re-

conhece a contradição entre os seus interêsses e os daquelas nações que exercem predomínio sôbre ela nas relações de troca econômica, é que se estabelece a possibilidade de perceber o caráter nacional do trabalho coletivo do país atrasado. É então que se autoconfigura no pensamento a categoria de nacionalidade. Até aí o espírito do grupo social que compõe uma comunidade formalmente livre, se satisfaz com os modos de ser heteroconfigurados, ou seja, com sistemas de idéias e condições de existência que, para serem consideradas como próprios de uma entidade nacional, dependem mais dos que as reconhecem de fora do que daqueles que as conhecem por dentro. É a fase na qual a nacionalidade existe enquanto categoria histórica subjetiva, forma imperfeita, e por isso, momento de transição para o estado objetivo. A concretização dêste demonstra uma mudança qualitativa no ser nacional, processada por evolução partida do estado anterior, mas dependente de realidades materiais que lhe sirvam de suporte. Não se trata de inverter a relação primitiva, passando o dominado a dominador, e sim de assumir a autoconsciência, mediante o entendimento que o País agora em ato de emancipação adquire das suas correlações reais com os outros.

Descobrimos, assim, em que consiste o significado mais geral da categoria de nacionalidade: não é a coloração da consciência pelo sentimento nativista, mas a certeza, conquistada por fôrça das transformações objetivas que operou, de possuir capacidade de conferir sentido, por si própria, às coisas e relações que lhe dizem respeito. Poderia parecer abstrata esta tese, mas é ao contrário a mais concreta. Conferir significado às coisas, fatos e relações, é um poder que só a nação totalmente independente possui. Demonstra ter realizado uma estrutura interna de interêsses materiais que a tornam foco de significação para si; representa o repúdio da interpretação alheia, única de que até aí dispunha, e a capacidade de dizer a sua verdade sôbre si e sôbre os outros. A nação pobre só se conhece pelo conhecimento que os outros têm dela. Não ousa dizer o que acha de si e dêsses outros, porque não pode passar da etapa dos enunciados sensitivos, impressionistas. Para emitir a verdade sôbre si precisaria elevar-se ao plano do pensamento racional, mas êste só lhe é acessível mediante conceitos e processos alienados, pois não tem por enquanto bases objetivas para forjar os instrumentos que lhe permitam descobrir e proferir a sua peculiar verdade. A nação só se torna realmente autônoma quando se constitui em fundamento de verdade para si. Quando conquista essa condição, produz uma original concepção do

mundo. O sentido original que de então em diante começa a atribuir à realidade, constitui para a nação libertada a essência do seu pensar culto, porque representa o envolvimento das idéias que agora é capaz de produzir pela sua forma autêntica de ser. À luz dêste critério é tão inculto o pensar que não tem forma definida, quanto o que a tem recebida de outro ser nacional, como resultado de erudição e mimetismo. Existem condições reais de nacionalidade autônoma, quando os bens universais da civilização e do progresso científico e técnico são assimilados e realizados segundo um modo de ser cultural próprio. Nada há de comum entre esta assertiva e a ingenuidade dos folcloristas, para os quais a cultura é o pitoresco, o arcaico, o divertimento popular. Cultura é estilo de existência, que envolve tôda produção material e intelectual do povo, e que, portanto, exprime o modo de ser dêle, quando determinada pela sua autoconsciência. Eis porque as manifestações artísticas populares, espontâneas e rústicas, só se tornam universais quando se origina no país o processo da arte culta, o que, por sua vez, acontece ùnicamente quando a nação atingiu um grau de desenvolvimento material que lhe permite participar, em caráter universal, do processo histórico. A arte torna-se então universal porque manifesta formas de sentir e modos de existência do país, e êstes já alcançaram o plano do universal. Sòmente quando o país se eleva ao plano do universal é que todos os seus conteúdos se tornam universais, e neste caso a arte, que exprime êsses conteudos, se torna também universal. Enquanto a nação não alcança o grau de universalidade histórica, que lhe é conferido pela etapa superior do seu desenvolvimento e se reflete numa consciência crítica de si e do mundo, sua arte é necessàriamente particular, só ela mesma a reconhece como própria, como expressão do seu sentimento da realidade, mas os outros, as comunidades metropolitanas, não a recebem senão como objetos pitorescos, simplesmente curiosos. No estado de subdesenvolvimento a arte manifesta o país apenas enquanto presença; êste não pretende expor a sua criação artística como tendo valor universal, porque êsse valor, em tal fase, êle só o reconhece na arte dos outros, dos grupos metropolitanos. Por isso contenta-se em ser objeto da mera simpática curiosidade daqueles críticos que considera cultos. Enquanto a sociedade não tem recursos materiais que lhe sirvam de fundamento para elaborar a sua percepção geral da realidade, não se pensa a si própria como ser universal, e por isso não dispõe de perspectiva sôbre a totalidade, não tem meios para alçar os produtos da sua criação primitiva, os estilos originais dos artistas nativos, à condição de modalidade de arte diferenciada e independente. Nesse período tudo o que o seu gênio nacional cria constitui mero objeto de curiosidade para o gôsto metropolitano. Para existir cultura nacional em grau superior é preciso haver consciência configuradora da totalidade da realidade. Só assim cada objeto, cada fato natural ou cada produto da invenção artística, recebe dessa fonte sentido e intenção. Até lá, as coisas permanecem em estado bruto, como simples presenças insignificantes, ou, melhor dizendo, pré-significantes. No contexto subdesenvolvido os próprios artefatos, sendo fabricados para servir a fins imediatos, atender a necessidades vitais primárias, estão envolvidos por um sentido elementar, exclusivo e invariável. Sòmente quando o desenvolvimento social postula objetos mais complexos, elaborados por técnicas adiantadas, para satisfazer a exigência não apenas de simples manutenção da existência, mas agora de ordem cultural, artística, é que surge a liberdade na doação de sentido às coisas. A partir de certa etapa do desenvolvimento, os objetos não existem obrigatòriamente para satisfazer necessidades imperiosas e inadiáveis; começam a ser obras de arte, produtos da decisão espontânea de alguns elementos da comunidade, de livre criação e, por isso, de livre interpretação. O sentido de que se revestem procede doravante da consciência social independente, que goza da liberdade de concebê-los e de reconhecer as intenções que o artista deseja exprimir. Não depende da intenção subjetiva do autor o sentido recebido pelo produto artístico, e sim de que tenha expressado em sua obra um dado possível da consciência comunitária. Sem reconhecimento social o produto não se destacaria, na verdade, da intimidade da consciência do criador. Existirá como objeto exterior mas a rigor seria apenas um elemento da subjetividade pessoal do artista, que seria ao mesmo tempo o único expectador da sua criação. O mundo, que assim se organiza, recebe dessa consciência produtora um significado que não se refere apenas à totalidade do real, numa teoria abstrata sôbre a natureza em geral ou a sociedade, mas penetra todos os aspectos particulares da objetividade, tôda coisa ou ato, e lhes inocula sentido. No período em que a consciência do país atrasado reflete o estado econômico improdutivo de bens superiores, o sentido segundo o qual vê os objetos do mundo, e êste como totalidade, é tomado por empréstimo do pensamento adiantado.

Essa relação perdura longamente, e define, como sabemos, o estatuto colonial. Mas chega o tempo em que o país

secundário adquire o mínimo de condições reais para sentir-se capaz de emitir por sua conta um enunciado sôbre as coisas. Daí em diante, os objetos procedentes de fora começam a parecer-lhe estranhos, no duplo significado dêste vocábulo, pois a consciência social passa a mencionar sempre a sua origem estrangeira, e ao mesmo tempo considera-os como transportando um sentido de realidade, que aparece alheio a quem já sente possuir fôrça de criá-lo para si. Sòmente quando a industrialização do país lhe permite fabricar certo artefato, a presença de um objeto da mesma espécie mas de procedência exterior, sôa à consciência como realidade estranha. Não se reconhece nêle, aí vendo sentido e valor diferentes do que dá aos que confecciona. O objeto importado assume caráter hostil, pois a sua existência, vinda de fora, é interpretada como ameaça ou agressão aos interêsses da indústria nacional. Referindo-nos ao caso brasileiro, tal percepção não ocorreria quando o País não dispunha de meios de fabricar êsse mesmo objeto; era então natural a presença do produto forâneo, não o tomávamos como estrangeiro, porque êsse caráter não transparecia, não tendo sentido dar-lhe tal qualificativo. Só depois que o fabricamos por nós mesmos, é que o similar importado se torna pròpriamente estrangeiro. É estrangeiro quando nos é estranho. No dia em que começamos a ter nossa própria indústria automobilística, um automóvel de fabricação estrangeira passou a ser estrangeiro. Até então, era simplesmente um automóvel; ao pensá-lo, nossa consciência não o representava como estrangeiro, porque não tinha motivo de atribuir-lhe essa nota, uma vez que tal caráter não precisava ser destacado na conceituação do objeto, tanto quanto não tinha motivo de referir-se a êle declarando possuir quatro rodas, uma vez que tal é o feitio normal dêsse veículo. Escolhemos, de propósito, êste exemplo, porque tem oportunidade na fase que atravessamos. Em virtude da instalação da indústria automobilística, quando estamos produzindo, em escala de nacionalização crescente e próxima de alcançar o índice de cem por cento, veículos nos quais reconhecemos o caráter de fabricação brasileira,—embora tenhamos de condenar a política econômica que levou a implantar-se em nosso meio a indústria estrangeira de automóveis, em prejuízo do surgimento da autêntica indústria nacional,—nossa consciência passa a ser afetada por aquela discriminação de sentido na realidade dêsses objetos, coisa até há pouco impossível. O mesmo se dá com numerosas outras manufaturas, e tende a acontecer com tôdas aquelas que ainda não estamos em condições de fabricar.

O fundamento do sentido, agora atribuído ao objeto, é o ato de fabricá-lo. Sòmente a prática social da fabricação do objeto, ou seja o trabalho social sôbre matérias-primas nacionais, permite descobrir a realidade de um novo sentido na coisa produzida. Antes, quando o país não a fabricava, ao importá-la, juntamente com a sua existência material, vinha o sentido que lhe fôra dado por aquêles que a produziam. Se agora nós mesmos a produzimos, o ato criador, sendo social e consistindo em aproveitar o trabalho das massas na concretização de uma idéia, torna-se fonte de um sentido inédito, que surge na consciência simultâneamente com a existência da coisa elaborada por nós. Há um novo sentido no objeto porque as condições da sua fabricação são agora sentidas por nós, o que anteriormente não acontecia, pois quem sentia o trabalho de confeccioná-lo eram os outros, os que o criavam. Eis porque quando se trata de objetos fabricados em nosso País pela indústria estrangeira, a apropriação do trabalho do povo, praticada por esta, acarreta a apropriação da fonte de sentido para nós das coisas assim criadas, donde, perdermos o domínio da capacidade de doar sentido ao nosso próprio mundo, que se apresenta como um cáos, povoado de objetos que são em parte nossos, pelo trabalho das massas que os manufaturaram, mas ao mesmo tempo nos aparecem como estranhos, porque não receberam de nós o sentido que só nós lhes poderíamos dar. O trabalho graças ao qual a comunidade adquire a capacidade de criar sentido para si nas coisas que gera, é apenas aquêle que o país faz para si, é o trabalho verdadeiramente humano. Se a indústria estrangeira se apropria do trabalho nacional, êste perde o poder gerador de sentido, pois é feito como simples trabalho animal, não afetando a consciência que o executa. Quando o trabalhador só trabalha para se manter vivo, não é lícito dizer que trabalha para produzir alguma coisa. A relação dêle com o objeto manufaturado não é pròpriamente humana, inspiradora, não significa a projeção da sua consciência no mundo, e portanto não estabelece com êste correlações que permitam discernir sentido original naquilo que manipula, porquanto a única coisa que realmente produz é a sua simples subsistência no plano da conservação da vida, o que quer dizer da total inconsciência. Por isso, a vida do trabalhador colonial não é dotada de sentido. Ao invés do trabalhador gerar o objeto como produto da sua consciência, por conseguinte feito à sua imagem, é êle próprio que é feito pelo objeto, pois só existe como trabalhador dada a necessidade que o empresário tem de alguém que manipule a matéria bruta.

O trabalho deixa de ser uma relação humana entre homens para se converter numa relação entre objetos, uns ativos, vivos, os trabalhadores, outros passivos, inanimados, as máquinas e as matérias-primas. A finalidade da fabricação está primordialmente na substância bruta a transformar, e só secundàriamente surge o trabalhador como fator indispensável a essa operação. Não é, pois, o trabalhador que cria o objeto, mas êste que cria o trabalhador. No estado de total primarismo colonial, o homem não é nem sequer objeto de outro homem, mas apenas objeto de um objeto.

À medida que o mundo nacional se povoa de produtos de origem interna, a repetição do ato doador de sentido a cada um, desvenda um universo no qual reconhecemos cada vez mais o resultado material de criações da nossa consciência. Como tais produtos não são espontâneos, mas fabricados, e fabricá-los significa antes de tudo conceber o projeto de que resultam, a consciência que agora é capaz de reconhecer sua participação sempre crescente no mundo onde vive, manifestada pelo exercício do ato doador de significação, não recua mais ao estado receptivo, reflexo, alienado, porém progride necessàriamente até o ponto de formular um projeto geral de existência nacional autônoma, isto que repetidas vêzes temos chamado "projeto de destino próprio". Há, pois, um ponto de ruptura na curva representativa das relações da consciência nacional com o mundo metropolitano; é aquêle onde se inverte a direção do processo interpretativo, passando a consciência periférica a emitir, e não mais a receber, o sinal que atribui às coisas. Cada objeto manifesta, então, um estilo, no qual a consciência, que dêle é autora, se reconhece, e êsse estilo tende a propagar-se à totalidade do universo perceptivo. As filosofias idealistas metropolitanas não mencionavam o processo de doação de sentido, com a interpretação que lhe damos aqui, porque o processo de criação material de objetos, dirigido pela consciência superior, ao produzi-los já os dotava de implícito significado, reconhecido como único legítimo. Por conseguinte, só quando a outra consciência, a periférica, até então incapaz de produzir, principia a elaborar objetos para si, e naturalmente a dar-lhes também sentido para si, é que descobre que o sentido dado a essas coisas tem valor original, difere daquele até então reconhecido como único e natural. A consciência nacional atravessa, então, um período de intenso tumulto, em que não está livre de sucumbir a insidiosas confusões, à dúvida no seu direito e à pressão dos interêsses estrangeiros. Sabe que chegou o momento de conquistar a sua visão própria, mas tem de lutar duramente

para que os outros lhe reconheçam êsse direito. Tal prerrogativa, justamente porque comprova o ingresso da nação pobre no plano da universalidade, não se adquire sem luta e obstinada oposição. A cessão do direito de interpretar a realidade representa a mais difícil das capitulações a que é forçada a consciência da nação dominante. Porque demonstra a derrocada do seu mundo superior, pelo desafio e competição de figurantes que estava habituada a considerar como marginais, o que além de ferir-lhe os interêsses abate-lhe o orgulho. Para impedir êste desenlace, está disposta a múltiplas concessões, até mesmo a ceder em questões que dizem respeito a proventos reais menores, desde que lhe seja assegurado o privilégio oficial de estado dominante. É o que acontece com os velhos impérios decrépitos e arruinados, que, despojados do poderio de fato e humilhados na antiga arrogância, apegam-se às exterioridades da dominação. Cultivam títulos de glória, quando não podem mais cultivar as áreas coloniais. Nada custa tanto às nações senhoriais do que ter de admitir que regiões periféricas, atrasadas e mendicantes por hábito, se permitam o luxo de falar por conta própria nas assembléias internacionais e divergir dos princípios que orientam a ação dos povos superiores. Com efeito, o generalizado reconhecimento dêsse direito importa aceitar uma radical alteração da perspectiva histórica, a que não se resigna o pensamento metropolitano, com o desaparecimento das diferenças qualitativas entre as nações e a admissão de exclusiva e provisória desigualdade em índices quantitativos no processo material. Reconhecer a maioridade cultural dos povos atrasados é a última das concessões, e portanto das derrotas, da consciência metropolitana, porque sela o atestado de igualdade histórica, que a crescente emancipação econômica, por si só, ainda não representa. Se, depois de ter perdido a batalha pelo domínio econômico, a nação hegemônica vê-se forçada a reconhecer às menos desenvolvidas o direito à soberania cultural, está extinto realmente o poderio que exercia, não lhe restando outro consôlo senão elevar às honras da imortalidade os fastos da sua grandeza antiga. É, na verdade, a regalia de interpretar a história que está em jôgo. E como êste privilégio compendia o supremo atributo da cultura, dá-lo aos menores significa reduzir a nada as diferenças de riqueza e progresso. Tudo se passa como se fôsse antecipadamente feita a emancipação dos que ainda não a merecem, por não haverem realizado esforços que a justifiquem. É tratar o atrasado como se não fôsse, e nêle ver desde agora

a sua realidade futura. É, portanto, uma injustiça histórica, pensa a consciência soberana.

Por mais que proteste, porém, terá de aceitar a situação de equidade, que já se desenha no comportamento de nações subdesenvolvidas do mundo asiático e africano e agora irrompe vigorosamente na área latino-americana, nas quais o processo da consciência emergente, atiçado por espoliação econômica mais cruel, foi capaz de levar os seus líderes a falar linguagem inusitada no campo das relações internacionais e praticar com êxito gestos até há pouco julgados utópicos. Na área sul-americana ainda subsistem por enquanto com relativa estabilidade numerosos dispositivos de domínio imperialista. A maioria das nações desta parte do mundo precisarão esperar que mais vivos se tornem os antagonismos de interêsses entre elas e as potências exploradoras, para se elevarem a uma etapa acima no processo da consciência, acompanhando o movimento emancipador já vitorioso no próprio espaço continental. No entanto, em tôdas elas está configurada a categoria de nacionalidade, mesmo nas condições em que agora vivem, e tudo induz a crer que assistiremos dentro em breve às mais decisivas manifestações da sua compreensão de si, no plano cultural, ao elaborarem conceitos e projetos que as revelem como fonte significativa e origem de visão universal do mundo; e no plano material, ao criarem e expandirem fôrças produtivas capazes de realizar para elas a completa autonomia econômica.

n) *Desenvolvimento e problemas regionais*

As comunidades marginais, quer as que já se tenham estabelecido em nações juridicamente reconhecidas, quer as que se encontram, como regiões de extremo subdesenvolvimento, dentro da área de nações mais adiantadas, estão sempre sujeitas a um processo de desnacionalização, que trabalha no sentido de fixá-las na condição colonial, favorecendo a conquista estrangeira ou a paralisação do desenvolvimento. Se a comunidade nacional não puder galgar determinado grau de progresso, a partir do qual lhe é assegurado o prosseguimento do processo expansivo em condições de crescente autonomia, os mecanismos internacionais de dominação que a subjugam serão mais fortes do que as potências internas de crescimento e conseguirão detê-las, fazendo o país enveredar pelo caminho da gradativa desnacionalização. A essência da nação como processo exprime-se neste axioma histórico: o

conjunto de relações objetivas que a constituem cresce constantemente. De início, êsse conjunto deve ter atingido um avanço suficiente para determinar a transformação qualitativa subjetiva que leva a comunidade a proclamar-se independente. Mas, a seguir, continua crescendo, em virtude da necessidade de defender as aquisições feitas, e à medida dêsse crescimento mais se consolidam o vínculo e o estatuto de nação. Assim, o desenvolvimento, fundamentalmente o econômico, é condição e causa de reforço histórico da unidade nacional que se torna tanto mais estruturada e garantida contra os atritos do tempo quanto mais a nação como um todo se expande material e culturalmente.

A essência da nação não é uma entidade de caráter metafísico, existente por si, fora do tempo, projetada do alto sôbre o cenário histórico. Todo pensamento que imobiliza a realidade da nação tem intenções reacionárias, visa a sugestionar a consciência social para que aceite como imutável o estado de coisas vigente, onde tão bem prospera a classe à qual convém manter a situação presente. Se admitirmos o caráter estático do ser nacional, ficamos impedidos de utilizar o conceito de contradição dialética e de colocar todos os problemas sociais, econômicos e políticos, com que nos defrontamos, na perspectiva que busca descobrir as tensões entre os aspectos contraditórios da realidade nacional de cada momento; deixamos de pensar històricamente, porque nos recusamos a ver o papel propulsionador desempenhado pelas contradições internas da realidade nacional, dentre as quais sobressai a disparidade entre regiões desigualmente desenvolvidas. Sòmente a teoria dialética está capacitada a nos oferecer as justas categorias para entender os desníveis regionais, prever e conduzir o processo da sua abolição. Dissemos que poderia ser considerada como axiomática a definição da essência da nação que a exprime como conjunto de relações objetivas em constante crescimento. Se interpretássemos essa definição à luz de uma doutrina metafísica, mesmo reconhecendo a variabilidade histórica de tais relações, ainda assim não chegaríamos à verdade do processo, o que só conseguiremos quando assumimos o pensar dialético. Porque sòmente então o processo nacional se mostra não apenas como decurso temporal no qual se complicam constantemente as relações objetivas, mas como o contínuo surgimento de contradições internas, a seguir resolvidas, ao serem substituídas por outras. A superioridade do ponto-de-vista dialético, e sua verdade específica, está em mostrar que o processo não

se desenrola pela indefinida ampliação linear e tranqüila das relações objetivas, acrescentando-se umas às outras em seqüência natural harmoniosa, mas se realiza por via do estabelecimento de contradições interiores e sua consecutiva resolução, em certos casos, mediante saltos históricos, transformações sociais qualitativas violentas. Indica que tais contradições são a maneira normal como se produz o desenvolvimento nacional, donde ser insensato revoltar-se contra a sua existência, pretender negá-las ou removê-las pelo esmagamento. Exclui como ingênua a idéia de um desenvolvimento sem contradições, pacífico, equilibrado, e instala a verdadeira compreensão do curso dos fatos como rude luta de contrários em busca da superação noutra etapa do processo.

Em face do problema das desigualdades regionais o pensamento metafísico, não-dialético, conduz a erros graves e a desastrosas incompreensões. A mais séria delas é julgar anômala a contradição regional e pretender extinguí-la sem promover a realidade do país, na sua totalidade, a um degrau superior no curso do processo histórico. O perigo que corre um País como o nosso, neste momento, consiste em que não possua o grupo de dirigentes dotados de suficiente compreensão dialética para enfrentar com clara inteligência e com o auxílio da verdadeira teoria lógica da história a difícil conjuntura que vivemos, quando o problema das desigualdades regionais aproxima-se da condição de problema nacional máximo. Para resolvê-lo, necessita-se fundamentalmente do pensamento dialético, porque, tratando-se de contradição objetiva, só a teoria dialética nos explica em que esta consiste, porque surgiu e como deverá desaparecer. Principalmente êsse pensamento teórico faz-se necessário aos políticos das próprias regiões subdesenvolvidas, a fim de que saibam como conduzir suas justas reivindicações, não se desviando para considerações laterais, digressivas, pouco pertinentes, mas apreciando o fenômeno do relativo atraso das suas áreas na perspectiva do processo comum da nação. A categoria de totalidade revela-se aqui a idéia diretriz capital. Ora, tal categoria, juntamente com a lei do progresso por estabelecimento e resolução de contradições objetivas, pertence à visão dialética da realidade histórica. Pensar, portanto, fora desta perspectiva equivale a praticar êrro metodológico capaz de levar a funestas conseqüências, uma das quais seria difundir-se um falso conceito de "contradição regional", que viria dificultar a rápida eliminação do desequilíbrio entre as árias do País, pelo desnorteamento das fôrças que o devem solucionar.

Uma nação já detentora de considerável índice de desenvolvimento em partes importantes do seu território, terá tanto mais assegurada a existência autônoma quanto mais ràpidamente fôr capaz de elevar a níveis superiores de progresso as áreas atrasadas que nela ainda houver. O risco de destruição nacional diminui verticalmente quando se gera no interior do país intenso circuito econômico, que impulsiona as partes retardadas a ingressarem no campo de interêsses objetivos que dão suporte à consciência coletiva. As áreas marginais do mundo, as retardadas ou as escassamente povoadas, subsistindo na condição de áreas exploradas por distantes metrópoles colonizadoras, são as únicas onde existe a possibilidade de eclodir o processo de exigência de autonomia política. Já as regiões atrasadas dentro de um país em esfôrço de desenvolvimento não tendem para a segregação, mas se encaminham no sentido de integrar-se no sistema comum e reforçar a unidade do conjunto. Mediante pressões políticas reivindicadoras de benefícios e de igualdade de tratamento, as regiões menos desenvolvidas tornam-se fator decisivo da aceleração do processo, que conduz a resolver ràpidamente a disparidade de situações.

As regiões relativamente atrasadas em um País de tão grande extensão como o nosso, estão destinadas a exercer papel histórico cada vez mais relevante na vida conjunta da nação. Sua consciência social revela sensibilidade superior à das demais e tende a exercer função predominante no âmbito da consciência geral e na condução do processo político. Justamente por não estarem ainda de posse de muitos proveitos do desenvolvimento, de que gozam outras partes do País, sua consciência acha-se, por êsse fato, exacerbada, e atua sôbre o consenso geral como fator estimulante e unificador. Obriga os expoentes das áreas relativamente mais adiantadas a não se entregarem à euforia ingênua e a se reconhecerem como partes do mesmo todo subdesenvolvido. Estabelece no espaço comum da consciência nacional um circuito de consciência que se superpõe à circulação dos bens e objetos fabricados: enquanto a área mais pobre consome o produto das mais adiantadas, estas "consomem" a consciência das primeiras, no sentido de que são forçadas a se deixar impregnar pelas exigências de desenvolvimento feitas pelas regiões atrasadas. Um capitalista da região sul não pode "exportar" para a área nordestina um produto industrial superior, sem receber em troca a compreensão de que só pode vender um, ou alguns poucos, e não muitos dêsses objetos, pois o

estado de pobreza não permite àquelas áreas consumi-los em maior quantidade. Desta forma, sua possível satisfação por vender uma unidade do seu produto para lá logo se desfaz pela evidência de não poder vender senão essa, o que significa a percepção sensível do subdesenvolvimento. Por outro lado, a consciência do desenvolvimento, que desperta nessas regiões, não aceita, com tôda razão, que tais áreas permaneçam no estado de simples mercados consumidores para a indústria de outras regiões, mas quer também industrializá-las, o que há de conseguir muito breve, dêste modo reforçando a unidade nacional, ao colocar num único plano superior as relações econômicas, sem injustos desníveis nem dependências. Assim, a circulação dos bens, ainda quando de momento se faça com visível desvantagem para a parte atrasada, não representa uma situação estável, ou que propenda a estabilizar-se, mas exatamente uma situação que se torna cada dia mais instável, demonstrando a rápida acumulação dos fatôres econômicos e políticos, que devem pôr término ao atual estado de coisas. A dinâmica da circulação econômica, e as alterações por que passa, impõe a fusão das consciências regionais na única e real consciência do País. Tal fato é extremamente salutar e auspicioso. A agravação das reclamações regionais constitui a condição do próximo final dos inadmissíveis desníveis hoje existentes.

As diferenças raciais, linguísticas e religiosas encontradas em regiões coloniais pertencentes a metrópoles imperiais influem evidentemente de modo intenso na criação de consciências particulares e podem tornar-se por isso laços de congraçamento, aptos a forjar futuros edifícios nacionais, que tomarão o lugar das atuais colônias. São, porém, capazes de ser superadas, quando a elas se opõem os interêsses objetivos. É assim que há vários casos de comunidades nacionais perfeitas nas quais falta a unidade daqueles fatôres; mas não se teriam, no passado, constituído como nações, se não possuíssem em comum os suportes materiais. Quando êstes faltam, torna-se difícil sustentar a estrutura de valores subjetivos, e os conflitos que surgem do desajustamento quase nunca escapam às decisões de fôrça. Entrando em luta real as partes divergentes, a história decidirá se os respectivos interêsses objetivos estão de tal modo divorciados que não admitem recomposição. Quando se produzem divergências entre áreas do mesmo país, motivadas por diferenças de avanço no processo do desenvolvimento geral da nação, a estrutura espiritual constitui poderoso fator de unidade, capaz de

reagir sôbre o contexto objetivo e atuar como fôrça de reconstituição. Ora, entre os dados dessa estrutura espiritual que mais intensamente concorrem para resolver eventuais conflitos entre os interêsses objetivos, está a própria representação da unidade nacional. Esta constitui um bem ideal a que a comunidade em caso algum renuncia, a razão suprema sempre invocada nas horas difíceis, agindo como vigoroso fator na resolução de antagonismos. Mas, para que exerça de fato êste decisivo papel histórico, às vêzes salvador da nacionalidade, é preciso que êsse ideal tenha assento na consciência coletiva de natureza crítica. Porque se assim fôr, a consciência compreenderá que não deve ignorar os fatos e condições que, na base, geram o conflito real, só então sendo capaz de instituir em ideal para si a consolidação da unidade nacional, tornando-o fator eficaz para resolver aspectos materiais conflituosos. Do contrário, na forma de ideal ingênuo, em momentos de séria crise nacional, a consciência simplista perde-se em tôda sorte de apelos e discursos, que nada significam, em anátemas aos homens e aos acontecimentos, sem compreender as causas que levaram à situação dramática que deseja conjurar. Em emergência nacional de extrema gravidade só a consciência crítica se revela útil e operante, por ser a única que tem meios de interpretar as origens dos conflitos sociais.

O pensar ingênuo, ao contrário, esgota-se em lamentações e pensa ser fiel ao papel da inteligência quando não se cansa de amaldiçoar os fatos. E porque acredita na perenidade dos valores e das instituições, leva à obstinação em face de exigências urgentes de transformação social, a ponto de criar, em alguns momentos, condições reais de severa crise na estrutura política da nação. O que sustenta a unidade do organismo nacional é o processo estruturador a que acima nos referimos. Quando a área onde se dão as condições fundamentais para se organizar uma comunidade com caráter nacional é o espaço colonial de um povo dependente de metrópole distante, ou região limítrofe incorporada à fôrça, em época anterior, ao domínio de algum conquistador, a possibilidade de aí se acelerar o dinamismo criador da autoconsciência nacional torna-se mais aguda. Se a nação, porém, já se organizou como unidade jurídica livre, em conseqüência do movimento da consciência comum, a tendência do processo histórico é oposta à anterior, não pende para o fracionamento, mas para o refôrço da unificação. Atua no sentido de incorporar a si os espaços atrasados que se encontram no seu interior, resolvendo assim as contradições nela existentes, remo-

vendo a disparidade de interêsses e igualizando as situações reais. Se tal é a tendência natural, só por anomalia do processo do desenvolvimento, causada por intencional influência do capital estrangeiro ou por excessiva pressão dos interêsses locais das classes retrógradas, se gerarão situações perigosas à manutenção do estado nacional. Vê-se, portanto, que a garantia suprema da unidade nacional está no contínuo processo de desenvolvimento material e cultural da nação, feito em condições que promovam a completa igualdade entre as regiões que a compõem.

Estas considerações têm particular importância com relação ao Brasil. Sendo País que mostra graus de desenvolvimento variados, conforme as diversas áreas internas, entre as regiões geográficas naturais dão-se relações econômicas que talvez levassem a pensar haver dentro da mesma nação a polaridade entre metrópole e colônia. Ouve-se às vêzes, até de estudiosos responsáveis, mencionar essa relação, com referência às áreas de desigual progresso no País. Tal não se dá, porém, pois à validade dêsses conceitos se opõem os fatos peculiares ao sistema de circulação dos bens e das pessoas, assim como a estrutura jurídica e os vínculos sociológicos que ligam os espaços atrasados aos mais desenvolvidos. Poderíamos, se quiséssemos, guardar a terminologia de "centro e periferia", observando, contudo, que não se identifica de modo algum com a relação metrópole-colônia. A dualidade de centro e periferia, que não traz consigo nenhuma nota vexatória para qualquer parcela da comunidade, é constitutiva de todo processo de desenvolvimento, em qualquer país, tem sempre forma variável, caráter relativo e distribuição alternante. Dentro do nosso País, a mesma região que, julgada por certos critérios, admite ser tomada como periferia de outra, distante, mais adiantada, quando considerada na comunicação que mantém com alguma terceira, revela desempenhar para com esta o papel de centro dinâmico. É precisamente o caráter de transitividade da relação centro-periferia, determinando que dada periferia seja também centro para outra área, e, portanto, não a fixando para sempre no estado periférico, que assegura a um País como o nosso a possibilidade de desenvolvimento contínuo e indefinido, tendendo para a rápida supressão das desigualdades regionais, porquanto o curso dêsse processo, importando necessário incremento do mercado interno e do poder aquisitivo de tôda a população, liga cada vez mais intimamente as partes interiores e consolida a unidade nacional. Representa, ao mesmo tempo, o traço que a distingue da relação metrópole-colônia, pois nesta não há transitividade, a colônia é só e sempre colônia, nunca desempenha a função de metrópole de outra colônia. Nesta última relação, quanto mais a metrópole se desenvolve mais a colônia se torna colônia e se empobrece; porém, no caso da relação entre centro e áreas laterais do mesmo país, quanto mais as regiões prósperas se desenvolvem—desde que o processo de desenvolvimento seja conduzido pela ação do Estado, que canaliza recursos nacionais para investimentos prioritários nas áreas atrasadas, segundo um plano racional—mais as retardadas podem exigir meios de encurtar a distância que as separa das primeiras.

É corrente a afirmação de existirem em nossa realidade nacional "dois Brasis". Há de fato dois Brasis, mas não no sentido em que pretendem apresentá-los os portadores da consciência simplista. Não são dois Brasis separados no espaço, um no centro-sul, supostamente desenvolvido, e outro atrasado, no norte-nordeste. Os dois Brasis estão separados no tempo social e não no espaço geográfico. Estão ambos no sul tanto como na região nordestina. São grupos sociais corporificando fases diferentes de um só processo histórico, e de fato coexistem, um ao lado do outro, separados pelos respectivos fundamentos no processo da realidade, embora unidos na composição da mesma nação. Os dois Brasis acham-se tanto nas metrópoles do sul como nas regiões pobres do norte, e não formam dois pedaços do corpo nacional, divididos por fronteiras regionais, mas dois momentos do processo nacional em tôda parte. O Brasil atrasado está tanto no sul como no norte, está onde existem fôrças sociais retrógradas, grupos empenhados em manter a velha estrutura de produção ou em servir aos fins do capital estrangeiro colonizador, defendendo um estado econômico superado, e naturalmente fiéis às idéias e valores peremptos que dão justificativa às posições de que desfrutam. Não tem sentido dizer que o Brasil adiantado seja o do sul e o atrasado o do norte. Muito ao contrário, a rigor deveria dizer-se que o Brasil adiantado, do ponto-de-vista da consciência nacional total, tende a se encontrar em maior proporção no Norte e no Nordeste, onde se estão gerando as condições de um pensamento renovador e revolucionário atuante, e por isso mais caracterizado pelo sentido nacionalista. A mentalidade nacionalista das regiões setentrionais não se deve a resíduos coloniais, à reminiscência de invasões estrangeiras, ao primitivismo da existência, mas exatamente ao progresso da consciência social, que, pelo mecanismo dialético já apontado, se mostra mais adiantado aí do que nas áreas desenvolvidas.

Nenhum tema há mais grave e mais rico para a meditação sociológica do que o do antagonismo entre as regiões relativamente desenvolvidas do centro e do sul do nosso País e as áreas setentrionais e nordestinas situadas em grau mais atrasado de desenvolvimento. É imperioso que todo o esfôrço dos pensadores se dirija no sentido de esclarecer êste problema, de definir exatamente o significado dos seus dados, dos fatôres sociais em presença, e de apontar o rumo em que deve ser procurada a solução. Para isso, entretanto, exigem-se condições ideológicas idôneas, a teoria autêntica do processo nacional, correto método de análise sociológica, uma ciência econômica desalienada, sem o que o problema fica ao sabor do impressionismo da consciência ingênua e poderá ser encaminhado na direção de funestas improvisações. Parece-nos que o fundamento de todo raciocínio, sem o qual não haverá qualquer proposição racional referente a êste problema, é compreender ser impossível considerar a desigualdade entre regiões do País senão colocando-a no quadro do conflito de interêsses entre as diversas classes sociais. Fora desta perspectiva a questão se torna ininteligível, na sua origem, no seu estado atual e nas possibilidades de resolução. Sendo um desequilíbrio bàsicamente econômico, a diferença de interêsses e, por conseguinte, de comportamento, das classes capitalista e trabalhadora, pertence à essência do processo, onde se gerou êsse desequilíbrio e por isso não seria compreensível intentar o exame da situação real sem conduzi-lo em têrmos de antagonismo de interêsses entre aquelas classes. Quando se analisam as conseqüências de tal desequilíbrio, principalmente seus reflexos na conservação da unidade nacional, faz-se imprescindível ressaltar a diferença de comportamento das classes proprietárias dos meios de produção e das classes trabalhadoras na situação objetiva vivida por ambas, sem o que não chegaremos ao âmago do problema e não disporemos de elementos para resolvê-lo.

Ao considerar o desnível entre duas regiões e ao nos referirmos à consciência de uma e de outra, mostrando como se diferenciam nas suas exigências e como procuram conciliar-se nos seus interêsses, dentro do processo nacional comum, não devemos em nenhum momento perder de vista êste dado capital: em cada uma dessas regiões não há unidade de interêsses entre as classes aí existentes. A análise seria completamente falseada se começássemos por confrontar dois estados econômicos e duas consciências, supostamente uniformes, que lhes correspondessem; o dado primário, aquêle do qual é imperioso partir, sob pena de estabelecer o problema

em têrmos falsos, consiste em observar e distinguir o comportamento das respectivas classes em uma e em outra área, e ver até que ponto se associam ou se opõem os seus particulares interêsses de classe. Quando nos sentimos invadidos por certa inquietação ao considerar os riscos que podem representar para a unidade do nosso País o agravamento das desumanas desigualdades entre as regiões, não devemos perder de vista que, colocar o problema neste molde geral,—a disparidade entre regiões—é tratá-lo de modo abstrato, pois não há "regiões em si", mas estados de desenvolvimento de determinadas sociedades locais, sendo estas formadas por classes entre si antagônicas, donde não ser lícito abordar o tema senão mediante a observação da conduta das diferentes classes sociais nas regiões de crescimento desigual. Assim fazendo, sentir-nos-emos grandemente tranqüilizados nos temores que nos despertam as disparidades atuais, pois verificamos que são as divergências entre classes idênticas em regiões diversas que agravam o desnível existente, como também é a convergência entre outras classes semelhantes das regiões distintas que assegura a unidade do processo nacional. São apenas as classes capitalistas do Sul e do Norte que poderiam entrar em conflito aberto se seus interêsses viessem a se chocar em assuntos de alta importância para elas, com isso ameaçando a unidade do todo. O que garante porém esta unidade e a torna indestrutível é fundamentalmente a natural unidade das classes trabalhadoras, urbanas e campesinas, as quais tanto no Norte como no Centro-Sul têm os mesmos interêsses, lutam pelos mesmos objetivos, contra os mesmos adversários. As classes trabalhadoras sulina e nordestina, sendo igualmente exploradas, têm evidente unidade de propósitos, e por isso não pode dar-se o caso de entrarem em choque uma com a outra. Ainda quando pertençam a etapas diferentes do mesmo processo nacional, seus problemas são equivalentes, seus níveis de vida, embora um pouco distintos por fôrça da desigualdade do desenvolvimento regional, não as opõem uma à outra, conforme se comprova pelo aparecimento do mesmo espírito de insurreição camponesa em áreas nordestinas e nas fazendas do Sul. É que, num e noutro lugar, as massas trabalhadoras no campo lutam contra idêntica opressão por parte dos senhores de terras; por isso, quando se levantam num gesto reivindicatório, não o fazem em nome de uma disparidade regional, mas em nome de uma disparidade social. No íntimo do conflito regional está o conflito social. Os que procuram ressaltar ùnicamente o aspecto regional são representantes da classe dirigente das

áreas pobres, aos quais convém que sòmente êste aspecto seja considerado, pois a solução do problema apenas por êste lado lhes é de todo favorável, enquanto seria desastrosa para os seus interêsses de classe se fôsse pôsto em evidência que sob a capa do conflito de economias regionais desiguais o que na verdade se contém é a afrontosa exploração do trabalho humano, especialmente rural, por aquêles que o empregam.

Êste fato é de suma importância para a nossa meditação. Nada mais grave do que nos deixarmos arrastar por formulações do problema da desigualdade regional que ocultam deliberadamente a face social do conflito, e por isso o apresentam no feitio que convém à classe dominante. Nas áreas mais pobres o trabalho, na quase totalidade agrícola, é mais explorado, o camponês mais espoliado do que em regiões onde o desenvolvimento econômico já impõe níveis de vida relativamente melhores. Significa isto que os capitalistas e latifundiários daquelas regiões só adquirem a posição dominante que ostentam por efeito dessa exploração mais aguda, mais desumana. São portanto expoentes do subdesenvolvimento local, a êle estão ligados como à condição de sua mesma existência enquanto classe, donde não ser de esperar que venham a conduzir qualquer reivindicação regional que importe alterar a estrutura local sôbre a qual assenta o seu predomínio de classe. Sob a capa de reclamos de regiões desfavorecidas, o que reivindicam do govêrno federal são medidas que aumentem os seus lucros e reforcem o sistema de produção a que estão ligados, o que implica aumentar simultâneamente o subdesenvolvimento local. Não reivindicam atos políticos e econômicos que efetivamente contribuam para o desenvolvimento da região, como, por exemplo, a autêntica reforma agrária, pois tais atos acarretariam a supressão dos próprios reclamadores enquanto classe dominante. Dêste modo, a conduta dessas classes dirigentes é necessàriamente ambígua, terminando por ingressar na deslealdade para com os verdadeiros interêsses regionais. Com efeito, de um lado, convém-lhes reclamar contra o subdesenvolvimento local, que as está de fato empobrecendo em comparação com as classes dominantes de outras regiões, e por isso dirigem as suas reclamações aos representantes das classes afins dessas outras regiões mais ricas; mas, de outro lado, não podem levar o seu protesto pela miséria e pelo atraso local até o ponto onde façam descobrir aos olhos da consciência popular local serem elas, pela espoliação que exercem, a causa principal de tal situação de pobreza. Vivendo na pauta desta inevitável ambigüidade, as classes dirigentes das regiões atrasadas procuram, pela veemência verbal do seu protesto, obter da consciência nacional, como um todo, especialmente dos órgãos da administração federal, medidas que lhes permitam desenvolver as áreas pobres, mas simultâneamente lhes assegurem os privilégios de domínio. Procuram enquadrar o problema, tão real e tão justo, das reivindicações nordestinas, por exemplo, em fórmulas que evitem desnudar as relações de produção, em grande parte ainda feudais, imperantes naquela área. É certo que já não conseguem fazê-lo com tranqüilidade, pois começam a surgir na região legítimos líderes populares, representando as massas trabalhadoras, agora unidas em ligas camponesas, operários da incipiente indústria, dotados de irreprimível consciência social, e uma juventude universitária cada vez mais esclarecida e atuante, vozes discordantes do côro de lamentações que, em proveito próprio, a classe latifundiária entoa. Essas novas fôrças sociais, ao perceberem a identidade de situação entre as massas de tôdas as regiões do País e ao se sentirem dotadas da mesma consciência nacional, repudiam as fórmulas de protesto regional que buscam inocentar as classes exploradoras, e que outro propósito não têm senão obter reforços para a sua confortável situação econômica.

O único perigo que poderia advir para a unidade nacional seria a possibilidade das classes dominantes em regiões diferentes, se eventualmente entrassem em discordância insolúvel, arrastarem as massas das respectivas regiões, enfeitiçando-as com apelos ao sentimento regional e traçando-lhes um quadro explicativo da situação de conflito falso, mas emocionante. Tal risco entretanto não passará de certo limite, e sem dúvida a ameaça por êle representada nunca surtirá o efeito desejado pelos grupos senhoriais, pois a própria veemência com que a classe dominante expuser a sua espoliação, tentando identificá-la ao empobrecimento geral da região, fará ver às massas que o verdadeiro antagonismo, de que resultam os males apontados, é o existente entre elas, classes trabalhadoras, e os seus exploradores locais. Na eventualidade de uma tensão mais aguda, as massas da região pobre perceberão que os seus verdadeiros interêsses são aquêles que as ligam aos das massas de outra região e não aos interêsses da classe dirigente da sua própria região. A ameaça à unidade nacional só pode provir de um conflito entre as classes dirigentes de regiões díspares, quando uma delas se prende a uma estrutura econômica relativamente adiantada, e a outra, a do Nordeste, por exemplo, se acha ligada a uma estrutura econômica atrasada, que tem tôda vantagem em

conservar. Êste ângulo do problema é decisivo. Se não analisarmos a questão focalizando-a pelo ângulo da diversidade de interêsses das classes que compõem o quadro dos antagonismos regionais, nada entenderemos e não saberemos como nos comportar no caso de uma conjuntura mais séria. O apêlo à solidariedade local que as classes latifundiárias das áreas atrasadas tentassem fazer às massas camponesas não terá o eco que esperam, porque na própria insistência com que apresentarem o problema econômico irão, dialèticamente, suscitando nessas massas a consciência que não desejam, a compreensão que indica ser o seu domínio local a principal causa do atraso contra o qual investem. Ao mesmo tempo, em tal eventualidade a reação consciente das massas trabalhadoras das outras regiões atuaria como fator aglutinador do pensamento popular de todo o País e denunciaria a verdadeira face da questão, o desacôrdo entre facções dominantes. Na hipótese de um choque dêste tipo, os trabalhadores da região atrasada não se uniriam aos seus exploradores locais, mas aos seus irmãos de todo o País, numa frente comum, ao descobrirem que a situação que suportam é a mesma existente em tôda parte, e que não conseguirão melhorar de vida na área de maior miséria sem a solidariedade e o concurso dos restantes trabalhadores nacionais, que se acham em situação apenas pouco mais confortável em outras regiões.

O processo do desenvolvimento, realizado nas condições em que o estamos conduzindo, acarreta o distanciamento entre etapas diferentes, precipitando o crescimento de certas economias regionais e retardando o curso de expansão de outras regiões. Sem dúvida, o processo é um só, donde as múltiplas facêtas que apresenta não deixarem de pertencer ao mesmo sólido. Mas, apesar disso, processam-se disparidades que ameaçam a harmonia do conjunto e que terão de ser ràpidamente superadas sob pena de atingirem no futuro pontos críticos. Contudo, ao apreciarmos o zoneamento das economias dentro do País, e as reivindicações das áreas retardadas, não devemos perder de vista que tal zoneamento tem dois efeitos: um, nocivo, que é conduzir a choques entre núcleos locais, representados pelas respectivas classes dirigentes, podendo êsse embate se agravar, dada a circunstância de serem tais classes as detentoras do poder político nas suas particulares regiões. Mas tem também um segundo efeito, êste útil e solucionador das possíveis crises ao longo do processo: o zoneamento permite até certo ponto que as áreas atrasadas constituam o seu processo de desenvolvimento na base de uma colisão de clas-

ses local, e dêste modo permite resolver o problema do subdesenvolvimento regional pela ação de fôrças populares revolucionárias locais. Verifica-se isto no Nordeste, com o movimento das massas camponesas dirigido contra a estrutura arcaica, feudal, latifundiária, criando líderes políticos que irão realizar o desenvolvimento dessa região. Em um País de extensão continental, como o nosso, dá-se êste peculiar fenômeno: haver relativa liberdade de produzir-se uma revolução local.

Quando as contradições locais se tiverem agravado a ponto de eclodirem agitações populares mais severas, a classe dirigente latifundiária, para esmagar o movimento das massas que começam a escapar ao seu domínio, irá possìvelmente valer-se de dois recursos: unir-se às classes dirigentes das regiões adiantadas, pedindo o auxílio das fôrças federais para esmagar a revolução local, e, em segundo lugar, tentará caracterizar como antibrasileiro, como divisionista êsse movimento popular, a fim de obter a adesão geral do País, em nome do ideal da unidade nacional. No entanto, tais manobras e subterfúgios de nada lhe adiantarão, pois o processo que causa e justifica êsses movimentos na região retardada é auspicioso e constitui o mecanismo natural de sua ascensão econômica e integração na dinâmica comum do sistema nacional. Longe de degenerar em secionismo, será fator de fortalecimento da unidade nacional, que se vê consolidada pela eliminação das áreas de penúria e doença ainda existentes. As populações que operarem êsse salto social não o farão para fora da órbita do País mas precisamente para se incorporarem ao sistema de movimentos conjugados, que o constitui numa só totalidade. Claro está que a explicação dada pelas classes exploradoras locais será outra, mas isso não modifica o sentido real dos fatos nem a sua lógica inexorável. Nada adiantará a calúnia ou a confusão que os porta-vozes da ordem arcaica queiram espalhar, porque o movimento popular resulta de uma série de transformações objetivas que se produzem não apenas na área considerada, mas também fora dela, no País como um todo, e lá repercutem.

O juízo que enuncia tal fato merece ser elevado à categoria de axioma, que jamais deve ser esquecido: nenhuma alteração local decorre de causas exclusivamente locais. A região atrasada sempre foi atrasada, mas só começa a se sentir tal e a não mais se conformar com essa situação, quando a dinâmica do sistema nacional lhe permite alcançar a consciência da sua condição, e só entra em atividade francamente subversiva do estado de coisas existente quando é

ajudada pelas fôrças sociais e econômicas criadas no conjunto do País e aproveitadas pelas populações das áreas pobres em seu favor. Não são apenas a penúria, a ignorância e a falta de meios para se elevar ao consumo de bens de confôrto, as causas determinantes da revolta das populações pobres, que sempre o foram; o que determina êsse desfecho violento é a quebra do complexo rural em que se achavam envolvidas, a abertura de um mercado de trabalho para elas, em regiões às vêzes distantes, a facilidade de deslocamento pelas novas estradas que começam a sulcar a região, alterando na essência a estrutura da dominação política tradicional. Certas áreas do Nordeste que secularmente vegetavam na base de uma economia de subsistência, configurando insignificante mercado de consumo, quase sempre ligado aos meios de transporte mais rudimentares, às vêzes fluviais, e dependendo de uma rêde de distribuição comercial com sede na capital do Estado, de um momento para outro sofrem violenta mudança quando lhes chega por estrada de boa classe, recém-aberta, o caminhão repleto de mercadorias. Abrem-se perspectivas novas de trabalho e de consumo para a população local, que a fazem desligar-se da estrutura tradicional, deslocar-se para outra área, ou encontrar trabalho qualificado no próprio lugar, ou, ainda, permitem aos produtores o envio de suas mercadorias para outros centros até então inatingíveis. Tudo isso quebra a estrutura vigente e, como é natural, inflige sérios prejuízos aos dominadores habituais. Êstes, que formam a classe mercantil dominante, associada aos latifundiários e aos fazendeiros da agricultura ou pecuária atrasada, como detêm em mãos o poder político, irão reclamar contra a transformação que não sabem como impedir, e cujo principal efeito se resume na perda da dominância política, além da obrigação que impõe àqueles indivíduos de se adaptarem à nova estrutura econômica que começa a surgir. Para essas classes, cria-se um dilema insolúvel, onde se espelha a sua essencial contradição de classe: de um lado, não querem rebelar-se contra as inovações que modificam o panorama econômico, pois sabem ser benéficas, sendo recebidas com agrado pelo povo, mas, de outro lado, não podem concordar com elas, porque abalam os fundamentos materiais do sistema arcaico onde prospera a sua autoridade e a exploração que exercem. Vêem-se assim a braços com uma mudança social que, no primeiro momento, procurarão encampar, dando-se até como autoras dela, para efeito de prestígio político, mas logo a seguir procurarão desvirtuar, pelas ameaças surgidas no seu bôjo. O povo, porém, não sofre da

mesma contradição. Para êle nada há a perder, ao contrário, há tudo a ganhar com a mudança em causa. Por isso, acolhe com entusiasmo os benefícios da alteração ocorrida e os acumula como causa local para a próxima substituição geral da estrutura vigente.

Eis porque dizíamos que o processo de rebelião local não deve ser dissociado do processo de desenvolvimento coletivo do País, pois é êste que induz o primeiro. não apenas pelas contradições gerais que engendra, ao determinar o distanciamento das áreas favorecidas, em relação às outras, mas ainda porque, em conseqüência das transformações materiais progressistas que instala na área atrasada, estabelece condições infra-estruturais que violam o espaço arcaico e rasgam a superestrutura política e social que nelas assentava. Nenhum risco existe, pois, de que os movimentos populares regionais, quando dirigidos por autênticos líderes das massas pobres e oprimidas, degenerem em exigências de autonomia política, ainda que tal calúnia provàvelmente venha a ser veiculada pelas camadas dirigentes, ao verem ameaçado o seu predomínio. Não há perigo dêsse desfecho, porque, primeiro, o que induz êsses movimentos são as condições gerais do País, portanto, condições na maior parte não limitadas à área considerada, e segundo, porque o interêsse das massas populares da área pobre está em se incorporar aos restantes contingentes de trabalhadores para levar a cabo a transformação estrutural de cuja necessidade a sua consciência se convenceu.

A êste propósito, convém acentuar que se torna imprescindível submeter a idéia de "região" a um tratamento dialético, o qual mostrará a variabilidade de conteúdos que se encobrem sob essa noção, de acôrdo com as etapas do processo de desenvolvimento. Igualmente, o mesmo tratamento irá mostrar o significado diverso que assume a cada fase o conceito de "antagonismo entre regiões". Nada mais importante do que interpretar dialèticamente o conceito de região, pois a consciência ingênua, quase sempre a das classes cultas ou a das interessadas na exploração das massas, adota um conceito não dialético, portanto, estático, formal, invariável, porque tal conceito justamente convém aos seus interêsses. A "região" não constitui um dado fixo da existência nacional, mas representa um aspecto configurado no decurso do processo da totalidade formada pelo País. Não tem limites imutáveis, eternos, irrevogáveis, mas se estabelece de acôrdo com a estrutura do processo produtivo de certo momento histórico. As próprias diferenças físicas geo-

gráficas, ainda que reais, e constituindo dados concretos, desempenham papel secundário na determinação do conceito, sempre subordinado ao grau de desenvolvimento em que se acham as relações de produção, as formas sociais e a distribuição das fôrças políticas, existentes no País. Uma simples redivisão do território em diferentes unidades políticas modificaria o sistema atual, sem haver, é claro, transformado as condições físicas do todo nacional. Determinada região só é considerada tal se o grupo humano que a habita se encontra em grau aproximadamente semelhante de progresso dentro do conjunto nacional, e se comporta de acôrdo com essa relativa uniformidade local. Do mesmo modo, a idéia de antagonismo entre regiões só deve ser interpretada dialèticamente. Os antagonismos são configurados pelo processo, não são "antagonismos em si", originais, ontológicos, fatais; portanto, assim como são gerados pelo processo, são por êle resolvidos. Esta idéia, que a dialética histórica documenta fora de qualquer dúvida, é repudiada pela consciência ingênua das classes dominantes, porque, sendo admitida, revelaria que os conflitos regionais são episódicos, são situações transitórias, criadas quando surgem acentuadas diferenças de estrutura social entre áreas do mesmo País, de que as classes latifundiárias e exploradoras da área pobre se aproveitam, porque têm vantagem em utilizá-las para os seus fins. Há todo interêsse para elas em apresentar o momentâneo antagonismo regional como situação estável, ontológica, porque sabem que se o deixar ao sabor do processo êle se revolverá, por fôrça do mesmo movimento da realidade que o criou, embora tal resolução provàvelmente tenha de ser feita com o sacrifício das classes agora dominantes por motivo da existência dêsse mesmo antagonismo.

Vemos, dêste modo, o importante papel da dialética na conceituação dos antagonismos regionais. Admitindo-se que surgem do processo da realidade nacional, envolvido pela categoria de totalidade, há a certeza de que serão resolvidos sem quebra dessa totalidade, embora possìvelmente exigindo profundas alterações da estrutura econômica vigente nas áreas mais subdesenvolvidas. Como o desequilíbrio regional se apresenta, no momento, vantajoso tanto para as classes dominantes das áreas adiantadas quanto para as das regiões retardadas, parece claro que ambas repudiarão a noção dialética de antagonismo, desejando suprimi-lo em palavras, para conservá-lo de fato. Só as massas de uma e de outra região, ou seja, só o País todo, na absoluta maioria da sua população, estão interessadas no término dos desníveis regionais. Por

isso os líderes populares autênticos pensam dialèticamente o problema, mesmo sem o saber. Consideram o estado presente como etapa de um curso geral, que cria as fôrças objetivas capazes de suprimir a situação indesejável. Chegaram a um grau de consciência onde se lhes torna patente ser a superestrutura econômica e social da região pobre, e a do resto do País tanto quanto alimenta e se acomoda a esta, a causa principal do desequilíbrio observado. O fato fundamental, de que se deve partir para qualquer apreciação sôbre o problema dos desníveis regionais, é o surgimento de uma consciência popular nas regiões atrasadas do nosso País, ameaçando converter-se em movimento camponês revolucionário, para destruir as estruturas anacrônicas dessas regiões, instaurar o processo de industrialização e criar florescente mercado interno. Essa consciência não ameaça a unidade nacional, mas apenas a tranqüilidade da classe senhorial. Do ponto-de-vista da unidade do processo nacional. constitui fator de união e entrosamento, só pode ser proveitosa à unidade do País, pois visa a elevar considerável parcela da população ao padrão de vida e ao grau de consciência de que já gozam as áreas mais desenvolvidas. É imperioso denunciar o que representa como mistificação todo enunciado do problema das regiões atrasadas, do Nordeste em particular, que insinua veladas ameaças à unidade do País, quando, na verdade, se destina a encobrir o aspecto essencial do problema, o esbulho das massas da região pobre pelos latifundiários e seu séquito de comensais, que as exploram, para tanto se utilizando dos préstimos de grande contingente das classes médias, diretamente favorecido pela dependência em que prosperam.

Tampouco será possível equacionar em seus verdadeiros têrmos o problema do subdesenvolvimento regional, isolando-o do quadro de servitude econômica que abarca o País como um todo. As classes dirigentes da região atrasada são as mais comprometidas com o imperialismo, quer diretamente, porque têm vantagem em apoiar as emprêsas estrangeiras que operam na área pobre, explorando o trabalho agrícola ou as riquezas minerais, quer indiretamente, porque participam do sistema geral de dominação montado no País, sob intensa influência do capital alienígena. Para discutir a questão nos seus verdadeiros elementos, faz-se mister levar em conta todos êstes fatôres. Para avaliar o que pode representar como ameaça à integridade nacional a existência das áreas gravemente subdesenvolvidas, em seu interior, deve-se incluir o papel do imperialismo na constituição da situação objetiva.

A exploração do trabalho nacional pelas emprêsas estrangeiras assume aspecto qualitativamente diferente nas regiões mais adiantadas e nas atrasadas. Nestas últimas, os procedimentos espoliativos não apenas têm de se acomodar às baixas condições de trabalho existentes, mas sobretudo são montados de tal maneira que, dando o máximo lucro ao capital colonizador, ao mesmo tempo atuem no sentido de conservar, e até de agravar, o desequilíbrio econômico dessas áreas em relação ao resto do País. Se algum perigo nos ameaça, é aquêle que provém da íntima colaboração das classes anacrônicas e latifundiárias das regiões pobres com o capital estrangeiro, porque das massas dessas regiões, mesmo sofrendo, como sofrem, a mais cruel opressão, na forma de um desumano nível de vida, não provirá qualquer gesto antinacional, uma vez que têm perfeita consciência de que sua situação só se distingue da condição de vida de outras populações do País por um teor mais acentuado de miséria e exploração, porém em essência é idêntica à das massas de muitas outras regiões, como o prova a natural solidariedade entre elas existentes, que vem determinando a repetição dos movimentos camponeses libertadores em regiões supostamente adiantadas.

Não há consciência regional senão como aspecto e componente de uma só consciência nacional. É justamente porque a última constitui um fundamento unitário que dentro dela se distinguem modalidades regionais. Estas só se caracterizam como tais porque representam diversamente, em virtude de condicionamentos locais, a mesma consciência nacional. Não há, portanto, oposição entre consciência regional e nacional; entre elas existe tão-sòmente mediação dialética. A consciência nacional só se define mediante uma manifestação regional, e esta por sua vez só é reconhecida com êsse caráter se, através dêle, exprime a totalidade da consciência da nação. Dêste modo se compreende porque o nacionalismo, como consciência da massa, estabelece a garantia da unidade nacional. É que nêle se exprime a consciência dos brasileiros de todos os lugares, que não podem ter intuitos antagônicos, porque, quando compreendido à luz daquele pensamento, todo interêsse local se concilia dialèticamente com o interêsse nacional. Mas, ao mesmo tempo, o nacionalismo se apresenta como a teoria de govêrno que dará solução aos problemas regionais. Donde não haver nacionalismo senão mediatizado pela consciência regional autêntica, a das massas trabalhadoras de cada área do País.

Não existe nisto nenhuma incompatibilidade ou in-

coerência. O nacionalismo não passaria de conceito abstrato se estivesse localizado numa consciência nacional que, em fim de contas, seria a consciência de ninguém. Para ser conceito concreto, e portanto capaz de atuar objetivamente, precisa pertencer à consciência de um brasileiro real, evidentemente, a de alguém que vive em determinado ponto interior do nosso espaço, e por isso sofre os condicionamentos que tal situação lhe impõe. Não teria sentido exigir dêsse homem que se despojasse dos seus determinantes vitais para se elevar ao plano da idéia abstrata de nacionalismo. Se esta idéia tem valor histórico operante, é porque na universalidade com que representa os problemas nacionais se exprime o legítimo ponto-de-vista de uma consciência sempre em situação local. Só assim o nacionalismo se torna teoria concreta e apta a orientar a resolução dos problemas do subdesenvolvimento parcial de cada área do nosso território. Não há portanto conflito entre nacionalismo e regionalismo na consciência crítica; antes, ao contrário, um não pode existir sem o outro, desde que se trate do conceito crítico autêntico do nacionalismo. Só tentam estabelecer oposição entre ambos os que temem a natural concordância de um com o outro, pois vêem ameaçado o predomínio regional, que exploram em seu proveito. As classes trabalhadoras, cuja situação se mostra qualitativamente a mesma em todo o País, só diferenciadas pela intensidade com que são exploradas num lugar ou em outro, constituem o fundamento da consciência nacionalista unitária do País; mas não chegariam a integrar essa real unidade senão ingressando nela com o pensamento que a sua situação regional lhes dá. Daí a identidade dialética entre nacional e regional, que, enquanto conceitos concretos, ou seja, expressão de conteúdos da realidade, só se opõem para se identificar na consciência nacionalista, a qual soluciona cada problema local porque o dissolve no problema nacional único —a superação do subdesenvolvimento comum—e soluciona o problema nacional porque o resolve na multiplicidade de seus aspectos particulares locais.

O processo do desenvolvimento brasileiro faz-se no sentido da integração crescente das áreas do País a um só movimento comum. Sendo um dinamismo real, objetivo, unitário, a êle tem de corresponder, no plano da representação, uma consciência própria, aquela na qual se reflete o processo do desenvolvimento, e que sôbre êle reflete, manifestando o caráter correspondente a essa base objetiva sôbre a qual se

funda. Tal caráter é o que chamamos, em sentido extenso, de nacionalismo. A existência, na presente fase histórica, de um caráter definidor da consciência brasileira,—o nacionalismo—explica-se pela unidade e vulto do processo sôbre o qual assenta, e que já possibilita um grau suficientemente claro de representação, para que a consideremos uma autoconsciência incipiente.

PRINCÍPIOS DE UMA POLÍTICA NACIONALISTA

Após as considerações das páginas anteriores sôbre a categoria de nacionalidade, não queremos deixar sem resposta a objeção, freqüentemente lançada à consciência nacionalista, de ser incapaz de indicar de maneira satisfatória o que julga constituir o elenco de atos de uma política autênticamente nacional. Sem pretender produzir um programa acabado ou competir com os valiosos estudos, propostas, conclusões de debates, que constantemente estão sendo realizados em nosso meio, seja-nos lícito assinalar o que nos parece valer como pontos principais de uma política do desenvolvimento nacional em bases nacionalistas. Não aludimos em detalhe às medidas que venham a pôr em prática os princípios aqui propostos. Temos a intenção de permanecer ao nível dos princípios gerais, a que deverão obedecer os planos concretos da ação tática possível em cada conjuntura, a serem executados no regime político existente pela consciência crítica do País. O essencial é compreender que certas medidas só aparecem como possíveis à vista da concepção do que seja o necessário, enquanto projeto político elaborado pela consciência crítica. Sòmente à vista de um projeto concebido agora como necessário se justificam as medidas táticas, e não inversamente. Não é depois de se terem realizado as medidas táticas que começa a haver condições para pensar o projeto radical possível, mas, ao contrário, só depois que êste penetrou na consciência das massas é que se constitui a fôrça política indispensável para realizar as medidas táticas, mesmo as iniciais. O projeto não se compõe da reunião de medidas táticas. mas estas decorrem do projeto. Se a consciência crítica não estiver de posse de tal projeto, de nada lhe vale propor medidas momentâneas, ainda as mais avançadas, porque não definiu prèviamente em que direção deseja que o processo nacional avance. Diríamos que a luta pelo desenvolvimento nacional deve ter por objetivo realizar:

1. *A incorporação do trabalho nacional ao País*

Êste deve ser o princípio cardial de tôda a política nacionalista. Significa simplesmente o fim da alienação internacional do trabalho. Já tivemos oportunidade de nos referir a êste aspecto da realidade nacional. O país subdesenvolvido sofre, em caráter coletivo, de um tipo particular de alienação do trabalho, a alienação internacional. É um país que trabalha para outro, o qual aufere a mais-valia da exploração exercida sôbre o primeiro. No plano internacional processa-se o mesmo regime de exploração que foi assinalado na alienação do trabalho individual. O país pobre desempenha o papel do trabalhador pobre de um patrão rico. É na sua essência um país proletário. Trabalha para outro e sòmente aproveita em seu benefício mínima parte da riqueza que produz. A política nacionalista deve ter como regra suprema abolir esta servitude internacional, restaurando o valor do trabalho nacional, pelo íntegro aproveitamento dêle por parte do País, e fazendo-o realizar-se em modalidades superiores, verdadeiramente humanas, extinguindo as formas desumanas mantidas pelo estado de servitude colonial. Nas considerações a seguir expendidas sôbre questões de capital nacional ou estrangeiro, julgamos essencial introduzir invariàvelmente o exame do aspecto qualitativo, procedimento poucas vêzes observado pelos economistas profissionais. Apegados ao aspecto quantitativo, não conduzem o seu raciocínio levando em conta primordialmente a "qualidade" do capital. Por isso, ao discutir os projetos nacionalistas, perdem-se em críticas cuja debilidade fundamental consiste em não apreciar a qualidade de determinado capital, o seu valor político como instrumento de dominação e sua influência nas decisões governamentais. Isto obriga a que sòmente organizações econômicas autênticamente nacionais pelas suas raízes, procedência do capital, personalidades dirigentes e, sobretudo, aplicação interna dos lucros, devem caber num plano de desenvolvimento. Se, na fase atual, que desejamos transitória, a ser encerrada o mais breve possível, ainda houver necessidade de tolerar a presença de organizações estrangeiras, as verdadeiramente nacionais devem ter tratamento preferencial e privilegiado em face dessas outras, as quais deverão ser submetidas a medidas restritivas, tais como as propostas pelos representantes da consciência nacionalista em projetos de lei em curso no Parlamento. O Estado não é neutro nem equitativo em relação às iniciativas econômicas do capital particular: protege

deliberadamente as de origem autóctone e tende a promover a gradativa expulsão das alienígenas, em vista do que representam como alienação dos frutos do trabalho nacional.

O aproveitamento do trabalho do povo em benefício exclusivo dêle mesmo é a diretriz suprema da política nacionalista. Os economistas que se sentem tranqüilizados sôbre a nossa capacidade de atingir a plena autonomia econômica, quando consideram a pequena quantidade de emprêsas estrangeiras, comparada com a das nacionais, deviam reparar em que tais fôrças são de tato quantitativamente minoritárias no País, mas têm atrás de si o imenso poderio das fôrças capitalistas do sistema a que nos achamos no momento vinculados, atuam em consonância com êsse sistema e não em obediência aos determinantes da economia nacional. Neste fato está precisamente o essencial do esbulho a que se acha submetido o país atrasado: as fôrças antinacionais que o exploram, ainda quando numèricamente minoritárias, são dotadas de alto potencial político, e por isso, de uma maneira ou de outra, convergem para o resultado final que consiste em se apropriar da maior parte do trabalho das massas subdesenvolvidas. É imprescindível que o pensador político, o sociólogo e o economista não percam de vista êste dado, que transcende o campo de suas respectivas especialidades e pertence a rigor à filosofia. Com efeito, o trabalho é um modo de ser do existente humano, o qual por essa característica se define. O homem é um ser que necessita atuar sôbre a natureza para conservar a existência, mediante a produção dos meios que a sustentam. Mas, em vez de fazê-lo de modo instintivo, apenas utilizando recursos que encontra ao seu redor, como as demais espécies animais, o faz de modo criador, investigando as fôrças naturais, dominando-as e pondo-as a serviço das suas necessidades. É, pois, um ser que inventa o seu ser, que o cria, porque estabelece, com a natureza circundante e com os seus semelhantes, relações que são produto da sua capacidade inventiva. Pelo trabalho, o homem se apossa realmente do mundo natural onde se encontra, descobre as leis que o regem, as propriedades das coisas que o compõem e delas se utiliza em seu proveito. O trabalho exprime, portanto, a essência humana, mas, para que assim seja, faz-se mister que nas relações de produção, ou seja, na trama de vínculos sociais estabelecidos pelos indivíduos uns com os outros, tendo por base o esfôrço coletivo executado sôbre a natureza, se conserve íntegro o caráter humano, próprio do ímpeto criador e produtivo com que o homem explora o mundo natural. Isto quer dizer que as relações de produção não devem deturpar o

caráter humano e natural da luta dos homens contra a natureza, dando origem a situações desumanas, a exploração de uns por outros. O que há de humano no trabalho, e manifesta a essência do ser humano, é a exploração da natureza, praticada com equidade por todos os homens. No curso da história essa relação natural com o mundo físico se viu corrompida, e alguns homens se puseram a explorar não mais a natureza, mas outros homens que trabalhavam sôbre a natureza daí surgindo um estado social injusto e desumano, que necessita ser corrigido. A noção do trabalho é de ordem existencial, pertence de direito à filosofia aclará-la. Seus aspectos políticos, históricos, suas modalidades e qualificação, cabem a outras ciências, mas constitui assunto filosófico definir o significado do trabalho enquanto manifestação da realidade humana.

Considerando a realidade do país subdesenvolvido, deve-se compreender que a filosofia tem ocasião de enunciar em relação a êsse contexto algumas proposições que revelam peculiaridades do conceito de trabalho efetuado em tal circunstância. A qualificação do trabalho do povo aparece como exigência fundamental, superando o ponto-de-vista meramente quantitativo. Só quando o trabalho qualitativamente nacional assumir posição dominante no processo econômico, adquirindo superioridade quantitativa, o país ter-se-á libertado da influência política exercida pelo capital que explora o trabalho alienado, o dos empregados em emprêsas estrangeiras, e, por meio destas, o do país em geral. O trabalho comumente feito no país capitalista dependente é por essência desumano, porque representa duplamente trabalho para outro: o empresário estrangeiro e a economia alheia. O primeiro grau de humanização do operário consistirá portanto em abolir a dependência para com o sistema estrangeiro, fazendo-o trabalhar para o sistema nacional. Mesmo verificando que em largos setores de atividade, na agricultura, nos transportes, nos bancos, no comércio e também na indústria, o capital nacional aplicado supera em quantidade o capital estrangeiro, esta constatação não abala nem revoga nenhuma das afirmativas desta carta de princípios nacionalistas. Com efeito, o que importa é que a presença, considerável, embora minoritária, do capital estrangeiro lhe dá o poder de montar um dispositivo de dominação geral sôbre todo o trabalho do País, mediante o qual as massas, mesmo trabalhando diretamente para o capital nacional, estão de fato trabalhando indiretamente para o capital estrangeiro, que, em última instância, recolhe os frutos de todo o labor do País.

Se o trabalhador colonial é explorado no produto da sua labuta, se alguém se apropria do que êle cria, gera-se o estado de desigualdade social, de injustiça e alienação, que configura um dos aspectos do caráter desumano do trabalho, particularmente acentuado quando êsse "alguém" além de ser patrão é o representante de uma organização econômica estrangeira. Eis porque o país proletário só humaniza o seu trabalho quando o converte em trabalho das massas para si. Para isso, o primeiro passo consiste em determinar que o trabalho se execute integralmente no País, o que por enquanto não acontece, sendo feito em significativa escala nas fábricas estrangeiras aqui sediadas. Quando êste último é o modo dominante, ou porque represente a forma mais qualificada de trabalho ou porque a serviço da fração do capital dotada de maior poder político, o país dependente não chegou sequer ao ponto de ter o seu trabalho executado em seu próprio espaço. Nem esta apropriação mínima ainda conseguiu. Trabalhar na indústria nacional representa, antes de tudo, trabalhar no interior do país. O trabalho despendido em fábricas estrangeiras tem de ser considerado como se tivesse lugar no exterior. Sòmente quando o país começa a incorporar a si o seu trabalho, ou seja, a produzi-lo em fábricas e emprêsas nacionais, cabe dizer que se identifica com êle. Só então tem sentido medir o progresso e o desenvolvimento do país pelo volume e qualidade do trabalho que produz, porque até então tais índices não lhe exprimem a verdadeira capacidade criadora. Quando se afirma que o país atrasado trabalha pouco, a frase tem conteúdo realmente verdadeiro, se a entendermos no sentido de "trabalha pouco para si". Com efeito, só aparece como trabalho engrandecedor do país aquêle que é feito por êle para êle; o trabalho desta espécie, de fato, é pouco, porque a maior parte da quantidade total se realiza para os outros.

Mesmo quando a maior soma de trabalho seja despendida em emprêsas nacionais, principalmente no trabalho agrícola, a baixa qualidade de tal esfôrço o exclui do plano significativo, pois se trata de mero trabalho muscular animal, destituído de sentido social superior. Tal trabalho é tão primitivo que nem chega a ser feito para a comunidade. Consiste na simples labuta para conservar a vida individual, sem qualquer outro significado. O trabalho das massas campesinas do país subdesenvolvido tem por fim manter vivo o trabalhador à espera de que um dia venha realmente a trabalhar em condições humanas, passando assim do estado de executante animal ao de operário humano. O país pobre igno-

ra que a sua principal riqueza está na capacidade de fornecer trabalho a si mesmo. Tem de lançar mão dêle como da sua riqueza fundamental, aquela que condiciona tôdas as demais. De nada lhe vale possuir imenso potencial econômico, representado por matérias-primas, espaço cultivável, fontes de energia, se não atualizar a riqueza primordial, o labor do povo, sem a qual nenhuma das outras é riqueza. Na fase em que a consciência social permanece obscura e ainda incapaz de alcançar esta verdade, cede fàcilmente à pressão econômica dos países exploradores e aceita a implantação do capital estrangeiro, recebendo-o como se fôsse o proto-fator que desencadeará o processo de desenvolvimento autônomo. Não percebe que é vítima de insidioso engano, pois ao admitir o capital estrangeiro na qualidade de instrumento indispensável para acelerar o processo nacional, está anulando ou desperdiçando o único verdadeiro instrumento do seu livre progresso, o fator interno, o trabalho para si.

Capital estrangeiro significa sempre trabalho para outro. Mostra-se portanto radicalmente inadequado para despertar as fôrças expansivas próprias do País, porque as faz surgir já no estado de alienação, de exploração, e por isso no mesmo ato em que as desencadeia as desvia do seu efeito útil em prol da autonomia da nação subdesenvolvida. É imperioso compreender que tôda concessão feita ao capital estrangeiro representa cessão do trabalho nacional a um país estranho. Tôda vez que um empresário estrangeiro paga o salário de um trabalhador brasileiro está comprando o direito de impedir que outro trabalhador brasileiro suba ràpidamente de nível social. Ainda quando pareça beneficiar o primeiro, o efeito social preponderante é o prejuízo causado ao segundo. Na realidade tudo se passa como se comprasse duas coisas: a fôrça de trabalho de um indivíduo, aquêle que entra para a fábrica, e a fraqueza de ociosidade de outro, aquêle que fica impedido de entrar para alguma fábrica e permanece na miséria rural ou na marginalidade urbana. Dificultando ao País processar livremente o trabalho para si das suas massas, que o levaria a empregar com o máximo de rendimento e rapidez a sua fôrça humana, o capital estrangeiro condena pequena parte do povo ao trabalho para êle, em condições de exploração, e o restante ao não-trabalho qualificado.

À luz destas considerações, merece ser revista a conceituação do problema econômico da exportação de matérias-primas. A primeira coisa a assinalar é a insuficiência do conceito apenas econômico de "matéria-prima". Com isto denunciamos desde logo o êrro e a estreiteza de pensamento da

maioria dos nossos economistas profissionais, alienados por fôrça de suas vinculações ao capital estrangeiro. Faz-se necessário interpretar aquêle conceito numa perspectiva mais ampla, principalmente filosófica, pois na verdade tôda substância chamada "matéria-prima" transporta determinado potencial de trabalho a ser feito sôbre ela, constitui o correlato físico para cumprir uma exigência especìficamente humana. A matéria-prima só existe enquanto tal, se destinada a confeccionar algum produto mediante o emprêgo da fôrça humana de trabalho, que a deve converter em certo bem acabado. É impossível dissociar uma coisa de outra. Matéria-prima não equivale a matéria bruta, conceito só aplicável às escórias inaproveitáveis, ao cascalho, à ganga que acompanha a substância utilizável. A matéria-prima, por isso que prefigura o objeto futuro, já contém um teor de qualidade superior ao da simples existência natural, porque só a concebemos em indissolúvel conjugação com o trabalho que sôbre ela deve ser executado, sem o qual não teria sentido chamá-la de "matéria-prima", pois não seria matéria primordial para nada. Logo, é indispensável que a reflexão política, econômica ou sociológica sôbre o problema da exportação dessas substâncias se proceda levando sempre em conta o valor do trabalho potencial a elas associado.

A questão fundamental cifra-se em saber *quem* vai executar êsse trabalho, se o operário brasileiro ou o estrangeiro. Quando o nosso País exporta uma tonelada de minério de ferro, exporta juntamente com essa massa física um *quantum* de trabalho que deixará de ser feito aqui. Êste é o fato decisivo, que jamais deverá ser esquecido. Tendo visto anteriormente que a condição inicial para que o País realize trabalho para si, consiste em fazê-lo aqui—e "aqui" duplamente, no seu espaço interior e em fábricas de sua propriedade—, a exportação do minério, sendo ao mesmo tempo exportação de trabalho nacional potencial, significa necessàriamente um obstáculo ao desenvolvimento para si do País. O que se entende por matéria-prima é sempre a matéria de um trabalho futuro. Se êste não fôr executado pelos possuidores da substância corpórea que fornece a base e a razão de ser dêle, ou se tal substância apenas sofrer aqui as primeiras operações elementares, de simples beneficiamento, para oferecê-la em melhores condições ao estrangeiro que a vai realmente trabalhar, o País estará alienando aquilo que compõe a sua riqueza fundamental, a capacidade de trabalhar para si. Exportando a matéria e deixando ociosa a mão-de-obra eventual, que a converteria em bens utilizáveis, o País pratica

duplo crime, o de se despojar de uma riqueza insubstituível e o de reduzir o seu potencial de trabalho, relegando as massas dos futuros operários qualificados à condição de semoventes, vegetando no plano de simples subsistência. O poder político não pode ignorar êste fato, eminentemente político, e não econômico, como apregoam os expoentes da economia de cátedra, medíocres, alienados, submissos na sua maioria aos interêsses estrangeiros.

Exportar matérias-primas significa cancelar a esperança de trabalho para milhões de futuros operários qualificados. Dizima a população brasileira de enorme contingente futuro de trabalhadores de elevado nível de existência, condenados a nunca alcançá-lo, a cada tonelada de manganês embarcada para o estrangeiro. Representa o financiamento à melhoria de vida do operário do país desenvolvido, que recebe o direito de trabalhar sôbre uma matéria que não lhe pertence, e da qual sòmente nós deveríamos tirar proveito. As afirmações habituais dos economistas alienados, a vigorosa defesa da remessa para o exterior das matérias-primas minerais do País, ou seja, da venda do seu próprio solo pulverizado, formam um destilado de sofismas que a consciência nacionalista tem de repelir com veemência, mas só o pode fazer racionalmente quando apta a denunciar-lhes os erros e insuficiências. Ao ouvirmos dizer que o país pobre necessita urgentemente exportar minérios para obter divisas com as quais possa pagar o próprio desenvolvimento, colhemos nesta afirmativa excelente exemplo da repulsiva ingenuidade dos agentes imperialistas em nosso meio. Para o país dependente, o problema não consiste em saber se a exportação de minérios produz, ou não, divisas, mas em saber se produz, ou não, trabalho. Isto é o essencial. Como as divisas produzidas são em larga parte rateadas entre a classe dominante, na qual se contam os empresários estrangeiros, e como o povo não tem capacidade para perceber a depredação de que é vítima no mais importante bem que lhe pertence,—o direito de trabalhar sôbre as matérias úteis que o País possui—, êste lado do problema permanece desconhecido, sendo apenas debatido o lado financeiro, objeto de complicadas discussões técnicas entre os economistas. Perde-se de vista o motivo essencial, o aspecto existencial da questão, aquêle que diz respeito à possibilidade de dar às massas brasileiras condições de humanização do trabalho.

A tese da conveniência de exportar os nossos bens minerais aparecerá claramente falsa, desde que a traslademos do campo econômico, onde é manejada pelos agentes

ideológicos do capital imperialista, e a coloquemos nos seus fundamentos reais. Se não é lícito separar a existência física do minério do trabalho humano a ser realizado sôbre êle, a questão se estabelece em têrmos primordialmente políticos e sociológicos, e não apenas econômicos. Como a exportação só paga, além do valor venal da substância, o trabalho primário de extração, transporte e venda da mercadoria, o País sai sempre perdendo, pois nunca lhe será pago o trabalho potencial que exporta, sob forma de renúncia ao aproveitamento interno. Por isso, a rigor cabe dizer que não existe o problema da exportação de matéria-prima; o problema real é a exportação do trabalho.

O país que se esvazia dos seus bens extrativos condena a irremediável desemprêgo a sua mão de-obra, ao retirar-lhe a condição básica para poder algum dia executar um trabalho superior: ter *sôbre o que* fazê-lo. A política de exportação de minérios equivale, portanto, a uma política de desemprêgo. Importa assinalar igualmente que a decisão de exportar minérios e outros bens essenciais aprisiona o País em um círculo vicioso, paralisador de tôda possibilidade de desenvolvimento autônomo. Se com a matéria-prima enviada para fora vai também o trabalho que deveria ser feito aqui, o trabalhador virtual sôbre aquela matéria, lançado assim ao desemprêgo, fica obrigado a se manter em atividades primárias, rotineiras, sem progresso; fica impedido de subir a um nível de vida um pouco melhor, que lhe permitiria consumir o produto resultante do acabamento daquela mesma matéria-prima. Em conseqüência, essa matéria-prima permanece disponível, donde parecer ao analista ingênuo que a melhor coisa a fazer com ela é exportá-la, para obter dela algum proveito. Mas, ao enviá-la para fora, deixa o trabalhador nacional despojado da possibilidade de trabalhar sôbre ela, o que o elevaria ao nível econômico em que poderia consumir os produtos feitos com tal matéria-prima. Configura-se desta maneira o círculo vicioso que encarcera o país pobre exportador de riquezas. Como a principal riqueza que exporta é o seu trabalho, fica destituído do fator essencial à ascenção do nível de vida de suas massas, aquilo que lhes daria oportunidade de consumir os bens obtidos com a matéria-prima de que dispõe, e como esta permanece então inaproveitada, ao remetê-la para o estrangeiro fecha o círculo da sua miséria: exporta porque não tem capacidade para fazer, e não faz porque exporta.

Dêsse torvelinho só há um meio de escapar: cessar a exportação, nacionalizar as emprêsas estrangeiras, assegurando dêste modo a acumulação do trabalho interno que ge-

rará capital suficiente para o processo de desenvolvimento autônomo. As sumidades da ciência econômica alienada, os professôres da especialidade, também especialistas em servir aos interêsses do imperialismo, os altos funcionários bancários, os diplomatas domesticados, todos êstes burocratas negarão, está visto, o valor desta argumentação. Mas terão de fazê-lo do ponto-de-vista precisamente aqui denunciado como insuficiente, o econômico puro. Deixando de ver o caráter existencial do problema,—pois exportar matéria de trabalho significa privar um ser humano de trabalhar sôbre ela —enclausuram-se na minúcia econômica que nunca poderá ter valor de fundamento para argumentar porque é justamente aquilo que está sendo posto em debate. Não pode caber à economia a última palavra sôbre o assunto porque exatamente o que está sendo discutido é o mérito da economia não apenas enquanto ciência limitada, mas enquanto instância final para decidir dos problemas referentes ao destino dos homens. A última palavra a êste respeito tem de caber à consciência política da comunidade, na qual se encontra o grau máximo possível no momento de compreensão da realidade social, e nunca à consciência economista, retrógrada, menor, e quase sempre antinacional.

Apenas a título de exemplo, para desmascarar a falácia do pensamento estritamente econômico, vale a pena mencionar um dos conceitos centrais da visão alienada do problema da exportação de matérias-primas. Referimo-nos à noção de "preço compensador". Os interessados neste comércio nocivo procuram apresentar a questão como cifrando-se em estabelecer uma política de bons preços para as matérias-primas exportadas. Empenham-se então em análises teóricas exaustivas e esforços comerciais e diplomáticos, a fim de obter os almejados "bons preços". É preciso dizer desde logo que tôda discussão a êste respeito trava-se no terreno da consciência ingênua. Porque gira em tôrno de um conceito falso. Por definição, não há bom preço para exportar uma matéria-prima, principalmente minérios, porque o único "bom preço" seria aquêle que pagasse o trabalho real total a ser feito sôbre ela, entendido êste como trabalho a ser feito aqui. Logo, por definição, nenhum preço de exportação é bom, qualquer que seja, uma vez que só paga uma parte do valor do objeto, seu valor venal e o trabalho que custa extraí-lo. O preço nunca incluirá o trabalho de acabamento da substância até o estágio final de produto industrial pronto, sob pena de deixar de ser preço de matéria-prima colonial; logo, não há preço bom, êste conceito é errôneo, interesseiro;

o que se apresenta como tal encobre na verdade a anulação da parcela de valor constituída pelo trabalho do povo que a matéria-prima propiciaria. O país importador paga ao exportador para que não trabalhe.

Assim se vê que a prática de exportar as riquezas minerais jamais servirá ao processo de desenvolvimento econômico do país pobre, porque é justamente aquela que se destina a manter estável o seu subdesenvolvimento. A bem dizer é um levantamento de fundos para financiar a estagnação do processo de expansão do trabalho do povo. Ao pagar parte mínima do trabalho real que poderia ser despendido, está pagando a ociosidade da imensa maioria das massas que ficam sem ter sôbre o que trabalhar. O país subdesenvolvido, praticando uma economia dependente, exportadora, configura no seu interior um mercado de trabalho incompleto. Só pequena parte do trabalho possível tem condições para se realizar. O resto fica anulado, pelo desaparecimento das substâncias sôbre as quais se exerceria. Ao exportá-las, o país abre mão do direito ao trabalho total, guardando sòmente o trabalho residual, aquêle que não pode deixar de ser feito aqui. Conserva apenas a modalidade inferior, primitiva, mal paga, que não enriquece o meio interno de bens acabados, e não dá à crescente massa operária possibilidade de vir a consumir produtos superiores. O mercado de trabalho do país atrasado exportador de matérias-primas é incompleto porque nêle falta a parcela mais significativa, representada pela mão-de-obra qualificada, pela técnica adiantada, pela ampla circulação de produtos acabados. É um mercado onde as relações entre as espécies e fases de trabalho são, por assim dizer, anormais, pois grande número de trabalhadores, permanecendo ocupados nas fainas primárias da agricultura de subsistência, estão fora do seu lugar natural de trabalho. Formam um exército de reserva, acampado às portas de uma fábrica que ainda não existe. Empregamos esta frase, descontado o caráter imaginoso da expressão, como modo de dizer para significar quão primitivo é o processo do país subdesenvolvido, e como se apresentam aqui com aspectos originais os conceitos da ciência metropolitana. No mundo industrial avançado, o exército de trabalhadores de reserva, de que o empresário dispõe, cerca uma fábrica já existente. Aqui, estamos um degrau abaixo dessa etapa, nossa reserva de trabalho ainda espera a fábrica onde pretende ingressar.

Vemos, portanto, que a política de exportar matérias-primas caracteriza-se como aquela que se destina a conservar o País no nível das atividades primitivas.

Oprime o surto de industrialização, o qual só por um sofisma econômico alguém admitiria que fôsse alimentado pela política que precisamente mais contribui para entorpecê-lo. Não tendo meios de se industrializar livremente, o País renuncia ao imenso potencial de trabalho que as massas desempenhariam em seu benefício. A exportação de matérias-primas, sobretudo as riquezas minerais, veículo material de um bem imensamente maior, o trabalho humano, do qual decorre o direito do homem se realizar como homem, corporifica a forma mais grave da alienação econômica. Ao exportar os seus minérios, nosso País aliena ao mesmo tempo a soberania, porque entrega a outros o direito de fazer os bens de que, enquanto nação, necessita para se realizar como ser histórico. Comete assim a suprema injustiça para com o povo: alienar o direito ao trabalho que o libertaria. Êste é o conceito fundamental. O país exportador de matérias-primas não sòmente é roubado pelo dominador no trabalho que faz, mas sobretudo é roubado no trabalho que não faz. Consideramos, por isso, que o princípio cardinal de todo programa nacionalista resume-se em converter o trabalho do povo aos seus exclusivos interêsses. Fazer o País trabalhar para si, eis como se enuncia o primeiro princípio da política nacionalista. Primeiro e condição de todos os demais.

2. *A crescente participação das massas no processo político*

Sem a progressiva participação das massas trabalhadoras nos centros de decisão política não será possível esperar que os princípios nacionalistas aqui expendidos encontrem condições para ser levados à prática. Entregue a comunidade ao comando das elites culturais e econômicas, por necessidade do processo de nossa formação, até agora submetidas à alienação e à dependência, não há possibilidade de se constituir no País a fôrça social indispensável para levar a cabo as transformações objetivas decorrentes dos princípios descritos neste ensaio. A única fôrça capaz de encaminhar o processo do desenvolvimento nos rumos aqui indicados são as massas populares, pois foi em benefício delas que concebemos as idéias que sustentam êstes princípios.

No país subdesenvolvido em esfôrço expansivo, o nacionalismo compendia necessàriamente a ideologia das massas trabalhadoras, a que se associam outros grupos, cujos interêsses coincidem no momento com os delas.

Sòmente as massas possuem a prática social na qual se alicerça o programa de atos políticos nacionalistas, comprovando a verdade das afirmações teóricas que lhes dão esteio. Não serão as elites, pois o próprio de tais países é ter por elites grupos sociais desligados dos interêsses reais do processo nacional ou ligados a organizações estrangeiras, que só têm a lucrar com o estado de atraso ou de demorado desenvolvimento. A elite autêntica está sempre na massa como um todo. De início acha-se no estado de elite difusa na imensa multidão de trabalhadores que, por viverem a realidade pungente do atraso e da miséria, não podem nutrir representações equivocadas sôbre a sua existência. É a etapa em que tôda a massa constitui a elite, no sentido de ser a portadora da consciência crítica, ainda assistemática e inculta mas nem por isso menos verdadeira. Só aos poucos dentro dela irão surgindo personalidades capazes de dar forma explícita à compreensão do mundo e do País correspondente à sua situação existencial. Transita-se assim para um novo momento da elite, engendrada agora pela massa e a ela constantemente ligada, apenas mais culta nos seus enunciados, mais hábil em elaborar conceitualmente o pensamento e em dar-lhe sentido ideológico consciente. É a êste pensamento, e portanto às massas que o elaboram e sustentam, que compete executar o esquema nacionalista aqui exposto. Por conseguinte, tôda medida que patrocinar a ascenção social das massas e sua crescente participação no comando social contribui para criar condições de exequibilidade dos princípios nacionalistas.

Na fase atual, entretanto, grande número dos atos que preconizamos terão de ser levados a efeito predominantemente por representantes dos interêsses do capital nacional, com a contribuição relativamente reduzida das massas, porque estas não se acham ainda devidamente capacitadas do seu papel nem arregimentadas em organizações políticas poderosas, e ademais porque há obstáculos institucionais que as impedem de ter maior ingerência no processo nacional. Mas, à medida que se forem pondo em prática disposições preliminares que visem a executar os itens do programa nacionalista, descortinar-se-ão oportunidades cada vez mais amplas para a participação das camadas populares no processo político, o qual deixará de ser comandado pelas atuais elites e passará às mãos dos detentores da fôrça de trabalho. Enquanto permanecermos na situação atual, não é de crer que os grupos dirigentes, mesmo com a progressiva pressão das elites econômicas de base nacional legítima, se decidam a executar a totalidade das medidas propostas, sobretudo aque-

las que afetam diretamentee os interêsses do capital estrangeiro, exigem o repúdio de conceitos habituais e conduzem ao rompimento de tradicionais jugos internacionais. Isso só ocorrerá quando o potencial político das massas tiver sido intensificado ao ponto de lhes assegurar a interferência direta na direção da comunidade, superando o estado de multidão tutelada, que exerce seu reduzido influxo social por intermédio de procuradores, nem sempre fiéis. O nacionalismo é fundamentalmente ideologia das massas porque visa a libertá-las das opressões e espoliações de que são vítimas. Não apenas tem nelas a inspiração, os motivos e a verdade dos seus princípios, mas depende delas para ser històricamente eficaz. A política nacionalista funda-se no poder político das massas trabalhadoras. Por isso defende com intransigência tôdas as medidas que favoreçam o ingresso das massas nas áreas de decisão comunitária, aumentem-lhes o teor de consciência e fortaleçam a sua pressão social. Bate-se portanto pelo voto dos analfabetos, como irrecusável direito de imenso contingente das camadas populares, formado de indivíduos dotados de alta percepção crítica, embora inculta, participantes ativos do processo produtivo, mas esbulhados do atributo político do voto por fôrça de irracionais preconceitos das classes dominantes.

Entre o analfabetismo e o subdesenvolvimento estabelece-se uma relação de dependência dialética. Se o analfabetismo se constitui em fator do subdesenvolvimento, êste, pelas baixas condições de trabalho que impõe ao povo e pelas repercussões ideológicas que lhe correspondem, é a razão de ser do analfabetismo, o qual, conforme dissemos, consubstancia um caso particular do processo social de formação cultural do homem, e não um estado primitivo, espontâneo. O subdesenvolvimento configura a etapa do processo nacional onde todos os fatôres sociais convergem para conservar o trabalho inculto. Entre elas, prepondera a própria incompreensão da realidade e da significação do analfabetismo, obscurecida por interpretações transviadoras, dadas por solícitos discípulos nacionais da pedagogia imperialista, confundida pelos resultados de "pesquisas educacionais" alienadas e pela atuação dos interessados na indústria do ensino particular. Todo exame do problema que não se apoiar no terreno sociológico, que descurar o caráter dominante das causas sociais e econômicas do analfabetismo, e enveredar pelas análises psicológicas, leva a conclusões errôneas e desnorteantes. O analfabeto não é um homem privado da capacidade de ler e sim da necessidade de ler. É um indivíduo que, no seu modo de

vida, nada tem a fazer com a leitura, não precisa das informações que o livro ou o jornal lhe facultariam, porque as que verdadeiramente lhe interessam, essas lhe chegam por outras vias de comunicação do saber. Como esperar que os pedagogos administrativos venham a compreender a verdade dêste enunciado se lhes falta a correta filosofia do analfabetismo, e esta só pode ser aprendida com os próprios analfabetos? Daí a ingenuidade das campanhas de erradicação do analfabetismo, empreendidas pelos alfabetizados, que o consideram como problema seu, o que só é verdade de maneira indireta e em caráter funcional, administrativo. A mais grave das ingenuidades relativas ao analfabeto é a que dita às classes cultas a decisão de destituí-lo do direito de voto. Significa tratar o iletrado como um anormal, um débil mental, irresponsável no seu julgamento e nos seus propósitos, ou então considerá-lo como alguém que se tivesse eximido do dever social de aprender a ler, e por isso fôsse culpado da própria ignorância, donde, com justiça, receber a pena constitucional da perda do direito de voto, punição imposta igualmente aos criminosos condenados por delitos comuns. A modalidade extrema da ingenuidade jurídica consiste em considerar o analfabeto como réu de um delito social.

A mentalidade enfatuada das classes chamadas cultas, associadas aos interêsses econômicos dominantes, elabora uma teoria política que exclui os analfabetos da ingerência na direção social, equiparando-os, assim, aos menores e aos insanos. Acredita competir à geração letrada a curatela das multidões ignorantes, preparando-as com desvêlo para sair das trevas mentais que as aprisionam, só então se humanizando, e adquirindo, portanto, direitos civis plenos. Não é preciso esfôrço para se ver a ingenuidade básica em que se alicerçam os dispositivos constitucionais que negam o voto aos analfabetos, e que só se tornam compreensíveis quando refletimos em que tal medida representa a melhor garantia das minorias dominantes para impedir as massas de adquirirem pêso político preponderante, mantendo, apesar disso, a ficção de viver o país em regime democrático. Afora os erros doutrinários em que incidem, explicáveis pelos preconceitos e interêses das classes que promulgaram o texto legal, incorrem também na cegueira sociológica de não reconhecer o papel positivo a ser desempenhado pelos analfabetos votantes na supressão do próprio analfabetismo, no dia em que forem dotados do direito de eleger os seus representantes. Êstes não serão nem melhores nem piores que os atuais representantes das camadas oficialmente alfabetizadas, mas de certo o exercício do dever

cívico do voto pelas massas iletradas constituirá fator de rápida superação do seu estado de incultura. O rompimento de todos os obstáculos que cerceiam a manifestação do pensamento popular e o direito de agremiar-se em partidos políticos, sindicatos e federações sindicais, são condições para permitir executar o programa nacionalista. Torna-se por isso imperioso o reconhecimento da legalidade de todo e qualquer partido político, bem como da liberdade dos sindicatos se unirem em órgãos centralizadores, que representem meios de unificar o potencial político das massas.

3. *O pleno emprêgo dos recursos nacionais*

Deparamo-nos aqui com um item do programa nacionalista que merece não só a mais cuidadosa atenção como necessita ser compreendido à luz de critérios próprios da teoria política geral do nacionalismo. O país subdesenvolvido, por isso que submetido à exploração econômica estrangeira, forma sempre um espaço social onde não pode haver o pleno emprêgo dos seus recursos naturais. Não tendo uma economia para si, só aproveita e utiliza as possibilidades produtivas que são imediatamente úteis ao dominador, em cuja economia se enquadra, com função complementar, secundária e marginal a do país pobre. Só aproveita o que tem valor para a economia hegemônica; isto equivale a dizer que são sistemàticamente reprimidas tôdas as propostas que possam determinar o surto expansivo autônomo, e deixados sem aproveitamento os recursos que não convém ao dominador serem mobilizados, ou porque ameacem escapar ao seu contrôle ou porque lhe façam concorrência. De todo modo, faz-se imprescindível que o país atrasado tome consciência de que sua situação de penúria e servidão é alimentada pelo intencional inaproveitamento de suas riquezas, salvo aquelas que, direta ou indiretamente, são utilizadas para dar lucros aos dominadores. O estado de subdesenvolvimento se conserva à custa do permanente subaproveitamento dos recursos básicos do país. Por isso, a política de libertação nacional deve incluir entre os seus temas mais urgentes o estudo dos recursos naturais da nação, e organizar o esquema do seu completo emprêgo racional em benefício exclusivo do povo.

A mobilização de tais recursos supõe duas ordens gerais de medidas: umas de infra-estrutura, outras de superestrutura. As medidas de infra-estrutura dizem respeito à plena apropriação dos recursos naturais pelo povo, representado pelo Estado, a quem compete a posse das fontes de energia e a

distribuição da fôrça gerada. Aos empresários de origem nacional cabe produzir os bens agrícolas e industriais, empregando ao máximo as disponibilidades naturais do País, e sobretudo utilizando até ao limite a capacidade de produção existente mas não aproveitada. Constitui êste último aspecto o problema da atualização da capacidade produtiva virtual, o emprêgo da capacidade ociosa, assunto de que se ocupam hoje os nossos mais lúcidos e competentes economistas. Em conseqüência do crescimento anárquico da produção, da flacidez e imprecisão do mercado, das pressões exteriores, da falta de planejamento científico dos empreendimentos, a economia do país atrasado é naturalmente levada a desaproveitar significativa parcela das suas possibilidades produtivas, dando em resultado uma franja de capacidade ociosa, a qual se fôsse utilizada daria ao país, sem necessidade de novos investimentos, imediato acréscimo de fatôres produtivos, que, por falta desta orientação, permanecem abandonados. Por isso, torna-se necessário investigar com cuidado em cada ramo de atividade quais são e onde se acham êsses recursos inaproveitados, e pô-los em ação. Claro está que a mobilização dêsses fatôres só pode ser feita pela política de cunho nacionalista, pois a economia subserviente aos capitais estrangeiros não tem qualquer interêsse em desdobrar estas possibilidades latentes da economia nacional, preferindo aumentar os investimentos externos que lhe ampliam a área de dominação. A atualização da capacidade ociosa define uma diretriz política que só será executada por um govêrno nacionalista, pois tem por conseqüência obrigatória o fortalecimento dos fatôres autóctones, e portanto a libertação da economia nacional do jugo estrangeiro. Faz parte ainda das medidas de infra-estrutura a incorporação da mão-de-obra nacional ao processo produtivo. Na economia do país subdesenvolvido, explorado pelo capital alheio, o emprêgo da mão-de-obra nacional nos misteres primários, nas tarefas rudes, insalubres e desqualificadas torna-se inevitável, sendo êste um dos traços que justamente caracterizam a emprêsa colonial. Para as funções superiores, as de caráter técnico, as mais bem pagas, são trazidos operários qualificados, técnicos e dirigentes estrangeiros. Quando o país começa a ultrapassar a fase colonial bruta, mede-se o avanço do seu processo de autonomia pelo progressivo aproveitamento da mão-de-obra nacional, pela capacidade de assegurar o pleno emprêgo do fator trabalho de que dispõe.

O projeto de integral emprêgo dos recursos nacionais não se limita aos itens de um programa de infra-estrutura.

Ao estado atual de subemprêgo dos recursos materiais corresponde determinada situação ideológica no processo da consciência social. Por isso, as medidas de infra-estrutura exigem como complemento outras, de superestrutura, para se tornarem então eficazes. A economia da sociedade atrasada, espoliada, reflete-se na consciência coletiva por numerosos traços, tendentes a conservar o inaproveitamento dos recursos do país. A consciência coletiva cria e entretém um grande número de conceitos sôbre a realidade do país, os quais, tendo por origem o estado de má utilização de recursos materiais, constituem-se em fundamento de uma representação consciente paralisadora de iniciativas fecundas. A descrença que o povo pobre tem de si mesmo, o desânimo com que encara o seu futuro, julgando não dispor de meios para se elevar a níveis de vida mais adiantados, porque foi mal dotado pela natureza, não tem capacidade de trabalho, é perseguido por um clima desfavorável etc. resultam do estado de inaproveitamento dos seus bens naturais. Além do mais, o espírito do povo desalentado acha-se constantemente submetido à pressão ideológica dos corifeus da ciência estrangeira a serviço dos exploradores, inculcando-lhe a idéia da escassez de recursos, da dificuldade de mobilizar os que possui; assim, por mil modos, é sugestionado a não crer na existência de bens aproveitáveis e na eficiência dos seus esforços. Vemos, neste momento, a geologia imperialista pronunciar a definitiva sentença que nos condena à perpétua pobreza de petróleo.

Tudo isto indica que a situação de subemprêgo dos recursos naturais se converte em ideologia social, gera o estado de espírito coletivo que lhe corresponde. Por conseguinte, a passagem a nova situação, a de pleno emprêgo dos recursos naturais, acompanha-se do trânsito para outra atitude ideológica na consciência da comunidade. Não é possível descrever as medidas de ordem superestrutural, tão numerosas são, consistindo, na verdade, no estabelecimento de novo sistema educacional e de nova concepção da cultura, destinada a atender às exigências originais do processo brasileiro na fase inédita em que ingressa. Necessitando conhecer por si os bens naturais de que dispõe, o País tem de criar seus próprios homens de ciência, que lhe digam a verdade sôbre si. Sabemos que sob a hipócrita autoridade de uma ciência suposta impessoal escondem-se os objetivos do capital estranho, seus interêsses políticos imperialistas e suas manobras para manter o domínio sôbre a consciência das elites alienadas e semicultas da nação subdesenvolvida. Esta, enquanto não possuir sua própria ciência, não poderá retrucar às insi-

nuações do saber interesseiro, aos paralogismos transviadores, às conclusões negativas do primarismo cultural nativo. A programação das pesquisas científicas em rumos originais, destinada intencionalmente a criar a consciência de si do país atrasado, aparece como tarefa urgente, e constitui medida superestrutural correlata aos empreendimentos básicos de exploração e aproveitamento dos recursos do país por êle mesmo.

Elemento de particular importância nesta nova compreensão ideológica, correspondente à fase de plena utilização dos recursos naturais do país subdesenvolvido, é o enunciado da própria teoria do desemprêgo, ou do mau emprêgo, dos fatôres por parte da economia pobre. Observemos que a teoria de que habitualmente se serve o economista profissional a êste respeito é produto da especulação metropolitana, e se acha inteiramente submissa ao ponto-de-vista da nação dominante, que a formula para efeito expresso de enquadrar os fenômenos econômicos dos povos periféricos na perspectiva das economias adiantadas. Todos os conceitos de que se valem os especialistas necessitam ser traduzidos para a realidade do espaço subdesenvolvido e reinterpretados por aquêles que exprimem a consciência culta autêntica dessas regiões. Tem-se de examinar não apenas o conteúdo que realmente lhes corresponde, quando aplicados aos fatos do país subdesenvolvido, como também faz-se necessário definir os aspectos originais dessa realidade que deixam de ser abrangidos por qualquer conceito da ciência especulativa estrangeira. Assim, o conceito de "desemprêgo de fatôres" não pode ser utilizado tal qual no-lo oferece a economia superior, pois contêm numerosos aspectos que só a investigação procedida a partir de um ponto-de-vista interior ao país atrasado, e conduzida por quem a êle pertence e se acha primordialmente empenhado em modificar o estado vigente, irá descobrir. Sob o nome de "desemprêgo" ou de "mau emprêgo" de recursos ocultam-se diversas modalidades de inaproveitamento dos bens do país, que devem ser trazidas a lume, porém nunca o poderiam ser pelos economistas da área metropolitana ou pelos seus sacristães nativos. Convém distingui-las, pois cada qual revela particular aspecto da situação de desemprêgo dos recursos disponíveis, ao mesmo tempo que põe a nu facetas da dominação econômica de outro modo não mencionadas.

Há, em primeiro lugar, o "subemprêgo". Consiste no aproveitamento apenas parcial de uma riqueza existente, da capacidade industrial já instalada ou da mão-de-obra oferecida. É a modalidade quantitativa do desemprêgo. Caracteriza-se pela utilização dos fatôres produtivos em quantidade

menor do que a máxima possível. O caso, antes apontado, da "capacidade ociosa" inclui-se de maneira geral nesta modalidade. O país só em pequena parte lança mão dos recursos disponíveis, sendo impedido de aumentar o aproveitamento dêles por motivos de ordem política, a pressão das nações hegemônicas que procuram mantê-lo num baixo nível de riqueza, de ordem econômica, a debilidade da acumulação interna de capital, e sobretudo de ordem técnica e científica, o desconhecimento de suas reais possibilidades e da extensão e variedade dos seus haveres naturais.

Há, em segundo lugar, o "semiemprêgo", representado pela utilização completa dos recursos apenas em alguns dos setores da produção, ficando outros entregues à ociosidade ou à demanda de bens satisfeita pela importação de matérias-primas ou produtos acabados. Temos, neste caso, a modalidade de mau emprêgo que se define pela presença simultânea de conveniente aproveitamento de certos fatôres e descaso por outros, desconhecidos, mal usados ou mesmo recusados, sendo substituídos por equivalentes importados. O semiemprêgo dos fatôres nacionais tem ocorrência extremamente freqüente e se encontra em geral nas novas indústrias instaladas no País para explorar alguma riqueza nativa, que de fato usufruem com eficiência, porém juntando a êste procedimento racional a importação de maquinaria estrangeira, inteiramente dispensável, pois teríamos meios de produzi-la aqui, ou deixando inutilizados implementos ou artigos acessórios, que sòmente não são fabricados porque o planejamento de tais indústrias foi feito com a implícita admissão de que devem ser importados.

Por fim, convém citar ainda o "pseudoemprêgo". Entendemos com êste têrmo a utilização de qualquer recurso do País pelo capital estrangeiro. Do ponto-de-vista do desenvolvimento nacional trata-se de fato de pseudoemprêgo, porquanto embora na aparência esteja sendo aproveitado um recurso natural, as condições econômicas em que se realiza esta utilização importam em falsear o "emprêgo para si" das riquezas disponíveis do País. Ainda que empregue recursos seus, não os utilizando em seu exclusivo proveito, tudo se passa como se estivesse destruindo a sua riqueza, anulando-a, transferindo-a para outros. Temos de compreender a decisiva importância dêste aspecto da teoria do mau emprêgo de fatôres, típico das economias coloniais e inexistente nas áreas metropolitanas, não figurando, por isso, nas suas concepções econômicas. Ao contrário, o pensamento oficial dos países dominantes procura inculcar na mentalidade submissa dos discípulos indígenas a idéia de que o emprêgo dos recursos naturais do país subdesenvolvido pelas emprêsas estrangeiras nêle instaladas retrata a forma perfeita de emprêgo dos seus bens. Cabe a nós denunciar exatamente o caráter de pseudoemprêgo de que se reveste êste modo de aproveitamento. A nação que não utiliza por sua conta, pelo Estado ou pelo seu capital original, as riquezas de que dispõe, mas permite serem exploradas pelo capital alheio, sucumbe a um conceito ilusório de "emprêgo de recursos", que encobre a pura e simples transferência de tais bens a outros, e portanto a sua inutilização para o povo que os possui. O conceito de pseudoemprêgo põe-nos diante do verdadeiro problema do emprêgo dos recursos do País, que escapa aos economistas profissionais na sua imensa maioria, mesmo a muitos daqueles que se orientam por sinceras convicções nacionalistas: não o de saber *se são* utilizados, mas o de saber *por quem são* utilizados. Evidencia-se assim o aspecto político da questão, aparentemente apenas econômica, e mostra-se também ser êste o aspecto decisivo, o que importa antes de tudo considerar. A questão fundamental, de caráter eminentemente político, que a simples formulação econômica mascara, está em saber *quem* utiliza os recursos do País, se êle mesmo, o seu povo, o Estado que o representa, ou as emprêsas estrangeiras, que lhe exploram materialmente a natureza, mas, ao transferir para fora os lucros obtidos, anulam o caráter útil dessa exploração, dando-lhe então o sentido pejorativo do vocábulo "exploração", o sentido de domínio imperialista.

Considerado dêste ângulo o problema da mobilização dos recursos do País conduz-nos a dois outros conceitos, que nos devem servir constantemente para interpretar os fatos particulares: o de "autoemprêgo" e o de "heteroemprêgo". Mediante êstes vocábulos híbridos, que nos permitimos cunhar pela conveniência com que exprimem o nosso pensamento, queremos significar o uso das riquezas naturais do País em seu exclusivo proveito, ou, no caso oposto, em proveito de outra nação. A conceituação do emprêgo dos recursos naturais de um país subdesenvolvido não se reduz ao aspecto quantitativo, não consiste apenas em investigar em que extensão e volume são êles valorizados; é preciso apreciar o aspecto qualitativo, e indagar de quem se beneficia com êsse uso. O exame do aspecto qualitativo revela êste dado essencial: não basta que haja utilização do recurso bruto nacional, mas é indispensável que o efeito de tal aproveitamento permaneça integralmente no País, sob forma de impulso ao processo do desenvolvimento.

Esta noção assume importância capital; sem ela há o perigo dos estudos e projetos a respeito da mobilização da capacidade ociosa existente na economia do País oferecerem simples panorama quantitativo, que oculta a verdadeira face da questão, a de saber se o emprêgo dessa capacidade, até agora marginal, será feito em prol dos interêsses reais do povo ou se redundará em aumento da sua servitude ao capital estrangeiro. Eis porque não basta produzir esquemas de movimentação dos recursos naturais inaproveitados e das disponibilidades do parque industrial; tais propostas são de todo incompletas, não revelando consciência crítica do problema, se não forem acompanhadas do elenco de medidas políticas destinadas a suprimir o que chamamos de heteroemprêgo. De fato, só o autoemprêgo dos recursos do País é benéfico e desejável. Só em tal caso o aumento de utilização das riquezas se converte em verdadeiras vantagens materiais para o povo e em maior independência política para a nação.

O critério econômico puro mostra-se insuficiente para avaliar o inteiro significado do emprêgo dos recursos, porque só o apresenta por um dos seus lados. Com efeito, do ponto-de-vista da ciência econômica convencional a mobilização de certo recurso pode estar justificada, e no entanto, por se tratar de heteroemprêgo, ser inconveniente e nociva ao processo geral do desenvolvimento do País. A nação cuja economia é prêsa do imperialismo de uma potência que a explora, quanto mais intensifica a utilização de alguma de suas riquezas naturais, sendo êsse aproveitamento conduzido pelo país dominante, mais se afunda na servidão política e na espoliação econômica. É o caso das nações periféricas, as latino-americanas por exemplo, que entregaram o seu petróleo à exploração das companhias estrangeiras. Quanto mais produzem, não o fazendo em condições de autoemprêgo, mais o povo se vê destituido dos benefícios que tais riquezas lhe deveriam propiciar. A introdução do aspecto qualitativo do emprêgo dos recursos leva o estudioso a conclusões que a simples lógica econômica tradicional não conhece, e que até mesmo, sendo, como é, instrumento adequado ao raciocínio estrangeiro sôbre os problemas dos países pobres, desautoriza como inadmissível. Assim, por exemplo sòmente a análise econômica procedida pela consciência crítica das nações subdesenvolvidas estabelece o caráter científico, para elas, desta conclusão: não é a intensificação do aproveitamento dos recursos do país, enquanto tal, que deve ser procurada, mas apenas a que se realiza em condições de autoemprêgo. Donde,

ser perfeitamente racional, do ponto-de-vista dos interêsses do país pobre, preferir o subemprêgo de um recurso natural, quando as circunstâncias não permitem o seu integral aproveitamento em forma de autoemprêgo. O subautoemprêgo é preferível ao heteroemprêgo total, assim como o subheteroemprêgo, quando o país não tem meios de estabelecer uma economia a seu exclusivo serviço. Para nós, a exportação de café constitui um autoemprêgo; pode por isso ser expandida ao máximo. Já a exportação de minérios, de qualquer espécie, representa um heteroemprêgo, donde, não sendo exequível fazê-la cessar imediata e totalmente, se o País não dispõe de um govêrno com suficiente consciência crítica para tomar medida desta ordem, ser conveniente reduzi-la ao mínimo, pelo subheteroemprêgo.

Muito falta ainda dizer a êste respeito, pois estamos em presença de um tema vital do programa nacionalista. Cremos, porém, que a menção dos aspectos qualitativos do problema do emprêgo dos recursos naturais deixa entrever as fecundas perspectivas que estas considerações oferecem para construir a ciência econômica própria do país subdesenvolvido, a única de que se deve valer para dirigir seus projetos emancipatórios. Manifestam-se por êste modo as íntimas conexões teóricas entre o projeto econômico e o seu sentido político. É justamente esta face da questão que a economia metropolitana procura escamotear, pois bem compreende que, uma vez revelada, nada impedirá a nação subdesenvolvida de pôr em prática em favor da sua libertação as conseqüências do descobrimento daquelas relações teóricas.

4. *A repressão ao capital privado estrangeiro*

Como conseqüência da conversão do trabalho nacional ao exclusivo interêsse do País, impõe-se a atitude de repulsa ao capital estrangeiro. De fato, esta espécie de capital equivale sempre a uma forma de alienação do trabalho do povo.

A posição radical assumida nas páginas seguintes precisa ser devidamente compreendida. Temos bem em vista as dificuldades que se apresentariam a qualquer tentativa de estabelecer neste momento a política econômica de total exclusão do capital estrangeiro na promoção do nosso desenvolvimento. Abstemo-nos de levantar o problema de exeqüibilidade de tal medida no regime vigente, pois desejamos permanecer no plano da reflexão teórica, e verificar até que ponto a consciência autêntica do País já tem condições para conceber o projeto de sua libertação. Importa-nos deixar

claro que o projeto aqui formulado não constitui, de agora em diante, uma insensatez, embora possa ainda distar muito das condições sociais que lhe permitiriam ser pôsto em prática. O que consideramos, porém, como gigantesco passo à frente no processo da nossa consciência crítica é a possibilidade de conceber desde já êste alvo da nossa emancipação, idéia que até bem pouco seria francamente inadmissível. Em tôda a exposição a seguir nunca perdemos de vista estarmos anunciando uma situação ideal, que deve ser o objetivo de tôda a nossa política econômica. No entanto, não há qualquer semelhança entre "situação ideal" e "utopia". Até bem pouco era de fato utópico pretender libertar o nosso País da presença do capital estranho; hoje, é apenas ideal, e portanto ideológico, êste anelo. Significa isto que estamos a caminho de consolidar as bases sociais que permitirão em futuro muito próximo concretizar esta esperança.

Trata-se fundamentalmente de fazer a consciência nacional convencer-se da inconveniência do capital alheio em nosso desenvolvimento. Existem hoje condições para podermos pregar essa verdade, e aos poucos veremos se decretarem as medidas que nos encaminharão para êsse resultado. Claro está que, de início, temos de nos contentar com medidas simplesmente restritivas da atuação do capital estrangeiro, tais como: a disciplina da remessa de dividendos para o país de origem, o estreitamento da área onde tenha licença de operar, e muitas outras determinações. Mas a diferença essencial, no que respeita à etapa da consciência nacional, está em que, até bem pouco, acreditávamos que tais medidas eram um fim suficiente em si mesmo, e que, uma vez realizadas, configurariam uma situação satisfatória estável. Agora, no entanto, percebemos que são apenas trecho do caminho que nos deve conduzir ao total expurgo do capital estrangeiro. Dêste modo, torna-se evidente necessitarmos dar caráter tático a tôdas as medidas econômicas e financeiras que digam respeito à nossa política de desenvolvimento, fazendo delas instrumento para alcançar a meta que já se desenha com plena luminosidade em nosso espírito. Temos sem dúvida de proceder com cautela, pois as resistências são colossais. Mas o importante está em possuir a consciência do objetivo supremo a que desejamos chegar, e dirigir todos os passos nesse sentido, sabendo serem momentos de um curso único, e não mais objetivos terminais em si mesmos. Se nos situarmos em face anterior, encontramo-nos na defensiva; sendo o capital estrangeiro o único que tem perfeita noção dos fins a que visa, as medidas restritivas que a consciência do País

lhe opusesse significariam apenas reações à ação autônoma do outro, meios ou remédios para corrigir os efeitos daquele capital, que tem um fim para si, tomadas por aquela outra fração do capital, o nacional, que não tem ainda possibilidade de alcançar um fim para si.

A objeção da insensatez do planejamento do nosso progresso sem o auxílio do capital estranho cai por si diante do fato de haver países que fizeram a sua completa transformação econômica sem apelar para a aplicação do dinheiro estranho. Sem dúvida tais países têm regimes sociais diferentes do nosso, mas não está provado *a priori* que não possamos prosseguir o curso do desenvolvimento ideológico já iniciado entre nós, e que êste curso não nos leve até à completa realização da fase seguinte no processo da nossa consciência, e aos resultados objetivos decorrentes de tal momento da consciência. Essencial é compreender que, em conseqüência do desenvolvimento econômico conquistado, atingimos uma fase imediatamente seguinte do nosso processo de consciência, fase qualitativamente diferente: não se trata mais agora de promover o desenvolvimento enquanto tal, mas de realizar a emancipação nacional com base no desenvolvimento. Até há pouco, bastava à consciência social crítica defender a idéia do desenvolvimento em si mesmo, porque a consciência oposta, a retrógrada e colonialista, defendia a tese contrária, a do antidesenvolvimento, da hostilidade à industrialização. Agora, porém, êste trecho está para trás, foi vencido, não se discute mais a conveniência do desenvolvimento econômico pela industrialização, e por isso a consciência que acompanha a curva do processo objetivo pôde realizar um salto qualitativo no seu curso próprio e conceber novo conteúdo ideológico, o da emancipação econômica, cujo principal componente é a repulsa ao capital estrangeiro. O curso do desenvolvimento efetuado está conduzindo o País a nova contradição, que terá de resolver de qualquer forma: a que se trava entre o capital nacional e o de fora. É uma contradição engendrada pelo próprio desenvolvimento e que, por isso, só poderá ser resolvida pela consciência do desenvolvimento. Esta concebe o projeto de superar a contradição, resolvendo-a mediante a entrada do processo nacional em fase imediata, a da criação, ùnicamente para si, dos instrumentos do seu progresso. Esta contradição foi gerada pelo desenvolvimento feito com o auxílio do capital estrangeiro, e sòmente será resolvida dialèticamente pela entrada do processo em fase qualitativamente distinta. Chegamos agora a esta situação crucial: ou conservamos a antiga consciência, a do simples desenvolvimen-

to, que admitia como lícita a colaboração do capital estrangeiro, julgando-a ainda válida, quando na verdade se tornou uma ideologia conservadora, e conduziremos o País à estagnação, ao financismo do acêrto de contas, deixando de ver os problemas reais, que se cifram no avanço do desenvolvimento; ou atravessamos a barreira da consciência antiga, agora obsoleta, e ingressamos em nova fase qualitativa do processo da consciência, a fase emancipatória, cuja ideologia exige, entre outras coisas, a repulsa ao auxílio do capital externo.

Seria profundamente lastimável que faltasse aos atuais líderes políticos o entendimento desta situação. No momento atual, erguer o estandarte do desenvolvimento puro e simples constitui atitude ideológica conservadora. Para que seja autêntico êste gesto é preciso que se interprete o desenvolvimento em têrmos de emancipação. Eis porque somos conduzidos a esta radical atitude a respeito do capital estrangeiro. Sua atuação foi útil por nos levar à presente contradição, que certamente o País vencerá enveredando pelo rumo nacionalista. O antigo nacionalismo podia identificar-se com a simples exigência do desenvolvimento, o novo, correspondendo a um momento qualitativamente distinto do processo da nossa consciência social, exige mais, exige que o desenvolvimento signifique não apenas o mesmo progresso quantitativo, mas sobretudo a alteração da essência do processo objetivo, que se deverá tornar livre de qualquer influência estranha, para refletir apenas as necessidades do nosso povo e conter as medidas que atendam a elas. O entendimento dêste fato é decisivo para a crítica do modo de pensar exposto neste ensaio. Não advogamos medida utópica; defendemos uma atitude ideológica. Até bem pouco, a bandeira do desenvolvimento, identificando-se com a do nacionalismo, satisfazia as exigências da consciência mais adiantada do momento; hoje, tais exigências configuram um novo ideal, o da emancipação nacional, e o convertem em centro de nova ideologia, a qual representa o momento seguinte de um só e mesmo processo de consciência. Tôda consciência social que atualmente omita a exigência de que o nosso desenvolvimento se emancipe do capital estrangeiro, perde o título de nacionalista, torna-se conservadora, porque reitera uma posição vivida e ultrapassada, a que defendia o desenvolvimento a qualquer custo, mesmo com o generoso apoio do capital estrangeiro.

Uma vez possuída pela ideologia emancipatória, a consciência crítica imprimirá ao processo objetivo os rumos que o devem conduzir ao total repúdio ao capital alienígena. No

decorrer dêste trecho histórico, numerosas resistências lhe serão opostas, culminando possìvelmente na situação com que se virá a deparar, a de encontrar na própria estrutura do regime vigente um obstáculo extremo. Em tal caso, sua atitude não admitirá vacilação: terá de pronunciar-se pela modificação do regime, pois a essa altura lhe será impossível reverter à posição anterior de simples aceitação do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Se nessa fase futura não romper a barreira do regime, terá de se contradizer consigo mesma, de se negar a si própria e descaracterizar-se como consciência histórica, tombando no fracasso e na aniquilação. Embora antecipadamente, cabe desde logo afirmar que essa conjuntura irá se verificar, por motivo do caráter dialético de todo o curso do processo do desenvolvimento, pois àquela altura terá havido tal expansão do fator trabalho nacional, representado pelas massas operárias e camponesas, que, pela supremacia histórica alcançada, incumbirá a estas resolver a contradição principal que então se apresentar; e se a contradição fôr a inadequabilidade do regime do momento às exigências do progresso e do bem-estar do povo, far-se-á necessário promover outro sistema de convivência social.

Contudo, na fase atual, a luta contra o capital estrangeiro tem de ser conduzida no terreno da ação tática. Há numerosos argumentos em voga, veiculados pelos exegetas dos interêsses antinacionais que seduzem a consciência ingênua e a levam a crer que não conseguiríamos prosseguir no ritmo de progresso desejado se expulsássemos a colaboração do capital privado alienígena. Convém de início demonstrar os artifícios de que se utilizam os áulicos do capital imperialista, ao exaltar o papel criador dos empréstimos e iniciativas do dinheiro estrangeiro. Refutar os sofismas que propalam é o passo preliminar. Temos de divulgar o fato comprovado, que o capital estrangeiro é, na sua maioria, uma ficção econômica, construida graças à legislação colonial, que permite a um mínimo de doação inicial acrescentar volume imensamente maior de capital gerado no País, para formar, em conjunto, o que a lei considera "capital estrangeiro", assegurando-lhe o direito de remeter lucros para o exterior. As emprêsas estrangeiras operam na verdade com o dinheiro aqui arrecadado, tendo o seu magro dispêndio primitivo regressado ao país originário, depois de haver montado a máquina pneumática de sucção do dinheiro do nosso povo. Outra medida tática de primeira necessidade está em conceituar devidamente o que se deve entender por "emprêsa estrangeira". Usan-

do-se critério sóbrio e adequado, verificar-se-á que na sua quase totalidade as que assim se intitulam são nocivas aos interêsses do nosso desenvolvimento, por esmagar a possibilidade de fazermos nós próprios o que elas fazem, de modo que muito poucas são aquelas que ainda conseguiriam alegar qualquer utilidade real, em nosso favor. Eliminar as primeiras, representa um gesto perfeitamente exeqüível neste momento, e não é sem razão que transitam em nosso Parlamento projetos de lei nesse sentido, de autoria dos representantes do povo dotados de mais lúcida compreensão dos pressupostos do nosso desenvolvimento. Conviria que, para iniciarmos a penetração das idéias aqui expostas, fôsse estabelecida a distinção puramente tática entre o "bom" e o "mau" capital estrangeiro. Começaríamos por atacar o "mau" capital, aquêle que visìvelmente espolia o País, remete para o exterior lucros até de 3 000%, o das emprêsas que operam com recursos nacionais, tendo há muito remetido para o exterior o capital que porventura houvessem introduzido em nosso meio. Sendo os casos desta espécie a imensa maioria, uma vez obtida a lei que expulsasse do País êste capital indesejável, passaríamos a demonstrar que o "bom" capital, aquêle que assim se considera porque reinveste no País, por exemplo, em emprêsas de energia elétrica, e parece favorecer o desenvolvimento da nossa industrialização, é igualmente "mau", pois impede a formação do capital nacional, ocupa o lugar que deveria caber ao capital gerado no País, exerce poderosa influência política e ainda, sob forma velada, também remete lucros para o exterior.

Tudo isto são manobras táticas cuja finalidade é nítida: expurgar o nosso desenvolvimento de tôda traiçoeira contribuição do dinheiro dos outros. Muitas medidas deverão ser sugeridas pelos economistas nacionalistas para desenrolar êste programa e nos aproximar da meta da plena independência. Até lá, devemos proceder com perfeita inteligência do fim que temos em vista. Bem sabemos que, exposta na simplicidade da fórmula que intitula êste item, talvez supere a capacidade compreensiva de certos setores de opinião pública. Mas parece inegável que, por outro lado, há muitos setores que se mostram capazes de assimilar êste pensamento e desenvolver uma atitude política que aos poucos consolidará a exigência social aqui apresentada. O importante está em compreender que o pensamento exposto neste item não se cumprirá senão ao longo de um processo progressivo e penoso, com lutas e crises, impossíveis de prever. Mas, o têrmo final revela-se agora inconfundível, e começa a organizar-se a consciência pública que permitirá atingi-lo.

A consciência nacionalista evoluiu ràpidamente nos seus pontos-de-vista sôbre o assunto, tendo passado de uma primeira fase, na qual apenas reclamava o estatuto legal que amparasse o capital brasileiro na sua luta contra a concorrência externa, a uma segunda, onde já exigia medidas disciplinares severas, que cercassem a expansão do capital alienígena e regulassem com rigor a remessa dos seus lucros, chegando, por fim, à atual convicção da imperiosa necessidade de ser impedida, de agora em diante, qualquer forma de investimento estrangeiro privado, e promovida o mais breve possível a completa nacionalização de tôdas as emprêsas estrangeiras existentes no País. Esta terceira etapa, com o caráter radical em que a definimos, justifica-se à luz das considerações anteriores e da distinção entre o aspecto qualitativo e o quantitativo do capital estrangeiro. Não haveria inconveniente em que o País aceitasse por ora algum capital estranho se estivesse em condições de impor-lhe as diretrizes emanadas da totalidade formada pelos reais interêsses nacionais. Só se êstes interêsses pudessem determinar o caráter do capital estrangeiro, êsse capital será aceitável. Mas isso não acontece, pois é o caráter do capital estrangeiro que determina os interêsses nacionais. Portanto, a radicalidade da nossa tese justifica-se por considerações sociológicas e políticas, mesmo contra a opinião de técnicos e economistas, que apenas levam em conta os fatôres quantitativos ou os aspectos conjunturais, Assim, ao lembrar que o País se tem desenvolvido *apesar* do capital estrangeiro, ou ao mencionar os bons serviços que nos tem prestado, ajudando o nosso desenvolvimento, ficam numa posição simplesmente fatual, ignorando as perspectivas teóricas da questão e sobretudo se mostram insensíveis à capacidade política da consciência crítica das massas. Esta evolução não se fêz cega e irrefletidamente. Não exprime o pensamento de um grupo de diletantes econômicos ou de estudiosos apaixonados e irresponsáveis. Foi ditada pela marcha dos acontecimentos e representa os reflexos ideológicos de situações objetivas.

Temos hoje motivos para empreender, em bases inteiramente originais, a crítica do capital estrangeiro, a qual descortina razões novas, ainda há pouco impossíveis de ser percebidas. Somos levados a concluir pela necessidade de rejeitar integralmente a colaboração do capital externo privado explorador, a fim de realizar o nosso desenvolvimento com o exclusivo emprêgo do capital gerado no interior do

País pelo trabalho do povo. Poderia talvez admitir-se, numa breve fase intermediária, apenas os raros empreendimentos financiados por capitais externos, que fôssem totalmente pagos com os próprios lucros antes de terminar a sua amortização no estrangeiro. Neste caso especial, o desenvolvimento receberia contribuição de um capital gerado fora do nosso País pelo trabalho dos povos metropolitanos. Atingimos o momento do nosso processo de acumulação capitalista em que uma medida radical se revela imperiosa. Ou a tomamos, e conseguiremos realizar a economia nacional autêntica, emancipadora do País e condição de sua possibilidade de constituir-se em ser histórico independente; ou nos descuidaremos de tomá-la, e procederemos a uma acumulação incompleta para nós, parcial naquilo que nos beneficia, deixando reverter à economia hegemônica, que nos domina, a maior parcela da acumulação aqui produzida. Enquanto o capital estrangeiro fôr vital para nós, não devemos recebê-lo. A frase tem sabor evidentemente paradoxal, mas o sentido profundo é sério e sólido. Significa que enquanto estivermos nas fases vitais do nosso desenvolvimento, é que se torna imperiosa a substituição de uma espécie de capital por outra, a nacional. Quando tivermos alcançado a fase em que dominarmos a nossa economia, em que a submeteremos à lei da nossa própria totalidade, poderemos, se quisermos, receber capital de fora, que já então não terá meios de se impor a nós como fôrça política e fundamento de atitudes ideológicas. Por isso cabe dizer que só deveremos receber o capital de fora quando dêle não mais precisarmos. Não devemos agora receber o capital estranho exatamente porque é vital, porque, com rigor etimológico, significaria a vida, que, em tal caso, nos seria dada por outrem, quando é evidente que quem nos deve dar a nossa vida somos nós mesmos.

Claro está que os teóricos alienados e os técnicos financeiros a serviço do capital estrangeiro dirão o contrário. Mas nós, que até há pouco não encontraríamos razões para contestar as que nos eram apresentadas, defendendo o ponto-de-vista oposto, agora as possuímos, pois o processo da nossa realidade chegou a um ponto no qual as desvenda à consciência que pensa, sem injunções estranhas, e vive, sem interêsses espúrios, os dados da atual circunstância. Ingressamos decididamente na fase da nossa economia em que o processo de acumulação interna precisa ser intensificado e protegido por todos os meios. Se quisermos prosseguir edificando o nosso desenvolvimento em regime capitalista, enquanto isso fôr conveniente, temos de supervalorizar o capital nacional, pois

êste não vale só pelo que contém em valor monetário, mas transporta ainda um sobrevalor, o seu significado político. É um capital que, em igualdade aritmética com a mesma quantidade de procedência estrangeira, significa mais para nós, pois corporifica o trabalho do nosso povo e a possibilidade de aproveitamento exclusivo por nós, de todos os seus resultados. Não é possível recusar tratamento privilegiado ao mecanismo de acumulação interna do capital originado no próprio País. Precisamos produzir com o dinheiro do nosso povo os instrumentos do desenvolvimento, mesmo aquêles que, sendo básicos, são os mais dispendiosos pela sua extraordinária envergadura.

Temos de estabelecer como teorema central da teoria nacionalista do processo nacional, o seguinte: é sempre, em última análise, o trabalho das massas que financia o desenvolvimento do País. Mesmo quando, em fase inicial, o capital entra como fator decisivo, na verdade a expectativa dos lucros que irá obter à custa do trabalho do povo é o que explica a presença dêle, logo, é na verdade o trabalho do povo o fator fundamental do desenvolvimento. A ficção do desenvolvimento econômico ajudado de fora deve ser denunciada como simulação de vantagens para encobrir a realidade da exploração. Os arautos do capital privado estrangeiro apregoam a impossibilidade em que nos acharíamos de impulsionar o desenvolvimento do País sem ajuda externa, tais as somas exigidas para instalar as obras de base. Cumpre-nos contestar o raciocínio de que se utilizam, fundado em teorias econômicas estrangeiras procedentes das áreas dominantes, propositalmente forjadas para servir à exploração das nações subdesenvolvidas. Não nos devemos emocionar quando ouvimos as lições dêsses cientistas, nem nos inquietar sôbre o bom fundamento das nossas conclusões, pois sabemos que a ciência em que fulguram como catedráticos abalizados, é produto ideológico da situação de domínio de sua classe e grupo nacional. Quando lemos os escritos dos pontífices do entreguismo, dos ideólogos do colonialismo, não nos deveremos comover com os argumentos que acaso apresentem contra o nosso modo de pensar, porque tudo o que digam decorre de premissas que são exatamente aquilo que estamos pondo em dúvida. Não é de admirar que nos refutem, ou nem sequer se dêem a essa pena, limitando-se a sorrir da nossa inocência, diletantismo ou petulância. De nossa parte, o que fazemos é pôr em questão a totalidade da ciência dêles, mostrando que se trata de um caso de alienação cultural, de reflexo do saber alheio. Há aspectos dos

problemas de que tratam com suficiência técnica, que superam o simples plano especializado, conforme mostramos a propósito do trabalho potencial associado às matérias-primas exportadas. Nesses assuntos o valor das conclusões fica evidentemente subordinado a uma concepção mais geral do processo social, do ser histórico, da realidade humana.

Se, em última análise, é o trabalho do povo que irá pagar, com acréscimo, o capital emprestado para as obras fundamentais do nosso desenvolvimento, isto quer dizer que as fontes dos recursos são na verdade internas, pois se vamos pagar o que nos emprestam, temos de fazê-lo com o capital que se gera aqui mesmo, sob forma de trabalho das massas. Na atual estrutura econômica brasileira tudo está organizado para favorecer o desenvolvimento impulsionado pela contribuição do capital estrangeiro. Nada há de admirar, portanto, se, ao observar a nossa realidade, os analistas simplórios concluem por considerar indispensável a participação do capital externo. É evidente que assim tem de ser, se tudo foi preparado para isso. Mas, basta que se conceba a possibilidade de outra estrutura econômica no País, para se compreender que nela os recursos internos seriam suficientes para promover o desenvolvimento, sem recorrer à colaboração, e portanto sem a dependência, do capital alienígena. Indiscutìvelmente, sem o capital externo não se pode manter essa estrutura que aí está, mas nada impede que o País, dirigido por nova consciência política do seu destino histórico, organize sua economia de modo a transformar imediatamente a fôrça de trabalho da população em origem de recursos para obter os meios de se desenvolver, com a intermediação apenas do capital gerado no seu interior e possuído exclusivamente por quem só tem interêsse no progresso nacional.

Basta, por conseguinte que o Estado decida executar diferente política econômica para encontrar meios de obter internamente, e externamente em operações não onerosas, de govêrno a govêrno, os capitais necessários aos empreendimentos básicos, pois na verdade é sempre o trabalho das massas que financia o desenvolvimento do País. A intervenção do capital privado estrangeiro é indébita e procura parasitar um processo social que pode ser feito mesmo sem ela, uma vez que os fatôres objetivos requeridos estão aqui. Talvez se deva admitir haver ainda utilidade, em certos casos, em tomar empréstimos externos que facilitem e abreviem a execução de obras fundamentais da subestrutura econômica, mas tais empréstimos, contraídos ùnicamente pelo poder público,

não se confundem com a exploração do capital estrangeiro em serviços urbanos e em grandes emprêsas industriais, como a indústria automobilística ou a de construção naval, onde tendem a se tornar, conforme temos dito, uma dívida ao infinito. A periculosidade do capital colonizador atinge o grau máximo no comércio de investimentos, representado pelas companhias de crédito, financiamento e investimento em favor da instalação de novas emprêsas estrangeiras, porque, em tal caso, trata-se não apenas da simples ocorrência do mal, mas da presença do transmissor do mal. Terão de ser sumàriamente proscritas, no mesmo ato pelo qual o poder nacional retirará dos bancos estrangeiros filiados a trustes estrangeiros a capacidade de receber depósitos de residentes no País, suprimindo-se, assim, a forma mais grave de alienação econômica, a do dinheiro em espécie.

Compete aos economistas nacionalistas definir, dentro dêste espírito a fórmula política que conduza à nacionalização integral das atuais organizações estrangeiras, indicando os procedimentos táticos e as fases em que deve ser processada, de modo a que o govêrno nacional, representando a vontade popular, venha a decretar as medidas que conduzam a extinguir a influência do dinheiro alheio na marcha do nosso desenvolvimento. Os propagandistas do desenvolvimento com a conservação da dependência do capital externo mostram estar possuídos da ingênua e quase cômica convicção de precisarmos pedir aos aproveitadores do nosso atraso que financiem a nossa libertação. Se o desenvolvimento emancipador consiste em libertar o País do estado de pobreza e incultura, e se êste estado é que justifica a necessidade de recorrermos ao auxílio exterior, a menos de admitir que tal auxílio fôsse caritativo, filantrópico, prestado sem qualquer lucro para a parte doadora, não passa de simplicidade de espírito acreditar que seja oferecido para libertar o país atrasado, pois isso significaria que o capital estrangeiro teria decidido voluntàriamente reduzir ao mínimo o seu prazo de vantajosa operação, o mínimo necessário para ajudar o país pobre a se erguer da penúria, e produzir para si os bens indispensáveis, sem importá-los de fora ou sem pagar nada àqueles que os vêm fabricar aqui. Seria dotar o capital de uma finalidade ética, admitir que se coloque a serviço de uma missão redentora, coisa que nenhuma doutrina econômica ousou até agora afirmar. É claro que em sua consciência individual e de classe o capitalista estrangeiro acredita estar prestando generosa ajuda ao país atrasado, e certamente não deixa de inscrever na sua contabilidade moral essa par-

cela positiva. Mas não tem, sem dúvida, nenhuma vontade de reduzi-la ou de extingui-la, nem se regosija com o progresso que venha a transferir às mãos do povo auxiliado o prosseguimento do próprio desenvolvimento, permitindo-lhe assumir de então em diante o encargo de se ajudar a si próprio. A munificência dos auxílios, que os jornalistas associados ao capital explorador tanto louvam, é vista com razão pelo povo pobre com suspeita e, desde que sua consciência se eleve à percepção crítica do processo nacional, com repulsa.

No momento em que se mostra capaz de se pensar a si mesmo como ser social autônomo, o país atrasado descobre com surprêsa e indignação que longe de ser auxiliado pelo capital estranho a se desenvolver. é êle que auxilia êsse capital a se multiplicar. Quem, na verdade, se desenvolve não é o país atrasado, mas o capital externo, que, por hipótese, devia desenvolvê-lo. O sofisma do desenvolvimento do país pobre à custa dos outros, os ricos, sòmente se sustenta pela falta de reflexão sôbre o simples fato de que o capital nem aqui nem lá fora caiu do céu, não nasceu espontâneamente, mas deriva do trabalho das massas assalariadas. Se o povo brasileiro trabalha o suficiente para remunerar com altos juros o investimento externo aqui aplicado, se a poupança nacional se mostra capaz de retribuir o capital investido, se podemos produzir bastante capital para pagar o capital recebido,—devolvendo-o, em prazo extremamente curto, ao país de origem, e passando a remeter daí por diante lucros que em verdade se referem a um capital nacional reposto em lugar do estrangeiro, já devolvido—então de fato o capital necessário ao País está aqui, potencialmente, sob forma dos fatôres que o produzem. São impedimentos de ordem institucional, decorrentes da falta de consciente política nacionalista por sua vez decorrente da falta de participação das massas no processo político, que impossibilitam o capital potencial de se constituir em fôrça econômica atual para nós. Se há geração interna de capital para pagar com juros aquêle investido de fora,—e se não houvesse êste não seria investido—, então há capital para ser utilizado por nós mesmos. Cabe ao Estado promover, pela política nacionalista, o aproveitamento do trabalho nacional como origem dos recursos internos, suprimindo o lucro estrangeiro e a ação dos seus agentes, nativos ou forâneos, sempre desmoralizadores do esfôrço do povo.

Certo é que muitos nacionalistas não terão chegado a conclusões tão radicais como as acima expostas. Talvez acreditem não havermos alcançado ainda o ponto em que se justifique o completo banimento do capital exterior, julgando

convir apenas regularizar-lhe as áreas de aplicação, o regime de remessa de lucros e a qualidade dos possuidores, a par de medidas fortalecedoras da acumulação nacional. Não podemos negar a seriedade dêste ponto-de-vista, que era o nosso até bem pouco. Parece-nos, no entanto, que as considerações expendidas no início dêste item deixam claro ser indispensável tratar o problema de modo dialético, e distinguir entre o que forma o conteudo da consciência nacionalista média dêste momento, e o que já desponta como conteudo dessa mesma consciência para a fase na qual começamos a ingressar. Os fatos internos e os exemplos internacionais demonstram havermos atingido a fase, ou estarmos muito próximo dela, na qual é imperioso rechaçar os investimentos externos privados não apenas pelo que representam como alienação de soberania, mas sobretudo pelos malefícios que causam ao processo formador do capital que se coloque a serviço não mais do simples desenvolvimento mas da emancipação econômica e política do País. A avassaladora invasão dos investimentos alheios, que agora funcionam como mecanismo esvaziador do capital nativo nas emprêsas nacionais estabelecidas há muito tempo, deve ter um paradeiro, porque se está configurando para nós o dilema fatal que se apresenta a tôda nação dependente, em rápido esfôrço de desenvolvimento e próxima do ponto em que divisa a possibilidade de alcançar o nivel de plena independência econômica. É o dilema que surge quando se indaga do destino a dar aos lucros do capital estrangeiro aplicado em nossa economia. Dois caminhos se abrem, e só dois: ou êsses lucros são remetidos para fora, entregues aos investidores estrangeiros; ou, por diversas modalidades, são reinvestidos no País. No primeiro caso, temos a exploração, a sangria, o depauperamento, a servitude. No segundo, produz-se o alargamento da área de dominação estrangeira. Desta alternativa não há como fugir, sendo ambos os desfechos desfavoráveis para o país subdesenvolvido. Se os lucros são remetidos, o capital, ao cabo de algum tempo, retorna ao país de origem, e o que fica aqui é uma bomba de sucção indefinida de novas quantidades de capital constantemente geradas pelo trabalho das massas nativas na emprêsa estrangeira. De então em diante, tôda vez que esta fabrica uma unidade de certo produto aqui consumido, origina ao mesmo tempo um quantum de lucro, desnecessàriamente enviado para fora, a fim de pagar aquilo que chamamos a dívida infinita contraída com o investidor alienígena. Se, porém, o lucro fôr reinvestido aqui mesmo, em ampliação de instalações, melhoria de maquinaria,

desdobramento de sucursais e emprêsas subsidiárias, aumento de dividendos a acionistas nacionais, por qualquer modo que seja, o que de fato se dá é o alargamento da área de dominação do capital estrangeiro, pois êste nunca deixa de ser tal, mesmo quando, como agora acontece, por temor da opinião pública, se cubra de uma nacionalização fictícia. O alargamento da penetração econômica acompanha-se sempre de incremento do potencial político dêsse capital, o que do ponto-de-vista do País, quer dizer, progressiva perda de soberania, submissão aos esquemas internacionais de domínio, à política da nação hegemônica. É tão grave esta eventualidade, tão falsa a vantagem dos reinvestimentos praticados por emprêsas estrangeiras, mesmo em setores vitais, como o da energia elétrica por exemplo, que se torna necessário alertar o espírito popular para as nefastas conseqüências desta manobra, apresentada como munificente atitude dos capitalistas de fora, "interessados em nos desenvolver", porque "acreditam em nosso futuro".

Para indicar o perigo desta insidiosa atuação, basta refletir no que aconteceria se fôsse levada ao extremo essa linha de conduta: se todo o lucro do capital estrangeiro fôsse reinvestido, como êsse lucro cresce sempre, chegaria o momento em que não haveria mais nenhum espaço deixado ao comando do empresário autênticamente nacional. O domínio seria total, a tal ponto que não teria sentido nesse caso falar em *remessa* de lucros, pois o País como um todo se teria incorporado ao outro, o dominador. Deixaria de se justificar a remessa para fora pelo simples motivo de que não haveria o "fora". Não haveria o que remeter para lá, porquanto o "lá" seria então o "aqui". Êste dilema apresentar-se-á mais cedo ou mais tarde a tôda nação que oferecer campo de exploração ao capital forâneo. Felizmente, em nosso caso, está surgindo de modo inequívoco, permitindo ver, por isso, a única solução, aquela que remove o dilema, a supressão pura e simples do investimento privado estranho. Para o país que necessita expandir-se e deseja tomar a si o comando da sua economia, e por conseguinte do seu destino histórico, não resta outra política, ainda quando seja duvidoso se o regime vigente terá condições para levá-la a cabo conseqüentemente; são agora insuficientes os paliativos que procurassem corrigir os efeitos mais desastrosos da aplicação do capital externo, conservando algum benefício que ainda caiba alegar a favor dêle. Tornou-se claro o ponto-de-vista da política nacionalista, em virtude de alcançarmos um nível relativamente adiantado do nosso desenvolvimento. Até bem pouco não

teria justificativa enunciar proposições como estas, numa fase em que o capital estranho ainda podia desempenhar um papel propulsor ou oferecer colaboração útil; mas atualmente acreditamos ser razoável defender a atitude preconizada, mesmo percebendo não haver no momento condições objetivas para a sua imediata e total realização; uma vez que o ônus dêsse capital supera agora a sua utilidade, a consciência nacional começa a ter meios para constituir em ideologia para si a sua etapa futura de plena emancipação e dispensa da ajuda monetária exterior. Sòmente em vista do projeto consciente atualmente possível para as massas é que o capital estrangeiro passou a se tornar oneroso, deixando os seus eventuais benefícios de compensar as desvantagens que acarreta. Nenhuma reflexão sôbre o problema dos capitais estrangeiros pode ignorar êste princípio: a vantagem ou a nocividade de tais capitais têm de ser medidas pelo projeto emancipador que a consciência crítica das massas já é capaz de conceber.

5. *A política do desenvolvimento visa a humanizar a existência das massas populares*

Em proveito delas será conduzida. As conveniências dos meros possuidores do capital passam a segundo plano em face das imperiosas exigências das classes trabalhadoras. A mesma necessidade que obriga o País a libertar-se da alienação internacional do seu trabalho faz-se sentir no âmbito interno sob forma de rápida elevação do padrão de vida das massas, pela valorização do trabalho, do qual devem auferir os frutos legítimos. A abolição dessa servitude, que se traduz pelo estado de pobreza e abandono em que ainda em grande parte vivem, será conseguida pela pressão da consciência popular, personificada em autênticos líderes, exigindo participação direta no centro de decisão social, de modo a legislar em seu próprio benefício, que é o da maioria do povo. A política nacionalista do desenvolvimento contém em seu programa a possibilidade de solucionar, na fase atual, a maior parte dos problemas que afligem a existência das massas.

A melhoria do padrão de vida depende da ação política que, se não estamos equivocados, aqui tentamos expor e defender. É uma revolução social o que se tem de processar, pois outra coisa não significa transformar a qualidade da nação de subdesenvolvida em plenamente desenvolvida. Essa passagem não será levada a cabo senão pelas massas, quando

tiverem condições para se manifestar por meio de representantes autênticos, em seus sindicatos de classe e nas assembléias legislativas. Atualmente pode ainda ser conseguida mediante o procedimento democrático de eleição de representantes partidários, imbuídos de suficiente consciência crítica da realidade brasileira. Composto um Parlamento com maioria de membros dotados dêsse entendimento, a remodelação do aparelho produtivo, a fim de extinguir as desigualdades sociais insuportáveis e os desníveis regionais, seria obtida de modo justo e, se possível, pacífico. Esta a perspectiva que a realidade presente por enquanto oferece. No entanto, o período no qual parece lícito esperar a solução das dificuldades opostas ao nosso desenvolvimento por esta forma constitucional regular é relativamente curto, e talvez se esgote sem ter sido racionalmente aproveitado. Em tal caso, a contradição fundamental do subdesenvolvimento, a divisão entre os setores entreguista e nacionalista da nossa economia, e o séquito de sérias situações que acarreta, como as desigualdades regionais, se agravará a tal ponto que será impossível impedir as fôrças expansivas autóctones, cuja progressão é incoercível, de abrir caminho por meios violentos. Sòmente a remodelação da nossa estrutura econômica, modificando coletivamente as condições de vida das massas, conduzida por uma política nacionalista conseqüênte, resolverá os problemas sociais do momento. Não há que contar com outro meio. A simples caridade nada constrói objetivamente senão asilos, orfanatos, hospitais e reformatórios. Deixa intactas as verdadeiras causas das infelicidades sociais, que só serão anuladas com a efetiva alteração das bases materiais da existência das massas, o modo de trabalho, o regime de produção a que se acham submetidas. O espírito de lucro privado será forçado a ceder lugar ao espírito do interêsse coletivo. É um engano pensar que o simples aumento dos índices de produtividade dos bens de consumo, a elevação dos salários, a munificência dos serviços sociais postos à disposição dos trabalhadores pelas emprêsas consigam resolver os problemas vitais que os afligem. Poderão atenuar as agruras do momento, mas serão sempre medidas caritativas, que remedeiam sem curar. A idéia de que as massas devam passar um período de "vida espartana" para que o País proceda ao seu desenvolvimento econômico, só tem cabimento quando existe um regime social isento de exploração, pois em tal caso as restrições impostas pelo plano de desenvolvimento afetam uniformemente a todos os membros da comunidade e não acarretam injustiça social. Fora de tal regime, o desenvolvimento tem de ser feito com o integral atendimento de tôdas as reivindicações de bem estar das massas, jamais com a idéia de lhes impor qualquer sacrifício. No regime em que vivemos o simples enunciado da idéia de "sacrifício do povo" a exigência de "apertar o cinto", constitui crime ideológico, êrro só explicável quando o encontramos em representantes da consciência ingênua reacionária.

Temos repetidas vêzes declarado que o subdesenvolvimento do País se identifica ao desumanismo da existência do povo. O homem do país atrasado é um ser desprovido de essência humana, tal o estado de miséria, ignorância e enfermidade em que vive. É um ser alienado de si mesmo, não possuidor daquilo que o deveria definir como homem. Êste conceito tem valor capital para interpretar a realidade brasileira e equacionar os seus problemas. Não devemos jamais nos esquecer que as realizações econômicas e políticas preconizadas neste ensaio são momentos de um processo pelo qual o homem se aproxima da sua essência, para chegar algum dia a possuí-la em plenitude. A política do desenvolvimento em bases nacionalistas constitui para nós o verdadeiro humanismo. É o bem-estar do povo todo que inspira a política do desenvolvimento em alicerces nacionalistas, não o de uma fração social, mesmo sendo esta livre de filiações estrangeiras. Sua indiscutível origem interna não lhe assegura privilégios para espoliar o restante da população. O que torna desejável e meritório o empenho das classes proprietárias do capital nacional em promover o desenvolvimento do País é a maior facilidade com que se ajustam ao plano geral de transformação da realidade, mediante o qual podem vir a incorporar-se à política geral de interêsse das massas trabalhadoras. Sua recusa a essa participação, ou a tentativa de reagir aos rumos do processo histórico, joga-as na área da reação, atrai-lhes a odiosidade popular e ameaça-as de se tornarem um estôrvo que será forçoso remover. A consciência crítica nacionalista tem, neste momento, condições para conduzir de forma pacífica o processo de inevitável mudança das estruturas econômicas brasileiras, mas não fica excluída a hipótese de que a cegueira dos agentes retrógrados, ou, na verdade, o poder de seus interêsses, seja tão grande, que obrigue a uma comoção histórica.

6. *O monopólio estatal dos fatôres econômicos básicos*

Talvez seja êste o item mais característico, o de mais fácil identificação do programa nacionalista pela opinião pública. Todavia, constitui simples componente de uma concepção total do processo alterador da realidade. A imperiosidade de colocar nas mãos do poder político os fatôres fundamentais da produção econômica, especialmente as fontes de energia e o aproveitamento dos recursos minerais do País, funda-se no caráter orgânico dêsse processo, tal como o entende a consciência crítica. Para esta, conforme dissemos, a realidade é um todo e seu movimento um só. Não é possível pretender alterar consideráveis aspectos da superestrutura econômica, fazendo passar importantes setores de produção para as mãos da iniciativa genuinamente nacional, se as estruturas de base, as que fornecem alicerces e possibilidade àqueles empreendimentos se conservam fora do comando político interno da sociedade. A posse, por agentes estrangeiros, e mesmo por particulares nacionais, dos instrumentos básicos da produção, representados pela energia elétrica, combustíveis líquidos e sólidos, jazidas de minérios essenciais, bem como a sua exploração e comércio, impede o poder político do povo de aproveitar em seu benefício exclusivo a potência econômica corporificada nesses instrumentos. O monopólio estatal, não apenas do petróleo, mas de tôdas as fontes de energia e dos grandes recursos minerais impõe-se como medida fundamental de tôda política nacionalista. Não se admitem distinções sibilinas nesta matéria. Tôda vez que certas personalidades, mesmo algumas respeitadas por sinceras convicções nacionalistas, defenderem a parcial ou total retenção de qualquer fonte de energia em poder do capital privado, temos o direito de acusá-las de incompreensão ou incoerência a respeito do autêntico programa nacionalista.

A presença, no espaço econômico interno, de organizações particulares produtoras de energia e detentoras do monopólio de serviços públicos essenciais representa tal soma de poderio real, que nenhuma outra fôrça livre é capaz de lhes fazer frente. Os legítimos interêsses da indústria nacional, as necessidades mais justas e inadiáveis do povo perdem vigor e ficam desamparados diante do tremendo poder representado por essas organizações. Nenhum particular tem meios de se opor a elas, e mesmo que o conseguisse seria lançando o processo econômico na aventura das lutas entre gru-

pos poderosos, com o dilaceramento das energias do País, desperdiçadas numa competição feroz. Sòmente o Estado, como agente político da sociedade, está em condições de fazer frente a tão formidáveis investidas. Para isso faz-se necessário que lhe seja conferido o monopólio íntegro, sem fissuras ou subterfúgios, da produção de energia e de sua distribuição às indústrias particulares e aos serviços públicos. Tôda fonte de riqueza que, pelo seu crescimento, alcance desmesurado poder de coação social precisa ser colocada sob o contrôle do Estado, isto é, do povo politicamente organizado, para não se converter em instrumento de exploração e empobrecimento das massas. É exigência do momento histórico no regime vigente, uma defesa da sociedade, a qual, se não a praticar, corre o perigo de aumentar ràpidamente suas pressões internas e chegar ao ponto explosivo.

A entrega ao Estado do monopólio dêstes empreendimentos e serviços quebra as linhas do clássico edifício do liberalismo econômico, e por isso suscita as iras dos seus idosos pontífices, mas devia ser preferida, em prol dos seus interêsses de classe, pelos próprios interessados em defendê-lo, tanto quanto hoje é possível. Mesmo as sumidades acadêmicas, e os diplomatas que lhes servem de acólitos, deveriam compreender que a satisfação dos crescentes reclamos de autonomia das fôrças produtivas nacionais, libertando-as da dependência de grupos estranhos a elas, para obter os recursos de que necessitam, alivia um pouco a pressão interna e permite prolongar por algum tempo uma situação que, do contrário, se aproximaria ràpidamente do limiar de ruptura. O monopólio do Estado, limitado num primeiro momento apenas às fontes de energia, atenderia as exigências de libertação da indústria nacional, sem prejudicá-la, antes contribuindo para o seu acelerado incremento. Onde os expoentes das caducas concepções liberais vêem calamitoso avassalamento da iniciativa e da propriedade privada pelo "Leviatã" estatal, e por isso se alarmam até o pânico, por julgá-las ameaçadas de destruição, os propugnadores do programa nacionalista vêem justa e modesta medida, destinada precisamente a proteger a legítima iniciativa individual, a de raizes nacionais, e a desafogar a competição industrial, livrando-a de ter de submeter-se às pressões das grandes companhias estrangeiras, produtoras principalmente de eletricidade, muitas delas à ultima hora fantasiadas de nacionais, mediante um

passe de prestidigitação legal, a fim de que sòmente as conveniências do verdadeiro processo nacional em sua totalidade sejam levadas em conta na elaboração do programa do nosso desenvolvimento.

7. *A defesa da indústria nacional autêntica*

O desenvolvimento do País efetua-se principalmente pela intensiva industrialização. Como tal deve entender-se não apenas o emprêgo da máquina na produção de artefatos, mas igualmente na produção agrícola. A industrialização fornece o índice mais visível da mudança qualitativa da realidade nacional, pois exprime um conjunto de alterações econômicas e sociais inéditas, as que a tornaram possível e as que dela resultam. Oposta à velha sociedade agrária, caracterizada pelas manufaturas primitivas, a exportação de produtos alimentares e de minérios brutos, o diminuto mercado interno, a ausência de rêde nacional de comunicação, a sociedade desenvolvida se constitui pelo aproveitamento completo dos seus recursos, vale dizer, por levar até a fase final a fabricação dos bens de que necessita. Isto implica em proceder ela mesma às operações transformadoras da matéria-prima que possui, até obter o objeto acabado. Significando a industrialização a mudança qualitativa da sociedade, mediante a qual se aparelha para levar a cabo as fases superiores da cadeia de atos produtivos, de modo a engendrar no seu interior a totalidade do produto, essa radical diferença de estrutura importa em completa utilização por ela mesma dos recursos de que dispõe, e evidentemente obriga a cessar a prática colonial de exportar as matérias-primas minerais para serem elaboradas alhures. A industrialização é sinal de desenvolvimento porque indica que a comunidade nacional se aparelhou para fabricar por si e para si os bens materiais de que necessita. Quando os mandava vir de fora, muitas vêzes produzidos com as substâncias que exportava, era subdesenvolvida porque dependia da indústria alheia para realizar as operações mais complexas, nobres e difíceis da fabricação dos artefatos. Instituindo em seu espaço interno fábricas que dispensam a remessa das matérias-primas e o posterior recebimento dos bens acabados, o País concluiu uma etapa do seu processo nacional, deu um salto qualitativo que o dota de novo ser histórico. Passa a ser dono da inteira linha de operações que conduz do material bruto à coisa formada.

Entretanto, é imprescindível deixar claro que a industrialização só indica real ascenção histórica da comunidade

quando os atos criadores dos bens não apenas se realizam dentro dela, pelo seu trabalho autêntico, mas são feitos por ela em seu imediato proveito. A nação precisa ter o completo comando do seu aparelho econômico, para conduzir a sua industrialização em condições que excluam a espoliação por parte de outra. Com esta observação patenteia-se um aspecto da teoria da industrialização que, não fôsse aclarado, poderia induzir a enganoso julgamento e ocasionar graves confusões nas propostas da política nacionalista. Queremos referirmos ao fato de não ser qualquer industrialização que significa o real progresso da sociedade a uma etapa superior de desenvolvimento, mas sòmente aquela que é feita mediante o integral processamento das operações fabricadoras pelos verdadeiros agentes do processo nacional. Tão inexpressiva das reais possibilidades de desenvolvimento do País é a industrialização feita aqui pela implantação de indústrias estrangeiras, de capital e comando alienígena, quanto a que tem lugar no interior de outro país com as nossas matérias-primas. Se a indústria sediada no País não nos pertence de fato, ou seja, se não estão em nosso poder todos os fatôres produtivos, devemos, para efeito de apreciar o grau de avanço do nosso processo de libertação econômica, considerar tão inexistente essa industrialização quanto se estivesse localizada fora do nosso território e apenas para cá remetesse mercadorias. A indústria estrangeira é sempre indústria no estrangeiro. Sem dúvida, o emprêgo da mão-de-obra local e o adestramento técnico nativo contribuem para estabelecer certa diferença entre um caso e outro, e dar um mínimo de valor útil à indústria estrangeira implantada no país. Mas na prática êsse proveito torna-se imperceptível, e mesmo em alguns casos ilusório, comparado com as ruinosas conseqüências que tem para o curso geral do desenvolvimento nacional a entrega da nossa indústria ao capital estrangeiro. É uma política que não contribui para suprimir as servidões econômicas, antes as multiplica e reforça. Cria a falsa consciência industrial, a que julga haver o País se agigantado porque ostenta um parque fabril relativamente desenvolvido e promissor. Na verdade, essa industrialização não constitui sinal da nossa expansão, mas da expansão estrangeira sôbre nós. Não caracteriza o nosso próprio desenvolvimento mas o desenvolvimento dos outros em nossa terra. Os que se alvoroçam com essa industrialização não vêem quanto ela é parasitária das energias nacionais, consistindo no empréstimo de máquinas trasladadas para aqui a fim de transportar, figuradamente, grandes massas de trabalhadores coloniais a

baixo salário para o interior da economia da grande nação estrangeira. De fato, ao se instalarem aqui as fábricas alheias, tudo se passa, se considerarmos as conseqüências mais gerais dêste fato, como se mandássemos numerosos contingentes de nossos operários ir trabalhar lá fora, a um preço de mão-de-obra inferior ao que essa indústria teria de pagar aos seus próprios operários natos caso os quisesse empregar. Significa isto que exportamos a mão-de-obra nacional sem fazê-la sair do nosso território, mas fazendo sair, isso sim, os lucros que advêm do trabalho dela. Claro está que todo trabalho traz sempre vantagens e deixa no País resultados úteis; por exemplo, melhora as condições de vida da classe operária, desenvolve a sua consciência social, leva as fábricas estrangeiras a pagar impostos, dá renda às instituições de previdência, consome matérias-primas nacionais etc. Mas, na perspectiva de um pensamento sociológico e político, e não apenas econômico, êstes fatos são secundários, enquanto o essencial está em saber se ao lado de certos efeitos valiosos que possam alegar não ocultam malefícios reais ao processo da nossa emancipação, impedindo o País de executar uma política econômica que, dando os mesmos favoráveis resultados, tenha como finalidade última conquistar a nossa plena autonomia. Os economistas que apontam as relativas vantagens da industrialização pelo capital estrangeiro pensam de modo não dialético, ficam prêsos à imediatidade dos fatos, e perdem de vista o caráter global do processo social, esquecem os fins conscientes que cada comunidade tem o direito de conceber para si. Favorecer a entrada da indústria estrangeira é favorecer a saída do trabalho nacional. É degradar o valor humano do nosso operário, admitindo que a sua situação de habitante do país pobre jamais lhe permitirá constituir-se em fôrça capaz de criar o País que atenda às suas exigências.

Estas reflexões indicam não ser conveniente endeusar a industrialização sem qualificá-la devidamente. O surto de transferência para o nosso interior de tantas indústrias alheias apenas prova a perspicácia comercial dos capitalistas estrangeiros, divisando a rica fonte de lucros representada pelo nosso crescente mercado interno. Temos nesse movimento o indício de que, com mais forte razão, deveríamos aproveitar para nós, ou seja, pelo estabelecimento da indústria nacional autêntica, as evidentes oportunidades de alta retribuição que o nosso mercado oferece. Por êsse motivo torna-se necessário que o programa político nacionalista discrimine as diversas espécies de indústrias que procuram instalar-se no País,

coibindo dràsticamente a entrada de novos capitais, de novos investimentos, a transferência de fábricas estrangeiras e a ampliação das nacionais com auxílio do capital de fora. Deverá providenciar os meios de progressiva e a mais rápida possível nacionalização das emprêsas estrangeiras, tendo por alvo o completo afastamento do capital externo. Precisa discriminar as propostas de implantação de indústrias, mesmo as que se mascaram de nacionais, segundo o critério que apontamos, sabendo não ser tôda e qualquer industrialização que nos convém, pois algumas há que são tão nocivas,—ou ainda mais—, quanto a pura e simples exportação de matéria-prima.

Observando a marcha avassaladora do pensamento nacionalista, e temendo um golpe revolucionário que imponha a violenta nacionalização das emprêsas estrangeiras, o capital colonizador adota duas linhas táticas: uma, combater o progresso do nacionalismo, lançando mão para isso de todos os meios de publicidade que lhe faculta a sua rica margem de lucros; outra, "nacionalizar-se" mediante manobras e expedientes jurídicos de fachada. Não lhe servirão, no entanto, êstes estratagemas para eximi-lo das justas reivindicações da consciência nacionalista, a qual, no devido momento, saberá como atravessar essa "cortina de requerimentos", assim como terá sabido, antes, refutar as maliciosas insinuações e os argumentos especiosos dos serventuários do dinheiro estrangeiro. O policiamento do processo de industrialização aparece agora como exigência vital da consciência crítica do nosso desenvolvimento. Em fase anterior, quando ainda era tolerável relativa participação do capital forâneo, representado, principalmente, pela transferência de indústrias para o nosso País, bastava um critério frouxo de discriminação; hoje, porém, radicalizaram-se as exigências, a ponto de nos parecer inconveniente qualquer novo investimento privado ou instalação de indústria de procedência externa, que, direta ou indiretamente, venham enfraquecer o processo acumulativo do nosso capital autêntico ou impliquem a ocupação pelo empresário estrangeiro do lugar reservado a uma futura fábrica nacional. Temos de precaver-nos, fechando as portas ao que se deverá chamar "indústria de arribação", conduzida por capitais volantes, que aqui vêm com intuito predatório. Tôda indústria de procedência estrangeira revela-se agora prejudicial ao nosso interêsse, pela maneira como se instala, pelos favores que consegue obter e pela esterilização a que condena os esforços nacionais similares. Contra ela faz-se imperioso estar alerta, para não nos deixarmos iludir pelo seu enganador e

traiçoeiro sucesso, tomando-o por índice do autêntico desenvolvimento do País. O desenvolvimento dela é apenas indício do desenvolvimento do país dominante, e longe de ser sinal auspicioso de nosso crescimento representa lamentável prova de haver aumentado a servitude política nacional. O aspecto mais grave dêste êrro econômico consiste em que a indústria estrangeira espoliadora dá origem a tôda uma classe de subindústrias ativas, algumas de raízes nacionais, de emprêsas comerciais distribuidoras dos produtos, de organizações bancárias que dela vivem, e de companhias de investimentos direta ou indiretamente a serviço dela, na consciência de cujos proprietários e clientes se criam barreiras intransponíveis à compreensão nacionalista do processo material de que são testemunhas, autores e beneficiários, julgando que o País está melhorando e se agigantando pelo fato de se mostrarem bem sucedidas as emprêsas que gerem. Não percebem a totalidade, e por isso não são capazes de apreciar o fenômeno da expansão industrial promovida por impulso alienígena, no seu significado de falso sucesso, no seu relativismo e transitoriedade. Encontra-se neste fato a causa de haver, paradoxalmente, ponderável ala de empresários industriais brasileiros que observam com sérias suspeitas o progresso das idéias nacionalistas e até mesmo a elas se opõem frontalmente em manifestações nos seus órgãos de classe.

Explica-se essa incongruência pela distinção entre quantidade e qualidade da indústria. Muitos estudiosos nacionalistas do nosso processo nacional esquecem esta distinção, e por isso tomam por prova de real desenvolvimento o que é apenas o incremento quantitativo da produção industrial. São vítimas de uma percepção unilateral do processo brasileiro. Não levando em conta o aspecto qualitativo do fenômeno, espantam-se de que haja tantos industriais, arregimentados em respeitáveis centros e sociedades de classe, que se mostrem infensos ao nacionalismo. Acreditam que deve haver alguma coisa errada na relação, que proclamamos, entre consciência crítica do desenvolvimento e industrialização de base. Mas a verdade é que tal relação supõe determinada qualidade do processo industrial, diz respeito à taxa de participação dos fatôres internos autênticos nesse processo; a diferença qualitativa revela-se a mais importante na determinação do teor da consciência. Sòmente quando a industrialização tiver sólidos fundamentos na estrutura autônoma da nossa economia, no trabalho das massas, no capital acumulado pelo esfôrço interno, na técnica livre da escravisação a patentes estrangeiras, é que se deverá levá-la em conta como

fator determinante da consciência crítica. Caso contrário, torna-se exatamente fator da consciência ingênua. Não pode ser fator de consciência crítica a indústria que, mesmo nacional, trabalha para suprir de artigos acessórios as grandes fábricas estrangeiras aqui instaladas. Dependem destas, e por isso representam ideològicamente o ponto-de-vista da consciência alienada. O aumento quantitativo destas fábricas enquanto subalternas de indústria estrangeira, não contribui para formar o fundamento da consciência nacional crítica. Por êsse motivo, a política do desenvolvimento propugna pela intensiva industrialização do País, estendida por igual à agricultura, mas discrimina-lhe a qualidade. É preciso proteger a verdadeira indústria nacional cumulando-a de favôres e benefícios, não, é claro, para a deixar subsistir artificialmente, nem para privá-la da competição legítima, mas para resguardá-la dos efeitos mortíferos da concorrência estrangeira, a qual, pela voz dos seus arautos, procura vilipendiá-la como parasitária, incapaz de enfrentar leal confronto, pobre de capitais, atrasada na técnica e desqualificada nos resultados. Estas acusações revelam apenas o alto grau de pressão de que dispõem as emprêsas alienígenas e a docilidade dos seus porta-vozes. A política nacionalista é a única que assegurará ao País um surto contínuo de industrialização, porque, incorporando ao trabalho superior da comunidade contingentes cada vez mais numerosos da mão-de-obra nativa, afasta a possibilidade de comprometer o futuro do processo pelo estancamento voluntário, como poderá acontecer quando o desenvolvimento industrial do País está entregue ao comando alheio, se tal fôr o interêsse dos seus déspotas. Garante-lhe o curso contínuo, sem espoliação do País, antes com o integral aproveitamento dos seus recursos naturais.

A necessidade de dar ao processo do desenvolvimento industrial a explícita característica de movimento pelo qual o povo deseja emancipar o país atrasado, decorre da dialética específica do processo segundo o qual se desenrola a ação da potência hegemônica. O crescimento da nação agora excepcionalmente forte atravessou diversas fases, que a conduziram ao estado presente. Tais fases, para ela superadas, são aquelas que os países menores, subdesenvolvidos, se esforçam por alcançar. Daí originar-se um descompasso, que o centro imperialista utiliza em seu favor. A situação esplêndida, entretanto, está cheia de contradições internas. De um lado, não pode abster-se de desenvolver os momentos objetivos seguintes do processo, que a sua lógica impõe, pois não tem o direito de recusar-se a assumir a alta etapa a que o

obriga o desenvolvimento já conseguido; de outro lado, porém, a conjuntura superior comporta certo número de inconvenientes nos modos habituais de procedimento que forçarão a potência dominante a modificar a forma como exerce o predomínio sôbre os países atrasados. Se êstes não se precatarem contra a mudança de fase por que passa o domínio do colonizador, ficarão inabilitados para responder com a devida justeza às novas situações criadas pelo imperialismo.

Um dos aspectos originais com que atualmente se apresenta a nova política de dominação consiste em favorecer o desenvolvimento industrial de um dentre os países atrasados, aquêle que melhores perspectivas oferece para essa expansão, a fim de utilizá-lo como instrumento de domínio sôbre outras áreas, que, por motivos econômicos ligados à alta posição do dominador, êste já não pode explorar diretamente. O mundo periférico está entrando na fase em que se vê ameaçado de assistir ao surgimento de um imperialismo subsidiário. É o momento em que o centro dominante principia a perder os meios de que se valia para exercer o poder direto sôbre regiões atrasadas tradicionalmente espoliadas, e se acha compelido a subestabelecer, na pessoa de outro país, um procurador, para efeito de prosseguir, agora de maneira indireta, a velha e sempre proveitosa exploração. A nação capitalista altamente industrializada encontra-se a braços com contradições que lhe dificultam a marcha habitual: o crescente desemprêgo operário, a obsolência de máquinas válidas, a automatização, a produção militar socialmente sem consumo etc. Chega o momento em que lhe convém estabelecer uma sucursal no mundo periférico, criar um satélite industrial, ao qual procurará ajudar por todos os meios, a fim de que se desenvolva, desde que o faça utilizando-se das máquinas e técnicas superadas no centro dominador. Trata-se, para êste, de tomar a seu cargo um país atrasado e fazê-lo repetir a fase de desenvolvimento pela qual já passou o centro, dêste modo renovando benefícios que diretamente não pode mais obter. Engendra o subimperialismo, ao fazer o país subdesenvolvido desenvolver-se sob a sua proteção, reeditando para êle fases do processo que foram as suas próprias, mas que a sua atual estrutura não mais admite. Com efeito, o grande país capitalista vê-se em inferioridade de condições para enfrentar a concorrência comercial de outros países capitalistas, altamente desenvolvidos porém menores que êle, e capazes de apossar-se mais fàcilmente dos mercados das áreas subdesenvolvidas, graças aos menores custos de produção das suas mercadorias. Em tal caso, teria de sucumbir ao gigantismo

da sua estatura, impedido de entrar em concorrência vitoriosa com outros rivais, mais fracos em escala absoluta de progresso, porém mais adaptados, pela sua relativa inferioridade, para ocupar o espaço econômico dos países totalmente subdesenvolvidos. Nessa conjuntura o grande país hegemônico passa a adotar nova política imperialista. Como perdeu a capacidade de produzir em condições que um país dominado ainda consegue aproveitar, não pode mais ter o tipo de lúcro que o menor ainda obtém. Procurará então fazer com que êste trabalhe para êle, transferindo-lhe, ao final, os lucros que o seu enorme desenvolvimento já não lhe permite arrecadar diretamente. Vale-se para isso do natural desejo de desenvolvimento existente no país atrasado, o qual muito se regozija em verificar que está crescendo aceleradamente, embora não perceba que é vítima de um falso crescimento, o "crescimento para outro".

Deparamo-nos aqui com importante aspecto da dialética do lucro, que nos mostra não ser esta variável econômica de ordem apenas quantitativa, mas possuir também significado qualitativo. A cada fase do processo econômico o tipo de lucro possível em tal período se distingue qualitativamente do que é obtido em outra fase. Por isso, o superimperialismo, como conseqüência do gigantismo da sua expansão, aproxima-se do momento em que só conseguiria obter os lucros que qualitativamente correspondem à exploração do seu próprio espaço interno, perdendo o poder de arrecadar lucros externos, se não mudasse de tática no modo de explorar os seus habituais dependentes. A distância que o separa dos menores vai-se tornando tão grande que já não consegue apropriar-se diretamente do lucro produzido na área pobre; tem de fazê-lo com o auxílio de uma peça intermediária, à qual incumbe capturar os proventos correspondentes a esta fase e transferi-los ao superdominador. Configura-se, assim, o caso do subimperialismo.

Devemos estar atentos a esta eventualidade, porque tudo indica que, pela nossa natural grandeza e riquezas disponíveis, somos um País predisposto a ser escolhido por alguma nação superimperialista para servir de aparelho intermediário na espoliação do trabalho de nossas próprias massas e de outras áreas nacionais ainda mais atrasadas do que nós. Vale a pena esquematizar êste processo para esclarecê-lo melhor. Consideremos ser *A* uma nação superimperialista, dominando tradicionalmente certa área continental, onde vegetam as nações atrasadas. *B, C, D, E* etc. O processo a que nos referimos desenrola-se nos seguintes atos: 1) o país *A* cresce des-

mesuradamente; 2) entra na fase em que seus métodos de produzir o colocam em posição de inferioridade relativamente a outros grandes países industriais capitalistas, com os quais começa a não mais poder competir nos mercados de *B, C, D, E;* 3) só lhe resta o recurso de subestabelecer o imperialismo, e para isto: 4) cria uma sucursal, escolhendo dentre os dominados um dêles, que ofereça melhores perspectivas de submissão e efetiva capacidade econômica; 5) suponhamos que seja *B* o indicado por estas razões objetivas e subjetivas; 6) então o país *B*, agora convertido em subimperialista, vai repetir, a serviço de *A*, a fase da produção econômica pela qual êste já passou, transferindo para lá os lucros oriundos da exploração das massas do próprio *B* (e secundàriamente das massas de *C, D, E*), lucros que, não fôsse a ausência de liberdade, seriam utilizados pelo próprio *B*, ou, caso não o pudesse fazer, seriam absorvidos pelos competidores de *A*, os países capitalistas de grande indústria, porém menores do que *A*.

Faz-se imprescindível ter em vista o lado político desta situação. Pondo em prática o intuito do dominador, veremos manifestarem-se as tentativas de reforço dos esquemas de integração continental, modo de nos projetar na posição de destaque desejada pelo centro controlador, para que nos convertamos em subdominador dos outros, daqueles que não podem ascender a esta situação. Se não escaparmos a tais esquemas, ficaremos aprisionados na atitude de imperialismo interno e externo, exercendo-o sôbre nações fracas ao nosso redor. É natural que tenhamos de atravessar certas fases do desenvolvimento vividas por *A*, mas precisamos fazê-lo de maneira qualitativamente distinta, e em outra direção, aquela que nos conduza ao pleno desenvolvimento sem nos tornar imperialistas, dando-nos a completa independência para nós e não para outro. Eis porque se torna imperioso policiar o processo do nosso desenvolvimento, evitando que venhamos a cair na órbita do desenvolvimento do país superimperialista, o que faria do nosso crescimento um ridículo progresso, que haveríamos de pagar caro, ao preço de violentas lutas para algum dia nos emanciparmos econômicamente. O perigo do desenvolvimento sem emancipação está justamente nisto: em nos converter em instrumentos do interêsse da nação hegemônica, que muito fará para nos industrializar, pois será o meio de evitar que outros países submissos, *C, D, E*, o façam. Ao montar um satélite industrial, *A* esmaga o crescimento para si de *B*, e simultâneamente o crescimento de *C, D, E* etc.

Não é ainda fato atual,—e dissemos mesmo que jamais

deverá ser, pela lógica do nosso processo emancipador, se fôr dirigido pela consciência das massas,—a dominação de nosso País, com caráter imperialista, sôbre outros povos vizinhos. Mas, em todo o caso, êste intuito não está ausente das cogitações da nação dominante, que absorve a nossa soberania e a dos demais países em etapa semelhante à que atravessamos. O perigo de vir o processo de industrialização de *B* a degenerar em pressões imperialistas sôbre *C, D, E* existe sempre, porque o processo coletivo de todos êsses países não é livre e sim comandado por A. Na verdade, trata-se do mesmo imperialismo de *A*, exercido em tal caso por interposta pessoa. Se isso acontecesse, criar-se-ia uma contradição interna no bloco formado por *B, C, D, E*, situação de todo conveniente para *A*, que se veria reforçado no seu poderio geral. Dentro daquele bloco surgiria uma falsa contradição principal, a que se travaria entre *B*, de um lado, e *C, D, E*, de outro, deixando *A* de fora, ou seja, dissimulando a verdadeira contradição principal, a que existe entre *A* e os demais países menores em conjunto. Abrir-se-ia a oportunidade para o livre jôgo da hipocrisia imperialista de *A*, que, aparentemente inocente das pressões sofridas por *C, D, E*, chegaria até, caso a divergência entre *B* e *C, D, E* se agravasse a pontos críticos de tensão, a oferecer os seus bons ofícios para solucionar a pendência. Êste gesto lhe seria tanto mais fácil quanto *B* não passaria de um títere obediente ao seu comando. Com isso, *A* apareceria aos olhos dos povos *C, D, E* como libertador, o poderoso justo que os livraria de um impertinente opressor, reforçando-se, assim, no conceito moral das nações espoliadas. Nisto consiste o que chamaríamos o circuito da hipocrisia de *A*.

Desejávamos expender estas considerações para corroborar a principal tese desta carta de princípios nacionalistas, a que declara não ser o desenvolvimento enquanto tal que representa agora a conduta objetiva autêntica em nosso processo histórico, mas tão-sòmente o desenvolvimento enquanto instrumento da emancipação política e econômica nacional. A industrialização pode converter-se em sedutor equívoco, se fôr entregue a outros para que a realizem aqui. Se não conquistarmos o comando do nosso processo, impulsionando-o com o exclusivo apêlo ao trabalho do povo, repelindo totalmente a contribuição do capital alheio, corremos o perigo de enveredar pela estrada de ilusória prosperidade, a que seria adquirida com a labuta de uma população espoliada e que nos levaria a funestas conjunturas internacionais.

8. *A política de ocupação do nosso território*

Na fase mais atrasada do nosso desenvolvimento os problemas relativos à ocupação humana do território permaneciam em segundo plano, não havendo necessidade de fazer dêles objeto de preocupação da coletividade. A conquista da terra fazia-se espontâneamente, por fôrça dos determinantes econômicos que espalhavam os ocupantes, impelindo-os para áreas novas cada vez mais longínquas. Agora, porém, em conseqüência do desenvolvimento realizado, tais problemas assumem importância decisiva e se inscrevem entre os que exigem solução em bases nacionalistas. A ocupação das áreas desabitadas no País faz parte da nova teoria política, que não mais dissocia o fato histórico dos fundamentos geográficos. A existência dêste problema constitui uma peculiaridade do nosso País, pela sua extensão e diversa densidade demográfica. Há uma componente geográfica nos temas sociológicos nacionais, que impossibilita as generalizações irrefletidas e deve precaver contra as abstrações imprudentes, obrigando a mencionar as disparidades regionais e as diferenças demográficas como categorias sempre presentes em qualquer análise. A recente transferência da Capital do País para o interior veio salientar a importância dos aspectos da geografia política no processo nacional.

Foi um acontecimento que assinala novos rumos do curso histórico nacional. É um marco divisor de eras. Determina o estabelecimento de novas equações sociológicas e políticas, impõe a necessidade de rever esquemas interpretativos habituais, agora esvaziados de significado, mostrando como terão de ser substituídas as velhas e simplificadas polaridades, como a norte-sul, por exemplo, destinada cada vez mais a perder realidade, em face dos efeitos igualizadores do processo de desenvolvimento geral.

Um novo modo de pensar, apoiado em fundamentos geográficos internos, se inclui entre as atitudes que compõem a ideologia nacionalista. Vemos salutar indício no fato de se apresentarem os problemas nacionais cada vez mais influídos pelos determinantes corográficos. Compreender os acontecimentos nesta perspectiva, define agora a maneira correta de pensar, pois evita o risco das abstrações jurídicas, das disposições legislativas simplificadas, que supõem, contra a verdade, a homogeneidade das áreas e das populações a que se devem aplicar. Levados em conta a existência e o pêso do fator local, conceber-se-ão de modo eficaz as determinações e dispositivos legais destinados a atender às diferenças

de situações sociais no espaço interno, e com isso se assegura excelente refôrço da unidade nacional. Reclamamos a devida atenção para as desigualdades regionais, porque é o meio de denunciar quaisquer manobras de agentes do capitalismo internacional ou mesmo de algum empresário nativo destinadas a conservar o desnível, vantajoso para êsses exploradores, mas repudiado pela consciência nacionalista, cujo objetivo supremo está em promover a igualdade do desenvolvimento econômico e do bem-estar humano em tôdas as regiões do País. Tudo tem de ser feito para extinguir as disparidades o mais breve possível. A condição para isso, entretanto, está em partir do reconhecimento de tais disparidades. Se as medidas governamentais forem tomadas ignorando êste dado objetivo, determinarão ao invés da extinção o exacerbamento.

A ideologia nacionalista inclui como ponto primordial do seu programa a ocupação territorial e deseja colocar tôdas as grandes questões econômicas e sociais na perspectiva que as associa intimamente à diversidade demográfica e à existência de correntes migratórias internas, relaciona-as com a presença de enormes espaços vazios em nosso interior, com o crescimento vegetativo global da população e as imensas distâncias entre os grupos humanos. Convém observar que a realidade objetiva da distância manifesta um dado específico da nossa fisionomia social, que falta a quase tôdas as comunidades dos países metropolitanos, de pequenas dimensões, e em conseqüência não figura na meditação dos seus sociólogos e filósofos. No país pequeno, a distância é sempre concebida entre êle e os outros, distantes dêle. Para o país pequeno, distante é outro país; para nós, distantes somos nós mesmos. Para o primeiro, distância quer dizer diferença, para nós, quer dizer identidade. Em nosso caso, a distância é interior a nós mesmos. Êste fato determina um significado existencial único, original, distinto quanto à vivência e ao pensamento da distância, que jamais o pensador metropolitano das nações diminutas será capaz de alcançar. Admitir que para nós a distância não separa, mas liga, é coisa dificilmente concebível pela mentalidade do pensador europeu. Para o país menor, a idéia de distância contém a nota de diversidade entre os pontos distantes, mas em nosso caso transporta ao contrário o sentido de identidade entre os locais afastados um do outro, pois são implìcitamente concebidos como pertencentes ao mesmo ser nacional. Não é um *habitus* da nossa consciência social pensar a distância entre nós e outro país. Eis porque devemos fazer figurar êsse tópico entre os

que merecem a atenção dos nossos estudiosos sociais. A distância como relação interna forma um dado original da realidade brasileira. Leva-nos a compreender que não nos devemos limitar a considerar o aspecto físico do espaço, mas precisamos apreender o significado existencial dêle, na base da experiência social da comunidade, enquanto componente da realidade do mundo brasileiro. A distância para nós não é uma relação externa; somos distantes de nós mesmos e não de outros. A familiaridade com o espaço, o hábito de pensar nos longos afastamentos, a convivência normal com remotas populações patrícias e a métrica social que daí deriva, tudo isto é específico da nossa existência e nos distingue das comunidades de limites estreitos. Assim, por exemplo, o conteúdo subjetivo da idéia de viagem mostra-se para nós completamente diverso daquilo que constitui a "viagem" para o habitantes dos pequenos países. Sentir como seu um acontecimento ocorrido a milhares de quilômetros, forma um elemento da psicologia coletiva ignorado pelo pensador dos restritos espaços nacionais europeus. Criamos para nós um código social de avaliação do espaço, e conseqüentemente do tempo necessário a percorrê-lo, que parece de todo estranho ao modo de pensar metropolitano. No entanto, êstes aspectos, quanto a nós, são tão reais que, se não contarmos com êles no entendimento dos problemas, estaremos falseando o quadro real onde se desenrolam.

O desenvolvimento nacional trouxe, entre outras, esta particular conseqüência, a de mudar a nossa representação dos espaços em branco que ainda possuímos, aumentando a sensibilidade coletiva à existência dêles. Antes, tínhamos o sentimento de que eram uma riqueza indefinida, da qual muito nos orgulhávamos, justamente porque permaneciam assim, na condição de imensas áreas virgens. Eram um infinito capital intocado, que nutria a nossa imaginação com os mais fabulosos sonhos de grandeza. Sentíamos orgulho em possuí-los e não manifestávamos qualquer inquietude por mantê-los intactos, pois nos comprazíamos em imaginar o que seria a nossa riqueza no dia em que utilizássemos êsse tesouro inaproveitado. Vivíamos à alegria de possuir isso que as nações mais prósperas não tinham, o espaço aberto inexplorado, infinito. A riqueza territorial quase ilimitada compensava, nos devaneios da nossa fase inocente, o atraso real em que estagnávamos. Contemplar a imensidão do País e imaginá-lo vagamente na sua pujança futura, era a maneira como podíamos, então, pensar o nosso ser nacional. Pensávamos em nosso espaço vazio sem nos preocupar com êle. Hoje,

porém, a percepção do espaço disponível que possuímos transformou-se em preocupação por êle. E, como diz a palavra, tal preocupação constitui a pré-ocupação dêle. Vivendo um novo estilo de pensar, o modo crítico, percebemos que precisamos ocupá-lo ràpidamente, e é esta "ocupação antecipada", ou "pré-ocupação", que se apresenta ao espírito como "preocupação" política.

Conhecendo os riscos da imensidade territorial disponível, abandonada e descuidada, queremos agora penetrar a nossa própria base física nacional e utilizá-la integralmente. Não temos mais orgulho da grande nação que somos senão concebendo-a povoada por tôda parte e unida pelas distâncias, que se tornam suprimidas pela mediação humana. Com efeito, desde que o intervalo entre dois grupos sociais afastados seja representado como preenchido por outros grupos intermediários, a distância vazia desaparece, e deixa de separar para, ao contrário, unir. Há aqui um tema de meditação que mereceria maiores desdobramentos. A distância como dado da convivência humana não admite ser apreciada segundo os valores métricos. Do ponto-de-vista existencial, é diferente, conforme fôr preenchida por outros sêres ou não. A estrada que vai de uma cidade a outra é longa se fôr deserta, mas curta se pontilhada de núcleos habitados; porque, no primeiro, caso, vai-se do ponto de partida ao de chegada de um só lance, atravessando um percurso humanamente vazio, sem pontos sociais de referência, no segundo, vai-se de um a outro povoado intermediário. Embora geomètricamente a distância seja a mesma, é claro, existencialmente, e portanto, como dado da consciência coletiva, há diferença. Eis porque a representação da consciência crítica oferece hoje a imagem de um Brasil humanamente pleno, sólido, e não mais ôco. A passagem de um a outro estado demográfico e a correspondente política destinada a promovê-la, são imperativos do programa nacionalista.

9. *A reforma agrária*

Sob êste nome deve entender-se o conjunto de medidas que visam a transformar a existência das massas camponesas, mediante a alteração das suas relações de produção, modo de trabalho e regime de propriedade da terra, integrando-as no movimento geral de ascensão do nível de vida do País, ou seja, incorporando-as ao processo do desenvolvimento. Diz-se freqüentemente faltar à cogitação de alguns pensadores nacionalistas êste tema, que, por isso, parece ficar

em mãos dos adversários, os defensores da política conservadora, ruralista, retrógrada, patriarcal e antiindustrial. Nada mais falso. O pensamento nacionalista ocupa-se dêste problema como do que há de mais urgente. Apenas não o apreende segundo as linhas do pensar ingênuo seguidas pelos setores reacionários das classes médias e por uma baixa camada de nossa cultura sociológica, todos a serviço da poderosa classe dos latifundiários. Para os representantes dos interêsses desta classe, o problema brasileiro simplifica-se num dilema apenas: ou o país se industrializa às pressas, o que só pode fazer abandonando o campo à própria sorte, isto é, condenando as massas rurais ao pauperismo mais desolador; ou retoma o fio da tradição agrária, perturbada atualmente pelo surto de uma industrialização artificial, inconveniente e impossível, qualificando-se como grande nação produtora de bens de consumo alimentar, capacitando-se a exportá-los em larga escala e dando melhor ração ao povo. É bem de ver que para os teóricos dêste dilema simplista só na segunda perspectiva haveria possibilidade de melhoria das condições de vida da massa proletária rural, pois, conforme imaginam, significa valorizar-lhe o trabalho e a produção, hoje desprestigiados em proveito da acelerada corrida industrial. Não nos estenderemos sôbre a variedade de aspectos em que se desdobra êste ingênuo, falso e insidioso argumento. De um modo ou de outro, comanda grande número de pronunciamentos da consciência simplória, o mais injusto dos quais consiste em afirmar que os pensadores nacionalistas são inclinados a ignorar o problema agrário, tal o endeusamento da indústria, ou a minorizar-lhe a importância. Estamos, ao contrário, convencidos, sem jactância, de que sòmente em bases nacionalistas será possível realizar a reforma agrária atualmente indispensável ao Brasil.

É um tema de grande complexidade e não admite ser tratado na forma simplificada e dogmática que lhe desejam dar muitos daqueles que por ela propugnam apenas para se opor às tendências progressistas do desenvolvimento, que ameaçam abalar-lhes o mundo de crenças e de interêsses materiais, e na verdade seriam incapazes de dizer em que consiste ou como fazê-la. A diferença nos modos de trabalho e nas relações de produção entre a cidade e o campo, decorrente da divisão social do trabalho, constitui uma contradição na estrutura da sociedade, ainda hoje não resolvida, e condiciona em cada um dêsses setores modalidades particulares ao desenvolvimento das respectivas fôrças produtivas. Considerando-se um País como o nosso, onde as formas

de trabalho rural se contam entre as mais atrasadas, o desnível entre o avanço do processo do desenvolvimento em seus aspectos industriais, por isso urbanos, e em seus aspectos agrários torna-se cada vez maior e mais visível. A desigualdade alcançou presentemente um ponto tal que veio a se constituir em elemento da nossa consciência coletiva. Só agora isto acontece, e se deve ao progresso do ramo urbano do desenvolvimento. Por isso, nos dias atuais começa a surgir como tema imperioso a questão da existência agrária, e impostergável a necessidade de alterar a presente situação. Antes, o tema não tinha o mesmo relêvo, não figurava entre as preocupações do pensamento crítico, porque não havia razões para tal, uma vez que o País aceitava tàcitamente a sua condição atrasada. Foi preciso que o processo industrial avançasse bastante, para surgir a consciência do problema agrário, na forma em que hoje afeta a nossa sensibilidade social. Por esta reflexão se vê a íntima correlação entre ambos, o que demonstra não poderem ser apreciados senão de um ponto-de-vista mais amplo, o da totalidade nacional.

Nas condições do nosso trabalho rural, primitivo, espoliado, em grande parte ainda feudal, não havia fundamento para surgir a consciência da necessidade de uma reforma agrária, pois não a conceberiam nem as massas servis, dispersas e ignorantes, sem possibilidade de formular qualquer projeto humano de destino para si, nem os proprietários, que nela não tinham então nenhum interêsse. Na fase atual, porém, tendo o País alcançado significativo nível de desenvolvimento industrial urbano, a contradição entre êste e o do campo assume tamanho vulto que começa a penetrar a consciência do trabalhador rurícola, forçando a classe dos senhores de terra a se preocupar com o problema. Sabendo que o término das presentes relações de produção será também o fim do seu domínio e das vantagens excepcionais de que desfruta, a classe senhorial verifica que precisa antecipar-se a todos, propondo, antes que outras fôrças sociais o façam, uma reforma agrária, que conterá sem dúvida algumas restrições aos seus atuais privilégios, mas deixando-a ainda em condições confortáveis. Explica-se assim porque, de início, o tema da reforma agrária aparece cultivado pelos setores reacionários, e igualmente se explica porque os grupos de vanguarda e certa parte do pensamento nacionalista manifestou falta de contato com o problema. Era porque, em tal fase, pensar a reforma agrária nos moldes da necessária transformação do regime de trabalho no campo constituía intento prematuro, e pensá-la na maneira como a apresentavam aquê-

les que a debatiam, repugnava aos que dispunham de consciência crítica. Por isso, foi preciso que o processo global do nosso desenvolvimento avançasse até o ponto atual, para que se revelassem ao pensamento crítico os dados autênticos do problema, as relações dêle com a totalidade nacional, permitindo discernir a solução razoável. Sabemos hoje que esta se cifra em atenuar a contradição entre o trabalho citadino e o rural, mediante um conjunto de medidas políticas que transformem as relações de produção e o regime de propriedade da terra, a que está acorrentado o trabalhador da roça. Êste é o objetivo. As particularidades do método são numerosas e implicam medidas econômicas, jurídicas, assistenciais, entre as quais avulta em primeiro lugar a divisão do latifúndio e o confisco pelo Estado das propriedades inaproveitadas, para serem entregues aos camponeses, e, ademais, a posse legal da terra por aquêle que a cultiva, a associação dos produtores em organismos coletivos de produção, a mecanização do trabalho, a melhoria da habitação familiar, o fornecimento de energia às áreas rurais, o crédito efetivo para custeio das safras, o acesso fácil aos mercados consumidores, a facilidade de transporte, a alfabetização das populações, a higiene e a assistência médica. São apenas medidas práticas sôbre as quais não nos detemos, pois nosso intuito limita-se a expor os princípios de um programa nacionalista. Êstes a rigor resumem-se nos dois pontos seguintes: suprimir as relações de servitude, ainda existentes, e incorporar o campo ao mercado nacional, do qual ainda está em larga margem ausente. Êsses dois itens reclamam ser englobados na visão dialética do processo nacional, onde se diferenciam fases múltiplas. A fim de pensar em concreto, é preciso, para cada fase, examinar as condições exigidas para fazê-la passar à fase seguinte. Assim, trata-se, por enquanto, de implantar no campo o sistema de relações capitalistas de produção, naquelas áreas onde vigora : tualmente a etapa precapitalista mais retardada, como primeiro passo para libertar as populações rurais das formas feudais e semifeudais de produção, dando-lhes salário em moeda e abrindo-lhes o acesso ao mercado de bens de consumo. Nas áreas onde já funcionam até certo ponto as relações capitalistas de produção, a reforma consistirá em estabelecer medidas que as impulsionem para a fase seguinte do processo social.

O pensamento nacionalista não está alheio a êste problema, apenas não o considera de modo ingênuo, como se fôsse questão local, restrita, nem tampouco o discute em abstrato e sim o coloca na perspectiva do processo nacional enquanto totalidade diferenciada em fases sociais distintas. E justamente porque percebe as conexões de tal problema com o todo da realidade, compreende que numerosos componentes do processo da reforma agrária estão situados fora do campo, dizem respeito ao progresso da industrialização, que fornecerá as bases da mecanização da lavoura, da eletrificação rural. São fatôres que determinam pressões econômicas internas, exigindo o alargamento do mercado consumidor, a divisão dos latifúndios, e muitas outras medidas que vêm pôr um paradeiro ao sistema colonial ainda em grande parte vigente. Tudo isto são peças componentes do processo de reforma agrária, que não deve ser entendido, conforme desejariam os reformadores retrógrados, como problema local, da região agrícola, e muito menos como problema moral, a ser resolvido por pequenas alterações da presente situação. As condições objetivas que começam agora a exigir a inadiável transformação da vida agrária geram-se dentro e fora do campo, e as premissas teóricas que permitem deduzir o elenco de medidas práticas, são conteúdo de uma só consciência crítica, a que reflete a totalidade do processo de desenvolvimento no grau em que agora se encontra. Se não fôr concebido como dado da totalidade nacional, o problema da existência do homem do campo, sendo pôsto em bases exclusivamente econômicas, corre o risco de se ver convertido em "questão", o que constitui forma de colocá-lo à margem das preocupações centrais do pensamento político, de considerá-lo à parte, destacando-o do todo, e por isso confundindo-lhe as possibilidades de justa interpretação. Levada ao extremo, a ingenuidade no exame dêste assunto atinge as raias da comicidade ao admitir que a reforma agrária constitui questão de consciência. Temos aí um típico exemplo das confusões a que o moralismo ingênuo e reacionário conduz.

Para nós, o problema agrário consiste antes de tudo em transformar as relações de produção no trabalho do campo, com o fim de elevar o padrão de existência do operário rural. A essência social do problema comanda todos os demais aspectos. Por isso, mostram-se inadequadas as concepções que acentuam privilegiadamente tal ou qual aspecto formal da questão, o jurídico, o moral etc., em detrimento da compreensão global, de ordem sociológica e filosófica. A reforma agrária tem por fim, fundamentalmente, humanizar a existência do trabalhador da gleba, o que só será conseguido modificando-se o atual sistema de trabalho. Sem a correta teoria da existência humana, que aponte o rumo das transformações realmente humanizadoras da vida individual, apoia-

da na teoria da sociedade, que estabeleça e pondere os fatôres objetivos em presença, mostrando o papel básico do modo social de produzir, não será admissível falar criticamente de reforma agrária. Seria perder-se em minúcias, reclamar medidas tópicas, pequenas e discretas melhorias, contentar-se com o debate menor. Não nos devemos esquecer que os autores reacionários de propostas de reforma agrária derivam-nas da teoria da existência humana, de que estão convencidos. Eis porque é ingênuo, e quase ridículo, esperar que a reforma agrária no Brasil possa ser promovida por governos, federal ou estaduais, constituídos em sua maior parte de latifundiários, ou tendo nessa classe as suas raízes políticas. Se isso pudesse acontecer seria coisa inaudita na história, ver-se uma classe decretar a restrição dos seus privilégios sociais, por abnegação para com os desamparados. A não ser que se apresentem condições para fazê-lo por via revolucionária, sòmente quando o desenvolvimento da consciência nacionalista nas massas camponesas, conjugado ao movimento dos trabalhadores urbanos, conseguir elevar às assembléias legislativas e aos postos de direção um número suficiente de legítimos representantes do campesinato, será lícito esperar o projeto racional de reforma agrária. Antes disso, teremos de assistir apenas a grosseiros e mistificadores ensaios de "reformas", insinuadas pela classe de grandes proprietários ou por instituições de simples socorro espiritual, que visam na verdade a diminuir um pouco a ameaça de irrupção das massas rurais, supondo que se antecipam aos seus anseios, realizando-os, antes que elas mesmas o façam com sua própria fôrça. A verdadeira transformação da existência do homem do campo sòmente será realizada quando se tiverem reunido em todos os setores do País as fôrças sociais que a possam levar a efeito. Ora, estas fôrças são, no próprio campo, as massas rurais, mas são, também, as massas urbanas, em cuja consciência se apresenta como medida consentânea com os seus interêsses, e justificada pela ideologia progressista que naturalmente adotam. Tratando-se de derrocar os privilégios da classe dominante no campo, os latifundiários e seus serviçais, não é possível contar senão com a fôrça das massas oprimidas no campo e na cidade, associadas aos setores de outras classes para os quais haja igualmente interêsse em ver promovida a reforma agrária. Pensar fora dêste molde é fazer do tema objeto de considerações morais e cair na simploriedade de apresentar um problema social como se fôsse um dever de consciência moral. Eis porque consideramos que o processo cujo desfecho será a lei agrária se faz na sociedade em conjunto, e mesmo até, nas fases iniciais e médias, desenrola-se mais nos centros urbanos, sob forma de ativa industrialização e surgimento de uma mentalidade de vanguarda em nossos operários, do que na própria área rural, onde de momento não estão presentes senão em pequena parte as condições que permitem a consciência da necessidade da sua transformação. De todo modo, porém, a mudança na existência agrária, representando a troca do padrão de vida do contingente humano mais extenso da comunidade nacional é tarefa que incumbe às massas como fôrça consciente, a que trarão valioso concurso alguns setores de outras classes sociais a quem a humanização da vida rural também possa interessar.

Entendemos que a reforma agrária implica transformar as relações sociais, atualmente prejudiciais para o rurícola, desamparado e espoliado por um regime ainda em grande parte feudal de produção e pela alienação do trabalho. O remédio para êste inadmissível estado não consiste na pura e simples divisão e distribuição das terras aos seus reais ocupantes, ainda que tal medida seja, como é, imprescindível. Se apenas isto fôsse realizado seria muito pouco e, desarticulado do entendimento geral do problema, de reduzido alcance prático. Sòmente no quadro do processo geral do desenvolvimento, onde muitas das modificações já realizadas, ou em curso, são na verdade fragmentos de uma reforma agrária em marcha, sòmente nesse quadro as medidas locais, econômicas ou jurídicas, encontram razão de ser e garantia de resultados. A reforma agrária constitui aspecto particular do processo geral da sociedade, do movimento transformador de tôdas as suas estruturas, e não se realiza apenas pela ação da fração social diretamente interessada, mas pela comunidade tôda, em conjunto. Permanecendo dominante a figura do grande latifundiário, do "coronel" prepotente e retrógrado, do fazendeiro ausente, do arrendatário explorador, da emprêsa estrangeira açambarcadora da produção, conservado o sistema de crédito privilegiado a certas áreas e culturas, distribuido como munificência do poder aos apaniguados políticos, desprovido o interior de vias de penetração e circulação mercantil, o estado de pauperismo agrário em nada seria modificado pela simples declaração jurídica de propriedade de diminuto pedaço de terra, logo fraudada nos seus efeitos libertadores por manobras econômicas que a anulariam como medida progressista. A posse da terra pelos seus reais trabalhadores,

os colonos que aí labutam, só terá valor de passo inicial para modificar as condições reais de vida se fôr acompanhada das demais medidas que assegurem a abertura do mercado, a quebra da atual correlação entre a oferta e a procura da mão-de-obra e a instituição das relações capitalistas nas áreas onde ainda não existem. A divisão e a posse da terra são medidas justas e indispensáveis mas, por si sós, incompletas. A elas têm de seguir-se muitas outras, impostas pelo processo econômico total do País, porque a reforma agrária não se reduz a um problema jurídico apenas, mas é de cunho existencial, diz respeito ao modo de ser do homem que trabalha a terra, modo de ser que reflete a etapa vigente do processo de desenvolvimento. Não nos esqueçamos que o quadro de espantosa desumanidade como nos aparece a existência do nosso trabalhador rural representa um modo de ser do homem; é um tipo de existência. Se o desejarmos abolir, temos de indagar das causas que o explicam. Verificaremos que estas são bàsicamente de ordem econômica, as relações de produção e o regime de trabalho, tendo por cobertura formal um sistema de relações jurídicas e uma constelação de valores éticos, que se destinam a justificar o estado vigente. Se o quisermos suprimir, humanizando o homem do nosso interior, temos de suprimir tôdas as causas que se conjugam para estabelecer o atual modo desumano de existir.

A reforma agrária não resulta de um decreto mas da conquista de novo momento de um processo. Não depende de decisão intelectual, mas da dinâmica dos fatôres reais da sociedade inteira. Não há, a rigor, reforma "agrária", pois não se trata de reformar o campo, mas a totalidade da realidade nacional. A impressão que às vêzes alguns pensadores nacionalistas terão dado de se desinteressar dêste problema resulta de o verem em perspectiva mais geral que a dos seus interlocutores e, quase sempre, adversários. Não colocam o desenvolvimento na dependência da reforma agrária, mas esta na dependência daquele. Pelo mesmo motivo, não cabe falar de reforma agrária senão como processo social no tempo histórico. Não se identifica a um ato isolado, perfeito e final, mas à série de transformações que modificam a vida do homem do campo e o integram na cultura e na riqueza do país. Faz-se não apenas pelas medidas executadas no campo mas também por aquelas que se realizam fora do espaço rural, no âmbito urbano, pois na verdade dizem respeito à estrutura geral da sociedade. Sendo o contingente rural a parte majoritária da população, as modalidades de relação de produção e de estado cultural aí predominantes caracterizam o

ser geral da sociedade. É pois no âmbito da sociedade como um todo, e não, isoladamente, no das suas áreas rurais, que se tem de pensar o problema agrário. Tôda formulação restritiva do problema, que o destaque do contxeto geral onde se insere, peca contra a categoria de totalidade, que vimos ser reguladora do pensar crítico. Conduz portanto, à falsidade nos julgamentos e à ingenuidade nas atitudes. Lança o espírito nas veredas das fórmulas simplistas, e estabelece o conceito ingênuo de antagonismo entre "indústria" e "agricultura", inteiramente imaginário no modo como é proclamado pelos nossos respeitáveis economistas arcaicos. É verdade existirem pessoas de modestos recursos intelectuais que acreditam nesta solene simploriedade; mas, a maioria dos que a veiculam pela imprensa são perfeitamente conscientes de defender interêsses objetivos bem determinados. Infelizmente, são os de uma classe retrógrada, de velhos terratenentes, outrora radicados à feitoria que exploravam, e hoje a maioria dêles trasladados para os centros urbanos, onde desfrutam do confôrto que lhes é assegurado pelo trabalho dos servos. Quer isto dizer que a grande maioria dos proprietários de terras já fêz para si, como classe dominante, a reforma agrária, que consistiu, para êles, em se transferir a outro modo de ser, a outro local, a cidade, onde elevaram o seu padrão de existência. O que se tem a fazer agora, é realizar a mesma reforma de nível de vida, para aquêles que desejem permanecer no campo.

É natural que os senhores de terras, que continuam a ser homens do agro pelas origens da sua riqueza, não a queiram prejudicar pela modificação das bases onde assenta. Para isso tentam, em primeiro lugar, valorizar a sua condição de homens do interior, procurando fazer-se passar por tais, ainda quando existencialmente não mais o sejam, e mobilizam para êsse fim o conteúdo de emoção que a imagem da vida agrícola transporta. A visão do velho Brasil, patriarcal, pitoresco, romântico é sempre emocionante e desperta vibrações que com dificuldade se extinguem. Em seguida, buscam canalizar para a produção rural créditos e recursos financeiros em quantidades crescentes, sob a alegação, em si justa, de que cada vez há maior número de bôcas a nutrir. Entretanto, por traz destas exigências normais e legítimas esconde-se a certeza de que todos os recursos atribuídos ao desenvolvimento agrário redundam na verdade em maior enriquecimento dos possuidores dos meios de produção no campo. Pleiteiam medidas de amparo à lavoura e à pecuária, porque esperam permanecer como os

maiores participantes dos seus frutos. Eis o motivo pelo qual a mentalidade atrasada, que se bate pela predominância da economia agrícola sôbre a industrial, não se declara abertamente contrária à reforma agrária, e até mesmo tenta realizá-la a seu modo, embora na verdade não a deseje, e por isso, profere apenas tímidos encorajamentos às medidas que a concretizassem, sempre cercando-a de tais limitações que, de fato, importam anulá-la. Tal a razão de não ser possível esperar que um órgão legislativo onde predominem os latifundiários, os seus clientes, agregados e dependentes, diretos ou indiretos, venha a formular o projeto racional de transformação da existência campesina. Os grupos de exploradores da atual miséria do interior brasileiro não a remediarão, porque êsse gesto importaria, como dissemos, em abolir-se a si próprios como classe, o que jamais aconteceu na história. Para levar a cabo a necessária e urgente modificação da existência camponesa torna-se imprescindível que outros grupos sociais a executem. Outras fôrças, as que se capacitarem da sua premência e utilidade, quando munidas de justa consciência da realidade nacional, devem aprestar-se para empeendê-la. Tais grupos perfilam-se entre os mais representativos da ideologia do desenvolvimento. Mas justamente porque possuem superior compreensão do problema, porque o situam no âmbito da totalidade da nação, não o consideram como aspecto local, isolado, parcial, e sim como momento de um processo único. Não adianta reünir um cenáculo de pessoas cultas e bem intencionadas para estudar o problema da reforma agrária, se forem cada qual representante de um ponto-de-vista particular. De tal grupo heterogênio não poderá sair qualquer projeto útil, pois a resultante dêsse sistema de fôrças díspares não é média e sim nula. É impossível pretender conjugar numa solução final os interêsses antagônicos; não há resultante média num processo social em que necessàriamente tem de ocorrer a vitória de uma fração sôbre a outra. É preciso que se configure o sistema de fôrças objetivas que determine como efeito a passagem a um novo momento, constituído em seu conteúdo por êsse mesmo sistema, para que se venha a decretar a legislação agrária conveniente, enquanto forma jurídica de uma situação objetiva já instituída. Não é a legislação que determina a reforma agrária, é a efetiva ocorrência de uma reforma da realidade da existência humana e das relações de produção no campo que se manifesta sob as espécies de lei agrária.

O pensamento nacionalista não está desatento à reforma rural, apenas a concebe na totalidade da reforma nacional. Para esta tem uma teoria, o nacionalismo, e começa a exercitar-se numa prática criadora de conceitos e valores, a da luta pela humanização do homem brasileiro, visando a suprimir tôdas as alienações que lhe afetam o trabalho. na roça ou na fábrica. Não se apresenta menos urgente a reforma fabril do que a agrária. Em ambos os casos, o importante está em fazer chegar às mãos do verdadeiro trabalhador os benefícios da produção social. Nas atuais condições, tôda vez que o Estado favorece com medidas de crédito e assistência financeira as regiões agrícolas, nada pràticamente chega ao lar do seringueiro, do caboclo que colhe o babaçu, da camponesa que apanha o algodão, do "camarada" que extende o café no terreiro, ou do peão que tange o gado para as invernadas. A intermediação da camada proprietária absorve todos os recursos e melhorias, e por isso cria-se para ela esta situação contraditória: de um lado, reclama a reforma agrária, que imagina trazer o aumento dos lucros a que está habituada, e de outro lado, não a quer tão completa que ultrapasse os limites em que sòmente a beneficie. Esta contradição vicia todo tratamento do problema por agentes dos interessados em manter a atual estrutura colonial e paternalista da existência campesina. Ùnicamente os portadores da consciência crítica da realidade nacional estão habilitados a dar ao problema a correta solução.

10. *A política internacional de plena soberania*

Talvez fôsse lícito dizer que neste item se concentra a totalidade do programa nacionalista. Com efeito, o supremo traço distintivo da realidade da nação subdesenvolvida é a ausência de soberania. No plano internacional suas ações são comandadas pelo sistema de fôrças que a domina. Não tem expressão própria, pois não figura como sujeito histórico livre e sim como reflexo da nação soberana a que está ligada por dependência econômica. Não constitui um ser para si, não enuncia no plenário mundial uma opinião onde retrate a vontade do seu povo, mas acompanha dòcilmente a do grupo de que não sabe se desvincular. Vive uma vida internacional simbólica, de empréstimo, não é na verdade uma nação entre outras, e sim o eco das verdadeiras nações, pratica os gestos que lhe são ensinados e se automatiza no espelhar as decisões alheias. Com isso secionam-se de sua base interna tôdas as manifestações da sua conduta externa. Quando, porém, começa a dar os primeiros passos na senda da

independência econômica, e quando, portanto, principia a ter condições para possuir certo conteúdo de vontade, que procurará fazer valer, a falta de correspondência entre a consciência interna, incipiente mas em alguns pontos já conhecedora dos seus propósitos, e o aparelho de que dispõe para a atuação externa, determina que a sua diplomacia continue a funcionar sob o comando da nação dirigente do sistema de dominação, cada vez mais desvinculada de condicionamentos interiores. Cria-se, uma situação de progressivo desentendimento entre a vida internacional e a nacional, do país. Os agentes de sua atuação externa vão-se desligando de compromissos com a realidade da nação e vivendo cada vez mais a da inter-nação, representada pelo sistema de domínio. Em vez de ser agentes do país no exterior são agentes do exterior no país. Êste perde contato efetivo com o mundo, pois os emissários que o deveriam estabelecer são guiados por eflúvios vindos de fora. O país subdesenvolvido tem uma diplomacia de etiqueta, só para uso de cerimônia, para representação formal no plano internacional. Não lhe traz benefícios, e mesmo, talvez, em alguns casos contra o propósito dos seus executantes individuais, tão fascinados que disso não se apercebem, só lhe acarreta servitude e aumento de exploração. Desta forma, o aparelho que deveria servir à comunicação internacional dá em resultado a incomunicabilidade do país, pois aquêles que por êle falam não são realmente porta-vozes do que tem a dizer. A alienação, quase universal, dos seus representantes diplomáticos, leva a nação subdesenvolvida a se constituir em ser histórico afônico que ninguém de fora escuta, porque o que tem a dizer não lhe chega aos ouvidos, e o que ouve é apenas o eco da palavra alheia. O mais grave, porém, é que a privação de soberania não arrasta apenas o país a se fazer caudatário do protagonismo alheio nos prélios internacionais, mas importa na intromissão da potência dominante na vida interna da nação pobre, especialmente pela influência que exerce sôbre as deliberações da sua política econômica. Se o primeiro aspecto representa o aulicismo da nação dominada, o segundo corporifica o imperialismo da nação dominante.

Em ambos os casos, existe uma razão comum para estas inadmissíveis atitudes: a ausência de soberania, de que padece a nação subdesenvolvida. O livre exercício da tôdas as modalidades de domínio é permitido pelo primarismo do desenvolvimento nacional. Por isso, qualquer movimento que signifique elevação na escala do desenvolvimento torna-se sinônimo de aquisição, ao menos potencial, de soberania. Se

o incremento desta qualidade define o processo do desenvolvimento, deve-se medir o grau de avanço da realidade nacional pelo teor de independência demonstrada pelo país no trato internacional. No entanto, a correspondência entre ambos fica impedida em grande parte pela influência da nação dominante. Graças aos seus recursos de pressão consegue ela que, por algum tempo, o país em crescimento se desenvolva materialmente mas sem exibir no concêrto mundial as características de autonomia que a sua real situação lhe facultaria. Produz-se intencional retardo entre o vigor do processo interno e o da ação externa. Disso se vale a potência colonizadora para proceder como se ainda prevalecesse a situação de total inexistência de fôrças interiores de desenvolvimento. É exatamente em fase dêste tipo que nos encontramos. Claro está que se trata de período transitório e que, prosseguindo o desenvolvimento, breve chegaremos ao ponto no qual se romperá a falsa correspondência entre o interior, pleno de atividade, e a vida de relação mundial, débil, incolor, inexpressiva, obediente aos interêsses da nação hegemônica. Aproximamo-nos de uma crise, certamente produzida por algum ato mais violento da pressão imperialista, em que de repente o País perceberá achar-se dotado de alto poderio internacional e resolverá agir em concordância com a consciência dêsse fato. Por enquanto, porém, persiste o descompasso e a falta de correspondência, sem embargo de um ou outro fraco e confuso pronunciamento, de algumas pretensões ainda abstratas, mais significativas como alvissareiros sintomas de futura virilidade do que como operações capazes de nos trazer imediatos resultados úteis.

À medida que progride o nosso desenvolvimento articulam-se contra êle manobras de pressão externa, que por algum tempo são infelizmente bem sucedidas. A existência de uma camada de empresários e de políticos ligados ao capital externo assegura aos interêsses estrangeiros uma coorte de emissários e agentes internos com forte poder de decisão. Dirigindo setores vitais da política financeira ou diplomática do País, imprimem-lhe naturalmente os rumos que satisfazem as suas convicções e conveniências, em alguns indivíduos com tranqüila consciência de servir lealmente à nação. Só a correta percepção teórica do processo histórico do desenvolvimento seria capaz de fazer frente às insidiosas afirmativas dos porta-vozes dêsses interêsses, demonstrando haver outros, em ascenção, contrários a êles. Como parece difícil acreditar que tal teoria seja admitida pelo próprio indivíduo que se beneficia da situação criticada, verifica-se que terão

de ser outros, os que irão anular a ação dos representantes da etapa declinante. Sòmente quando nos investirmos dos predicados de nação soberana, ou seja, quando as fôrças autênticamente nacionais se apossarem do comando do processo econômico e financeiro, chegaremos ao grau superior do desenvolvimento, caracterizado pela condição de "desenvolvimento para si". Até lá, estaremos realizando um desenvolvimento controlado por estranhos, a serviço dêles; na verdade, estaremos efetuando um "desenvolvimento para outro". Iremos nos desenvolvendo até o ponto, e no ritmo, em que não ponhamos em perigo a supremacia das atuais grandes potências. Convém não esquecer que o Brasil figura entre as duas ou três únicas nações do mundo atual que possuem condições de alcançar o plano máximo de grande potência, mediante rápido e iminente desenvolvimento. Sua extensão, riqueza de recursos e possibilidade de mercado interno credenciam-no a tanto, e disso melhor sabem os outros do que nós. Não é sem motivo que nos consideram como espaço econômico a ser imediatamente ocupado, antes que nós mesmos dêle tomemos conhecimento e posse.

Enquanto permanecermos na etapa de economia periférica, complementar das economias capitalistas dominantes, teremos de viver um processo econômico reflexo, servindo preferentemente aos dominadores e só secundàriamente a nós próprios. Esta situação de complementaridade econômica espelha-se no comportamento de servitude política internacional e de subserviência diplomática. Explica-se, assim, a constante intervenção de influências externas em nossa política cambial. As tentativas de resistência que por vêzes esboçamos são tímidas, intermitentes e inconseqüentes, e por isso não é de estranhar que, com um pouco de paciência por parte dos dominadores e um ligeiro aumento de pressão política e econômica logo venhamos a ceder, se não de uma vez, mas aos poucos, às indicações dos órgãos internacionais controladores do sistema financeiro a que pertencemos. O progressivo alargamento do mercado livre de câmbio, é disso bom exemplo. No país que elabora o projeto autônomo de desenvolvimento o monopólio do câmbio pelo Estado constitui instrumento essencial da sua soberania. Significa a possibilidade de executar as metas governamentais, em virtude da posição privilegiada do Estado como vendedor das divisas produzidas na exportação pelo trabalho do povo. Mas tal condição não convém aos grupos estrangeiros aqui acampados, que precisam remeter lucros, "royalties", dividendos, pagamento de técnica etc., e para isso desejam ter livre acesso à compra

de divisas fortes. Ao alargar a área do câmbio livre o Estado está abdicando de um direito e se despojando de um instrumento que lhe facilita realizar os itens de sua política de desenvolvimento. Renunciando a discriminar as importações, ou seja, permitindo que operem na área interna quaisquer espécies de iniciativas comerciais, mesmo as desnecessárias, supérfluas ou parasitárias, o Estado comete êrro funesto, e retarda o desenvolvimento das iniciativas oportunas em base nacional autêntica. Diminui seu poder de intervenção no processo social, deixando-o ao sabor das conveniências particulares, em larga parte representadas por interêsses estrangeiros. Não é à-tôa que o esfôrço propagandístico mais intenso dos serviçais do capital estrangeiro se faz no sentido de exaltar a ideologia da "iniciativa privada". Claro está que essa política convém a tôda classe de exploradores do trabalho nacional, e por isso vêmo-los convertidos em teóricos e sacerdotes do culto à iniciativa privada, que, errôneamente, confundem com a defesa da liberdade democrática. Por evidente imposição dos organismos internacionais de crédito, que nos acorrentam a empréstimos em condições onerosas, caminhamos na direção oposta à que nos seria conveniente. O Brasil, enquanto não atingir a efetiva soberania, não pode ter mercado livre de câmbio senão em escala reduzidíssima, que melhor seria nem mesmo existisse. O mercado livre é um luxo incompatível com a etapa ainda inicial do nosso desenvolvimento econômico. Constitui um prejuízo permanente ao nosso esfôrço de crescimento autônomo. Quando alargamos a área livre estamos cedendo a imposições das potências que desejam ter facilitada a sua atuação em nosso meio para intensificar a evasão dos nossos recursos. Os eventuais proveitos para certas exportações regionais, resultantes dessa política antinacional, apregoada pelos insinceros advogados de alguns interêsses locais como justificativa para tais manobras, podem ser obtidos por outros meios, que não acarretariam os malefícios da extensa liberação cambial. Quando, por decreto das nossas autoridades monetárias, fazemos as divisas fortes subirem de preço no mercado de câmbio livre estamos adquirindo um acréscimo de autonomia, pois, além de outras conseqüências úteis, procedemos em sentido oposto ao do interêsse estrangeiro. Trata-se, na verdade, do que se poderia chamar, filosòficamente, um caso de doação de "sentido para nós", à moeda estranha. A falta da teoria econômica do desenvolvimento em bases nacionalistas vê-se suprida pela teoria do desenvolvimento em bases realmente entreguistas, embora inconfessadas. Ne-

nhum agente dos interêsses estrangeiros confessa essa qualidade, mas o que nos importa é a lógica objetiva da realidade, e não os argumentos dos professôres de economia. A determinação decorrente da lógica dos fatos indica ser antinacional tôda política de reforma cambial que diminua o poder regulador do Estado no mercado de divisas e favoreça a remessa de lucros do capital alienígena.

Citamos êste aspecto da nossa política econômica apenas para mostrar quão longe ainda estamos de possuir verdadeira soberania de decisão. Por isso, o programa nacionalista do desenvolvimento nacional tem por objetivo supremo conquistar plena soberania para a nação.

11. *A educação popular para o desenvolvimento*

Temos, em diversas passagens do presente trabalho, comentado o papel da educação para o desenvolvimento. Não vamos insistir neste particular, mas apenas consignar a suma importância dêste item do programa de desenvolvimento segundo as diretrizes nacionalistas. O tema exige explanações amplas, mas só cabe aqui indicar a necessidade de examiná-lo. O desenvolvimento se acompanha sempre de um processo de transformação qualitativa da consciência nacional. Tal consciência está em relação dialética com as modificações objetivas da realidade: de um lado, é produzida pelo grau de apropriação do real por parte da comunidade, para seu benefício, mas por outro lado, o domínio da realidade depende da percepção que a consciência social tem do estado da realidade e da lógica dos acontecimentos. Quando falamos de consciência em geral, dizemos sempre a da comunidade em conjunto, portanto, predominantemente a consciência das massas, e não a de uma suposta elite minoritária de dirigentes e proprietários. Logo, a educação, consistindo no processo pelo qual se expande e multiplica a consciência social útil, tem de ser fundamentalmente popular. O desenvolvimento implica o progresso da consciência, e êste se acelera pela educação, mas para que isso aconteça faz-se preciso que a educação vise à totalidade das massas trabalhadoras e se descaracterize cada mais como privilégio das elites. A elaboração da teoria educacional exigida pela presente fase do desenvolvimento nacional se apresenta como uma das mais difíceis tarefas das fôrças de vanguarda do nacionalismo. Não pode ser confiada aos pedagogos oficiais, personagens ausentes do processo histórico real, permanentes visitantes

das organizações acadêmicas metropolitanas; também não constitui matéria de ensino, e por isso escapa à alçada dos professôres ordinários de disciplinas educacionais, na sua maioria marginais da cultura, desocupados em atividades simbólicas. A educação de que o país em esfôrço de desenvolvimento necessita é assunto eminentemente político, e deve ser definida, sob a inspiração de justa teoria sociológica do processo nacional, pelos representantes políticos da consciência comunitária.

Um dos bons exemplos do modo ingênuo de pensar está em afirmar que a revolução de que necessitamos terá de ser feita não pela espada nem pelo voto mas pela escola. Deparamo-nos aqui com uma das simplicidades em que incorrem até mesmo dignos e respeitáveis expoentes do pensamento de intenção nacionalista. A escola e a universidade não podem fazer a revolução de que o Brasil precisa, simplesmente porque é a revolução que tem de fazer a escola e a universidade de que o Brasil precisa. A escola não faz a revolução, porque a revolução tem de ser feita nela; logo, será conduzida por outras fôrças, que nela terão de operar a transformação indispensável. É inútil e ingênuo esperar que a universidade se reforme a si mesma, por iniciativa exclusiva dos elementos que a compõem, professôres e alunos. Não existe na história exemplo de tal fato, de um grupo de privilegiados—no país subdesenvolvido onde a educação é um benefício de classe, a rigor, até os alunos o são—, instalados num castelo de sinecuras, honrarias e vitaliceidades, abrir mão dos proveitos em que se reclinam e assumir o papel de fator de vanguarda no processo social. A função proveitosa que a universidade deve desempenhar terá de lhe ser imposta de fora para dentro, pelas fôrças políticas, particularmente as massas trabalhadoras organizadas, que, ao impulsionar a alteração da sociedade, a transformarão em órgão cooperante no desenvolvimento do País. No estado de subdesenvolvimento, caracterizado pela inevitável alienação cultural, a universidade não passa de simples ornamento social, cenáculo de marginais cultos e de ociosos mais ou menos instruídos. Em tal estado, a universidade não é exigida como fôrça propulsora da comunidade, pois os elementos que objetivamente movem o processo nacional, justamente porque são ativos, estão situados fora daquela área, não precisam ir ali aprender como fazer o que de útil estão fazendo. A universidade, mero requinte do luxo da classe dominante para alojar os seus rebentos intelectuais, permanece à margem do movimento social, pois não tem nêle qualquer papel a desem-

penhar. Claro está que esta situação desaparecerá em breve, quando não fôr mais permitido ao País o sustento de custosas suntuosidades sem efeito social proveitoso.

A escola não existe desligada da consciência das classes que legislam sôbre a educação, é sempre aquilo que as camadas dirigentes acham que deve ser. Não há "educação", em caráter abstrato, e não ser na fala dos publicistas simplórios. Há sempre "uma educação", aquela que concretamente se cumpre no âmbito social, por serem tais as condições de seu exercício e as idéias que a orientam. Se julgamos imperioso proceder à reforma educacional do País, então temos de compreender que se trata de substituir "esta" por "aquela" educação, ambas concretas no seu conteúdo, nas suas intenções, ou seja, ambas dependentes de uma ideologia social. Quando criticamos a ineficiência do sistema educativo atual só o fazemos porque julgamos não estar produzindo o resultado concreto que almejamos, porquanto, a não ser assim, não há escala para referir o que consideramos como educação errada ou deficiente. Só à vista de um projeto social, em nosso caso o desenvolvimento do País em base democrática, se avalia o significado de uma política educacional. Os índices externos são preciosos, evidentemente, mas isolados e em si mesmos nada dizem; temos de apreciá-los à luz do nosso conceito próprio do valor da educação, ou seja do conceito que fazemos da sociedade que desejamos edificar, para proceder à reforma da escola e da universidade. Sem nos extender em comentários, importa-nos apenas assinalar a alta prioridade dos temas educacionais no programa do desenvolvimento em moldes nacionalistas.

12. *A cultura do povo, tendo forma e raízes nacionais*

Consideramos neste item um tema de tamanha amplitude que não admite ser indicado senão nas suas generalidades. A teoria do desenvolvimento e a prática política que lhe corresponde constituem por si nova forma de cultura. A anterior, que se identificava, na visão acrítica, com "a cultura" pura e simples, correspondia à fase do nosso desenvolvimento, que, com razão, se denomina de colonial ou semicolonial. Seus traços marcantes foram a alienação do saber, o mimetismo, a transplantação, o horror aos problemas brasileiros, o modismo metropolitano. Se admitirmos que a transplantação, a alienação, foi um modo de ser inevitável,

dada a etapa de dependência econômica em que o País vivia, compreenderemos que só agora, quando ingressamos na fase de intenso desenvolvimento, estamos em condições de produzir de modo consciente, e em forma crítica, aquilo que antes desejávamos fazer,—exprimir o nosso próprio ser—, mas objetivamente não conseguíamos, porque não dispunhamos de condições para criar instrumentos intelectuais autônomos que nos permitissem interpretar a nossa realidade. Sòmente agora se abre para a cultura brasileira uma era de existência original, onde a produção cultural começa a ser feita para satisfazer à exigência de expressão para nós. Existir para nós, exprimindo o nosso próprio ser, tal é o fim da nova cultura, que o desenvolvimento propiciará.

A sociedade que se engrandece intensifica suas necessidades culturais, não só quantitativamente, porque cada vez maior número de indivíduos se alçam ao plano do espírito, mas também qualitativamente, porque se descortinam novos aspectos da realidade que sugerem idéias, emoções e projetos, cuja tradução se faz pela mão da arte ou que exigem o trabalho interpretativo da inteligência. A sociedade em crescimento mostra-se ávida de cultura, a qual, nos primeiros momentos, vai buscar fora de si, em outros espaços culturais, até que, com o progresso dos seus suportes, a consegue criar dentro de si mesma. É inevitável que se constituam diferentes estilos artísticos, inéditos modos de pensar, linguagem própria, criações arquitetônicas, pictóricas e cinematográficas de caráter novo e original, na sociedade que rompe o cêrco histórico. A conquista de um destino livre representa, por si, feito de tal magnitude, pelo que custou de trabalho, luta e fé, que se oferece como manancial de infinitas criações culturais. Para a nação em fase de eclosão de suas potências criadoras, ver-se a si mesma como o ser que se fêz o que agora é, constitui "motivo" artístico inesgotável. A cópia de sentimentos que sugere é inédita, não se compara em nada ao que experimentava quando se entregava aos motivos alheios. O romancista que concebe os acontecimentos da vida de um personagem imaginário no âmbito do novo país surgido com o desenvolvimento está utilizando um espaço inexplorado e se desligando dos modelos recebidos. O mesmo se dá com qualquer forma de arte sensível às novas condições de existência do povo. Ficará como prova de alienação e arcaismo o culto dos valores estéticos anteriores, os que pertenceram a artistas que, na falta de intensa motivação nacional, autêntica e superior, ou se apegavam ao folclórico, ao colorido dos aspectos elementares da vida po-

pular, ou iam buscar inspiração nas classes cultas dos países metropolitanos. A genuína cultura nacional não constitui, a rigor, um item do programa nacionalista, porque, em verdade, resulta dêle.

Mas, representa um resultado dialético, que reflui sôbre a causa, modifica-a, contribuindo para torná-la mais eficiente. A cultura nacional não deve ser entendida apenas como expressão resultante das condições da existência nacional, pois constitui fator eminentemente ativo do processo de desenvolvimento pelo qual se engendra essa própria existência. Sendo autêntica, nela se refletem, nas modalidades e estilos que assume, as reivindicações populares, nela se manifestam os projetos de ação social que a comunidade sugere, nela vêm à luz os novos valores, os ideais nascentes que começam a reclamar vigência na consciência coletiva. Neste sentido deflui da cultura um efeito positivo sôbre o processo do desenvolvimento, o qual é decisivamente influenciado pelas representações ideológicas, pelas teorias, idéias e exigências artísticas que êsse mesmo processo permite se produzirem. Há, pois, uma relação dialética de ação recíproca entre os aspectos espirituais do desenvolvimento, representados pelas idéias e produtos da criação cultural, e os aspectos materiais em que se corporificam as transformações da realidade. Será tanto mais rica, extensa e original a cultura do povo quanto mais adiantado o desenvolvimento das suas condições materiais de existência; mas, reciprocamente, quanto mais consciência adquirir da sua personalidade cultural, mais identificado se sentir com os objetos da sua criação científica ou artística, melhores recursos terá para compreender a sua realidade, e portanto mais eficazes instrumentos para nela intervir, modificando-a em seu proveito. Com o progresso do desenvolvimento, vai surgindo a consciência crítica mais rigorosa, exigente e exata. A cultura do povo, exprimindo essa consciência em crescimento, desempenha papel unificador, pela forma como apresenta à consciência social a imagem da sua realidade. Dêste modo, unificando o pensamento popular, unindo-o em tôrno dos mesmos objetos da sua criação artística, dos mesmos estilos de manifestação espiritual, concorre para consolidar o esfôrço das massas em contribuir, pelo trabalho consciente, para o desenvolvimento do País. A unidade de cultura que o processo nacional tende a produzir representa no plano da consciência social aquilo que é a totalidade do País no plano objetivo. Não se programa a cultura. No entanto, pode ser objeto de programa a série de medidas de amparo e valoração da nova produção artística e

literária. Só neste sentido consideramos o tema em aprêço. Não se encomenda uma forma de arte ou um rumo de pensamento, não se impõe um estilo. Mas é possível conjugar o surgimento contínuo da nova cultura, derivada inevitàvelmente das condições criadas pelo desenvolvimento, com uma correspondente política educacional das massas, de modo que a sociedade, graças às medidas políticas valorizadoras da criação cultural, tomando conhecimento daquilo que seus homens de letras e artistas estão fazendo, se afeiçoe às obras que começa a produzir e sinta que nelas se espelha a sua original consciência de si e do mundo.

13. *A solidariedade internacional com tôdas as nações em luta pela libertação política e econômica*

O esfôrço que o nosso País deve empreender para conquistar sua plena autonomia não se realiza num espaço histórico vazio, nem se reduz a um combate singular entre êle e uma potência dominante, que o subjuga. Representa uma façanha nacional, tendo por cenário a totalidade mundial, onde outras comunidades se empenham igualmente na luta pela sua libertação. Não pode deixar de figurar na carta de princípios nacionalistas a solidariedade com as nações que se acham em condições semelhantes às nossas e porfiam em alcançar para si os mesmos bens que almejamos. Deve pois ser estabelecido o princípio de nosso integral apoio a essas nações, com as quais convém estabelecer vínculos de amizade e auxílio, organizando, em forma de parciais sistemas de fôrças internacionais, blocos de influência nas assembléias mundiais a fim de defender os interêsses comuns. Basta considerar-se o empenho com que as potências imperialistas, e seus defensores em nosso âmbito interno, se opõem à formação de tais blocos, para se ter completa certeza de que êsses grupamentos políticos são de inteira vantagem para as nações oprimidas. Sobretudo neste momento, quando tantas comunidades do continente africano se levantam e proclamam a sua autonomia política e forcejam por afirmar a independência econômica, é nosso dever estreitar os laços de solidariedade com tais nações, e com as demais do mundo periférico, para travar em conjunto a luta que é de tôdas contra os mesmos adversários. Nada seria mais falso do que acreditar que o pensamento nacionalista aqui esboçado implique

uma política de isolamento no plano internacional, ficando o País ocupado ùnicamente com os seus problemas, com o trabalho de demolir as opressões que o acorrentam, e desinteressado de se associar a outras nações para uma ação coletiva. O nacionalismo não se confina em considerar o processo histórico particular do País, mas o inclui no curso do processo mais geral, o da totalidade das áreas subdesenvolvidas que buscam melhor modo de existência. Se nas exposições e análises dêste ensaio mencionamos com menor freqüência a igualdade de nossa situação com a de outros países em etapas aproximadamente semelhantes, isto se deve à necessidade de discutir com amplitude os aspectos internos da nossa realidade, sem que, entretanto, tal atitude signifique o desconhecimento do quadro mundial onde travamos a nossa luta particular.

Sendo, porém, um pensamento orientado pela teoria dialética do processo histórico, não poderia o nacionalismo limitar-se à mera declaração de solidariedade internacional dos povos em luta pelo desenvolvimento, mas se vê obrigado a apreciar as possibilidades práticas que se oferecem à realização dêsse princípio teórico. A não ser que falássemos de solidariedade em abstrato, impõe-se reconhecer que a solidariedade desejada se define por modos diferentes em cada fase do processo histórico mundial. A que reclamamos para o nosso País, em relação a outras nações, tem de ser definida em função da etapa em que nos encontramos, nós e elas. Não se trata de solidariedade em geral, mas daquela que as circunstâncias permitem que objetivamente se trave e opere feitos úteis reais. O conceito de solidariedade internacional, bem como o de aliança entre classes particulares de nações diferentes, depende da fase de desenvolvimento em que se acham as nações em causa. Verifica-se, assim, o engano que seria conclamar os povos a uma campanha de redenção coletiva, ou apelar para a união dos proletários de tôdas as nações, sem levar na devida conta as diferenças entre os graus de progresso e de autonomia em que vivem tais coletividades. Fazer em têrmos gerais e em fórmulas generosas mas abstratas êsse apêlo, tira-lhe tôda fôrça e eficácia, dá-lhe caráter lírico e torna-o uma boa intenção moral, que não pode executar-se na prática, pois a isso se opõe o desnível entre as respectivas situações no plano político mundial. Se quisermos criar condições objetivas para realizar o ideal de união dos povos e sobretudo dos proletários na sua luta comum pela liberdade, faz-se imprescindível, para evitar ingenuidades e desilusões, que nos aparelhemos com a prévia

teoria dialética, que dialetiza as relações de solidariedade entre nações e entre classes proletárias de países diversos, e nos ensina que a conquista dessa unidade é progressiva, atravessando fases distintas, que nos importa analisar. A solidariedade nem sempre é possível, e nem sempre se realiza segundo o mesmo esquema. O processo da realização objetiva da unidade dos povos e das classes, na parte do mundo onde nos achamos, acha-se inteiramente submetido ao sistema vigente, corporificado na dominação imperialista, e evolui em função das relações que as áreas periféricas são obrigadas a manter com os centros dominantes. Como tais relações não são fixas, mas formam, elas próprias, um processo, será em função dêste que se desenvolverá o outro, o das relações de congraçamento entre as nações menores. Pelo fato de estarem tôdas elas, de um modo ou de outro, cativas da mesma influência espoliadora, será pelo teor de liberdade que cada qual venha a conseguir que se deverá apreciar as suas possibilidades de se associar com outras nações de igual situação, para efeito de um desempenho mundial unificado.

O processo a que nos referimos merece ser descrito em três de suas fases principais. A primeira, correspondendo à situação dos povos em etapa primitiva do desenvolvimento econômico, mostra-nos que o jugo imperialista e colonialista se exerce aí com tal rigor que impõe a completa reclusão do país em si mesmo, obriga-o a ter como única relação externa, a que o prende à nação dominante. O país menor fica incluído na realidade da potência superior; só por eufemismo cabe chamar de "relações externas" as que o ligam ao dominador. Na verdade, tão envolvido se acha, tão submisso e dirigido, que não tem sentido falar de relações externas, pois êle todo não é externo ao dominador. Por conseguinte, a primeira condição para que a nação atrasada venha a possuir política externa está em tornar-se ela própria externa. Para adquirir vida externa precisa prèviamente ter objetivado, ou seja, exteriorizado de si, o "outro", aquêle com quem se relaciona; ora, isto não pode acontecer enquanto ela é que constitui objeto do outro. Falta-lhe justamente passar de objeto a sujeito, pois só então poderá ter relações externas, relações com um país de quem seja externa. A nação pobre e subjugada, não tem vínculos externos, os quais supõem ter-se ela tornado foco de ações independentes, centro soberano, para ganhar a capacidade de se dirigir a quem é diferente dela como a um "outro", com o qual trava relações. Mas, sob o jugo internacional, o dominador não representa "um outro", pois é "o único" com o qual é per-

mitido ter contato. Incorpora a si o país dependente, o qual, dessa maneira, não precisa, nem consegue, ter relações com alguém mais. O vínculo de dominação estabelece uma polaridade exclusiva entre o fraco e o superior, eliminando no primeiro a capacidade de decisões livres, donde não poder ter senão uma vida internacional simbólica e uma diplomacia de simples etiqueta. Claro está que em etapa tão primitiva não tem sentido falar em solidariedade entre os povos. Tôda aliança é impossível, porque entre os fracos não há contato, e entre o atrasado e o dominador há contato, mas não pode haver solidariedade. A mesma impossibilidade existe entre as classes oprimidas das nações dependentes. No estado de intensiva exploração colonialista não pode haver solidariedade entre as classes proletárias das nações subdesenvolvidas, porque permanece oculta à sua consciência essa dimensão do processo histórico: a identidade de interêsses dos trabalhadores de todos os países; não reconhecem outro campo de existência senão o próprio espaço nacional interno no qual se desenrola o drama da sua pobreza. Quando começam a despertar para a apreensão mais clarificada da sua realidade, o objeto do seu exclusivo desejo consiste em destruir a dependência imperialista que as oprime. Ficam inteiramente ocupadas em considerar essa relação, de modo que só mais tarde, quando já não forem tão opressivas as circunstâncias, é que chegarão a descobrir o inapreciável instrumento libertador representado pela unidade dos povos em luta pelo desenvolvimento. De início, tal conhecimento é impossível, pois a descoberta desta possibilidade supõe certo afrouxamento do arrocho colonial, e portanto relativo ascenço no processo de autonomia do país.

Formulando em caráter teórico a análise dêste processo, diremos que a possibilidade de concretizar-se a união entre povos e a solidariedade entre classes trabalhadoras depende da natureza da contradição principal que no momento afeta essas comunidades: quando a contradição principal da nação é representada pelo imperialismo, tal nação se acha isolada na oposição que trava com o poder dominante, e não dispõe de condições para se elevar ao ponto de conceber em sua consciência o ideal da solidariedade de suas classes proletárias com as das demais nações. Sòmente quando a contradição principal de uma sociedade deixa de ser o imperialismo, passando a ser de modo inequívoco a contradição entre classes, é que se torna exequível a solidariedade internacional do seu proletariado. Sem a consideração dêste aspecto dialético seremos levados a ingênuos apelos que nada de prático produzirão. Conclamando as massas do país dependente a que se unam às de outro país em condição semelhante, logo verificaremos a total falta de ressonância dêsse apêlo. Faz-se indispensável considerar a fase dialética no processo da luta universal das classes trabalhadoras, para explicar a insensibilidade das massas do país atrasado aos infortúnios, opressões e barbaridades de que são vítimas os povos das áreas coloniais de outros continentes, ou mesmo de nações próximas. Sem levar em conta êste aspecto dialético o fenômeno da passividade das massas permanece inexplicável.

Falta à consciência das massas oprimidas pelo jugo colonial a capacidade de se dirigir ao mundo como totalidade internacional, pois o seu modo de existência as confina numa exclusiva relação "externa", o imperialismo, que desejam abolir. Nessa situação, não têm condições para conceber o projeto de união com outros povos também dependentes. O sistema imperialista, pondo em prática a fórmula do "dividir para dominar", consegue constituir a nação reitora em polo de muitas polaridades, separadas entre si, travando-se entre ela e uma das nações menores, sem que estas se comuniquem umas às outras. Cada qual tem na nação opressora o seu adversário pessoal, contra quem luta num esfôrço solitário, sem lhe ocorrer que teria tôda vantagem em formar com as semelhantes uma frente universal de batalha. Isto não acontece porque o imperialismo desenvolve suas ações de maneira a conservar incomunicáveis as nações que escraviza. Por isso, enquanto o imperialismo fôr para certo país a sua contradição social principal, êste país não terá meios de possuir política externa real e eficaz, como também lhe está vedada a solidariedade de sua classe operária com as de outra parte do mundo. A compreênção dêste fato escapou aos teóricos metropolitanos, mesmo àqueles que elaboraram de modo mais completo a concepção do processo histórico. Ao reclamar a solidariedade universal do proletariado não dialetizaram suficientemente a sua conclamação, e por isso a deixaram como fórmula abstrata.

Se tal é o estado dos países em baixo nível de desenvolvimento e em alto grau de exploração, no caso das nações onde se está processando vigoroso surto de progresso e industrialização aparecem características novas, que indicam o trânsito para a fase de plena autonomia. Sendo a etapa intermediária aquela em que nos encontramos,—a segunda no processo dialético da solidariedade,—temos o direito de atenuar um pouco em relação a nós as afirmativas referentes à fase anterior. Por isso, o nacionalismo que agora de-

fendemos contém como item de alta relevância a prática de uma política externa de relações com todos os países, quaisquer que sejam suas estruturas sociais, e de deliberada formação de blocos continentais ou intercontinentais entre nações empenhadas em igual desfôrço econômico, para em conjunto derrotar os planos das nações imperialistas. Não só nosso País, como um todo, tem agora mais sólidos fundamentos para executar tal política, mas também a classe operária começa a adquirir consciência de sua natural comunhão de interêsses e de sentimentos com as massas trabalhadoras dos demais países. Estamos apenas iniciando esta nova etapa da nossa consciência social, mas a aceleração do movimento será rápida, sendo de prever para breve a realização de um sistema concreto de união entre os povos periféricos, especialmente os do nosso continente, e de congraçamento das classes trabalhadoras, para apressar o fim do imperialismo em todo o mundo. De momento, incumbe-nos compreender que cada vez mais precisamos entrelaçar relações de amizade e ação comum com os povos asiáticos, africanos e os do nosso próprio continente, que se encontram em situação semelhante à nossa. Com êste movimento quebraremos o esquema da dominação imperialista, que só funciona a contento com o parcelamento da polaridade entre o centro e a periferia. Fazendo de tôda a periferia como que um único "centro" de ação, fortalece-se a tal ponto a área antes dispersa e por isso débil, que fica sem sustento o principal estratagema de que lançava mão a potência exploradora. Dispondo sem entraves do poder de criar segundo seus interêsses o mundo periférico que subjuga, o imperialismo, como um perverso demiurgo, organiza o seu domínio internacional na forma de um sistema harmônico de espoliação preestabelecida. Cada nação escrava recebe um tipo particular de exploração, que a harmoniza, do ponto-de-vista do interêsse do dominador, com tôdas as demais cativas, e as mantêm incomunicáveis entre si. Não cabendo a nenhuma discutir a sua realidade ou impedir o jugo que a imobiliza, pois não encontra meios para tanto, seu processo histórico desenrola-se segundo a lei fatal que lhe foi imposta, e que lhe atribui um lugar invariável no plano universal do maléfico criador. Em tais condições, as nações-unidades são incomunicáveis, só se relacionam pelo sistema universal em que tôdas figuram como criaturas. Quando a potência dominante distribui a cada país menor a sua quota de produção de bens primários, agrícolas ou minerais, o faz conforme um plano preconcebido, que acorrenta o dominado à existência econômica que lhe foi determinada, sendo punida com as mais severas sanções qualquer tentativa de escapaz à rigidez do destino. Basta que uma nação mostre sinais de se rebelar, para que sua quota de exportação dos produtos coloniais seja transferida para a nação vizinha ou outra capaz de produzir os mesmos bens, e logo sua economia estará à beira da ruina. Há tão perfeita concordância nas condições internacionais de exploração, que se traduz num verdadeiro esquema de exploração pré-estabelecida. É evidente que em tal caso não pode haver solidariedade entre os países infortunados ou entre as suas classes dependentes.

Na fase em que nos encontramos, nosso conceito de nacionalismo tem de ser interpretado como o procedimento pelo qual nos integraremos num internacionalismo autêntico, o das nações em luta pela humanização da vida de suas populações. O nacionalismo, ao afirmar-se e consolidar-se nos seus princípios, conduz, assim, a identificar-se com um internacionalismo que não o destroi, não revoga nenhuma de suas teses, não substitui nenhum dos seus ideais, antes encontra nessa nova etapa a plena realização daquilo que pregava. O País não se desfigura, nem renuncia a nada do que o especifica, ao se solidarizar com outros que seguem o mesmo caminho e procuram atingir os mesmos fins. Quando houver conquistado a condição de pleno desenvolvimento, sob a direção do pensamento nacionalista, nosso País terá trilhado um caminho histórico diverso daquele seguido pelas atuais potências dominantes. Estas precisaram fazer-se imperialistas para galgar a culminância a que chegaram. Por isso terão de ser derrotadas no sistema que instituíram para vencer, devem sofrer alterações internas que as tornem membros pacíficos, respeitáveis e úteis da porvindoura totalidade universal de nações. Mas os países que se elevarem à completa autonomia pela via do nacionalismo, tendo abolido ao longo da sua marcha histórica tôdas as formas de espoliação de suas próprias massas trabalhadoras, chegarão ao plano do desenvolvimento superior inocentes de qualquer crime contra a humanidade, contra nações mais fracas, e dêste modo se integrarão, sem violências recíprocas, na sociedade ecumênica futura, onde terá definitivamente cessado tôda espécie de exploração humana.

Concebido ao término da sua missão histórica, o nacionalismo se revela uma forma de integração internacional, identificando-se dialèticamente ao internacionalismo. Será o modo como as nações, tornadas inteiramente livres e sem opressões internas de grupos particulares sôbre as massas,

se unificarão numa coletividade universal. Não há de ser, é claro, o tipo de associações internacionais atualmente existente, mas nova espécie de comunidade, na qual cada membro se integra por se haver despojado do aparelho da dominação que exercia sôbre outros povos ou sôbre as classes trabalhadoras do seu próprio âmbito. Quando observamos o atual panorama do mundo periférico e verificamos por tôda a parte um vigoroso surto nacionalista, devemos compreender a concordância ideológica de todos êsses movimentos e o sincronismo com que se desenrolam como efeito de uma causa semelhante atuando sôbre todos os países subdesenvolvidos. O nacionalismo aparece como fenômeno internacional constante porque é a resposta dada por tôda nação atrasada à agressão partida do mesmo adversário de tôdas elas, o centro dominante. A uniformidade da resposta explica-se pela identidade do estímulo. Dêste modo, quando cada país constroi o seu projeto de existência autônoma, visando embora ùnicamente à servitude particular de que padece, está contribuindo para a atuação congênere de todos os demais, está igualmente libertando os outros. Os atos de cada um que se liberta, libertam ao mesmo tempo os outros, e isto em virtude de destruírem a nefasta harmonia pré-estabelecida, própria do sistema imperialista. Mesmo não atuando de concêrto, pois a isso se opõe a incomunicabilidade decorrente do esquema de domínio, o processo libertador de cada um, pelos efeitos que ocasiona na política do dominador, refletem-se na atividade dêste em relação aos outros, tudo se passando como se houvesse de fato uma solidariedade pré-estabelecida, mesmo na fase em que, como conseqüência do sistema opressivo que abrange a todos, não pode haver solidariedade intencional.

Contudo, mesmo na época atual, há nações que se encontram em grau superior ao nosso, e então para estas se apresenta também a questão da natureza da solidariedade que devam manter entre si e com as que lhe ficam abaixo na escala do progresso. É o terceiro caso, que a dialética da solidariedade impunha considerar. Limitando-nos àquelas áreas que correspondem ao chamado "mundo livre", na verdade o que é formado pelas grandes nações capitalistas ocidentais, cabe dizer que para estas a solidariedade se apresenta como decorrência do fato de ser a contradição entre as classes a contradição principal nelas reinante. Não se tratando de nações submetidas ao imperialismo, mas de nações quase tôdas imperialistas, ou pelo menos sócias do imperialismo, a solidariedade que entre elas pode ter lugar não será senão a

que se trava entre as suas classes análogas. Não serão solidárias com as dependentes, por suposto, logo só admitem ser solidárias entre si. Como, porém, a divisão suprema que marca a sua realidade exprime-se na contradição entre os interêsses de suas diferentes classes, segue-se que a solidariedade que venham a manter umas com as outras será necessàriamente aquela que se estabelecerá entre as classes dominantes de cada qual, como igualmente entre as classes dominadas entre si. Para êste caso, sim, tem plena razão de ser o apêlo à unificação das massas proletárias, pois a contradição que se trata de abolir não diz respeito a outra entidade nacional, mas à classe dominante presente no próprio espaço interno. Não só tal apêlo tem sentido, como é capaz de ser posto em prática, enquanto, conforme dissemos, revela-se inócuo e lírico quando dirigido ao proletariado dos países em etapa atrasada, cuja estrutura de dominação tem caráter inteiramente diverso.

Não podendo evidentemente existir verdadeira solidariedade entre as potências dominantes e as nações dominadas, para ocultar a relação de servitude internacional, lançam mão os centros colonizadores de diversos artifícios ideológicos, destinados a mistificar a consciência dos povos oprimidos e a fazê-los acreditar serem naturais, pacíficos e proveitosos os laços que os prendem aos seus irmãos poderosos. São tantos os embustes que se torna impossível descrevê-los, mas um pelo menos vale a pena assinalar, o que se contém na chamada "política de boa vizinhança". O caráter ideológico dessa prédica é indisfarçável, uma vez que consiste em obter, por via da difusão de certo número de estribilhos e conceitos na consciência das massas periféricas, uma espécie impossível de solidariedade, a que ligaria o dominador ao dominado. Claro está que a classe dirigente do país atrasado, sua imprensa servil, os órgãos administrativos e as instituições alienadas, acolherão com entusiasmo esta filosofia ingênua, que prega a transformação das relações com os povos superdesenvolvidos em relações entre bons vizinhos, que conseguem resolver em paz e harmonia as pequenas dificuldades surgidas no contato de uns com os outros. A essência da mistificação representada pela noção de "boa vizinhança" está em transportar para o plano ético o fato material, econômico, da exploração dos povos fracos. Revestido de significado ético superior o conceito de "bom amigo", por meio das insinuações sentimentais que veicula procura-se desarmar a resistência dos espoliados e conturbar-lhes o pensamento a respeito do seu estado.

Analisado em maior profundidade, êsse conceito revela-se uma modalidade, no plano internacional, da concepção existencial do encontro das consciências. É a maneira pela qual o dominador se esforça por apresentar como amistoso o encontro de duas realidades objetivas desiguais. O conceito visa exatamente a encobrir o fato da desigualdade real, intentando mostrar que esta não tem qualquer importância, pois o que importa é que, apesar dela, os dois países consigam conviver como dois bons amigos, estimando-se, respeitando-se, auxiliando-se. Uma vez estabelecido que o valor predominante, o que deve ser obtido em quaisquer circunstâncias, é a amizade, a posse dêste valor compensa todo mal-estar causado pelos atos dos mais fortes, pois seria insensatez se a parte fraca quisesse pôr em risco relações que comportam tão excelso valor, só por motivo de algum atrito econômico ou insatisfação nos negócios. O valor ético a preservar é tão alto que por êle, como padrão, se deve apreciar o verdadeiro significado da relação entre os dois povos, sendo os fatos materiais coisa de somenos. Vemos, assim, que a idéia de "boa vizinhança" é veiculada pelas nações imperialistas para o fim de conquistar o plácido assentimento de seu domínio. Mas não se destina apenas a paralizar a consciência da parte espoliada: destina-se também a apaziguar a consciência da parte espoliadora. Procura esta mostrar a si mesma que tanto não comete qualquer crime ou malefício, que os povos supostamente submissos são na verdade os seus melhores amigos. Tornaram-se bons vizinhos por efeito da política com que os trata, o que prova sua inocência em qualquer ação agressiva ou desumana. Dêste modo o dominador forja para si a definição do "bom vizinho": é aquêle que não perturba a boa consciência que tem das relações que mantém com êle. Em compensação, o mau vizinho é aquêle que se mostra indócil, ingrato ou hostil, que não compreende o desvêlo com que deseja tratá-lo os que bem podiam passar sem êle, mas se dão à pena de atraí-lo para a sua esfera de ação a fim de beneficiá-los com a sua ajuda e seus concienciosos conselhos. Recebendo em troca maus tratos, incompreensões e às vêzes até violenta repulsa, cabe ao superior o direito de declará-los membros indesejáveis da fraternidade internacional, e empreender ações, até militares, que os façam retornar ao bom convívio.

O conceito de "boa vizinhança" admite ser interpretado em duplo sentido, conforme o ponto-de-vista seja o do dominador ou o do dominado. Em ambos os casos o conceito encerra a valoração do país que o profere, sôbre si mesmo

e sôbre o outro, o vizinho. Para não alongar a análise, bastanos denunciar o significado dessa idéia do ponto-de-vista do centro imperialista. O vizinho é declarado "bom" se tem bom comportamento. Quanto ao conceito que o dominador faz de si próprio como bom vizinho, assinalamos os traços seguintes, onde se reflete a satisfação da sua consciência: a generosidade, com que trata a parte mais pobre, auxiliando-a por todos os meios, a fim de vencer o estado de penúria e incultura, a hospitalidade, a acolhida cordial que dispensa aos vizinhos modestos, dos quais nada necessita, podendo perfeitamente ignorá-los, só não o fazendo em obediência ao alto dever moral de tratar com afabilidade aquêles aos quais o liga o simples laço de desinteressada solidariedade humana; e por fim, inclui-se ainda entre as atitudes da potência superior, no seu intuito de velar pelo bem-estar dos mais fracos, a proteção contra a "má vizinhança". Êste último traço mostra-se rico de ensinamentos sôbre o estado de consciência do dominador. Julga o país atrasado sempre ameaçado de desgarrar-se do bom convívio internacional, podendo cair sob a esfera de influência das más companhias políticas, com as quais teceria um vínculo òbviamente oposto ao da "boa vizinhança". Para prevenir êste risco o bom amigo desenvolve ações políticas e militares adequadas a impedir esta funesta eventualidade. Não se precisa grande esfôrço para se perceber o teor ideológico do conceito agora analisado, que incorre em numerosos equívocos, um dos quais consiste em supor que no plano internacional a vizinhança se confunde com a proximidade geográfica. São politicamente vizinhos os povos que têm situações análogas, que sofrem as mesmas limitações, que lutam contra idênticos impedimentos ao seu progresso e independência. Não importa que estejam situados a distância, pois o que os unifica nessa "vizinhança" efetiva é a realidade, comum a todos êles, de serem vítimas das mesmas pressões externas. A noção imperialista de "vizinhança" foi cunhada, muito de indústria, para fundir num único bloco, pequenos países da mesma área geográfica, e impor-lhes um tipo de solidariedade de exclusiva conveniência do centro dominante.

Os países como o nosso, em etapa de superação do subdesenvolvimento, têm na política externa de solidariedade universal poderoso instrumento de emancipação econômica. Mas, para que cheguem a manejá-lo com eficiência e proveito é preciso haver atingido um mínimo de autodeterminação. São pois dialèticamente antagônicos os dois aspectos. Só teremos a política internacional de que necessitamos quan-

do houvermos realizado certo avanço de nosso crescimento material, porquanto só assim começaremos a pressentir a fase imediata, e, ao nos aproximarmos dela, criaremos a consciência indispensável para utilizar com pleno rendimento a fôrça da solidariedade universal. Até lá, teremos de atravessar o presente período de incertezas e confusões, que apenas começam agora a dissipar-se, contra a vontade da classe dominante, a qual muito lùcidamente compreende que todo passo à frente no caminho do desenvolvimento econômico se acompanha de algum progresso na consciência das massas, levando-as a cerrar fileiras com as demais populações do mundo ainda submetidas à opressão. Verifica-se, assim, que o nacionalismo, orientado pela correta teoria da história, não conduz ao isolamento do País, à ridícula beatitude consigo mesmo, não o afasta da comunidade universal, mas precisamente prepara-o para se incorporar a essa comunidade, na forma que se avizinha, a de um mundo sem ódios e sem guerras, possuído em comum por uma nova humanidade, para sempre libertada do terror e da exploração.

A SISTEMATIZAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Nas páginas anteriores examinamos algumas das categorias que nos parecem constitutivas da consciência crítica da realidade nacional. A respeito de cada uma tecemos considerações destinadas a mostrar como a idéia geral nela expressa se aplica à compreensão de fatos e tendências da presente situação brasileira. Formam em conjunto o sistema dos conceitos de uma particular modalidade de consciência, que merece ser denominada crítica, porque se constitui pelo movimento de investigação das circunstâncias que a determinam a pensar da maneira como pensa. Sendo uma das formas possíveis da consciência em geral, é contudo a única a possuir o caráter específico, que melhor a define, de constituir-se em autoconsciência. Como tal, é percepção de si mesma, e se desdobra, por análise, em três componentes: em primeiro lugar, representa em idéia algo existente fora dela, o dado objetivo, o estado da realidade, que lhe compete captar e refletir, tendo ciência de estar produzindo em si o reflexo da existência das coisas; ademais, investiga os condicionamentos concretos que a movem a operar a apreensão de determinado aspecto do real; e, por fim, é também representação das idéias gerais ou categorias que elabora para si, ao contato com a experiência, e que lhe servem de conceitos máximos para apreciar os fatos e de normas de ação para os comportamentos a que se decide.

Ao indagar de como deve proceder para compreender corretamente a realidade da nação, é levada a descobrir em si idéias gerais das quais se serve para êsse fim, e que, por estarem em efetiva correspondência com a objetividade, são necessárias para representar os acontecimentos e construir o esquema explicativo do processo empírico. Tais categorias nada têm de *a priori*, em sentido transcendental, não são inatas, não pertencem à Razão absoluta, ou seja, não formam

o equipamento de conceitos prévios aos atos de julgamento, inerente ao espírito. São apenas conceitos superiores para fim de interpretação, que o pensamento adquire por fôrça da adaptação ao real, e que, se desempenham função *a priori*, é em caráter relativo, só depois de fornecidos pela experiência, e com validade para os fatos subseqüentes. Entretanto, revestem-se também de significação normativa, pois permitem não só interpretar, mas igualmente operar. A origem dêles é o existir em comunidade, é a prática social e a participação do indivíduo no processo representado pela situação objetiva. Não são inatos, nem exclusivos, nem imutáveis, postos no espírito por decreto divino, mas derivam da experiência social acumulada por um grupamento humano, que os descobre quando medita sôbre si e indaga com quais idéias está procedendo à percepção da realidade, e que fundamento têm. Mas, justamente porque envolvem por inteiro a realidade, refletem em conjunto o caráter de totalidade próprio desta, na forma de sistema como se relacionam uns aos outros.

A consciência crítica é um sistema, ao contrário da modalidade ingênua, que, em razão de não se julgar condicionada pela realidade, não exibe tal caráter, nem mesmo o deseja ter, sendo, ao invés, um aglomerado de atitudes desconexas, ditadas por circunstâncias ocasionais, prêsas a interêsses momentâneos, sem vínculos com o sentido do processo coletivo. Ao considerar a consciência crítica como sistema não devemos dar a êste vocábulo o sentido dogmático que quase sempre possui em filosofia. Aqui, significa apenas o repertório de idéias mais gerais que permitem apreender a realidade, e cujo conhecimento não resulta da meditação abstrata, mas da prática social, transformadora do mundo objetivo, e da vivência da etapa histórica do desenvolvimento em que se encontra a comunidade. Sem dúvida tais idéias gerais estão ligadas entre si com suficiente coesão para se ter o direito de falar em sistema, porém diferindo das especulações doutrinárias arquitetônicas, de que há tantos exemplos na história filosófica, pelo fato de não formarem um todo fechado, de não pretenderem constituir a definitiva estrutura da inteligência ou a expressão dogmática do movimento dialético ideal do espírito. A coesão que exibem não é devida à intuição lógica, mas deriva da relação em que se acham com o processo da realidade. É a unidade do processo real que, como totalidade em movimento, dá àquele grupo de noções unidade bastante para que o chamemos de

sistema. O modo crítico de pensar define-se por categorias reais, não transcendentais, válidas para o mundo objetivo que refletem; o outro, inocente, caracteriza-se por atitudes emocionais e julgamentos fortuitos, exprimindo não a sistematização de conceitos mas a dispersão de impressões. Por isso, onde uma é orgânica, a outra é impressionista. A consciência crítica é o sistema representativo da realidade nacional, cujos elementos, as categorias críticas, compendiam as noções mais gerais induzidas do curso dos acontecimentos para que a inteligência, voltada para os fatos, os possa compreender. As categorias descritas nas páginas anteriores não são as únicas. mas as que, na presente condição, nos parecem melhor produzir o correto entendimento da realidade nacional. Tem importância decisiva êste traço distintivo das duas modalidades de consciência: que só uma admite ser sistematizada, enquanto a outra se dilui numa infinidade de gestos e afirmações, sem unidade, sem coerência. Seria possível encontrar outras idéias gerais de amplitude bastante larga para se chamarem categorias, desdobrando as que apontamos em vários outros conceitos, com o valor de categorias secundárias, perfeitamente legítimas. Não nos alongamos nesse arrolamento porque acreditamos ser suficiente mencionar as idéias efetivamente mais gerais, irredutíveis entre si, para definir a essência do pensar crítico. Além do mais, a propósito de cada uma fizemos menção dos conceitos a elas subordinados, sem necessidade de proceder a uma catalogação enfadonha, pedante e no fim de contas de pouco valor.

Defrontamo-nos a todo momento com a consciência ingênua, e contudo não a abrangemos como natureza íntegra, não é possível prever, ao considerar um dos seus comportamentos, qual compreensão terá em outra circunstância. A consciência crítica é um conjunto ordenado de comportamentos e juízos de valor, de tal sorte que só por imperfeição pessoal de discernimento se registrarão nos seus enunciados asserções em conflito lógico, ainda quando manifeste contradições dialéticas, porque em verdade acompanha o movimento da realidade, sem nunca esgotá-lo. O caráter de sistema categorial acrescenta-se às próprias categorias descritas, como uma nova, de grau superior. Não nos era lícito referi-la, antes de havermos relatado as que julgamos constituir a estrutura de tal modo de pensamento.

a) *Da objetividade à nacionalidade*

— *A objetividade*

Cabe agora que procuremos unir os traços anteriormente indicados, mostrando como cada qual remete a todos os demais, com o que ficará estabelecido o caráter sistemático da consciência crítica. Ao descrevê-la, começamos por mostrar que seu traço fundamental é a objetividade. Procuraremos agora deixar claro que a partir dêste aspecto se desenrolam os demais. É a oportunidade de assinalar que a enumeração das categorias críticas da realidade admite uma ordem interna, que as liga uma a outra e lhes explica a sucessão. Não foi acidental a seqüência da exposição; segundo o nosso modo de entender, foi adotada a seriação natural, pela qual se relacionam uns aos outros aquêles conceitos. Assim, ao postular a objetividade como o primeiro dêles, colocamo-nos, desde o início, no fundamento do pensar crítico. Com efeito, falta ao pensamento não crítico a consciência da relação à objetividade. Ou não reflete sôbre o tema, e se julga, sem qualquer análise, capaz de, espontâneamente, emitir o que lhe parece razoável sôbre os fatos observados; ou se detém por instantes em considerar a questão, mas termina por admitir, numa convicção quase nunca compendiada em doutrina, tal a qualidade vaga das idéias, que seu julgamento se superpõe à ordem das coisas, donde esta ser secundária, dependendo do que a respeito dela a inteligência decidir. Numa ou noutra forma, a consciência simplista renega desde o primeiro passo o terreno da objetividade, para assumir, desta ou daquela maneira, a atitude idealista. A ausência pura e simples de meditação sôbre o tema é o caso mais freqüente. A convicção idealista sistematizada que, como teoria filosófica, merece respeito, é um produto altamente elaborado e por isso fora das possibilidades da imensa maioria dos portadores do pensar ingênuo. Nestes, o idealismo é implícito e inconsciente, e se manifesta no traço de impressionismo típico do pensar simplista. Só quando submetidas as expressões de seu pensamento à análise e ao confronto com as formas superiores, se revela o caráter idealista. Por diversas que sejam as suas variedades, o desapreço à objetividade é o traço dominante do pensar ingênuo. A existência é invadida pela imaginação, o mundo material, físico e social, perde o significado de têrmo primeiro e em si da relação de representação, tornando-se apenas têrmo de

comparação com outro, o mundo ideal. No ato apreensivo, o dado é sempre comparado com a idéia que dêle prèviamente se possui. O ser deixa de ser percebido como fato, para ser examinado segundo o modêlo a que deve obedecer. Se a objetividade não é fundamento por si, é então simples material de fato a ser comparado com a realidade ideal. A inteligência passa a considerar no ser, não o que êle é, e sim o que deve ser. Mas é evidente que o dever ser, erigido em critério da realidade do ser, tem de preceder a êste último, para medi-lo e determinar até que ponto cumpre a aproximação ao padrão absoluto; e se precede o ser empírico, é preciso que esteja, enquanto conteúdo ideal, numa consciência individual ou num espírito universal, antecedendo o ato particular pelo qual é apreendida a coisa ou o fato objetivo.

Desde que o ser não é considerado primário, mas submetido à apreciação da consciência, que lhe avalia o grau de realidade segundo o padrão nela existente, tal postura define bem o caráter idealista geral do conjunto de comportamentos a que chamamos de pensar ingênuo. Para êste, com efeito, o real não vale por si; é sempre algo incompleto, objetividade é sinônimo de imperfeição. Porque implicitamente está admitido que nunca as coisas são como deveriam ser. A realidade do país consiste sempre numa pálida e inferior realização daquilo que nosso espírito concebe como devendo ser. Quem se aproxima dos fatos, com o intuito de conhecê-los e modificá-los, possuindo êste tipo de compreensão, inevitàvelmente distorcerá a realidade, pois desde o início admite que o ser, a que se dirige, é deficiente. A concepção do real como imperfeito, como menos ser, em face do pleno ser da idéia correspondente, forma o princípio definidor da consciência ingênua e constitui o fundamento da inobjetividade do pensar primário e inocente. Também o pensamento crítico considera imperfeita a realidade da nação, porém o faz num sentido diametralmente oposto ao do pensar ingênuo. Para êste, a imperfeição consiste em não ver realizados os valores morais, o tipo de existência espiritual que julga representar o modo ideal de vida humana; para a forma crítica, a imperfeição está nas condições materiais da realidade, na miséria e no atraso cultural, e tem por medida o projeto da realidade futura, elaborado a partir das condições existentes, nelas se fundando. Por isso, com razão se poder dizer que o projeto se constitui como regra segundo a qual as coisas deverão ser. Para a consciência ingênua a imperfeição consiste em que as coisas não são como *deveriam* ser; para o pensamento crítico a imperfeição con-

siste em que não são como *deverão* ser. A primeira não admite a realidade presente, porque acha que com ela nada há a fazer; a outra aceita a realidade atual porque sabe que é a partir dela que fará tudo quanto há a fazer. Enquanto uma amaldiçoa a realidade, e dela se afasta, como os antigos profetas abrasados de cólera divina, a segunda acolhe-a e interpreta-a, como condição para abolir-lhe as imperfeições. A consciência ingênua não sabe porque a realidade é tal qual é, e por isso vê na existência presente uma abominação, a prova da loucura da humanidade; o pensar crítico sabe porque as coisas se passam desta maneira e pretende alterá-la por intervenção direta nas causas que determinam o estado atual. Enquanto a conduta cândida se esgota em trivialidades e moralismos, e assume para com as coisas a atitude de censura, asco e desinterêsse, por serem o que são, com isso se incapacitando para compreendê-las, a concepção lúcida marca-se pela inteira aceitação dos fatos, porque sabe que tal é a condição primeira para conseguir modificá-los. Se começarmos por invectivar a realidade, jamais a transformaremos. A consciência crítica, mais que a outra, reflete sôbre a imperfeição da realidade, mas não se exaure em maldições contra os homens e as coisas, e sim procura conhecer a realidade tal qual é, para mais fàcilmente alterá-la. Fazendo do caráter de imperfeição da realidade, pelo modo errôneo como o admite, o fundamento da própria inobjetividade, a consciência ingênua está necessàriamente fechada à lógica dos fatos, que, pelo visto, se realiza de modo incompleto, já que os fatos por ela configurados nunca são tais como deveriam ser. Assim, aquela consciência julga ter por tarefa precípua corrigir os fatos, restaurar a integridade lógica dos acontecimentos. Mas, pela constitucional ausência de objetividade, que a impede de ser ativa e criadora do novo, da etapa seguinte do processo histórico, limita-se a proceder à restauração da verdade no plano subjetivo da interpretação. Como abomina a realidade, contenta-se em transformá-la idealmente, substituindo uma idéia dos fatos por outra idéia, a que representa o que êstes deveriam ser.

Não nos interessando aqui os debates filosóficos que o tema comporta, pois só estamos tratando do problema da realidade nacional, do ser histórico e político da nação, basta-nos considerar a diferença entre os universos conceituais a que nos conduzem, respectivamente, uma ou outra atitude na consideração da objetividade. Serão radicalmente distintos os comportamentos políticos de cada modalidade de consciência. Uma é a consciência naturalmente disposta a

censurar o real, vendo na deficiência de ser que, segundo crê, há nas coisas uma falta não só ontológica, como sobretudo moral, um vício dos objetos, e, por isso, está pronta a tomar para com o mundo a atitude de indignação, de denúncia, que tem por fórmula genérica a expressão "isso não podia acontecer". Dentro do universo onde se instala, a consciência primária revela ingênita propensão a opor-se à realidade. É a manifestação de um dos seus traços constitutivos, o desejo de "oposição em geral", de que a oposição política ingênua é apenas aspecto parcial. Tal atitude se encontra não apenas na chamada "oposição", bem conhecida pela sua agressividade, aos governos progressistas e partidários do desenvolvimento econômico, mas existe também nas fileiras do próprio govêrno, assumindo aí aspecto mais nocivo aos interêsses nacionais, pois situa o pensamento num mundo de exigências e rigorismos moralistas, de todo improfícuos. Na verdade, parece à consciência primária, sobretudo na fase em que luta para conquistar o poder, que a atitude de oposição está justificada, sendo mesmo exigida, pois do contrário estaríamos aceitando as coisas tais como são, o que constitui ingenuidade, do ponto-de-vista da consciência ingênua. Bate-se contra o que julga ser o comodismo de tal posição, donde reclamar a eterna vigilância em relação aos acontecimentos, para não nos deixarmos iludir por êles, admitindo-os tal como se apresentam. Tôda precaução é pouca contra a objetividade, contra a tendência quase irresistível a viver sem censura a realidade, a se deixar envolver pelos acontecimentos, esquecendo, na descomedida preocupação com a ação, a necessidade de nos destacarmos do mundo para julgá-lo no plano puramente contemplativo. A natureza recalcitrante da consciência ingênua é considerada por ela o seu melhor título moral; é sinal de que não compactua, não se dobra, não se vende. Está sempre desperta e fiel à tábua de valores que traz consigo e pela qual aprecia os aspectos da realidade, decidindo da extensão em que se apresentam satisfatórios. Politicamente, é uma consciência de oposição simplória, tem sempre o que reclamar, movida pela mais cândida das intenções, a de fazer coincidir o ser e o dever ser, a realidade com as exigências ideais. Acredita que a sagrada indignação com as coisas e a conduta dos homens é suficiente para mudar o curso dos acontecimentos e expulsar do govêrno os corruptos. É êste o seu papel, basta exercê-lo com altivez para remediar os males nacionais e corrigir a marcha da história. A aceitação da objetividade parece-lhe nefanda capitulação, criminoso esquecimento dos

direitos da razão e da moral, triste desapêgo ao culto do ideal e lamentável interêsse por coisas que, no estado de imperfeição presente, são indignas de absorver a atenção de espíritos de escol. É indispensável distinguir claramente a conduta de oposição ingênua ao govêrno, da conduta crítica. Enquanto a primeira procede da maneira indicada, é destituída de qualquer visão teórica da sociedade e da história, e por isso encontra seus motivos na cólera moralista contra os erros dos homens, a segunda se opõe aos atos políticos dos homens de govêrno em nome de uma concepção social objetiva, da qual resulta um projeto de destino para a comunidade nacional. É por não ver cumpridas as exigências do programa de transformação material da sociedade em benefício das massas oprimidas pela miséria e pela ignorância que se rebela contra os dirigentes e se opõe à sua ação.

A consciência verdadeiramente crítica, por seu lado, forma outro universo conceitual, incomunicável com o anterior, porquanto se instala em postura básica radicalmente diferente. O mundo objetivo é para ela o ser na plenitude, não dependente de apreciações de perfeição, nem da medida do teor ontológico. A consciência não está nêle para julgá-lo segundo o critério do "dever ser" ideal, mas para conhecê-lo na realidade presente, sem considerações *a priori* de valor, explicando-a como resultado de um processo histórico objetivo, onde atuam causas racionais, cognoscíveis, que a tornaram o que é atualmente. Não é o dever ser ideal que dá fundamento ao ser real, mas o ser presente que indica o dever ser futuro. Quando o ser é a realidade do subdesenvolvimento, o dever ser é a revolução do desenvolvimento. O dever ser não se confunde com a admoestação a pessoas e fatos para que se submetam ao paradigma perfeito que a inteligência conhece graças à intimidade que mantém com as idéias puras. Dêste modo, a consciência autêntica, no seu intuito de configurar a teoria da nação, não se embaraça em considerações iniciais de ordem ética, mas deixa-as para um segundo momento, quando, já de posse da representação correta da realidade, se dispõe a formular princípios e normas encaminhadoras da ação no sentido mais útil. Ao contrário da outra, sua tendência primeira é cognoscitiva, para poder ser ativa, não se perturba com julgamentos de valor, pois sabe que êstes não têm razão nem adquirem fôrça normativa prática se não se apoiarem em rigorosa compreensão da realidade e não servirem a humanizar a vida das massas espoliadas. Eis porque sua atitude política é tachada pela outra de amoral, e muitas vêzes de corrupta, pois outra coisa não seria

êste pretenso realismo. Nada mais falso, porém, do que acreditar que a atitude objetiva se identifique à de passividade, de aceitação inerte dos fatos. Muito ao contrário, como tivemos ocasião de dizer, a natureza crítica da consciência manifesta-se pela sua configuração em um projeto de ser, subordinando tanto a sua compreensão dos fatos correntes quanto a conduta ativa às determinações dêsse projeto. Enquanto a reflexão cândida se define pela perspectiva suprema do "dever ser", a mentalidade crítica é marcada pela do "fazer ser". Também esta vê com desagrado o real, mas, enquanto a outra dêle discorda por não achá-lo coincidente com a imagem ideal, perfeita, eterna, intemporal que possui, o pensamento crítico observa apenas a discordância entre os fatos e o projeto de ser que êsses mesmos fatos, e tão-só êles, justificam. Não se trata de comparar os fatos com um modêlo de perfeição absoluta, mas com um modêlo de perfeição relativa, ou seja, com o projeto da etapa subseqüente no processo do desenvolvimento nacional. É preciso corrigir a realidade, porque não oferece ao homem no país subdesenvolvido ambiente de existência que lhe satisfaça as necessidades materiais e os anseios espirituais.

A consciência crítica quer alterar o mundo, e em grau tão extenso que só ela merece o nome de revolucionária. Mas sua insatisfação não provém da não concordância com algum modêlo anterior à percepção dos fatos, e por isso eterno, mas da não concordância com o modêlo do futuro, extraído da percepção da realidade atual. Nisto está a diferença essencial entre os dois modos de pensar: para um, a objetividade tem de conformar-se a um protótipo ideal, que a rigor dela prescinde, a ponto de muitas consciências, desiludidas dos homens e dos bens materiais, viverem apenas da contemplação das idéias no clima místico da reclusão interior; para outro, a objetividade é que fornece o modêlo, ou melhor, o projeto, à luz do qual deve ser compreendida e transformada. O projeto é induzido da realidade, é empírico, só assim sendo eficaz. A consciência ingênua tem por essência um comportamento intelectualista, submete os fatos às idéias, acredita que por meio destas seja capaz de alterá-los. O pensar crítico é, ao contrário, de fundo prático e voluntarista, sabe que as idéias são representações procedentes do mundo exterior mediante o trabalho social da espécie humana sôbre a natureza, e que tais idéias, para serem utilizadas como instrumentos de ação, necessitam das pressões exercidas pelas condições da existência. É esta a causa que dá eficácia à verdade que nelas se contém. A consciência in-

gênua perde todo vigor, porquanto sua inserção na objetividade é sempre frouxa, mais de natureza intelectual, está a serviço de uma transcendência, que lhe monopoliza o verdadeiro interêsse: realizar neste mundo a ordem moral perfeita. A realidade é sempre desagradável; deplorável contingência da condição humana é ter de ocupar-se dela. Torna-se inoperante, pois não mobiliza os fatôres volitivos e sim os intelectuais, nêles depositando suas melhores esperanças. Já o pensamento crítico se mostra capaz de conduzir à ação produtiva porque assume integralmente a objetividade como fundamento, coloca-se nela a fim de ver como daí se desprende o projeto que irá modificá-la, o qual não é produto artificial, sonho de visionário, que concebesse um mundo futuro, e marchasse à sua realização. O projeto crítico origina-se do real; a consciência autêntica nada faz senão esposar as virtualidades objetivas que vão despontando e sistematizá-las num plano de ação. Enquanto o pensamento ingênuo ao falar em projeto tende logo à utopia, a consciência crítica sòmente projeta o exeqüível. A objetividade consiste nela em só admitir como realizável o projeto que se apóia em determinações virtuais, manifestamente presentes no real do momento dado, o que significa restringir o domínio das possibilidades à sua região concreta. As possibilidades abstratas são em número infinito, para serem pensadas lògicamente nada mais requerem do que ausência de contradição formal; não é delas, porém, que se ocupa o pensar crítico, e sim dos possíveis concretos, os que implicam alguma coisa mais do que ausência de contradição formal, a saber, a virtualidade objetiva.

— A historicidade

Todavia, para que em dado momento da existência nacional, seja lícito à consciência autêntica conceber o projeto de futuro fundado sôbre as possibilidades concretas do presente, é preciso que a inserção na objetividade determine a descoberta e aceitação de uma segunda categoria crítica, a de historicidade. Surge esta, com efeito, da reflexão sôbre o que significa possibilidade, enquanto aspecto objetivo da realidade. Como a existência objetiva não é matéria de simples contemplação, mas terreno da prática existencial, o ato de viver a objetividade leva a modificar a esta e, portanto, obriga a conceber o projeto de conduzir deliberadamente essa modificação. Ora, o projeto deve visar àquilo que se admite

como possível, do contrário seria apenas obra estéril de imaginação. Contudo, acabamos de dizer que a noção de possível presta-se a duas interpretações, uma abstrata, apenas lógica, na qual a condição formal da não contradição é suficiente para definir a possibilidade; e outra concreta, que implica a observação do real, a consulta aos fatos, para depreender dêles as virtualidades que aí têm assento e se tornarão, pela atividade criadora, fundamento de atos reais. Claro está que só desta última espécie se ocupa a consciência crítica. Ao investigá-lo, o pensamento é levado a representar o real não como algo invariável, exposto à contemplação, porém como fluência de sêres e acontecimentos empíricos, sucedendo-se em contínua mutação, pois só assim tem sentido a noção de possibilidade concreta. O conceito dessa necessária fluência e sucessão das formas objetivas da realidade é que constitui a idéia da historicidade do real. A consciência que no primeiro momento se instalou na categoria de objetividade, é conduzida, pelo aprofundamento da reflexão, a passar a outra categoria, a de historicidade, por transição necessária e sistemática. Esta segunda surge naturalmente como enriquecimento da idéia de objetividade, mostrando que o real, que a princípio fôra tomado, na expressão mais geral, como algo simplesmente objetivo, examinado mais concretamente se apresenta além disso como histórico. Êste caráter acrescenta-se ao outro, sem destruí-lo, mas complementando-o, trazendo novo esclarecimento à compreensão da idéia de existência material objetiva. A realidade é, pois, histórica, decorre no tempo e varia de momento a momento,

Mediante a categoria de historicidade descobrimos a insuficiência das formulações que se dispõem a exprimir o real em esquemas estruturais fixos, quer físicos, quer matemáticos ou sociais. O pensar crítico, ao reconhecê-la, fica advertido da impossibilidade de aceitar, ou de propor, qualquer compreensão das coisas, e particularmente da realidade nacional, que as trate supondo-as invariáveis. Tal modo de pensar está de antemão proscrito, pois o real a que o pensamento se refere é essencialmente histórico e como tal não assegura a nenhum enunciado a respeito dêle a regalia de validade definitiva. Observe-se que o traço distintivo da modalidade superior de pensamento é atribuir a historicidade ao real mesmo, e não apenas ao sujeito conhecente, conforme pretendem certas concepções filosóficas contemporâneas, que tiveram o mérito de acentuar a importância da historicidade, embora a interpretem, quase sempre, de maneira equivocada: é o mundo, na sua objetividade, que varia no tempo, e por-

tanto faz a história pelo seu existir. Não é o homem que historiza a natureza e a sociedade pelo fato de conhecê-las, mas é êle próprio um ser histórico por pertencer a um mundo físico e social que se transforma por si mesmo. A historicidade da existência humana não é caráter estranho ao real em geral, e sim a forma consciente dessa historicidade. É por essa razão que a história se percebe melhor no fluir dos fatos humanos, no curso das culturas, na duração das sociedades. Sentimos então mais vivamente a mobilidade das situações, a transitoriedade das idéias, crenças e valores, porque a temporalidade não se manifesta aí sob forma de retôrno periódico, como se dá na sucessão de alguns fenômenos naturais, o que fêz crer a certas concepções cosmológicas superficiais que a natureza não fôsse histórica porque sua mobilidade seria de tipo cíclico. Na verdade, a natureza no seu curso objetivo total não é cíclica e sim histórica, donde a necessidade de interpretar-lhe o movimento por meio de uma lógica dialética e não formal. O passado, na história social e cultural, está definitivamente vencido e revogado; o que ficou para trás só se conserva na memória, não é capaz de sustentar vitorioso embate contra as realidades novas constantemente emergentes. A historicidade, cultuada pela consciência crítica como princípio categorial, é o oposto do tradicionalismo, é a atitude teórica que procura ao analisar os fatos e dados empíricos referi-los sempre à dimensão temporal, vendo-os como produtos de um processo evolutivo, onde surgiram, por causas que reclamam ser descobertas, e no qual se dissolverão, cedendo lugar a outros, quando tiverem desaparecido as razões que os suscitaram.

O pensar histórico coloca todo dado objetivo na perspectiva do processo real, retirando-o da simples apreciação segundo conexões causais estáticas. Certamente, a causalidade é uma categoria objetiva e significa a relação necessária de todo fenômeno a outro, anterior, que o explica. Sem ela a ciência natural seria impossível, mas enquanto esta, depois de descobri-la, a considera, de acôrdo com razões metodológicas, como fixa, e válida invariàvelmente, a visão historicista coloca tanto o fenômeno quanto sua explicação causal na perspectiva dialética do processo. ou seja, declara que o fato não existe isoladamente, mas é aspecto ou momento de uma totalidade em transformação. Por isso não só as coisas e estados da realidade cessam de existir para dar lugar a outros, como o conceito explicativo pelo qual nos representamos a conexão causal que liga dois fatos é êle próprio produto histórico da consciência, e portanto variável com o

progresso do conhecimento científico. O que obriga a substituição da realidade é a existência no dado atual de contradições internas que levarão à sua derrogação. Dêste modo, a realidade do fato ou da coisa tem de ser entendida como um misto de condições que a determinam a ser tal como agora aparece, e de outras, opostas a estas, que trabalham no sentido de negá-las, revogá-las. Embora neste momento submissas e incapazes de manifestar o seu efeito, enquanto preponderam as primeiras, são a contradição instalada no íntimo da coisa. Êste misto não se mantém em equilíbrio estável, mas dialético, e por isso nenhuma situação real tem assegurada a sua indefinida durabilidade. Só as construções abstratas estão isentas desta contradição interior, alcançam a perenidade porque não existem senão no pensamento.

A pretensão dos filósofos formalistas é estabelecer uma relação de significação entre tais construções abstratas e o curso da realidade, de modo que esta seja absorvida pelas primeiras, nelas se enquadre, garantindo assim aos esquemas teóricos interpretativos, validade intemporal ou perene, condição sem a qual não lhes parece que possa haver verdade, e ao mesmo tempo dando à realidade, reconhecidamente variável no plano dos fenômenos, a única possibilidade de expressão lógica. A defesa dessa hipótese supõe o ajustamento metafísico do ser ao pensar por obra de miraculosa harmonia, e ademais inclina o espírito à aceitação de concepções que oferecem por melhor garantia a obediência ao raciocínio formal, a riqueza conceitual, a concordância com supostas condições *a priori* do espírito, ou a mera coerência interna. A atitude formalista habitua o espírito a satisfazer-se com teorias rigorosamente construídas em linhas estáveis, e a acreditar na validade permanente delas. Conduz a concepções da história pelas quais a mobilidade do real é aprisionada em esquemas abstratos preconcebidos, que de um só golpe englobam a totalidade do passado e do futuro, suprimindo, assim, o tempo concreto, aquêle em que na verdade as coisas acontecem, e substituindo-o por um tempo sem curso, puro receptáculo de sucessos, passados ou futuros, os primeiros sem causalidade, porque já extintos, os segundos sem originalidade, porque já previstos. É um modo de pensar naturalmente simpático à consciência ingênua. Agrada-lhe construir na imaginação alguma teoria da história, que permita demonstrar a validade perpétua de certas idéias e valores, sem deixar de aceitar ao mesmo tempo a fluência da realidade objetiva. Percebe em tôrno de si os fatos se substituírem aos fatos, mas considera-os como simples material transitó-

rio, destinado a preencher um invariável esquema de compreensão, eternamente verdadeiro. Admite a existência do processo, mas se recusa a ver nêle o elemento primordial, visto como acima dêle há todo um mundo de verdades e valores que envolvem e explicam o plano da mobilidade. Ainda que as situações se alterem, as idéias não perdem a significação, o valor, não cessam de merecer respeito e de exigir que se acredite nelas. Antes, parece à consciência ingênua que a noção de processo só pode ser entendida adequadamente por meio de um sistema de categorias vitalícias, possuídas eternamente pelo espírito, que se oponham à mutabilidade dos acontecimentos, para permitir reconhecer a transitoriedade dêstes. Se a mobilidade fôsse absoluta não a perceberíamos, diz, ou, o que vem a ser o mesmo, a consideraríamos como repouso. É porque comparamos o móvel com o imóvel, que percebemos o primeiro e encontramos-lhe a verdade naquilo que é invariável. O pensar dialético é para ela uma ilusão e, mais que isso, uma impossibilidade lógica. De fato, assim é, se a dialética, conforme foi concebida por certos esquemas românticos da história, se converte em molde fixo, em doutrina *a priori*, postulando leis invariáveis e válidas antes que os acontecimentos as venham corporificar. A interpretação da lógica formal, quer na sua variante clássica quer nas concepções simbólicas atuais, não sendo devidamente feita a partir de um ponto-de-vista dialético pode levar a crer na perenidade da sua validade, convertendo-a em argumento contra a visão dialética. A relação entre os dois modos lógicos de pensar só é corretamente estabelecida pela lógica dialética, enquanto etapa superior do processo de desenvolvimento da teoria do conhecimento. A dialética, longe de negar valor à lógica formal, acolhe-a e a explica como modo válido de pensar, determina-lhe os direitos e limites e sobretudo mostra o caráter histórico de que se reveste. Fazendo ver que o lado formal da lógica é um dos aspectos da sua realidade como ciência do pensamento, que foi reconhecido em determinado momento da história das idéias, por motivos compreensíveis, e depois se desdobrou em diversas concepções, a dialética acentua a natureza histórica da lógica, desfazendo-lhe as pretensões de constituir um saber imutável, uma ciência anterior à ciência e destinada a conduzir o curso desta última. Mostra, ao contrário, que a lógica, como qualquer outra ciência é histórica por essência, e mesmo é mais histórica do que as demais ciências, pois depende do progresso destas para conhecer os processos de raciocínio, demonstrados válidos pela prática social, que revelarão, pelo exame do seu conteúdo, novas leis formais e novas categorias verdadeiras do pensamento.

A consciência crítica autêntica não compartilha do modo de pensar que imobiliza a dialética e sim admite a abertura, sempre renovada, para o futuro, em cujas ocorrências se exprimirão leis que só então virão a ser conhecidas. Tais leis são empíricas, como tôdas; se aceitarmos como válidas as atuais, é para que, a partir delas, e da verdade relativa que lhes corresponde, encontremos os meios de captar nas suas falhas e inaplicações os sinais anunciadores das próximas. A verdade das leis atuais é considerada como momento de um processo epistemológico sem têrmo final, de aproximação indefinida ao conhecimento absoluto da realidade, sempre mais próximo e sempre inatingido. Conservaremos o espírito sempre receptivo para as manifestações das novas condições da realidade, pois contamos com elas como naturais, sabendo que a atual não é duradoura. O sistema de idéias que atenderá à estrutura nascente terá de ser induzido do real e não impôsto a êle; apenas parcialmente a representação atual irá colaborar nesse resultado, e o fará oferecendo-se como base de verdade dominante atual para confronto com as novas condições. Sòmente a consciência crítica está habilitada a utilizar corretamente a categoria de historicidade como fonte de esclarecimento do processo nacional. A modalidade ingênua corrompe a noção, transformando-a, ela que é fundamento de visão dialética e de projeção para o futuro, em princípio de concepção estática, tradicionalista e saudosista da realidade nacional. Confunde a historicidade, que é caráter do ser e da consciência, com a história decorrida, que é material de estudo. Erige o passado em valor absoluto, pois não acredita que venham a surgir outros valores, novos, no futuro. E valoriza acima de tudo o próprio modo de pensar, porque o encontra já constituído por longo e venerável passado. Torna-se assim herdeira de si mesma, fechando-se a qualquer aquisição vindoura.

As conseqüências, no terreno político, desta atitude intelectual são particularmente perniciosas. Cifram-se, em resumo, em negar que o real tenha o caráter de processo. Para não aceitar as posições a que seria levada partindo dêste postulado inicial, a consciência mal formada prefere repudiar em bloco o caráter de processo, e pensar o mundo e a realidade da nação segundo esquemas lógicos formais que os representam como estáticos. Defende com isso valores e interêsses que assim lhe aparecerão como duradouros, e que teria de admitir serem precários, se os relacionasse ao fluir

universal das coisas. Por isso, como dissemos, limita-se a pensar a história para trás, fazendo das transformações anteriores a série de ensaios, felizmente encerrada, que tinha por fim trazer a realidade à situação presente. A história seria a narrativa do grande movimento feito pela humanidade para conquistar o direito à imobilidade nas formas sociais de convivência e nas idéias e valores. A consciência crítica, porém, não se submete a esta percepção mutiladora, mas concebe a realidade inteira sob a espécie da historicidade, numa atitude metódica conseqüente, para alcançar a compreensão global dos acontecimentos.

— A racionalidade

No domínio político, esta maneira de ver é fecunda, porque, estendendo ao futuro a historicidade, leva à descoberta de uma terceira categoria, a seguinte na ordem da nossa exposição, a de racionalidade. Com efeito, a rejeição dos esquemas lógicos abstratos, por incapazes de enquadrar na essência a mobilidade dos fenômenos, cria a situação de ter de optar entre a afirmativa da total irracionalidade da realidade, ou a concordância desta com outro tipo de pensamento lógico, distinto do abstrato e formal. Supondo, sem discutir neste momento, que há motivos para repudiar qualquer tipo de concepção irracionalista do mundo e da existência humana, alguma espécie de racionalidade tem de ser aceita como governando os acontecimentos. Êstes não serão concebidos como simples dados de fato, ocorrências brutas, que só cabe admitir porque aí estão, sem explicá-los ou prevê-los. Se rejeitamos tal concepção e ao mesmo tempo não nos satisfazemos com o formalismo, forçoso é admitir que a racionalidade coexiste com a historicidade e se realiza nesta. Assim é que de uma categoria se passa à outra, numa seqüência sistemática. A historicidade, agora ficamos sabendo em que consiste, e porque se revela: é que o processo real, onde se manifesta, não forma uma série absurda de ocorrências, sem nexo e determinação, porém estabelece um domínio de racionalidade efetiva, a qual se exprime em conexões necessárias, que, em conjunto, mostram haver uma lógica imanente ao movimento da realidade.

Mas, sendo a noção de historicidade consecutiva a outra, mais fundamental, a de objetividade, ficamos compreendendo, então, que a lógica na qual se exprime a racionalidade do processo é objetiva, pertence originàriamente ao próprio curso das coisas, e não ao espírito, que só secundàriamente a reflete. Tem de ser uma lógica de caráter dialético, que esposa, na mobilidade do conteúdo dos conceitos, a mobilidade efetiva dos fenômenos nêles representados. A noção de racionalidade oferece-nos, pois, novo aspecto, segundo o qual se transmite à nossa consciência a objetividade do real. Por intermédio da idéia de historicidade, sabemos não se tratar da racionalidade abstrata, correspondente a uma Razão cósmica, destacada do mundo e superior, nem tampouco da racionalidade formalizada, da rígida dedutividade dos conceitos, e sim da racionalidade concreta, só capaz de ser apreendida a partir dos fatos a que preside e só válida para êles. É êste o motivo pelo qual a consideração da história nos encaminha à idéia da razão histórica. Não deve ser entendida como abstração impessoal, sistema de conceitos e de leis *a priori*, que se vão realizando ao longo do tempo, à medida que se manifestam na consciência. A razão histórica deve ser compreendida como a apreensão do caráter lógico objetivo do surgimento e sucessão dos fatos sociais, enquanto se revelam ordenados e coerentes. Temos de descobri-la por via empírica, nunca por meio da intuição intelectual ou por dedução a partir de verdades reveladas. A razão de um fato é também um fato, e como tal tem de ser captada na experiência, assim como as leis que os governam não são decretos do Espírito universal, mas relações necessárias, que apreendemos em repetida e metódica observação.

Importante é que a consciência que investiga os fatos sociais esteja munida da certeza da racionalidade do real, pois dêste modo estará afastado o risco das concepções irracionais, místicas, intuitivas, e colocada em base lógica a procura da explicação das coisas e acontecimentos. Contudo, se com êste procedimento numerosas ingenuidades são postas de lado, não está ainda assegurada a boa compreensão, pois o conceito de racionalidade não é unívoco. Há uma racionalidade formal, de que muitos se contentam, e que se mostra totalmente inoperante no plano político; segundo êste modo de pensar só a natureza é capaz de obedecer a leis objetivas, sendo os fatos sociais refratários à compreensão causal, pois nesse domínio operam ùnicamente as leis psicológicas ou as de fabricação jurídica. Para opor-se a esta doutrina é indispensável abraçar o conceito de historicidade que a considera como qualidade concreta, e não formal, das coisas, instituições e idéias; em conseqüência, postula a racionalidade imanente à existência histórica como válida para tôda a ordem de fatos empíricos, naturais e sociais. Assim

orientados, escapamos às ilusões da racionalização vazia e ineficiente, avisados de que esquemas explicativos de tipo abstrato são sempre possíveis, mas não desempenham papel eficaz na transformação da realidade. Para interpretar a realidade nacional, só a racionalidade considerada enquanto expressão de determinado processo histórico é legítima e útil. A lógica geral da história, ainda que em teoria admissível, só pequena contribuição traz à compreensão dos casos particulares, especialmente quando sabemos serem tais doutrinas produtos do pensamento metropolitano e, por isso, suspeitas de inverdade quando aplicadas ao conhecimento da realidade do país subdesenvolvido. A categoria de racionalidade tem importante função no sistema do pensar crítico, porque, a partir da sua descoberta, a das demais segue-se por necessidade. Com efeito, a objetividade, que agora sabemos manifestar-se como realidade histórica, precisa traduzir-se em conceitos e proposições racionais, sendo inadmissível fazer dela tema para intuições profundas, mas gratuitas, pretendendo passar por teorias científicas.

— A totalidade

O pensar crítico é levado a perguntar em que consiste o atributo de racionalidade, que descobriu ser traço próprio da realidade nacional. Ao examinar as diversas hipóteses levantadas para satisfazer o desejo de explicação, desde as de ordem metafísica às de caráter sociológico ou psicológico, virá a reconhecer que o real possui outro atributo, tão imprescindível quanto os primeiros para a sua correta compreensão: é aquêle que se exprime na categoria de totalidade. Chegamos a esta noção partindo da racionalidade, ao indagar do modo pelo qual a realidade revela a sua estrutura racional. Somos levados então a compreender que a identificação do real ao racional, tese sustentada por doutrinas filosóficas na antigüidade e na época moderna, quer a admitamos em forma de princípio metafísico, quer a consideremos do ponto-de-vista empírico, a título de aspecto categorial exige a intermediação do conceito de totalidade. A realidade é racional porque compõe uma totalidade, e inversamente só se reconhecerá a racionalidade no mundo objetivo, se êste fôr apreendido como totalidade. Êste conceito é, pois, categoria do pensamento crítico com validade empírica, e não simples conceito lógico abstrato, sem alcance objetivo, ou de aplicação parcial e indireta. É o próprio mundo que se constitui para nós em totalidade, ou seja, que oferece cada um dos seus aspectos, na particularidade em que os percebemos, indicando a totalidade de que tal aspecto é elemento. A totalidade existe originàriamente como fato objetivo e não como idéia, por isso constitui, quando transladada ao plano dos conceitos, categoria da apreensão da realidade. O pensar crítico só produz a representação racional da objetividade histórica concebendo-a como totalidade.

Observa-se, assim, a íntima conexão entre as quatro categorias até aqui referidas. Sòmente como todo é possível pensar o real em forma que apresente, simultâneamente, as condições de temporalidade histórica e de interpretação racional. Se tomarmos a objetividade no parcelamento em que a captamos na percepção empírica, sua transitoriedade histórica, igualmente dado de experiência, converte-se em obstáculo à racionalização. De fato, se quisermos racionalizá-la incluindo entre seus aspectos a transformação incessante das coisas, temos de proceder de uma destas duas maneiras: ou o conceito se manterá invariável, e em tal caso se reinstala a dissociação entre o real e o racional; ou teremos de admitir a variabilidade do próprio conceito, para manter-se ligado aos objetos em transformação, e necessitaremos, então, de reformar por inteiro a teoria da lógica, que deixará de ser formal para se tornar dialética. O que permite unir as três categorias iniciais em uma única consciência crítica do real é a apreensão dêste como totalidade. Para tanto, faz-se preciso entender o sentido que a totalidade imprime aos elementos que a compõem. Não abraçamos a concepção idealista, e por isso não somos forçados a invocar uma razão universal, Espírito ou Idéia, que se vai corporificando ao longo da história, a fim de manter unidos por êsse laço de origem todos os aspectos de que se reveste a objetividade. Sabemos que assim como na natureza a existência de leis objetivas pertencentes à própria realidade e não ao espírito explica a interligação de todos os fenômenos, de tal maneira que a submissão das coisas físicas àquelas leis organiza o conjunto dos objetos materiais em totalidade concreta capaz de ser conhecida pela inteligência, assim também causas materiais são suficientes para conduzir à criação de uma consciência coletiva, de um estilo geral de comportamento, que confere à sociedade a condição de totalidade. Tudo quanto nela acontece, desde as reações mais elementares até as manifestações mais elevadas do gênio espiritual, integra-se no conjunto orgânico do todo e vem marcado com o seu sinal. Há em verdade um espírito geral, que reconhecemos em cada fase do suceder

histórico; referindo-nos a êle, encontramos o vínculo articulador das partes ou elementos de tal fase. Mas não é um espírito descarnado, uma razão pura formada por meros conceitos lógicos à procura de um corpo onde se realizarem. A totalidade constitui-se como razão da objetividade, em certo momento e lugar, porque assenta em cada uma das partes, porque se reflete nos elementos que a compõem, de tal sorte que qualquer dêles tomado isoladamente deixa de ser portador do sentido nêle reconhecido, em virtude de fazer parte daquele todo, mas sòmente quando visto em conexão com a multiplicidade dos demais aspectos do real revela a razão do todo. Não alcançamos a totalidade por intuição, nem por soma de partes; chegamos a ela pela via indutiva que, partindo dos dados, nos revela a lei do todo. A consciência crítica é aquela que necessàriamente pensa sob o signo da totalidade, não porque assuma atitude dogmática, pretendendo pomposamente falar em nome do conhecimento universal, querendo passar por detentora da verdade absoluta e indiscutível, mas porque possui a compreensão de que é impossível unir o caráter de transitoriedade histórica da realidade ao de racionalidade senão por meio da idéia de totalidade. Com efeito, a correlação recíproca de tôdas as partes do real permite compreender que haja simultâneamente mobilidade universal e lei racional, presidindo as transformações do todo.

A realidade social em transformação constante seria o domínio do irracional, se não a admitíssemos como estruturada em totalidade, que dá coerência de sentido às particularidades. Se assim não fôsse, os fatos seriam absurdos, não guardando relação constante senão com outros próximos, formando grupos de fatos independentes que, em vez de representarem em conjunto a totalização da realidade, determinariam cada vez mais a particularização da experiência. Grupar os fatos, mas não fazê-lo segundo a dimensão da totalidade pode dizer-se que é, paradoxalmente, isolá-los. Assim se explica porque a racionalização que a consciência ingênua procura levar a cabo é simplória, inautêntica, ineficiente. É porque repudia deliberadamente a idéia da totalidade, que lhe parece especulação imprecisa, obscura e desnecessária. Acredita ser uma dessas ilusões doutrinárias que afastam o espírito do sadio contato com as coisas, abrem as portas da fantasia, depreciam o bom-senso e o esfôrço modesto, paciente e rotineiro dos que se aplicam à investigação empírica, sem o pedantismo de altas cogitações. Repugna à consciência ingênua invocar razões derivadas da consideração do todo, porque, não reconhecendo o caráter objetivo

da lei de universal ação recíproca das coisas, lhe parece que o todo é uma abstração, um conceito lógico sem correspondência no real, pois estamos sempre em presença sòmente de alguma área parcial da realidade, e apenas esta nos interessa. Se exprimisse teòricamente a objeção, diria que há oposição entre objetividade e totalidade; que há contradição em querer pensar objetivamente o todo da realidade, desde que, por evidência, vivemos sempre em presença de partes, sendo a totalidade pura idéia, produto imaginário do pensamento, que a compõe por agregação ideal de elementos em número indeterminado. Pensar o real em totalidade expõe-nos às mais insidiosas ficções, levando-nos a abrir mão da oportunidade de imediata compreensão dos aspectos episódicos que a cada momento nos são oferecidos pelas circunstâncias.

O pensar crítico, ao contrário, afirma que a necessidade de tratar a realidade nacional como processo histórico, obriga a assumir a visão global, porquanto só assim os fatos manifestam um aspecto da sua essência, que, de outro modo, passaria despercebido: a sua intencionalidade. Desprovida do ponto-de-vista categorial da totalidade, a razão será levada a supor que esgota a cognoscibilidade de um fato ao captá-lo na realidade imediata e atual do seu conteúdo sensível. Ora, assim procedendo, a razão não o teria realmente esgotado, pois o caráter intencional nêle entranhado, em tal caso, lhe escaparia. Tal caráter existe sempre, sendo algo diferente do conjunto de notas empíricas oferecidas à percepção. A intencionalidade está contida no sentido de que o fato se reveste, e deriva do estado geral da realidade, das fôrças produtivas e das relações de produção do sistema social, do grau de avanço do processo de desenvolvimento nacional e da qualidade da consciência correspondente, condições nas quais se funda a existência e o conhecimento do acontecimento em exame. Por sentido entendemos coisa diferente da causalidade, quer eficiente, quer final, que exprime uma relação efetiva entre fenômenos, segundo a qual o fato considerado não existiria, não se dando certos antecedentes e os mecanismos e fins da ação, que o devem produzir. A explicação causal, pela exclusiva referência a um antecedente obrigatório, por necessária que seja, como realmente é, não explica o sentido contido no fato ou coisa. O sentido tampouco se identifica com o aspecto teleológico da ação, pois é aspecto objetivo da coisa e não intuito subjetivo do agente. O sentido deriva de que a produção da coisa, ou do fato, a vai instalar num espaço real já preenchido por um número indefinido de outros objetos, em certo momento

do processo social de uma comunidade, donde estabelecer-se um tecido de conexões do novo objeto com a totalidade presente, que resulta em conferir ao objeto determinado sentido ou significado. Êste é pois objetivo, e, enquanto conferido pela totalidade ao elemento que nela ingressa, serve recìprocamente para revelar, por indução, os caracteres específicos do todo, que naquele novo objeto se refletem, por serem os antecedentes que o tornaram possível e depois o fizeram real. O sentido é essencial, pois não apenas por meio dêle se entenderá a completa significação real do fato, como é a partir da consideração do sentido dos objetos presentes que compreenderemos a transição da realidade atual para a futura. O sentido investe o acontecimento dêste instante de uma determinação histórica, que a simples causalidade eficiente ou final não outorgaria; e essa determinação, ao mesmo tempo que permite explicá-lo em função do todo presente, torna-se fundamento para compreender a contribuição que tal acontecimento traz à transformação da realidade atual na futura.

O sentido de totalidade prefigura como mais racional entre tôdas as alternativas, uma delas, para suceder ao estado presente. Não permite, contudo, prever que tal sucessão venha a ter lugar necessàriamente, nem significa que o nexo de sentido seja suficiente para determinar a existência futura. O sentido apenas dá inteligibilidade ao suceder histórico, levando-nos a compreender como a realidade objetiva. reconhecida pela análise categorial como histórica, encontra a sua racionalidade, não só na relação causal com os antecedentes que a construíram, como também nessa relação de sentido, que estabelece um vínculo de significação entre todos os fatos do presente, uns com os outros, e entre o presente como todo e o estado em que se vai pròximamente transformar. Bem sabemos que o conceito filosófico de totalidade tem uma genealogia que mergulha no mais obscuro misticismo, e por isso, se não fôr utilizado com clarividência, ameaça conduzir-nos ao oposto do que desejamos, à confusão e às nebulosidades irracionais. Isso, porém, só acontecerá se perdermos de vista o cunho empírico de tal idéia, se nos deixarmos seduzir por formulações místicas, que fazem do Todo um mundo pré-cósmico, como Ser, Um, ou Idéia universal em desenvolvimento, ou como conteúdo da mente divina. Estamos a um infinito de distância das concepções alegóricas e idealistas dêste tipo. Afirmamos apenas a necessidade de pensar categorialmente a realidade, em particular a realidade do país, a partir da noção de totalidade,

como referência dos fatos uns aos outros, correlação recíproca das coisas, negação da inteligibilidade isolada de qualquer aspecto do real.

A totalidade, de que falamos, é categoria empírica, cujo conteúdo efetivo varia històricamente; por isso não é lícito utilizar a percepção total que nos tenha servido para compreender certo momento do curso da existência nacional, aplicando-a a outro momento. As transformações contìnuamente operadas na realidade quebram a cada fase do desenvolvimento nacional a totalidade vigente, fazem surgir novas constelações, para cuja compreensão a consideração do sentido que tinham os acontecimentos na fase anterior será valioso subsídio, mas nada mais do que isto, pois de antemão sabemos ser preciso refazer o conceito de totalidade segundo as novas configurações dos fatos. Temos de considerar também que a totalidade de cada momento é, como dissemos, aberta, o que impede de delineá-la num contôrno exato e definitivo. A idéia de totalidade é exigência categorial para o entendimento de um processo objetivo e por isso nunca está ligada a um conteúdo definitivo. Nunca a possuímos inteiramente, mas temos sempre de constituí-la para nos orientarmos por ela. Não é miragem conceitual, porque não a afirmamos como absoluta; tampouco é um *flatus vocis,* conceito gratuito, porque a constituímos partindo da observação e provamos a sua validade na prática social da fase histórica a que pertencemos. A significação essencial dessa noção está em determinar condutas sociais extremamente benéficas aos interêsses do país em processo de desenvolvimento. Enquanto o pensamento dogmático, repudiando a idéia da realidade nacional como processo, tende a decidir das ações segundo postulados lógicos e éticos abstratos, os quais principiam por imobilizar o real a pretexto de só assim ser possível interpretá-lo, a concepção crítica vê o país como um todo, e inclui em cada fato particular que lhe é dado observar a totalidade dos demais aspectos do real. Percebe a inutilidade de soluções isoladas dos problemas nacionais, pois sabe que nenhum dêles é determinado por causas parciais, e por isso acidentais, mas só existe enquanto expressão do estado geral do país. Se é evidente que todos os problemas não podem ser solucionados de uma só vez, a categoria da totalidade tem o mérito de mostrar não haver solução para nenhum dêles senão em função do todo; mas, por outro lado, a bem dizer, resolver um é resolver o todo, pois êste se transforma com a modificação de qualquer dos seus aspectos singulares, deixa de ser o que era, é um novo todo, depois da resolução

de cada um dos seus problemas. O conceito de totalidade contribui para o aprofundamento crítico da compreensão das soluções exigidas pelos problemas nacionais particulares. Evita cair no conceito ingênuo de "solução definitiva" ou de soma de soluções, pois, colocando o aspecto parcial na perspectiva do todo, dá nova dimensão, novo significado, à idéia de solução de um problema parcial da realidade, ao mostrar que consegui-la é ao mesmo tempo alterar o todo que a oferecia como problema. No país subdesenvolvido os empreendimentos transfiguradores exigem extraordinária concentração de atenção em setores particulares da realidade, sôbre os quais é dirigida a atividade governamental. A fragmentação da percepção coletiva, daí resultante, é portanto até certo ponto normal, visto que sem a concentração de recursos e de decisão sôbre um setor definido do contexto real, jamais se chegará a tornar eficazes os esforços criadores.

A consciência desarmada parece haver sempre imenso número de problemas descurados, porquanto todo o afã da ação governamental, tôdas as disponibilidades financeiras são canalizadas para o setor que enfeitiçou o espírito dos dirigentes. Observa-se nesta censura a perda da apreciação global. Por falta de entendimento da relação dialética entre todo e parte, a consciência ingênua é incapaz de avaliar corretamente os casos em que o ataque a problemas particulares, dada a qualidade dêstes, visa à efetiva alteração do todo, e portanto constitui a ação política justa, e de separá-los daqueles outros casos nos quais a escolha do problema é arbitrária, ditada pelas conveniências dos que se beneficiarão com as soluções, e por conseguinte destituída de efeito útil sôbre a totalidade. A perda da percepção global conduz a incrementar situações de tensão social e a diminuir o rendimento no trabalho de desenvolvimento. Impede compreender que a mudança favorável de qualquer aspecto da realidade nacional é causa de perturbação, às vêzes grave, na consciência social: as massas, vegetando em níveis rudimentares de trabalho, os pequenos assalariados urbanos e os setores marginais das classes médias, por falta de esclarecimento, são sempre propensos a considerar como piora de situação todo início de transformação ampla. As classes empresariais, justamente porque cada qual está aplicada a uma tarefa particular, mostram-se reservadas e freqüentemente mal dispostas a saudar as transformações ocorridas, porque lhes parece que há sempre outros ramos da produção, diferentes do seu, que estão obtendo desproporcionais proveitos com as modificações em curso. Os líderes políticos ingênuos,

fazendo-se porta-vozes dessas incompreensões e ressentimentos, traçam o quadro da realidade do país em linhas sombrias e profetizam calamidades. E a verdade é que nunca lhes falta algum apoio nos fatos, desde que êstes sejam tomados isoladamente. Como raciocinam na ausência do conceito de totalidade nacional, muitos dos seus enunciados chegam a parecer justos; só não são, porque, privados daquela categoria, não passam de ingenuidades.

O desenvolvimento é processo que se realiza por desigualdades, não pode ser o deslocamento compacto e uniforme do todo social de um degrau para outro, mais alto. A idéia de transformação do todo tem de ser interpretada dialèticamente. A compreensão abstrata e somatória da realidade só admitiria como transformação do todo a que consistisse na transformação de tôdas as partes, mas o entendimento dialético mostra que, ao contrário, a simples alteração de uma única parte já é a transformação do todo, que deixou de ser o que era para se tornar outro. O todo não se transforma de todo, ou seja, de uma só vez, em bloco, mas em virtude da mudança progressiva das partes. Estas, mudando enquanto partes, é que constituem a variação do todo; não é portanto a transfiguração total das partes, mas a variação qualitativa de algumas, que significa a transmutação da totalidade. É sempre o salto de algum aspecto parcial do real de um nível para outro que determina a subida do conjunto, após um curso acidentado e imprevisível, no qual, ao fim, todos os aspectos foram promovidos de grau, quase nunca sendo lícito prever com rigor quando, e em que ordem, ocorrerá a modificação de cada um. Mas como, ao chegarem os últimos ao degrau superior, já alguns dos que nêle se encontravam terão subido a outro plano mais alto, o resultado é a permanente desigualdade na expansão das fôrças transformadoras da realidade, sabendo-se, portanto, que umas estarão à frente de outras, e que precisamente êste avanço é que aciona as retardatárias. Nada garante prever que as mais avançadas de um momento continuem a sê-lo na passagem para outra etapa. Pode acontecer que setores aparentemente atrasados se avantajem e arrebatem a função pioneira. O caso mais comum é mesmo uma espécie de rodízio na primazia do avanço, pois a unidade do conjunto nacional, na sua dinâmica histórica, determina que o progresso de certo setor ou região o faça ir além do ponto mais alto alcançado pelo setor até há pouco mais adiantado.

Esta consideração é feita apenas para mostrar que a necessidade de o desenvolvimento se processar por desigual-

dades dá motivo a incompreensões e ressentimentos, cuja origem está em se considerarem as desigualdades pelo ângulo da parcialidade, com abandono da percepção total. Sentimos aqui quanto é indispensável a noção categorial de totalidade para ajuizarmos do desenvolvimento nacional, o qual só é devidamente interpretado como processo à luz da noção de totalidade; tomado na particularidade das iniciativas isoladas, determinadas por fatôres imediatos e para objetivos também imediatos, não aparece como processo histórico coerente. Sòmente quando colocamos uma realização particular na perspectiva do todo que é a nação, estamos em condições de apreciá-la como aspecto de um processo geral, e não como simples produto da ação individual. A invocação do todo corrige as causas de incompreensão a que nos referimos linhas atrás. As relativas desigualdades, dentro do regime econômico vigente, deixam de ser anomalias, porque na verdade não são desenvolvimentos parciais, injustos e proveitosos apenas para alguns afortunados, mas partes de um único desenvolvimento. Assim consideradas, e sempre em função da ideologia social vigente, sua significação é outra, são o modo pelo qual se processa a transformação do conjunto. Se, de fato, há indivíduos e grupos que, de momento, em razão de particular estrutura de classe da sociedade considerada, canalizam para si vantagens consideráveis oriundas das desigualdades, a idéia de totalidade indica-nos que, apesar disso, e por mais revoltante que seja êsse privilégio, efetivamente o País, como um todo está sendo beneficiado. Objetará alguém ser magro consôlo esta reflexão filosófica, que as pessoas práticas certamente receberão com sorriso, mas não se trata aqui de examinar os efeitos psicológicos das situações, e sim de descrevê-las e de descobrir as idéias eficazes para interpretá-las. É claro que os favoritismos são odiosos e indefensáveis, mas, pela própria irritação social que causam, tornam insustentável a ditosa situação dos favorecidos do momento, e se constituem, então, enquanto contradições da realidade, em mola propulsora dos grupos e setores retardatários, desencadeando ações reivindicatórias e criadoras, destinadas a corrigir o desnível dos favores, tornando-se causa de ascensão dos atrasados. Neste sentido, os efeitos espoliativos exercidos sôbre as massas pelos aproveitadores das inevitáveis disparidades do desenvolvimento econômico, tal como se vem processando no regime vigente, atuam como contradição objetiva, capaz de consolidar uma única consciência de classe nas massas trabalhadoras de todo o País, e levá-las ao exercício de pressões políticas, cujo

resultado será modificar as condições que atualmente obrigam o desenvolvimento a fazer-se mediante injustas desigualdades. Ademais, as desigualdades objetivas são dialéticas, são variáveis com a própria variação que imprimem à realidade onde se processam, de modo que tendem a se tornar cada vez menos acentuadas, à medida que progride a transformação do todo nacional.

Por conseguinte, a noção de totalidade, sem constituir justificativa para as dificuldades e evitáveis injustiças do processo de desenvolvimento, é válioso instrumento para compreendê-las. Abre uma permanente disposição de espírito ao recebimento dos fatos, que os tira da insignificância ou da odiosidade, transportando-os para o plano do entendimento. Tal operação, só a consciência crítica está capacitada a realizar, porque é de sua natureza aceitar idéias gerais, alçar-se às formas categoriais de pensamento. Já a atitude ingênua, cultivando a objetividade sem situá-la na perspectiva de conceitos impessoais, compraz-se no âmbito restrito da observação imediata, valorizando-o como domínio do saber seguro, por contraposição às aventuras especulativas. O pensar, segundo a perspectiva do todo, é, pois, atitude própria da razão crítica, que sabe assim proceder em obediência a uma determinação sistemática da sua estrutura própria. Não só procede assim, como reflete sôbre êste procedimento, e é então que transita a outra forma categorial, decorrente, quanto ao sistema da razão, da categoria do todo: a noção de atividade.

— *A atividade*

A passagem da categoria anterior a esta nova é necessária e se faz quando o pensamento descobre que a totalidade à qual se refere, sendo histórica, não revela o seu conteúdo racional ao espírito que apenas se posta diante dela para contemplá-la, mas ùnicamente a quem nela intervém pela ação. A consciência crítica atinge a categoria de atividade ao desenvolver as conexões lógicas entre as anteriores. Com efeito, partindo do fundamento da objetividade, ao reconhecê-la como histórica, é conduzida a procurar a racionalidade nela existente. Para tanto, é levada a apreender a realidade como totalidade, de acôrdo com o anteriormente dito. Mas, a mira de todo êste procedimento é a descoberta da racionalidade da totalidade objetiva em transformação, descoberta que só será levada a efeito,—é o que agora se revela,—pela razão que

seja ao mesmo tempo atividade. A razão contemplativa ronda por fora o objeto, tem o mundo por espetáculo, mas é incapaz de modificá-lo. A consciência, que já meditara sôbre a sua natureza histórica em face da realidade global, compreende agora que sem a operação efetiva sôbre o real não chegará e descobrir-lhe a racionalidade, pois esta não é produto obtido da experiência por processos intelectivos, nos quais o sujeito se comporta como figurante imóvel, recebendo passivamente impressões externas, mas consiste na aquisição, pelo espírito, da lógica imanente ao mundo objetivo, aquisição esta ùnicamente possível para quem se compromete, melhor diríamos, se "intromete" no real, ao agir sôbre êle. A lógica do processo social não se desvenda senão a quem dêle participa pela prática, e com tanto maior clareza se manifesta quanto mais transformadora, ou seja, revolucionária fôr a qualidade de tal prática. Porque não se trata do puro encadeamento de conceitos, mas da inclusão do pensamento nos fatos, para produzir novos fatos, de representar o significado das coisas enquanto vividas, de apropriar-se em idéia dos acontecimentos naquilo em que nos afetam. A objetividade experimentada no viver quotidiano, na preocupação pelo ser das coisas, onde se corporifica parte considerável da preocupação do ser humano por si mesmo, não seria percebida fora da correlação do pensamento com o mundo material estabelecida originàriamente na ação. A consciência crítica, para se conservar contìnuamente verídica, exige estar empenhada na ação sôbre a realidade, sem o que não evitará certos desvios idealistas e ingênuos, pois as condições de exercício da ação, para quem as precisa conhecer, a fim de ter sucesso na operação que está executando, determinam o real desenvolvimento da consciência, um enriquecimento das idéias que jamais seria obtido pela simples contemplação. Quando, porém, o indivíduo reflete sôbre a ação feita ou sôbre aquela que pretende fazer, é obrigado a tomar o real em totalidade, pois o ato se inclui nêle e o modifica, com o que põe em jôgo o sistema inteiro das suas relações. O ato, se passou de possível a efetivo, é porque atendia às disposições, ao modo de ser da realidade em si, que lhe permitiram produzir-se. Refletir sôbre êle, ao praticá-lo, e não apenas concebê-lo na imaginação, sem a concomitante operação, leva a descobrir a estrutura lógica do processo objetivo, cria a consciência das condições que o exigiam, o possibilitaram, e, por fim, lhe dão existência. Por isso, a meditação sôbre a atividade faz a consciência perceber que só quando se considera a si mesma

como fonte de ação é capaz de fundir-se com o processo objetivo e de verdadeiramente conhecê-lo.

O pensamento ingênuo ignora esta categoria, sendo normalmente inclinado a imobilizar a realidade, na presunção de que só assim a entenderá, e a excluir da compreensão dela as operações pelas quais o homem a transforma, e que constituem, de modo geral, o conceito de trabalho. A consciência simplista acredita que o pensamento por si mesmo, no plano da cogitação pura, constrói as teorias justas, capazes de dar a verdadeira explicação dos fenômenos e que dessas construções abstratas é que derivam as possibilidades de aplicação prática, a serem realizadas pelo trabalho, assistido pela técnica. A verdade, porém, se exprime pela proposição inversa: na origem das teorias está o trabalho efetivo exercido sôbre o real, de onde surge a descoberta das propriedades das coisas e a formulação de problemas, para atender aos quais se concebem idéias e se estruturam teorias. Ao considerarmos, em particular, o aspecto da realidade constituído pela existência da nação, compreenderemos porque a idéia de atividade se inclui necessàriamente entre os atributos do pensar crítico. A nação não é um objeto, é um afazer. Incumbe a todos os que a ela pertencem construí-la, pois sua existência não está afiançada, nem tem prosseguimento fora da vontade da comunidade. Mais que qualquer outro círculo do real, a nação consubstancia em si um processo total, o que melhor se percebe tratando-se de nação em curso de desenvolvimento. Neste caso, a mutabilidade do real torna-se patente, não vivemos dois dias no mesmo país. Ora, a transformação assim tão intensa resulta da convergência de atividades, de trabalho, que não são acidentais, mas o fundamento constitutivo dessa mutação. A consciência que não procurar captar a realidade segundo esta perspectiva, obrigatòriamente a estará distorcendo.

Contudo, o trabalho transfigurador não seria apreendido criticamente se fôsse considerado como dado externo, apresentado à consciência observadora para fins de representação; em tal caso, só resultaria em conceito intelectual. Na verdade, o pensar crítico do trabalho só é possível no próprio trabalhador, enquanto ao realizá-lo assume as categorias lógicas do real, sem cuja representação o trabalho seria inexeqüível. Só lhe é possível trabalhar porque sua consciência está imersa na totalidade do real, investiu-se da racionalidade presente nas coisas, para, conforme os ditames desta, obter os resultados que têm em vista. Assim, a racionalidade do real só se manifesta ao pen-

samento mediante a atividade efetivamente exercida e não apenas concebida ou observada. A ação é, pois, mais do que um dado da experiência; é condição da experiência cognoscitiva, a qual sem ela não abriria à consciência a sua racionalidade própria, e não teria, portanto, prosseguimento coerente e fecundo. Ao se compreender a si mesma como origem e determinação de ação, a consciência se constitui em caráter crítico e se qualifica a representar verìdicamente a realidade. Mas, a ação que vai produzir, para desempenhar seu verdadeiro papel de descobridora do real, por inserir-se nêle, deve distinguir-se das ações manifestadas pela dinâmica espontânea do processo físico por alguma característica que revele a posição própria do sujeito consciente. Essa característica existe, é a liberdade.

— A liberdade

Passamos assim a nova categoria do pensar crítico por uma transição sistemática, determinada pelo aprofundamento da reflexão sôbre a atividade. Agora, a consciência crítica torna-se ciente de que a idéia da liberdade está nela como conceito correspondente a uma disposição formadora de seu ser. Enquanto pensa e se propõe a agir livremente, a consciência se torna crítica, e não ingênua. Pois esta última modalidade entretém a respeito da liberdade as mais equivocadas ilusões. Ora julga que a liberdade só é atributo de uma consciência transcendental, não corporificada no curso dos acontecimentos; ora a considera obstáculo, quando possuída pela grande massa, à atuação daqueles poucos que realmente importa serem livres, os membros da elite dirigente. A concepção do caráter social da liberdade dá solução a muitas das obscuridades causadas pelo tratamento metafísico da questão e permite superar certas formas de alienação particularmente danosas aos esforços de libertação do trabalhador do país pobre. Com efeito, o existente humano é eminentemente social, está vinculado à prática da ação em comunidade, donde ser necessário proceder à descrição do atributo da liberdade, interpretando-a como caráter que só adquire sentido no plano da operação em comum. O conceito de liberdade não é, por isso, fixo, não corresponde a um conteúdo único e permanente, mas varia històricamente com o contexto social que, conforme as peculiaridades e o grau do desenvolvimento econômico, reconhece como atos livres certo conjunto definido de comportamentos. É indispensável

indagar daquilo que, no consenso da comunidade, é entendido como liberdade, pois esta não é originàriamente atributo do ser humano, mas dos seus atos, e, por conseguinte, depende da possibilidade de executá-los com a aprovação da comunidade. Cada sociedade, de acôrdo com a etapa atual do seu processo histórico, valoriza como livres certos atos e exclui outros dêsse valor. É a prática social que, vendo se realizarem os gestos proveitosos exigidos pelo processo objetivo, considera como liberdade positiva o direito de fazê-los, aplaude-os e, para melhor premiar aquêles que os executam, atribui-lhes, em pessoa, a causalidade de tais ações. Introduz, assim, na interioridade do agente a origem dessas ações e, portanto, a responsabilidade e o mérito de tê-las feito. A sanção social dos atos livres, isto é, libertadores, exprime-se pelo aplauso que a comunidade vota aos autores dêles, e a forma como se manifesta o louvor coletivo é reconhecer-lhes a posse de um poder subjetivo de decisão, cujo bom uso se apressa em saudar. Cria-se assim o conceito da subjetividade da liberdade, e esquecida fica a sua origem no consenso comunitário. A qualidade do ato é conferida ao agente. Mas a reflexão crítica vem restituir a verdade ao processo e compreender o autêntico conceito de liberdade.

Transferir a liberdade do plano social para outro, qualquer que seja o nome que lhe demos, onde se converte em atributo metafísico do ser, válido no domínio da transcendência moral; ou suprimi-la, na confissão brutal de que a uns poucos apenas compete possuí-la, para que a concedam às massas segundo o critério de sua alta conveniência, é, em qualquer dos casos, negar à consciência nacional a possibilidade de se tornar objetiva, e de, ao longo da série de suas categorias, chegar à representação de si como origem de atividade. Porque sòmente sabendo-se causa de atos livres pode a consciência constituir-se em origem do justo projeto de existência para a comunidade, ou seja, do projeto de sua libertação. Sem aquêle predicado, o pensamento terá de assumir as mais variadas posturas, desde a de simples espectador dos fatos até a de instrumento das decisões alheias, mas não será nunca criador da realidade. O reconhecimento de si como ser ativo, não sendo acompanhado da certeza da liberdade, conduz o pensar a se considerar mero automatismo, ou a admitir a liberdade em outros, que dela gozariam por direito histórico. A consciência ingênua, em face da liberdade concreta pretendida pela nação atrasada, que dela necessita para realizar o seu desejo de desenvolvimento,

fica prisioneira desta alternativa: ou a nega ou a reconhece, mas nos outros, nos povos adiantados.

É sôbre o fundamento da atividade, como forma constitutiva da consciência nacional, que esta chegará a definir-se a si mesma como livre. Se não refletir sôbre sua ação efetiva, se não referi-la a atos concretos em face dos quais se tem de decidir, o debate sôbre a liberdade não passará de discussão acadêmica, sem maior interêsse para a análise da realidade. A liberdade de que tratamos, e que desejamos saber se possuímos, e em que condições, é aquela que nos permita, mediante o trabalho sôbre o mundo físico e a luta contra os institutos sociais anacrônicos, construir para nós a representação verídica do real e a que determine a ação conseqüente, graças a tal representação e à proposta de fins conscientes que estabelecemos para nós. Enquanto a liberdade é um tema, não existe; e quando existe, são os seus resultados o que se deve discutir. Como tema, a discussão reveste-se de caráter abstrato e improfícuo; só quando consideramos a ação já feita ou a fazer, somos levados a indagar em que extensão cabe defini-la como livre. Não há liberdade em sentido absoluto, pois, se assim fôsse, seria um conceito sem limitação, e por isso sem conteúdo. Tôda liberdade é concreta, e, como tal, contida nos limites da possibilidade e da exigibilidade do ato em exame. Ninguém é livre idealmente, livre por direito imaterial, antes de qualquer ato que venha a praticar. Tal liberdade como predicado do ser, e não do ato, torna-se indiscernível da não-liberdade, não tem apoio no real, refere-se à essência do homem, mas ao homem enquanto anterior aos seus atos, o que constitui um não-senso. A liberdade como qualidade da existência efetivamente exercida e não da essência metafísica do homem,—é a que corresponde à autêntica consciência crítica do ser humano. De nada vale ao indivíduo ser livre no íntimo do ser, o que não lhe daria senão um pobre consôlo subjetivo aos seus fracassos reais, um ilusório motivo de orgulho para compensar a opressão que o esmaga, as limitações que lhe restringem o desempenho vital; importa-lhe ser livre nos seus atos. São os atos que o libertam.

A consciência adquire a liberdade como um dos seus atributos, em conseqüência da reflexão sôbre os atos libertadores dos quais é origem; neste sentido é que a prática da ação repercute sôbre a natureza da consciência. O ato libertador, pelo seu conteúdo, em razão do objeto sôbre o qual incide ou do modo como é executado, altera a consciência de quem o pratica, dando-lhe nova percepção da realidade.

A liberdade não se identifica ao caráter subjetivo das decisões interiores; é qualidade conferida ao agente pelo processo da realidade, tal seja a natureza dos atos que pratica, e por isso, como dissemos, está ligada ao grau de desenvolvimento desta mesma realidade. À medida que a nação se desenvolve e realiza para si as virtualidades nela existentes, oferece a maior número de indivíduos oportunidade de se tornarem livres. A liberdade no plano subjetivo consiste no reconhecimento, pela consciência, da liberdade dos atos que agora é capaz de praticar. O desenvolvimento nacional representa, por isso, o verdadeiro processo da autonomia da consciência, a qual, à medida que se distancia das condições primárias da existência subdesenvolvida, descortina, a cada nova solicitação de ação, múltiplas possibilidades de agir e de conferir sentido às coisas e aos fatos, e por isso percebe-se livre em razão da escolha do ato adequado. A transformação qualitativa da realidade abre um feixe cada vez mais largo e variado de opções, que permite à consciência conhecer-se livre na realização da ação concreta útil. Porém, para que tal aconteça, é preciso que se enriqueça e multiplique a capacidade de solicitação à ação e de oferecimento de meios para cumpri-la, por parte da realidade, a fim de que maior número de atos libertadores possa ser praticado, e nisso precisamente consiste o desenvolvimento. No país subdesenvolvido tal capacidade é restrita, as poucas ações que superam ligeiramente o plano do desempenho reflexo de resposta aos estímulos vitais, necessários para a simples conservação do organismo, são tão elementares, que a franja de opção onde se apresentam permite, de tão estreita, prever-se com facilidade o que será decidido. Em tal contexto, a liberdade real é pràticamente nula, a rotina do processo a exclui. Ora, em tais condições duas graves conseqüências se fazem sentir: por falta de liberdade concreta, gera-se, na consciência, a título de compensação, o conceito abstrato, formal, de liberdade, com tôda a fileira de problemas metafísicos a que dá lugar, os quais funcionam como obstáculos intelectuais, desviando a atenção da verdadeira face da questão; por outra parte, a ausência da liberdade concreta impede a prática dos atos que viriam modificar o estado do subdesenvolvimento, e que dariam os esteios para o surgimento do conceito crítico da liberdade. Temos nestas ocorrências dois dos mais salientes aspectos da nocividade do subdesenvolvimento, o qual se volta sôbre si mesmo para frear todo movimento que tenda a alterá-lo. Por falta de liberdade, deixam de ser feitas as transformações da realidade, mas, não ocorrendo estas, não

se conquista a liberdade. Estamos, pois, em presença de uma condição circular, que, se fôsse apenas de caráter lógico abstrato, não teria evidentemente solução. Como, porém, a realidade é processo material em curso, e a lógica que regula os seus movimentos é dialética, e não formal, o desenvolvimento torna-se sempre possível, ainda que em grau ínfimo, a partir do teor de consciência existente. Basta êste para o movimento prosseguir, à espera de momentos mais avançados. A realidade permite sempre a prática de algum ato transformador, mesmo simples e de reduzido alcance, mas suficiente para determinar na consciência pequena modificação, que constitui um avanço, embora diminuto, no processo de realização da liberdade. O círculo lógico, portanto, não existe, uma vez que a realidade nunca o fecha, mas deixa sempre uma fissura entre o ponto inicial e o de chegada, entre o condicionante e o condicionado, e tal abertura é precisamente o espaço da liberdade. Nêle se instala o ato inovador, portanto livre, resultante de um projeto que o determinismo do estado anterior não previa. Sendo libertador, tal ato é livre e se incorpora à consciência, fazendo-a diferente do que era, e por conseguinte determinando novo projeto nacional.

Com o prosseguimento do processo, e sua elevação a etapas mais adiantadas, a realidade se enriquece e passa a oferecer à consciência abertura cada vez maior na perspectiva das ações libertadoras concretas a realizar. A própria ação se eleva de grau, o que cada indivíduo tem de fazer é mais difícil, mais complicado, mais amplo. São atos que não se restringem a reduzidos aspectos da realidade, mas implicam extensas áreas de relações com outros aspectos. Há um volume de realidade a abalar cada vez maior, à medida que a qualidade dos atos requeridos supera a dos anteriores. As modificações são agora vultosas, dizem respeito a um volume de fatos, problemas e interêsses, que obrigam a consciência a pensar a sua decisão em domínios sempre maiores do real. Claro está que, no limite, os atos livres extremos são os que dizem respeito à transformação total da realidade. Sendo atos que irão determinar a mudança de fase no processo nacional, representam o grau supremo de qualidade no exercício da liberdade, e exigem, portanto, o máximo de consciência da realidade. Ora, os atos que implicam a transformação radical da realidade, natural e social, são os de natureza política. Compreendemos, assim, porque o desempenho da liberdade encontra o momento culminante, para o qual é exigido o máximo de autoconsciência, na construção política da realidade, ou seja, na consideração desta enquanto

nacionalidade. A categoria da liberdade encaminha, portanto, a consciência à descoberta da categoria de nacionalidade, como têrmo final da sua estrutura sistemática. Encerra-se, segundo a nossa descrição, a série de conceitos fundamentais para a apreensão do real ao verificarmos que a objetividade, de onde tínhamos partido, se revela agora constituída pela nacionalidade.

b) *A nacionalidade como síntese do sistema categorial*

Para a consciência crítica, exercendo-se no plano da indagação política, o real se apresenta como o âmbito da existência nacional. Dentro dêste se configura o que entendemos como realidade, não só as instituições, mas os acontecimentos, as personalidades, e mesmo os objetos materiais, as fôrças e os recursos naturais, tanto quanto adquirem significação política ao serem tomados como partes da existência nacional. A consciência crítica ao conceber para si a indagação sôbre o que é o real, conclui que esta mesma pergunta parte de um contexto histórico definido, a nacionalidade, resulta do grau de consciência coletiva existente, a qual já alcançou a etapa onde se faz possível surgir essa indagação. A pergunta em si mesma não parece fazer menção dêste aspecto, e por isso foi freqüentemente respondida por teorias e explicações que omitiam essa referência, ao contexto histórico onde é feita e ao teor de consciência necessário para proferi-la, pois procediam de quem julgava estar pensando o problema de modo não apenas impessoal mas também "inacional", se assim nos podemos exprimir. Contudo, ao despertarmos para esta reflexão, iremos encontrar em muitas das concepções mais abstratas que a história do pensamento nos relata, um condicionamento pela realidade do âmbito nacional do pensador, que a êle mesmo passava despercebido, justamente porque o cumpria passiva e inconscientemente. Não são apenas as condições de classe, que levam o filósofo a pensar desta ou daquela maneira; são, ainda, as condições econômicas e culturais e os interêsses do seu sistema político, da nacionalidade a que pertence, que imperceptìvelmente o envolvem e se manifestam nas suas especulações. A análise aqui empreendida não visa senão a revelar êste particular da atividade da consciência, que nunca está dissociada do real, quando opera autênticamente.

Com isto compreendemos que o sistema de categorias aqui apresentado não forma cadeia linear de conceitos, deduzidos uns de outros, mas uma articulação circular, de tal modo que a última especificação é a que melhor se identifica à primeira. A objetividade, para o pensamento político da existência social, se encontra na nacionalidade. Na consideração desta última reúnem-se tôdas as noções categoriais anteriores, e aqui vêm dar fruto. A própria conjunção dos conceitos extremos indica-nos que, se perguntarmos pelo que é a nacionalidade, teremos de defini-la, em primeiro lugar, como a realidade objetiva. A nação constitui o mundo, para quem indaga concretamente do que êste é. Sem dúvida, se assumirmos a posição idealista e nos comprazermos em puras especulações, o mundo poderá ser concebido como formando a objetividade difusa e indefinida, sem referência à condição de se apresentar configurado em um espaço histórico nacional. Mas tal atitude implica reduzir o mundo à natureza, além de deixar esta última sem limites precisos, e de ocultar o fato de que é sempre a natureza para alguém que se encontra situado dentro dela numa área vital relativamente restrita; tal atitude significa excluir do mundo a sociedade, a dimensão da história. Se, porém, reconhecermos que por mundo compreendemos não apenas o espaço preenchido pelos entes, mas o processo que os arrasta, os faz surgir, existir e desaparecer, então entenderemos por mundo algo mais que a natureza, teremos de admitir que é a natureza mais a sociedade, é portanto a história, que a ambas envolve; o mundo, enquanto evolução e processo temporal, engloba o inerte e o animado, tanto paisagem quanto comunidade.

Assim, a categoria de nacionalidade, sendo a última em nossa enumeração, traz valiosa contribuição ao esclarecimento da primeira, pois indica que não consideramos objetivo só aquilo que se manifesta na circunstância inerte e, na aparência, invariável, mas igualmente o contôrno social e político a que pertencemos faz parte da nossa objetividade. Êste conceito da realidade assume papel fundamental porquanto nêle se conjugam, e à sua luz se explicam, as categorias intermediárias. Se de um lado o conceito de nacionalidade representa a conclusão do sistema de conceitos anteriores, de outro, tem a função de idéia geral, que reverte sôbre êles e ajuda a melhor compreendê-los. Assim, por exemplo, foi a aceitação da historicidade do real que levou a reflexão crítica, por intermédio de outras idéias, à idéia de nacionalidade, mas esta, uma vez possuída pela consciência, vem trazer um acréscimo de inteligibilidade ao conceito da história. A historicidade objetiva, de que se falava a princípio, agora sabemos ser a da nação. No ato de pensar aquelas categorias com êste conteúdo particular é que melhor as entenderemos; investindo-nos dos interêsses da nossa entidade nacional é que alcançaremos de modo mais perfeito a intelecção do que seja a sua história e a história em geral. Do contrário, não nos elevaríamos acima do simples terreno da crônica e da narrativa. O conceito de nacionalidade traz à história a possibilidade de tornar-se concreta, de possuir uma perspectiva que a particulariza a seus próprios olhos, mas ao mesmo tempo dialèticamente a universaliza, porquanto lhe oferece o ângulo de apreciação da totalidade histórica mundial, que, sendo a perspectiva fundada sôbre o caso único que é cada caso nacional, constitui por isso a única visão universal que cada qual pode ter. É justamente porque se faz particular, que a história, graças à intencionalidade, ou seja, ao condicionamento nacional assumido e pôsto em prática no modo de julgar os fatos, chega a ser universal. Nunca o seria, se cultivasse a pretensão de observar os fatos e sua sucessão, livre de tôda intencionalidade, como se o historiador estivesse obrigado a destacar-se do mundo para melhor descrevê-lo. Se fôsse possível escrever a história destituindo-a de partidariedade e de parcialismo de propósitos, como já disse um filósofo, perderia ela todo interêsse. De fato, de nada valeria conhecer a história da humanidade enquanto concepção abstrata do homem sôbre o seu passado, por isso que não representaria o ponto-de-vista de nenhum homem particular "em situação" no seu tempo, classe e país. E, além do mais, a suposta universalidade, assim obtida, seria apenas nominal, pois faltaria aquilo que lhe daria valor efetivo, a totalidade concreta sôbre a qual se fundar.

Desta forma, a consideração da nacionalidade vem esclarecer ainda a noção de totalidade, ao mostrar que o todo real só se manifesta inteligìvelmente como história, quando o investigamos na perspectiva da nacionalidade, ou do modêlo de esquema social envolvente a que o pensador pertence. A história, e, portanto, a realidade, só se torna universal quando a observamos pelo prisma da nacionalidade, porque só então se estabelece o ângulo de perspectiva único sob o qual tôda existência no tempo se apresenta como formando uma totalidade. Se examinarmos o que clàssicamente se entende por história universal, reconheceremos que nada mais é do que a descrição e exegese do passado segundo o modo de ver do historiador ocidental, em posição de dominação. As áreas periféricas só ingressam na chamada "história uni-

versal" quando começam a ser invadidas pelos emissários dos centros dominantes; e a partir de então existem apenas em virtude dos contatos mantidos com aquêle eixo de referência. O passado, nas culturas anteriores à ocidental cristã, é visto como o prolongamento para trás do mesmo eixo. Dêste modo, aquela história possui realmente caráter universal, não no sentido em que julga ter, mas porque assume deliberadamente a perspectiva de determinado contexto social e cultural, habilitando-se por isso a apreender o real em totalidade. Nada importa a ilusão que o historiador para si mesmo cria, de escapar ao particularismo, repelindo-o indignado, por julgá-lo limitação inadmissível; importa descobrir que justamente por ser assim, particular no seu centro de perspectiva e interesseira nas intenções, é que em verdade a chamada "história universal" alcança o nível de compreensão histórica total.

Encontramos nesta consideração o ensinamento de que precisávamos para descobrir o que nos é lícito fazer, a nós que ainda permanecemos em situação não dominante. Temos de realizar, com as nossas fôrças e ao nosso próprio modo, a mesma coisa. Há uma perspectiva que se abre para nós quando nos situamos no ponto central de observação nacional e dá para a totalidade exterior. Importa-nos assumi-la com plena consciência, e não ver nessa atitude uma limitação, lastimável tanto quanto inevitável, mas ter a certeza de que só assim alcançaremos a totalidade do real na sua historicidade concreta. No caso particular de nosso País, é chegado o momento de adquirirmos clara idéia desta condição. O Brasil não figura na maioria dos compêndios escolares europeus senão às vêzes por breve menção à descoberta, a título de detalhe do ciclo de expansão geográfica das nações européias. Comparecemos, pois, ao palco da história universal como diminuto fato da história da Europa. A seguir, o silêncio desce sôbre êste País, nada mais aconteceu aqui de significativo, entendendo-se como tal o que viesse a interessar a história do país do historiador metropolitano. Crescemos vegetativamente na penumbra do tempo, sem trazer qualquer contribuição à realidade, tal como a considera o historiador do país desenvolvido, que se arroga o dircito de assinalar o nosso lugar na existência universal, e nem discute, e talvez nem perceba, o apriorismo, o partidarismo, a intencionalidade da sua compreensão. A nós compete-nos fazer conscientemente e para nós aquilo que o historiador faz inconscientemente e para êle: interpretar o mundo na perspectiva de quem se acha investido de interêsses particulares, localizados no tempo, no espaço, na classe, na nação. Contudo, mesmo à margem dos acontecimentos centrais, um País como o nosso se foi constituindo em nacionalidade e criando uma consciência de si, a qual, por inicial que ainda seja, já existe indiscutìvelmente e não será mais extinta. No processo de elaboração dessa consciência, chegou o momento em que se torna possível fazer reflexões como estas, ou outras análogas, pelas quais temos agora noção da reversibilidade das perspectivas, e ficamos sabendo porque no passado sempre incorporamos ao nosso pensamento o ponto-de-vista dominante: foi porque nos faltaram fundamentos materiais capazes de instituir para nós uma consciência mais esclarecida. Caberia, sempre, em princípio, retrucar ao centro dominante, ao historiador metropolitano, com a percepção própria do pensador em posição periférica, devolver-lhe, como resposta às suas insinuações e influências, a imagem que dêle fizéssemos; se tal não ocorreu, foi porque, como dissemos, não existiam as bases objetivas de uma consciência nacional autônoma, por conseguinte nada tínhamos realmente de original a lhe dizer, pois, em tal fase, só pensávamos a respeito dêle aquilo que êle mesmo queria que pensássemos. Estamos começando agora a adquirir consciência de nós mesmos; é então o momento de pensarmos a história do "mundo" tomando-nos a nós próprios como eixo de referência. Ao dizer nós próprios, queremos significar antes de tudo o mundo periférico, as áreas subdesenvolvidas, atualmente emergindo para o cenário da grande história. Há um ponto-de-vista nosso sôbre o mundo, que devemos adotar, pois só assim a realidade nos aparecerá configurada em totalidade. Para fazê-lo, porém, necessita-se da clara compreensão dos postulados nacionais de onde partimos. A dificuldade consiste em que, de tôdas as categorias do pensar crítico, esta é a que a consciência do país periférico em ascensão tem maior dificuldade em incorporar à sua autoconsciência. Tão impregnado está o espírito de preconceitos abstratos e universalistas, que lhe parece mesquinhez ridícula, só cabível na mentalidade primária do nacionalismo xenófobo e nativista, tomar esta atitude, que faria das ciências históricas e sociais instrumento dos interêsses de um país, distorcendo a compreensão normal das coisas, em favor da concepção intencionalmente política. Não seria até de estranhar que fôsse desenterrado o esquecido epíteto de "fascismo" para qualificar tendência dêste tipo. Sem nos preocuparmos com a possibilidade de maliciosos e grosseiros equívocos como êste, desejamos apenas indicar que a nacionalidade mostra ser um dos conceitos

característicos da consciência conhecedora dos seus determinantes, e que não aceitá-la ou deturpar-lhe o significado a ponto de torná-lo errôneo ou inócuo, é não se dispor a possuir o modo de pensar crítico. É aderir à interpretação da racionalidade das coisas, que classificamos de ingênua.

Desta maneira, relacionamos o conceito de nacionalidade ao de racionalidade. Também êste se beneficia da consideração da série categorial que o refere ao seu horizonte nacional, pois, conhecendo que o pensar crítico implica a necessária determinação pelo conceito de nação, temos meios de distinguir as formas autênticas das ingênuas, nas concepções da racionalidade da realidade social. Fica desde logo compreendido não ser legítima qualquer racionalização do real histórico que no presente ignore o caráter nacional com que se constitui a existência social ou postule, clara ou implìcitamente, o desaparecimento do estatuto de nação. Poderá sem dúvida lutar pela sua abolição, em nome de princípio superior, mas não ignorá-lo. A razão histórica aparecerá então ao pensamento crítico como razão nacional, como modo de captar a universalidade da existência humana no tempo, segundo aquilo que, para o historiador, forma concretamente a existência, ou seja, o estar no âmbito da sua nação. Na relação entre historiador e história, o primordial não é o historiador, mas a história. O historiador cria a história escrita, mas é a história real que cria o historiador. De fato, é ela que, pela sua evolução, conduziu a realidade social objetiva a constituir-se em entidades nacionais, a uma das quais pertence o historiador. Quando êste se propõe investigar e interpretar o passado do mundo, já foi por êle constituído, e essa influência se concretiza no fato de estar ligado a um contexto nacional. A apreensão que terá, ainda que a julgue derivar da exclusiva capacidade individual de interpretar, está ligada, na verdade, à lógica imanente ao real, que conduziu à formação social das nacionalidades e lhes permitiu atingir o grau de desenvolvimento que explica a existência das coisas e dos fatos aí existentes, inclusive o interêsse de algumas pessoas em se tornarem historiadores. Para descobrir a racionalidade própria do real é preciso aceitar a configuração dêle em estruturas nacionais, verificar o que determina cada qual na sua particularidade, e investir-se dêsses determinantes, a fim de, em função dêles, construir a perspectiva útil para descortinar a realidade em tôda a extensão. A história faz o historiador, e o modo como o faz é constituir o real segundo uma estrutura tal que nela se dêem condições culturais que motivam o interêsse de alguns estudiosos pelo passado. Por conseguinte, a moldura nacional onde se insere o trabalho próprio do historiador não é um acidente da sua função intelectual, mas um determinante dela. Como êsse estado social não surge senão em virtude da evolução da realidade, a racionalidade de que o historiador se julga possuidor, como decorrência da sua capacidade de pensamento, é em verdade determinada pela racionalidade imanente aos acontecimentos, reflete-a, mesmo que disso não tenha ciência, na forma da imposição, feita ao historiador, de viver os fatos, problemas e projetos, passados e atuais, da sua comunidade.

Faz-se imperioso que o pensador não se perca na abstração da nacionalidade, o que acabaria por esvaziar o conceito de todo conteúdo. Não é a nacionalidade como idéia, mas como fato empírico que estrutura a realidade. Ora, como fato, compõe-se, antes de tudo, de um complexo de relações materiais, os interêsses de uma sociedade definida, aquela a que o indivíduo pertence e sem a qual não teria chegado à situação que lhe facilita pensar o que pensa. A mentalidade ingênua repele êste conceito categorial porque não reconhece a permanente dívida do filósofo, do historiador ou do sociólogo para com a sociedade onde se passa a sua existência. É a sociedade, pelo grau de adiantamento do processo material, que constitui a possibilidade de haver o pensador, o interrogante, uma consciência que propõe a si mesma certo problema. As interrogações que inquietam, os problemas de que se ocupa, uma sociedade medem-lhe o grau de desenvolvimento e dependem estritamente dêle. Também entre os pigmeus há pensadores, há indivíduos que revelam compreensão superior à dos demais quanto aos problemas comuns; o que nêles é de qualidade elementar não é a inteligência, mas os problemas da realidade a que pertencem. Noutra etapa da evolução social serão diversos os temas da reflexão e diversas as concepções a que conduzem. O historiador ou o sociólogo não devem ignorar que só são dotados de qualificação intelectual para discernir como problemas as questões de que se ocupam, porque a sociedade onde vivem lhes permite êsse teor de consciência. A sociedade atual ou passada só se converte em objeto de estudo quando alcança um momento superior do seu processo. Mesmo evadindo-se de uma sociedade inferior para outra mais elevada, a consciência que o pensador, na segunda, vier a adquirir deve-se à primeira, à nativa, pelo simples fato de ter sido julgada insuficiente e atrasada. Por conseguinte, a categoria de nacionalidade não é abstrata, mas cheia de um conteúdo concreto, a sociedade. Nela se corporifica a história, e na consciência

máxima de que dispõe em dado momento se reflete a racionalidade da objetividade. O principal obstáculo à compreensão do postulado nacional e das atitudes nacionalistas práticas daí decorrentes, resulta de admitir-se errôneamente o caráter abstrato da existência nacional, como se esta não tivesse corpo, fôsse apenas dado subjetivo. Nada é mais real do que a nação, porque a sociedade onde se trava a nossa comunicação existencial imediata é o que materialmente a constitui. A nação forma um corpo histórico objetivo, cujo existir manifesta por si a concretização das categorias de pensamento, que mencionamos.

A íntima relação entre objetividade e pensamento crítico faz-se mais sensível quando analisamos a repercussão da idéia de nacionalidade sôbre as de atividade e liberdade. Sentimos então mais vivamente a unidade sistemática formada pela consciência crítica. A ação não representa para ela o exercício de um poder, privativo do ser humano, cuja compreensão se obtivesse considerando-a na esfera da pura eventualidade indeterminada; constitui, ao contrário, um desempenho particular, que encontra terreno preparado, em forma de possibilidades concretas, sempre em número limitado, as mais das vêzes pequeno. A ação supõe a presença do real, com tôda a estrutura de condições que a tornam exeqüível. Mas o real não se compõe, como sabemos, do mundo em geral, o mundo indefinido, conceito que não passa de vaga fantasia; a realidade existe enquanto mundo constituído histórica e socialmente, é, em suma, a nação como circunstância objetiva. Sòmente nela a ação encontra fundamento e eixos de referência que lhe darão sentido. Sem dúvida, há imenso número de atos de ordem íntima, executados pelo indivíduo na quotidianidade e que, aparentemente, não fazem menção direta do âmbito nacional onde se processam. Entretanto, descendo à análise minuciosa, o condicionamento social também de tais atos será descoberto e, por encadeamento de relações, a referência dêles ao estado geral da realidade, enquanto contexto histórico e político. É a nação, como modo de ser envolvente da realidade, que oferece à ação as aberturas objetivas que lhe permitem realizar-se. Há a solicitação da ação por parte do real, e êsse apêlo, emanado do mundo, em razão do estado de desenvolvimento que possui, não deve ser ignorado, nem confundido com a espontaneidade do esfôrço volitivo. A ação deriva da vontade no que respeita à execução, mas está prefigurada nas oportunidades concretas abertas objetivamente pelo processo histórico. Êste, pelo movimento e manifestações da realidade,

predetermina os caminhos das ações possíveis, exige-as como imperativo das condições recém-criadas, sempre originais, que se vão apresentando à existência do homem como reptos vitais e problemas intelectuais. A modificação do real, pelo transcurso do processo, impede a acomodação estável da existência às condições objetivas vigentes, pois, variando estas, a reorganização da situação humana toma caráter de tarefa problemática, que urge resolver. Ora, resolução significa atividade, uma vez que tais problemas não são imaginários, não se trata apenas de pensar a realidade recém-construída, mas de viver nela, de tirar proveito dela, de satisfazer o projeto de cada qual no âmbito por ela oferecido. A ação torna-se assim condição de sobrevivência dentro do mundo em constante variação. Se a consciência crítica conhece a nação como totalidade em mudança, necessita continuamente agir para afirmar-se a si mesma como refletindo com fidelidade o processo exterior. Mas, de outro lado, a ação exigida pela nação, dialèticamente, transforma a realidade desta, contribuindo para criar novas exigências.

Estabelece-se, desta maneira, a reciprocidade de condicionamento entre a realidade nacional e a consciência, como fonte de atividade. A realidade presente postula certo número de atos, que, realizados, a fazem não ser mais a mesma, e sim outro momento do processo objetivo, o qual, por sua vez, determina novas possibilidades de ação, e dêste modo a reciprocidade de condicionamentos prossegue indefinidamente. O valor destas considerações está em mostrar que não nos referimos a uma realidade imprecisa, inqualificada, mas a uma existência histórica particular, como forma assumida pela objetividade. O país não é fundamento virtual, mas real, não desenha uma moldura de referência longínqua e vaga, que só tenha de ser levada em conta em dissertações filosóficas de sabor acadêmico. É, ao contrário, o fundamento concreto, o mundo na efetiva encarnação, para quem o habita no presente momento da história. Os problemas da nação formam o suporte de todos os demais que se apresentem à existência individual, se excetuarmos os de ordem sentimental, íntima, pertencentes ao domínio da subjetividade. Considerado o homem apenas na existência social, como aqui fazemos, as transformações da realidade nacional constituem o determinante mais geral, de natureza concreta, que afeta a consciência; as questões particulares de cada indivíduo, desde que objetivas, vêm, em última análise, encontrar a referência final, que os explica, lhes dá sentido e meios de solução, naquele âmbito. Tal asserção é especialmente útil

quando examinamos as condições com que conta a consciência crítica para ter êxito no país empenhado em desenvolver-se. O esfôrço exigido é, então, de tal monta, que mobiliza todos os recursos do pensamento, invade a consciência por todos os lados e lhe dá a sentir com perfeita clareza que suas dificuldades e as ações imprescindíveis para removê-las, dependem em última instância da situação nacional atrasada. Quando há ingentes tarefas objetivas impostas pela realidade, o pensar crítico não pode recusar-se à atividade, dar-se ao luxo do diletantismo e da ilustração sem finalidade prática, porque os fatos compelem a consciência, que muitas vêzes só tem noção da operação em que está engajada, e da deliberação que tomou, quando seus efeitos já são notórios. A realidade arrasta a ação nas malhas do seu processo, tão imperiosa é a pressão exercita sôbre a existência. Eis porque a definição da consciência crítica não deve ser feita em têrmos idealistas, como reflexão do eu sôbre si, mas como reflexão do eu sôbre seus fundamentos objetivos.

Na verdade, talvez conviesse dizer que, em particular no caso do país subdesenvolvido, a consciência crítica se acha muitas vêzes num estado que chamaríamos de "pré-crítico", pois embora esteja efetivamente empenhada na ação concreta exigida pela realidade, e já possua a maioria das idéias corretas, as que refletem de maneira adequada as circunstâncias exteriores, não chegou contudo a fazer a devida reflexão sôbre essa própria situação. Assumiu a posição justa, e sabe que a tomou por fôrça de circunstâncias objetivas, mas a idéia que faz da espécie e do papel dos seus determinantes é obscura e imprecisa. A consciência "pré-crítica" seria aquela que é consciente de um condicionamento exterior, social, objetivo, que a faz possuir as representações que possui, mas não está ainda em condições de dizer em que consiste concreta, singularmente, êsse condicionamento, quais são os modos de ser, os aspectos particulares da sua realidade nacional que a determinam a pensar do modo como pensa. Não é lícito confundir êsse estado com o pensamento ingênuo, que acredita obedecer a um condicionamento ideal ou, no caso mais comum, não aceita qualquer condicionante, porquanto, ao contrário, imagina o real como lhe sendo submetido incondicionalmente. No país em desenvolvimento, o estágio pré-crítico da consciência encontra-se com grande freqüência, o que bem se compreende, porquanto a pressão das transformações mostra-se tão poderosa que determina a solicitação de ações conformes aos imperativos do processo, sem que haja mais do que vago pressentimento de quais sejam os aspectos da realidade que explicam a justeza dos procedimentos, em razão da correspondência das idéias aos seus motivos. Êste fato é índice de estágio relativamente avançado do processo, significa o alto nível das transformações em curso e sua rapidez. Quando a transformação se processa de maneira profunda e veloz, a ação justa precede a consciência, a qual já é crítica na orientação, ainda que não na constituição, não estando envolvida em nenhuma das atitudes características do pensar ingênuo, mesmo quando não se tenha alçado ao plano da meditação sôbre os fundamentos particulares de cada uma das suas idéias. A existência desta forma preliminar do pensar crítico marca um momento do desenvolvimento do país. É forma útil, ao contrário do pensamento ingênuo, sempre nocivo, quando não simplesmente improficuo. O que melhor define a ambigüidade do pensar pré-crítico, própria ao caráter de momento instável, de transição entre a etapa primária e a superior é o empenho na atividade sem a correlata compreensão da necessidade de refletir sôbre a liberdade de que pode ser dotada a sua ação.

A relação entre as idéias de nacionalidade e liberdade precisa ser investigada à luz dêste critério: a liberdade só existe na forma autêntica da ação, a que é feita com o fim de libertar as virtualidades de progresso do processo, e por isso está ligada à reflexão crítica sôbre os supostos de tal ação. Assim sendo, a verdadeira consciência da liberdade, quando presente, indica a completa superação da etapa intermediária, pré-crítica, e o ingresso do pensamento no plano da cogitação crítica. As formas não críticas de meditação sôbre a liberdade são tôdas evidentemente ingênuas. Só quando relacionamos a liberdade, entendida como prática de atos libertadores, com seus suportes concretos no terreno da ação objetiva, é que a conseguimos conceber e possuir de modo crítico. Por conseguinte, também em relação a esta categoria, a referência ao âmbito concreto da nação constitui norma esclarecedora. A liberdade alcança grau tanto mais elevado quanto a ação que gera tem valor mais importante, ou seja, transforma mais extensamente a face da realidade. Não serão as ações da vida privada, por significativas que sejam, mas sempre restritas, que revelarão as decisões supremas da liberdade. Ainda que, pelos efeitos no destino do indivíduo, tenham grande repercussão, consideradas à luz da categoria de objetividade, são limitadas, pois limitado é o conjunto de pessoas e fatos por elas alcançado. Quando, porém, se trata do gesto político, aí se dá a oportunidade de concretizar as formas mais elevadas da liberdade, porque a transformação

determinada por êsse gesto afeta a totalidade da realidade social, a nação. Será, portanto, na decisão política que a consciência da nação atinge o grau excelso de realização da liberdade.

Tôdas estas considerações mostram-nos que a consciência crítica se articula num sistema de noções universais ou categorias, pelas quais estabelece o seu modo de apreender e interpretar a realidade nacional. Ao contrário do pensar ingênuo, que procede sem método e sem unidade de perspectiva, ao sabor de impressões e idéias ocasionais, a forma superior de pensamento revela-se capaz de produzir uma representação do real que o configura nos conceitos mais gerais a êle adequados, e por isso oferece as condições de inteligibilidade requeridas para a ação transformadora mais eficaz.

CONCLUSÃO

Nas páginas dêste trabalho procuramos analisar a consciência da realidade nacional. Fomos conduzidos a essa análise pela consideração de um duplo problema filosófico, o da gênese do pensamento que indaga dessa realidade, e o das formas que assume. Verificamos existir numerosas modalidades de consciência, que convém englobar em duas extremas e opostas, que chamamos de ingênua e de crítica. Tivemos constantemente em mira a realidade brasileira, a ela nos referindo, como ao contexto objetivo de onde derivaram as observações feitas, dela induzindo os conceitos de que nos servimos para sistematizar o pensar crítico, assim como nela observando os comportamentos que constituíram o florilégio de exemplos onde surpreendemos as principais reações da forma ingênua.

Nosso trabalho teve o escopo de buscar o esclarecimento teórico do problema da consciência nacional, sem se desvencilhar em nenhum momento da realidade concreta que é o Brasil. Não pensamos em abstrato nenhum dos aspectos da questão, não concebemos qualquer distinção lógica ou noção categorial que não procedesse diretamente da meditação sôbre o estado atual da existência nacional. Com isso, já o livro, de certo modo, cumpriu a exigência de aplicação aos fatos, condição indispensável para dar-lhe algum valor efetivo e significação prática. Se as fórmulas e distinções estabelecidas são corretas, e não valem apenas como exercício de pensamento, é de esperar que desempenhem função esclarecedora, não só para a apreciação geral, panorâmica, do estado do País, como na discussão de problemas particulares que a todo momento se apresentam. É o que nos parece lícito acreditar em razão da origem indutiva, e não especulativa, das reflexões aqui desenvolvidas. Examinamos modelos de pensamento, uns ingênuos, e por isso inadequados para representar autênticamente a realidade, outros, corporificando categorias universais de validade concreta, como tais, críticos e operantes.

Mas, embora não seja nosso intuito entrar no terreno da

aplicação particularizada dos princípios, distinções e categorias de que tratamos, cabe levantar, em caráter geral, a questão do valor prático das considerações anteriores: até que ponto nas presentes circunstâncias da vida brasileira se justificam as interpretações aqui apresentadas? Existem configurações suficientemente definidas da consciência nacional, para permitir reconhecer nesta os tipos descritos e traçar com segurança os limites entre êles? A questão é legítima. Os tipos de consciência, as atitudes e reações, individuais e coletivas, que procuramos descrever são efetivos e atuais, e não produto da especulação no vazio, nem esquema arbitrário; acreditamos que tenham significação concreta, pois,—ao menos era essa a intenção do autor—, foram extraídos da observação e só posteriormente sistematizados para servir ao esclarecimento da realidade por parte do pensamento interpretativo.

1) *Elasticidade de estrutura do processo e comprometimento da consciência*

É certo que o esfôrço do autor, por ser de ordem teórica, tinha por objetivo atingir noções gerais, reduzindo as configurações presentes, os comportamentos dos indivíduos e dos grupos e as idéias diretrizes que os norteiam a modelos e tipos definidos. A existência de fato e a distribuição social das modalidades de consciência aqui descritas ficam na dependência da etapa atingida pelo processo real, e por isso acusam muitas vêzes imprecisões, que valem como índices do estado elementar do desenvolvimento daquele processo. É êste um ponto que desejamos esclarecer. Em conseqüência da fase ainda primária do processo real, em muitas situações a divergência das formas de consciência mostra-se por enquanto pouco acentuada, ocorrendo mesmo serem raros os representantes do pensar crítico que se revelem portadores de tôda a gama de noções categoriais que consideramos. Não é de estranhar que, dado o relativo atraso do presente estado de nossa realidade, não possamos ter ainda a consciência ajustada aos seus verdadeiros suportes. Em grande parte, vivemos a condição pré-crítica a que aludimos, em razão da insuficiência dos alicerces objetivos em compor uma estrutura de interêsses que se afirme clara e coerentemente como determinante do pensamento que a representa. Tôdas as confusões são possíveis, enquanto o processo não atingir grau

de exatidão que obrigue a vê-lo em linhas concisas e inequívocas.

Por enquanto, o traço que melhor descreve a etapa vigente da nossa realidade, é a elasticidade. Há no processo brasileiro certa elasticidade de estrutura, por motivo da qual as linhas com que se procura defini-lo não se conservam rígidas, admitem deformações, sofrem distorções, tudo com uma plasticidade que tem visíveis reflexos na consciência individual. As posições possíveis estão marcadas, mas ainda imprecisamente; dentro da mesma posição há lugar para movimentos e deformações que permitem confundi-la com outras, vizinhas, e até com as opostas. Uma ordem de interêsses que objetivamente tem cunho antinacional, pela flutuação ainda cabível, pelo caráter fôfo da realidade, pode ser apresentada como conveniente aos fins nacionais, e assim entendida por muita gente, sem qualquer malícia, como também iniciativas de essência nacionalista admitem ser desviadas e se prestar a intenções e manobras contrárias ao bem do País. Tal estado só se revela possível de modo transitório; logo que progrida um pouco mais o desenvolvimento das nossas fôrças produtivas, e se forem configurando nas respectivas bases de classe os interêsses, favoráveis ou não, à independência econômica nacional, tais erros e confusões deixarão de ocorrer, pois o processo real irá adquirindo contornos tão definidos, que cada vez tornará mais estreita a faixa de imprecisão. Vemos essa indistinção quando observamos o comportamento daqueles que decidem sôbre o rumo a dar à política de implantação no País de certos setores de produção. Não lhes é fácil amiúde discernir racionalmente entre o que parece útil e o que seria desfavorável. Tão imprecisa ainda se apresenta à consciência social a linha de conduta, que, com facilidade, os interessados em proteger o capital estrangeiro fazem passar qualquer iniciativa como condizente com os objetivos nacionais. A questão dos investimentos estrangeiros só permanece como matéria debatida entre os especialistas e obscura para a consciência geral do povo, porque não se constituíram com plena solidez os alicerces que permitiriam o inconteste discernimento das direções. Só se explica haver debate em tôrno dêste tema, porque, por enquanto, constitui êle para alguns, economistas doutrinários e sociólogos de gabinete, assunto de estudo e leitura erudita, e para outros, os homens de ação prática, matéria de empenho imediato, em vista dos negócios a que estão associados. Se existissem condições reais mais adiantadas, uma fase de maior desen-

volvimento do nosso processo econômico, haveria fundamentos para uma representação tão clara, que o tema desceria dos páramos da discussão acadêmica para o terreno da prática social, permitindo à consciência geral divisar a direção indiscutìvelmente nacional.

A discordância em tôrno de um problema como êste é contudo atualmente compreensível, mede apenas o teor elementar de avanço do processo objetivo. Com efeito, porque êste não está configurado em modelos superiores não patenteia imediatamente o que lhe é consentâneo e o que o deturpa. Por isso o processo nacional permanece por algum tempo à espera dos estudiosos, efetivamente empenhados em adquirir a consciência autêntica da realidade, economistas, sociólogos e pensadores, que venham a constituir o grupo de possuidores do indispensável aparelho lógico crítico, a fim de oferecerem fórmulas corretas para interpretar os fatos e conduzir as decisões públicas. Estamos assistindo ao surgimento de uma consciência popular generalizada a respeito dos primeiros inequívocos alvos do movimento de nossa libertação econômica. A defesa da política estatal do petróleo e dos minerais atômicos, e já agora a compreensão da necessidade de nacionalizar os bancos estrangeiros, de, pelo menos, impor severas restrições ao capital alienígena, de comerciar com todos os países, são conteúdos de consciência que não mais admitem tergiversações. Em breve outros itens se juntarão a êstes, de modo que a formação do consenso popular, por ora ainda em começo e limitada a um ou outro tópico, se irá tornando tão definida que tôdas as confusões se dissiparão. Cada conteúdo da consciência nacionalista se constitui em regra metódica para adquirir os demais. Não se pode, como temos acentuado, partir do abstrato e programar idealmente uma plataforma nacionalista. O teor da consciência nacionalista existente a cada momento e a prática das lutas pela sua realização, é que desvendam as exigências e os conteúdos seguintes dessa mesma consciência. Assim, a consciência popular, consolidada em tôrno de alguns objetivos indisputáveis, encontra na fidelidade a êles a condição para discernir a sua posição a respeito de outros temas ainda pendentes, ou mesmo até a respeito daqueles que lhe passam por enquanto despercebidos. Compreende-se, desta sorte, porque algumas pessoas que se opõem a certas medidas de caráter nacionalista, ainda o façam em sã consciência, acreditando defender o bem do País, quando, na verdade, são vítimas das insidiosas manobras dos que sabem estar trabalhando pelos interêsses estrangeiros; é porque aquêle alvo não está de tal modo configurado objetivamente na mentalidade popular, que evidencie a inconveniência da atitude considerada. Porém o processo não pára e o movimento o levará a cristalizar cada vez mais as suas linhas estruturais. Quanto melhor se delineie, melhor a consciência encontrará pontos de referência para julgar a realidade. Uma iniciativa que, agora, é denunciada como nefasta ao País apenas por pequena vanguarda de estudiosos nacionalistas, possuidores do modo de pensar que representa o máximo de consciência crítica possível neste momento, dentro em breve será pùblicamente estigmatizada com horror e perseguida pelo clamor geral. Esta a razão pela qual o pensamento nacionalista, em alguns círculos sociais, especialmente nos que refletem o pensamento da alta finança ou da cultura pedante, é manifestação discutida e cercada de imprecisões. Seremos generosos ao acreditar não faltar patriotismo a alguns dos que o combatem, pois a ingenuidade de que padecem é até certo ponto permitida pelo estado de coisas vigente, justifica-se pelo desenvolvimento primário do processo. Esta observação não deve significar indulgência com o antinacionalismo, que nos incumbe combater vigorosamente, a fim de acelerar o processo nacional, mas explica que tenhamos de considerá-lo em alguns casos como a verdade simplória daqueles que não têm condições para conhecer outra.

O mesmo estado primário da realidade esclarece não só a imprecisão das posições como também o deslocamento das pessoas de umas para outras. A simultaneidade de interêsses contraditórios no meio social e a imperfeita delimitação dêles dificulta ao indivíduo despossuído de consciência crítica manter-se na mesma linha, no mesmo lado, entre as posições antagônicas. Quem neste momento está em posição ligada ao interêsse nacional, talvez em outro momento venha a servir a iniciativas de sentido oposto, porque falta ainda à realidade suficiente homogeneidade e consistência na própria estrutura das suas contradições para assegurar um volume de iniciativas coerentes, que permitam ao homem de ação permanecer na mesma área ideológica, embora variando o setor onde aplica sua atividade. As solicitações da existência prática dão origem com freqüência a oferecimento de vantagens por parte dos campos antagônicos, as quais, sendo aceitas, determinam a inevitável transmutação da consciência. Iniciativas econômicas de cunho nacionalista não são dotadas muitas vêzes de solidez na oferta de proventos capaz de impedir a fuga de indivíduos a elas vinculados para o campo adversário. Seria inútil discutir em têrmos morais a

resultante variação de conduta, fato que apenas serve de índice do estado objetivo do processo, documenta o seu imperfeito desenvolvimento, com a conseqüente imprecisão de contornos e frouxidão de posições individuais. Não se trata de vício moral, a deserção ideológica, a troca de pontos-de-vista, que freqüentemente encontramos em pessoas respeitáveis e acima da suspeita de agir com deliberado ânimo traidor. Explica-se tal comportamento pela mudança dos suportes objetivos da existência individual; assim, o mesmo homem que antes tinha posição definida numa emprêsa de capitais nacionais, e por isso se inclinava a simpatizar com uma política nacionalista de vanguarda, ao receber melhor oferta de trabalho em outra, ligada a interêsses alienígenas, troca de consciência por motivo dessa alteração objetiva. Nem sempre porém são transformações nos fundamentos econômicos tão diretas e pessoais como essa as que ocasionam transferências no modo de pensar; a modificação conjunta do meio social causada pela quebra de certo equilíbrio na estrutura econômica de base, por exemplo, pela instalação no país de poderosas agências de atuação estrangeira, torna-se causa de remodelação geral no sistema das fôrças objetivas, a qual vai afetar o comportamento de quem, não estando diretamente implicado nelas, recebe a distância o influxo das mudanças que se operam na totalidade do processo nacional.

A consciência política mostra-se extremamente sensível a essas modificações que, por efeito remoto, induzem transferências de modo de pensar. A facilidade com que os políticos se desvinculam dos seus partidos, transitam para outro ou variam de opinião, está ligada a esta geral imprecisão de contornos, cuja explicação objetiva se acha na atual precariedade do nosso desenvolvimento. Enquanto êste fôr primário, os fatos parecem admitir completa ausência de rigor nos conceitos com que são interpretados; o sentido que possuem não se evidencia desde logo, sendo lícito entendê-los de maneiras distintas e divergentes. O mesmo acontecimento significa isto ou aquilo, dependendo do modo e da perspectiva em que seja observado. Tal situação é condicionada, de um lado, pelo teor elementar da racionalidade do acontecimento em si mesmo, ou seja, pela fraqueza e frouxidão do sistema de conexões causais onde se produz, no qual se cruzam influências de sentido contrário, e, de outro lado, pelos determinantes individuais e de classe da consciência onde se reflete. Se o processo estivesse mais adiantado, o mesmo fato se revelaria com sentido indubitável, as tentativas de sofismá-lo seriam logo desmascaradas pela consciência possuidora

do sistema crítico de entendimento da realidade. Por ora, tal não acontece, o sentido imanente ao fato, decorrente da inserção dêle no processo geral, não aparece evidente nem indiscutível, e além do mais a consciência crítica incipiente, mesmo quando exista, não está preparada para discernir entre os diversos sentidos cabíveis qual o verdadeiro. Êste aspecto do problema da realidade nacional tem alta gravidade. O que fizemos nas páginas anteriores foi tentar reduzir a um esquema de compreensão aquilo que nos parece apresentar-se agora com delineamentos válidos: a diversidade de consciências, de qualidade e graus de clareza distintos, e a caracterização de cada uma. Contudo, como a seguir mostraremos, esta discriminação só podia ser estabelecida a partir da etapa presente. Uma vez definida, estamos em condições de apreciar o conjunto do processo, conhecendo as linhas segundo as quais se movem as diversas representações da realidade. As consciências que descrevemos existem sempre corporificadas em indivíduos, mas só nos interessam pelo que representam enquanto expressão coletiva, isto é, como modo de pensamento de grupos relativamente extensos e bem definidos de membros da comunidade. Quando as analisamos como manifestações pessoais, estávamos individualizando-as para melhor ressaltar-lhes a presença no seio da sociedade. As virtualidades interiores ao real ao se tornarem atuais abrem linhas de desenvolvimento entre as quais, com alternativas limitadas, decidir-se-á o curso dos acontecimentos; se o processo da consciência reflete o da realidade, não são, portanto, em número indefinido os tipos de pensamento, correto um, errôneos os outros, permitidos pela correspondência com a objetividade. Sendo dialética e recíproca a implicação do real e do pensamento no plano do conhecimento, faz-se indispensável que, entre as formas da consciência, optemos por uma, a crítica, para conduzir lògicamente o desenrolar do processo, porquanto, por meio dela, seremos capazes de nos antecipar aos fatos e produzi-los no sentido útil ao desenvolvimento do País. Deparamo-nos aqui com a evidente ocorrência daquele caso, bem assinalado pelos pensadores dialéticos, da ação de retôrno da superestrutura sôbre a respectiva base, determinando que, momentâneamente, o papel principal na contradição entre superestrutura e base caiba ao lado não principal dessa contradição. Já o pensamento ingênuo, desnorteado e desvinculado da percepção objetiva do processo histórico, considerando, na sua visão idealista, como normal e permanente a produção da realidade pelo mundo das idéias, no qual ùnicamente vai buscar inspiração para

dirigir os acontecimentos, perde-se no irreal e no errôneo, e depende do efetivo cumprimento dos fatos, para dêles, por experiência atrasada, tirar conceitos adequados.

O mérito do pensar crítico está em corrigir o afrouxamento e a vagueza das posições intelectuais e das linhas de conduta, não por critérios morais ou pela observância de regras sociais recebidas da tradição, mas pela investigação racional do sentido dos acontecimentos à luz da teoria verdadeira da realidade. Para corrigir a indeterminação da consciência, a primeira condição está em saber que ela existe, e porque. Em conseqüência de se haverem instalado fases mais adiantadas, ainda que, em conjunto, iniciais, do nosso desenvolvimento, parece justo dizer-se que existe hoje no Brasil uma consciência de nacionalidade, com indiscutível caráter crítico, em nível até agora não atingido. Tende ela a afirmar-se com o avanço do desenvolvimento, mas por ora, mesmo sendo a forma mais adiantada até aqui alcançada, não está livre de confusões e incertezas. O pensamento nacionalista, onde se corporifica aquela consciência, indica a transformação sofrida pela consciência geral, não mais constituída inteiramente pelas modalidades do pensar ingênuo, porém dividida em áreas que, algumas, prolongam as concepções tradicionais, simplistas, não esclarecidas, e outras francamente se orientam para a compreensão crítica, chegando, em alguns casos, a realizá-la em plenitude. Por auspiciosa que seja essa divisão, que deve prosseguir, e alcançar todos os setores da sociedade, aprofundando-se e alargando-se, não convém superestimá-la, pois, conforme assinalamos, o processo real está em fase inicial e ainda não dá suporte, no que respeita à consciência das grandes massas, à compreensão totalmente lúcida dos fatos e a decisões rigorosas quanto aos caminhos a seguir.

Denominamos "comprometimento" a relação entre a consciência e suas bases materiais. Tal comprometimento existe sempre, só variando no grau de claridade que a consciência tem dêle, desde a forma ingênua pura, que se manifesta pela crença na ausência de comprometimento, até a crítica, que contém a admissão integral de tal relação. Nos estágios elementares do processo nacional, o comprometimento da consciência, por contraditório que pareça, reveste para ela a forma do não-comprometimento, e por isso a consciência acredita que sua essência é constituída pela atividade cognoscitiva de uma substância espiritual, derivando seus conteúdos de idéias abstratas, de valores eternos, de fidelidade à tradição, e tantas outras ilusões. Nessa etapa tal modo de

pensar se explica porque o processo real não exige do indivíduo sério comprometimento objetivo que obrigue a tomar partido em face dos acontecimentos, a decidir-se em relação a projetos concretos. As coisas aparentemente correm por si, de modo que a consciência tem a impressão de ser apenas uma faculdade intelectual pura em posição de espectadora da realidade, mais apreciativa do que criadora; quando se dispõe a especular sôbre sua própria essência, nutre-se de concepções sutis, de dogmas teológicos, de doutrinas *a priori*, e quando se aplica a considerar a existência social, termina no devaneio sôbre o que devia ser a realidade nacional e infelizmente não é. Toma então por modêlo ou o passado, e sonha com os bons tempos de antanho, quando tudo era melhor, ou projeta suas esperanças no futuro, mas idealizado e constituído em utopia. Num caso ou noutro não tem a representação de qualquer comprometimento com o presente. Compreende-se que assim seja porque o presente do país atrasado é até certo ponto uma realidade que prescinde de idéias verídicas para nêle se poder existir.

2) *Teoria da revolução. O equívoco da chamada "ideologia global"*

Contudo, o panorama não é mais homogêneo, e cada vez o será menos; a marcha do processo da realidade determinou o comprometimento de muitas consciências com o sentido autêntico dos fatos, e, ao prosseguir, irá tornando sempre menor a margem de disponibilidade intelectual. Breve chegaremos aos momentos mais decisivos, àqueles que se revestem da característica revolucionária, que se evidencia na substituição dos modos de consciência, determinada pelas transformações operadas nas relações da produção econômica. Não são os motins, as arruaças ou as quarteladas que constituem a revolução, embora muitas vêzes possam ser sinal acidental de que ela está ocorrendo. Na transformação da consciência, concomitante à mudança das condições sociais, do modo de trabalho,—com o deslocamento do centro do poder político para a área das massas, as alterações do regime de produção e a libertação do País das pressões internacionais,—quando não é mais lícito continuar a ver a realidade na forma tradicional, mas se impõe o comprometimento com os acontecimentos, nessa variação de consciência é que se encontra o indício de se estar produzindo a verdadeira revo-

lução. Uma vez iniciada a mudança da representação, inevitàvelmente se completará a das condições materiais. A revolução não se reduz à prédica demagógica, nem se faz por golpes militares ou intrigas de jornalistas; representa um fato objetivo, consiste na mudança qualitativa do modo de ser da realidade nacional, definida pelo trânsito para novo sistema social de produção, refletindo na percepção da consciência a alteração das relações entre os homens, no processo pelo qual cada um provê a sua subsistência. No domínio da inteligência, a revolução significa o reajustamento do pensar aos novos aspectos da realidade. Se conduz à quebra de valores e à substituição de conceitos, não deriva de intenções arbitrárias do espírito, pois se assim fôsse não passaria de revolução imaginária. A revolução tem muitas vêzes por seu maior inimigo o "revolucionário". Figura característica do cenário político dos países atrasados, é um tipo emocionalmente instável, de sangue quente, agitado, capaz de desencadear movimentos sociais que não sabe porque se processam nem como dirigir, porque não age em obediência à representação correta do curso histórico da realidade. Se a revolução que o país subdesenvolvido exige se expõe a ser traída ainda em embrião por aquêles que sinceramente a desejam e a ela servem, mas não a compreendem, por terem dela uma concepção subjetiva, julgando dever realizá-la como violência social, torna-se necessário mostrar que a verdadeira revolução é de ordem objetiva, está sendo preparada ao longo do tempo pela comunidade que se vota ao trabalho de superar o subdesenvolvimento, eliminar a exploração das massas e extinguir as servidões internacionais que oprimem o País, nela colaboram até mesmo aquêles que menos sonham com ela, que longe estão de supor que a estão executando. Tôda atividade de transformação real, importando em alterar as bases materiais, as relações econômicas, onde assenta a sociedade, convertendo-a de grupamento fundado sôbre a estrutura rural e arcaica, sôbre o trabalho primitivo e explorado, em coletividade urbanizada e apoiada em processos superiores de produção econômica, constitui uma revolução objetiva, cuja constatação pode ocorrer às vêzes com relativo retardo.

Para compreender a relação entre consciência e realidade nacional torna-se necessário definir inicialmente *a qualidade* da fase atravessada pelo processo objetivo, no que diz respeito ao modo como tal fase se reflete na consciência, permitindo a esta elaborar a representação que faz dessa realidade e construir o seu projeto de ação. A consciência, conforme sabemos, é sempre reflexo da realidade, mas o caráter dialético dêsse reflexo, sua inevitável condição conjuntural, leva-nos a distinguir dois casos possíveis: o primeiro, quando o processo econômico está sendo conduzido de modo inautêntico, alienado, submisso às pressões do capital estrangeiro, é o caso em que a consciência se vê impedida, justamente porque reflete um processo inautêntico, de se tornar fonte do projeto autêntico. Nesta conjuntura, cabe dizer-se que a consciência é inadequada e retardada, em relação à fase reinante do processo, não no sentido de que deixa de estar a par com o processo, refletindo-o na sua própria inautenticidade, mas no sentido de que, como conseqüência da sua alienação, deixa de refletir as possibilidades mais avançadas de criar o projeto transformador dessa fase da realidade. Faz parte da sua permanente autenticidade, enquanto consciência reflexa, refletir a inautenticidade do processo, o que se manifesta no fato de elaborar o projeto inautêntico, aquêle que, medido pelas exigências de impulsionamento da autonomia do País, leva com razão a chamar de inadequada e retrógrada a consciência que o concebe. O outro caso é aquêle em que a consciência, refletindo um processo econômico e cultural autêntico, desalienado, embora às vêzes constituído por um estado de penúria e ignorância, antecipa-se à realidade, por meio do projeto que concebe. A consciência, em vez de estar retardada, adianta-se em relação ao estado efetivo da realidade, que reflete em si. Temos assim que a qualidade da consciência, retardada ou adiantada, depende da predominância relativa dos aspectos autênticos ou inautênticos na fase do processo objetivo considerada.

Observemos ainda que, em virtude dos aspectos qualitativos da relação entre consciência e realidade, uma região atrasada do País pode adquirir consciência mais adiantada do que as regiões de maior progresso. Isso se explica porque nessas regiões o atraso econômico representa, infelizmente por enquanto, a forma autêntica do processo objetivo de tais áreas, donde a consciência da região atrasada, sendo autêntica na representação do seu contôrno real, ser capaz de formular um projeto de transformação da existência nacional, superior em autenticidade e lucidez ao que é permitido à consciência coletiva da região próspera porém ligada a um processo qualitativamente alienado. Pelo mesmo motivo se compreende o visível adiantamento da consciência revolucionária nas massas camponesas dos países subdesenvolvidos e coloniais, conforme se observa no proletariado rural das regiões atrasadas do nosso País. Isto porque, embora re-

flitam condições primitivas em relação ao processo econômico global do País, refletem-nas em sua veracidade, não apenas no que diz respeito à situação atual da fase do processo onde vivem, mas, sobretudo, nos caminhos possíveis para superá-las. Grande parte do proletariado citadino, ao contrário, encontrando-se em fase mais avançada do processo material —porém quase sempre alienado nos países subdesenvolvidos—é por êle arrastado, e não consegue perceber, para efeito de formar a consciência que deverá explicar a realidade e eventualmente transformá-la, senão os aspectos negativos mais acidentais do processo que o esmaga, donde traduzir em reivindicações momentâneas—aumento de salários etc.—a sua representação dos acontecimentos. Por isso essa considerável fração do proletariado se retarda em relação às possibilidades mais avançadas que o processo já oferece a uma consciência que não estivesse escravizada aos interêsses antinacionais, contidos nesse processo. O proletariado dêsse tipo não tem imediatamente condições para superar a sua provisória alienação, mas outros setores da consciência nacional, inclusive do proletariado mesmo não envolvidos pelas fôrças alienadas presentes no processo, podem desde agora elaborar projetos autênticos, fundando-se nos aspectos já desalienados que a realidade nacional oferece.

As considerações que em diversas passagens dêste ensaio temos expendido a respeito da transformação das modalidades da consciência e da natureza revolucionária de tal fenômeno, podem estar sujeitas a incompreensões que talvez desvirtuem o sentido que lhes atribuímos. É impossível ajuizar o significado das alterações que se estão processando, sem possuir o conceito correto de revolução para a atual circunstância brasileira e a conveniente perspectiva histórica, pela qual devem ser julgadas as mudanças de conteúdo que lhe correspondem. A revolução não possui um só e mesmo conteúdo em todo momento da história. Conforme a fase de determinado processo social nacional, deve-se perguntar pelo que, em tal fase, constitui a revolução possível, aquela que, justamente por ser possível, é no momento a necessária. A resposta a esta questão não admite ser dada em têrmos gerais, à luz de uma teoria abstrata do processo histórico, mas deve proceder da observação da realidade e da apreensão da lógica inerente ao processo nacional no estado em que se acha. A revolução burguesa foi tão genuinamente revolucionária quanto a proletária, desde que se considerem as fases históricas dos processos nacionais onde se produziram. Em ambas foram atingidos os alicerces da

sociedade, porque se modificaram as relações sociais de produção econômica, ainda que com caráter diferente em um caso e em outro. Temos portanto de indagar do que se entende como revolução para a realidade brasileira atual. Cabe perguntar se é correto chamar de revolução a mudança que não afeta a estrutura do regime de produção, e se, para a fase atual, é justo considerar como revolucionária uma transformação relativamente superficial, no entanto a única alteração possível neste instante. Parece-nos que a visão dialética do processo nacional nos autoriza a definir como revolucionária a mudança social consubstanciada na passagem do estado de subdesenvolvimento ao de pleno desenvolvimento, embora dentro do mesmo regime produtivo, desde que esta é a mudança que constitui a máxima modificação possível no momento. Claro está que, examinada ao longo do processo, representa apenas passo preliminar para alterações mais profundas, as que atingem o próprio regime de produção, mas, sendo a tarefa que a dinâmica da realidade impõe na presente ocasião, adquire o valor de salto revolucionário. Julgar de outro modo seria pensar antidialèticamente, pois significaria identificar a revolução a um ato fixo, determinado, acabado, sempre idêntico, deixando de vê-la como processo, ao longo do qual mudanças cujos conteúdos diferem entre si, merecem ser chamadas revolucionárias, desde que concretizem a transformação qualitativa mais adiantada possível na época para dada sociedade. O "salto" revolucionário tem de ser apreciado nessa perspectiva, que o dialetiza, sem lhe predeterminar dogmàticamente o conteúdo. Negar que assim seja, seria admitir que há épocas destituídas de conteúdo revolucionário próprio, épocas sem revolução possível, não passando de fases preparatórias para uma revolução preconcebida, a ser realizada no futuro. Precisamos distinguir entre possibilidade abstrata de revolução e possibilidade concreta. Se fôsse verdade que para certos momentos da história não existe incumbência revolucionária, seria forçoso admitir então que há pausas no processo de transformação da realidade, que há épocas mortas, tempos de pura espera de um conteúdo real para a ação revolucionária da consciência social. Êste modo de ver, porém, não só é manifestamente antidialético, como levaria ao pessimismo e ao desânimo a consciência das massas, pois nunca saberíamos se nos coube a infelicidade de viver num dêstes períodos de torpor histórico. Se não é possível fazer hoje a revolução desejável, a qual só se vislumbra como exeqüível no futuro, desanima-se de empreender a revolução atualmente executá-

vel e com isso anula-se a própria possibilidade daquela revolução futura.

Se vários são os conteúdos da revolução, sua essência, evidentemente, tem de ser a mesma, aquilo que lhes dá tal significado. É lícito, pois, procurar conhecer essa essência, induzindo-a da consideração dos fatos históricos, o que nos servirá de princípio normativo para reconhecer a ocorrência do fenômeno revolucionário na eventualidade de particular transformação social objetiva. Diremos, numa tentativa de definição, que a revolução é o ato histórico pelo qual as fôrças sociais de uma comunidade, correspondentes ao grau de desenvolvimento do respectivo processo econômico, solucionam a contradição principal que no momento envolve essa comunidade.

Êste conceito liga a definição da revolução à teoria geral das contradições sociais. O reconhecimento da ocorrência do fenômeno revolucionário fica na dependência da análise da estrutura de aspectos contraditórios e do prévio diagnóstico de qual seja, para uma dada comunidade, no momento considerado, a contradição principal. Parece-nos justa esta definição porque não é possível dissociar a súbita, e às vêzes violenta, transmutação de uma estrutura social, do conjunto de contradições que nela tinham sede e constituíam o motor do seu processo histórico. Sòmente na perspectiva ingênua, que cultiva ou a ilusão substancialista da sociedade, conforme a qual só os fatos, enquanto aparências, mudam, ficando o substrato invariável e inatingível; ou a teoria cândida da evolução não dialética, que concebe o curso histórico como o tranqüilo fluir de um rio, movido por fôrça constante, externa ao processo, tal como o declive do solo,—sòmente nessas perspectivas, que despojam o processo de qualquer razão intrínseca que o impulsione, é cabível construir o conceito de revolução desvinculando-o da idéia de contradição social interna. Se, ao contrário, para respeitar a verdade objetiva, aceitarmos que as contradições imanentes à realidade social determinam-lhe o dinamismo próprio e a direção do curso, teremos de aceitar igualmente que o fenômeno revolucionário está diretamente ligado ao regime das contradições reais do processo nacional existentes no momento em que se produz aquêle fenômeno, e nada mais corporifica do que a resolução daquela contradição que constitui nesse momento o mais importante dos aspectos contraditórios da sociedade, com a natural subida de outra contradição, até então secundária, ao pôsto de dominante. Se as contradições movem o processo e se as revoluções autênticas consistem na eliminação da

principal delas, a que envolve e influencia tôdas as demais, fica claro que o conteúdo de cada revolução será diferente, conforme a contradição que, por meio dela, vem a ser extinta. Eis porque não há conteúdo permanente, nem programa rígido de operações sociais a fazer, como receita sociológica, a fim de produzir a revolução. Para chegarmos ao conceito objetivo de revolução, em dada fase da existência histórica de uma comunidade, teremos de proceder ao exame de sua estrutura social, política e econômica, e descobrir qual é, em tal caso, a contradição principal que a afeta.

Para aplicar estas idéias à presente situação brasileira, precisamos retomar a conclusão, exposta em páginas anteriores, que mostrava ser a principal contradição da nossa realidade a que vigora entre as fôrças produtivas autóctones, com os respectivos interêsses sociais, políticos e culturais a elas ligados, e as pertencentes a economias exteriores, para aqui transferidas ou atuando de fora, sob forma de pressões econômicas e políticas. O imperialismo das nações plenamente desenvolvidas, das quais dependemos, com todos os seus aspectos, econômicos, políticos e culturais, tal é a nossa principal contradição neste instante. Na presente fase do nosso processo, entendemos por fôrças produtivas autóctones tôdas aquelas que, direta ou indiretamente, representam a transformação do trabalho das massas operárias em capital que permanece no âmbito da nossa comunidade. São, ao contrário, fôrças econômicas exógenas, em radical oposição de interêsses às nossas, aquelas que se apropriam do trabalho das nossas massas assalariadas e o convertem em capital, com que recompensam o capital efetivamente trazido de fora, ou falsamente declarado tal, valendo-se, neste último caso, de impatrióticas decisões das autoridades financeiras ou de manipulações contábeis, quer remetam logo os lucros obtidos, quer simulem que os reinvestem. Entre os pólos da contradição dêsses dois grupos econômicos não há conciliação possível; o que dá às vêzes a aparência de acomodação entre as partes adversárias e obscurece a própria existência da contradição, é o caráter impreciso com que na consciência dos representantes das fôrças produtivas autóctones se desenha o quadro do seu verdadeiro antagonismo aos interêsses do capital estrangeiro. Essa imprecisa consciência explica-se pela etapa relativamente incipiente na qual se encontra o nosso processo de desenvolvimento, permitindo confusões e ambigüidades, como por exemplo o pertencimento do mesmo empresário aos dois grupos de capital antagônicos, situações

que deixarão de ocorrer tão logo se adiante um pouco mais o curso do nosso crescimento.

À análise social, servida por esta teoria filosófica, o panorama da realidade não oferece margem a qualquer dúvida. A luta entre o trabalho do País, efetuado em seu exclusivo benefício, e o trabalho dispensado para recompensar o capital alheio constitui o verdadeiro e supremo conflito no qual se digladiam as fôrças sociais operantes, mesmo que disso só agora comecemos a adquirir claro conhecimento. Sob essa contradição se aninham tôdas as demais, e são muitas. Uma destas é a existente entre classes distintas participantes do mesmo processo produtivo. Tais classes no regime vigente têm evidentes interêsses antagônicos e inconciliáveis; mas o estado geral do processo, na etapa onde se acha, não confere ainda a essa divergência condições que elevem a luta de interêsses entre as classes ao nível de contradição social principal. Estamos nos referindo a uma situação de fato, existente neste momento. O que divide em campos incompatíveis, em razão dos seus supostos objetivos, a estrutura da sociedade brasileira é o fato de uma parte do trabalho que produz permanecer no seu interior, sendo outra remetida para fora, sob forma de lucros de um capital mais ou menos verdadeiramente trazido para aqui. Esta distinção tem significado decisivo, porque divide em duas áreas o campo da nossa economia. Atinge igualmente os trabalhadores e os possuidores do capital, e até as classes médias, que se vêem arrastadas pela mesma divisão. Êste fato explica porque muitas vêzes figuram no mesmo lado de determinado antagonismo social tanto o trabalhador, que serve ao capitalista interno, como êste proprietário do capital, que procura multiplicá-lo à custa do labor dos seus assalariados. Estão, neste momento, com freqüência ligados pelo interêsse comum, o de enfrentar a concorrência do capital estranho, e responder às manobras de pressão que visam a esmagar o surto da genuína indústria nacional. A divisão da consciência das massas trabalhadoras, lançando contingentes obreiros numa e noutra das áreas da contradição principal, determinando haver ao lado do setor nacionalista grupos de assalariados defensores de posições alienadas e antinacionais, compreende-se não só pela razão indicada, como também pela insuficiente consciência geral da massa, conseqüente ao grau ainda inicial do nosso desenvolvimento. O mesmo motivo explica a incompleta arregimentação dos trabalhadores nos seus órgãos de classe, deixando-os expostos a outras agências de influência, que os desviam da sua tendência natural. Contudo, tal estado deve modificar-se no sentido de reforçar a consciência de classe, mediante a qual será dada a todo operário a via de ingresso no campo nacionalista da contradição principal.

Considerado o regime em vigor, o que se apresenta desejável no momento é a formação interna de capital, para ser aplicado em iniciativas que emancipem o País de tôda dependência política e o libertem do comando exterior. Por isso, vistos da perspectiva desta contradição principal, aparecem como associados os interêsses do capital do setor nacional de nossa economia e os dos trabalhadores ligados a êste setor. É o que em muitos casos se observa na prática, quando as pequenas e médias emprêsas, que tradicionalmente vêm constituindo o setor da produção originado no interior do País, são obrigadas a sustentar difícil competição com emprêsas de procedência externa, para aqui trasladadas com o fito de obter fáceis e rendosos lucros de um mercado em acelerada expansão. Quer hajam trazido de fato algum capital, expresso em recursos monetários, quer se valham de prestidigitações contábeis para simular a realização de investimentos, de todo modo conseguem logo formar no País, na alta classe empresarial e em círculos políticos de influência, uma falange de serviçais prontos a organizar a necessária cobertura legal para as transações dessa espécie e as demais que dela se seguem, e se resumem em favorecer a remessa dos lucros para o exterior. Contratando os serviços da grande imprensa, sempre solícita em defender as conveniências de quem generosamente lhe paga os editoriais, fica montado o dispositivo que daí por diante funcionará como máquina pneumática, bombeando o trabalho do povo para os cofres dos magnatas estrangeiros.

Ora, êstes beneficiários forâneos são capitalistas tanto quanto os empresários nacionais; dêste ponto-de-vista pareceriam indiscerníveis, a ambos se opondo a massa trabalhadora, pela divergência de interêsses. Mas na conjuntura atual não existem ainda consolidados os vínculos que no futuro certamente virão a ligar os dois tipos de capitalistas; o importante é que no momento seus interêsses são em larga margem díspares, envolvendo cada qual, no sentido em que explicamos, o setor do proletariado sob sua influência. Na fase presente, quando numerosas indústrias são instaladas por emprêsas estrangeiras, sobretudo nas modalidades altamente desenvolvidas, como a automobilística, o proletariado que serve a tais organizações, em razão das inegáveis condições de confôrto em que vai trabalhar, dos

serviços sociais auxiliares postos ao seu alcance, da remuneração recebida e de muitos outros aspectos da atividade em que ingressa, sente-se levado a um estado de euforia que o pode privar momentâneamente da autêntica consciência de classe e fazê-lo pender mais para a aliança com seus patrões estrangeiros, de quem julga estar recebendo excepcionais benefícios, do que para a unificação com os companheiros de classe que labutam em indústrias de base nacional, nas quais, salvo alguns poucos casos, é difícil ao capitalista oferecer aos operários os mesmos índices de confôrto no trabalho e de modernização dos instrumentos de produção. Compreende-se que a consciência das massas trabalhadoras, na fase atual de incipiente desenvolvimento econômico, tenha dificuldade em se unificar e se mostre, antes, dividida em facções que buscam de preferência associar-se ao empresário de que dependem, por enquanto compondo em menor escala com os demais operários uma frente social comum.

O capital nacional autóctone, arregimentando numa só linha de ação os detentores dos meios de produção e os possuidores da fôrça de trabalho, vê-se forçado a travar a batalha pela sobrevivência, em face da ameaça de total aniquilação, que é o intuito dos grupos adversários. A expressão superestrutural dêsse choque encontra-se na disputa do comando político e na possibilidade de, mediante a posse dos instrumentos do poder, intervir na esfera econômica, emitindo leis, instruções e regulamentos que determinem o rumo do processo de desenvolvimento. Neste sentido as posições dos dois adversários não são equivalentes. Se um leva atualmente vantagem, por motivo da fase inicial de desenvolvimento, o outro conta com condições objetivas que lhe conferem poderio crescente. A contradição principal da nossa realidade, o imperialismo econômico, político e cultural, vai-se definindo de modo cada vez mais nítido à medida que se desenvolve o setor nacional da economia brasileira. A dificuldade em ver essa contradição, levando até mesmo pessoas responsáveis a negar a existência de tal antinomia, ou que seja a principal, decorre de que os interessados na parte estrangeira fazem todo o empenho em ocultá-la. Convém tal contradição não ser exposta, porque a simples consciência dela desperta fôrças sociais que irão apressar-lhe o fim. Dispondo dos recursos de subôrno, intimidação e propaganda, os interessados no setor estrangeiro tudo empreendem para dificultar o entendimento desta situação. O intuito prático de tais agentes é continuar a auferir as vantagens do presente estado; sua atividade perturba o progresso teórico da consciência social do país espoliado, pois o empenho em dissimular a contradição principal, ou em desvirtuar o seu significado, forma grave obstáculo à perfeita compreensão da nossa realidade neste período da vida brasileira. Sendo desconhecida, ou mal compreendida, essa contradição principal, muitas inteligências irão buscar em outras direções a explicação dos acontecimentos, com isso se desviando do caminho certo, conforme exatamente desejam os exploradores da nossa situação. Se acreditamos ser outra a atual contradição principal, distraímos a atenção que deveria concentrar-se sôbre esta verdadeira polaridade—a nação imperialista e nós—e enquanto discutimos qual ela seja, ou como a devemos interpretar, os solertes aproveitadores do nosso trabalho vão colhendo o maior proveito da confusão ou da perplexidade em que nos debatemos.

A contradição principal envolve a totalidade da realidade, mas debaixo dela se aninham muitas outras que, neste momento, merecem ser consideradas subalternas. São contudo contradições reais e, como tais, dotadas de dinamismo próprio, que as leva a se resolverem em novas situações, superando os têrmos do presente antagonismo. Seria lamentável engano se alguém julgasse só nos interessarmos pela investigação da atual contradição principal, descuidando as secundárias. Estas têm seu processo próprio de acumulação causal, que conduzirá em dado instante ao rompimento da tensão e resolução da polaridade. Constantemente, no seio da comunidade, estão sendo praticados atos que se dirigem a resolver estas contradições secundárias, ao lado de outros dirigidos conscientemente a destruir a contradição principal. Todos êsses atos operam um processo de acumulação causal nos respectivos pontos de aplicação; do incremento quantitativo dessa acumulação resultará um dia a mudança qualitativa representada pelo brusco término da contradição considerada. A sociedade, no entanto, não está executando apenas atos que visam à contradição principal, mas também muitos outros que têm por objetivo as contradições subordinadas. Neste sentido, é lícito dizer que há uma pluralidade de revoluções em curso no âmbito nacional, revolução principal e revoluções secundárias, pois, enquanto as exigências de particulares correntes sociais visam à resolução de determinada contradição, aquela que de algum modo mais duramente as afeta, outros grupos, por interêsses momentâneos próprios, atacam de preferência outra contradição. Dêste modo, estão em curso no seio da mesma sociedade várias revoluções, que se combinam num sistema mais ou menos entrelaçado em relação

à contradição principal. Importa-nos fixar, como ponto doutrinário, a tese seguinte: apesar dessa multiplicidade de revoluções, jamais se deve esperar a completa resolução de uma importante contradição secundária antes de haver sido eliminada a contradição principal em vigor no mesmo período. Resoluções parciais, simples alterações dos elementos de um conflito subalterno, de terceira ordem, podem ocorrer, jamais, porém, a integral resolução das contradições mais importantes, aquela que extingue a dualidade antagônica dos fatôres de contradições de segunda ordem pela criação de novos têrmos opostos, substituindo os anteriores. Sòmente a solvência da contradição principal possibilita a inteira reorganização dos antagonismos sociais, alterando-lhes as relações, dando a alguns a oportunidade de passar à frente de outros em importância, e se aproximar da solução. Enquanto não se desfaz a contradição principal, as subalternas, secundárias ou terciárias, evoluem, sem dúvida, por fôrça de particulares movimentos sociais dirigidos contra elas, mas não adquirem condições de plena solvabilidade, porque a existência e as modalidades dessas contradições secundárias são influenciadas pelo antagonismo principal, e só debaixo dêste se apresentam com as características objetivas que exibem. As contradições secundárias modificam-se ao longo de seu processo próprio, em virtude dos esforços sociais que contra elas se dirigem; em alguns casos estabelecem-se compromissos entre os têrmos polares que disfarçam o real prosseguimento da contradição e podem dar a impressão de se haver apagado espontâneamente a oposição secundária. Todavia, e completa superação desta só ocorrerá quando tiver sido abolida a principal que a subentendia, gerando novo quadro de antagonismos sociais, onde cada contradição secundária anteriormente existente terá avançado um pouco mais no processo que conduz ao seu término.

Retornando ao problema brasileiro atual, é imprescindível observar que, sendo a verdadeira contradição principal dos nossos dias objeto de cuidadosa política de ocultação por parte daqueles que dela se beneficiam, a sociedade tem a olhar desviado dessa suprema antinomia, sendo maliciosamente conduzida a se perder na discussão de contradições no momento subalternas e a concentrar esforços diretamente para o fim de resolvê-las. Tal política convém aos exploradores da situação, pois sabem que deixa subsistir sem maiores abalos, a única tensão que lhes é favorável. Contudo, representa um êrro de visão, que em breve serão forçados a reconhecer. Porque os atos pelos quais as fôrças sociais acometem as contradições secundárias vão repercutir na contradição principal, e, mesmo, por êste modo indireto, fazem parte também do processo de acumulação causal da resolução desta última. Mas, pela mesma razão—o princípio de totalidade, configurador das contradições sociais—os atos deliberadamente dirigidos a destruir a contradição principal revertem sôbre as secundárias e contribuem para abalá-las. Sabendo que a resolução da principal é indispensável à resolução das secundárias, devemos devotar todo o empenho não só em desmascarar a essência da primeira, em definir-lhe o significado e os perniciosos efeitos sôbre os interêsses do nosso povo, mas sobretudo em reunir fôrças para anulá-la. Eis porque acreditamos que a política nacionalista, pelo objetivo final que a anima, de destruir a presente contradição principal da nossa existência, institui a condição imprescindível para a consecutiva resolução das demais contradições sociais atualmente existentes. Não defendemos mero esquema lógico formal, mas um movimento real no interior do nosso desenvolvimento histórico, que nos parece exprimir o próprio dinamismo do processo social.

Ao desaparecer uma dada contradição principal seu lugar vê-se logo ocupado por outra, uma daquelas que figuravam em plano secundário. Esta substituição se faz por efeito do processo que derrubou a principal anterior, processo que determina, com o concurso da atividade humana consciente, o surgimento de nova contradição principal. Se nos deixássemos obcecar pela relativa importância de alguma contradição presentemente secundária, e nos dedicássemos exclusivamente a eliminá-la, perderíamos o entendimento do problema total e cairíamos no equívoco das atuações não recomendadas pela lógica do processo objetivo. Tôda a atenção e empenho da inteligência devem ser orientados no sentido de diagnosticar a contradição principal, a fim de acumular as fôrças necessárias para demoli-la. Resta a questão de saber se há meios para prever qual dentre as presentes contradições subalternas irá ocupar em seguida o lugar da principal. Consideramos ser impossível a previsão teórica *a priori*, embora, em base prática, se divisem prenúncios da situação futura. Não existe razão doutrinária que conduza a determinar de modo infalível a futura contradição principal, porque não conhecemos *a priori* a lógica da história. A racionalidade inerente ao decorrer da história só nos é revelada *a posteriori*, apenas nos permite criar o quadro conceitual de máxima inteligibilidade no momento, onde possamos recolher o acontecimento futuro, sem, contudo, nos habilitar a

profetizar êste acontecimento nas particularidades de modo, tempo e lugar em que irá ocorrer. A maneira como a sociedade neste instante procura resolver a contradição principal é que gera as circunstâncias objetivas que colocarão outra no pôsto da primeira. Como a solvência da atual contradição principal, em princípio, pode ser feita por diversas linhas de ataque social, fica aberta, em teoria, a possibilidade de uma ou outra dentre as várias subalternas assumir o pôsto da principal, noutras palavras, a marcha da revolução levada a efeito no presente pela sociedade dita, graças à dinâmica lógica interior ao seu processo, a predominância futura de uma das contradições agora subordinadas. A prática revela-se aqui o guia valioso, pois deixa entrever qual a contradição secundária que começa a ascender, em virtude do procedimento que está sendo levado a cabo para resolver a principal. Não será difícil admitir que tão logo se tenha fortalecido o setor interno da nossa economia, na luta pela resolução do antagonismo imperialista, a atual coligação de fôrças sociais que compõem aquêle setor venha a mostrar suas incompatibilidades internas, e a converter o conflito entre as classes contrárias que o integram, agora secundário, em principal.

Se na essência a revolução consiste em superar a contradição social suprema, a única revolução nacional desejável nesta fase da vida brasileira consiste na tomada do poder pelas fôrças sociais movidas por autêntica consciência nacionalista, a fim de extinguir a dominação estrangeira que oprime a nossa economia e a nossa cultura. A conquista da plena soberania, colocando no interior da nação, nas mãos do povo, das massas trabalhadoras, o centro de suas decisões históricas, tal é a essência da revolução necessária. Constitui, como dissemos, condição de tôdas as demais, de tôdas aquelas que será preciso igualmente operar para resolver muitos outros conflitos interiores à sociedade. De fato, enquanto nossos problemas estiverem envolvidos pela antinomia imperialista, nem sequer a formulação dos demais antagonismos será perfeita, pois a existência da pressão econômica e cultural das áreas metropolitanas perturba a fisionomia dos fatos e desnorteia o pensamento que os deve apreciar com categorias próprias, induzidas da nossa realidade. A resolução da contradição principal exerce importante efeito purificador sôbre a totalidade das correlações sociais da comunidade, permitindo que só então apareçam com seus contornos reais, sejam vistas no seu verdadeiro significado, situações conflitantes objetivas que, sem êsse prévio desobscurecimento, permanecem envolvidas em influências que as deturpam, alimentando as mais perniciosas confusões a respeito delas.

Neste sentido, propugnamos pelo nacionalismo como ideologia conjunta da nossa comunidade, no presente, para o fim de libertá-la da contradição da dominação estrangeira. Há quem tenha chamado essa atitude de "ideologia global", e com ela não simpatize, por acreditar que sob suas boas intenções, venham a alojar-se maliciosos artifícios, destinados a paralisar os impulsos das classes oprimidas na luta pela liberdade. A teoria aqui exposta, dizem êstes críticos, poderia converter-se em instrumento desnorteador da consciência da classe operária, mistificando-a e confundindo-lhe os objetivos próprios, quando manejado por ideólogos interessados em fortalecer a posição das camadas dominantes. Haveria riscos teóricos e suspeitas práticas no cultivo disso que procuram chamar de "ideologia global". Parece-nos improcedente, em princípio, tal incriminação porque a teoria acima exposta admite expressamente persistirem no âmbito da comunidade ações dirigidas ao rompimento das contradições subalternas, estimula e intensifica êsses movimentos, e afirma que tais ações não ficam postergadas, à espera de ser resolvida a contradição dominante, nem são absorvidas ou anuladas pelos esforços empregados em resolver o antagonismo principal. Mostramos que acontece exatamente o contrário. Há uma observação que é imperioso acentuar, por ser habitualmente esquecida. É a seguinte: na luta pela demolição da contraditoriedade principal cada indivíduo que tomou posição em um dos pólos do conflito figura igualmente em um dos pólos de tôdas as demais contradições. Assim sendo, pode dar-se o caso—e vemos nisso sinal da fase incipiente do nosso desenvolvimento—das posições assumidas pelo mesmo indivíduo nas diversas contradições onde figura serem entre si contraditórias. Foi essa ocorrência, objetivamente ilógica, que chamamos de "metacontradição". Para quem se encontra nesta situação, os esforços que fizer para resolver as várias contradições das quais participe se cancelam recìprocamente, pois ora atuam num sentido, ora noutro, oposto, e assim êsse indivíduo torna-se elemento social inútil como fôrça de progresso na resolução dos antagonismos. Sòmente aquêle que superou a fase da metacontradição e tem consciência da necessidade de assumir posições coerentes em todos os antagonismos de que participe está capacitado a desempenhar atividade social fecunda, porque então a luta que trava no campo da contradição principal implica também compreensão de sua presença no campo particular das outras contra-

dições, e como sua conduta não se apresenta mais dividida, é evidente que os atos que realiza contra a contradição principal operam ao mesmo tempo efeito cumulativo destruidor nas demais contradições. Assim, isso que em sentido pejorativo alguns chamam "ideologia global" não tem necessàriamente o significado de produto da associação espúria de grupos sociais antagônicos, conduzidos por falsa idéia dos seus interêsses, nem constitui embuste ideológico de algum pensador mal intencionado. O significado defensável de tal conceito é aquêle que o interpreta como expressando a exigência de alterar qualitativamente a totalidade da fase histórica da comunidade, marcada pela atual contradição principal—o subdesenvolvimento, mantido pela servitude ao capital estrangeiro e à sua política internacional—como condição para resolver as demais contradições.

Para ampliar e aprofundar o exame do aspecto aceitável de tal conceito, e ao mesmo tempo cercá-lo das indispensáveis ressalvas, vale a pena desenvolver as seguintes considerações: o emprêgo da expressão "ideologia global" é delicado, prestando-se a várias confusões. Há um uso legítimo de tal expressão, ao lado de outros incorretos. Não pode haver "ideologia global" no que respeita à contradição principal. De fato, seria fraude ideológica pretender harmonizar na mesma concepção teórica e no mesmo projeto de ação os interêsses das frações irredutíveis do antagonismo social máximo. Mas, enquanto pura situação de fato, de modo algum desejada por nós, pode ocorrer "ideologia global" com respeito às contradições secundárias, no sentido de existirem elementos pertencentes uns a um pólo de determinada contradição secundária, outros ao outro pólo dessa mesma contradição, e figurando, uns e outros, no mesmo lado da contradição principal. Como a posição ideológica em um dos pólos da contradição principal arregimenta elementos pertencentes tanto a um como a outro dos lados antagônicos de alguma contradição secundária, a posição ideológica representada por um dos têrmos da polaridade principal pode aparecer como "ideologia global" aos olhos de quem a aprecia observando-a de um dos lados de uma das contradições secundárias, porque, de fato, indivíduos que figuram num dos têrmos de certa contradição secundária se acham reunidos, *lá na contradição principal,* com elementos que lhes são antagônicos no campo restrito dessa particular oposição secundária. Desde que o mesmo indivíduo figura em diversas contradições sociais, torna-se imperioso, para superarmos a confusão de consciência própria da fase inicial do desenvolvimento, com isso abolindo a ocorrência de "ideologias globais", que cada um de nós, ao constituir a consciência da realidade nacional, assuma o ponto-de-vista determinado pela sua posição na contradição principal, a fim de apreciar a existência das contradições subalternas, formar a correta representação de seu papel nelas e decidir-se a uma atividade conseqüente nesse sistema de antagonismos. Porque se o não fizer, se, indevidamente, se plantar numa das contradições secundárias, procurando daí abranger o todo, então sim, será levado a ver a posição ideológica representada por um dos lados da contradição principal como "ideologia global", e se inclinará a atribuir-lhe sentido pejorativo, considerando-a pensamento social ilógico.

Para separar o sentido incorreto do correto é capital especificar o ponto-de-vista em que o crítico se coloca, ou seja, no terreno de qual contradição—se a principal ou alguma secundária—concebe a relativa unificação dos têrmos antagônicos. Quando nos colocamos no ponto-de-vista de alguma contradição subalterna, a noção de "ideologia global" pode levar a crer, errôneamente, que se trata de unificar, *no terreno dessa mesma contradição subalterna,* os seus aspectos contraditórios, o que é socialmente impossível e lògicamente ilegítimo, quando apenas se quer dizer que, sendo secundária tal contradição, elementos de um e de outro dos seus lados opostos podem estar situados no mesmo lado da contradição superior, que a todos envolve. O êrro de raciocínio consistiria aqui em elevar imperceptìvelmente a contradição secundária à categoria de principal. Êsse êrro impele os que o cometem a acusar de desonestidade os defensores do nacionalismo, por julgarem que êstes, a serviço dos interêsses de determinada facção social—os grupos dominantes—desejariam negar ou subestimar os antagonismos secundários, o existente entre as classes, por exemplo, no próprio plano em que são reais, a pretexto de que tais antagonismos teriam perdido a razão de ser, unificados que foram na falsa "ideologia global" nacionalista. Tal acusação, de todo injusta, só admite ser veiculada por quem não haja apreendido o essencial do pensamento que procuramos transmitir nestas páginas. Pelas dificuldades de explicar o aspecto correto do conceito de "ideologia global" e pelos riscos de confusão a que o emprêgo de tal têrmo expõe, torna-se preferível não usá-lo, pois traz mais desvantagens que proveito.

É inadmissível haver na doutrina aqui representada qualquer intuito de escamotear uma contradição real ou desviar dela a atenção. Os analistas deverão concentrar-se em

examinar a verdade da proposição que declara ser a polaridade entre a economia de base nacional e a de base estrangeira, em uma palavra, o imperialismo, a contradição principal da nossa realidade. Êste é o ponto a decidir por parte dos críticos. Ou não temos razão nesta afirmativa, e neste caso cabe-lhes apontar qual a verdadeira contradição principal atual, e reestruturar a compreensão da realidade partindo dessa contradição principal; ou é correta a nossa assertiva e, assim sendo, não se deve crer que haja intuito divisionista ou mistificador em considerar a existência das demais contradições à luz e na dependência da antinomia de dominação internacional. Não propomos o nacionalismo como ideologia comum a todos os membros de uma sociedade que sabemos dividida em facções inconciliáveis. Isso é justamente o que desejariam aquêles que teriam tôda a vantagem em se acobertar com o nome de nacionalistas para, à sombra do favor social de que goza êste conceito, continuarem a praticar atos que só consultam as suas conveniências pessoais. Propomos o nacionalismo como ideologia parcial da fração autóctone da nossa economia e, por conseqüência, de tôdas as fôrças sociais e grupos culturais descomprometidos com o interêsse estrangeiro, ansiosos de construir com liberdade o nosso destino nacional. Longe de ser "ideologia global" o nacionalismo é, na presente fase da vida brasileira, uma ideologia parcial. A parte da sociedade que nêle encontra sua natural expressão ideológica tende evidentemente a se estender cada vez mais, até o momento em que, estando suficientemente forte para arrebatar o poder e comandar sem empecilhos os atos políticos internos e internacionais do nosso País, extinguirá a contradição principal, ao mesmo tempo em que o pensamento teórico pelo qual se guiava não precisará mais existir com o conteúdo ideológico que agora possui, uma vez que cumpriu o seu objetivo histórico. O maior empenho daqueles que desejam retardar a nossa emancipação econômica e conservar aspectos tradicionais e retrógrados da nossa cultura, está em produzir um conceito "global" do nacionalismo, que lhes permita, também a êles, se fazerem passar por nacionalistas. Elaboram para tal fim uma noção mal determinada do nacionalismo e sob ela se acobertam; estabelecem distinções sutis, como as de meios e fins, povo e massa, nacionalismo e patriotismo, sempre com a sorrateira intenção de conseguir um modo de se apresentarem como leais combatentes da luta pela libertação do País. Cabe-nos denunciar essa impostura, que tornaria inócuo o pensamento ideológico nacionalista, uma vez que nêle todos caberiam.

Dizemos que o nacionalismo representa ideologia parcial no sentido em que arregimenta parcela definida, embora imensa, da nossa comunidade. Nela figuram elementos de classes econômicas diversas, mas dela estão excluídos elementos dessas mesmas classes, que representam o setor estrangeiro.

Até que as fôrças econômicas autóctones cobrem suficiente poderio para proceder ao ato histórico que assinalará o término definitivo da contradição principal, vai-se processando a acumulação dos efeitos de sucessivas ações libertadoras, cujos autores são os grupos econômicos de exclusiva base interna, nêles cooperando tanto os empresários como as massas assalariadas, ademais dos intelectuais que venceram em si próprios a influência da alienação cultural. Êste processo é um fato objetivo, uma luta na qual se observam múltiplas modalidades de pressão exercidas pela fração estrangeira e pela ciência alienada. A revolução, entendida, na presente fase, como o movimento destinado a superar a contradição do domínio pelo capital estrangeiro, está em curso e se vai realizando cada dia, na acumulação dos choques que a sociedade brasileira inflige aos fatôres que a subjugam. O processo tende para um ponto crítico, no qual se produzirá súbita e visìvelmente a transformação qualitativa em preparo. Se preferirmos atribuir apenas a êsse momento crítico o nome de "revolução", não é menos verdade que para alcançar a correta compreensão dêle é preciso não separá-lo do processo que o engendrou. Na realidade a crise e o processo que a prepara e no qual se deflagra são dialèticamente uma só coisa. O processo não seria tal se não tendesse para um ponto crítico de transformação, e a crise não seria inteligível se não procedesse do movimento que acumula os efeitos de sucessivos atos sociais.

A revolução nacionalista está em marcha, seu ponto crítico será assinalado por algum grave episódio, uma decisão de suprema relevância, que a comunidade será chamada a tomar, e onde se jogue, em parada decisiva, o poderio das fôrças nacionais contra as alienígenas, na conquista do predomínio histórico. É imprevisível o acontecimento que motivará a crise. Cabe conjeturar que se trate de um gesto brutal da pressão econômica ou política estrangeira, de alguma exigência em matéria internacional incompatível com a nossa dignidade, em relação ao qual a sociedade brasileira reagirá adquirindo tão alto teor de autoconsciência, que pràticamente se unificará ao executar o ato revolucionário pelo qual, opondo-se àquela agressão, arrebatará para si o abso-

luto comando da sua existência. Teremos chegado então ao momento da revolução visível. Mas, tanto nesse instante quanto na fase anterior, aquela onde nos encontramos, na qual a revolução se desenvolve em atos aparentemente isolados, locais, de fraca intensidade, alguns de relativa eficácia imediata, outros de resultados aparentemente infrutuosos, simples protestos, rebeldias, demonstrações de desagrado, a revolução é sempre objetiva. Está-se processando na existência real e não na cabeça de alguns visionários. Desenrola-se no comportamento das massas e das classes intelectuais, cada vez mais inconformadas com a nossa situação e desejosas de alterá-la. Não se limita a um anseio subjetivo mas se corporifica em atos que engrossam o caudal do processo e o levarão ao desenlace crítico. A revolução não constitui processo subjetivo, a substituição de algumas idéias por outras, como julgaram certos utopistas do passado, mas forma um movimento objetivo, desenrolando-se com crescente visibilidade, em obediência à lógica imanente à realidade.

Tão importante quanto assinalar êste fato é indicar que, por isso mesmo, a contra-revolução é também objetiva; conduzem-na as fôrças que operam no sentido de conservar rígidas as formas sociais, de resistir a iniciativas como, por exemplo, a substituição de importações, o desenvolvimento da indústria interna, a expansão demográfica em direção ao interior, a ruptura do complexo rural, libertando o trabalhador do campo da fixação servil à terra, a submissão aos esquemas tradicionais de correlações internacionais. A contra-revolução é objetiva nos seus suportes: tem a seu favor a inércia social e a ela dão todo apoio instituições ideológicas seculares, sempre hostis a qualquer espécie de renovação benfazeja. Estamos atravessando dias difíceis do processo nacional, aquêles em que já temos a certeza de possuir pensamento autêntico para guiar o nosso movimento de ascenção histórica, sem havermos ainda conquistado inteiramente as condições objetivas que o tornem inequívoco e lhe ofereçam as bases de completa realização. Compreendemos claramente que os campos estão divididos, que há fôrças novas impulsionando o Brasil para uma etapa superior de existência, e outras, empenhadas em defender atividades, valores e modos de ser contrários às transformações exigidas para alcançar essa etapa. As posições estão marcadas, mas a linha divisória não se observa com plena nitidez, senão na direção geral, sendo muitas vêzes porém imprecisa quando se trata de apreciar os fatos particulares.

3) *Ambivalência e adesão aos atos do desenvolvimento*

Deve-se tal estado de relativa imprecisão à pouca consistência do processo real, que permite a ambivalência da consciência, representada pela duplicidade de atitudes, quase sempre não consciente nem voluntária, no entanto efetiva. O mesmo indivíduo que em relação a certo problema se bate pela solução nacionalista, é capaz de, em outro, aceitar idéias lògicamente incompatíveis com as primeiras. A mesma pessoa que age como nacionalista e revolucionária, no sentido de defender as novas fôrças de produção, de origem interna, no campo geral da política pronuncia-se em favor de teses moralistas ou antinacionais. A ambivalência constitui fenômeno normal na etapa que atravessamos; opõe sério tropêço ao progresso da autoconsciência social, mas por enquanto se revela inevitável, só vindo a desaparecer quando fôr outra, mais avançada, a fase do desenvolvimento nacional. Os interêsses objetivos não se apresentam, por ora, agrupados em sistemas coerentes, e por isso criam condições que desorientam os políticos, os empreendedores de iniciativas econômicas, os estudiosos dos fatos sociais, dando em resultado tais pessoas participarem alternadamente dos campos em luta.

A própria consciência da luta não se mostra esclarecida. A realidade da luta entre tendências conservadoras, estacionárias, e outras, històricamente dinâmicas, é objeto tanto da percepção ingênua quanto da representação crítica. Mas, como é natural, cada uma a interpreta a seu modo. Para o pensar ingênuo, a luta não passa de lamentável acidente, resultado da falta de compreensão dos indivíduos, da indisciplina social do povo, da perversidade de certas doutrinas que infiltraram insidiosamente no País os germes da agitação, rebeldia e uniformidade. Pensando bem, não há razão para a discórdia social; por isso, se existe, é sintoma de fraqueza do govêrno, falta de clarividente direção, anomalia que uma política melhor conduzida deverá extinguir. A mentalidade simplória aconselha recuar às condições mais humanas que vigoraram no passado, quando não se observavam as inquietações agora existentes, a fim de recompor a sociedade em bases equitativas, eliminando as oposições entre os grupos sociais, injustificadas em princípio. Para o pensamento crítico, ao contrário, a luta é modo de ser natural do processo

social de uma comunidade dividida por interêsses antagônicos. Se alguma coisa lamenta, não é a ocorrência das divergências, mas a sua imperfeita delimitação; e se alguma coisa almeja, é o progresso mais acentuado do processo nacional até o ponto onde desapareça tôda imprecisão e se divisem indubitáveis os contornos dos projetos sociais concebidos pelas diversas facções em choque. Pertence também ao pensar crítico o reconhecimento da existência da ambivalência e da dificuldade dos comprometimentos nítidos na fase atual.

Mesmo encontrando-nos em plena fase de ambivalência, parece lícito dizer que já existe suficiente clareza para que se ofereçam, fora de qualquer incerteza, os caminhos opostos. Optar pelo do desenvolvimento, decidir-se pelas atividades nacionalistas, forma a condição necessária para descobrir em que consistem concretamente. Porque, conforme dissemos, não sabemos *a priori* quais os conteúdos concretos do projeto nacionalista a cada momento. Temos de escolhê-lo para depois descobrir como realizá-lo. Trata-se de um lance existencial, que somos chamados a cumprir, com a certeza de que recusarmo-nos a fazê-lo significa implìcitamente eleger a posição contrária. Não nos assustemos com esta formulação, que a muitos parecerá imprudente filosofia, pedindo o nosso compromisso com idéias e atitudes que ainda não conhecemos, porque o mesmo acontece com aquêles que escolhem a direção oposta. Os que assumem a posição antinacionalista também não sabem a que atitudes serão levados em face dos acontecimentos. Também êles, na base de um conjunto inicial de interêsses ou de um mínimo de consciência despertada, se engajam existencialmente num projeto, para só depois saber ao certo de que se trata, com que repertório de gestos e idéias terão de solidarizar-se.

A semelhança de condição entre as alternativas adversas, deriva de que, em ambos os casos, os indivíduos estão procedendo a uma escolha que envolve o seu grupo nacional. Só a consciência do comprometimento do homem com os interêsses reais do seu país é fecunda, não porque comporte o conhecimento prévio de todo o complexo de ações com as quais se compromete, mas porque estabelece a condição fundamental para vir a descobri-las. O ato objetivo praticado em favor do desenvolvimento nacional, pela sua inserção no processo real, determina o conteúdo dos atos seguintes, que o devem fortalecer e desdobrar. Não teria sentido exigir o compromisso da consciência com uma série indefinida de atos imprevisíveis desde agora, porque uma decisão dessa espécie seria abstrata. Basta que a consciência se comprometa com o mínimo de atos iniciais do desenvolvimento, porque a seguir êstes mesmos atos desvendarão outros, e assim a série será sempre concreta, e a consciência, que com ela se identificou, terá suporte constante e guia diligente. As dúvidas e oscilações tornar-se-ão cada vez menos freqüentes, pois o arraigamento da consciência no real não só a esclarece contìnuamente, como termina por instalar no espírito certo hábito, que unifica, por antecipação, as convicções e decisões futuras com as atuais. A dissipação da ambivalência não ocorre senão por efeito da realidade, que vai determinando complexos de interêsses suficientemente desenhados para não dar margem a dúvidas na valoração de atitudes e iniciativas, e tão amplos que, na prática, todos os atos que o indivíduo seja chamado a realizar caiam sob um ou outro dos campos antagônicos. Tal é, ao que nos parece, a estrutura da presente fase da vida brasileira. Há um processo de desenvolvimento em marcha, e dêle depende a formação e amadurecimento da consciência de caráter crítico, assim como a separação desta de outras formas inadequadas de pensar. O comportamento crítico mostra-se lúcido e metódico, suas deficiências são antecipadamente compreendidas como reais e inevitáveis, e superadas pelo exercício fiel dêsse mesmo comportamento. Só podemos, portanto, contar com o desenvolvimento para desenvolvermos a nossa compreensão do desenvolvimento, para melhor saber em que consiste a nossa realidade e o que se tem de fazer para atualizar o que nela existe em estado ainda virtual.

4) *Duas objeções: a substancialização do processo e a superestimação do presente*

Uma objeção que talvez seja dirigida à atitude crítica, seria a de que êsse modo de pensar converteria o "processo" em entidade metafísica, em substância universal, fazendo dêle um demiurgo, de cuja ação, incompreensível e transcendente, tudo derivaria; o processo seria a Providência, de quem esperamos a graça de benefícios gratuitos, fôrça cega, da qual somos humildes produtos. Em nome do processo tudo é permitido, seríamos nós os seus oráculos. Os que a êle se opõem ou pretendem dirigi-lo por caminhos inaceitáveis são excomungados ou acusados de incompreensão. A consciência crítica constituiria a forma sibilina do pensar, revelação dos sacerdotes do processo, inacessível ao vulgo, dom sòmen-

te possuído pelos iniciados neste saber quinta-essencial. Não há utilidade em responder a tais imputações e ironias, nas infinitas variedades de que se reveste a tendência objetante orientada neste sentido. Basta a resposta de ordem geral, enunciada a partir dos princípios que fundamentam o presente trabalho. A quem nos objetasse que estaríamos fazendo do processo uma coisa ou substância, responderíamos que tal não acontece; o processo não é coisa simplesmente porque é processo; a primeira idéia representa a antítese da outra. Mas, sendo real, e não imaginário, constitui fato sempre atual, que se oferece como objeto concreto de conhecimento e fundamento de onde são extraídas as idéias e conceitos categoriais para proceder à interpretação da experiência. Não há qualquer divinização em reconhecê-lo universal, nem magia em recorrer a êle como princípio lógico explicativo dos acontecimentos. Não há misticismo nem mistificação nesta atitude, que se reduz a reconhecer a primazia de objetividade material entendida como realidade dinâmica. O processo não se resume no desenrolar de uma Razão cósmica, de um Ego transcendental ou coisa parecida, não se identifica com a personificação de algum poder imaterial; consiste, ao contrário, na universal conexão entre as coisas existentes e na sua transformação ao longo do tempo. O processo, a que nos referimos, compõe-se dos acontecimentos de que temos certeza objetiva e se faz conhecido pela presença dos fatos na consciência dos que lhes sofrem a influência, refletindo-os em seu espírito; não se materializa como substância, pois não tem caráter estático, sendo constituído pela continuidade racional dos acontecimentos, o desenrolar no tempo da existência de um ser, a nação, que muda històricamente e condiciona a existência de quantos nela se encontram. Não se compara a uma fôrça exterior, de que nós, os membros da comunidade, fôssemos súditos passivos, porque compreendemos ser os agentes dêle, sabemos que em grande parte de nossa vontade, do nosso projeto, depende o seu prosseguimento e as modalidades que assume. A idéia de processo não equivale a um *deus ex machina,* panacéia explicativa, convertida em refrão ideológico. Explica-se que seja uma constante da consciência crítica, porque tôda existência histórica, a da nação em especial, se desenvolve no tempo, e por isso a inteligência necessita remeter a êste conceito fundamental, o de desenvolvimento, todos os demais, que utiliza para entender os fatos. Se não fizesse contínua referência ao processo, haveria o perigo de desligar-se do concreto e pensar em abstrato. O êrro, de que nos devemos precaver, não está na repetida invocação daquela idéia, mas na sua degenerescência, pela perda do significado concreto. Êste, sim, é o perigo a evitar, pois retiraria do conceito de processo tôda eficácia prática, reduzindo-o a mera construção intelectual. O processo não se equipara a um esquema lógico *a priori,* mas, ao contrário, a lógica se limita a refletir esquemàticamente as ligações objetivas dos fatos em movimento.

Estas reflexões são importantes para nos libertar dos modos de pensar estáticos, que desprezam o dinamismo do real, considerando-o acidental, secundário, a ser entendido com o auxílio de um mundo de idéias e valores existentes por si, imutáveis, eternos. As reflexões anteriores servem para nos encaminhar a nova forma de pensar, a qual, em vez de enfrentar os fatos armada com um instrumental de conceitos prèconstruídos, deixa-se moldar pelo real, coincide com êle, sem prevenções ou prejulgamentos, para dessa coincidência empírica extrair as idéias com que o deve interpretar. Não há, portanto, de nossa parte qualquer divinização do processo, convertido em Entidade mística, de que alguns poucos iniciados seriam os arúspices. O processo está à vista de todos, envolve tudo, mostra-se acessível a qualquer pessoa, sua percepção nada exige de prévio, senão compreender que a realidade é constituída como ser em permanente transformação.

Outra objeção que, por inadequado entendimento, poderia ser-nos dirigida, exprime-se na censura de superestimarmos indevidamente a realidade presente, dando-lhe primazias recusadas a outros períodos no passado. Tal deturpação do pensamento ocorre com freqüência, mas não acreditamos haver incorrido nela. A êsse propósito, duas observações precisam ser feitas. Em primeiro lugar, de certo modo, conforme nos manifestamos ao descrever a traço pedante da consciência ingênua, o presente assinala sempre situação privilegiada, pelo simples fato de nêle nos encontrarmos e de julgarmos a realidade a partir dêle. Essa condição é irremovível, pois o presente define o contôrno de que temos experiência imediata e concreta, o mundo na sua configuração real. É natural, portanto, que o momento presente goze de prioridade sôbre qualquer outro ponto de observação. Além do mais, se concebermos a realidade como processo, o presente contém de fato algo "mais" do que o passado, porque para chegar até êle foi preciso atravessar etapas anteriores, necessàriamente menos ricas de realizações. O presente aparece como produto do tempo anterior, momento não apenas ulterior aos daquele, porém mais avançado, porque a reali-

dade não se limita a arrastar ao longo do tempo a identidade do ser, mas desenvolve e engendra novos modos de ser. O presente oferece naturalmente o ponto de perspectiva preferencial; pensar a partir do seu conteúdo garante condições ótimas para compreender a totalidade. Porém, e aqui fazemos a segunda observação, o presente de hoje será logo depois passado de outro presente por vir, e portanto, o privilégio que agora nos dispensa, de melhor apreender o mundo, não nos autoriza a estabilizar êste conhecimento, como se pelo fato de ser o mais adiantado que atualmente é possível obter, fôsse o mais adiantado em valor absoluto e para sempre. Eis porque tôda representação autêntica da realidade contém êste traço contraditório: tem de fundar-se sôbre o instante atual para ser legítima e íntegra, constituindo-se como verdade; porém, ao mesmo tempo, apreende nessa verdade a sua não-verdade, ao saber-se, em princípio, inválida no futuro, e inválida precisamente porque agora é válida. Aí está a raiz da dualidade essencial, que afeta o pensamento crítico. A verdade atual, enquanto coincidência com a realidade em transformação, condena à revogação o próprio pensamento crítico em um futuro mais ou menos distante. Nesta duplicidade dialética da representação presente está contida a verdade. Por isso, tão absurdo quando pretender fixá-la, a pretexto de salvá-la de fatal caducidade, seria desprezá-la, por motivo de ser sujeita a variação, caindo, então no cepticismo e no desencanto intelectual.

Não se deve confundir esta posição, eminentemente dialética e objetiva, com o relativismo epistemológico de fundo idealista subjetivo. Não existe a verdade entendida como valor privado, solipsista, estabelecido pela experiência individual e relativo a esta exclusivamente. Consideramos aqui o caráter necessàriamente temporal da verdade, a sua inevitável transformação em virtude do dinamismo da realidade, que expõe continuamente novos aspectos do ser, e exige a concomitante transformação dos conteúdos da consciência que reflete a mudança da existência objetiva. Se excetuarmos as proposições que exprimem essa mesma situação, por exemplo, as que enunciam o caráter contraditório da realidade, a presença de fôrças sociais antagônicas, a temporalidade do real, a objetividade do ser e sua representação reflexa na consciência—de modo geral, tôdas as que compõem a própria teoria da verdade—o conjunto das demais está submetido à perspectiva histórica, que lhes assinala simultâneamente a validade e a transitoriedade.

Quando dizemos que a consciência crítica se instala na

plenitude do presente, assumimos como preferida esta posição, em razão justamente da ambigüidade que a afeta; sua proeminência vem de que nela se acumula o passado, do mesmo modo que, por ela, fica o passado revogado. A coincidência imóvel do pensamento com o passado define o dogmatismo, expressão da verdade imutável no tempo; a coincidência variável com o presente constitui a dialética, graças à qual a consciência que, segundo o modo formal do pensar, se carregaria de ambigüidade e contradição lógica, de fato adquire a condição de máxima representatividade do real. O pensamento crítico não se intimida em esposar esta atitude, nem vê nela perigo de incerteza e arbítrio. Sabe que a verdade não permanece eterna, mas tem valor temporal, corrige-se a si mesma, desde que a razão se conserve dócil à lição dos fatos.

Todavia, há motivo para nos guardarmos de certas modalidades de exaltação do presente, indubitàvelmente marcadas com as características de completa ingenuidade. São, de maneira geral, aquelas que valorizam o presente, porque o consideram o ponto de chegada da história, um têrmo final. Por falta de visão crítica, o presente é entendido como a meta do longo esfôrço humano anterior, sem que se acrescente ao conceito dêle a nota da sua substituição. Considera-se o curso histórico sob uma perspectiva axiológica, conforme a qual todo o trabalho da humanidade até agora se destinava a criar as condições que possibilitassem a vigência dos valores atuais. As gerações anteriores tiveram por missão moral preparar o advento dos dias de hoje. O presente aparece alçado à categoria de melhor, mas não se lhe dá continuação, de maneira que, mesmo quando se pensa històricamente o passado, pensa-se anti-històricamente o presente. Êste torna-se então valor absoluto, e por isso nós, que nêle estamos, temos qualidade privilegiada para apreciar a realidade. Daí sermos levados a acreditar que nunca ocorreu o que está acontecendo, não só quanto à matéria dos fatos, mas sobretudo quanto à importância dêstes; temos a sorte de viver em época excepcional, de uma riqueza de acontecimentos como jamais se viu, adquirimos conhecimentos que nos habilitam à inteligência das coisas, com que os antepassados nem sonhariam. Nunca aconteceram coisas tão importantes como agora, e esta importância é de tal monta que se torna possível dizer que de fato só agora se passam acontecimentos importantes. O que os homens de outras épocas consideravam importante na verdade não era. Temos nesta proposição bom exemplo de enunciado ingênuo; esquece o

indispensável condicionamento histórico do conceito de "importância". Ignora que tôda época necessàriamente vê como "importantes" os fatos decisivos que presencia, e que o "importante" do passado forma a condição para a existência do "importante" do presente. É um modo de pensar ingênuo, mas de certo ponto-de-vista há parte de verdade no que diz; no entanto, ao mesmo tempo mostra-se falso, quando transformamos tais enunciados em verdades finais, e deixamos de perceber-lhes a relatividade intrínseca. Nossa época é, sem dúvida, mais rica que as anteriores em número de ocorrências e de idéias, pelo simples fato de vir depois, de recolher a herança das realizações do passado, mas essa afirmação só se torna verdadeira associada a esta outra: é também mais pobre que outras épocas do futuro. Daí não termos o direito de erigir em proposições definitivas e absolutas o produto da compreensão atual.

Estas reflexões não são supérfluas, nem de significado apenas especulativo. São, ao que nos parece, instrumento metodológico para interpretar a realidade brasileira. Uma das formas de ingenuiadde a que dificilmente escapam os nossos analistas, consiste em absolutizar a perspectiva que adotam, sobrestimar os fatos que testemunham ou de que participam. São vítimas da norma singela de superestimar a atualidade, sem a devida consideração dialética. Em conseqüência desta ilusão de óptica, os acontecimentos do dia tomam proporções desmedidas, parecem ter fisionomia inédita e possuir sentido excepcional. Especialmente as peripécias das lutas sociais nos momentos de agitação política são elevadas à categoria de tragédias nacionais. Cria-se, com o hábito desta atitude ingênua, a atmosfera psicológica propensa ao dramático, ao aterrorizante, ao pânico; o perigo parece colossal e está em tôda a parte, tudo está perdido, cada novo acontecimento traz nova confirmação de tão desoladora evidência. Geram-se a partir daqui variados tipos de julgamento, dos quais, nas páginas que dedicamos ao exame dos comportamentos ingênuos, procuramos apontar alguns, significativos. Mal vale a pena repetir que tôdas essas simplicidades de pensamento, e as nocivas condutas por elas ditadas, são conseqüência da equivocada avaliação do papel e valor do presente, que o considera como dia sem dia seguinte, não percebendo que as calamidades a que se refere não passam na maior parte de impressões motivadas por crises subjetivas. Nos países em luta para alcançar as fases superiores do desenvolvimento, onde os conflitos resultantes de contradições internas se tornam dia a dia mais agudos,

vive-se em estado de constante emoção política, nos aspectos superficiais do processo social, explicável pela ingenuidade da consciência com que consideráveis setores da comunidade representam a realidade, refletindo as respectivas posições de classe no curso do desenvolvimento geral. Tal situação configura grave obstáculo prático, pois, conforme dissemos, só a consciência crítica está capacitada para conduzir, no país em trabalho de desenvolvimento, a política adequada. Tôdas as formas de ingenuidade são prejudiciais, antepõem dificuldades à ação transformadora eficiente. O processo nacional tem de vencer êsses obstáculos, realizando-se através dêles. O pensamento crítico considera essa resistência como elemento normal do processo, o qual não seria real se não consistisse em alterar alguma coisa, que deve existir precedentemente para ser abolida por êle. Se não houvesse o estado de espírito primário, ingênuo, impressionista, colérico, derrotista, como modo de pensar da parcela da sociedade que se opõe aos que objetivamente comandam o processo, êste não seria tal, porque não teria contra o que produzir-se, o que superar, o que substituir na ordem da existência.

5) *Os supostos "perigos do desenvolvimento"*

Por inúmeros efeitos a consciência ingênua causa consideráveis danos ao processo nacional; mas, por nenhum se revela mais danosa do que pela incompreensão que demonstra quanto ao significado do desenvolvimento econômico do País. Para esta conduta convergem todos os traços de ingenuidade antes apontados, combinando-se na produção dêste lamentável resultado: o de tornar o indivíduo incapaz de perceber o sentido e o valor humano das transformações objetivas que, com tanta rapidez, se estão operando ao seu redor. Tratando-se de personalidades de projeção política, algumas delas representantes do povo, êste estado de espírito gera lastimáveis pronunciamentos que, não fôssem a seriedade das repercussões que às vêzes têm, só nos deveriam despertar sorrisos de irônica indulgência. Não podemos, entretanto, ignorar a real eficácia dessa atitude simplória, nem suas maléficas, embora restritas, conseqüências.

O caráter ingênuo da crítica ao processo de desenvolvimento patenteia-se na série de razões invocadas pelos políticos pouco esclarecidos para agredir os principais cometimentos transformadores da fisionomia da Nação. Bem sa-

bemos que os móveis de tais ataques são a vontade de demolir o trabalho do adversário político e de atenuar, quase sempre para fins eleitorais, a ressonância que têm no espírito popular as visíveis benemerências de determinada administração. Por êsse lado nada haveria que justificasse a nossa atenção às insípidas críticas partidas de personagens políticos que desfrutam de certo eco público pela conjugação de seus intuitos com os da imprensa assalariada aos interêsses do capital estrangeiro. Não seria apenas pelo lado subjetivo que nos despertaria a curiosidade; se acreditamos merecerem ao menos breve comentário, é porque mesmo no limitado horizonte mental dos seus enunciantes se observam conteúdos de ingenuidade que não devemos perder a oportunidade de registrar. Dizem respeito ao que chamam de "perigos do desenvolvimento". Para entender a fraca argumentação dessas pitorescas figuras, faz-se preciso partir da referência às bases de classe, à formação cultural alienada, e ao mundo de negócios onde têm seu fundamento, direta ou indiretamente, os representantes dessa retrógrada atitude. São indivíduos que, de um modo ou de outro, acham-se vinculados aos aspectos passadistas e reacionários da nossa realidade. Ou porque representem os interêsses da classe latifundiária em declínio, ou porque prosperem como clientes da grande indústria estrangeira, ou, ainda, porque, pela cultura sem raízes nacionais, estejam presos a mitos ideológicos, que, para conservarem a vigência, atualmente injustificada, necessitam aliar-se às fôrças mantenedoras das condições sociais que lhes davam outrora plena justificação, o fato é que tais representantes do pensar de "oposição ao desenvolvimento" constatam a rápida mudança do estado social e material do País, e se alarmam diante das perspectivas de que possam ser em breve extintos como espécie política. Observam acontecerem transformações do ambiente que ràpidamente lhes vão retirando tôda razão de ser. Reagem naturalmente contra essas transformações, onde vêem a suprema calamidade que ameaça o País, isto é, êles. Os líderes da mentalidade retrógrada, em nome dos seus interêsses de classe e de ideologia, vêem-se forçados a se declarar contrários, se não ao desenvolvimento enquanto tal, ao menos à forma como vem sendo realizado. Claro está que a crítica a essa forma também valeria para qualquer outra que eventualmente tivesse sido adotada, pois, embora não o confessem, o que na verdade lhes desperta a atitude opositora é o desenvolvimento mesmo. Acarretando êste essenciais mudanças nas estruturas sociais, a abolição de muitos dos aspectos tradicionais da existência nacional, o

ingresso de imensos contingentes humanos no processo produtivo superior, com a conseqüente quebra da antiga estratificação social, torna-se evidente que todos êsses abalos de um estado de coisas que desejariam ver imóvel, pacífico, tranqüilo, para conservar o domínio e a espoliação que no passado exerciam sem inquietações, lhes despertam agora profunda ansiedade, e os levam a considerar como provável a eventualidade de sua extinção enquanto grupo social que desfruta de excepcionais condições de vida.

Não ousam, conforme dissemos, agredir de frente o desenvolvimento; procuram fazê-lo de flanco. Para tanto, lançando mão de cavilosa retórica, em que são férteis os seus bacharéis, arquitetam argumentos para denunciar aquilo que entendem por "perigos do desenvolvimento". É desnecessário dizer que tôdas as vêzes que um representante dos setores sociais reacionários pronuncia esta expressão, ou outra equivalente e do mesmo estilo e finalidade, podemos estar seguros de que se abre a oportunidade de colhêr alguma nova flor de ingenuidade para a nossa coleção. Porque a simples idéia de "perigo do desenvolvimento" designa por si só um padrão de ingenuidade. Não dispomos de espaço para analisar extensamente êste conceito simplório. Mas, sòmente para não deixar passar o momento, vale a pena assinalar que tal idéia tem por fundamento a ignorância do caráter dialético do processo da realidade e do condicionamento da consciência por êle. Funda-se na visão estática do mundo, a qual só concebe alterações acidentais. Ora, a mudança ocasionada pelo processo do desenvolvimento nacional não atinge apenas os acidentes; constitui, conforme indicamos, para as atuais circunstâncias, o "salto qualitativo" possível no momento, modifica a natureza da realidade, que deixa de ser o que era para se tornar outra. O desenvolvimento, na forma de plano de govêrno, realiza deliberada e metòdicamente a aceleração do permanente movimento da realidade. Chamar-se a um fato natural, inevitável, incessante, de "perigo" é evidentemente incorrer em excessiva ingenuidade. Se descermos à análise das razões com que os detratores do desenvolvimento pretendem fundamentar a denúncia de tal "perigo", iremos encontrar as mais saborosas provas de candura intelectual, nem por isso menos associadas a pérfidas e revoltantes situações de espoliação do trabalho do povo.

A mais espalhada das alegações, aquela que de certo modo resume quase tôdas, cifra-se em declarar que o desenvolvimento econômico, tornado obsessão do govêrno ou de um grupo de pensadores e estudiosos sociais, conduz ao esque-

cimento dos interêsses e valores autênticamente humanos. O homem seria o objetivo desconhecido ou inexistente no programa de desenvolvimento. Esta é, como dissemos, a ingenuidade-modêlo. Exprime a quinta-essência da mentalidade simplória e elementar do político de baixo nível cultural, despreparado de categorias lógicas de julgamento e movido apenas pelo automatismo reprodutor de refrões ingênuos, graças dos quais procura aparecer como personalidade pensante, na verdade, servindo apenas aos interêsses do seu grupo. A resposta a essa cândida objeção exigiria explanar a verdadeira teoria do humanismo no país subdesenvolvido, coisa que nestas páginas não temos meios de fazer. Mostraria que, ao contrário do que afirma a mentalidade primária, o homem representa o verdadeiro e único objetivo do esfôrço de desenvolvimento empreendido pelo País. Atrás de cada tonelada de aço produzida, de cada quilômetro de estrada aberta, de cada novo objeto fabricado, está um quanto de proveito humano, um acréscimo de valor econômico que reverte imediatamente em melhoria do nível de vida do povo. A idéia de que o afã do desenvolvimento acarreta a espoliação do povo só pode ser veiculada por aquêles que são os verdadeiros espoliadores; o povo não a entende e isso porque espontâneamente percebe que o esfôrço de desenvolvimento é feito por êle em seu próprio benefício. No regime vigente o desenvolvimento acompanha-se sem dúvida de muitas injustiças, do ilimitado enriquecimento de certos homens de negócios e de figuras políticas a êles associadas, que auferem vantagens desmedidas na promoção das transformações úteis. A efetiva correção dêsses desvios só em pequena parte depende da vigilância e honestidade dos governantes, sendo um resultado que só pode ser alcançado mediante radicais mudanças de ordem estrutural na sociedade que desencadeia o esfôrço de superação histórica. Se o nosso problema no presente momento não se oferece com esta configuração, é preciso ter bem em conta, no entanto, que a existência dos grupos de aproveitadores do desenvolvimento, por mais iníqua e revoltante que seja, não se converte em argumento para demolir a obra de expansão econômica, e a prova disso é que as massas, as únicas a serem prejudicadas com a pilhagem de tais grupos, suportam, por algum tempo, a defraudação de que são vítimas, pelo largo saldo de benefícios que, apesar de tudo, ainda deixa a política do desenvolvimento. Seria realmente demonstrar comovente singeleza de espírito não ver que o incremento da produção industrial, a realização de grandes obras públicas, significa trabalho humano, cujo

valor cresce constantemente, tende a ser melhor remunerado, e a ampliar a capacidade aquisitiva de bens de confôrto, embora não cesse de ser sempre incompletamente pago.

No regime vigente, na fase atual, o desenvolvimento econômico contém a única possibilidade de que as massas dispõem para elevar o seu padrão de vida e alcançar um grau de "humanização" superior a êste em que agora se encontram. Os que se mostram tão preocupados com a "desumanização" produzida pelo desenvolvimento não tiveram uma só palavra para lamentar o estado de vida do povo antes do desenvolvimento. Não comparam um modo de ser com o outro. Não atentam para a imensa diferença que há entre a existência primitiva, rural, miserável e inculta das massas brasileiras, e êste começo de novo padrão de vida que as nossas populações vêm conquistando cada dia. São os líderes da cultura antiquada, os expoentes das classes latifundiárias, os porta-vozes do comércio especulador, os adeptos de valores peremptos, os que agora se comovem ante os riscos que rondam o povo, ameaçado de perder a "humanidade" que possuía até então, e submergir na vaga do avassalador interêsse pelos bens materiais da vida, esquecido da sublimidade das coisas eternas. O povo mesmo, porém, não mostra o menor sinal de preocupação a êste respeito. Ou é realmente um rebanho de ignorantes, de irracionais, na melhor hipótese de crianças sem discernimento, obrigando os bacharéis conservadores e os filantrópicos homens de negócios, a se consumirem no desvêlo que dedicam a salvá-lo da corrida inconsciente para a própria desgraça; ou está muito satisfeito com a nova direção do processo do desenvolvimento e coopera vigorosamente em levá-la avante. Falta aos titulares da mentalidade política retrógrada, no seu constitucional alheamento do povo, a compreensão de que êste tem uma consciência crítica implícita, incapaz de ser corrompida ou enganada. Pode não se achar em condições de formular claramente e na lógica da sapiência convencional o seu modo de sentir e entender a realidade, mas não está equivocado, e jamais toleraria a transformação da realidade que se fizesse em seu prejuízo.

À inteligência culta das classes alienadas escapa êste dado: só é varrida da preeminência histórica a classe que se tornou parasitária. Só a classe dominante, cujo papel histórico se esgotou e tombou no vácuo da inautenticidade, representada pela montagem de um aparelho compressor para manter-lhe a exploração, está ameaçada pelas transformações positivas da realidade. O desenvolvimento efetivo se faz

sempre contra a classe exploradora, jamais contra a classe trabalhadora. Esta proposição precisa ser explicada: claro está que, conforme mencionamos, dado o regime vigente, o desenvolvimento vem produzindo paralelamente aos seus resultados úteis, as transformações de proveito popular, o rápido enriquecimento dos empresários das iniciativas vultosas e seus apaniguados. Foi inevitável que assim acontecesse, tendo em vista as condições institucionais em que estamos processando o nosso crescimento econômico. Mas, a perspectiva dialética mostra-nos que o lucro das classes aproveitadoras, por maior, mais injusto e revoltante que seja, não se manterá indefinidamente, pois as mudanças objetivas ocasionadas pelo desenvolvimento trazem em seu seio a negação da classe atualmente exploradora, embora ainda dotada de papel positivo, e a fazem tombar no parasitismo. A espoliação produzida pelos grupos beneficiários do desenvolvimento, tal como o estamos realizando, decreta o próximo declínio dêsses aproveitadores, fazendo passar às mãos de outra classe o comando do processo do desenvolvimento nacional. Em última instância, tôda transformação progressista se produz sempre a favor da classe trabalhadora. O efeito espoliador do trabalho do povo, ocasionado pelos atuais procedimentos de expansão econômica, particularmente a submissão ao capital estrangeiro, não conseguirá manter-se indefinidamente, porque o ascenso real da consciência popular, causado pela elevação do nível material de existência, tende a originar um movimento de apropriação do comando político pelas massas, que as levará, na ocasião em que assumirem o completo comando do processo, a expulsar os parasitas e negocistas, que tão solícitos se mostram agora em defender a "iniciativa privada". Esta expressão a rigor deveria ser corrigida para "iniciativa privante", pois se trata, de fato, de iniciativa destinada a privar as massas dos benefícios sociais do desenvolvimento nacional, reservando tôdas as vantagens financeiras para o pequeno círculo de afortunados que lhes explora o trabalho. Seria realmente um absurdo histórico se as rápidas transformações causadas pelo desenvolvimento tivessem por conseqüência a perda cada vez maior da capacidade política das massas e o desvanecimento de suas esperanças de alcançar o poder e criar para si condições mais felizes de vida.

Mas ocorre justamente o oposto. As classes trabalhadoras elevam o seu teor de consciência mais depressa do que as classes espoliadoras organizam o seu aparelho defensivo. Ainda que, por ora, estas últimas se aproveitem de

modo revoltante do trabalho coletivo, êsse provento não lhes garantirá indefinida dominação. Enquanto o desenvolvimento se realizar em larga parte com o auxílio do capital estrangeiro,—e em concebê-lo sob esta forma está o vício primordial da doutrina do desenvolvimento que os mentores intelectuais das classes dirigentes aconselham ao País—, será natural que os aproveitadores da situação, associados como estão aos interêsses do imperialismo, fiquem num dos lados da contradição principal, da qual o outro são o trabalho e o capital nacional autênticos. Enquanto perdurar êste estado de coisas, o desenvolvimento terá de ser conduzido sob esta contradição principal. Significa isto que os exploradores procuram retirar o máximo de lucro da conjuntura econômica que lhes é favorável, sem reparar que para tanto faz-se preciso, igualmente, desenvolver a capacidade de trabalho do povo, ou seja, em última análise, dotá-lo de condições que o levarão à consciência mais clara do seu próprio estado. Por conseguinte, a espoliação realizada por alguns grupos aproveitadores do atual surto de desenvolvimento econômico, mesmo despertando a mais indignada revolta, e exigindo eficiente e imediata repressão, não deve inquietar a quem observa o rumo geral do processo brasileiro, pois transporta consigo a certeza de sua própria negação a prazo médio, em virtude do resultado inevitável que produz, a saber, a elevação da consciência das massas, aproximando-as da conquista do poder político. Se a fase atual não caracteriza, por enquanto, como principal a contradição entre as classes, mas apresenta como contradição dominante a estabelecida entre o trabalho a serviço do capital externo e o trabalho autênticamente nacional, tal situação afigura-se transitória, e deverá cessar com o progresso do movimento nacionalista e a supressão do imperialismo, sob cujas pressões estamos realizando o nosso desenvolvimento.

Quando vemos os representantes da mentalidade colonial e os arautos dos grupos exploradores manifestarem tão solícita pressurosidade em amparar os indefesos operários, em evitar-lhes a perda da humanidade, que a "idolatria do desenvolvimento" acarreta, devemos estar certos de ser êsse desvêlo apenas artifício verbal para encobrir a defesa dos interêsses de determinados setores econômicos e das respectivas posições ideológicas. Acenar com o perigo do "desenvolvimento feito em prejuízo do homem", demonstra visão idealista do processo nacional, limitada, reacionária, significa, em verdade, desejar a continuação pura e simples do estado de atraso e subdesenvolvimento. Desde os expoentes

da cultura alienada até os amestrados escribas das redações de jornais, todos quantos repetem êste chavão ingênuo cultivam o conceito abstrato do humanismo, de sentido apenas literário e aristocrático. Só pode repetir esta ingenuidade quem não compartilha do sofrimento do povo, não conhece a miséria, quem jamais precisou procurar trabalho melhor remunerado, ou só concebe a ascensão social por efeito do favoritismo dos poderosos. Ignora o que é a luta pela descoberta de trabalho mais rendoso, que sòmente os estados mais avançados do processo econômico propiciam.

Para aquêles que estão situados nas camadas médias da sociedade o ascenso a melhores níveis de vida costuma fazer-se por penetração pessoal, servida por todos os recursos lícitos e ilícitos postos em prática para a conquista de favores. Cada qual sobe por si, sòzinho, um de cada vez, por esfôrço pessoal, lançando mão de meios dignos ou censuráveis, mas, de todo modo, trata-se da subida individual, que não exige a modificação geral da realidade do País, ao contrário, supõe a estabilidade do contôrno. Mas, para os que pertencem à grande massa trabalhadora é preciso que a realidade se haja efetivamente alterado no todo, tenham sido abertas novas e largas oportunidades de ação, pois só assim caberão nessas posições as vultosas parcelas de trabalhadores que aspiram a melhorar suas condições de existência. Não se trata aqui da subida individual pela escada estreita do mérito ou do favoritismo, mas do movimento ascensional que deve promover a elevação da totalidade da classe social mais numerosa. Para o trabalhador, a ascensão só pode significar ocupar um lugar de trabalho superior que ainda não existe, que precisa ser criado, sendo exatamente para isso que se torna necessário o desenvolvimento econômico. Na classe média é o homem individual que tem de se desenvolver para ocupar um lugar mais alto, preexistente numa estrutura que justamente por isso não lhe convém modificar. Mas para o trabalhador é a realidade, como um todo, que tem de se desenvolver, para então começar a haver os lugares de trabalho superior que o indivíduo irá ocupar. Por conseguinte, enquanto de um lado o interêsse das classes médias e dos grupos ociosos está em conservar imóvel a estrutura da realidade, a classe trabalhadora, por seu lado, precisa transformar a realidade inteira do País para criar os lugares de trabalho que os seus membros, em grande número e coletivamente, irão ocupar. Daí o temor das classes dominantes, por pressentirem que tôda modificação social causada pelo desenvolvimento virá sempre dar maior fôrça à classe trabalhadora, a fará ocupar uma área de decisão social cada vez mais extensa, pois o desenvolvimento do País implica criação de novos e melhores postos de trabalho, que só podem ser preenchidos pelos trabalhadores. Assim, o desenvolvimento não pode deixar de ser do interêsse da classe trabalhadora, mas enquanto esta o deseja pelas oportunidades de trabalho que lhe oferece, a classe empresarial e as camadas burocráticas suas aliadas o desejam pela possibilidade de aumento dos seus lucros. Nesta conjunção de interêsses entre ambas as classes—ambas querem o desenvolvimento—mas, ao mesmo tempo, na contradição entre os motivos pelos quais o querem—uma porque engrandece o seu trabalho, outra porque engrandece o seu capital—, está a antinomia fundamental, latente no processo de desenvolvimento, praticado da maneira como o estamos executando.

Assim, o desenvolvimento se faz mediante esta contradição interna entre os fatôres que o impulsionam. Em nenhum momento a classe trabalhadora abdica de seus interêsses, quer materiais, quer ideológicos, entregando à classe empresarial o cuidado de fazer o desenvolvimento para ao final colhêr os frutos dêsse esfôrço dos possuidores do capital. Seria isso uma concepção transviadora, muito a gôsto da camada dominante, pois lhe daria carta branca para proceder como quisesse, com a consciência tranqüila, por considerar-se legítima procuradora da massa obreira. Não existem na história estas artimanhas. A classe trabalhadora e a classe empresarial querem ambas o desenvolvimento, mas seus motivos específicos jamais deixam de ser contrários um ao outro, e por isso operam juntas o mesmo processo, unidas justamente pelo antagonismo que as separa. Não há capitulação da classe trabalhadora porque não é por fôrça de decisão subjetiva que procede ativamente à realização do desenvolvimento nacional, mas se move pela percepção dos seus próprios interêsses de classe. Do mesmo modo, a classe empresarial não deseja o desenvolvimento em virtude de algum princípio humanitário que visasse a elevar o padrão de existência das massas, mas exclusivamente porque o desenvolvimento constitui o único meio de atingir os seus fins próprios enquanto classe, o aumento de seus lucros. Explica-se assim por que motivo a contradição entre as classes não pode deixar de ser, no presente momento, secundária. É que ambas obtêm vantagens do desenvolvimento do País; seu adversário se encontra no poder do capital estrangeiro e do imperialismo político, os quais, êstes sim, tudo têm a lucrar com a paralisação do nosso crescimento em condições de ple-

na autonomia. Logo, cada classe sabe que não poderá realizar, para seus próprios fins, o desenvolvimento que almeja, sem destruir a oposição representada pelo imperialismo. Por isso, tornam-se objetivamente convergentes nesse esfôrço, sem embargo da contradição permanente que as separa. Sòmente quando tiver desaparecido a atual contradição principal, a pressão do capital estrangeiro, dar-se-á o caso de aflorar à superfície histórica a contradição interna entre as classes que colaboraram na supressão da presente antinomia dominante.

Para os trabalhadores o desenvolvimento não traz qualquer perigo, a parada do desenvolvimento é que seria o único e sério perigo. Não se justifica por amor a êles a ansiosa augústia, que faz passar vigílias aos cultos doutores da mentalidade cândida e aos opulentos empresários privados, ao pressentirem a iminente derrocada dos valores morais tradicionais que o progresso econômico acarretaria. Como irão viver os pobres, se além de não terem valores materiais ficarem despojados dos valores morais? Com magnânima generosidade os defensores da iniciativa privada, do capital estrangeiro e da cultura alienada lançam-se a nova cruzada social, a fim de assegurar aos pobres ao menos a posse dos valores morais, em risco de desaparecer pelo delirante culto à produção dos bens exteriores. Êste sofisma que nos faz sorrir, pràticamente não afeta a inteligência popular. Dizer que o homem está abandonado à própria sorte, converteu-se em instrumento para obter grosseiros resultados materiais, foi submerso pela onda de corrupção, amoralidade e negocismo que forma o clima específico do alucinado propósito de desenvolvimento econômico, é falar uma linguagem que jamais terá qualquer ressonância no espírito das massas.

Muitos dos outros "perigos" que a mentalidade inocente aponta no açodamento em desenvolver econômicamente o País, são, embora diversos enquanto argumentos, fruto da mesma ingenuidade e incompreensão do processo objetivo. Sem nos determos em extensos comentários. valeria a pena citar os seguintes, mais para estabelecer pequeno rol de trivialidades ingênuas do que para discuti-las:

a) A perda da fisionomia nacional — Resultaria esta desgraça do abandono dos valores morais tradicionais, dos salutares hábitos de antanho, das relações sociais tão humanas que fizeram a grandeza desta Nação, e não dependem do estado de desenvolvimento material. Se aquilo que define o País é, antes de tudo, a alma do povo, sua bondade, o devotamento ao trabalho, mesmo primitivo e rude, a conduta

humilde e generosa do homem brasileiro, os usos familiares, as artes domésticas, as crenças antigas, êste sistema de fatôres que forjaram a nossa unidade, tudo que comprometa a lenta e normal transformação da sociedade põe em sério perigo a existência do País. Percebe-se logo o primarismo desta noção, que deseja estabilizar o curso da realidade, e admite que a nação existe porque "foi feita", não compreendendo que em realidade só existe porque "está sendo feita". Destituída da compreensão do processo histórico, que a todo instante renova a face do País, numa continuidade que tece a própria essência dêste, a mentalidade cândida debulha-se em lamentações sôbre a desfiguração do homem brasileiro, o desmoronamento da nossa grandeza, a morte dos valores eternos e as demais infelicidades daí resultantes.

b) A subversão social. — Para o pensar ingênuo, o desenvolvimento ameaça produzir uma convulsão social de efeitos imprevisíveis. Não se abalam impunemente as linhas da estrutura social tradicional; os males que daí derivam são incoercíveis. O país que não teve a sensatez de conservar a naturalidade da sua evolução espontânea, demonstra ser país aventureiro, que por isso arrosta a ameaça de iminentes calamidades e certamente pagará com imensos sofrimentos a insânia dos seus delirantes dirigentes e de seus ambiciosos empresários.

c) O ingresso no desconhecido. — A evolução tranqüila mostra-se sempre fecunda; só se espera o que se prevê, nada pode ocorrer que suscite ansiedade. Deixando a realidade entregue ao natural desenvolvimento em ritmo espontâneo, o futuro será aguardado com confiança, pois as riquezas que certamente trará não darão origem a nenhuma intranqüilidade atual. Ao invés disso, o desenvolvimento conduzido de modo acelerado e intensivo ocasiona a entrada do país no desconhecido. Nessa emergência tôdas as inquietações são justificadas. Os homens de bem, os espíritos sérios acham-se, com razão. alarmados. Não sabemos para onde vamos. Tudo pode acontecer, ao lado de resultados úteis todos os malefícios estão à vista. Desencadeado dêste modo irrefletido e incontrolado, o processo do desenvolvimento torna-se causa de contínua e angustiosa interrogação.

d) O sacrifício de uma geração. — Para a mentalidade ingênua êste parece perigo inevitável, e muito grave. Feito com imoderação, o desenvolvimento, que deveria gerar a prosperidade e a harmonia social, o bem-estar de todo o povo, está sendo na verdade o algoz do homem pobre, daquele que se vê obrigado a trabalhar por um salário

reduzido, e sofre, com a desvalorização da moeda conseqüente aos investimentos suntuosos e desnecessários, a redução do seu poder de compra, a diminuição dos seus meios de subsistência. O desenvolvimento industrial acelerado, as obras públicas grandiosas mas excessivas estão dizimando uma geração inteira, que terá de se sacrificar pelo duvidoso bem das gerações futuras. Êste aspecto, dizem os circunspectos representantes da mentalidade simplista, compendia o mais ponderável dos argumentos que militam em favor do desenvolvimento moderado, sóbrio, sadio. O govêrno não tem o direito de exigir êste afrontoso tributo dos humildes trabalhadores atuais, acenando-lhes com a honra e a glória do holocausto a que se votam em proveito da grande nação que será o Brasil do futuro, tanto mais quanto sabemos que êsse sacrifício só está sendo feito pelos pobres e desamparados, pois os ricos, êsses auferem logo os proveitos que deveriam ser a colheita das gerações porvindouras. O desenvolvimento para ser impulsionado com esta urgência reclama a imolação do povo, o que bem se reflete no agravamento das suas condições de vida.

Não iremos nos alongar em reproduzir esta fraseologia simplória, mas apenas declarar a sua total inverdade. Encontram-se nesta retórica muitas das gemas do pensar ingênuo. Deparamo-nos com a sua ocorrência em pessoas dotadas de regular penetração sociológica, em altos dirigentes do aparelho governamental e até em líderes políticos de partidos populares, reconhecidamente inteligentes, mas com freqüência portadores de impurezas pessoais nas suas relações econômicas, que os fazem receber na própria consciência estas simplicidades. São indivíduos para os quais o desenvolvimento atual do País foi a fonte de rápido enriquecimento, mas, uma vez convertidos em pensadores ou dirigentes da cúpula de partidos obreiros, muito se inquietam pelo sacrifício que os outros, o povo em geral, estão fazendo. Em suas peças oratórias descrevem gravemente essa dolorosa oblação, pedem paciência às massas, pedem-lhes que aceitem, resignadas, as dificuldades que pesam sôbre a presente geração, a fim de apressar a radiosa aurora dos dias fartos. Quando os ouvimos discursar sôbre o "sacrifício imposto aos trabalhadores dêste momento", pelo desenvolvimento futuro, não sabemos se será justo sorrir dessa ingênua estultice, que talvez seja sincera, ou se deveríamos perguntar-lhes que sacrifícios êles próprios estão fazendo, qual a parte que lhes cabe, a êles em pessoa, nos ônus do desenvolvimento.

Nada mais falso do que supor que o desenvolvimento acarrete amargo preço humano. A verdade está exatamente no oposto. As declarações do pensar inocente, como as acima reproduzidas, exibem apenas o impressionismo de tal consciência. Só enquanto impressão superficial e limitada parecem possuir algum fundamento. Quando de fato se observam certos efeitos inevitáveis, e em realidade auspiciosos, do desenvolvimento, como o deslocamento de massas de trabalhadores rurais para as cidades, a elevação dos níveis salariais, a intensificação do clamor público contra as injustiças sociais, a maior freqüência de greves e dissídios, a insistência das reivindicações regionais etc. ao pensador ingênuo estas ocorrências aparecem como sintomas alarmantes de séria enfermidade social, e os fazem tremer de inquietude. Vistos porém êstes fenômenos pelo prisma do pensar crítico, seu significado revela-se exatamente oposto, pois manifestam salutares indícios de crescimento do País. Não há sacrifício algum de uma geração, mas, ao contrário, enriquecimento geral relativo, mesmo acompanhado de imperfeições, desequilíbrios, injustiças e dramas individuais. Os sintomas de agitação indicam apenas a ascensão de massas cada vez mais numerosas ao plano da existência significativa, ao mercado superior de trabalho, ao circuito monetário, à partilha dos bens da cultura e do confôrto. Claro está que mudam os hábitos, variam os preços, deslocam-se as pessoas, tudo isso se acompanhando de aspectos locais negativos, num ponto ou noutro; mas, apreciado em conjunto, o movimento do processo aparece como positivo e o incremento de bem-estar social inegável. Quem o diz melhor que os lamurientos intérpretes ingênuos é o próprio povo, que aplaude a política de desenvolvimento, porque obscuramente sente, apesar dos inconvenientes, muitas vêzes irritantes e mesmo dolorosos, que suas condições de vida estão progressivamente melhorando.

e) A violação do curso normal da evolução. — Deparámo-nos aqui com nova objeção, um pouco mais erudita, e por isso encontradiça em personagens que têm o hábito de brindar os ouvintes com frases sentenciosas, de cunho filosófico. São possuidores de certa noção do processo histórico, de acôrdo com a qual acreditam na evolução espontânea, natural, e por isso contínua e harmoniosa, da realidade nacional. O País é como um organismo, submetido a invariáveis leis de crescimento, as quais não admitem ser violadas sem severa punição. O que os atuais pregadores do desenvolvimento desejam, ao ver dêsses conspícuos pen-

sadores dominicais, é a irracional aceleração do curso histórico, façanha em si impossível, mas cuja tentativa de realização não se faz sem graves danos para o organismo nacional. As sanções históricas mais temíveis consistem na perda da estabilidade social, na ameaça à unidade nacional, no esquecimento da humanidade do homem, da beleza da vida, enfim de tudo quanto fica ameaçado pela absurda ânsia de realizações econômicas. O País vinha-se industrializando aos poucos, já tínhamos regular parque fabril, datando do começo do século, constituído na época própria, sem crises nem sobressaltos. A repentina política de industrialização acelerada desafia o ritmo normal de crescimento, perturba o conhecimento que os estudiosos e os políticos sensatos têm da direção do processo social. Desnorteadas as elites dirigentes, fica o País exposto ao imprevisível, desde que a regra histórica, a lei natural das coisas, foi violada. A desconexão das iniciativas abre o campo ao arbítrio indidual, à liberdade de reclamação das classes trabalhadoras, cujos impulsos, uma vez desencadeados, são irrefreáveis, não se sabendo aonde nos levarão. Não se faz preciso grande tirocínio intelectual para perceber a ingênita candura dêste modo de pensar, que invoca uma teoria da história de comovente simplicidade. Mas, para muita gente tem eficácia e nisto está a sua nocividade.

f) A ruptura com o "mundo livre". — Êste desastre poderia ser definido pela impressão que a respeito dêle tem a mentalidade primária: a impressão de orfandade internacional. O espectro desta desgraça atormenta e enche de angustiosas indagações a alma de muitos dos mentores da nossa política internacional, particularmente os que pretendem dirigi-la das colunas dos jornais onde escrevem. O País viveu até hoje instalado num esquema de fôrças internacionais, dentro de cujo aconchego cresceu e se consolidou como nação soberana. É verdade que há quem julgue que essa situação se tornou agora desfavorável, porque constitui o que maldosamente chama de "imperialismo". Se, porém, refletirmos em que tal situação resulta da ordem natural das coisas, nos foi imposta pela condição de membros de uma totalidade històricamente definida e invariável para todo o sempre, concluiremos, como pessoas de bom-senso, que só nos resta aceitar a circunstância que não temos meios de modificar, mesmo que houvesse vantagem nisso. Estamos indissolùvelmente ligados a uma constelação de países, os irmãos do mesmo mundo livre, na qual, com um direito invejável mas legítimo, aquêles que dispõem de maior poderio

econômico se destacam como líderes naturais. Em virtude dessa respeitável e benéfica ascendência, que os destina, sem constrangimento para ninguém, a conduzir a política da fraternidade de nações, são levados às vêzes a exigir dos outros certas restrições dos seus impulsos a agir independentemente, mas tudo isso por motivos altruistas, em favor da unidade que define o conjunto. Não se veja, nesses atos, que espíritos mesquinhos chamam de "pressões", qualquer diminuição de soberania, mas apenas momentâneos apelos à razão, a fim de melhor consolidar a frente comum do mundo livre. Ameaçado como está por outra formidável coligação de fôrças internacionais, a veleidade, que acaso tivesse algum país de se destacar da constelação livre, o deixaria na orfandade internacional. Não teria em quem se apoiar, de quem depender. Não poderia passar para o outro campo, pois a isso se opõem os seus desejos e interêsses, mas desprendido da proteção da grei a que pertence, ficaria na condição de destroço histórico, sem rumo e sem auxílio, e não é mistér grande perspicácia para ver que inevitàvelmente soçobraria.

Deixando de lado o tom irônico em que, parafraseando-os, vazamos estas profundas cogitações de políticos e diplomatas ingênuos, é realmente verdade que a política econômica do nosso rápido desenvolvimento importa na pretensão de romper o esquema de dominação chamado "mundo livre". Significa, portanto, o rompimento com a situação internacional em que temos até aqui vivido, e nisso está—volta a falar o pensador simplista—, o seu maior perigo.

Para nós, porém, que sorrimos dêsses temores, causa-nos muito maior apreensão verificar que falta aos nossos tímidos diplomatas e líderes políticos de curta visão a noção do potencial de energia nacional representado pela ideologia do desenvolvimento. Como nem sabem o que seja tal coisa, nem a compreenderiam se dela ouvissem falar, acham-se incapacitados para pensar a realização do nosso desenvolvimento em têrmos de independência e libertação nacional. Para êles, o simples enunciado do problema nesta nomenclatura já constitui equívoco, motivado, não tenhamos dúvidas, por sinistros intuitos políticos. É engano, porque não acreditam que exista qualquer espécie de dominação externa sôbre o nosso País. O que se verifica é o esquema de relações internacionais entre países de desigual poderio econômico, donde ser perfeitamente normal que se criem vínculos de dependência e discretas pressões sôbre os mais fracos. Conceitos como os de "imperialismo", "dominação" e "emancipação" tornam-se inadequados, porque se prestam a despertar nas massas rea-

ções emocionais inadmissíveis e prejudiciais, uma vez que a situação que tais conceitos pretender retratar como humilhante, nociva e revoltante é inteiramente natural, e por isso contra ela nada há a fazer. Cabe aos países fracos e subdesenvolvidos se esforçarem por tirar proveito dessa mesma situação e se fortalecerem dentro do sistema, sem a presunção de se desvencilharem dêle, o que daria em resultado serem lançados à deriva histórica. Repugna a tais personalidades diplomáticas a linguagem em que os doutrinadores do desenvolvimento moldam o pensamento. Em princípio são favoráveis, sem dúvida, ao desenvolvimento, mas não aceitam que se discuta a situação nacional em têrmos de imaginária conquista de independência. Porque, dizem, dependentes sempre seremos, mesmo quando tivermos alcançado um grau de desenvolvimento imensamente superior ao atual. Consolam-se, e querem nos consolar, lembrando esta profunda reflexão: ninguém é de todo livre, nem mesmo aquêles que são acusados de onipotentes e imperialistas. A conclusão a que chegam, e lhes orienta a sabedoria política, é a de que não nos adianta ficar discutindo o comportamento dos mais fortes do que nós, mas importa tirar vantagens das circunstâncias em que nos achamos. A proposta de desenvolvimento com a quebra das correlações econômicas do sistema atual demonstra ser absurda, ameaça-nos de represálias, arruinaria a economia do País, só traria breve momento de satisfação dos baixos instintos das massas ignorantes, antes do tenebroso colapso em que mergulharia a Nação.

g) A inflação crescente e incontrolável. — Aponta-se êste risco como o mais imediato dos malefícios do apressado desenvolvimento econômico. É aquêle que todo o povo sente na própria carne. Cada dia as mercadorias e os serviços essenciais tornam-se mais caros, vão escapando ao alcance da bôlsa do pobre, maior se faz o número dos que não as conseguem adquirir. O desenvolvimento, que deveria ser causa de riqueza e abundância, aparece na verdade como fator de pauperização e decepção popular. Não alongaremos a lista de amostras destas lamúrias, e sim diremos logo o quanto são falsas, produto de mero julgamento impressionista, como é próprio da consciência ingênua. Devemos distinguir nesta questão a realidade dos fatos e sua avaliação lógica. Trata-se de assunto de ordem altamente técnica no domínio da ciência econômica, e por isso não convém confundir os enunciados populares com as conclusões da teoria científica. As principais dificuldades em esclarecer esta questão consistem, de um lado, como dissemos,

em que é imprescindível excluir os enunciados da mentalidade popular, não porque deixem de referir fatos reais, quando denunciam a progressiva elevação do custo de vida, mas na parte em que a consciência apoiada em tais fatos emite juízos gerais sôbre o significado da inflação; de outro lado, porém, concorre para o obscurecimento da questão a falta da teoria da inflação construída pelos nossos economistas a partir da realidade interna do País. A concepção da inflação de que habitualmente se servem os nossos estudiosos foi calcada na ciência metropolitana, que a produziu para definir certos fenômenos econômicos e financeiros de nações em etapa capitalista avançada, e daí tenta estendê-las à realidade dos países subdesenvolvidos. Como êstes não conseguiram produzir o seu autêntico ponto-de-vista sôbre a própria realidade, deixam-se guiar pelas insinuações do pensamento metropolitano, de evidente incapacidade para abranger os fatos que ocorrem na área subdesenvolvida. Por êste motivo, mesmo entre pessoas qualificadas, a objeção da inflação assume sentido grave e merece respeito, justamente porque não se sabe ainda exatamente o que de fato vale. Com efeito, enquanto não tivermos produzido o nosso particular entendimento da inflação em função do desenvolvimento aqui processado,—a verdade para nós—, estaremos sujeitos ao risco de não saber como interpretar devidamente os fenômenos observados. A desorientação em que nos encontramos é patente. Que as idéias clássicas a êste respeito são inválidas e não atendem ao correto julgamento dos fatos, é coisa que salta aos olhos. Segundo os conceitos tradicionais, a inflação pertence à patologia econômica, indica necessàriamente deterioração e retrocesso do estado do país. Ora, parece evidente não ser isso o que está acontecendo em nosso caso. Por conseguinte, torna-se indispensável, nova conceituação, aquela que ao mesmo tempo explique a real elevação do custo de vida e os relativos desequilíbrios daí resultantes e mostre porque, simultâneamente, se produz o incremento objetivo do desenvolvimento nacional. Deverá mostrar que o crescimento material—ainda quando, pela remessa de lucros do capital estrangeiro, importe em espoliação do trabalho nacional,—absorve o lançamento de numerário e o torna simples operação contábil, sem caráter calamitoso, a não ser na possibilidade, que oferece, de exploração política por parte da consciência ingênua. Indicará, também, porque as nações ao nosso redor, que exibem grande estabilidade de moeda, são precisamente as mais atrasadas, aquelas onde as massas não se beneficiam dessa suposta vantagem. Tudo isto deverá

ser objeto de uma formulação que não temos competência para produzir, mas cuja falta sentimos, pois se torna evidente não ser aquilo que vulgarmente se entende por inflação um espectro sinistro a rondar o destino da nação.

Mesmo sem teoria satisfatória, os fatos estão aí e logo se percebe que uma coisa é o justo clamor popular pelos desequilíbrios do orçamento doméstico, resultantes da ascensão dos preços das utilidades, outra concluir daí que a massa vive agora em pior situação do que antes. Tudo indica que na verdade acontece o oposto, que, excluídos os casos individuais em contrário, as massas estão ràpidamente elevando o padrão de vida, há constante ingresso de novos contingentes humanos no mercado de trabalho remunerado e nos níveis de produção superior, de modo que em grande parte o numerário emitido se destina ao que se poderia chamar a "compra do ingresso" de vultosos grupos humanos na área da existência desenvolvida. O País desembolsa de si, sob forma de diminuição do valor da unidade monetária, uma quantia destinada a financiar a ascensão das massas a novo e melhor plano de existência. Como o emprêgo dessa quantia se faz na compra das realizações em que o desenvolvimento consiste, explica-se, assim, que haja inflação fiduciária, decréscimo de valor da moeda padrão, e, ao mesmo tempo, enriquecimento nacional relativo. O fenômeno só aparece com as côres clássicas da inflação à luz de particular doutrina econômica, que nada tem de absoluta, e só define como tal o processo brasileiro específico, porque não observa que no país subdesenvolvido o tumultuoso ingresso das massas nas modalidades superiores de trabalho engendra permanente lastro econômico. O trabalho qualificado que de agora em diante passarão a executar forma o verdadeiro lastro do dinheiro emitido. A inflação não se reduz a um o puro fenômeno financeiro ou econômico, mas constitui sobretudo fenômeno social. Enquanto a quisermos entender pela bitola dos conceitos clássicos da ciência metropolitana das finanças, estaremos incidindo em perigoso êrro prático, ao desconhecer a intencionalidade ideológica de que vem carregada a teoria que utilizamos. Os conceitos daquela ciência foram cunhados em determinada sociedade, com certo estado de desenvolvimento, com peculiares projetos políticos, internos e internacionais, por pensadores que nêles fizeram refletir suas posições de classe e de interêsse nacional. Se os tomarmos sem a devida crítica, estaremos ignorando a significação ideológica que possuem sob a capa de noções abstratas de um campo particular do saber. Olvidando esta

circunstância, iremos aceitá-los com um respeito que não merecem, pois nos aparecerão como noções teóricas universais, quando na verdade exprimem o modo de pensar e os interêsses do estado definido de determinada sociedade.

Uma vez que disto nos tenhamos capacitado, estaremos em condições de fazer o mesmo que fizeram os teóricos da economia dos quais tomamos a noção de inflação, apenas agora procedendo segundo o nosso ponto-de-vista, ou seja, produzindo a teoria que atenda às nossas determinações sociais. Se compreendermos que a teoria da inflação, como de resto os demais conceitos econômicos, reflete a existência de dada sociedade e os intuitos da sua classe dirigente, veremos que nossa tarefa própria deve ser a de conceber a teoria que nos sirva para avaliarmos o fenômeno inflacionário em função do estado da nossa comunidade, dos acontecimentos que se desenrolam aqui e do projeto histórico que nos move. Desta maneira, a "voragem da inflação", que tanto aflige alguns professôres de economia, por coincidência também advogados de companhias estrangeiras, deixaria de ser a desgraça que nos infelicita e teria sua verdadeira significação explicada à luz dos nossos particulares motivos sociais. Deixaria de ser objeção ao desenvolvimento, porque os efeitos desastrosos do fato que pretende retratar se mostrariam inexistentes. Quando observamos a solicitude com que os organismos internacionais de crédito, a serviço da política imperialista das nações poderosas, se oferecem para ditar às nações subdesenvolvidas medidas financeiras destinadas a combater a inflação que lhes devora a economia, deve ser motivo de justificada suspeita a sistemática acusação da inflação como um dos males resultantes do esforço de desenvolvimento. A imediata formação de um côro de economistas vinculados às emprêsas estrangeiras, em desaprovar o que chamam de inflação, descrevendo profèticamente o tenebroso futuro que nos aguarda se prosseguirmos nesse desvario, não deixa dúvida de que a denúncia do fenômeno financeiro que tanto inquieta os porta-vozes do capital alienígena não contém a verdadeira expressão dos nossos interêsses nacionais. Se o nosso desenvolvimento, com a gradativa supressão das estruturas de uma economia colonial, vem-se realizando por êste modo, a difamação do processo pelo qual está sendo executado, mesmo descontando tudo quanto de verdade possa haver em tais críticas, visa realmente ao retardamento, e se possível à paralisação, do desenvolvimento, ou seja, a manter o estado de subdesenvolvimento, onde florescem os empreendimentos do capital es-

trangeiro, e naturalmente também os seus advogados indígenas. Estas considerações pretendem tão-sòmente alertar a muitos espíritos contra o risco de repetir impensadamente a "objeção da inflação", antes que, por meio de teoria nossa, induzida da experiência dos empresários autóctones e da observação dos nossos acontecimentos sociais, tenhamos os instrumentos conceituais para descrever corretamente a situação presente e ajuizar com critérios científicos próprios à nossa realidade o significado dos fatos.

h) O perigo da pauperização das massas. — Por estranho que pareça, há pessoas que se mostram receosas de que o desenvolvimento econômico venha a dar causa a generalizado estado de miséria das massas. Explicam que isso talvez aconteça em conseqüência da proliferação humana resultante das relativas melhorias produzidas pelos primeiros efeitos do desenvolvimento. De fato, dizem, o país subdesenvolvido tem na alta mortalidade infantil e na baixa duração média da vida fatôres de equilíbrio, que representam o mecanismo de defesa social do estado existente. É lamentável, sem dúvida, essa situação, mas de certo modo oferece garantia de sobrevivência para a comunidade atrasada, paga por aquêles que não sobrevivem. Quando o país desencadeia violento impulso de crescimento, as benfeitorias materiais daí decorrentes refletem-se ràpidamente no estado de saúde da sociedade, incrementando mais velozmente a duração da vida e a multiplicação da espécie do que a capacidade dessa sociedade em assegurar meios de confôrto ao excesso de sêres agora poupados à imolação. Dêste modo, o efeito demográfico positivo do desenvolvimento acaba por se tornar objeção a êle, ou pelo menos obriga a que não se faça tão cèleremente, desrespeitando a taxa normal de crescimento espontâneo. Com o desenvolvimento da produção industrial, a subida do padrão de vida, o aumento do poder aquisitivo, um número cada vez maior de sêres humanos, que antes seriam ceifados em baixa idade, sobrevivem e entram a exigir da sociedade a satisfação de suas necessidades. Ora, no país em desenvolvimento a sociedade não multiplica seus recursos na mesma proporção em que multiplica seus membros, de onde a curva do bem estar real comum declinar em vez de ascender. Êste risco parece grave, especialmente para um País como o nosso, imenso e inexplorado, porque nos acena com a possibilidade de nos virmos a encontrar muito em breve nas tristes condições das comunidades asiáticas, onde pululam milhões de homens sem esperança de vida melhor. O rápido desenvolvimento rompe o equilíbrio

ecológico entre a sociedade e o meio geográfico. Engendra os exigentes antes de engendrar as condições de satisfazer-lhes as exigências. Cria o excesso de mão-de-obra, deslocada de tarefas primárias, onde vegetava, é certo, mas de qualquer modo provia a sua subsistência, e a traz para um mercado de trabalho que não a consegue aproveitar por inteiro, deixando à mingua os excedentes. Por êste motivo, embora alguns afortunados subam de nível, aumenta em proporção maior o número dos que descem. Não apenas na conquista de trabalho se verifica êsse descompasso; o mesmo se dá na obtenção de alimentos, não só porque o pauperismo cresce, pela razão exposta, mas porque o deslocamento de grandes massas humanas para as áreas urbanas ou suburbanas converte um ex-trabalhador de roça, precário produtor de alimentos para si, em exclusivo pedinte de alimentos. Como o desenvolvimento do País não atende com a devida presteza à industrialização da agricultura e conseqüente aumento da produtividade alimentar, o espectro da fome ronda a sociedade que se deixou enfeitiçar pela miragem do alucinado processo de expansão industrial. Mesmo sabendo ser o nosso País quase despovoado, em comparação com outros, e pleno de riquezas potenciais, estamos ameaçados de nunca conseguir o aproveitamento delas, pois antes disso naufragaremos, como resultado desta aventura econômica. Sucumbiremos à mingua na terra mais fértil e devoluta, e provàvelmente entraremos em período de catastrófica convulsão social, quando as multidões famintas, aumentadas de milhares de bôcas cada dia, se voltarem contra a classe dirigente que não soube prever êsse fatal desenlace da sua temerária política. Mesmo agora, quando ainda não está patenteada uma situação tão trágica, já se prenunciam sintomas do mal-estar social causado pelo relativo excesso demográfico. O enorme aumento da população infantil cria problemas de saúde e de educação que a sociedade não está em condições de resolver. Diz-se —ingênuamente—que há milhões de crianças "condenadas" a não ter escola. Sobrecarregando o orçamento social com o pêso cada vez maior dos indivíduos improdutivos e todavia consumidores, o desenvolvimento econômico se transforma em mecanismo de autodestruição do homem, pois determina a poupança biológica de sêres aos quais não pode dar condições normais de existência. Cria-os para logo depois os destruir pela fome, pela doença, pelo desespêro. Quando observamos o alto índice de natalidade do nosso País, dos mais elevados do mundo, longe de nos alegrarmos, deveríamos ser tomados de profunda inquietude. A conclusão a tirar,

segundo a lógica desta mentalidade ingênua, simplista e alienada, é que se oferece ao nosso povo êste dilema: ou refrear a produção de máquinas ou refrear a produção de homens. Não há que fugir de tão dramática alternativa. Temos de seguir o curso do desenvolvimento natural, tranqüilo, moderado, embora incessante, mesmo que êste lento progresso tenha de ser equilibrado pelo alto nível de mortalidade humana, triste mas necessária contingência, a fim de assegurar a manutenção do corpo social, sem aproximá-lo do ponto de desagregação.

Se nos detivemos em expor com alguma minúcia os enunciados desta singeleza de espírito, é porque têm particular periculosidade, em virtude do teor de falsidade que possuem. Não são, felizmente, proposições de larga circulação na mentalidade ingênua nacional, sendo por enquanto privilégio de alguns espíritos semiletrados, orgulhosos de se mostrarem atentos aos fatos sociais ainda pouco percebidos, e por isso se apressando em denunciar graves perigos, que ainda ninguém vê. Não mereceriam maior importância, se não constituissem a sua mentalidade alarmista, deixando-se influenciar por insinuações ideológicas de origem estrangeira. É penoso vê-lo em pessoas que adotam sinceramente o pensamento nacionalista, mas se mostram intimidadas com a idéia dêste "perigo". Na verdade, encontramo-nos aqui diante de velha doutrina de origem metropolitana, pela qual os ideólogos das classes dirigentes dos países europeus procuravam justificar a emprêsa de conquista colonial e de pilhagem econômica do mundo periférico. Agitando o falso espantalho da proliferação incontrolável da espécie humana, procuravam, na verdade, tentar reduzir as massas das áreas atrasadas, a fim de assegurar sôbre elas o domínio do colonizador europeu. Viam claramente que chegaria o dia em que não lhes bastaria a supremacia tecnológica, principalmente na produção de armamentos, em face do formidável poder representado pela ascensão das massas do mundo periférico colonial, ansiosas por conquistar a autonomia política e alto padrão econômico. Percebiam que, quanto mais não fôsse, pela simples preponderância numérica, chegaria o momento em que os povos de côr se insubordinariam e destruiriam a dominação colonial. Para prevenir esta eventualidade, importava ao imperialismo europeu limitar os contingentes populacionais dos países colonizados. A teoria não se fêz esperar. Sob a capa de proposições científicas, visava a pôr freio à multiplicação da espécie, alegando que as áreas cultiváveis disponíveis, sendo limitadas, não suportariam o aumento indefinido

dos ocupantes. Sendo a classe dirigente colonialista diminuta por natureza, não lhe fazia qualquer dano limitar o número dos seus membros, os quais, em qualquer caso, formam sempre a minoria. Seu poder não dependia da sua quantidade, mas, por outro lado, o poder das massas dominadas depende da quantidade de indivíduos que as compõem, que constituem a sua fôrça de trabalho. Por isso, os ideólogos do colonialismo podem pregar sem receio a restrição da espécie, porquanto não se trata de reduzir a sua própria espécie, já estabilizada, e sim a dos seus naturais opositores futuros. Estão seguros de que tal doutrina, se fôsse posta em prática, não os afetaria como classe minoritária, reduzida que já é, e só afetaria, diminuindo-a, a fração da humanidade que eventualmente se rebelaria contra o domínio da minoria.

Desde a época em que foi formulada até agora, tal teoria tem sido demonstrada falsa, por inúmeros fatos de experiência e razões críticas. A previsão que autorizava tem sido contìnuamente negada, mas apesar disso sua virulência como arma ideológica não desapareceu. E a prova está em que a vemos retomada recentemente como argumento para recomendar moderação no esfôrço de desenvolvimento dos países atrasados. Acenar com o perigo da superpopulação relativa, e conseqüente incremento da miséria social, representa intencional sugestão, destinada a amedrontar os espíritos cândidos, transformando-os em focos de resistência à política de vanguarda das nações subdesenvolvidas. Em verdade, porém, as nações asiáticas milenares, que pareciam afetadas de crônico pauperismo, modificaram essa situação ao transformar suas condições políticas e sociais. Ingressando em novo regime de produção, a mão-de-obra inútil de que dispunham entrou a se ocupar em empreendimentos de alta produtividade, e de tal modo se alterou a fisionomia social dessas nações, que agora começam a sofrer da deficiência oposta, a relativa escassez de mão-de-obra, tendo-se em vista os gigantescos planos industriais e agrícolas em curso. Para o Brasil, a política de contenção demográfica é absurda e inadmissível. Temos na precariedade de nossa base populacional uma das mais sérias fraquezas do País. Ao apreciar o efeito do aumento da população, temos de indicar não apenas o aspecto demográfico, representado pela ocupação efetiva dos espaços vazios de que dispomos, mas importa-nos acentuar sobretudo o aspecto político, expresso na formação do poder de pressão social, que se exercerá em favor da aceleração do desenvolvimento econômico. Ficar só na análise do primeiro aspecto é apresentar de modo incompleto e deformado o fato demográ-

fico, e assumir clara atitude ideológica, ao ocultar o aspecto político dêsse mesmo fato.

As massas, constantemente aumentadas pelo ingresso de novos indivíduos, aumentam o seu poderio próprio e influem cada vez mais no plano da decisão política. As catástrofes vaticinadas pela teoria examinada não se verificarão porque as massas ao crescer se habilitam cada vez mais a arrebatar o poder político, decidindo-se a dar, elas mesmas, solução às dificuldades com que se defrontam. Falta aos que se deixam abater por êste pensamento derrotista considerar o aspecto político do fenômeno demográfico. Tôda a sua argumentação tem por finalidade ocultar o fato de que a situação que imaginam ter de verificar-se no futuro, a carência alimentar, admite solução por meios políticos, decorrentes da capacidade atingida pela consciência das massas. Consideram fatal aquela conjuntura, o que é objetivamente falso, mas, ainda que não fôsse, só teria significado calamitoso quando apreciada pelo pensamento da atual classe dominante, e à vista dos seus interêsses. O desconhecimento, proposital ou irrefletido, do aspecto político do fenômeno deriva de que os doutrinadores desta insidiosa teoria raciocinam na implícita presunção de que competirá sempre à atual classe dirigente dar solução aos problemas sociais no futuro. Sòmente se tal solução tivesse de ser dada por essa classe, e lògicamente em função dos interêsses dela, é que o quadro se apresentaria com as côres sombrias com que o descrevem. Não lhes passa pela cabeça que a conjuntura seja resolvida por outra classe, cuja ascensão ao poder lhe facultará instrumentos de ação de que os dominadores atuais não dispõem, na estreiteza a que os obriga a defesa dos seus privilégios de minoria social.

Porque a multidão de sêres famintos, que a teoria prevê se estar gerando, tem suas possibilidades e formas próprias de pôr fim às desgraças de que é vítima, encontrará por si mesma meios de obter melhor e mais abundante alimentação e de dar escolas a seus filhos; apenas os métodos que adotará talvez não coincidam com os interêsses dos alarmados profetas atuais. É um engano ingênuo, por exemplo, dizer que há agora cinco ou seis milhões de crianças "condenadas" a não ter escola, e que êste número tenderá a crescer com o desequilíbrio populacional previsto. Temos nesta expressão, freqüentemente ouvida, um dos típicos chavões do pensamento simplista. Na verdade, a maior parte dessas crianças não estão desprovidas de escolas, mas simplesmente não necessitam delas, e não tem sentido dizer que alguém esteja condenado a não ter aquilo que normalmente, nas circunstâncias sociais

vigentes, não lhe é destinado. A imensa maioria dessas crianças vivem em tão baixo nível de existência que a ida à escola não constitui acontecimento natural na sua previsão de vida. Não tem sentido lastimá-las porque não vão à escola; o que se deve lastimar é que não precisem ir à escola. Ora, a razão dêste último fato encontra-se no subdesenvolvimento, no atraso, na indigência familiar. A linguagem que proclama a "condenação" da infância ao analfabetismo e à incultura permanece no plano do puro impressionismo, desperta reações emocionais e indignações morais de todo estéreis, desviando a atenção do ponto essencial, as causas econômicas dêsse estado de coisas. Tal modo de pensar obscurece a causa real que determina a situação, substituindo o exame concreto de uma condição de fato pelo lamento moral, à vista do cerceamento do direito de estudar de que seriam vítimas aquêles milhões de crianças.

O que importa acentuar é que, dadas as condições sociais vigentes, não há na falta de escolas qualquer privação de direito, simplesmente porque o que essas crianças não têm é o direito de estudar. Referimo-nos ao direito concreto, o que resulta das condições materiais existentes, o direito efetivamente exigível. Logo, se as crianças das grandes massas pauperizadas não chegam a estudar, não cabe mencionar a "privação de direito", porque as condições de sua vida não lhe davam êsse direito. A linguagem que fala em "condenanação" ao analfabetismo tem função desnorteadora, porque leva a considerar simples acidente a circunstância da criança pobre não ir à escola, quando tal fato não é acidental mas substancial, no sentido em que retrata uma das facêtas da substância da sociedade presente, o subdesenvolvimento. O que há na verdade são milhares não só de crianças mas também de adultos vivendo em estado de extremo pauperismo. Usar o vocábulo "condenação" introduz certo colorido moral, de todo impróprio e impertinente. Não se trata de um valor, mas de uma situação. Esta consiste no subdesenvolvimento como realidade social total, cujos inúmeros aspectos não admitem ser dissociados e convertidos em problemas isolados. O incremento da população jovem é índice de saúde física da nação; se agrava os problemas imediatos de assistência e educação, por outro lado cria condições para a mais rápida resolução dêstes, representadas pelo acréscimo do potencial político das massas. Durante o longo período em que onera o orçamento familiar constitui fator de agravamento das contradições sociais vigentes, contribuindo para abreviar-lhes o desenlace. Sòmente aquêles para os quais a

permanência dessas contradições representa situação favorável, verão no crescimento populacional fenômeno ameaçador. A condição necessária para que aumente o desejável clamor popular, está em que novas vozes se incorporem à multidão. Como as exigências das massas são a fonte do pensamento social eficaz e a fôrça que lhes moverá os braços para conquistarem o que necessitam, quanto mais sêres humanos nascerem no seio do povo do país subdesenvolvido, em menor tempo verá êle realizadas as suas esperanças. Temos de repelir as insinuações do pensamento metropolitano colonialista a êste respeito, porque, embora não produzam qualquer efeito prático, não causem nenhum declínio do inevitável e salutar crescimento demográfico das massas dos países periféricos, podem ter efeito sôbre o pensamento de pessoas timoratas e mal informadas, contribuindo para espalhar um debate ocioso sôbre uma doutrina errônea.

6) *A "representação" política e o processo de desenvolvimento*

A definição mais precisa dos rumos do processo nacional incumbe-se de tornar cada vez menos eficientes os disfarces e subterfúgios dos agentes dos interêsses antinacionais, à medida que suscita a participação cada vez maior das massas no regime superior de produção. Os sofismas dos sedutores só enganarão a poucos, embora, e nisso está a sua periculosidade, possam ser os que detêm posições de comando político. Quando, porém, o centro de decisão social se vai progressivamente deslocando para o âmbito da massa, perde poder o fascínio da inteligência mal intencionada, pois a massa não se engana nem se corrompe; só lhe pode acontecer estar privada de perfeita consciência. O trabalho efetuado pela massa e a capacidade de deliberação que é obrigada a possuir para defender os seus interêsses são fatôres de autoconsciência. Nenhuma ilusão será punida com mais severas sanções históricas do que acreditar que seja necessário e possível dar uma consciência à massa. Pode dar-se-lhe condições objetivas que facilitem o surgimento da consciência; mas esta vem dela mesma, é produzida pela sua experiência existencial, não resulta de procedimentos exortativos ou de infusão exterior. Reflete as condições reais do viver, que condicionam nela a representação dos fatos, e lhe convertem o sentimento e o núcleo de idéias iniciais em centro lógico de percepção.

No Brasil de hoje as massas estão-se configurando num delineamento ainda incipiente mas firme e irredutível. A consciência adquirida constitui, naturalmente, a representação do real onde se acham. Ora, do ponto-de-vista político, a idéia de "representação" da consciência transporta duplo significado: não só exprime a "percepção" da realidade, a transposição subjetiva desta em conceitos de existência e de valor, como designa a "delegação política" a indivíduos eleitos para se fazerem emissários daquela consciência. Os delegados políticos da massa são portanto representantes de uma representação. São mensageiros incumbidos de dizer o que o povo pensa. Não deverão esquecer que só têm legitimidade enquanto transportarem em sua consciência individual a representação daquela representação. Por falta de suficiente coesão interna, o processo de consciência das massas ainda tolera dispersões e discordâncias, dando lugar a se arrogarem o direito de falar em nome delas personalidades mal identificadas com o sentir coletivo, capazes de associar os próprios interêsses privados aos dos setores comunitários onde se instalam. No entanto, a exigência de radicalização faz-se cada dia mais premente. Aproximamo-nos certamente de um primeiro ponto de rompimento, que marcará a redução das representações populares dispersas a formas mais unificadas e já vizinhas da perfeita compreensão crítica. A aquisição efetiva desta poderá ocorrer por motivo de súbito agravamento das condições de vida, de séria crise política ou de intolerável manobra imperialista.

As considerações acima levam-nos a crer na utilidade de referir à estrutura geral da consciência os enunciados do pensamento empenhado em interpretar a realidade. É imperioso que os homens de função pública se armem de reflexão pessoal sôbre os postulados das suas posições, avaliem as repercussões das idéias que enunciam e compreendam por que razão, dada a realidade onde se acham, são inclinados a pensar conforme pensam. Faz-se indispensável, para enfrentar as dificuldades da fase de transformação histórica que estamos atravessando, que o homem de govêrno, o parlamentar, o jurisconsulto, o economista, os iniciadores e dirigentes de emprêsas estejam munidos da correta teoria geral da sociedade brasileira, capaz de dar à consciência a verdadeira representação da estrutura da existência nacional na presente fase.

Aquêles que aspiram a constituir a autêntica fração dirigente, com o poder de comando social e de iniciativa econômica, precisam dêste preparo teórico, e terão de ir buscá-lo

ou na própria reflexão ou no estudo dos sociólogos e pensadores políticos que se hajam revelado legítimos intérpretes das condições de vida e do pensamento das massas trabalhadoras. Para êles esta é uma exigência decorrente da posição que ocupam ou pretendem ocupar; as massas não precisam do mesmo equipamento conceitual, simplesmente porque, no modo como lhes é possível, já o possuem. Em forma não intelectual mas autêntica, as massas estão dotadas de uma teoria de sociedade, em razão de serem elas que operam o processo material. Não necessitam ser instruídas por explícita teoria da sociedade, porque possuem para si o essencial dos enunciados dela, não em caráter refletido e compendiado, mas enquanto são o fundamento de tôdas as proposições verdadeiras de tal teoria. Nelas a unidade de teoria e prática não constitui, também, dado teórico, mas é vivida real e constantemente. Para o político dos nossos dias, porém, a falta dêsse instrumento intelectual significa grave debilidade; não só o priva de compreender o que acontece, como o leva a fazer afirmações teóricas e a tomar decisões práticas que se tornarão obstáculos e causas de retardamento no processo de desenvolvimento nacional.

* * *

Ao terminar o presente trabalho, desejaríamos anotar algumas observações sôbre as probabilidades de verdade acaso contidas no que escrevemos. Sendo esfôrço de reflexão sôbre a realidade brasileira e de investigação das formas pelas quais as consciências individual e coletiva representam o mundo nacional onde vivem, é oportuno fazer recair sôbre a meditação realizada o mesmo empenho judicativo. Tendo caráter metodológico, o estudo feito deve submeter-se às exigências que proclama e impõe.

O empenho em denunciar a ingenuidade tem de ser levado ao limite extremo, e o derradeiro recanto de onde se faz necessário expulsá-la é a própria formulação do pensamento crítico. Há ingenuidades últimas, que somos obrigados a indicar, para não nos arriscarmos a ser vítimas dos nossos julgamentos. Noutras palavras, é preciso que a teoria da consciência crítica expendida seja, ela mesma, criticada.

Claro está não ser possível cortar a consciência em duas metades e fazer de uma o juiz da outra; a consciência é uma só, o universo das suas representações é indivisível, entre elas se incluindo a que faz de si mesma. Por conseguinte,

não tendo sentido dizer que a consciência se observa de fora, para verificar, por inspeção, os seus comportamentos, a autocrítica, a que agora nos referimos, só pode consistir em aplicar às formulações do pensar crítico, como totalidade, as exigências por êle mesmo feitas em relação aos objetos, fatos e opiniões de outrem, sôbre os quais se exerce. O primeiro meio, necessário mas não suficiente, para livrar as considerações dêste trabalho de qualquer ressaibo de ingenuidade, está em despojá-las de todo dogmatismo.

Um sistema de apreciações críticas legítimas está sujeito a se converter em ingênuo, desde que pretenda, confessada ou implìcitamente, constituir-se em expressão dogmática da verdade. Seria renegar de vez todo o fundamento da compreensão crítica, fechando-se na imobilidade das fórmulas, desistoricizando-as no próprio momento em que adquire a sua verdade, sob a égide da compreensão histórica. Seria a suprema ironia esta autocontradição. A consciência crítica precisa ser tão crítica que saiba aplicar a si os critérios e categorias que aplica aos objetos do seu estudo. Talvez seja êste o mais difícil dos exercícios purificadores que o pensamento superior tem de praticar, pois nada há mais tentador do que instalar-se na suficiência da própria verdade e gozar da superioridade de possuí-la. Tal atitude, porém, determina o corte imediato da visão crítica e a perda da sua essência.

Temos a declarar que o presente livro, por necessidade, deve conter algumas formulações ingênuas, decorrentes umas das imperfeições da compreensão do autor, outras da situação onde tem origem, uma sociedade em rápida transformação, que relegará em breve ao plano da ingenuidade certas afirmações atualmente válidas, mas em processo de próxima desvaloração. O autor pôde observar êste fato ao longo da elaboração do livro, pois sua consciência crítica, educada pelo próprio trabalho que ia desenvolvendo, repudiava na segunda leitura de uma página aquilo mesmo que lhe parecia razoável quando a escrevera. A apreensão atual procede de uma perspectiva situada no tempo e no espaço, porém mutável. A diferenciação entre os modos da consciência permanece, sem dúvida, constante, mas o conteúdo de que se compõem êsses modos e os conceitos a que conduzem são variáveis, de tal sorte que os definidos nestas páginas não pretendem maior valia do que representar o máximo de verdade que lhes outorga a situação de onde se originam. A existência de futuras ingenuidades numa exposição como a que empreendemos é inerente a tôda perspectiva englobante do real, ainda a mais perfeita. Porque a sua perfeição tem de ser sempre

medida pelas possibilidades atuais da consciência, e não por padrões absolutos. As ingenuidades que se encontrem nestes enunciados, à parte as derivadas da imperícia da análise, só seriam percebidas pelo autor se êste se destacasse do seu contexto, por uma operação impossível, e adquirisse uma perspectiva que englobasse a sua perspectiva real e atual. Tal operação, além de impraticável, seria proibida, porque significaria ingressar no abstrato. O autor vive a realidade do seu tempo e do seu País e, nela incluído, apresenta o problema da consciência segundo a perspectiva concreta que lhe é dado possuir. O que aí se contiver de ingênuo só aparecerá assim à luz de uma visão englobante da sua, o que em linguagem concreta quer dizer, a quem pensar o mesmo processo real de uma posição nova, isto é, futura. Com efeito, o processo está em marcha, de tal modo que se estão gerando neste momento as perspectivas críticas futuras. Mas estas, por definição, não se percebem desde já, e contudo só a partir delas é que as ingenuidades contidas nas atuais formulações viriam a ser patenteadas.

O fato dos pressupostos e traços ingênuos que acaso afetem a concepção da presente obra só poderem ser denunciados a partir da consciência crítica envolvente da atual, resulta da concepção aqui defendida, decorre da aplicação a si mesmo daquilo que o autor intentou fazer com a consciência que o precedeu. Sua justificativa para tentar corrigir fórmulas anteriores, que também acreditavam apreender corretamente a realidade, como foi dito, não deriva da presunção de melhor qualificação, longe disso; vem de ocupar posição mais avançada no processo da consciência nacional, de onde talvez divise com maiores probabilidades de acêrto para o contexto presente o que outros procuraram exprimir em condições menos favoráveis, porque ligados a um estado menos desenvolvido da realidade brasileira. Para a época em que foram expressas, certas explanações filosóficas e sociológicas representavam o máximo de consciência, comparável ao que desejaríamos ter conseguido neste ensaio; tais explicações só se tornam menos valiosas quando as pretendemos utilizar para compreender a realidade atual, mas equivalem à nossa quando comparamos os respectivos presentes. Por isso, a continuidade do processo real obriga a que, em momento próximo, se esboce històricamente a perspectiva envolvente futura, se pressintam os seus primeiros delineamentos. Foi com pleno entendimento dessa eventualidade que enunciamos os juízos das páginas anteriores, sabendo que nêles se conservam vestígios de ingenuidade, por vários motivos,

por imperfeita adaptação do pensamento à mobilidade dos fatos, remanência de idéias pertencentes a fase superada, ou indistinta percepção dos contornos nas transformações em curso. É evidente que o autor não sabe dizer quais são os elementos ingênuos que permeiam os seus enunciados, do contrário os eliminaria. De qualquer forma, o reconhecimento de que possam existir, e mesmo de que devam existir, decorre do rigor da posição assumida, como atitude não dogmática, mas crítica, aberta à própria retificação.

Há, contudo, um aspecto da construção teórica aqui apresentada que nos parece conter uma verdade permanente: a distinção entre o modo crítico e o ingênuo da consciência. Parece lícito dizer que essa distinção se verifica em qualquer fase histórica, sendo o conteúdo que define a divisão entre os modos opostos da consciência variável com o tempo. Quando definimos a consciência crítica como a autoconsciência do seu condicionamento pelo estado da realidade objetiva, estamos nos referindo ao que é *agora* o seu conteúdo autêntico. Porém, nem sempre foi assim. Em etapas históricas passadas o conteúdo definidor da consciência crítica foi outro, foram outras posições ideológicas e filosóficas, que significavam para a época o respectivo pensamento de vanguarda na compreensão do processo real. Tendo em conta esta reflexão, evitaremos o equívoco—que seria uma das mais patentes formas de ingenuidade—de relegar tôda a filosofia anterior ao plano da ingenuidade. Só do ponto-de-vista da compreensão atual é que muitas das mais imponentes concepções passadas se apresentam como ingênuas, e como nocivo aos interêsses sociais pretender aplicá-las à interpretação dos fatos presentes. Não se deve esquecer que o atual conteúdo da consciência crítica é produto da evolução dos conteúdos críticos passados, e que sòmente em virtude de sua vigência autêntica, depois superada, se pôde constituir para nós o presente significado da consciência crítica. Vemos, portanto, que a definição atual da consciência crítica é produto do processo histórico da consciência, na sua relação com as transformações da realidade. Referimo-nos aqui apenas à permanente validade da diferenciação entre formas da consciência, o que não significa a permanência dos conteúdos com que ambos os lados foram descritos. Ao contrário, procuramos sempre acentuar o caráter variável da linha divisória entre êles e da matéria que os constitui. O fato essencial é êste: sempre houve e sempre haverá, para cada horizonte do processo histórico, uma consciência crítica e outra ingênua, uma ligada aos interêsses sociais ascendentes,

outra representando os interêsses de grupos, concepções, valores e estruturas sociais em declínio. Esta diferença aparece como indestrutível, pode apresentar-se em formas antagônicas ou não, decorre da inevitável existência de contradições na dialética da história, é imutável justamente porque resulta da constante mutabilidade do real.

O que hoje constitui visìvelmente modo ingênuo de compreender, foi no passado representação autêntica, quando eram outros os suportes que a justificavam. O que muda é o próprio real e, com êle, a substância do pensar crítico. Eis porque a consciência crítica nunca pretenderá apresentar-se como final nos seus enunciados. Como conseqüência da transformação dos seus suportes, uma parte do que agora enuncia está deixando de ser verdade, está-se convertendo em resíduo ingênuo. Mas, para que a fração ingênua possa ser denunciada crìticamente, é preciso que as condições objetivas evoluam até o ponto de torná-la visível. No presente momento, o que crìticamente cabe afirmar é a possibilidade de sua existência, não a matéria concreta que a constitui.

Ao descobrir êste fato irredutível, a consciência crítica configura-se definitivamente no mesmo ato em que renuncia a ser definitiva nas suas proposições. Em verdade, é histórica, só vale para o ser da realidade que se destina a representar. Não ultrapassa os limites do presente porque não se entrega aos devaneios da especulação, não intenta valer para sempre à custa de fazer-se abstrata. Firma-se no concreto do tempo e do lugar e com isso assume o caráter e as limitações de qualquer verdade empírica. Contudo demonstra ser mais ampla que outras verdades fundadas em bases objetivas restritas, pois se exerce sôbre a totalidade do real. Ao tomá-lo como objeto e sôbre êle emitir juízos e apreciações não adquire, em razão da totalidade a que se aplica, a falsa e ilusória universalidade e a invariabilidade que só as fórmulas abstratas possuem. Conserva-se crítica precisamente porque não atraiçoa sua origem empírica, não se desprende dos suportes materiais, não se compraz na cogitação de categorias *a priori*.

A forma de consciência por nós definida como crítica é, ao que nos parece, a que satisfaz as exigências de melhor compreensão do processo brasileiro na presente etapa. Mas não constitui a forma final e definitiva da consciência autêntica enquanto tal. A retificação que exigir, será feita imediatamente por aquêles que apontarem as falhas e deficiências de tudo quanto foi dito. Se a condição para poderem proferir

tais críticas e denúncias fôr o fato de terem alcançado nível mais alto no processo da consciência da nossa realidade, de onde descortinem no livro defeitos e insuficiências que o autor não pôde evitar, êste só terá motivos para rejubilar-se, pois, ademais da prova de consideração que mereceu daqueles que se dignarem criticá-lo, ficará documentado que os enganos aqui cometidos se devem, ao menos em pequena parte, a que o Brasil progrediu no caminho do seu desenvolvimento.

ÍNDICE
DO
SEGUNDO VOLUME

A CONSCIÊNCIA CRÍTICA 9

1 — A CATEGORIA DE OBJETIVIDADE

a) Submissão ao real e transformação do mundo 15
b) Alteração do real e percepção das massas 17
c) O cuidado e a ocupação no país subdesenvolvido 22

2 — A CATEGORIA DE HISTORICIDADE

a) A realidade como processo 27
b) O presente como dinamismo e virtualidade 32
c) Interação entre consciência e processo 41

3 — A CATEGORIA DE RACIONALIDADE

a) Sensibilidade social e pensar crítico 51
b) Correlações causais e consciência útil ao desenvolvimento 56
c) A dialética da razão no país subdesenvolvido 62

i) Inconveniência do pensamento formal 62
ii) Necessidade do pensamento dialético 65
iii) A dialética das contradições no país subdesenvolvido .. 73
iv) O "salto histórico" no país subdesenvolvido 82
v) A ação recíproca no país subdesenvolvido 90
vi) A unidade dos contrários no país subdesenvolvido 95
vii) Peculiaridades dialéticas do subdesenvolvimento. "Diferencial histórico" e progresso da consciência 102

4 — A CATEGORIA DE TOTALIDADE

a) Objeções à concepção da totalidade 113
b) A totalidade como conexão de sentido 119
c) A insuficiência do conceito de "causalidade circular" 123
d) A nação como totalidade envolvente 126
e) Estar no mundo e ser no mundo 132
f) A ideologia do desenvolvimento é um humanismo 138
g) O mundo como nação 140
h) O desenvolvimento e a categoria de totalidade 149
i) Generalidade, totalidade e doação de sentido 154

j) Revolução nacional e projeto de destino 157
k) Unificação do tempo histórico 163
l) Uma conseqüência do conceito ingênuo de totalidade: o municipalismo 170

5 — A CATEGORIA DE ATIVIDADE

a) Pensamento e ação 186
b) O trabalho e a nação como projeto 196
c) A alienação internacional do trabalho 201
d) Ação e resistência à ação 209
e) Caráter histórico e social dos valores 219
f) A ética do desenvolvimento 230
g) Responsabilidade individual na ética do desenvolvimento 237
h) A prática inautêntica e o romantismo revolucionário 246

6 — A CATEGORIA DE LIBERDADE

a) Concepções ingênuas da liberdade 254
b) O ato livre e o pertencimento ao mundo 262
c) A liberdade é o libertar 269
d) A dialética da liberdade 273
e) O equívoco da liberdade interior 277
f) As "situações-limite" e sua superação histórica 283
g) A existência autêntica 287
h) A liberdade concreta e a consciência política 294

7 — A CATEGORIA DE NACIONALIDADE

a) O processo de formação nacional 300
b, c) O nacionalismo como fenômeno histórico 306
d) As supostas "contradições" do nacionalismo 318
e) O nacionalismo como fenômeno de massa 322
f) Conteúdo e sentido dos atos nacionalistas 330
g) A expressão teórica do nacionalismo 336
h) O encontro das consciências no país suddesenvolvido .. 348
i) A nação como universal concreto 363
j) A relação de dominação 372
k) A educação como instrumento de dominação 379
l) O nacionalismo como supressão da alienação 386
m) A nação como origem de significações e a fundação da cultura brasileira 404
n) Desenvolvimento e problemas regionais 412

PRINCÍPIOS DE UMA POLÍTICA NACIONALISTA 433

1. A incorporação do trabalho nacional ao País 434
2. A crescente participação das massas no processo político 444

3. O pleno emprêgo dos recursos nacionais 448
4. A repressão ao capital privado estrangeiro 455
5. A política do desenvolvimento visa a humanizar a existência das massas populares 469
6. O monopólio estatal dos fatôres econômicos básicos 472
7. A defesa da indústria nacional autêntica 474
8. A política de ocupação do nosso território 484
9. A reforma agrária 487
10. A política internacional de plena soberania 497
11. A educação popular para o desenvolvimento 502
12. A cultura do povo, tendo forma e raízes nacionais 504
13. A solidariedade internacional com tôdas as nações em luta pela libertação política e econômica 507

A SISTEMATIZAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA 519

a) Da objetividade à nacionalidade 522

— A objetividade 522
— A historicidade 528
— A racionalidade 534
— A totalidade 536
— A atividade 545
— A liberdade 548

b) A nacionalidade como síntese do sistema categorial 553

CONCLUSÃO 565

1) Elasticidade de estrutura do processo e comprometimento da consciência 566
2) Teoria da revolução. O equívoco da chamada "ideologia global" 573
3) Ambivalência e adesão aos atos do desenvolvimento 593
4) Duas objeções: a substancialização do processo e a superestimação do presente 595
5) Os supostos "perigos do desenvolvimento" 601
6) A "representação" política e o processo de desenvolvimento 626